Coleção
Direito Civil em Movimento
Volume 2



NOVO DIREITO CIVIL EM TRAMITAÇÃO

Da Proteção de Direitos Fundamentais à Segurança Jurídica

Cristina Rezende Eliezer
Cássius Guimarães Chai
Ana Cristina Brandão Santiago Nascimento
Alexandre Gonçalves Ribeiro
(Organizadores)

CAPES

EDITORA ILUSTRAÇÃO

Cristina Rezende Eliezer
Cássius Guimarães Chai
Ana Cristina Brandão Santiago Nascimento
Alexandre Gonçalves Ribeiro
(Organizadores)

NOVO DIREITO CIVIL EM TRAMITAÇÃO

Da Proteção de Direitos Fundamentais à Segurança Jurídica

Coleção: Direito Civil em Movimento
Volume 2

Editora Ilustração
Santo Ângelo – Brasil
2026

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0

Editor-gerente: Fábio César Junges
Capa: Editora Ilustração
Revisão: Os autores

CATALOGAÇÃO NA FONTE

N945 Novo direito civil em tramitação [recurso eletrônico] : da proteção de direitos fundamentais à segurança jurídica / organizadores: Cristina Rezende Eliezer ... [et al.]. - Santo Ângelo : Ilustração, 2026.
663 p. – (Direito Civil em Movimento; 2)

ISBN 978-65-6135-317-5
DOI 10.46550/978-65-6135-317-5

1. Direito civil. I. Eliezer, Cristina Rezende (org.).

CDU: 347

Responsável pela catalogação: Fernanda Ribeiro Paz - CRB 10/ 1720

E-mail: eilustracao@gmail.com

www.editorailustracao.com.br

Conselho Editorial



Dra. Adriana Maria Andreis	UFFS, Chapecó, SC, Brasil
Dra. Adriana Mattar Maamari	UFSCAR, São Carlos, SP, Brasil
Dra. Berenice Beatriz Rossner Wbatuba	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dr. Clemente Herrero Fabregat	UAM, Madri, Espanha
Dr. Daniel Vindas Sánches	UNA, San Jose, Costa Rica
Dra. Denise Tatiane Girardon dos Santos	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Domingos Benedetti Rodrigues	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Edemar Rotta	UFFS, Cerro Largo, RS, Brasil
Dr. Edivaldo José Bortoleto	UNOCHAPECÓ, Chapecó, SC, Brasil
Dra. Elizabeth Fontoura Dorneles	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Evaldo Becker	UFS, São Cristóvão, SE, Brasil
Dr. Glaucio Bezerra Brandão	UFRN, Natal, RN, Brasil
Dr. Gonzalo Salerno	UNCA, Catamarca, Argentina
Dr. Héctor V. Castanheda Midence	USAC, Guatemala
Dr. José Pedro Boufleuer	UNIJUÍ, Ijuí, RS, Brasil
Dra. Keiciane C. Drehmer-Marques	UFSC, Florianópolis, RS, Brasil
Dr. Luiz Augusto Passos	UFMT, Cuiabá, MT, Brasil
Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira	UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil
Dra. Neusa Maria John Scheid	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dra. Odete Maria de Oliveira	UNOCHAPECÓ, Chapecó, SC, Brasil
Dra. Rosângela Angelin	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dr. Roque Ismael da Costa Güllich	UFFS, Cerro Largo, RS, Brasil
Dra. Salete Oro Boff	ATITUS, Passo Fundo, RS, Brasil
Dr. Tiago Anderson Brutti	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Vantoir Roberto Brancher	IFFAR, Santa Maria, RS, Brasil

Este livro foi avaliado e aprovado por pareceristas *ad hoc.*

SUMÁRIO

PREFÁCIO 15
Ana Clara Baggio Violada

APRESENTAÇÃO 21
Claudine Rezende Ribeiro

Capítulo 1 - ENTRE O ACERVO E A INTIMIDADE: HERANÇA DIGITAL, DIREITOS DA PERSONALIDADE E SEGURANÇA JURÍDICA NO PROJETO DE LEI Nº 4/2025 25
Cássius Guimarães Chai
Pedro Henrique Roque Lima
Monica Fontenelle Carneiro

Capítulo 2 - DO ARADO AO ALGORITMO: ABERTURA NORMATIVA E ADAPTAÇÃO DO DIREITO CIVIL BRASILEIRO AOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS 39
Cassius Guimarães Chai
Paulo Sérgio Velten Pereira
Mayckerson Alexandre Franco Santos
Alan Rodrigo Ribeiro de Castro

Capítulo 3 - ENTRE A LICENÇA E A EXPECTATIVA: A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR DIANTE DO PATRIMÔNIO DIGITAL NOS JOGOS ONLINE EM PERSPECTIVA COMPARADA 51
Pedro Paulo Oliveira Penha

Capítulo 4 - A INTERFACE ENTRE AS MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI MARIA DA PENHA E OS DIREITOS DE GUARDA E CONVIVÊNCIA NO DIREITO DE FAMÍLIA: A PREVALÊNCIA DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E A PROTEÇÃO DA VÍTIMA 65
Caroline Fockink Ritt
Maitê Damé Teixeira Lemos
Eduardo Ritt

Capítulo 5 - A RECONSTRUÇÃO HERMENÊUTICA E FUNCIONAL DOS INSTITUTOS CLÁSSICOS DO DIREITO CIVIL SOB A PERSPECTIVA DA REFORMA TRIBUTÁRIA SEGUNDO A EMENDA CONSTITUCIONAL N. 132, DE 23.12.2 3 81
José Henrique Righi Rodrigues

Capítulo 6 - CASAMENTO IGUALITÁRIO, DIREITO DE FAMÍLIA E POLÍTICAS DO SEXO: ENTRE RECONHECIMENTO JURÍDICO E NORMALIZAÇÃO 95
Filipe Fialho Alves
Ana Carolina de Sousa Castro

Capítulo 7 - A POSITIVAÇÃO DA FUNÇÃO PUNITIVO-PEDAGÓGICA DA RESPONSABILIDADE CIVIL NO PL 4/2025: CONVERGÊNCIAS E TENSÕES COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ 111
Kauã Duarte

Capítulo 8 - CONFLITOS TERRITORIAIS NO MARANHÃO..... 123
Jéssica Pereira dos Santos
Raimundo Nonato Serra Campos Filho

Capítulo 9 - ENFITEUSE E AS OBRIGAÇÕES DE FORO E LAUDÊMIO NA ILHA DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO: A EMENDA CONSTITUCIONAL N.46/2005 E O NOVO REGIME PATRIMONIAL DA UNIÃO FEDERAL..... 135
Pedro Nilson Moreira Viana
Raimundo Nonato Serra Campos Filho

Capítulo 10 - O USO DE DRONES E OS DIREITOS DE VIZINHANÇA: LIMITES DA PROPRIEDADE VERTICAL, DIREITO À PRIVACIDADE E RESTRIÇÕES AO SOBREVOO DE PROPRIEDADES PRIVADAS 147
Gabriela Elvira Goellner
Emanuella Fatima Schneider

Capítulo 11 - CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIAS BASEADAS EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: AUTONOMIA PRIVADA, BOA-FÉ E SEGURANÇA JURÍDICA À LUZ DO CÓDIGO CIVIL 161
Andrea Martins
Marcia Helena Ribeiro Pereira Nunes

Capítulo 12 - A VULNERABILIDADE ALGORÍTMICA COMO PROPOSTA DOGMÁTICA PARA O DIREITO CIVIL 173
Ana Cristina Brandão Santiago Nascimento
Carlos Augusto Tolomelli Malaquias

Capítulo 13 - PERDA DO PODER FAMILIAR POR CONDENAÇÃO CRIMINAL: PROTEÇÃO INTEGRAL E IN(TER)DEPENDÊNCIA ENTRE AS ESFERAS CÍVEL E PENAL 185
Gabriel Henrique Fabris Petri
Marcelo Paiva Santos Filho

Capítulo 14 - DIREITO FUNDAMENTAL À INFORMAÇÃO E SEGURANÇA JURÍDICA: OS LIMITES DA CRIAÇÃO JUDICIAL DE OBRIGAÇÕES DE ROTULAGEM NO RESP 1.605.489/SP 201
Ana Júlia Alcântara de Souza Pinheiro

Capítulo 15 - O DEVER ANEXO DE INFORMAÇÃO NOS CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA ENVOLVENDO SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: DENSIFICAÇÃO DA BOA-FÉ OBJETIVA NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO 217
Andrea Martins
Rossana Fisciletti

Capítulo 16 - A COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS POR MÉDICOS NO BRASIL: CONFLITO DE INTERESSES, RESPONSABILIDADE CIVIL E LIMITES ÉTICO-JURÍDICOS 231
Gabriela Elvira Goellner
Emanuela Schneider

Capítulo 17 - PLATAFORMAS DIGITAIS DE TRABALHO E DE CONSUMO NO PL 4/2025: A REFORMA DO CÓDIGO CIVIL ENTRE A PROTEÇÃO DO VULNERÁVEL E A SEGURANÇA JURÍDICA 245
Tiara Cordeiro Neves Brandão

Capítulo 18 - RESPONSABILIDADE CIVIL DAS PLATAFORMAS DIGITAIS NOS CRIMES CONTRA A HONRA 257
Geraldo Gonçalves Araújo
Igor Teixeira Werneck
Pauliana Maria Dias

Capítulo 19 - PENHOR DE COTAS SOCIAIS E SUA EFICÁCIA PERANTE TERCEIROS: REGISTRO, PUBLICIDADE E CONFLITOS SOCIETÁRIOS 273
Fransieli Sgnaulin
Arthur Fernando Losekan
Fabiane Chiodi
Nayara de Oliveira Keerppers

Capítulo 20 - A AUTONOMIA ENTRE VIGÊNCIA E VALIDADE DAS PATENTES: INTERESSE PROCESSUAL E CONTROLE JURISDICIONAL DA NULIDADE APÓS A EXTINÇÃO DO TÍTULO 283
Andrea Martins
Marcia Helena Ribeiro Pereira Nunes

Capítulo 21 - ENTRE O NAMORO E A UNIÃO ESTÁVEL: OS LIMITES DA AUTONOMIA PRIVADA NAS RELAÇÕES AFETIVAS 307
Mila Gomes Pinto

Capítulo 22 - CITAÇÃO POR APLICATIVOS DE MENSAGENS NO PROCESSO CIVIL: VALIDADE, COMPROVAÇÃO DO RECEBIMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS 321
Lucas Vinícius Dornelas Martins Guerra

Capítulo 23 - A RELEVÂNCIA DE UM PLANEJAMENTO FAMILIAR E SUCESSÓRIO DIANTE DO AUMENTO DA EXPECTATIVA DE VIDA 335
Helenice Lopes de Souza
Patrícia Dutra Mendes de Lucena
Gustavo Lopes da Costa e Souza

Capítulo 24 - AUTONOMIA DA VONTADE E CONTRATOS DIGITAIS EM JOGOS ELETRÔNICOS: REFLEXÕES SOBRE OS CONTRATOS DE ADESÃO E AS PRÁTICAS DE MONETIZAÇÃO NO JOGO LEAGUE OF LEGENDS 349
Gabriel Rabelo Araújo
Imaíra Pinheiro de Almeida da Silva

Capítulo 25 - O DIREITO AUTORAL E SUAS ADEQUAÇÕES À EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA 373
Magda Hruza
Adrianne Porto

Capítulo 26 - OS DESAFIOS DO DIREITO CIVIL DIANTE DO USO INADEQUADO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL 387
Daniel Ribeiro Petrocelli

Capítulo 27 - O NAMORO QUALIFICADO E O RETROCESSO NA PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL À UNIÃO ESTÁVEL 401
Simone Martins de Araujo Moura
Karla Neves Faiad de Moura
Shelly Giuleatte Pancieri

Capítulo 28 - ENTRE O ACERVO E A INTIMIDADE: HERANÇA DIGITAL, DIREITOS DA PERSONALIDADE E SEGURANÇA JURÍDICA NO PROJETO DE LEI Nº 4/2025 417
Pedro Henrique Roque Lima
Cássius Guimarães Chai

Capítulo 29 - A HERANÇA DIGITAL NA REFORMA DO CÓDIGO CIVIL: O PL Nº 4/2025 À LUZ DA EXPERIÊNCIA ESTRANGEIRA 431
Luciana Rooke Negrão de Lima Serafini
Henrique Avelino Lana

Capítulo 30 - A PROTEÇÃO JURÍDICA DOS SÊNIORS 50+ NO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO: AUTONOMIA, DIGNIDADE E O NOVO OLDER LIVING TREND COMO VETOR DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL 447
Sérgio Taldo

Capítulo 31 - *OUTPUTS* DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA COMO BENS DIGITAIS: NATUREZA JURÍDICA E CRITÉRIOS DE TITULARIDADE NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO 457
Nathaly Silva Carvalho
Anamaria Sousa Silva
Ana Maria de Melo e Alvim Aguiar

Capítulo 32 - NAMORO QUALIFICADO NA CONTEMPORANEIDADE: OS LIMITES ENTRE AUTONOMIA AFETIVA E RECONHECIMENTO JURÍDICO DA UNIÃO ESTÁVEL 475
Juliana Campos de Faria

Capítulo 33 - RESPONSABILIDADE CIVIL CAUSADA POR SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: DA LACUNA LEGISLATIVA À JUSTIFICAÇÃO ARGUMENTATIVA DAS PREMISSAS DE IMPUTAÇÃO 493
Johnny Marcelo Hara

Capítulo 34 - A VIRADA TECNOLÓGICA DO DIREITO PRIVADO BRASILEIRO: DOS PRINCÍPIOS DO DIREITO CIVIL DIGITAL, RESPONSABILIDADE CIVIL E IMPACTOS NOS CONTRATOS 501
Laura Pereira Ferreira Antunes

Capítulo 35 - ENTRE A ORIGEM GENÉTICA E A SEGURANÇA JURÍDICA: O DIREITO AO CONHECIMENTO DA IDENTIDADE DO DOADOR NA REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA 511
Ana Luiza de Castro Villela
Andrei Rocha Valladão Silveira
Marize de Fátima Alvarez Saraiva
Raquel Alves Manso

Capítulo 36 - PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE DAS MARCAS DE MODA: SUCESSÃO EMPRESARIAL, GOVERNANÇA CRIATIVA E LIMITES REGULATÓRIOS 523
Felipe Augusto Reis Santos
Ana Francisca Rosas Santos
Anamaria Sousa Silva

Capítulo 37 - O INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA EXECUÇÃO TRABALHISTA: DIVERGÊNCIAS ENTRE OS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO QUANTO À OBRIGATORIEDADE DO PROCEDIMENTO ANTES DO REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO AOS SÓCIOS 539
Jainieire Antunes Guimarães

Capítulo 38 - DA DESJUDICIALIZAÇÃO DOS CONFLITOS IMOBILIÁRIOS: USUCAPIÃO E ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA EXTRAJUDICIAIS À LUZ DA LEI Nº 14.382/2022 E DOS PROVIMENTOS CNJ Nº 149/2023 E Nº 150/2023 551
Jusmério Carlos da Silva

Capítulo 39 - *PACTA SUNT SERVANDA* APÓS A LEI DA LIBERDADE ECONÔMICA:
A AUTONOMIA PRIVADA COMO REGRA, A REVISÃO JUDICIAL COMO EXCEÇÃO E O CRITÉRIO DE ELEIÇÃO DO REGIME LEGAL APLICÁVEL 565
Pedro Augusto Nunes Fonseca
Maria Eduarda Oliveira de Almeida

Capítulo 40 - OS DIREITOS DA PERSONALIDADE NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: NOVOS DESAFIOS AO DIREITO CIVIL BRASILEIRO 581
Paola Gandine Costa
Bárbara Ferreira Nunes

Capítulo 41 - A ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO BINÔMIO NECESSIDADE-POSSIBILIDADE NAS HIPÓTESES EM QUE AS POSSIBILIDADES DO ALIMENTANTE SUPERAM AS NECESSIDADES DO ALIMENTANDO 595
Diogo Bononi Freitas

Capítulo 42 - HERANÇA DIGITAL E SUCESSÃO EMPRESARIAL: OS LIMITES DO ACORDO DE SÓCIOS NA DESTINAÇÃO DE BENS DIGITAIS E A TUTELA DOS HERDEIROS NO PL 4/2025 605
Sofia Camargos Oliveira

Capítulo 43 - O PRINCÍPIO DA CONCENTRAÇÃO DOS ATOS NA MATRÍCULA E A EFICÁCIA DAS CONSTRIÇÕES EXTRARREGISTRAIS: SEGURANÇA JURÍDICA ESTÁTICA E DINÂMICA NA TUTELA DA PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA 617
Benício Rinco Leite
Jusmério Carlos da Silva

Capítulo 44 - O *PORTFOLIO INTEREST* NA FIGURA DO MÚTUO INTERNACIONAL: ASPECTOS CONTRATUAIS, TRIBUTÁRIOS E DE SEGURANÇA JURÍDICA..... 629
Fillipe de Sousa Leite

Capítulo 45 - A IMPORTÂNCIA DO DIREITO EM CONSTANTE EVOLUÇÃO: O PROJETO DE REFORMA DO CÓDIGO CIVIL..... 643
Henrique Avelino Lana

POSFÁCIO 655
Daniel Araujo de Assis

SOBRE OS ORGANIZADORES 661

PREFÁCIO

Há momentos em que o Direito é chamado a responder a mudanças que acontecem ao seu redor. Há outros, mais raros e talvez mais difíceis, em que ele precisa olhar para as próprias estruturas e perguntar se ainda são suficientes para compreender a realidade que pretende ordenar. O Direito Civil brasileiro parece viver precisamente um desses momentos.

Prefaciar uma obra dedicada ao novo Direito Civil em tramitação significa, por isso, falar de mudança, mas também de permanência. Significa reconhecer a necessidade de atualização de institutos que atravessaram décadas da experiência jurídica brasileira e, ao mesmo tempo, admitir que a renovação de um sistema não pode ocorrer à custa da coerência que o sustenta. Entre a proteção dos direitos fundamentais e a segurança jurídica existe um espaço que não deve ser compreendido como mera oposição. É nesse espaço que se constrói, todos os dias, o Direito Privado contemporâneo.

O Direito Civil talvez seja, entre os grandes ramos jurídicos, aquele que mais intimamente acompanha a vida cotidiana. Está presente quando alguém contrata, adquire, transmite, herda, empreende, indeniza, constitui uma família, exerce sua propriedade ou simplesmente espera que uma relação juridicamente estabelecida seja respeitada. Por isso, alterações em sua estrutura nunca são apenas alterações legislativas. Modificar um Código Civil é, em alguma medida, rever a forma pela qual o ordenamento compreende a pessoa, sua liberdade, suas relações patrimoniais e existenciais, seus deveres perante os outros e os limites que a vida em sociedade impõe à autonomia individual.

Talvez seja essa a razão pela qual reformas dessa dimensão despertem tantas expectativas e, igualmente, tantas inquietações.

A atualização é necessária. A realidade que hoje chega ao Direito Civil é muito diferente daquela que esteve diante do legislador em outros momentos históricos. Tecnologias capazes de interferir na formação da vontade, sistemas de inteligência artificial incorporados à atividade econômica, novas modalidades contratuais, circulação de bens imateriais, transformações demográficas e diferentes formas de exercício da propriedade colocam à prova conceitos que, durante muito tempo, pareceram suficientemente estabilizados.

Mas reconhecer a transformação da realidade não significa concluir que tudo aquilo que veio antes perdeu sua utilidade.

Ao contrário, talvez uma das características mais interessantes do Direito Civil seja justamente sua capacidade de fazer com que categorias antigas sejam novamente interrogadas diante de problemas novos. A autonomia privada continua sendo autonomia privada quando o objeto de um contrato envolve sistemas de inteligência artificial? A boa-fé continua desempenhando a mesma função quando as assimetrias de informação decorrem de estruturas tecnológicas que uma das partes sequer consegue compreender integralmente? Até onde se projeta o direito de propriedade quando o espaço privado pode ser alcançado por tecnologias de sobrevoo e captação de informações? Como deve responder a responsabilidade civil quando a reparação deixa de ser a única função que dela se espera? Que significado assume a segurança jurídica diante de relações econômicas cada vez mais complexas?

Essas perguntas demonstram que a modernização do Direito Civil não depende simplesmente da substituição de categorias tradicionais por outras mais recentes. Em muitos casos, o verdadeiro trabalho jurídico consiste em compreender se os instrumentos que já possuímos podem receber novos sentidos sem perder sua identidade.

É precisamente essa convivência entre tradição e transformação que torna a presente obra especialmente oportuna.

Os estudos reunidos neste volume percorrem diferentes territórios do Direito Civil, mas compartilham uma inquietação comum. Institutos conhecidos são confrontados com circunstâncias que exigem novas respostas. A propriedade encontra a tecnologia. A boa-fé objetiva encontra contratos estruturados em torno de sistemas de inteligência artificial. A responsabilidade civil é novamente questionada em suas funções. As relações patrimoniais enfrentam problemas de publicidade, eficácia e proteção de terceiros. A autonomia é observada em contextos nos quais dignidade, vulnerabilidade e transformação social precisam ser consideradas com maior cuidado.

Há também um movimento importante de aproximação entre a reflexão dogmática e a transformação legislativa atualmente em curso. A tramitação de propostas destinadas à atualização do Código Civil naturalmente convida a comunidade jurídica a discutir o texto projetado, suas escolhas e seus possíveis efeitos. Entretanto, o mérito de uma obra

como esta está justamente em não reduzir o debate jurídico à leitura isolada das disposições propostas.

Antes de perguntar apenas o que determinado artigo passará a dizer, é necessário perguntar por que determinada alteração foi considerada necessária, qual problema pretende enfrentar, que consequências pode produzir e como se relaciona com a arquitetura mais ampla do sistema.

Um Código não é uma coleção de dispositivos independentes. É uma construção normativa que depende de coerência. Uma alteração aparentemente localizada pode repercutir sobre conceitos, institutos e relações que se encontram muito além do dispositivo modificado. Reformar exige, portanto, um olhar simultaneamente atento ao novo e responsável em relação ao que já existe.

Essa responsabilidade se torna ainda mais evidente quando entram em cena os direitos fundamentais.

O processo de constitucionalização do Direito Civil ensinou definitivamente que as relações privadas não se desenvolvem em um território indiferente à dignidade, à igualdade, à liberdade e à proteção da pessoa. Ao mesmo tempo, a incidência desses valores não elimina a autonomia privada, tampouco transforma toda desigualdade existente na vida social em fundamento automático para intervenção jurídica.

Há aqui uma medida difícil, que talvez seja uma das questões centrais do Direito Privado de nosso tempo.

Proteger sem sufocar a liberdade. Corrigir assimetrias sem presumir incapacidade. Reconhecer vulnerabilidades sem transformar a vulnerabilidade em identidade permanente. Atualizar institutos sem romper desnecessariamente com construções dogmáticas que ainda desempenham funções importantes. Intervir quando necessário, mas também saber quando preservar o espaço legítimo de decisão dos particulares.

Essa preocupação importa porque a autonomia não é adversária da dignidade. Em inúmeras situações, é justamente por meio dela que a pessoa constrói seu projeto de vida, organiza seu patrimônio, estabelece relações, assume riscos e faz escolhas que o Direito deve ser capaz de respeitar.

Da mesma forma, segurança jurídica não pode ser confundida com resistência à mudança.

A segurança que interessa ao Direito contemporâneo não é aquela que mantém intactas categorias incapazes de responder à realidade. É a segurança que permite que as pessoas compreendam as consequências

jurídicas de seus atos, organizem suas relações com confiança, saibam quais expectativas merecem tutela e reconheçam os limites do exercício de seus direitos.

Nesse sentido, direitos fundamentais e segurança jurídica não precisam ocupar lados opostos do debate. Uma ordem jurídica verdadeiramente segura precisa ser capaz de proteger a pessoa, assim como uma ordem comprometida com direitos fundamentais precisa oferecer estabilidade, coerência e previsibilidade.

Talvez seja justamente esse o ponto mais sensível de qualquer grande reforma civil.

O novo não se legitima simplesmente por ser novo.

A novidade legislativa precisa demonstrar sua capacidade de solucionar problemas, aperfeiçoar institutos e responder a transformações sociais sem produzir, no percurso, inseguranças maiores do que aquelas que buscava superar. A experiência jurídica também é feita de continuidades, e algumas delas existem porque séculos de reflexão permitiram compreender que determinados conceitos oferecem estabilidade às relações humanas.

Isso não significa sacralizá-los. Significa apenas reconhecer que reformar com responsabilidade exige algo mais difícil do que substituir.

Exige compreender.

Os capítulos desta obra participam desse esforço ao colocar diferentes institutos diante de situações concretas e contemporâneas. Alguns dialogam diretamente com propostas de alteração legislativa. Outros revelam que o Direito Civil já se encontra em transformação independentemente da conclusão formal de qualquer processo legislativo. Essa talvez seja uma constatação particularmente relevante: o Direito em tramitação não existe apenas dentro do Parlamento. Ele já está sendo construído nos tribunais, nos contratos, nas relações econômicas, na pesquisa acadêmica e nos conflitos que todos os dias desafiam categorias estabelecidas.

A tecnologia torna essa percepção ainda mais evidente.

Quando relações contratuais passam a envolver sistemas inteligentes, quando novas ferramentas alcançam espaços antes compreendidos como essencialmente privados, quando informação, conhecimento técnico e capacidade de compreender riscos tornam se elementos centrais de uma negociação, o Direito é obrigado a revisitar institutos que conhece há muito tempo.

Boa-fé, informação, propriedade, responsabilidade e autonomia não desaparecem diante da tecnologia. O que muda é a complexidade das circunstâncias nas quais precisam operar.

Por isso, talvez seja inadequado falar em um Direito Civil inteiramente novo. Existe algo mais interessante acontecendo. O que vemos é um Direito Civil que se renova a partir de sua própria história, revendo categorias, incorporando preocupações e reconhecendo problemas que outras gerações de juristas não precisaram enfrentar nos mesmos termos.

Essa percepção estabelece uma relação especialmente feliz com a própria proposta da coleção Direito Civil em Movimento.

O movimento pressupõe continuidade. Algo somente pode se mover porque existe um ponto do qual parte. No primeiro volume desta coleção, a tensão entre transição e permanência já anunciava a necessidade de pensar o Direito Civil entre aquilo que recebemos da tradição e aquilo que a realidade nos obriga a reconstruir. Agora, diante de um Direito Civil em tramitação, essa reflexão ganha uma dimensão ainda mais concreta.

A pergunta deixa de ser apenas se o Direito Civil está mudando.

Ele está.

A questão passa a ser que Direito Civil desejamos construir a partir dessa mudança.

A resposta certamente não será encontrada em uma única obra, tampouco poderia ser oferecida por uma única corrente teórica. A pluralidade dos temas reunidos neste volume demonstra justamente a amplitude do desafio. Há questões patrimoniais e existenciais, problemas clássicos e tecnológicos, discussões legislativas e hermenêuticas. Essa diversidade não enfraquece a unidade do livro. Ao contrário, revela algo próprio do Direito Civil: sua presença transversal na experiência humana.

Cada capítulo oferece ao leitor um ponto de observação distinto. Lidos em conjunto, porém, esses estudos permitem enxergar um sistema jurídico submetido a um processo profundo de revisão, no qual preservar e transformar deixaram de ser decisões mutuamente excludentes.

É nesse ponto que está, a meu ver, uma das maiores contribuições desta obra.

Ela não convida o leitor a celebrar irrefletidamente a mudança, nem a recebê-la com desconfiança automática. Convida a examiná-la.

Esse é um convite particularmente importante em tempos nos quais a velocidade das transformações sociais frequentemente produz a

impressão de que o Direito está sempre atrasado. Talvez esteja, em alguns aspectos. Mas a resposta jurídica não deve competir com a velocidade da tecnologia, da economia ou dos costumes. O tempo do Direito também precisa ser o tempo da reflexão, porque as escolhas que ele transforma em normas permanecem depois que a novidade deixa de ser novidade.

Pensar o novo Direito Civil exige, portanto, alguma coragem para abandonar respostas que já não servem, mas também alguma prudência para reconhecer aquilo que ainda merece ser preservado.

Entre essas duas atitudes existe um campo vasto de pesquisa, interpretação e debate.

É exatamente esse campo que as páginas seguintes ajudam a percorrer.

Que esta obra possa ser lida não apenas como registro de um momento singular de transformação do Direito Civil brasileiro, mas como participação ativa na construção desse processo. E que seus textos estimulem aquilo que uma comunidade jurídica viva deve saber fazer diante de qualquer grande mudança: perguntar, discordar, aprofundar, reconstruir e, sobretudo, pensar antes de decidir o que deve permanecer e o que já chegou a hora de transformar.

Ana Clara Baggio Violada

Advogada. Mestra em Direito, especialista, professora e pesquisadora.

APRESENTAÇÃO

O Direito Civil nunca esteve imóvel. Embora estruturado sobre institutos cuja origem atravessa séculos, ele se transforma à medida que se modificam as relações humanas, os modos de circulação da riqueza, as formas de exercício da autonomia e os riscos produzidos pela vida em sociedade. É nesse encontro entre permanência e renovação que se insere o segundo volume da coleção "Direito Civil em Movimento".

Os estudos reunidos nesta obra demonstram que revisitar categorias tradicionais não significa enfraquecê-las ou abandonar a segurança construída pela experiência jurídica. Ao contrário, significa reconhecer que a vitalidade do Direito depende de sua capacidade de dialogar com a realidade, compreender os conflitos que dela emergem e oferecer respostas compatíveis com os valores constitucionais e com as necessidades concretas de cada tempo.

Propriedade, contratos, responsabilidade civil, direitos reais, autonomia privada, boa-fé e proteção da pessoa permanecem no centro do Direito Privado. O que se modifica são os contextos nos quais esses institutos precisam ser interpretados e aplicados. Novas tecnologias alteram a percepção dos espaços público e privado; sistemas de inteligência artificial tornam mais complexas as relações contratuais; transformações demográficas exigem outras perspectivas sobre capacidade e autonomia; práticas econômicas desafiam os limites da confiança; e mudanças legislativas impõem a releitura de conceitos que, durante muito tempo, pareceram suficientemente consolidados.

A diversidade temática deste volume não compromete sua unidade. Ao contrário, revela a amplitude do Direito Civil e sua presença nas mais variadas dimensões da experiência humana. Os capítulos compartilham uma mesma inquietação: compreender de que forma os instrumentos jurídicos existentes podem responder a fenômenos contemporâneos sem perder coerência, segurança e compromisso com a dignidade da pessoa humana.

Essa inquietação se manifesta, inicialmente, nas reflexões acerca do impacto das tecnologias sobre as relações privadas. O estudo dedicado ao uso de drones e aos direitos de vizinhança evidencia como a inovação tecnológica pode modificar a compreensão dos limites da propriedade, da privacidade e do próprio espaço aéreo situado acima dos imóveis particulares.

Uma realidade aparentemente distante das categorias tradicionais passa a exigir a aplicação renovada de normas relativas à propriedade, à convivência social, à intimidade e à responsabilidade civil.

No campo contratual, a análise do dever anexo de informação nos contratos de transferência de tecnologia envolvendo sistemas de inteligência artificial enfrenta um dos principais desafios do Direito Privado contemporâneo: a assimetria informacional existente em negócios marcados por elevada complexidade técnica. A boa-fé objetiva assume, nesse cenário, papel essencial na construção de parâmetros de lealdade, transparência e cooperação, sem eliminar a autonomia privada, a legítima alocação de riscos ou a proteção dos segredos empresariais.

A responsabilidade civil também é examinada a partir das transformações em curso. A discussão sobre a positivação de sua função punitivo-pedagógica no Projeto de Lei nº 4/2025 coloca em diálogo o modelo tradicionalmente reparatório do sistema brasileiro, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e a necessidade de respostas adequadas a condutas especialmente graves, dolosas ou reiteradas. O tema convida o leitor a refletir sobre os limites e as finalidades da indenização, bem como sobre o equilíbrio necessário entre reparação, prevenção, proporcionalidade e vedação ao enriquecimento sem causa.

A relação entre liberdade profissional, confiança e responsabilidade surge, por sua vez, na análise da comercialização de medicamentos por médicos. A possibilidade de o profissional obter vantagem econômica com a venda do produto por ele próprio prescrito expõe um relevante conflito de interesses e demonstra como relações privadas formalmente lícitas podem exigir controle ético e jurídico quando envolvem vulnerabilidade, dependência técnica e riscos à autonomia do paciente.

A proteção da pessoa também ocupa posição central na reflexão dedicada aos indivíduos com cinquenta anos ou mais. Em uma sociedade marcada pelo envelhecimento populacional, torna-se indispensável afastar concepções que associem idade à incapacidade e reconhecer que a tutela jurídica deve preservar, antes de tudo, a autonomia, a dignidade e a participação social. A proteção não pode ser convertida em substituição indevida da vontade, assim como o cuidado não deve servir de fundamento para práticas paternalistas ou excludentes.

Ao lado dessas questões, a obra recupera institutos clássicos e os submete às exigências da realidade atual. O estudo sobre o penhor de quotas sociais e sua eficácia perante terceiros demonstra a importância do registro

e da publicidade para a segurança das relações empresariais, especialmente quando se entrelaçam interesses de credores, sócios, sociedades e terceiros de boa-fé. Nesse contexto, autonomia privada e segurança jurídica não se apresentam como valores opostos, mas como elementos que precisam ser harmonizados.

A enfiteuse, o foro e o laudêmio, examinados à luz das alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 46/2005, revelam a permanência de discussões patrimoniais historicamente construídas e suas repercussões contemporâneas. O estudo demonstra que mesmo institutos extintos ou profundamente modificados pelo ordenamento podem continuar produzindo efeitos concretos, exigindo do intérprete atenção à evolução constitucional, à natureza dos bens envolvidos e à legitimidade das cobranças realizadas pelo Poder Público.

De modo semelhante, a reforma tributária promovida pela Emenda Constitucional nº 132/2023 evidencia que as transformações ocorridas em outros ramos do Direito repercutem diretamente sobre as categorias civilistas. Conceitos como propriedade, posse, contrato, circulação, domicílio e estabelecimento passam a desempenhar papel relevante na delimitação das novas hipóteses de incidência tributária. O capítulo dedicado ao tema reforça a necessidade de uma interpretação sistemática, capaz de preservar a autonomia científica dos diferentes ramos jurídicos sem ignorar os pontos em que suas estruturas se comunicam.

A propriedade também é analisada em sua dimensão social e territorial. A reflexão acerca dos conflitos de terra no Maranhão ultrapassa a compreensão meramente formal do domínio e evidencia as relações históricas, econômicas e humanas que se estabelecem em torno da posse e do uso da terra. Comunidades tradicionais, trabalhadores rurais, interesses econômicos e políticas de desenvolvimento encontram-se em um espaço de tensão no qual propriedade, dignidade, identidade e justiça social se tornam indissociáveis.

Em todos esses temas, percebe-se que o movimento anunciado no título da coleção não representa transformação irrefletida nem ruptura com a tradição. Trata-se de um movimento responsável, orientado pela necessidade de interpretar o sistema jurídico à luz de novas circunstâncias, sem desprezar os fundamentos que lhe conferem unidade e estabilidade.

Essa é uma das maiores virtudes da presente obra. Seus autores não tratam o Direito Civil como um conjunto estático de normas, tampouco como um repertório de respostas previamente concluídas. Cada capítulo

formula problemas, identifica tensões e propõe caminhos interpretativos, aproximando a pesquisa acadêmica dos desafios vivenciados pelos profissionais, pelas instituições e pela sociedade.

A pluralidade de perspectivas fortalece o conjunto. Temas tecnológicos, empresariais, patrimoniais, sanitários, demográficos, tributários e territoriais convivem em uma mesma obra porque todos demonstram, por ângulos distintos, a capacidade expansiva e integradora do Direito Civil. Mais do que disciplinar relações entre particulares, ele participa da proteção da pessoa, da organização da vida econômica e da conformação jurídica das transformações sociais.

Apresentar este segundo volume é, portanto, um privilégio e também um convite à reflexão. As páginas que seguem oferecem ao leitor não apenas análises sobre institutos jurídicos, mas diferentes maneiras de observar o tempo presente. Em cada estudo, encontra-se a consciência de que a tradição somente preserva sua relevância quando permanece aberta ao questionamento e de que a inovação jurídica somente se legitima quando construída com rigor, prudência e responsabilidade.

Que a leitura desta obra desperte novas perguntas, estimule o debate e contribua para uma prática jurídica mais atenta às transformações da sociedade. Afinal, se as relações humanas estão em permanente movimento, o Direito Civil deve conservar a sensibilidade necessária para acompanhá-las, compreendê-las e protegê-las.

Claudine Rezende Ribeiro

Advogada, sócia do escritório Borges, Ribeiro & Oliveira Advogadas Associadas. Profissional Master em Direito das Famílias e Sucessões.

Capítulo 1

ENTRE O ACERVO E A INTIMIDADE: HERANÇA DIGITAL, DIREITOS DA PERSONALIDADE E SEGURANÇA JURÍDICA NO PROJETO DE LEI Nº 4/2025

Cássius Guimaráes Chai[1]
Pedro Henrique Roque Lima[2]
Monica Fontenelle Carneiro[3]

1 Introdução

Em 26 de abril de 2024, ao examinar pedido formulado pela mãe e única herdeira de uma usuária falecida, a 3ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo determinou a transferência do acesso ao ID Apple da *de cujus*, reformando sentença que negara a expedição

1 Professor Permanente PPGD/Faculdade de Direito de Vitória Mestrado e Doutorado em Direitos e Garantias Fundamentais Professor Associado DEDIR/CCSO/Universidade Federal do Maranhão, Docente Permanente – PROFIAP e PPGAERO/UFMA. Beijing Criminal College G20 Research Center, Normal University of Political Science and Law Beijing, Pesquisador Visitante. Promotor de Justiça Criminal, Ministério Público do Estado do Maranhão. Doutor em Direito Universidad de Salamanca (Estado de Derecho y Gobernanza Global, línea Geopolítica). Doutor em Direito Constitucional, com estágio de Doutorado Sanduíche, Universidade Federal de Minas Gerais e Cardozo School of Law (NY/EUA, 2006). Diplomado Política e Estratégia, Escola Superior de Guerra (ESG/BRA, 2019). Pós-doutor Faculdade de Direito de Vitória (2020). Doutor e Mestre em Direito, Universidade do Porto (2021). Mestre em Direito Constitutional - UFMG, 2001. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5893-3901 cassiuschai@gmail.com

2 Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Maranhão. Pós-graduado em Advocacia Criminal – ESA OAB/MA. Pós-graduado em Advocacia trabalhista e previdenciária – ESA OAB/MA. Membro pesquisador do Grupo de Pesquisa Cultura, Direito e Sociedade (DGP/CNPq/UFMA). Assessor jurídico da Defensoria Pública do Estado do Maranhão. Lattes: http://lattes.cnpq.br/3109458672871656. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-1319- 5196. E-mail: pedroroqueadv@gmail.com

3 Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC), com estágios pós-doutorais em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e em Direito pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Professora Associada do Departamento de Letras do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Atua como docente permanente nos Programas de Pós-Graduação em Letras (PPGLETRAS/PPGLB). da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: mf.carneiro@ufma.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0233-3450.

do alvará. O acórdão aproximou o patrimônio digital da sucessão legítima, recorreu ao Enunciado nº 687 da IX Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal e atribuiu relevo à inexistência de manifestação da titular em sentido contrário, bem como à condição da requerente como única herdeira. A denominada memória digital foi, naquele caso, compreendida em articulação com a garantia constitucional do direito de herança (São Paulo, 2024).

Pouco menos de um mês depois, em 22 de maio de 2024, a 8ª Câmara Cível Especializada do Tribunal de Justiça de Minas Gerais alcançou solução distinta em controvérsia igualmente relacionada ao desbloqueio de conta Apple após a morte do usuário. Embora reconhecesse a transmissibilidade dos bens digitais dotados de expressão econômica, o Tribunal qualificou fotografias, arquivos e comunicações privadas, nas circunstâncias examinadas, como bens digitais de caráter existencial, cuja abertura indiscriminada poderia atingir intimidade, imagem, vida privada e autonomia do titular falecido. A morte não foi considerada suficiente para converter todo conteúdo tecnicamente acessível pela conta em patrimônio disponível aos sucessores (Minas Gerais, 2024).

A proximidade temporal entre os julgamentos e o contraste de seus resultados deslocam o problema para além da recorrente afirmação de que faltaria, no Brasil, disciplina específica para a chamada herança digital. As decisões envolviam contas do mesmo ecossistema tecnológico e pedidos de acesso post mortem, mas atribuíam pesos distintos à sucessão e à tutela existencial. A dificuldade reside, assim, menos em reconhecer que a vida contemporânea produz patrimônio no ambiente digital do que em determinar o que se transmite quando uma única conta concentra, simultaneamente, ativos econômicos, memórias familiares, credenciais, comunicações privadas, informações de terceiros e manifestações da identidade pessoal.

É nesse campo de indeterminação que se insere o Projeto de Lei nº 4, de 2025, apresentado no Senado Federal para promover ampla atualização do Código Civil, inclusive mediante a criação de um Livro próprio de Direito Civil Digital e de dispositivos sobre bens digitais e sucessão. Na data de corte desta pesquisa, 26 de agosto de 2026, a página oficial do Senado registrava 893 emendas e a Comissão Temporária responsável pela matéria permanecia em funcionamento, com prazo prorrogado até 22 de dezembro de 2026. A quantidade de proposições não constitui, por si,

indicador de deficiência legislativa, mas torna visível a disputa em torno das categorias que o projeto pretende incorporar ao Código (Brasil, 2025).

O presente trabalho propõe-se a analisar a disciplina da herança e do patrimônio digitais no texto inicial do Projeto de Lei nº 4/2025, confrontando-a com o regime sucessório e de proteção da personalidade vigente, com emendas apresentadas durante a tramitação e com os julgamentos anteriormente mencionados. Parte-se da hipótese de que a segurança jurídica da sucessão digital depende menos da incorporação indiscriminada de conteúdos virtuais à herança do que de critérios capazes de distinguir função econômica, vinculação do ativo à identidade do titular, manifestação de vontade e direitos de terceiros. São examinados, para esse fim, o Código Civil, o Marco Civil da Internet, a Nota Técnica nº 3/2023 da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, o PL nº 4/2025, as Emendas nº 192 e 642 e a literatura que problematiza a divisão entre situações patrimoniais e existenciais.

2 Do patrimônio à personalidade: o que se transmite quando o acervo é digital?

A abertura da sucessão produz, no sistema brasileiro, efeito patrimonial imediato, uma vez que o art. 1.784 do Código Civil determina que a herança se transmite, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários. A morte, por sua vez, encerra a existência da pessoa natural, sem que disso resulte a transmissão de todas as posições jurídicas que lhe eram relacionadas. O mesmo Código estabelece a intransmissibilidade dos direitos da personalidade e reconhece legitimidade de familiares para determinadas formas de tutela após a morte. Término da personalidade civil, transmissão hereditária e proteção post mortem não se confundem, portanto, pois a sucessão alcança as posições juridicamente transmissíveis sem converter os atributos existenciais da pessoa em objetos patrimoniais disponíveis (Brasil, 2002).

No ambiente digital, essa separação se torna menos evidente porque uma mesma interface reúne situações de natureza distinta. Uma conta pode concentrar saldo financeiro, contratos, fotografias familiares, obras autorais, conversas íntimas, dados de clientes, registros de localização, assinaturas, milhas, criptoativos e informações produzidas por terceiros. A senha que permite alcançar esse conjunto não possui necessariamente valor econômico autônomo, enquanto o perfil que gera receita também pode

exteriorizar imagem e identidade. Uma fotografia sem valor de mercado pode guardar interesse afetivo, e uma conversa útil à apuração de crédito pode revelar a intimidade do falecido e de seu interlocutor. A categoria acervo digital descreve a forma de existência ou armazenamento desses elementos, mas não resolve o regime jurídico de cada um.

Essa dificuldade está no centro da crítica de Livia Teixeira Leal ao paradigma excessivamente abrangente da herança digital. Ao deslocar a análise da mera transmissibilidade para o tratamento jurídico *post mortem* do conteúdo inserido na rede, a autora questiona a submissão de todo o acervo do usuário falecido à lógica sucessória, como se a morte pudesse patrimonializar aquilo que, em vida, permanecia ligado à privacidade, à identidade e à autodeterminação. A distinção permite separar transmissão, acesso, preservação, exclusão e gestão de conta, providências que podem produzir consequências distintas mesmo quando recaem sobre o mesmo ambiente tecnológico (Leal, 2018).

Sob outra perspectiva, Konder e Teixeira identificam os chamados bens digitais dúplices, nos quais elementos patrimoniais e existenciais aparecem conjugados em grau que dificulta classificações abstratas. Perfis explorados comercialmente podem possuir valor de mercado sem deixar de exteriorizar a identidade do titular. A análise funcional proposta pelos autores desloca a pergunta da natureza estática do bem para a função desempenhada pela situação jurídica e para os efeitos do ato pretendido, evitando que a tutela patrimonial absorva, sem mediação, a dimensão personalíssima do ativo (Konder; Teixeira, 2024).

A pretensão sucessória torna-se ainda mais sensível quando exige acesso a comunicações armazenadas. O Marco Civil da Internet protege a intimidade, a vida privada e o sigilo das comunicações, inclusive das mensagens privadas armazenadas, ressalvada a possibilidade de acesso nos termos legais. A LGPD, por outro lado, não pode ser empregada automaticamente como fundamento de proteção do próprio falecido, pois, na Nota Técnica nº 3/2023, a Coordenação-Geral de Fiscalização da ANPD concluiu pela não incidência da lei sobre dados de pessoas mortas, sem afastar a proteção de dados de terceiros vivos eventualmente contidos no acervo. A disciplina sucessória deve, assim, dialogar com regimes distintos sem lhes atribuir alcance que não possuem (Brasil, 2014; ANPD, 2023).

Chega-se, desse modo, a uma distinção necessária para a análise da reforma, segundo a qual patrimônio digital, herança digital e direito

de acesso não são equivalentes. O patrimônio digital pode compreender elementos econômicos, pessoais ou culturais associados ao titular, enquanto a herança corresponde às posições transmissíveis segundo o regime sucessório e o acesso constitui providência instrumental cuja legitimidade depende da finalidade, da extensão e dos interesses atingidos. A conta funciona frequentemente como recipiente técnico dessas dimensões, mas sua unidade tecnológica não autoriza o Direito a tratá-las como uma única situação jurídica. É nessa passagem entre arquitetura da plataforma e arquitetura da sucessão que o PL nº 4/2025 procura construir disciplina própria.

3 A herança digital no PL nº 4/2025: entre a amplitude do patrimônio e os limites da sucessão

O texto inicial do PL nº 4/2025 enfrenta a matéria em dois espaços do Código Civil. No Livro das Sucessões, insere os arts. 1.791-A a 1.791-C e, posteriormente, cria um Livro VI dedicado ao Direito Civil Digital, cujo Capítulo V volta a disciplinar o patrimônio digital. A duplicação expõe operações conceituais diferentes, pois o art. 1.791-A procura indicar o que integra a herança, enquanto o art. 2.027-AA apresenta definição mais ampla de patrimônio digital, incluindo ativos com conteúdo econômico, pessoal ou cultural. A leitura conjunta revela tentativa de não equiparar patrimônio digital e acervo sucessório, mas também zonas de sobreposição que exigem maior precisão (Brasil, 2025).

Segundo a redação originalmente proposta para o art. 1.791-A, integram a herança os bens digitais do falecido de valor economicamente apreciável. O critério parece restritivo, mas o dispositivo passa a enumerar senhas, dados financeiros, perfis em redes sociais, contas, arquivos de conversas, vídeos, fotografias, programas de recompensa e outros conteúdos armazenados em ambiente virtual. Em seguida, afasta da lógica patrimonial os direitos da personalidade e aqueles que se projetam após a morte sem conteúdo econômico. A dificuldade classificatória decorre do fato de que senha, perfil, conversa, vídeo ou fotografia não possuem natureza econômica ou existencial predeterminada, porque sua função depende do contexto e do uso ao qual estão vinculados (Brasil, 2025).

A tensão reaparece no Livro VI, em que o art. 2.027-AA define patrimônio digital como conjunto de ativos intangíveis e imateriais com valor econômico, pessoal ou cultural, ao passo que o art. 2.027-AC admite

a transmissão hereditária de dados, informações, senhas ou códigos de acesso por testamento e afirma integrar a herança o patrimônio digital de natureza econômica pura ou híbrida, sendo híbrida a situação também relacionada a caracteres personalíssimos. O reconhecimento da hibridez é relevante, mas não resolve quais faculdades sucessórias podem ser exercidas sobre a dimensão existencial incorporada ao mesmo ativo. Dizer que o bem híbrido integra a herança não equivale a autorizar a transmissão irrestrita de todos os poderes associados à conta (Brasil, 2025).

Um perfil explorado profissionalmente demonstra o problema quando receitas publicitárias já constituídas, créditos vencidos e direitos contratuais economicamente transmissíveis podem integrar o espólio, enquanto permanece distinta a questão de saber se a transmissão desses efeitos permite ao herdeiro assumir a identidade digital do falecido, publicar em seu nome, explorar indefinidamente sua imagem ou acessar mensagens privadas que jamais integraram a atividade econômica. Quando patrimônio e identidade coexistem no mesmo perfil, a segurança jurídica depende de decompor as faculdades ligadas ao ativo, identificando quais atravessam a morte e quais permanecem submetidas à tutela da personalidade.

O próprio projeto adota solução mais restritiva para as mensagens privadas. Os arts. 1.791-B e 2.027-AD partem da impossibilidade de acesso dos herdeiros às comunicações do autor da herança, ressalvando manifestação expressa de última vontade e hipóteses de autorização judicial. A disciplina confirma que acesso e transmissão não constituem operações idênticas, porque um sucessor pode necessitar de determinada comunicação para apurar obrigação patrimonial sem se tornar, por isso, titular da integralidade da correspondência do falecido. A delimitação judicial do conteúdo e da finalidade aparece, nesse ponto, como mecanismo de conciliação entre interesse sucessório e proteção da intimidade de todos os participantes da comunicação (Brasil, 2025).

A autonomia privada ocupa posição igualmente relevante. O texto aproxima o compartilhamento de senhas de disposição negocial ou de última vontade e admite que o testamento regule a transmissão de dados e códigos de acesso. A opção reconhece que a vontade manifestada em vida deve participar do destino do acervo, embora a simples entrega de credencial possa decorrer de razões instrumentais, emergenciais ou cotidianas sem conter intenção sucessória. A finalidade do compartilhamento e a extensão da autorização precisam, por isso, ser demonstradas, evitando que um ato técnico seja convertido automaticamente em disposição patrimonial ou

existencial. As dificuldades reapareceriam na fase de emendas, quando o próprio processo legislativo passou a buscar critérios mais definidos para a transmissibilidade.

A disciplina também precisa considerar que o conteúdo armazenado raramente pertence, em sentido existencial, apenas ao titular da conta. Fotografias podem retratar terceiros, conversas são produzidas por mais de um interlocutor e arquivos profissionais podem conter segredos negociais, dados de clientes ou informações submetidas a confidencialidade. Mesmo quando o sucessor demonstre interesse legítimo em determinado ativo, a medida de acesso deve preservar conteúdos estranhos à finalidade sucessória, inclusive por extração seletiva ou fornecimento de informação individualizada. A proteção de terceiros deixa, nesse ponto, de ser obstáculo externo à herança e passa a integrar a própria definição de sua extensão.

4 A zona cinzenta da transmissibilidade: emendas, autonomia e segurança jurídica

Entre as emendas apresentadas ao PL nº 4/2025, duas permitem observar com maior nitidez a disputa em torno das categorias do texto inicial. Em 2 de março de 2026, a Emenda nº 192, de autoria do senador Mecias de Jesus, propôs nova redação para o art. 1.791-A, substituindo a expressão bens digitais do falecido de valor economicamente apreciável pela afirmação de que integram a herança os bens digitais de valor econômico, compreendidos como patrimônio intangível de natureza econômica armazenado ou acumulado em ambiente virtual. A proposta retira, nessa passagem, a enumeração de senhas, perfis, conversas, vídeos e fotografias (Brasil, 2026a).

A alteração reduz uma inconsistência semântica, mas não elimina os bens de função dúplice. Um canal remunerado ou um perfil utilizado para publicidade possui valor patrimonial, embora esse valor possa depender diretamente da imagem, da voz, da história pessoal ou de outros elementos da personalidade. A pergunta deixa de ser apenas se existe expressão econômica e passa a alcançar a consequência sucessória que pode ser extraída desse valor sem converter o conjunto da identidade digital do falecido em objeto de exploração pelos sucessores.

A Emenda nº 642, apresentada pelo senador Sergio Moro em 3 de março de 2026, aproxima-se de uma análise funcional. A proposta estabelece que integram a herança os ativos digitais com valor econômico ou

necessários à liquidação patrimonial do espólio, remetendo ao testamento, ou à legislação especial na ausência deste, o destino dos conteúdos predominantemente personalíssimos. Acrescenta, ainda, que a qualificação do ativo como personalíssimo dependerá de sua natureza, finalidade, grau de vinculação à identidade do titular e presença ou ausência de valor econômico objetivamente aferível. Para mensagens privadas, conserva a inacessibilidade como regra, admitindo exceção por última vontade ou decisão judicial fundamentada e limitada ao estritamente necessário (Brasil, 2026b).

Natureza, finalidade, vinculação à identidade e expressão econômica não funcionam, nessa formulação, como categorias mutuamente excludentes, mas como elementos de avaliação da situação concreta. A mesma conta pode justificar transmissão de determinadas faculdades e restrição de outras. O deslocamento é relevante porque supera a necessidade de declarar previamente que um perfil é, em bloco, patrimonial ou existencial, reconhecendo que a solução pode exigir fragmentação jurídica dos poderes associados ao ativo, conforme a finalidade do acesso ou da utilização pretendida.

Essa perspectiva exige que a autonomia do titular não seja reduzida ao formalismo testamentário, mas também impede que qualquer comportamento seja convertido em disposição *post mortem.* Plataformas já oferecem mecanismos de contato herdeiro, memorialização, exclusão programada ou destinação de conta, e os usuários podem igualmente expressar vontade por documentos particulares ou outras condutas. A segurança jurídica depende de manifestação suficientemente inequívoca para o efeito pretendido, sobretudo quando estiver em jogo o acesso a comunicações íntimas ou o uso continuado da identidade do falecido. O silêncio, por sua vez, não pode operar simultaneamente como consentimento para acesso irrestrito nem como proibição absoluta de qualquer medida, razão pela qual soluções legislativas devem admitir providências graduais e finalisticamente delimitadas.

Há, ainda, um problema de coerência entre regimes, porque o texto inicial e a Emenda nº 642 fazem referência à legislação de proteção de dados na disciplina post mortem, embora a ANPD tenha concluído, em 2023, pela não incidência da LGPD sobre dados de pessoas falecidas. A divergência não deixa o acervo desprotegido, uma vez que direitos da personalidade podem projetar tutela após a morte, comunicações permanecem submetidas ao Marco Civil e dados de interlocutores, clientes

ou familiares vivos continuam sujeitos à LGPD. O que deve ser evitado é a construção de segurança aparente pela simples remissão a uma lei cujo âmbito de incidência, segundo a autoridade administrativa competente, não alcança o próprio falecido (ANPD, 2023).

A partir desse percurso, quatro critérios mostram-se particularmente úteis para uma disciplina sucessória. São eles: a função econômica objetivamente identificável, capaz de atrair a transmissão das posições patrimoniais; o grau de vinculação do conteúdo à identidade do titular, que pode limitar faculdades sucessórias mesmo diante de valor econômico; a manifestação de vontade cuja forma deve ser compatível com a relevância da providência; e, por fim, a posição jurídica de terceiros, especialmente presente em mensagens, fotografias compartilhadas e dados profissionais. Tais critérios não eliminam a interpretação judicial, mas tornam mais previsível a sequência de perguntas que deve preceder a transmissão ou o acesso.

A escolha legislativa também deve distinguir aquilo que convém estabilizar no Código Civil daquilo que depende de disciplina técnica ou setorial. Autonomia privada, transmissibilidade patrimonial, tutela da personalidade e proteção de terceiros possuem vocação duradoura, enquanto procedimentos de recuperação de conta, memorialização ou limites derivados de arquiteturas específicas podem mudar com rapidez. O ponto de equilíbrio está na formulação de critérios jurídicos estáveis o suficiente para orientar tecnologias diversas, remetendo à legislação especial e à regulamentação técnica aquilo que não exige permanência codificada.

Segurança jurídica, nessa matéria, não significa produzir resposta única para todos os ativos digitais. Significa reduzir a arbitrariedade por meio de razões que expliquem por que uma receita é transmitida, por que uma mensagem permanece fechada, por que determinado arquivo pode ser acessado para a liquidação do espólio e por que o uso posterior da imagem do falecido exige tratamento diferente daquele aplicável aos créditos. É justamente a presença, ou a ausência, desses critérios que pode ser observada quando a controvérsia chega aos inventários e pedidos de alvará.

5 Quando o acervo chega ao inventário: entre o direito de herança e a autonomia existencial

A divergência entre os julgamentos de São Paulo e Minas Gerais pode ser retomada, agora, como teste para os critérios desenvolvidos. No caso paulista, a autora pretendia acesso ao ID Apple da filha falecida, sendo sua única herdeira. O Tribunal considerou que o patrimônio digital poderia integrar o espólio, invocou o Enunciado nº 687 do Conselho da Justiça Federal e registrou não identificar, naquele contexto, violação aos direitos da personalidade, atribuindo relevância à ausência de disposição contrária da titular e ao interesse afetivo afirmado pela sucessora (São Paulo, 2024).

No TJMG, onde a proteção existencial recebeu peso maior, o espólio pretendia acesso à conta Apple que continha acervo fotográfico e correspondências armazenados em nuvem, e a 8ª Câmara Cível Especializada, ao negar o recurso, distinguiu os bens digitais de expressão econômica das situações existenciais e ressaltou intimidade, vida privada, imagem e autonomia do falecido (Minas Gerais, 2024). As decisões não partem de premissas absolutamente inconciliáveis, pois ambas admitem patrimônio digital transmissível e reconhecem relevância à esfera pessoal, embora divirjam quanto à intensidade da presunção favorável ao acesso e à forma de tratar conteúdos afetivos sem expressão econômica. Por isso, uma regra que apenas declarasse que bens digitais integram a herança dificilmente resolveria o conflito.

Aplicados aos dois casos, os critérios da Emenda nº 642 alterariam o eixo do julgamento. No processo paulista, seria necessário identificar a finalidade concreta do acesso, o grau de vinculação dos arquivos à identidade da falecida, eventual valor econômico e manifestação de vontade, enquanto, no caso mineiro, caberia verificar se algum conteúdo individualizado era necessário à liquidação patrimonial do espólio sem que isso conduzisse à abertura geral de fotografias e correspondências. Entre transferir integralmente uma conta e recusá-la em bloco existem medidas intermediárias, como recuperação de ativo específico, fornecimento de informação patrimonial, preservação de conteúdo, acesso judicialmente delimitado, exclusão de dados ou conversão da conta em memorial.

A comparação também sugere que o rótulo atribuído ao acervo não deve antecipar o resultado, porque a providência requerida produz efeitos próprios. O acesso para localizar documento necessário ao inventário não se confunde com a entrega permanente das credenciais, a cópia de

arquivo determinado tampouco equivale à abertura de todo o histórico de comunicações, e a manutenção de perfil como memorial não autoriza sua exploração comercial. A decisão judicial deve relacionar a finalidade alegada à medida tecnicamente necessária e justificar eventual restrição à intimidade, ao sigilo ou aos interesses de terceiros, demonstrando por que providência menos intrusiva não atenderia ao mesmo interesse. O deslocamento da categoria abstrata para a extensão concreta da medida aproxima a tutela sucessória de uma lógica de necessidade e proporcionalidade sem negar que determinados ativos devam compor o espólio.

A distinção entre titularidade de determinado ativo e controle da conta que o hospeda assume, nesse contexto, importância prática. A pessoa pode ser titular de crédito registrado por uma plataforma sem possuir direito irrestrito de transferir a própria conta, ainda que relações contratuais, licenciamento, proteção autoral, sigilo das comunicações e direitos de terceiros possam limitar o exercício do direito sucessório sem eliminar o valor patrimonial que deve chegar ao espólio. O inventário digital não precisa reproduzir a arquitetura da plataforma e deve identificar juridicamente as posições pertencentes ao falecido, atribuindo a cada uma o tratamento sucessório correspondente.

O PL nº 4/2025 oferece oportunidade para reduzir essa confusão ao reconhecer patrimônio digital, manifestação de vontade, mensagens privadas e gestão post mortem de contas. A segurança jurídica pretendida pela reforma, contudo, dependerá de preservar distinções que a tecnologia tende a obscurecer, pois login, conta e herança não constituem realidades equivalentes, e a possibilidade técnica de acesso não significa, por si, autorização jurídica para conhecer, utilizar ou transmitir tudo aquilo que se encontra depois da senha.

6 Considerações finais

A atualização do Código Civil responde a controvérsia já presente nos tribunais, que não pode permanecer entregue apenas às condições de uso das plataformas, à analogia com normas concebidas para outros contextos e à solução casuística. Os julgamentos do TJSP e do TJMG demonstram que a dificuldade não está apenas em reconhecer patrimônio digital, mas em tratar conteúdos cuja relevância pode ser econômica, existencial ou simultaneamente ambas. O PL nº 4/2025 reconhece parte dessa complexidade ao diferenciar bens economicamente apreciáveis,

direitos da personalidade, mensagens privadas e manifestação de última vontade, embora mantenha conceitos amplos capazes de reproduzir algumas das incertezas que pretende superar.

As Emendas nº 192 e 642 tornam essa tensão mais visível. A primeira estreita o ingresso na herança em torno do valor econômico, enquanto a segunda acrescenta critérios de natureza, finalidade, vinculação à identidade e valor objetivamente aferível. O percurso permite sustentar que a segurança jurídica da sucessão digital depende da decomposição das posições reunidas tecnicamente em cada conta, distinguindo valor econômico, finalidade, identidade, vontade e direitos de terceiros, sem que isso fragmente artificialmente o acervo.

A disciplina civil pode, a partir desses elementos, preservar simultaneamente herança e personalidade mediante a individualização da posição jurídica pretendida, de sua função econômica ou existencial, da manifestação válida do titular, dos direitos de terceiros e da medida menos intrusiva capaz de alcançar a finalidade sucessória legítima. A contribuição normativa da reforma estaria, assim, menos em declarar transmissível uma nova categoria abstrata de bens e mais em fornecer critérios para separar, no mesmo ambiente técnico, aquilo que deve integrar o espólio, aquilo que pode ser acessado para finalidade determinada e aquilo que permanece protegido após a morte.

A transmissibilidade não deve ser decidida exclusivamente pela forma digital do bem nem pela existência de interesse afetivo do sucessor, assim como o caráter pessoal de parte do acervo não pode impedir a recuperação de ativos efetivamente patrimoniais. Se o Direito Civil pretende oferecer disciplina duradoura para a vida digital, deverá resistir à unidade aparente construída pelas plataformas e reconhecer que uma conta pode ser uma só para a tecnologia e muitas para o Direito. Entre o acervo e a intimidade, a segurança jurídica dependerá menos de decidir quem recebe a senha e mais de determinar quais posições jurídicas podem legitimamente atravessar a morte.

Referências

AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - ANPD. **Nota Técnica nº 3/2023/CGF/ANPD**. Brasília, DF: ANPD, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/anpd/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos-tecnicos-orientativos/nota-tecnica-no-3-2023-cgf-anpd.pdf.

Acesso em: 26 ago. 2026.

BRASIL. Senado Federal. **Emenda nº 192 ao Projeto de Lei nº 4, de 2025**. Autoria: Senador Mecias de Jesus. Brasília, DF: Senado Federal, 2 mar. 2026a. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?disposition=inline&dm=10165384. Acesso em: 26 ago. 2026.

BRASIL. Senado Federal. **Emenda nº 642 ao Projeto de Lei nº 4, de 2025**. Autoria: Senador Sergio Moro. Brasília, DF: Senado Federal, 3 mar. 2026b. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?disposition=inline&dm=10167902. Acesso em: 26 ago. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 26 ago. 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 26 ago. 2026.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 4, de 2025.** Dispõe sobre a atualização da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e da legislação correlata. Autoria: Senador Rodrigo Pacheco. Brasília, DF: Senado Federal, 2025. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/166998. Acesso em: 26 ago. 2026.

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. **Enunciado nº 687. IX Jornada de Direito Civil.** Comissão de Trabalho Direito Digital e Novos Direitos. Brasília, DF: CJF, 2022. Disponível em: https://cjf.jus.br/enunciados/enunciado/1826. Acesso em: 26 ago. 2026.

KONDER, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. Bens digitais dúplices: desafios tecnológicos à distinção entre situações jurídicas patrimoniais e existenciais. **Pensar - Revista de Ciências Jurídicas, Fortaleza, v. 29, n. 3, p. 1-12, jul./set. 2024**. DOI: https://doi.org/10.5020/2317-2150.2024.14769. Disponível em: https://ojs.unifor.br/rpen/article/view/14769. Acesso em: 26 ago. 2026.

LEAL, Livia Teixeira. Internet e morte do usuário: a necessária superação do paradigma da herança digital. **Revista Brasileira de Direito Civil, Belo Horizonte, v. 16, p. 181-197, abr./jun. 2018.** Disponível em: https://rbdcivil.ibdcivil.org.br/rbdc/article/view/237. Acesso em: 26 ago. 2026.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. **Agravo de Instrumento-Cv nº 1.0000.24.174340-0/001**. Relator: Des. Delvan Barcelos Júnior. 8ª Câmara Cível Especializada. Julgamento em 22 maio 2024. Publicação em 28 jun. 2024. Disponível em: https://www8.tjmg.jus.br/themis/baixaDocumento.do?numeroVerificador=10000241743400001202425655 17&tipo=1. Acesso em: 26 ago. 2026.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. **Apelação Cível nº 1017379-58.2022.8.26.0068.** Relator: Des. Carlos Alberto de Salles. 3ª Câmara de Direito Privado. Julgamento em 26 abr. 2024. Disponível em: https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?casChecked=-true&cdAcordao=17832916&cdForo=0. Acesso em: 26 ago. 2026.

Capítulo 2

DO ARADO AO ALGORITMO: ABERTURA NORMATIVA E ADAPTAÇÃO DO DIREITO CIVIL BRASILEIRO AOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS

Cassius Guimaráes Chai[1]
Paulo Sérgio Velten Pereira[2]
Mayckerson Alexandre Franco Santos[3]
Alan Rodrigo Ribeiro de Castro[4]

1 Introdução

Desde as origens do capitalismo industrial até a era da inteligência artificial, o Direito Civil brasileiro tem sido desafiado a acompanhar as profundas transformações dos meios de produção, circulação e comunicação. A história legislativa dos Códigos Civis revela não apenas a fixação de um modelo normativo próprio de cada tempo, mas também os limites estruturais de suas fórmulas para responder a novas demandas sociais.

Nesse sentido, a promulgação do Código de 1916 correspondeu a um projeto liberal, centrado no sujeito proprietário e nas liberdades contratuais, refletindo os valores de uma sociedade patriarcal, agrária e ainda incipiente em sua industrialização. Já o Código de 2002 representou uma inflexão paradigmática com a abertura do sistema por meio da incorporação de cláusulas gerais, princípios constitucionais e uma

1 Doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pela Cardozo School of Law – Yeshiva University; Professor Associado da Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA). E-mail: chai@mpma.mp.br

2 Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA); Professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: paulovelten@tjma.jus.br

3 Mestre em Direito e Instituições do Sistema de Justiça pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Técnico Judiciário e Assessor de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA). E-mail: mayckerson@gmail.com

4 Mestre em Direito e Instituições do Sistema de Justiça pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); residente do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA). E-mail: castro-97@hotmail.com

linguagem mais permeável às transformações sociais e tecnológicas, como forma de garantir maior efetividade ao Direito Privado.

Com o avanço acelerado da digitalização, da automação produtiva e da emergência de sistemas baseados em inteligência artificial, a proposta de reforma do Código Civil, em especial com a inclusão de um novo livro voltado ao Direito Civil Digital (*PL 4/2025*), galga um modelo normativo mais responsivo às novas formas de interação econômica e social. O impacto da tecnologia na redefinição das relações privadas desafia a rigidez de modelos jurídicos tradicionais e exige do ordenamento a capacidade de regular o intangível, o automatizado e o imprevisível, sem comprometer a segurança jurídica.

Nesse contexto, o presente artigo tem como objeto a correlação entre os avanços tecnológicos, do arado à inteligência artificial, e as adequações do Direito Civil brasileiro. Busca-se compreender como os Códigos de 1916 e 2002, bem como a proposta de reforma em curso, responderam e respondem às novas exigências derivadas da constante obsolescência normativa frente à inovação tecnológica. O problema central que orienta esta investigação consiste em: como os Códigos Civis acompanham as transformações tecnológicas que impactaram substancialmente as relações privadas?

Parte-se da hipótese de que a legislação civil tem recorrido à abertura estrutural, por meio de cláusulas gerais, conceitos jurídicos indeterminados e reforço dos princípios constitucionais, como forma de lidar com a complexidade e mutabilidade dos vínculos jurídicos na sociedade tecnológica. Essa estratégia normativa, longe de representar uma falha do sistema, revela-se como instrumento de atualização hermenêutica e adaptação contínua, conferindo maior capacidade de resposta à ordem jurídica.

A metodologia utilizada foi a sociojurídica, com técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica envolveu a consulta a portais acadêmicos como SciELO, Academia.edu, Google Scholar, Periódicos da UFMA e outros similares, analisando a interação entre o Direito e o contexto social e tecnológico, desde os fundamentos teóricos até a legislação e a prática jurisprudencial.

Justifica-se, portanto, a escolha do tema pela atualidade e relevância da discussão em meio à tramitação do PL 4/2025, que propõe a sistematização do Direito Civil Digital, bem como pela necessidade de avaliar a trajetória de abertura do sistema jurídico privado diante

das sucessivas revoluções tecnológicas. Outrossim, com a expansão dos domínios virtuais, tornam-se urgentes a proteção da confiança, da privacidade e da autonomia, pois compreender a evolução estrutural do Código Civil permite avaliar sua capacidade e limites para sustentar relações jurídicas em constante transformação. Trata-se, assim, de verificar se a flexibilidade normativa é um caminho viável e legítimo para preservar a coerência e a eficácia do Direito Privado em um mundo tecnicamente orientado e digitalmente conectado.

2 O Código Civil de 1916 e a rigidez normativa do modelo liberal

O Código Civil de 1916 representou o ápice da codificação liberal no Brasil, sendo concebido como um instrumento de consolidação da ordem privada burguesa. Elaborado por Clóvis Beviláqua sob forte influência do modelo germânico, especialmente da pandectística do século XIX, o Código foi estruturado a partir de uma lógica sistemática rígida e pelo formalismo conceitual. Tal construção dogmática se distanciava dos conflitos sociais concretos e privilegiava a coerência interna do sistema, marcado por abstrações universais e soluções pré-determinadas (Amaral, 2003, p. 25). A principal preocupação era a estabilidade das relações jurídicas por meio da segurança, previsibilidade e ordem, valores caros ao liberalismo clássico.

A chamada Parte Geral do Código, conforme assinala Amaral (1999, p. 20), foi construída com base na mais alta abstração conceitual da ciência jurídica da época, inspirada por autores alemães como Windscheid, Puchta e Brinz[1]. Essa abordagem refletia uma visão puramente lógica e sistemática do direito, cujo objetivo era a elaboração de um sistema harmônico e fechado, mais atento à estética normativa do que aos fundamentos ético-sociais do fenômeno jurídico. A codificação de 1916 visava dar respostas definitivas e completas, operando a partir de categorias fixas como a autonomia da vontade, a força obrigatória dos contratos e a relatividade dos efeitos obrigacionais. A norma era entendida como completa em si mesma, de modo que o juiz deveria apenas aplicar a norma abstrata ao fato

1 Windscheid, Puchta e Brinz foram expoentes da Escola Pandectista alemã, cuja metodologia consistia na construção de um sistema jurídico baseado em conceitos abstratos e categorias gerais aplicáveis a todo o direito privado, modelo que influenciou diretamente a estrutura da Parte Geral do Código Civil de 1916 (Wieacker, 2010, p.332)

concreto, sem margem criativa para interpretação ou adaptação valorativa (Zanini, 2008, p. 40).

Esse modelo se ajustava à realidade sociopolítica da Primeira República, em que predominavam os interesses agrários e patrimoniais das oligarquias, com mínima preocupação quanto à justiça distributiva. O Código, ao espelhar o paradigma liberal individualista, excluía do seu horizonte os princípios de solidariedade, função social e boa-fé objetiva, que somente viriam a ganhar relevo décadas depois, no contexto da constitucionalização do Direito Civil (Perlingieri, 2002, p. 06; Canaris, 2003, p. 140). O Estado, nesse arranjo, permanecia distante das relações privadas, sendo sua atuação limitada a garantir a liberdade de contratar e proteger a propriedade privada.

Sob a égide desse positivismo codificado, que se consolidou após a Revolução Francesa e encontrou na codificação napoleônica um modelo paradigmático, procurava-se afastar do Direito quaisquer elementos de subjetividade valorativa. Como destaca Tércio Sampaio Ferraz Júnior (2011, p. 23), a normatividade do direito codificado era concebida como técnica de dominação racional-legal, voltada a assegurar previsibilidade e controle social. A função judicial era meramente subsuntiva: o magistrado atuava como o "juiz-boca-da-lei", aplicando ao fato a norma previamente estabelecida, sem mobilizar juízos valorativos nem invocar princípios extraídos da moral ou da Constituição. Ao contrário das cláusulas gerais contemporâneas, o Código de 1916 desconhecia essas ferramentas e fazia uso pontual e excepcional de conceitos vagos fáticos, como "loucos de todo gênero" (art. 5º), cuja aplicação se restringia à verificação empírica da realidade, sem demandar interpretação axiológica ou abertura semântica (Zanini, 2008, p. 41).

Durante a Primeira República, esse ideal normativo encontrou respaldo no contexto de expansão do capitalismo agrário. Costa (2014, p. 180), a legalidade no Estado Liberal permitia ao indivíduo estabelecer um "cálculo das consequências jurídicas de suas condutas", constituindo assim um ambiente de segurança e confiança focado na proteção da pessoa, da propriedade e dos contratos. Como observa Fioravanti (1995, p. 80), o Código Civil do século XIX pretendia funcionar como um sistema completo, exauriente, em que os juízes não podiam e não deviam heterointegrar. No entanto, a previsibilidade assegurada pela codificação formal ignorava os conflitos sociais emergentes e reforçava a desigualdade

entre os sujeitos, mostrando-se insuficiente diante da complexidade das relações humanas (Martins-Costa, 2004, p. 441).

A ausência de cláusulas gerais evidencia o fechamento do sistema, cuja autorreferência normativa impedia a atualização interpretativa diante das transformações sociais. Como observa Judith Martins-Costa (2015, p. 21), a codificação de 1916 funcionava como um sistema de previsibilidade, mas era incapaz de lidar com a dinamicidade das relações econômicas e da própria sociedade. Com isso, o Código foi se tornando progressivamente obsoleto diante das transformações históricas, tecnológicas e sociais, exigindo remendos legislativos e uma constante tensão interpretativa, sobretudo no pós-constituinte de 1988 (Tepedino, 2004, p. 14). A ausência de mecanismos de abertura normativa comprometeu sua capacidade adaptativa, motivando o movimento de reforma que culminaria no Código de 2002.

3 O Código Civil de 2002: transição para um sistema aberto e responsivo

A promulgação do Código Civil de 2002 representou um marco na inflexão paradigmática do Direito Civil brasileiro, aproximando-o dos valores constitucionais consagrados em 1988 e distanciando-se do formalismo normativo característico do modelo liberal do século XIX. Essa transição não se restringiu a uma simples atualização legislativa, mas consistiu em uma verdadeira reconstrução metodológica, promovendo a abertura do sistema jurídico a novos vetores interpretativos. O novo diploma procurou conciliar a tradição codificada com a crescente complexidade das relações privadas, utilizando como vetores de reinterpretação os princípios constitucionais, especialmente a dignidade da pessoa humana, a solidariedade social e a função social dos institutos jurídicos (Perlingieri, 2019, p. 2).

Esse fenômeno, conhecido como constitucionalização do Direito Civil, promoveu a superação da clássica dicotomia entre Direito Público e Direito Privado. Pietro Perlingieri (2019, p. 4) afirma que todo o ordenamento jurídico deve ser lido à luz da Constituição e de seus valores fundamentais, de modo que a validade e a eficácia dos atos jurídicos privados estão condicionadas ao seu alinhamento constitucional. Desse modo, institutos clássicos como contrato, propriedade e responsabilidade civil foram reconfigurados a partir de suas funções sociais. Já não basta

que o contrato seja expressão da vontade livre; ele deve respeitar a dignidade humana. Como ensina Perlingieri (2019, p. 5), "a pergunta mais importante não é feita para saber a estrutura do instituto, mas sim a sua função: para que ele serve?" No campo hermenêutico, os princípios ganham status de normas dotadas de eficácia plena e imediata, exercendo papel determinante na solução de casos difíceis, nos termos propostos por Ronald Dworkin (2002, p. 51).

Do ponto de vista técnico, a abertura estrutural do Código de 2002 é operacionalizada pela utilização deliberada de cláusulas gerais e conceitos jurídicos indeterminados, que conferem ao sistema a plasticidade necessária para lidar com fenômenos em constante mutação. Conforme ressalta Gilberto Fachetti Silvestre (2017, p. 20), as cláusulas gerais são sintagmas valorativos de alta indeterminação semântica, cujas condições de aplicação dependem de critérios interpretativos múltiplos, e cujas consequências normativas não estão previamente definidas. São exemplos emblemáticos a função social do contrato (art. 421), a boa-fé objetiva (art. 422), a lesão (art. 157) e o abuso de direito (art. 187). Como destaca Pierluigi Chiassoni (2011, p. 9), a cláusula geral é uma expressão cujo significado remete a parâmetros morais, sociais, técnicos ou culturais, consistindo em um convite à ponderação. Ao lado delas, os conceitos jurídicos indeterminados, embora vagos, possuem consequências jurídicas previamente fixadas pelo legislador, dividindo com as cláusulas gerais a tarefa de transferir ao magistrado a função de construir o sentido normativo mais adequado diante das novas realidades sociais e tecnológicas (Zanini, 2008, p. 41).

Essa abertura sistemática manifesta-se também na operabilidade e no diálogo das fontes, abandonando a pretensão de autossuficiência que caracterizava os códigos oitocentistas. A multiplicação de legislações esparsas no pós-1988, como o Código de Defesa do Consumidor (CDC), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Estatuto do Idoso e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), acentuou o caráter policêntrico do sistema jurídico, exigindo uma postura hermenêutica que vá além dos tradicionais critérios de solução de conflitos normativos (hierarquia, especialidade e cronologia) (Gonçalves, 2006, p. 321). É nesse contexto que ganha relevo o conceito de diálogo das fontes, expressão cunhada pelo jurista alemão Erik Jayme e amplamente desenvolvida por Cláudia Lima Marques (2003, p. 650). O diálogo das fontes propõe a aplicação simultânea, coerente e coordenada das plúrimas fontes legislativas,

buscando compatibilização e complementaridade para melhor atender à proteção dos sujeitos mais vulneráveis.

Assim, o Código de 2002 deve ser operado como sistema e não como compêndio isolado. Ele dialoga ativamente com os microssistemas jurídicos, especialmente na tutela de vulnerabilidades, de modo que a resposta jurídica deve ser construída a partir do caso concreto, integrando normas gerais e especiais em uma coordenação funcional (Gonçalves, 2006, p. 322; Marques, 2003, p. 652). Essa postura sistêmica redefine a própria segurança jurídica: em vez de se apegar à rigidez das categorias fechadas, o ordenamento repousa sobre uma estrutura interpretativa adaptável e responsiva, na qual o "juiz-intérprete" assume a responsabilidade de garantir a harmonia e a coerência do sistema diante das novas e complexas relações da sociedade contemporânea.

4 A proposta de reforma de 2025: tecnologia, complexidade e abertura normativa

A proposta de reforma do Código Civil brasileiro, consolidada no Projeto de Lei nº 4/2025, reflete a crescente demanda por um ordenamento jurídico mais responsivo frente às transformações tecnológicas, econômicas e sociais que marcam o século XXI. Se os Códigos anteriores foram frutos de um contexto de menor densidade normativa, o momento atual exige uma nova arquitetura conceitual, apta a enfrentar os desafios de um mundo digital, hiperconectado e veloz.

O avanço da inteligência artificial, a automação de processos negociais, o uso de algoritmos decisórios e o tratamento massivo de dados, pois, geram novas formas de interação privada, com crescentes assimetrias informacionais, riscos não previstos e impactos ainda pouco compreendidos pela dogmática tradicional (Rebêlo, 2024, p. 7). Diante disso, o PL 4/2025 não apenas revisita institutos clássicos, mas inaugura dispositivos inteiramente voltados ao ambiente digital, consagrando o Direito Civil Digital como um novo marco regulatório para a convivência em rede.

A emergência da inteligência artificial (IA) como protagonista da Quarta Revolução Industrial tem provocado transformações estruturais nas formas de produção, circulação de riquezas e interação social. Mais do que um avanço técnico, trata-se de um novo paradigma civilizatório que desloca os eixos tradicionais da economia analógica para uma lógica

informacional, algorítmica e automatizada. A IA passou a executar funções antes exclusivas da cognição humana, como análise de dados complexos, emissão de pareceres, gestão de investimentos e produção de conteúdo generativo (Rebêlo, 2024, p. 9). Esse processo de "destruição criativa" altera significativamente os modos de produção e circulação da riqueza, dando ensejo à *gig economy*, à uberização e aos sistemas de gestão algorítmica, o que demanda a revisão das categorias tradicionais de autonomia da vontade, responsabilidade civil e função social.

A inteligência artificial revela-se, portanto, como um fator estruturante com potencial para redefinir os parâmetros normativos da privacidade e da autodeterminação informativa. O projeto de reforma do Código Civil de 2025 reconhece essa realidade ao propor regras específicas voltadas à regulação da IA no âmbito privado, exigindo transparência, auditabilidade, explicabilidade e supervisão humana nos sistemas automatizados. Tais exigências visam conferir previsibilidade e responsabilidade às decisões algorítmicas, assegurando que o uso dessas tecnologias não se faça em prejuízo da dignidade humana e da confiança (Rebêlo, 2024, p. 12). Não se trata de frear o avanço tecnológico, mas de garantir que ele ocorra sob parâmetros éticos e juridicamente controláveis, contendo os riscos de opacidade, automação indiscriminada de dados pessoais e produção de *deep fakes*.

Esse dinamismo das relações privadas no século XXI impõe que o Direito Civil se desloque definitivamente do paradigma patrimonialista para o personalista, centrado na tutela da pessoa humana (Hironaka *et al.*, 2003, p. 99). O contrato, outrora expressão máxima da autonomia da vontade individual, passa a ser interpretado sob as lentes da função social, boa-fé objetiva e proteção do contratante vulnerável. As novas formas contratuais, firmadas em ambientes digitais por meio de algoritmos ou interfaces automatizadas, requerem do ordenamento uma flexibilidade normativa que não é mera concessão, mas condição essencial de eficácia (Wald, 2003, p. 43). Abandonando o modelo codificador fechado, a proposta de reforma de 2025 reafirma uma codificação aberta, sensível à complexidade e em constante diálogo com microssistemas legislativos, como o Código de Defesa do Consumidor e o Marco Civil da Internet, posicionando o Código Civil como peça central de regulação da vida digital.

5 Considerações finais

O percurso empreendido neste trabalho demonstrou como o Direito Civil brasileiro tem passado por um processo contínuo de flexibilização, fruto direto da crescente complexidade das relações sociais, da força normativa da Constituição de 1988 e, mais recentemente, do impacto dos avanços tecnológicos, como a inteligência artificial. A trajetória que se inicia com a rigidez codificadora do Código de 1916, passa pelo sistema aberto de 2002 e culmina na proposta de reforma de 2025 revela um movimento de abertura estrutural e responsivo, em que o sistema jurídico se reconstrói a partir de seus próprios limites. A hipótese de que o Direito Civil tem recorrido a mecanismos como cláusulas gerais, conceitos jurídicos indeterminados e princípios constitucionais para acompanhar a transformação dos meios de produção e manter a estabilidade sem engessar as relações sociais restou confirmada.

A abertura do sistema jurídico, longe de representar uma falha ou fragilidade dogmática, emerge na contemporaneidade como uma exigência funcional indispensável para garantir a operatividade do ordenamento diante da velocidade das transformações sociais e tecnológicas. Por meio da mediação hermenêutica do juiz, essa técnica permite que o direito acompanhe a evolução dos fatos sociais e reinterprete seus institutos à luz de novos valores constitucionais. Sob essa ótica, a segurança jurídica deixa de ser compreendida como a previsibilidade literal da norma (certeza estática) e passa a ser entendida como estabilidade coerente dentro de um sistema dinâmico, que se desenvolve em diálogo permanente com a realidade e com os direitos fundamentais (Perlingieri, 2019, p. 7; Silvestre, 2017, p. 31).

Finalmente, a proposta de reforma de 2025 evidencia a urgência de um Direito Civil que seja, simultaneamente, flexível, inclusivo e tecnologicamente sensível. Flexível para regular novos formatos contratuais e arranjos patrimoniais digitais; inclusivo para tutelar sujeitos socialmente vulneráveis na sociedade da informação; e tecnologicamente sensível para estabelecer parâmetros éticos e responsabilidades sobre a inteligência artificial e a automação algorítmica (Rebêlo, 2024, p. 10). Ao abdicar da pretensão de completude normativa e abraçar a lógica do diálogo das fontes e da operabilidade, o Direito Civil brasileiro reinventa sua técnica codificadora, consolidando-se como uma ciência prática voltada a pacificar conflitos reais e a tutelar a dignidade humana em um mundo digitalmente conectado e em constante transformação (Hironaka *et al.*, 2003, p. 100).

Referências

AMARAL, Francisco. O projeto de código civil. **Revista Brasileira de Direito Comparado**, v. 16, p. 23-47, 1999.

BRASIL. **Código Civil**. Lei nº 3.071 de 1° de janeiro de 1916.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**.Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei n.º 4, de 2025**. Dispõe sobre a atualização da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e da legislação correlata. Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG). Brasília, DF: Senado Federal, 2025. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/166514. Acesso em: 20 jul. 2025.

CANARIS, Claus-Wilhelm. **Pensamento sistemático e conceito de sistema na ciência do direito**. Fundação Calouste Gulbenkian, 3ª edição, Lisboa, 2002.

COSTA, Rafael de Oliveira. **Segurança jurídica e (im)previsibilidade do direito**. 2014.

CHIASSONI, Pierluigi. Las cláusulas generales, entre teoría y dogmática jurídica, In: **Revista de Derecho Privado**, n. 21, Bogotá: Universidad Externado de Colombia, jul./dec. 2011,

DWORKIN, Ronald. M. **Levando os direitos a sério**. Trad. Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do Direito: técnica, decisão, dominação**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FIORAVANTI, Maurizio. **Appunti di storia delle constituizioni moderne**: le libertà fondamentali. Torino: Gianppichelli, 1995.

GONÇALVES, Samuel Alvarenga. Diálogo das fontes. **De jure**: revista jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, p. 317-323, 2006.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes et al. Tendências do direito civil no século XXI. FIUZA, César; SÁ, Maria de Fátima Freire

de; NAVES, Bruno Torquato de Oliveira (Coords.). **Direito civil**: atualidades. Belo Horizonte: Del Rey, p. 93-114, 2003.

MARQUES, Cláudia Lima. Diálogo entre o Código de Defesa do Consumidor e o novo Código Civil: do diálogo das fontes no combate às cláusulas abusivas. **Revista de Direito do Consumidor**, São Paulo, n. 45, jan./mar. 2003.

OLIVEIRA SOARES, Daniela. O processo de codificação, o direito civil e as raízes históricas do código civil brasileiro de 2002. **Revista Foco** (Interdisciplinary Studies Journal), v. 18, n. 5, 2025.

PERLINGIERI, Pietro. Normas constitucionais nas relações privadas. **Civilistica.com**, v. 8, n. 1, p. 1-9, 2019.

REALE, Miguel. **Fontes e modelos do Direito**: para um novo paradigma hermenêutico. São Paulo: Saraiva, 1994.

REBÊLO, Felipe Cesar José Matos. A inteligência artificial e a produção de mais-valor: a reprodução contemporânea do capital, o papel da forma jurídica e a precarização da condição do trabalhador. **Direito & Realidade**, v. 13, 2024.

SOARES, Daniela Oliveira. **Cláusula geral da boa-fé objetiva como fundamento de concretização do sistema jurídico aberto**. 2020.

SCHREIBER, Anderson; KONDER, Carlos Nelson. Uma agenda para o direito civil-constitucional. **Revista Brasileira de Direito Civil**, v. 10, n. 04, 2016.

SILVESTRE, Gilberto Fachetti. Cláusulas gerais e conceitos jurídicos indeterminados. In: **Revista de Direito Civil Contemporâneo**, 2017.

TEPEDINO, Gustavo. **A codificação do Direito Civil no limiar do século XXI**: do Código Civil de 1916 ao projeto do Código Civil de 2002. In: TEPEDINO, Gustavo. Temas de Direito Civil. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. p. 7-26.

WALD, Arnoldo. O novo Código Civil e a evolução do regime jurídico dos contratos. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro** n. º, v. 130, 2003.

WIEACKER, Franz; HESPANHA, António Manuel. **História do direito privado moderno**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

ZANINI, Leonardo Estevam de Assis. A modernização do Direito Civil e as cláusulas gerais. **Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região**,

v. 10, 2008.

Capítulo 3

ENTRE A LICENÇA E A EXPECTATIVA: A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR DIANTE DO PATRIMÔNIO DIGITAL NOS JOGOS ONLINE EM PERSPECTIVA COMPARADA

Pedro Paulo Oliveira Penha[1]

1 Introdução

Em 31 de março de 2024, a Ubisoft desligou definitivamente os servidores do jogo The Crew, que deixou de ser utilizável pelos consumidores, inclusive no modo para um único jogador, segundo os organizadores da campanha Stop Killing Games (STOP KILLING GAMES, 2026). O episódio deu origem à iniciativa de cidadania europeia Stop Destroying Videogames, que reuniu 1.294.188 declarações de apoio verificadas em vinte e quatro Estados-Membros e foi submetida à Comissão Europeia em janeiro de 2026 (EUROPEAN CITIZENS' INITIATIVE, 2026). Em 16 de junho de 2026, a Comissão concluiu que, naquele estágio, não poderia propor uma obrigação geral de manter jogáveis os títulos retirados de circulação. A decisão considerou proporcionalidade, propriedade intelectual, custos de adaptação e riscos técnicos e de segurança, mas reconheceu que o direito europeu do consumidor já oferece remédios para determinadas hipóteses de encerramento antecipado (EUROPEAN COMMISSION, 2026).

O caso sintetiza o problema central deste artigo. O consumidor de jogos online paga, investe tempo e constrói identidade dentro de ambientes digitais sobre os quais não exerce controle jurídico direto. Em regra, recebe contratualmente uma licença de uso cujas condições de modificação, suspensão ou revogação são definidas pela plataforma, sem negociação individual, mas permanecem sujeitas às normas cogentes de proteção

1 Bacharel em Direito pela Universidade Ceuma | Especialista em Direito Processual Civil (Universidade Católica de Minas Gerais - PUCMINAS) | Pós-graduando em Direito de Família e Sucessões | Pós-graduando em Direito Público | Aprovado no Exame da Ordem XXXVIII | Integrante do Grupo de Pesquisa Cultura, Direito e Sociedade DGP CNPQ UFMA. https://orcid.org/0009-0005-9086-2759 http://lattes.cnpq.br/0888878361958625

do consumidor. Quando a empresa decide banir uma conta, alterar uma funcionalidade já adquirida ou encerrar o serviço, a questão jurídica não se reduz à titularidade formal do conteúdo: é preciso determinar quem deve suportar o risco econômico da decisão e quais interesses podem ser tutelados.

No Brasil, a pergunta ganhou contornos adicionais com a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025, o Estatuto Digital da Criança e do Adolescente, em vigor desde 17 de março de 2026 (BRASIL, 2025). Ao vedar, em seu artigo 20, a oferta de caixas de recompensa a crianças e adolescentes ou a público de acesso provável, a lei reconheceu que determinadas arquiteturas de monetização geram risco suficiente para justificar intervenção estatal direta. O Decreto nº 12.880/2026, contudo, operacionalizou essa proteção mediante verificação de idade, restrição da funcionalidade ou oferta de versões sem caixas de recompensa, sem estabelecer a eliminação necessária do mecanismo para usuários adultos (BRASIL, 2026). A legislação não disciplina, porque esse não é seu objeto, a eventual repercussão patrimonial de mudanças implementadas pelas empresas.

A questão de pesquisa é, assim, a seguinte: como o ordenamento jurídico brasileiro protege o patrimônio econômico e imaterial construído pelo consumidor em jogos online diante da unilateralidade dos Termos de Serviço e da possibilidade de alteração, banimento ou encerramento dos serviços? Essa pergunta desdobra-se em duas dimensões analíticas: a suficiência dos instrumentos já previstos no Código de Defesa do Consumidor e a capacidade da regulação estatal recente, sobretudo a Lei nº 15.211/2025, de suprir as lacunas patrimoniais que essa proteção ainda deixa em aberto.

A hipótese de trabalho é a de que o Código de Defesa do Consumidor fornece instrumentos relevantes, como o controle de cláusulas abusivas, a boa-fé objetiva e a proteção da confiança, sobretudo nos arts. 4º, III; 6º, III, IV e V; 46 a 54, com destaque decisivo para o art. 51, IV (CDC/Brasil), mas não oferece critérios específicos e previsíveis para o tratamento de conteúdos digitais, moedas virtuais e do fim de vida dos jogos. A regulação recente dos ambientes digitais amplia a intervenção estatal sobre a arquitetura das plataformas sem instituir, por si, um regime patrimonial geral para o consumidor. Essa hipótese orienta a análise e é confrontada com as fontes selecionadas, sem ser tomada como premissa conclusiva.

O objetivo geral é analisar criticamente essa proteção, comparando o modelo brasileiro com a União Europeia e os Estados Unidos, neste último caso com atenção à legislação estadual da Califórnia. O desenvolvimento examina, nessa ordem, a natureza jurídica dos interesses digitais e a proposta de um patrimônio digital do consumidor, os termos de serviço e a incidência do Código de Defesa do Consumidor, o encerramento de plataformas, a Lei nº 15.211/2025, as respostas comparadas e, por fim, os mecanismos de proteção possíveis.

2 Metodologia

A pesquisa adota a abordagem qualitativa, natureza jurídico-dogmática, método de abordagem dedutivo e procedimento comparativo funcional. Parte das categorias de relação de consumo, contrato de adesão, cláusula abusiva, boa-fé objetiva e confiança legítima para examinar a qualificação de moedas virtuais, itens, contas e progresso, a validade de cláusulas de licença revogável e o fim de vida dos jogos. A comparação utiliza três eixos comuns: natureza das posições atribuídas ao consumidor, controle das condições contratuais e remédios disponíveis diante de desconformidade, banimento ou encerramento. O recorte abrange Brasil, União Europeia e Estados Unidos, com ênfase na Califórnia, por apresentarem respostas normativas, jurisprudenciais ou institucionais diretamente relacionadas ao problema. O corpus, atualizado até 15 de agosto de 2026, reúne legislação, atos regulamentares, documentos institucionais, decisões judiciais, termos contratuais e literatura especializada; fontes secundárias são utilizadas apenas para contextualização. As decisões selecionadas têm função ilustrativa e não constituem levantamento jurisprudencial exaustivo. Na análise, afirmações descritivas, interpretações jurídicas e propostas de reforma são mantidas em planos distintos.

3 Jogos online, licenças e patrimônio digital do consumidor

A relação entre o jogador e o jogo eletrônico deixou de se esgotar em um único ato de compra. Em parcela relevante dos jogos online, especialmente nos títulos estruturados como serviços contínuos, o consumidor adquire acesso a uma plataforma atualizada ao longo do tempo e paga por conteúdos adicionais, como assinaturas, passes de temporada, moedas virtuais e caixas de recompensa, nas quais o resultado do pagamento é aleatório. A continuidade dessa experiência pode depender

de servidores, autenticação remota e atualizações controladas pelo fornecedor. O encerramento da infraestrutura não apaga necessariamente todos os arquivos locais, mas pode retirar-lhes funcionalidade, acesso ou utilidade econômica. O consumidor, portanto, não adquire apenas um objeto digital: forma também uma expectativa, variável segundo a oferta e as condições contratuais, de continuidade da infraestrutura que permite utilizá-lo.

No plano contratual, os termos de serviço qualificam esses conteúdos não como propriedade do usuário, mas como licença de uso limitada, pessoal, intransferível e revogável, reservando ao fornecedor a titularidade e concedendo ao usuário um direito de acesso condicionado às regras da plataforma (EPIC GAMES, 2025). Joshua Fairfield sustentou que determinados bens virtuais, por serem rivais, persistentes e interligados, aproximam-se funcionalmente da propriedade corpórea, e que sua submissão irrestrita a contratos de licença reduz posições já reconhecidas na prática social dos jogadores (FAIRFIELD, 2005). Lastowka e Hunter também demonstraram que transações e conflitos formados em mundos virtuais produzem consequências fora desses ambientes e não podem ser disciplinados exclusivamente pelas regras privadas das plataformas (LASTOWKA; HUNTER, 2004). A qualificação como licença é juridicamente relevante, mas não afasta o controle de validade nem determina, por si, todos os remédios aplicáveis.

O caso *Bragg v. Linden Research*, decidido em 2007 pela Justiça Federal do Distrito Leste da Pensilvânia, ilustra os limites dessa autonomia contratual. Um usuário do mundo virtual Second Life teve sua conta congelada e seus bens virtuais confiscados depois que a empresa entendeu que ele havia adquirido um terreno virtual por meio de uma falha do sistema. Ao examinar o pedido de submissão da controvérsia à arbitragem, o tribunal considerou a cláusula abusiva, entre outros motivos, porque se encontrava em disposições gerais e atribuía à empresa poderes unilaterais excessivos (BRAGG V. LINDEN RESEARCH, 2007). A decisão concentrou-se na cláusula arbitral e não reconheceu propriedade sobre o bem virtual nem resolveu o mérito patrimonial da disputa. Seu alcance deve, portanto, permanecer limitado: o caso demonstra a possibilidade de controle da abusividade, não um regime norte-americano geral de titularidade virtual.

As moedas virtuais aprofundam essa assimetria: o consumidor paga dinheiro real para adquiri-las e, em regra, não pode convertê-las de

volta nem transferi-las para fora da plataforma. Na ação coletiva *J.A. v. 2K Games, Inc.*, ajuizada em 2023 no Distrito Norte da Califórnia, discute-se a eliminação de moeda virtual não utilizada quando versões anteriores dos jogos são retiradas de serviço. Como não havia decisão final de mérito até o marco temporal desta pesquisa, as alegações das partes não podem ser tratadas como reconhecimento judicial de propriedade ou de um direito ao reembolso (J.A. V. 2K GAMES, INC., 2023). Itens visuais, personagens e contas compõem outra camada do problema: podem reunir valor econômico e, no caso das contas, progresso, conquistas e relações sociais construídas ao longo de anos, sem que todos esses elementos possuam a mesma natureza jurídica ou admitam idêntico remédio.

Este artigo emprega a expressão patrimônio digital do consumidor como categoria analítica, e não como categoria jurídica consolidada ou como objeto unitário de propriedade. Ela designa um feixe de posições heterogêneas: créditos e saldos economicamente mensuráveis; licenças e direitos contratuais de acesso; itens, progresso e conteúdo criado pelo usuário; e interesses temporais, identitários ou relacionais capazes de influenciar a confiança e a avaliação de eventual dano. A literatura não oferece conceito uniforme de propriedade virtual, o que recomenda evitar a transposição automática das categorias dos bens corpóreos (ERLANK, 2015). A ausência de propriedade tradicional não elimina a tutela jurídica, mas tampouco transforma todos esses elementos em patrimônio no mesmo sentido. O fundamento e o remédio dependem da posição afetada: restituição e reembolso podem responder a saldos ou pagamentos; restabelecimento pode proteger acesso e progresso; tempo, reputação e relações sociais podem densificar a confiança ou fundamentar tutela extrapatrimonial.

4 Termos de serviço, assimetria contratual e proteção do consumidor

Os termos de serviço das grandes plataformas de jogos são contratos de adesão: redigidos unilateralmente, oferecidos em bloco e aceitos sem negociação individual. O contrato da Epic Games Store, por exemplo, afirma que o software é licenciado, e não vendido, admite modificação, suspensão ou descontinuação de funcionalidades e considera o uso posterior à eficácia de alterações como aceitação das novas condições (EPIC GAMES, 2025). Essas previsões descrevem a posição reivindicada

pela plataforma, não sua validade automática diante de normas cogentes. O fato de o contrato autorizar suspensão ou revogação não impede o controle de abusividade pelo Código de Defesa do Consumidor, assim como a decisão em *Bragg v. Linden Research* demonstra, em seu contexto próprio, que poderes contratuais excessivos podem ser neutralizados judicialmente.

Essa estrutura contratual revela um poder regulatório privado das plataformas, que criam regras de conduta, fiscalizam seu cumprimento, aplicam sanções que vão da advertência ao banimento definitivo e podem alterar a arquitetura econômica do jogo. O mesmo agente formula a regra, apura sua violação e executa a sanção. A compatibilidade desse arranjo com a proteção do consumidor depende de motivação adequada, transparência, possibilidade de contestação e controle externo. Esses mecanismos não são inexistentes no Brasil, mas operam sobretudo de modo posterior ao conflito e ainda de forma dispersa.

O jogador que paga por conteúdo digital enquadra-se no conceito de consumidor, e a plataforma que vende itens, moedas e assinaturas enquadra-se no conceito de fornecedor, nos termos do Código de Defesa do Consumidor. O artigo 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, assegura ao consumidor a modificação de cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais, e o artigo 51 declara nulas de pleno direito as cláusulas que exonerem a responsabilidade do fornecedor por vícios, subtraiam do consumidor a opção de reembolso ou estabeleçam obrigações iníquas, incompatíveis com a boa-fé (BRASIL, 1990). Esse dispositivo é a principal ferramenta disponível para o controle de cláusulas que eliminam qualquer forma de restituição em caso de banimento, alteração ou encerramento de plataformas.

O problema não está, portanto, na ausência de instrumento jurídico, mas na dificuldade de aplicá-lo a uma relação massificada, internacional e frequentemente submetida, nos próprios termos de serviço, a foro e lei estrangeiros. A boa-fé objetiva e a proteção da confiança permitem avaliar não apenas a redação do contrato, mas a forma como a empresa anunciou, vendeu, administrou e descontinuou o conteúdo. Essa via já aparece na jurisprudência brasileira. Em 2023, o Tribunal de Justiça de São Paulo manteve a reativação de conta banida após invasão, reconhecendo a arbitrariedade da desativação sem prova de violação dos termos de uso. Em 2025, decisão da 12ª Vara Cível de Campinas determinou o restabelecimento do acesso e fixou indenização por danos morais, considerando o tempo, o esforço, os recursos financeiros e os laços

sociais envolvidos (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO, 2023, 2025). São decisões ilustrativas, não um precedente vinculante ou um corpus exaustivo, mas demonstram que a tutela consumerista já alcança conflitos dessa natureza sem depender do reconhecimento de propriedade sobre a conta.

5 O encerramento das plataformas e a distribuição do risco digital

Quando uma plataforma encerra suas atividades, desliga servidores ou remove uma funcionalidade, é necessário definir quem suporta o risco econômico da decisão. O caso *The Crew* tornou-se símbolo dessa controvérsia porque o desligamento retirou a utilidade do produto adquirido. A resposta europeia de 2026, porém, exige uma distinção que não pode ser omitida. A Comissão recusou uma obrigação geral de preservar indefinidamente a jogabilidade, mas afirmou que a descontinuação anterior ao período razoavelmente esperado pode constituir falta de conformidade e ensejar redução proporcional do preço ou resolução, com possível alcance sobre compras acessórias e moedas virtuais não utilizadas (EUROPEAN COMMISSION, 2026). O direito europeu não resolveu de modo uniforme a preservação técnica dos jogos, mas já oferece respostas econômicas para certas formas de encerramento.

O interesse do consumidor em um jogo online não se resume ao dinheiro gasto. Soma-se a ele o tempo empregado na progressão e a construção de uma identidade digital, com reputação, conquistas e relações sociais próprias daquele ambiente. Esses elementos não se confundem juridicamente. O pagamento e os saldos remanescentes permitem uma análise patrimonial e restitutória mais direta; o tempo e a identidade não ingressam automaticamente no patrimônio, mas podem reforçar a expectativa legítima, demonstrar a intensidade da relação contratual ou fundamentar tutela extrapatrimonial. Em cada caso, a proteção depende da oferta, da duração razoavelmente esperada, da conduta das partes e da posição efetivamente atingida.

Não é possível, contudo, concluir automaticamente pela existência de um dever de indenizar em toda hipótese de encerramento de plataforma. Quando o consumidor adquire conteúdo digital pouco antes do anúncio de descontinuação, sem aviso prévio razoável, a hipótese de desconformidade, abusividade ou quebra da confiança é mais robusta. Se o encerramento ocorre

após longo período de exploração, com informação clara e compensação proporcional, a conclusão pode ser diferente. A duração efetiva e a vida útil razoavelmente esperada do serviço, a publicidade, o grau de informação prestada, a existência de alternativas técnicas e a relação entre o valor ainda não fruído e a compensação oferecida constituem critérios de análise, não uma fórmula automática.

6 A Lei nº 15.211/2025 e os limites da regulação brasileira

A Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025, instituiu o Estatuto Digital da Criança e do Adolescente e, conforme seu texto consolidado, entrou em vigor em 17 de março de 2026 (BRASIL, 2025). No que interessa a este artigo, três pontos bastam. Primeiro, a lei disciplina riscos próprios dos ambientes digitais e exige mecanismos confiáveis de verificação de idade para o acesso a conteúdo impróprio, vedada a autodeclaração. Segundo, o artigo 20 proíbe caixas de recompensa em jogos direcionados a crianças e adolescentes ou de acesso provável por esse público, conforme a classificação indicativa. Terceiro, a norma não criou um regime geral de proteção patrimonial para conteúdos adquiridos por consumidores. Essa ausência não configura, por si, falha legislativa, porque a finalidade central do estatuto é a proteção integral da infância e da adolescência.

O Decreto nº 12.880/2026 torna mais preciso o alcance dessa intervenção. Seu artigo 23 determina que fornecedores de jogos com caixas de recompensa verifiquem a idade para impedir o acesso de crianças e adolescentes, admitindo, alternativamente, versões sem essa funcionalidade ou sua restrição total por padrão (BRASIL, 2026). A regulamentação, portanto, não implica necessariamente retirada das caixas para usuários adultos nem supressão de saldos existentes. Eventual perda econômica dependerá da solução concretamente adotada pela empresa e das informações ou compensações oferecidas. A relevância da Lei nº 15.211/2025 para este estudo reside na assimetria regulatória que evidencia: o Estado disciplina riscos da arquitetura dos jogos para um público vulnerável, mas não estabelece regras gerais sobre a repercussão econômica de alterações ou encerramentos sobre os demais consumidores.

7 Direito Comparado

7.1 União Europeia

A Diretiva (UE) 2019/770 disciplina contratos de fornecimento de conteúdos e serviços digitais, incluindo jogos, e suas normas de transposição passaram a ser aplicadas pelos Estados-Membros a partir de 1º de janeiro de 2022. Diante da falta de conformidade, o regime prevê reposição da conformidade e, sob as condições estabelecidas, redução proporcional do preço ou resolução do contrato. O reembolso decorrente da resolução varia conforme a forma e o período de fornecimento, e a recuperação de conteúdo não pessoal criado ou fornecido pelo consumidor está sujeita às exceções do artigo 16 (EUR-LEX, 2019). Em 2026, a Comissão esclareceu que a interrupção anterior ao período razoavelmente esperado pode caracterizar falta de conformidade e que o reembolso proporcional pode abranger compras acessórias e moedas virtuais não utilizadas. Ao mesmo tempo, recusou propor uma obrigação geral de manter todos os jogos jogáveis e anunciou diálogo para um código de conduta sobre seu fim de vida (EUROPEAN COMMISSION, 2026). O regime europeu distingue, assim, reparação econômica e preservação técnica, sem reduzir uma questão à outra.

7.2 Estados Unidos

Nos Estados Unidos, não existe regime federal geral equivalente à Diretiva (UE) 2019/770, e a proteção varia entre controle judicial, legislação estadual e regras setoriais. *Bragg v. Linden Research* demonstra a possibilidade de afastar uma cláusula arbitral abusiva, mas não reconheceu um direito geral de propriedade virtual. Na Califórnia, a AB 2426 acrescentou a seção 17500.6 ao *Business and Professions Code* e passou a vedar, com exceções, o emprego de expressões como buy ou purchase na oferta de bens digitais quando o consumidor recebe apenas uma licença, salvo informação clara e destacada sobre sua natureza e restrições (CALIFORNIA, 2024). A AB 1921, ainda em tramitação no marco temporal desta pesquisa, propõe aviso de sessenta dias e alternativas para o fim de vida de determinados jogos, como versão independente, atualização, reembolso ou documentação para servidores comunitários (CALIFORNIA, 2026). A proposta não é direito vigente, mas confirma que o quadro norte-americano não pode ser descrito apenas como controle judicial casuístico.

7.3 Convergências e lacunas

Nos instrumentos e decisões examinados, nenhum dos sistemas reconhece um direito geral e homogêneo de propriedade do consumidor sobre todo conteúdo de jogos online. Isso não significa ausência de tutela. A União Europeia oferece o regime contratual mais estruturado, com reposição da conformidade, redução de preço e resolução sob condições definidas. O Brasil dispõe de cláusulas gerais robustas no Código de Defesa do Consumidor e de aplicação jurisprudencial a bloqueios arbitrários, mas não possui disciplina específica para conteúdos digitais e fim de vida dos jogos. Nos Estados Unidos, a combinação entre autonomia contratual, controle judicial e legislação estadual impede caracterização unitária: a Califórnia já reforçou a transparência da licença, enquanto medidas mais amplas de continuidade permanecem em debate legislativo.

Quanto ao encerramento de plataformas, nenhum dos três recortes impõe uma obrigação geral de manutenção permanente da jogabilidade. Essa constatação não equivale à inexistência de remédios. Na União Europeia, a falta de conformidade pode gerar redução do preço ou resolução; na Califórnia, a legislação vigente incide sobre a transparência da oferta e um projeto em tramitação discute soluções de continuidade; no Brasil, o Código de Defesa do Consumidor permite controlar abusividade, informação e confiança, mas sem procedimento específico para o fim de vida. A lacuna comum situa-se menos na ausência absoluta de proteção e mais na falta de critérios ex ante previsíveis para aviso, continuidade possível e compensação do valor ainda não fruído.

8 Possibilidades de proteção do consumidor

A partir das fontes analisadas, é possível distinguir mecanismos vigentes no ordenamento brasileiro de propostas de sistematização ou reforma. Entre os primeiros estão o controle da abusividade das cláusulas de termos de serviço com fundamento no artigo 51 do Código de Defesa do Consumidor, a revisão de prestações desproporcionais prevista no artigo 6º e a incidência da boa-fé objetiva e da confiança sobre banimentos e encerramentos sem informação adequada. As decisões do Tribunal de Justiça de São Paulo examinadas confirmam a possibilidade de restabelecimento de contas e reparação quando a medida é arbitrária ou insuficientemente motivada. Esses instrumentos não asseguram suporte

indefinido nem impedem sanções fundadas em infrações demonstradas; exigem ponderação concreta entre a posição do consumidor, a finalidade contratual e os limites técnicos e jurídicos do fornecedor.

Como proposta de sistematização para o direito brasileiro, e não como inovação absoluta ou direito já vigente, sugerem-se três parâmetros: informação pré-contratual clara sobre a natureza da licença e as hipóteses de revogação; aviso de encerramento compatível com a vida comercial e a expectativa razoavelmente formada; e restituição proporcional de saldos ou valores ainda não fruídos quando a descontinuação decorrer de decisão do fornecedor. Os dois primeiros reforçam deveres já extraíveis da transparência e da boa-fé; o terceiro depende da demonstração do valor remanescente, das circunstâncias da oferta e do nexo com o encerramento. Medidas destinadas a preservar a jogabilidade, como versão offline ou disponibilização de recursos para servidores comunitários, pertencem a plano distinto e exigem disciplina específica que considere proporcionalidade, propriedade intelectual, segurança e viabilidade técnica. A contribuição não consiste em equiparar licença a propriedade, mas em organizar uma resposta gradual para posições jurídicas diferentes.

9 Considerações finais

O patrimônio digital do jogador não corresponde, no direito vigente, a um direito unitário de propriedade. A expressão descreve um feixe de posições econômicas, contratuais e existenciais que não recebem tutela idêntica. Pagamentos, saldos e itens podem sustentar pretensões patrimoniais ou restitutórias; licenças, contas e progresso envolvem direitos de acesso e conformidade; tempo, identidade e relações sociais podem reforçar a confiança ou fundamentar reparação extrapatrimonial, sem se converterem automaticamente em propriedade. A ausência de domínio tradicional não elimina a proteção jurídica, mas exige identificar com precisão o interesse afetado e o remédio compatível.

A proteção brasileira não é inexistente, mas fragmentada e pouco previsível para o fim de vida dos jogos. O Código de Defesa do Consumidor oferece instrumentos robustos para controlar cláusulas abusivas, exigir informação e tutelar a confiança, inclusive em conflitos sobre bloqueio de contas. Falta-lhe, contudo, disciplina específica comparável à europeia para conteúdos e serviços digitais. A Lei nº 15.211/2025 confirma a intervenção estatal sobre riscos próprios da arquitetura dos jogos ao proteger o público

infantojuvenil contra caixas de recompensa, mas não foi concebida para resolver a relação patrimonial do consumidor em geral diante da alteração ou remoção de funcionalidades.

A hipótese inicial confirma-se parcialmente. Os instrumentos gerais do Código de Defesa do Consumidor podem oferecer respostas concretas, como demonstra a jurisprudência examinada, mas não definem previamente os efeitos econômicos do encerramento nem os critérios de compensação do valor ainda não fruído. A regulação brasileira recente amplia o controle público sobre a arquitetura dos jogos a partir da proteção da infância, sem instituir regime patrimonial paralelo. A comparação também demonstra que preservação da jogabilidade e reparação econômica não se confundem: a primeira enfrenta limites de proporcionalidade, propriedade intelectual, segurança e viabilidade técnica; a segunda pode ser construída, com maior proximidade ao direito vigente, a partir da conformidade, da transparência, da boa-fé e da restituição proporcional.

Referências

BRAGG V. LINDEN RESEARCH, INC. 487 F. Supp. 2d 593 (E.D. Pa. 2007). Disponível em: https://www.govinfo.gov/content/pkg/USCOURTS-paed-2_06-cv-04925/pdf/USCOURTS-paed-2_06-cv-04925-0.pdf. Acesso em: 15 ago. 2026.

BRASIL. Decreto nº 12.880, de 18 de março de 2026. Regulamenta a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025, e institui a Política Nacional de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente no Ambiente Digital. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 mar. 2026. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/decreto/d12880.htm. Acesso em: 15 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 set. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm. Acesso em: 15 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025. Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 set. 2025, edição extra. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/l15211.htm. Acesso em: 15 ago. 2026.

CALIFORNIA. Assembly Bill No. 2426, Chapter 513. Consumer pro-

tection: false advertising: digital goods. Approved 24 Sept. 2024. Disponível em: https://leginfo.legislature.ca.gov/faces/billTextClient.xhtml?-bill_id=202320240AB2426. Acesso em: 15 ago. 2026.

CALIFORNIA. Assembly Bill No. 1921. Digital games: ordinary use. Amended in Senate, 23 June 2026. Active bill in committee process. Disponível em: https://leginfo.legislature.ca.gov/faces/billTextClient.xhtml?-bill_id=202520260AB1921. Acesso em: 15 ago. 2026.

EPIC GAMES. Epic Games Store End User License Agreement. Atualizado em 15 jan. 2025. Disponível em: https://legal.epicgames.com/store/eula. Acesso em: 15 ago. 2026.

ERLANK, Wian. Introduction to virtual property: lex virtualis ipsa loquitur. Potchefstroom Electronic Law Journal, v. 18, n. 7, p. 2524-2559, 2015. DOI: https://doi.org/10.4314/pelj.v18i7.04.

EUROPEAN COMMISSION. Communication on the European Citizens' Initiative 'Stop Destroying Videogames'. C(2026) 4110 final. Brussels, 16 June 2026. Disponível em: https://citizens-initiative.europa.eu/document/download/75d642bc-6ff5-4713-b1cf-14f4aaf15869_en?filename=C_2026_4110_EN.pdf. Acesso em: 15 ago. 2026.

EUROPEAN CITIZENS' INITIATIVE. Stop Destroying Videogames: Commission's reply to the European citizens' initiative. 2026. Disponível em: https://citizens-initiative.europa.eu/stop-destroying-videogames--commissions-reply-european-citizens-initiative_en. Acesso em: 15 ago. 2026.

EUR-LEX. Directive (EU) 2019/770 of the European Parliament and of the Council of 20 May 2019 on certain aspects concerning contracts for the supply of digital content and digital services. Official Journal of the European Union, L 136, 22 May 2019. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/eli/dir/2019/770/oj/eng. Acesso em: 15 ago. 2026.

FAIRFIELD, Joshua A. T. Virtual Property. Boston University Law Review, v. 85, p. 1047-1102, 2005.

J.A. V. 2K GAMES, INC. ET AL. Case No. 3:23-cv-05961-JD (N.D. Cal. 2023). United States District Court, Northern District of California. Disponível em: https://cand.uscourts.gov/cases-e-filing/cases/323-cv--05961-jd/ja-v-2k-games-inc-et-al. Acesso em: 15 ago. 2026.

LASTOWKA, F. Gregory; HUNTER, Dan. The Laws of the Virtual Worlds. California Law Review, v. 92, n. 1, p. 1-74, 2004. DOI: https://doi.org/10.15779/Z386H7P.

STOP KILLING GAMES. They Kill Games. We Fight Back. 2026. Disponível em: https://www.stopkillinggames.com/en. Acesso em: 9 ago. 2026.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. TJSP mantém obrigação de reativação de usuário em plataforma de jogo on-line. 26 jul. 2023. Apelação nº 1006414-22.2 022.8.26.0003. Disponível em: https://www.tjsp.jus.br/Noticias/Noticia?codigoNoticia=93438. Acesso em: 15 ago. 2026.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. Justiça de Campinas determina que empresa mantenha acesso de usuário bloqueado de plataforma de jogos eletrônicos. 6 nov. 2025. Processo nº 1039799-45.2024.8.26.0114. Disponível em: https://www.tjsp.jus.br/Noticias/Noticia?codigoNoticia=112741. Acesso em: 15 ago. 2026.

Capítulo 4

A INTERFACE ENTRE AS MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI MARIA DA PENHA E OS DIREITOS DE GUARDA E CONVIVÊNCIA NO DIREITO DE FAMÍLIA: A PREVALÊNCIA DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E A PROTEÇÃO DA VÍTIMA

Caroline Fockink Ritt[1]
Maitê Damé Teixeira Lemos[2]
Eduardo Ritt[3]

1 Introdução

A violência doméstica no Brasil permanece como uma das mais graves e persistentes doenças sociais, alcançando patamares alarmantes. Essas ocorrências têm relação, na grande maioria das vezes, com rompimentos das relações familiares e conjugais, estabelecendo, nesses casos, uma interface com o direito de família. O aumento dos conflitos no âmbito familiar e conjugal reflete na concessão de medidas protetivas de urgência.

1 É advogada. Especialista em direito penal e processual penal pela UNISC. Doutora em direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul/RS (UNISC). Pós doutorada em Direitos Fundamentais pela PUC do RS. Professora de Direito penal, criminologia e Estatuto da Pessoa Idosa na UNISC e no Ceisc. Coordena o projeto de extensão: Combate da violência doméstica: direitos da mulher agredida, nas delegacias de polícia de Santa Cruz do Sul e em Sobradinho. Coordena projeto de extensão SALA DAS ROSAS, na UNISC.

2 É advogada e professora universitária. Doutora em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), com bolsa PDSE/CAPES, para doutorado sanduíche junto à Fundação Peter Häberle, na Universidade de Granada, Espanha. Mestre em Direito, com bolsa Capes pela Unisc. Professora adjunta na graduação e pós-graduação lato sensu da Unisc. Integrante do projeto de extensão "Combate à violência doméstica: direitos da mulher agredida". E-mail: maitedame@unisc.br

3 Promotor de Justiça. Mestre em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul/RS (UNISC). Promotor de Justiça em Santa Cruz do Sul/RS. Professor de Processo penal na referida universidade. E-mail: eritt@unisc.br

Havendo o rompimento da relação familiar, com filhos menores de idade, deve ser estabelecida a guarda dos mesmos, viabilizando a manutenção da convivência da criança e do adolescente com ambos os genitores, mesmo após o término da relação entre os genitores. Nesse contexto, cabe pontuar que a guarda compartilhada tornou-se a regra no ordenamento jurídico brasileiro com as alterações trazidas pela Lei 13.058/2014. Em síntese, preceitua-se que a dissolução do vínculo entre os genitores não deve romper os laços entre pais e filhos.

Embora venha sendo amplamente adotada e consolidada pela jurisprudência dos Tribunais, a guarda compartilhada pode se revelar inviável em cenários excepcionais, como nas rupturas conjugais ocorridas em contextos de violência doméstica. E é nesse contexto que o presente trabalho mostra-se relevante, eis que tem como tema a tensão jurídica entre o direito de convivência familiar do genitor agressor e a eficácia das medidas protetivas de urgência da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), sob a ótica da Lei 14.713/2023, da proteção da mulher e do princípio do superior interesse da criança.

O trabalho visa responder o seguinte questionamento: como conciliar o direito de convivência dos filhos com o genitor agressor sem violar as medidas protetivas de afastamento do lar e proibição de contato? A hipótese considera que a harmonização entre as medidas protetivas da Lei Maria da Penha e o direito de convivência não se resolve pelo simples arranjo logístico de entrega do filho (como o uso de intermediários ou pontos neutros), mas sim pela flexibilização imperativa do regime de convivência ou sua suspensão temporária nos casos em que a violência doméstica direta ou indireta contamina o ambiente familiar.

Parte-se da premissa de que afastando a guarda compartilhada nos casos de risco de violência, associado ao princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, confere segurança e higidez psíquica da genitora e do filho. Logo, a eficácia da medida protetiva de eliminação de contato exige que qualquer regime de convivência mantido com o genitor agressor seja estritamente supervisionado por equipe interdisciplinar ou suspenso até a reavaliação do risco pela autoridade judiciária, impedindo que o direito de visitação seja instrumentalizado como meio de gerar nova situação de violência, ou como forma de perpetuação da mesma.

Para tanto, objetiva-se analisar os mecanismos jurídicos, especialmente os adotados pela jurisprudência gaúcha, que buscam harmonizar o direito fundamental de convivência do filho com o genitor

agressor e a necessidade de resguardar a integridade física e psíquica da mulher vítima de violência doméstica, sem mitigar ou invalidar as medidas protetivas de urgência deferidas com base na Lei Maria da Penha.

O trabalho utiliza o método dedutivo, com base em uma revisão bibliográfica, adotando a técnica jurisprudencial, com o levantamento de acórdãos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, adotando como critério linguístico da pesquisa as expressões "família" e "guarda compartilhada" e "violência doméstica". A análise das decisões encontradas restringe-se ao ano de 2026, com exame dos julgados publicados até o mês de julho de 2026, associado ao critério linguístico, para identificar o entendimento atual do Tribunal gaúcho acerca da vedação da guarda compartilhada em casos de violência doméstica.

2 A Lei Maria da Penha e as medidas protetivas de urgência

A violência doméstica contra a mulher tem vinculação com a tradição cultural e é tida como um fenômeno histórico. Em uma sociedade patriarcal, que considerava a submissão da mulher ao homem como algo natural, já que a mulher era considerada como um ser sem expressão, como uma pessoa sem vontade própria no ambiente familiar, sem poder expor seu pensamento ou vontades, a violência foi naturalizada, diante da obrigação de acatar ordens, primeiramente do pai e, depois do casamento, do marido (Mello, 2007, p. 03). Essas figuras masculinas de autoridade, sob a égide do patriarcado, exerciam o domínio irrestrito sobre a vida das mulheres, restringindo sua autonomia ao ambiente privado e doméstico. Nesse contexto social, o ideal de feminilidade vinculava-se estritamente à maternidade, à submissão e à aceitação resignada do poder e dos valores vigentes. (Del Priore, 2011, p.160).

Esse contexto de violência e inferioridade da mulher gerou a necessidade de maior proteção. No Brasil, embora já existissem algumas previsões legislativas trazendo algum amparo – cautelar de afastamento dos juizados Especiais Criminais; majoração de pena quando a lesão corporal fosse praticada contra cônjuge ou companheiro; criação das Delegacias da Mulher –, somente com a entrada em vigor da Lei n.º 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, é que a proteção da mulher tornou-se mais efetiva. De se destacar que referida lei só foi criada a partir da condenação do Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. A denúncia formalizada apontava a omissão sistêmica da República

Federativa do Brasil diante da violência perpetrada contra Maria da Penha Maia Fernandes. Vítima de reiteradas agressões no âmbito matrimonial, Maria da Penha sofreu tentativa de homicídio em 1983, quando seu então cônjuge disparou contra ela enquanto dormia, conduta que lhe causou paraplegia irreversível e sequelas permanentes. Nesse passo, sustentou-se a inércia e a letargia do Estado brasileiro que, passados quinze anos dos fatos e a despeito dos sucessivos clamores por justiça, absteve-se de adotar as providências efetivas para o processamento e a responsabilização penal do agressor (Feldens, 2008, p. 105).

Nas conclusões da Comissão, há a indicação de que o Estado brasileiro violou direitos e garantias de Maria da Penha e que "essa violação segue um padrão discriminatório com respeito à tolerância da violência doméstica contra mulheres no Brasil por ineficácia da ação judicial" (Feldens, 2008, p. 105-106). Daí decorreram as recomendações ao Estado Brasileiro para que (a) instaurasse uma investigação rigorosa, imparcial e minuciosa para apurar a responsabilidade criminal do autor da tentativa de homicídio em desfavor de Maria da Penha; (b) concluísse, de forma célere e eficaz, a persecução penal do agressor; (c) promovesse a simplificação dos ritos processuais penais com vistas à celeridade da prestação jurisdicional, sem prejuízo das garantias do devido processo legal; e (d) assegurasse a pronta e integral reparação da vítima, implementando medidas no plano nacional capazes de erradicar a tolerância estatal em relação à violência doméstica contra a mulher (Feldens, 2008, p. 106).

O Brasil, então, atende as recomendações, criando a conhecida Lei Maria da Penha – lei n.º 11.340/2006. A lei criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do art. 226, § 8º, da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil. A lei também cria os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher com a finalidade de julgar e executar as situações decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher. Permite, inclusive, que a mulher ofendida proponha a ação de divórcio ou dissolução de união estável no Juizado (art. 14-A) (Brasil, 2006).

Desde então, considera-se violência doméstica, mais do que a violência física, mas também a violência psicológica, sexual, patrimonial e moral. Para coibir o agravamento da violência, criou, como forma de

proteger a mulher vítima, as medidas protetivas de urgência, tais como o afastamento do agressor da residência, a vedação de aproximação (medida de distanciamento), suspensão da posse ou restrição do porte de armas. De se destacar que essas medidas de proteção, quando bem contextualizadas, revestem-se em providência que se torna insubstituível, "na medida em que garantem o amparo da mulher, presumidamente hipossuficiente, em equilíbrio com direitos essenciais do apontado agressor, em especial a liberdade" (Bechara, 2010).

As medidas protetivas visam proteger a mulher contra a violência doméstica e familiar e estão elencadas nos artigos, 11, 22, 23 e 24 da Lei 11.340/2006. Há a discussão sobre a natureza jurídica dessas medidas de proteção, se exclusivamente penais ou se, também, cíveis ou de outra natureza. O artigo 11 traz medidas protetivas de caráter administrativo, tais como garantia de proteção policial, com comunicação imediata ao Ministério Público e ao Poder Judiciário; encaminhamento a postos de saúde e hospitais; transporte para a mulher e seus dependentes para local seguro, em casos de risco de vida; bem como informações sobre os direitos, formas de proteção e serviços disponíveis.

O artigo 22, por sua vez, apresenta as medidas que visam obrigar o agressor, tendo como exemplo a suspensão da posse ou restrição do porte de armas; afastamento do agressor do lar; proibição de aproximação e contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas; proibição de frequentar determinados locais; bem como a restrição de visitas aos dependentes menores de idade. De se destacar que essas medidas que obrigam ao ofensor possuem natureza cível, pois a restrição de visitas aos dependentes relaciona-se, diretamente, com o exercício da guarda dos filhos, tema que voltará ao debate na sequência deste trabalho. Importa, também, evidenciar que a aplicação das medidas previstas no artigo 22 da Lei Maria da Penha não impede a incidência e aplicação de outras medidas previstas na legislação, considerando a circunstâncias do caso e a segurança da mulher.

O artigo 23 traz as medidas que visam a tutela da mulher agredida, como seu encaminhamento a programa oficial de proteção, assim como a recondução da mulher e seus dependentes ao lar, após o devido afastamento do agressor ou mesmo seu afastamento do lar, sem prejuízos. Por sua vez, o artigo 24 traz o resguardo patrimonial da vítima, com restituição de bens que lhe foram subtraídos pelo agressor; proibição de celebração de

contratos de compra e venda, locação, etc; prestação de caução por perdas e danos pela prática da violência doméstica contra a mulher.

Observa-se, pois, uma aproximação e uma interface entre as medidas protetivas de urgência e o direito de família, especialmente no que concerne a guarda e convivência com os filhos. Dessa forma, a seguir será, brevemente, realizada uma abordagem sobre conceito, os tipos de guarda vigentes no Brasil, e a transição do modelo de compartilhamento facultativo para a o modelo de compartilhamento da guarda como regra geral.

3 A guarda no Direito de Família brasileiro: a transição do modelo de compartilhamento facultativo para a regra geral

Quando se fala em guarda, no âmbito do Direito de Família, o termo refere-se ao poder-dever os quais os Pais têm, com relação a pessoa dos filhos menores de idade, de tê-los em sua companhia, visando sua educação e criação. Trata-se da tomada de decisão dos pais com relação a vida dos filhos. O rompimento da relação entre os pais não pode significar separação de pais e filhos. Assim, ao chegar ao fim a relação conjugal, deve ser estabelecida a guarda dos filhos, estabelecendo com quem ficarão os menores. Contudo, ainda que a guarda seja estabelecida em favor de um dos pais, o outro tem o direito e o dever de visitar permanentemente o filho (Pereira, 2026, p. 447).

Historicamente, no Brasil, o homem foi considerado o chefe da família e sua constituição somente acontecia através do casamento. E essa formação familiar, regulamentada pelo Código Civil de 1916, era indissolúvel, ou seja, somente a morte poderia determinar o término da família constituída pelo matrimônio (Brasil, 1916). Havia a permissão do desquite, ou seja, uma espécie de separação entre os cônjuges (Brasil, 1916), mas o vínculo matrimonial seguia existindo. Nesse contexto, os artigos 325 a 329 da lei civil estabeleciam sobre a guarda dos filhos em caso de desquite amigável ou fundado na culpa pelo término do relacionamento. Com a lei do divórcio, lei 6.515/1977, o desquite foi, de certa forma, convertido em separação judicial e criado o instituto do divórcio no Brasil. Referida norma, em moldes semelhantes ao Código Civil da época, em seus artigos 9º a 16, previa que se a dissolução fosse consensual, os genitores poderiam acordar acerca da guarda dos filhos.

Contudo, se a dissolução ocorresse em razão da culpa de um deles, como, sob a égide daquela lei, discutia-se culpa pelo término do relacionamento, o cônjuge considerado culpado perderia a guarda dos filhos. Se ambos os cônjuges fossem responsáveis pelo término do relacionamento, os filhos ficariam sob a guarda da Mãe, salvo isso viesse a causar prejuízo aos filhos. Se não fosse indicado que os filhos permanecessem com nenhum dos genitores, a guarda seria deferida a terceira pessoa, pertencente à família de qualquer dos cônjuges (Brasil, 1977). Caso a ruptura da vida em comum já tivesse ocorrido há mais de um ano, a guarda seria deferida ao genitor que estivesse com os filhos desde então.

O Código Civil de 2002, originariamente, nos artigos 1.583 e 1.584, previam que havendo dissolução consensual do casamento, a guarda seria deferida da forma como convencionado entre as partes, seguindo o padrão legislativo até então vigente. Em não havendo acordo entre os genitores, a guarda seria deferida àquele que tivesse melhores condições de exercê-la. Seria atribuída a terceiro se os genitores não pudessem exercer a guarda (Brasil, 2002). Esses dois dispositivos foram alterados pela lei 11.698/2008, que instituiu e disciplinou a guarda compartilhada no Brasil.

A partir de então, os artigos 1.583 e 1.584 do Código Civil foram alterados, passando a existir, então, no país duas modalidades de guarda: a unilateral e a compartilhada. Por essa lei, a guarda compartilhada era preferencial. A guarda unilateral seria deferida em caso de consenso entre os genitores ou para atender as necessidades dos filhos. Assim, sempre que não houvesse convenção entre os genitores acerca da guarda, seria aplicada, preferencialmente, – mas não obrigatoriamente –, a guarda compartilhada (Brasil, 2008).

Em 2014, ocorre nova modificação nas disposições sobre a guarda. A lei 13.058/2014, conhecida como lei da guarda compartilhada obrigatória, segue prevendo que se houver consenso a guarda será unilateral e passa a determinar que também será unilateral se um dos genitores declarar que não quer exercer a guarda. Além disso, estabelece que em casos de não haver acordo entre os genitores, se ambos tiverem condições de exercer a guarda, será ela compartilhada. Por fim, a lei 14.713/2023 altera o artigo 1.584 do Código Civil, em seu §2º, estabelecendo uma exceção a regra da guarda compartilhada: casos em que exista possibilidade de risco ou evidência de violência doméstica (Brasil, 2023).

Desde que a guarda compartilhada passou a ser regra e não faculdade, há uma grande discussão acerca da operacionalização dessa modalidade

quando há litígio entre os genitores, quando esses não conseguem conversar e, principalmente, em situações de visível beligerância. Mas o ideal, em situações de dissolução da relação é que os genitores mantenham um bom relacionamento, ao menos no que se refere aos filhos, o que nem sempre ocorre gerando, muitas vezes, confusões na própria forma de exercer a guarda. Diante disso, necessário se faz apresentar uma breve conceituação acerca das modalidades de guarda unilateral, compartilhada e alternada.

A **guarda unilateral** é aquela em que um dos genitores detém a guarda física da criança ou adolescente, sendo responsável pela manutenção e educação e o outro detém o direito de visitas, companhia e fiscalização (Tepedino, 2025). Pela redação trazida pela lei 13.058/2014, essa modalidade será aplicável apenas quando um dos genitores manifestar que não tem interesse em deter a guarda do filho ou quando houver requerimento consensual dos genitores. Pelas alterações recentes no artigo 1.584, § 2º, também será unilateral a guarda quando houver indício ou risco de violência doméstica.

A **guarda compartilhada**, por sua vez, após as alterações trazidas pela lei 13.058/2014, é a modalidade tida como obrigatória ou regra geral, estabelecendo-se mesmo em caso de litígio entre os genitores. É entendida como aquela em que "há a responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns" (Tartuce, 2025, p. 307). A guarda compartilhada pode ser requerida, por consenso, pelo pai e pela mãe, ou por qualquer deles, em ação autônoma de divórcio, de dissolução de união estável ou, ainda, decretada pelo juiz, em atenção a necessidades específicas do filho, ou em razão da distribuição de tempo necessário ao convívio deste com o pai e com a mãe. Implica na participação de ambos os genitores, de forma equilibrada, na vida dos filhos (Pereira, 2026, p. 450).

Em sendo uma modalidade obrigatória, a guarda compartilhada só pode ser afastada motivadamente, cabendo ao juiz analisar a situação (Tartuce, 2025, p. 313). Ela estimula a coparentalidade e corresponsabilidade em relação ao filho, que tem direito de conviver e ser formado por ambos os pais, em igualdade de condições. Nesse sentido, o fato de haver litígio entre os genitores, no sentido de não conseguirem dialogar, não chegar a consenso não impede a fixação da guarda compartilhada.

O ponto central da guarda compartilhada é a igualdade entre os genitores nas decisões as quais influenciem na vida do filho, de modo

que evita que um dos genitores seja mero coadjuvante e só colabore financeiramente para o sustento do filho. Contudo, importante observar que o Superior Tribunal de Justiça vem entendendo que quando o litígio entre os genitores ultrapassa a falta de consenso e alcança níveis de belicosidade, a guarda compartilhada não pode ser estabelecida, pois não atende ao melhor interesse da criança e do adolescente (BRASIL, 2025).

Importante, ainda, destacar, que a guarda compartilhada importa na divisão equilibrada (não matemática) do tempo de convívio dos genitores com os filhos, nos termos do artigo 1.583, § 2º do Código Civil, devendo observar, sempre, o melhor interesse da criança e do adolescente. Por fim, é fundamental estabelecer a residência base de moradia do filho, mesmo quando residam na mesma cidade, até para que a criança tenha referência de um lar, mas terá a liberdade de frequentar a casa do outro quando e como quiser. E nesses dois pontos – convivência e residência base de moradia – residem os pontos de confusão entre a guarda compartilhada e a guarda alternada.

A **guarda alternada** é aquela modalidade em que os genitores revezam períodos de exercício exclusivo da guarda. Por certo período a guarda é exclusiva de um dos genitores, ficando o outro com o direito de visitas/convivência e, em outro período, há a inversão. Gagliano e Pamplona Filho (2026, p. 475) apresentam exemplo que facilita a compreensão dessa diferença: "de 1.º de janeiro a 30 de abril a mãe exercerá com exclusividade a guarda, cabendo ao pai direito de visitas, incluindo o de ter o filho em finais de semanas alternados; de 1.º de maio a 31 de agosto, inverte-se, e assim segue sucessivamente". Essa modalidade não tem previsão no ordenamento jurídico brasileiro e, na grande maioria dos casos não é adequada, pela ausência de um lar definido, inexistência de rotinas adequadas para a criança e mudanças constantes (Pereira, 2026, p. 458).

Há, ainda, outra modalidade, também não prevista no ordenamento brasileiro e conhecida como **guarda nidal**, onde o filho permanece na residência, no "ninho", havendo o revezamento dos pais, por certos períodos, na residência original. Diferentemente da alternada, em que os filhos alternam de residência, nessa modalidade, os filhos permanecem e os pais alternam seu local de moradia (Pereira, 2026, p. 459).

Uma vez expostas as modalidades de guarda possíveis e, especialmente as modalidades previstas no ordenamento jurídico: guarda unilateral e guarda compartilhada e, ainda, considerando ser a modalidade

de guarda compartilhada a regra para os casos de rompimento de relação familiar, importa, agora, dedicar-se sobre a virada legislativa trazida pela lei 14.713/2023. Referida lei proíbe a guarda compartilhada quando há risco de violência doméstica. Nesse ponto, vale refletir acerca da efetividade do melhor interesse da criança e do adolescente nessas situações.

4 Guarda compartilhada no contexto de violência doméstica: a proteção da vítima e a efetividade do princípio do melhor interesse da criança e do adolescente

No âmbito do Direito de Família, as controvérsias atinentes à guarda frequentemente desdobram-se em disputas pela custódia física dos filhos. Ocorre que a convivência familiar harmoniosa constitui garantia fundamental assegurada pelo artigo 227 da Constituição Federal, o qual consagra o princípio da proteção integral à criança e ao adolescente (Brasil, 1988). Para viabilizar e efetivar essa diretriz constitucional, o ordenamento jurídico pátrio elegeu a guarda compartilhada como regra geral. Todavia, essa presunção de benefício cede espaço quando os próprios genitores submetem os menores a cenários de risco e vulnerabilidade, sobressaindo-se as hipóteses de violência no ambiente doméstico.

Crianças e adolescentes dependem dos adultos para que possam exercer os direitos de que são titulares, sendo solidária entre a família, a sociedade e o Estado a responsabilidade pelo cumprimento de deveres que viabilizem o exercício desses direitos (Zapater, 2025, p. 58). A partir da responsabilidade solidária entre família, sociedade e Estado, objetivando proteger as crianças e adolescentes que se encontrem em contexto de violência doméstica, em outubro de 2023 é sancionada a lei 14.713, que altera o § 2º do artigo 1.584 do Código Civil, introduzindo uma exceção à regra da guarda compartilhada. Com essa alteração, quando houver elementos que evidenciem a probabilidade de risco de violência doméstica ou familiar, a guarda compartilhada não será fixada.

Zapater (2025, p. 58) indica que, em nome do princípio do melhor interesse da criança e do adolescente e do princípio da proteção integral, devem ser analisadas as especificidades do seu processo de desenvolvimento. Assim, quando há contato da criança e do adolescente com situações de violência doméstica, é possível que a determinação do compartilhamento da guarda fomente, ainda mais as violações já ocorridas. Observa-se que o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, em suas decisões,

considera, justamente, que a fixação da guarda compartilhada expõe a mulher que sofreu violência doméstica a uma situação da revitimização e, principalmente, que tal situação não atente à proteção integral da criança e do adolescente, que necessitam, para um desenvolvimento saudável, de um ambiente familiar estável e pacífico (RIO GRANDE DO SUL, 2026). Nesse ponto, observa-se que a guarda compartilhada torna-se nefasta em situações de violência doméstica.

As decisões do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que foram analisadas, destacando-se, aqui, as mais paradigmáticas em termos de argumentos jurídicos, levam em conta o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, o risco de revitimização e de descumprimento das medidas protetivas deferidas, em caso de manutenção ou estabelecimento da guarda compartilhada. Em certos casos, a decisão consigna que a convivência da criança com o pai é direito de ambos e deve ser preservado e pondera que a convivência por videoconferência evita o descumprimento das medidas protetivas, evitando o contato entre os genitores, que, mesmo que a distância, deverá ocorrer através de terceiros (Rio Grande do Sul, 2026a).

O Tribunal gaúcho também pondera que, embora em cognição sumária, afastar o compartilhamento da guarda, por determinação do artigo 1.584, § 2º, CC, não exige certeza da ocorrência da violência doméstica, mas a probabilidade, o risco. Em determinado caso, com diversas situações judiciais de violência psicológica, perseguição e concessão de medidas protetivas para a genitora, a decisão que determina a guarda unilateral para a mãe, ainda considera que "a violência doméstica e familiar, mesmo quando direcionada primariamente a um dos genitores, frequentemente gera ambiente de tensão e instabilidade capaz de afetar indiretamente o bem-estar psicológico e emocional da criança". Nesse caso, a ocorrência da violência vicária restou reconhecida expressamente nas medidas protetivas, demonstrando que o filho também sofre os efeitos da violência perpetrada pelo genitor (Rio Grande do Sul, 2026l).

O Tribunal também se utiliza do Protocolo de Julgamento de Perspectiva de Gênero do Conselho Nacional de Justiça, e, havendo medidas protetivas decorrentes da violência doméstica, entende que manter a guarda compartilhada obrigaria a vítima a manter contato com o agressor, revitimizando-a (Rio Grande do Sul, 2026f) e perpetuando "um ciclo de poder e controle, obrigando a vítima a manter um canal de diálogo

e decisão conjunta com seu agressor sobre as questões mais sensíveis da vida do filho" (Rio Grande do Sul, 2026b).

Observa-se, também, que o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul busca evitar mudanças abruptas na forma de exercício da guarda. Em certo caso, a decisão, em recurso paterno buscando a fixação da guarda compartilhada, pondera que diante do tempo em que a guarda já vinha sendo exercida de forma unilateral pela Mãe, quase 10 anos, não era benéfico para a jovem, adolescente com 14 anos, a mudança abrupta. Nesse caso, embora não restasse claramente comprovado, havia indícios de violência doméstica e a beligerância entre os genitores era evidente. Assim, visando a estabilidade emocional da adolescente, que possui um histórico médico delicado (tratamento de leucemia e transplante), sendo a mãe a principal responsável pelo acompanhamento médico e escolar desde a separação, a consolidação da situação fática vem atendendo ao melhor interesse da adolescente. O Tribunal destacou que pela idade, medidas de alteração brusca da guarda podem trazer comprometimento para a jovem e, mesmo tendo ampliado o regime de convivência virtual, deixou claro que não pode ser uma medida impositiva, ficando condicionado a vontade da filha (Rio Grande do Sul, 2026c).

Há casos, contudo, que a decisão traz uma nuance diferente das citadas anteriormente, julgando pela manutenção da guarda compartilhada, mesmo com histórico de violência doméstica, por não visualizar risco direto à criança. A decisão fundamenta a fixação da guarda compartilhada por não haver sequer relatos de que o genitor tenha agido de maneira negligente ou agressiva com a criança. A violência foi dirigida somente à mulher neste caso (Rio Grande do Sul, 2026e). Rodrigo da Cunha Pereira também entende que a violência deve ter ocorrido também contra o filho para justificar a exclusão da guarda compartilhada. Nesse ponto, o autor é claro ao dizer que o afastamento da guarda compartilhada deve ocorrer apenas em casos excepcionais, pois a guarda unilateral restringe o convívio do pai com o filho (Pereira, 2026, p. 455).

Com base na análise dos acórdãos e decisões monocráticas recentes do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, observa-se um posicionamento rigoroso e alinhado à proteção integral da criança e à segurança da mulher. O Tribunal tem consolidado o entendimento de que a guarda compartilhada, embora seja a regra geral, encontra um limite intransponível no contexto de violência doméstica, na violação da medida protetiva pela necessidade de contato e na revitimização da mulher.

Observa-se nas decisões que o Tribunal entende que a guarda compartilhada é a regra do ordenamento jurídico brasileiro, mas que tal situação é mitigada nos casos em que esteja presente a violência. Nesses casos, se há a violência comprovada ou o risco, o compartilhamento deixa de ser um direito para se tornar um impedimento legal, pois a guarda compartilhada pressupõe cooperação e diálogo, sendo impossível exigir da mãe, vítima de violência doméstica, contato constante e negociações com o agressor, para tomada de decisões sobre a vida dos filhos. Exigir isso é perpetuar o ciclo de abuso.

5 Conclusão

A análise da interface entre as medidas protetivas da Lei Maria da Penha e o Direito de Família revela que a conciliação entre o direito de convivência e a proteção da vítima e do filho não se resolve por adaptações operacionais de entrega ou busca do menor, mas sim pela submissão rigorosa da convivência à segurança e ao melhor interesse da criança e da mulher. Para regulamentar essas situações, a lei 14.713/2023 surge como um corretivo necessário para evitar que a regra do compartilhamento se torne um mecanismo de perpetuação de abusos e evitar a revitimização da mulher. Portanto, a proteção da integridade física e psíquica da criança e da genitora deve prevalecer sobre o modelo de compartilhamento obrigatório sempre que a dinâmica familiar for atravessada pelo risco ou pela evidência de violência, assegurando que o "ninho" familiar não se converta em um espaço de revitimização.

E no que tange ao entendimento do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, pela análise das últimas decisões, no ano de 2026 revela um posicionamento rigoroso e alinhado aos princípios constitucionais da proteção integral e do melhor interesse da criança e do adolescente. O Tribunal tem interpretado que a guarda compartilhada, embora mantida como regra geral do ordenamento, torna-se faticamente inviável e juridicamente contraindicada em cenários de beligerância extrema ou violência comprovada.

As decisões demonstram que o compartilhamento pressupõe um mínimo de cooperação e diálogo entre os genitores, elementos que são rompidos pela dinâmica de abuso e dominação, características da violência doméstica. O Tribunal entende que a imposição do compartilhamento, nesses casos configuraria uma forma de revitimização institucional. Em

resumo, a Lei 14.713/2023 atua como um instrumento de eficácia prática na jurisprudência do Rio Grande do Sul, garantindo que o instituto da guarda não seja utilizado como mecanismo de perpetuação de ciclos de controle e violência, assegurando a supremacia do interesse do menor e a proteção das vítimas de violência doméstica no sistema de justiça.

Referências

BECHARA, Júlia Maria Seixas. **Violência doméstica e natureza jurídica das medidas protetivas de urgência.** IBDFAM, 2010. Disponível em: https://ibdfam.org.br/artigos/689a+das+medidas+protetivas+de+urg%C3%AAncia. Acesso em 24 ago. 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 29 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera os Decretos-Lei nºs 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal); e dá outras providências (Lei Maria da Penha). Brasília, DF, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 02 maio 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.058, de 22 de dezembro de 2014**. Altera os arts. 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer o significado da expressão "guarda compartilhada" e dispor sobre sua aplicação. Brasília, DF, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13058.htm. Acesso em: 29 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.713, de 30 de outubro de 2023**. Altera as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de

março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer o risco de violência doméstica ou familiar como causa impeditiva ao exercício da guarda compartilhada, bem como para impor ao juiz o dever de indagar previamente o Ministério Público e as partes sobre situações de violência doméstica ou familiar que envolvam o casal ou os filhos.. Brasília, DF, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14713.htm#art1. Acesso em: 29 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 3.071, de 1 de janeiro de 1916**. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, RJ, 1916. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm. Acesso em: 29 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977**. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. Brasília, DF, 1977. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6515.htm. Acesso em: 29 abr. 2026.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas:** sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

FELDENS, Luciano. **Direitos fundamentais e direito penal:** garantismo, deveres de proteção, princípio da proporcionalidade, jurisprudência constitucional penal, jurisprudência dos tribunais de direitos humanos. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008.

GAGLIANO, Pablo, S.; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil**: direito de família. 16.ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. *E-book.*

MELLO, Adriana Ramos de. Aspectos gerais da lei. In: MELLO, Adriana Ramos de. (Org.). **Violência Doméstica e familiar contra a mulher. Comentários à Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher.** Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007.

PEREIRA, Rodrigo da C. **Direito das Famílias**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026. *E-book.*

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. Agravo de Instrumento nº 53824583220258217000. Sétima Câmara Cível. Relator: Marcelo Lemos Dornelles, 24 de março de 2026a. Disponível em: https://www.tjrs.jus.br/novo/buscas-solr/?aba=jurisprudencia&q=&conteudo_busca=ementa_completa. Acesso em: 2 maio 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. **Agravo de Instrumento nº 52825361820258217000**. Oitava Câmara Cível. Relator: Luiz Felipe

Brasil Santos, 13 de março de 2026e. Disponível em: https://www.tjrs.jus.br/novo/buscas-solr/?aba=jurisprudencia&q=&conteudo_busca=ementa_completa. Acesso em: 2 maio 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. **Agravo de Instrumento nº 53659337220258217000**. Oitava Câmara Cível. Relator: Roberto Arriada Lorea, 12 de março de 2026f. Disponível em: https://www.tjrs.jus.br/novo/buscas-solr/?aba=jurisprudencia&q=&conteudo_busca=ementa_completa. Acesso em: 2 maio 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. Apelação Cível nº 50010737820228210166. Primeira Câmara Especial Cível. Relator: Glaucia Dipp Dreher, 18 de março de 2026b. Disponível em: https://www.tjrs.jus.br/novo/buscas-solr/?aba=jurisprudencia&q=&conteudo_busca=ementa_completa. Acesso em: 2 maio 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. **Apelação Cível nº 50054822820188210008**. Primeira Câmara Especial Cível. Relator: Jane Maria Köhler Vidal, 18 de março de 2026c. Disponível em: https://www.tjrs.jus.br/novo/buscas-solr/?aba=jurisprudencia&q=&conteudo_busca=ementa_completa. Acesso em: 2 maio 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. Oitava Câmara Cível. **Agravo de Instrumento nº 51305369620268217000.** Relator: Roberto Arriada Lorea, 09 de julho de 2026l. Disponível em: https://www.tjrs.jus.br/novo/buscas-solr/?aba=jurisprudencia&q=&conteudo_busca=ementa_completa. Acesso em: 24 ago. 2026.

TARTUCE, Flavio. **Direito Civil**: Direito de Família. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. *E-book.*

TEPEDINO, Gustavo; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. **Fundamentos do Direito Civil**: Direito de Família. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. *E-book.*

ZAPATER, Maíra. **Direito da criança e do adolescente**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. *Ebook*

Capítulo 5

A RECONSTRUÇÃO HERMENÊUTICA E FUNCIONAL DOS INSTITUTOS CLÁSSICOS DO DIREITO CIVIL SOB A PERSPECTIVA DA REFORMA TRIBUTÁRIA SEGUNDO A EMENDA CONSTITUCIONAL N. 132, DE 23.12.2 3

José Henrique Righi Rodrigues[1]

1 Introdução

O objetivo do presente capítulo é investigar os efeitos jurídicos que a Emenda Constitucional nº 132, de 23.12.2 3[2] trouxe para o Direito Civil, em especial, quanto à necessidade do reexame doutrinário e jurisprudencial de determinados institutos clássicos pertencentes àquele ramo, promovendo sua reconstrução hermenêutica e funcional, alinhando-os à ordem jurídico-tributária.

O capítulo busca responder à seguinte pergunta problema: com o advento da reforma tributária realizada pela Emenda à Constituição nº 132, de 20.12.2 3 há a necessidade de se promover uma nova interpretação sistemática e teleológica dos institutos tradicionalmente desenvolvidos pelo Direito Civil na busca pela correta aplicação do aspecto material, temporal, espacial, subjetivo e quantitativo que integram a regra matriz

1 Doutorando e Mestre em Direitos Fundamentais, Especialista em Finanças Públicas, em Direito Tributário e Direito Público. Graduado em Direito e Administração de Empresa. Coordenador do GT 18, Grupo de Trabalho dos Corregedores dos Estados, no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, vinculado ao Ministério da Fazenda, Corregedor-Chefe e Auditor Fiscal da Receita Estadual da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, professor de Direito Tributário I e II, Planejamento Tributário, Legislação Tributária, Introdução ao Estudo do Direito, Teoria Geral do Estado e Ciência Política e Empresarial II. E-mail righi.rodrigues@gmail.com

2 BRASIL. Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023. Altera o Sistema Tributário Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc132.htm. Acesso em: 18 jul. 2026.

das hipóteses de incidência do Imposto sobre Bens e Serviços – IBS[1] e da Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS[2]?

O tema se justifica considerando-se os reflexos jurídicos, financeiros, econômicos e políticos gerados em razão da novel reforma tributária. Sob o ponto de vista jurídico, considerando a instituição dos novos tributos, imposto e contribuição sobre bens e serviços, faz-se necessária a releitura constitucional tributária dos institutos clássicos do Direito Civil que permita a harmonização dos conceitos civis com os princípios constitucionais tributários inseridos na ordem jurídica vigente pela Emenda à Constituição nº 132, de 20.12.2 3. Há de se observar, também, a finalidade econômica das operações realizadas e submetidas às hipóteses de incidências previstas pela legislação infraconstitucional.

Essa releitura tem por escopo evitar o surgimento de determinados posicionamentos doutrinários e jurisprudências de natureza privada que porventura venham a inviabilizar a correta incidência tributária. Nesse contexto, os conceitos e institutos relativos à propriedade, posse, contrato, circulação e operação, domicílio e estabelecimento, entre outros, passam, a partir da alteração constitucional, a exercer função instrumental na delimitação da hipótese de incidência tributária dos tributos instituídos pela reforma tributária.

Sob o viés financeiro, a escorreita avaliação, delimitação e alcance da hipótese de incidência dos novos tributos instituídos representam condição indispensável para assegurar a previsibilidade da arrecadação pública, e, por via de consequência, a estabilidade do financiamento das políticas públicas necessárias e suficientes para conferir concretude e densificação aos direitos e garantias fundamentais tão caros aos cidadãos brasileiros.

Nesse sentido é que a aplicação e a utilização simples e literal dos institutos tradicionais do Direito Civil, desvinculadas da realidade econômica das operações de circulação de bens e serviços, pode vir a gerar frustração tributária aos diversos entes políticos envolvidos em razão de possíveis assimetrias no plano da arrecadação, gerando o aumento da litigiosidade judicial e extrajudicial. Nesse sentido é que, com o auxílio de uma interpretação sistemática e teleológica, os entes políticos poderão,

1 Art. 156-A. Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios

2 Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais: [...] V- sobre bens e serviços, nos termos de lei complementar.

com maior precisão, mensurar os fatos geradores tendentes a explicitar a real capacidade econômica dos sujeitos passivos envolvidos nas respectivas relações jurídico-tributárias. Garante-se, portanto, maior eficiência e eficácia arrecadatória, evitando-se, destarte, o aumento da carga tributária.

Sob o ponto de vista econômico, a recente reforma tributária procurou alterar as diversas modalidades de incidências tributárias inerentes aos impostos sobre bens e serviços. Ela substituiu a lógica tributária anterior por um modelo de tributação do consumo fundado na operação de circulação econômica de bens, direitos e serviços. Com isso, exige-se uma compreensão mais detida e uma análise dos institutos civis, considerando sua presença inevitável nas etapas de produção, comercialização, prestação de serviços e, por fim, de consumo nas relações econômicas contemporâneas. É por essas e outras que a utilização da interpretação teleológica tende a reduzir distorções concorrenciais, evitando planejamentos tributários abusivos estribados única e exclusivamente em formas jurídicas pré-concebidas doutrinaria e jurisprudencialmente.

Por fim, sob o enfoque político, a reforma tributária materializa a vontade constitucional de se fortalecer o federalismo fiscal e de cooperação entre os entes políticos, na busca pela simplificação do Sistema Tributário Nacional, trazendo maior segurança jurídica à Administração Pública e aos seus administrados. Ressalta-se que a concretização dos objetivos depende da adoção de paradigmas interpretativos em relação aos novos tributos, afastando soluções divergentes entre os entes federativos e suas administrações tributárias direta ou indiretamente envolvidas. Dessa forma é que a interpretação sistemática e teleológica dos institutos clássicos do Direito Civil propicia maior coerência entre os institutos do Direito Civil e do Direito Tributário.

A metodologia utilizada foi a pesquisa teórico-bibliográfica. O procedimento metodológico foi o método dedutivo e analítico descritivo, partindo-se de uma concepção geral para a concepção específica. Por fim, quanto ao procedimento técnico, fez-se a análise interpretativa e comparativa da legislação nacional e estrangeira, sob o ponto de vista histórico e temático em atenção à crítica científica.

O capítulo foi elaborado considerando-se a introdução, o desenvolvimento - subdividido em 02 (duas seções). A primeira seção denominada "A reforma tributária como marco de reconstrução hermenêutica e funcional dos institutos do Direito Civil"; a segunda seção intitulada por "A conformação dos institutos de Direito Civil de

acordo com a nova função instrumental na identificação da materialidade tributária". Por fim, seguem as Considerações finais, ultimando o trabalho de pesquisa com o rol das Referências utilizadas para a sua elaboração.

Dos resultados analisados, conclui-se que o presente tema abordado nesse capítulo não implica a descaracterização dos institutos civilistas, mas sua ressignificação funcional de modo a atingir os objetivos da Emenda Constitucional nº 132, de 20.12.2 3 e os demais normativos regulamentares infraconstitucionais. Segue-se, portanto, a apresentação do capítulo, segundo a estrutura acima proposta, sem qualquer pretensão de esgotar o assunto, mas apenas de contribuir para a reflexão necessária e científica a respeito da reconstrução hermenêutica e funcional dos institutos clássicos do Direito Civil sob a perspectiva da reforma tributária segundo a Emenda Constitucional n. 132, de 23.12.2 3, tudo isso em atenção aos fundamentos do Estado Democrático de Direito.

2 A Reforma Tributária como marco de reconstrução hermenêutica e funcional dos institutos do Direito Civil

A Emenda Constitucional nº 132, de 23.12.2 3 é considerada um dos marcos mais profundos de transformação do Sistema Tributário Nacional desde a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Essa transformação reformulou a tributação sobre o consumo e inaugurou uma nova racionalidade interpretativa de vários dos institutos tradicionalmente desenvolvidos pelo Direito Civil ao longo dos tempos.

A substituição de tributos incidentes sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior – ICMS[1] e serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar – ISSQN[2] pelo Imposto sobre Bens e Serviços – IBS e pela Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS foi um dos pontos mais significativos trazidos pela reforma tributária, além de outros.

---

1 Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: [...] II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

2 Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre: [...] III- serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar.

A reforma tributária modificou, também, substancialmente o ponto central das diversas hipóteses de incidência tributária relativas às operações econômicas sobre o consumo, orientadas, precipuamente, pelos princípios da neutralidade[3] (Fortes, 2021, p. 73 a 88), da tributação no destino[4] (princípio segundo o qual a arrecadação deve beneficiar o ente federativo onde ocorre o consumo final, substituindo gradualmente o histórico critério da origem de forma a promover maior equilíbrio federativo) e da não cumulatividade plena[5], todos contemplados pelo texto constitucional.

A tributação do consumo, dessarte, passa a desempenhar papel relevante na promoção da eficiência econômica, da neutralidade concorrencial (Kempfer Bassoli *et al*, 2010, p. 235-253), da integração do mercado nacional e da concretização dos princípios constitucionais da capacidade contributiva, da isonomia e da justiça fiscal. A reforma tributária afastou a sistemática anterior e tradicional de incidência tributária fundada em materialidades específicas, como circulação de mercadorias e prestação de serviços, passando a adotar certa concepção mais abrangente, independentemente da forma jurídica adotada pelas partes envolvidas em seus atos, fatos ou negócios jurídicos específicos os quais, no âmbito do Direito Tributário, são classicamente conhecidos como fato gerador.

Nesse novo contexto constitucional, civil e tributário, os institutos jurídicos civis da propriedade, posse, contrato, circulação e estabelecimento deixam de ser compreendidos exclusivamente sob sua conformação privatística. Eles assumem uma função instrumental na identificação da materialidade tributária sem negar ou modificar os conceitos próprios desenvolvidos pelo Direito Civil, cuja aplicação e previsão, inclusive, continuam assegurados pelos art.(s) 109 e 110 da Lei nº 5.172, de 25.10.66, Código Tributário Nacional[6]. Segundo Thiana de Souza Cairo Tunes:

---

3 Art. 156-A. Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. § 1º O imposto previsto no ***caput*** será informado pelo princípio da neutralidade e atenderá ao seguinte:

4 Art. 156-A. Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. [...] VII - será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do Município de destino da operação;

5 Art. 149-B. Os tributos previstos nos art.(s) 156-A e 195, V, observarão as mesmas regras em relação a: [...] IV - regras de não cumulatividade e de creditamento.

6 Art. 109. Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, mas não para definição dos respectivos efeitos tributários.

Art. 110. A lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal, pelas Constituições dos Estados, ou pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal ou dos Municípios, para definir ou limitar competências tributárias.

> O art. 109 dispõe sobre a intrínseca relação do Direito Tributário com os institutos do direito privado. Como ramo mais novo do direito, se comparado aos demais, o Direito Tributário não raramente se vale de conceitos do direito privado para a incidência de suas normas, de sorte que o estudioso precisa conhecer esses institutos para bem aplicar o direito (Tunes, 2024, p. 94). [...] Em suma, não há vedação para alteração de um conceito de direito privado no âmbito do direito tributário, salvo se utilizado pela Constituição Federal na delimitação de competências, com fulcro no artigo 110 do CTN. Nesse sentido, a limitação ora evidenciada - e em prestígio ao princípio da segurança jurídica -, tem como objetivo obstar a ampliação da interpretação da norma para fins de alteração da competência tributária, já que tal possibilidade ficaria reservada à edição de emenda constitucional (Tunes, 2024, p. 98).

Em verdade trata-se do reconhecimento de que a partir da Emenda à Constituição nº 132, de 20.12.2 3, sua aplicação no âmbito do Direito Tributário passou a ser orientada pela finalidade constitucional conforme o novo modelo instituído da tributação sobre o consumo. A recente reforma tributária, assim, promoveu uma reconstrução funcional desses institutos de direito privado, atribuindo-lhes significado compatível com a modernidade da dinâmica econômica das operações tributáveis, sem descaracterizar, entretanto, o seu núcleo jurídico essencial.

Significa dizer que essa perspectiva evidencia que os conceitos e definições dos diversos institutos civis, ao ingressarem no Sistema Tributário Nacional, não são simplesmente reproduzidos ou tampouco arbitrariamente transformados. Eles, os conceitos e definições dos diversos institutos civis, passam a ser reinterpretados sob a perspectiva dos valores constitucionais que informam a tributação contemporânea.

Nesse cenário, a consequência de toda essa transformação é o fortalecimento de uma hermenêutica tributária orientada pela efetividade, segurança jurídica, neutralidade concorrencial e capacidade contributiva, conferindo maior coerência e sinergia entre o Direito Civil e o Direito Tributário. A Emenda Constitucional nº 132, de 23.12.2 3, portanto, consolida o paradigma segundo o qual a incidência tributária privilegia a realidade econômica das operações em detrimento de seu aspecto meramente formal. A interpretação econômica alcança várias concepções e características diferentes de acordo com a fase histórica estudada (Tunes, 2024, p. 25).

Depreende-se, destarte, que o novo posicionamento manifestado pela recente reforma tributária passa a exigir tanto da doutrina, quanto

da jurisprudência uma releitura sistemática dos institutos de natureza civil em consonância com a nova ordem constitucional tributária. Essa reconstrução funcional revela que a autonomia do Direito Tributário não decorre da ruptura com o Direito Civil. Ao revés, significa maior capacidade de atribuir aos institutos privados uma funcionalidade própria, constitucionalmente orientada, preservando-lhes, de um lado, a identidade conceitual, e redefinindo, de outro lado, seus efeitos no âmbito da tributação sobre o consumo.

Observa-se, portanto, uma mudança paradigmática que ultrapassa os limites da simples alteração normativa, inaugurando uma nova etapa na evolução da dogmática tributária brasileira. Essa nova realidade aproxima o sistema brasileiro tributário das melhores práticas internacionais, mantendo-se as peculiaridades do federalismo fiscal cooperativo previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

A reforma tributária modificou o modelo historicamente caracterizado pela multiplicidade normativa existente em razão das competências tributárias atribuídas a todos os entes políticos que integram a República Federativa do Brasil. Espera-se, além da diminuição da litigiosidade judicial e extrajudicial, a simplificação e melhor gestão tributária, fundada nos princípios constitucionais da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente, conforme o disposto no art. 145, § 3º da Constituição da República de 1988[1].

Muito mais do que apenas extinguir e substituir tributos ou até mesmo redefinir e criar novas espécies de competências tributárias, a Emenda à Constituição nº 132, de 23.12.2 3 alterou o entendimento e a compreensão em relação à materialidade tributária. Com isso, restou também alterado o foco da incidência para as operações econômicas com bens e serviços.

Portanto, a partir da novel reforma tributária, exige-se dos operadores do direito uma releitura dos institutos desenvolvidos pelo Direito Civil e tradicionalmente utilizados pelo Direito Tributário, por exemplo: propriedade, posse, contrato, operação de circulação, domicílio, estabelecimento e os direitos reais. Portanto, tais institutos deixam de ser interpretados apenas sob a perspectiva privatística e passam a assumir uma

1 Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos: [...] § 3º O Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente.

funcionalidade compatível com os objetivos constitucionais da tributação do consumo.

Longe, entretanto, de afastar a autonomia conceitual dos institutos do Direito Civil, prevista, inclusive, conforme visto na secção anterior, nos art.(s) 109 e 110 da Lei nº 5.172, de 25.10.66, Código Tributário Nacional, há de se reconhecer que a interpretação, aplicação e definição daqueles conceitos no âmbito tributário devem atender às finalidades constitucionais que estruturam o novo Sistema Tributário Nacional. Alinhada a esse pensamento, pode-se dizer que:

> Na interpretação da norma tributária, entende-se que o aplicador deve estar atento aos influxos no âmbito da economia, orçamento, pacto federativo, distribuição de riqueza, redução da desigualdade, dentre outros aspectos, pois eventual desconhecimento ou ausência desse pré-conhecimento por parte do intérprete, pode ensejar numa conclusão correta, mas irreal. Em outras palavras, a construção do sentido da norma feita pelo intérprete com a prévia noção do fenômeno financeiro/econômico a torna mais factível e, portanto, possível de ser cumprida (Tunes, 2024, p. 26).

Nesse contexto, os clássicos institutos civis passam a desempenhar uma função de interlocutores entre a realidade econômica e a hipótese de incidência tributária, segundo a interpretação sistemática e teleológica. Não se pretende dizer que a reforma tributária evidenciou ainda mais a autonomia do Direito Tributário, rompendo com o Direito Privado. Ao contrário, os institutos de Direito Civil passam a ter uma importância ainda maior e funcionalidade própria orientada pelos princípios constitucionais tributários.

Essa circunstância é de suma importância em face da necessária aplicação dos institutos privados na seara tributária, conforme se depreende do trecho abaixo:

> Desse modo, o direito tributário ao empregar conceitos que são usuais, seja no direito civil, seja em outros ramos do direito, não implica, em uma aplicação sem a necessária discussão e interpretação econômica-teleológica da lei tributária. Em outras palavras, alguns conceitos no direito tributário devem ser interpretados econômico e teologicamente, preponderando a forma de direito civil em certas circunstâncias, se esta refletir a situação econômica (Tunes, 2024, p.24).

Como já dito, essa alteração do Sistema Tributário Nacional aproxima o sistema brasileiro das experiências internacionais mais modernas de tributação sobre o valor agregado, fortalecendo a coerência entre o texto constitucional, a legislação complementar e a dogmática tributária. Desse

modo, a Emenda à Constituição nº 132, de 20.12.2 3 inaugurou uma nova etapa na evolução do Direito Tributário brasileiro, em que a reconstrução funcional dos institutos civis constitui elemento essencial para a adequada interpretação e aplicação do novo modelo constitucional de tributação do consumo.

3 A conformação dos institutos de Direito Civil de acordo com a nova função instrumental na identificação da materialidade tributária

Alguns dos institutos tradicionais do Direito Civil (propriedade, posse, contrato, operação e circulação, domicílio e estabelecimento), com o advento da nova ordem jurídica constitucional tributária instituída pela reforma tributária de 2023, passam a desempenhar um papel que ultrapassa as funções reguladoras e formais, até então utilizadas, nas relações privadas. Verifica-se uma alteração da perspectiva hermenêutica sob a qual esses institutos são interpretados quando projetados sobre o sistema tributário.

Ressalta-se que a reforma tributária não alterou diretamente os conceitos de Direito Civil. Ela, em verdade, promoveu uma ressignificação funcional desses institutos para fins de aplicação no âmbito tributário. Vale dizer que propriedade, posse, contrato, circulação, operação, domicílio e estabelecimento deixam de servir apenas como categorias do direito privado e passam a assumir a função de critérios de identificação da materialidade tributária do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS e da Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS.

Pode-se dizer que, conforme observado, a releitura funcional orientada pelos princípios constitucionais tributários faz com que os institutos clássicos do Direito Civil deixem de constituir fins em si mesmos, atuando como pontos de mediação entre a realidade econômica e a hipótese de incidência tributária, reforçando, portanto, a autonomia metodológica do Direito Tributário.

De tudo acima exposto, depreende-se que a preservação dos conceitos civilistas é plenamente compatível com a atribuição de novos efeitos jurídicos inseridos na ordem jurídica pela Emenda à Constituição nº 132, de 20.12.2 3 no âmbito do Sistema Tributário Nacional. A harmonização desses institutos com as finalidades constitucionais da nova tributação sobre o consumo deve ser observada, de modo a preservar a

coerência sistêmica, a previsibilidade jurídica e a efetividade ao modelo instituído pela reforma tributária.

Sendo, portanto, um processo de ressignificação funcional e constitucional dos institutos civis, a identidade conceitual destes continua preservada, alterando-se sua projeção no Direito Tributário conforme a materialidade das operações econômicas de circulação de bens e serviços disciplinadas pelo novo sistema constitucional tributário.

4 Considerações finais

O trabalho de pesquisa desenvolvido ao longo desse capítulo demonstrou que a Emenda Constitucional nº 132, de 20.12.2 3 não se preocupou apenas com a alteração estrutural da tributação sobre o consumo, considerando-se, entre outras, a extinção e substituição de determinadas espécies de tributos previstos anteriormente no Sistema Tributário Nacional.

Em verdade, a reforma tributária alterou profundamente a estrutura normativa tributária, tanto no plano constitucional, quanto no plano infraconstitucional. Em consequência, percebe-se uma importante modificação na própria estrutura metodológica do Direito Tributário brasileiro. A centralidade das operações econômicas passa a ser o novo paradigma em relação à tributação do consumo no destino, valorizando, assim, o princípio da neutralidade tributária previsto no texto constitucional.

Nesse contexto, os institutos clássicos do Direito Civil assumem o protagonismo instrumental na identificação da materialidade e da tipicidade tributária, sem, entretanto, desnaturar os conceitos jurídicos desenvolvidos na seara privada e tampouco sua redefinição, haja vista que os art.(s) 109 e 110 da Lei 5.172, de 25.10.66, Código Tributário Nacional, continuam sendo observados, preservando a repartição constitucional de competências tributárias.

Nesse contesto, os institutos da propriedade, posse, contrato, operação, circulação, estabelecimento de natureza civilista passam a ser interpretados segundo uma perspectiva funcional, orientados pelos valores constitucionais introduzidos pela reforma tributária. A incidência dos novos tributos, quais sejam, Imposto sobre bens e Serviços – IBS e Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS não depende da conformação jurídico-formal dos negócios privados. Ao revés, verifica-se a sobreposição

da realidade econômica das operações em detrimento da forma adotada pelas partes envolvidas, não implicando a substituição dos conceitos civis por critérios meramente econômicos.

Portanto, a reforma tributária explicita e reforça a inexistência de uma autonomia absoluta do Direito Tributário ou, por outro lado, uma certa dependência desse ramo em relação ao Direito Civil. Com a reforma tributária resta evidente a relação de complementaridade sistêmica e de sinergia entre o Direito Tributário e o Direito Civil. Essa complementariedade e essa sinergia não afastam a identidade conceitual dos institutos clássicos do Direito Civil. Ao contrário, elas confirmam a reconstrução dos efeitos jurídicos tributários em conformidade com as finalidades constitucionais do novo modelo de tributação do consumo.

O que se observa, portanto, é um processo de ressignificação funcional constitucional de alguns dos institutos de Direito Civil, sendo redefinida sua projeção normativa frente à nova materialidade constitucional da incidência tributária. Essa ressignificação funcional, ao contrário do que pode parecer inicialmente, mantém a coerência do sistema jurídico nacional, assegurando a efetividade dos princípios constitucionais tributários que estruturam os novos tributos instituídos pela Emenda à Constituição n. 132, de 20.12.2 3.

Lado outro, percebe-se, também, que a autonomia metodológica do Direito Tributário não tem sua origem da separação do Direito Civil. Sua autonomia deriva da capacidade de se reinterpretar institutos jurídicos clássicos de natureza privada compartilhados segundo suas finalidades próprias e constitucionalmente determinadas. A autonomia do Direito Tributário manifesta-se precipuamente pela atribuição de consequências jurídicas específicas a determinados institutos cuja origem permanecem vinculados ao Direito Civil.

Pode-se dizer que a Emenda Constitucional nº 132, de 20.12.2 3 representa um novo paradigma da dogmática tributária brasileira, no instante em que promove grandes discussões doutrinárias e jurisprudenciais, tendentes a uma revisão dos referenciais hermenêuticos classicamente adotados na identificação da regra matriz da hipótese de incidência tributária. Ness sentido, a interpretação da regra matriz da hipótese de incidência tributária passa a prestigiar a análise em relação à substância econômica das operações de circulação de bens e serviços, sem deixar de observar a necessidade de preservação dos conceitos privados constitucionalmente relevantes e os limites constitucionais existentes.

Dos resultados verificados, é possível concluir que a reforma tributária comtempla as experiências e as melhores práticas internacionais de tributação sobre o valor agregado, com suas adequações tropicais à interpretação econômica do fato gerador da obrigação tributária. A juridicidade da tributação continua sendo observada, mas com uma releitura teleológica pautada pelos objetivos constitucionais do novo modelo de sistema tributário nacional adotado.

Disso resulta que a Emenda Constitucional nº 132, de 23.12.2 3 provoca uma **r**essignificação funcional constitucional dos institutos jurídicos**,** de modo que os conceitos originários do Direito Civil adotados pelo Direito Tributário não são simplesmente reproduzidos sob a perspectiva normativa ou totalmente alterados conceitualmente. Em verdade há uma utilização intersistêmica dos conceitos jurídicos, preservando-se a identidade dogmática desses institutos, reconstruindo-se, entretanto, os efeitos tributários de acordo com a finalidade constitucional da tributação sobre o consumo.

Por derradeiro, conclui-se que a reforma tributária não se esgota na alteração da técnica da regra matriz da hipótese de incidência dos tributos sobre o consumo. Ela traz profundas transformações na teoria geral do Direito Tributário. O novo modelo requer uma interpretação jurídica menos formalista, passando a adotar uma hermenêutica sistemática e funcional.

Assim, a reconstrução funcional dos institutos clássicos do Direito Civil além de ser uma consequência da reforma tributária, concretiza os fundamentos para a consolidação de um novo desenvolvimento dogmático tributário, capaz de responder aos desafios inerentes à economia digital, em razão da complexidade das relações econômicas na busca por um Sistema Tributário Nacional mais eficiente, neutro, coerente e comprometido com os valores do Estado Democrático de Direito.

Referências

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Normas Técnicas. NBR **10520: informação e documentação – apresentação de citações em documentos**. Rio de janeiro, 2023.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14724: informação e documentação – apresentação de citações em documentos**. Rio de janeiro, 2024.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Normas Técnicas**. NBR 6023: informação e documentação – apresentação de citações em documentos**. Rio de janeiro, 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 5 ago. 2026.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023**. Altera o Sistema Tributário Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc132.htm. Acesso em: 18 jul. 2026.

BRASIL. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm. Acesso em: 18 jul. 2026.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, [2002]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 18 jul. 2026.

BRASIL. Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025. Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); cria o Comitê Gestor do IBS e altera a legislação tributária. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp214.htm. Acesso em: 19 jul. 2026.

FORTES, Fellipe Cianca. **Neutralidade fiscal: Tributação e livre concorrência**. Editora Thoth, 2021.

KEMPFER BASSOLI, Marlene; FORTES, Fellipe Cianca. **Análise econômica do direito tributário: livre iniciativa, livre concorrência e neutralidade fiscal**. Scientia iuris, v. 14, p. 235-253, 2010.

TUNES, Thiana de Souza Cairo. **Interpretação econômica no direito tributário. Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Lyrio Pimenta. Tese (Doutorado)** – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Direito, Salvador, 2024 – 2024.

Capítulo 6

CASAMENTO IGUALITÁRIO, DIREITO DE FAMÍLIA E POLÍTICAS DO SEXO: ENTRE RECONHECIMENTO JURÍDICO E NORMALIZAÇÃO

Filipe Fialho Alves[1]
Ana Carolina de Sousa Castro[2]

1 Introdução

Grande parte das conquistas recentes de direitos para a população LGBTQIAPN+ se deu através do Poder Judiciário. O reconhecimento das relações homoafetivas, por exemplo, ocorreu inicialmente pelo trato judicial de tais relações como sociedades de fato, o que garantiu direitos patrimoniais sobre os bens adquiridos em comum. Os direitos previdenciários seguiram-se logo em seguida, com o reconhecimento do companheiro ou companheira do mesmo sexo como dependente previdenciário, por exemplo. Por fim, em 2011, na ADPF 132 e na ADI 427, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a possibilidade da união estável entre pessoas do mesmo sexo, e o Conselho Nacional de Justiça, por meio da Resolução nº 175/2013, vedou "às autoridades competentes a recusa de habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo". Com isso, finalmente o ordenamento jurídico brasileiro reconheceu a possibilidade do casamento homoafetivo.

1 É licenciado em Letras - Inglês pela Universidade Estácio de Sá (2016) e em Ciências das Religiões pela Faculdade Unida de Vitória (2025), bacharel em Direito pela Faculdade Multivix de São Mateus (2023), especialista em Ensino de Inglês pela Universidade Federal de Minas Gerais (2019) e em Direito Penal e Processual Penal pela Universidade Vila Velha (2025). Atualmente é técnico judiciário na Justiça Federal – Seção Judiciária do Espírito Santo e aluno regular do Mestrado em Direitos e Garantias Constitucionais Fundamentais da FDV - Faculdade de Direito de Vitória. E-mail: filipefa@yahoo.com.br.

2 É bacharela em Direito e mestra em Sociologia pela Universidade Federal de Alagoas, e doutora em Sociologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com doutorado sanduíche na École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris-França). É professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Direitos e Garantias Constitucionais Fundamentais da FDV – Faculdade de Direito de Vitória. E-mail: acscastro1@gmail.com.

Não obstante tal reconhecimento, a lei segue regulando apenas uma realidade estática de família, insuficiente para abarcar a pluralidade das configurações familiares contemporâneas. "A família juridicamente regulada nunca é multifacetada como a família natural. Essa preexiste ao Estado e está acima do direito" (Dias, 2011, p. 27). O Direito não tem dado conta da realidade social do jeito que ela se mostra, considerando especialmente a dinâmica acelerada de casamentos e divórcios, e a formação de novas conjugalidades e novos arranjos familiares. "A tendência é simplesmente proceder à atualização normativa, sem absolver o espírito das silenciosas mudanças alcançadas no seio social, o que fortalece a manutenção da conduta de apego à tradição legalista, moralista e opressora da lei" (Dias, 2011, p. 29).

Essa tradição legalista está muito presente no Direito de Família. Como exemplo, recentemente, a Associação de Direito de Família e Sucessões (ADFAS) entrou com pedido de providências no Conselho Nacional de Justiça[1] após dois cartórios paulistas registrarem escrituras públicas de dois "trisais", oficializando a relação amorosa entre um homem e duas mulheres em cada um dos casos. A ADFAS sustentou, em suma, que a monogamia é o princípio estruturante do casamento e da união estável, não havendo previsão constitucional ou legal para que os cartórios reconhecessem outras formas de relacionamentos como entidade familiar. Alertou, ainda, que há previsão de tipo penal de bigamia. Ao final, o Conselho Nacional de Justiça julgou procedente o pedido de providências da ADFAS, proibindo os cartórios de registrarem relações poliafetivas como se unidade familiar fossem.

Diante desse cenário, o artigo analisa a ambivalência do reconhecimento jurídico do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Busca-se compreender em que medida a sua incorporação ao Direito de Família rompe com a heterossexualidade como pressuposto de conjugalidade legítima, e, simultaneamente, preserva o casamento como forma privilegiada de legitimação das relações afetivas e familiares. A partir dessa tensão, discutem-se os limites das políticas de inclusão centradas no casamento e as possibilidades de uma política sexual orientada pela desnormalização.

Parte-se da hipótese de que o casamento igualitário amplia o reconhecimento jurídico das relações homoafetivas sem necessariamente

1 Para mais detalhes, vide o processo número 001459-8.2016.2.00.0000, disponível no site do Conselho Nacional de Justiça.

romper com a dimensão normalizadora da instituição matrimonial. Ao manter o casamento como referência privilegiada de legitimação, pode preservar hierarquias entre relações reconhecidas e formas de vida afetivo-sexual situadas fora desse enquadramento.

Para tanto, será abordada a crítica materialista de Friedrich Engels, para quem o casamento monogâmico burguês se origina do conflito sexual entre homens e mulheres, no qual estas ficariam relegadas ao âmbito familiar para a garantia da prole legítima a herdar o patrimônio. Também serão mobilizados os conceitos foucaultianos de poder disciplinar e biopoder para examinar sobre como o dispositivo de sexualidade (saber-poder) se articula ao dispositivo de aliança (casamento), fazendo do casamento e da família espaços privilegiados de produção de saberes, regulação e normalização da sexualidade. Em seguida, será tratado o pensamento de Judith Butler para refletir sobre como o gênero, o sexo e a sexualidade são gerados performativamente, num processo de normalização, o que leva a uma ambivalência da sua defesa no contexto do casamento igualitário. Ao final, será tratado o ceticismo de Michael Warner acerca do casamento igualitário e sua defesa de que qualquer política do sexo deva ser pautada por um processo de desnormalização do afeto e do sexo, retirando o poder do Estado sobre eles.

2 Friedrich Engels: crítica materialista à família burguesa

A crítica materialista busca situar a formação do modelo de família burguesa como consequência de um processo histórico que culmina na derrocada da mulher. Friedrich Engels descreve uma sequência evolutiva de formas de família, cada uma correspondente a um estágio do desenvolvimento econômico da sociedade. Três seriam essas fases: a selvageria, a barbárie e a civilização. Segundo Engels, ao "estado selvagem corresponde o matrimônio por grupos, à barbárie, o matrimônio sindiásmico[2], e à civilização corresponde a monogamia com seus complementos: o adultério e a prostituição" (Engels, 1984, p. 81).

Nesse sentido, o surgimento da monogamia estaria diretamente relacionado à economia e ao triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comunal. Os romanos já a designavam como "um novo organismo social, cujo chefe mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e

2 O termo se refere a um tipo específico de casamento ou de estrutura familiar em pares, no qual um homem vive com uma mulher, mas sem exclusividade rígida ou indissolubilidade.

certo número de escravos, com o pátrio poder romano e o direito de vida e morte sobre todos eles" (Engels, 1984, p. 61). Já os gregos tratavam o casamento como um dever público cujos objetivos "eram a preponderância do homem na família e a procriação de filhos que só pudessem ser seus para herdar dele" (Engels, 1984, p. 70).

Assim sendo, a monogamia surge na história "sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, na pré-história" (Engels, 1984, p. 70). O homem retira a mulher do espaço público, restringindo seus direitos, como o fim último de garantir a legitimidade da prole e, assim, garantir a transmissão da herança para seus filhos. A monogamia seria, então, resultado da concentração de renda nas mãos do homem e teria como objetivo a garantia de transmissão dessa herança aos seus filhos. Daí porque apenas a monogamia da mulher ser necessária.

Nesse contexto, o adultério torna-se prática comum, veementemente reprovável quando praticado pelas mulheres, porém tolerado e até mesmo incentivado entre os homens. A prostituição surge como prática degradada do antigo heterismo[1], ou seja, como resíduo da época dos matrimônios por grupos, a qual permite a manutenção da legitimidade dos herdeiros. Adultério e prostituição são, assim, complementos da monogamia.

Engels segue mencionando duas feições do casamento burguês moderno. Nos lares católicos, o casamento é arranjado pelos pais, "do que resulta naturalmente o mais amplo desenvolvimento da contradição que a monogamia encerra: heterismo exuberante por parte do homem e adultério exuberante por parte da mulher" (Engels, 1984, p. 76). Já no meio protestante, há maior liberdade para que o filho busque sua esposa dentro de sua classe social, supondo-se então estar baseado no amor, uma aparência que Engels cita ser própria da hipocrisia protestante. Ao final, em tom irônico, afirma que "essa monogamia protestante vem a dar, mesmo tomando o termo médio dos melhores casos, em um aborrecimento mortal, sofrido em comum, e que se chama felicidade doméstica" (Engels, 1984, p. 76).

A contribuição de Engels reside, então, na desnaturalização do casamento monogâmico e da família, compreendidos não como formas universais de organização das relações afetivas e sexuais, mas como

1 Heterismo, na terminologia empregada por Engels, designa formas de relações sexuais extraconjugais associadas à sobrevivência de práticas oriundas de sistemas anteriores de matrimônio por grupos. A prostituição aparece, nesse quadro, como uma de suas formas historicamente transformadas e degradadas.

instituições historicamente constituídas e articuladas a determinadas relações econômicas, patrimoniais e de gênero. Tanto é assim que a crítica de Engels recai sobre a família monogâmica burguesa e não sobre a monogamia em si. Para ele, ela se tornará realidade, até mesmo para o homem, quando as relações de produção se transformarem, quando a propriedade deixar de ser privada e se tornar propriedade social. Consequência disso é o desaparecimento do trabalho assalariado, do proletariado e, com isso, da necessidade de mulheres se prostituírem. É nesse contexto em que se desenvolverão relações sexuais mais livres.

Assim, a crítica materialista permite problematizar o casamento a partir das funções sociais que historicamente desempenha e das hierarquias que contribui para organizar, fundamentalmente vinculada às relações de propriedade e à divisão sexual. Como será mostrado a seguir, Foucault desloca a atenção para os mecanismos de poder e normalização que passam a incidir sobre a família, o corpo e a sexualidade.

3 Michel Foucault: dispositivo de aliança e dispositivo de sexualidade

Michel Foucault é um teórico do poder. Sua principal contribuição é demonstrar a relação entre saber e poder, e como esse poder está disperso na sociedade e não centralizado nas mãos de um soberano. Poder não é algo que se possui; é algo que se exerce. Ele produz saberes, subjetividades, normas e verdades sobre o normal e o patológico, ou seja, o poder produz realidades. Foucault afirma que "[...] os mecanismos de poder se dirigem ao corpo, à vida, ao que a faz proliferar, ao que reforça a espécie, seu vigor, sua capacidade de dominar, ou sua aptidão para ser utilizada" (Foucault, 1988, p. 160-161).

Para Foucault, esse poder se desenvolveu nos séculos XVII e XVIII sob duas formas que se interrelacionam: as disciplinas anátomo-políticas do corpo e a biopolítica da população. As disciplinas veem o corpo humano como máquina e, com isso, quer inseri-lo no sistema econômico adestrando-o, docilizando-o e extraindo o máximo de utilidade dele. Já a biopolítica da população trata do corpo-espécie, suporte dos processos biológicos. Temas como nascimento, mortalidade, proliferação, saúde, longevidade passam a ser objeto de investigação, intervenção e controle.

É nesse contexto que se deve entender a família moderna, como uma dessas instituições de poder que usa das técnicas das disciplinas e da

biopolítica e age "no nível dos processos econômicos, do seu desenrolar, das forças que estão em ação em tais processos e os sustentam" (Foucault, 1988, p. 154). É, portanto, instituição disciplinar que visa gerir a vida, o sexo, a sexualidade, inserindo-os em sistemas de utilidade. "O sexo não se julga apenas, administra-se" (Foucault, 1988, p. 31).

O autor distingue dois dispositivos de organização das relações humanas: o dispositivo de aliança e o dispositivo de sexualidade. É importante, de antemão, entender o que Foucault entende por dispositivo. Em entrevista concedida em julho de 1977, ele disse:

> Por esse termo, tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos.

Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre esses elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, com elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação dessa prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes.

> Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante (Foucault, 2022, p. 364-365).

Para as sociedades pré-modernas, predominava o dispositivo de aliança, um sistema jurídico-religioso de casamento que visava a fixação do parentesco e a transmissão de bens e nomes. É por esse dispositivo que se define o que é proibido e o que é permitido, com o fim de caracterizar adequadamente as relações entre as pessoas, pois, é a partir desse quadro que melhor se transmite e se faz circular as riquezas. Contudo, nas sociedades modernas, estabeleceu-se o dispositivo de sexualidade, não como substituto do dispositivo de aliança, mas "em torno e a partir do dispositivo de aliança" (Foucault, 1988, p. 118), sobrepondo-se a ele. Com o dispositivo de sexualidade, surgem novas técnicas relacionadas ao poder, técnicas estas que escrutinam, examinam a sexualidade do indivíduo, criando uma

scientia sexualis, que busca saber "a verdade dessa coisa que, no indivíduo, é seu sexo ou sua sexualidade: verdade do sexo, e não intensidade do prazer" (Foucault, 2017, p. 60). A articulação com a economia se dá sobretudo pelo corpo: torna-o dócil, produtivo, eficiente.

> Numa palavra, o dispositivo de aliança está ordenado para uma homeostase do corpo social, a qual é sua função manter; daí seu vínculo privilegiado com o direito; daí, também, o fato de o momento decisivo, para ele, ser a "reprodução". O dispositivo de sexualidade tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global (Foucault, 1988, p. 118).

O papel do dispositivo de sexualidade é fixá-la na família para, assim, permitir que o dispositivo de aliança passe por toda uma técnica de poder que não conhecia antes. "A família é o permutador da sexualidade com a aliança: transporta a lei e a dimensão do jurídico para o dispositivo de sexualidade; e a economia do prazer e a intensidade das sensações para o dispositivo de aliança" (Foucault, 1988, p; 119).

Assim sendo, enquanto no exterior a sexualidade é examinada por médicos, pedagogos, pastores e toda uma série de novas ciências psi, nasce, no interior da família, toda uma série de novos fenômenos. O dispositivo de aliança é invadido pelo dispositivo de sexualidade, o qual define o que é normal e o que é patológico no seio da família (mulher histérica, esposa frígida, marido sádico, criança precoce, filho homossexual).

Nesse sentido, o casamento, antes instituição cujo objetivo central era a transmissão do patrimônio e do nome (dispositivo de aliança), passa a ser também meio de produção de saber acerca da sexualidade dos envolvidos numa intrincada relação saber-poder (dispositivo de sexualidade). A família é, assim, instrumento de normalização e de vigilância, parte da gestão biopolítica dos corpos e das populações.

4 Judith Butler: performatividade e normalização

A posição de Judith Butler acerca do casamento igualitário é ambivalente. É expressa especialmente no texto *Is kinship always already heterosexual?* (Butler, 2004, 112-140). Por um lado, ela reconhece que é por meio do casamento igualitário que casais não-heterossexuais ampliam seu acesso a direitos já reconhecidos aos heterossexuais. Por outro lado, há o risco de reforçar o casamento como norma hierarquizada que se legitima em detrimento de outros arranjos de relacionamentos.

De fato, a ambivalência que permeia as políticas do casamento igualitário (ou das uniões civis homoafetivas em alguns países) amplia direitos por um lado, mas, por outro, normaliza um modelo fixo de relacionamento monogâmico e duradouro, o que mantém (ou até mesmo cria) zonas de exclusão. Dentre os direitos adquiridos, pode-se mencionar os direitos previdenciários (pensão por morte), o de acompanhar o tratamento médico ou a internação do cônjuge, herança ou partilha de bens em caso de divórcio. Curiosamente, o direito à adoção e a às tecnologias de reprodução assistida nem sempre acompanham o reconhecimento das relações homoafetivas.

Segundo a autora, conceder ao Estado o poder de reconhecimento das relações não-heterossexuais tende a intensificar o processo de normalização, como se fosse ele a autoridade responsável por validar os vínculos afetivos, e não as pessoas envolvidas. Haveria então pessoas aptas ao casamento ("casáveis") e outras não. No texto, ela polemiza com a visão de formação de sujeito do psicanalista Jacques Lacan, com a noção de parentesco e da ordem simbólica pré-estabelecida do estruturalista Lévi-Strauss e, principalmente, com a valoração que a filósofa francesa Sylviane Agacinski faz de uma pretensa "ordem simbólica" estruturante da sociedade.

A relutância de Butler em ratificar de forma inconteste a legitimação das relações entre pessoas do mesmo sexo pelo Estado parte do seu reconhecimento das relações de poder no processo de constituição do sexo (mas também do corpo, da sexualidade e do gênero), eis que funcionam como norma (processo de normalização), "mas também é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, ou seja, cuja força regulatória é evidenciada como um tipo de poder produtivo, um poder de produzir – demarcar, circular, diferenciar – os corpos que controla" (Butler, 2023, p. 15).

Aqui entra o conceito de performatividade de gênero, que se mostra como prática reiterada e citacional. Reiterada pois nos é imposto como repetição constante de normas que nos formam (gestos, formas de vestir e falar, comportamentos, posturas, interdições), sem a qual nada existe de substância, de essência. Citacional pois cita, isto é, repete uma convenção social pré-existente que já circula na cultura. Isso funciona não apenas para o gênero, mas também para o sexo.

> O que espero que fique claro no que se segue é que as normas regulatórios do "sexo" trabalham de forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar

> o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual (Butler, 2023, p. 16).

A autora defende que as polícias sexuais feminista e *queer* devem se dedicar a "práticas que reforçam a desidentificação para com essas normas regulatórias" (Butler, 2023, p. 19), pois, em meio às práticas de normalização e regulação, sempre há fissuras que deixam a descoberto aquilo que a norma busca fixar. "Essa instabilidade é a possibilidade de *de*constituição no próprio processo de repetição, o poder que desfaz os próprios efeitos pelos quais o 'sexo' é estabilizado, a possibilidade de pôr a consolidação das normas do 'sexo' em uma crise potencialmente produtiva" (Butler, 2023, p. 29).

Nas palavras da própria autora:

> De fato, uma transformação social mais radical está em jogo precisamente quando não permitimos, por exemplo, que o parentesco seja reduzido à "família", ou quando não permitimos que o campo da sexualidade seja medido em relação ao casamento. Pois tão certo quanto o fato de que os direitos ao casamento e à adoção e, de fato, à tecnologia reprodutiva, devam ser assegurados a indivíduos – bem como sua aliança – fora da moldura do casamento, seria uma drástica privação da política sexual progressiva [*sic*] permitir que o casamento e a família, ou mesmo o parentesco, fossem os parâmetros exclusivos dentro dos quais se pode pensar a vida sexual (Butler, 2003, p. 259-260).

A questão que se coloca é sobre como garantir direitos de forma sempre inclusiva ao mesmo tempo em que se busca a desestabilização dos parâmetros de gênero, da monogamia e da heterossexualidade compulsórias. Para Butler, a solução do casamento igualitário, embora garantido, deve ser provisória, eis que o objetivo final é desestabilizar o modelo de casamento sancionado pelo Estado como meio de legitimação das relações afetivas e sexuais entre as pessoas. Ao final, o acesso aos direitos deve estar desvinculado das noções de casamento, de família ou de parentesco.

5 Michael Warner: o problema com o normal

Warner possui uma visão ainda mais cética que Butler, inclusive entende que o deslocamento do debate do movimento LGBTQIAPN+ em favor do casamento igualitário caracteriza-se pela traição do seu projeto ético original, cujas pautas mais urgentes tratavam do "HIV e assistência médica, prevenção à Aids, revogação das leis de sodomia, violência

homofóbica, discriminação no trabalho, imigração, cobertura midiática, política militar antigay, desigualdade sexual e a saturação do cotidiano pelo privilégio heterossexual" (Warner, 1999, p. 84).

Ele menciona uma série de valores pelos quais o movimento LGBTQIAPN+ se pautou até a década de 1990, como a promoção de novas formas de vida comunal, intimidade e vida pública com crítica ao mito do casamento heterossexual como única forma de reconhecimento legítimo das relações sexuais, inclusive com resistência às tentativas de tratar a heteronormatividade como modelo e padrão aceitáveis às pessoas LGBTQIAPN+. Moralidade, respeitabilidade e decoro eram vistos como formas de regulação das relações e dos prazeres. Ao final, não cabe ao Estado legitimar as diferentes modalidades de relações, de vida íntima e de prazeres, pois todas são merecedoras de legitimação e de dignidade (Warner, 1999, p. 88-89).

Nesse contexto, o casamento era visto como uma necessidade não apenas secundária, mas uma proposta danosa. Para o autor, não se trata de um assunto privado, e é ingênuo pensar que o casamento não invalida, deslegitima ou estigmatiza outros arranjos afetivo-sexuais, pois ele é uma instituição jurídica outorgada pelo Estado e repleta de processos de normalização e de regulação; é meio pelo qual o sistema legal distribui direitos e privilégios. O casamento, então, como instituição estatal, produz uma espécie de hierarquia. Ao incluir casais do mesmo sexo dentre as relações protegidas pelo Estado, criam-se formas novas de hierarquização, ou seja, só se redesenha a fronteira do normal e do desvio.

O que Warner faz é inserir a reflexão acerca do casamento no contexto maior da política do sexo e, mais especificamente, da política da vergonha acerca do sexo. Ele recorre explicitamente ao pensamento de Gayle Rubin, em *Thinking Sex*, para mostrar que a distinção entre sexualidades boas e más não se organiza em torno de um único eixo heterossexual *versus* homossexual, mas de uma série de hierarquias sobrepostas: casado e não casado, monogâmico e promíscuo, com filhos ou sem filhos, privado e público, sem finalidade comercial e com finalidade comercial, entre pares da mesma geração e intergeracional, sem uso de objetos e com uso de objetos, e assim por diante. "As hierarquias do sexo às vezes servem a nenhum propósito real além da prevenção da variância sexual. Elas criam crimes sem vítimas, ameaças imaginárias e moralidades da crueldade" (Warner, 1999, p. 25).

Ao adotar o casamento como bandeira única, o movimento LGBTQIAPN+ opta por lutar apenas dentro do eixo heterossexual *versus* homossexuais, privilegiando, assim, um modelo de relação estável pautado na monogamia e na vida privada. Consequência lógica disso é que outros arranjos são deixados de lado: pessoas solteiras, relacionamentos poliamorosos, trabalhadores e trabalhadoras do sexo, lares compartilhados entre amigos etc. Toda forma divergente de relacionamento afetivo e/ou sexo é deixado à marginalidade. O casamento entre pessoas do mesmo sexo não é o oposto da polícia do sexo, mas uma de suas formas mais sofisticadas: uma maneira de administrar, hierarquizar e, em última instância, legitimar a vigilância que a sociedade exerce sobre os corpos e os desejos, ao mesmo tempo em que aparenta ser apenas uma extensão de direitos individuais.

Um exemplo da política de sexo trazida pelo autor é o reordenamento urbano, os novos zoneamentos da cidade de Nova Iorque capitaneado pelo prefeito Giuliani, que fechou *sex shops*, cinemas pornográficos e clubes voltados ao público gay em vários bairros. Essa lógica do zoneamento sexual opera de duas formas: por um lado, reduz a sexualidade legítima a um ambiente privado, doméstico e, preferencialmente, conjugal por meio de casamentos regulados pelo Estado; por outro lado, expulsa outros arranjos sexuais para as margens, seja elas geográficas ou simbólicas. O casamento oferece então essa proteção legal ao lar heterossexual (e, por extensão legislativa, também ao lar homossexual monogâmico) ao custo de deslegitimar a cultura sexual pública, coletiva e experimental que historicamente caracterizou a autonomia sexual das pessoas LGBTQIAPN+.

É digno de nota como essas violências e marginalizações ocorrem também no Brasil. No período da ditadura militar ficava mais evidente, pois a homossexualidade era vista como subversiva ao próprio regime. Daí as batidas em bares e boates frequentados por gays e lésbicas, as rondas contra as travestis, as prisões arbitrárias e os expurgos no serviço públicos tal qual o ocorrido no Itamaraty, que demitiu diplomatas sob a acusação de "prática do homossexualismo, incontinência pública" (Green & Quinalha, 2018). Mas há casos conhecidos já após a redemocratização, com batidas em bares, boates e saunas gays e em pontos de prostituição de travestis sob o pretexto de combate à exploração sexual infantojuvenil ou às drogas, sempre de forma mais intensa, violenta e frequente do que nos ambientes heterossexuais congêneres. Por exemplo, a tolerância aos bordéis nas periferias das cidades, lugares onde também ocorrem a exploração sexual infantojuvenil e/ou o tráfico/consumo de drogas, e onde

também estão presentes outras condutas criminosas como o favorecimento da prostituição, casa de prostituição e rufianismo.

Ou seja, o casamento homoafetivo só pode ser entendido à luz da política sexual como um todo, em especial das políticas de vergonha sexual e da regulação do sexo na sociedade contemporânea. Para Warner, o casamento homoafetivo não é o oposto da política do sexo, mas uma de suas formas mais sofisticadas, é uma maneira de administrar, hierarquizar e, em última instância, legitimar a vigilância que a sociedade exerce sobre os corpos e os desejos, ao mesmo tempo em que aparenta ser apenas uma extensão de direitos individuais. O acesso ao casamento como objetivo político traz empecilhos a um projeto ético-político mais amplo voltado à autonomia sexual de todas as pessoas, independentemente do reconhecimento estatal de suas relações afetivas e sexuais.

6 Considerações finais

A análise desenvolvida permite compreender o casamento igualitário como uma conquista juridicamente relevante e, ao mesmo tempo, como uma solução marcada por uma tensão interna. Ao afastar a heterossexualidade como pressuposto necessário da conjugalidade juridicamente reconhecida, sua incorporação ao Direito de Família amplia o campo de sujeitos alcançados pela proteção estatal. Isso, contudo, não significa necessariamente a superação da dimensão normalizadora do casamento, que permanece como uma das formas privilegiadas de reconhecimento das relações afetivas e familiares.

Nesse sentido, fica claro que existe uma diferença entre políticas de inclusão e políticas de desnormalização. As políticas de inclusão dizem respeito àquelas por meio da quais os casais homoafetivos são incluídos no processo de regulação efetuado pelo casamento na lógica própria da igualdade formal e da não discriminação, ampliando-se o acesso a instituições e direitos já existentes. Por sua vez, as políticas de desnormalização visam a garantia da autonomia sexual das pessoas independentemente da legitimação estatal. Elas deslocam a própria pergunta, interrogando os critérios pelos quais determinadas formas de vida afetiva, sexual e familiar se tornam mais legítimas e juridicamente protegidas do que outras.

A contribuição de Engels permite compreender que o casamento e a família são formas historicamente constituídas e relacionadas a estruturas econômicas, patrimoniais e de gênero. Foucault, por sua vez, evidencia

como família, casamento e sexualidade se articulam a mecanismos de saber, poder e normalização. Em Butler e Warner, essa crítica alcança diretamente o casamento igualitário: sua ampliação pode representar uma ruptura importante com a heteronormatividade sem, necessariamente, eliminar as hierarquias produzidas pela centralidade da forma conjugal.

Nesse sentido, a desnormalização pode ser compreendida como um horizonte crítico para pensar formas de proteção jurídica que não condicionem o reconhecimento dos sujeitos à adequação a um único modelo legítimo de conjugalidade. Com isso, o problema passa a envolver também a pergunta sobre quais relações, vínculos e formas de organização da vida permanecem fora dos padrões privilegiados de reconhecimento jurídico. Defende-se que uma política sexual emancipatória não deve se limitar à democratização do acesso ao casamento. Ao contrário, deve promover a democratização do acesso aos direitos independentemente dele.

A compreensão do casamento como técnica biopolítica de administração da vida, no caso, do gênero, do sexo e da sexualidade, exige que os atores políticos tenham uma visão crítica acerca da legitimação estatal das relações afetivas e sexuais. Invadido pelo dispositivo de sexualidade, o dispositivo de aliança não apenas garante o nome e a herança, mas acima de tudo que todo um conjunto de técnicas de exame e de regulação incidam sobre a vida das pessoas, integrando-as a uma lógica produtiva.

Maria Berenice Dias traz importante contribuição dogmática à discussão:

> O formato hierárquico da família cedeu lugar à sua **democratização**, e as relações são muito mais de igualdade e de respeito mútuo. O traço fundamental é a lealdade. Talvez não mais existam razões, quer morais, religiosas, políticas, físicas ou naturais, que justifiquem esta verdadeira **estatização do afeto**, excessiva e indevida ingerência na vida das pessoas. O grande problema reside em se encontrar, na estrutura formalista do sistema jurídico, a forma de proteger sem sufocar e de regular sem engessar (Dias, 2011, p. 29).

Por esse motivo é importante que haja uma política de desestabilização da norma. O casamento não é uma escolha privada neutra, mas instrumento de legitimação e de regulação estatal. Por esse motivo, embora aceito provisoriamente, o objetivo final deve se concentrar em afastar o papel do Estado como autoridade validadora dos vínculos afetivos e sexuais entre as pessoas. Com isso, espera-se que não se criem zonas novas de exclusão e de marginalização por conta do sexo. Ao contrário, que a

dignidade das pessoas e o acesso a direitos não dependam da legitimidade de uma existência sancionada pelo Estado.

Demanda imediata dessa política é, então, a desvinculação do acesso a direitos da existência do casamento estatal. Atualmente, direitos previdenciários, hereditários, tributários, de propriedade, de saúde, reprodutivos entre tantos outros dependem do casamento monogâmico estatal. Ao contrário, o reconhecimento do vínculo afetivo deve se dar por outras vias, mais relacionadas à autonomia privada que ao controle estatal, com a consequente extensão de direitos a outros arranjos familiares (famílias poliafetivas, coabitação entre irmãos solteiros ou vida em comunidade entre amigos próximos etc.).

O combate dessas hierarquias desloca a discussão entre a norma e o desvio, entre sexualidades legítimas e ilegítimas, para uma moralidade sexual do consentimento, da autonomia e da prevenção de danos. Nesse sentido, a intervenção estatal deve se justificar por outros parâmetros, tais quais o consentimento, a autonomia da vontade, a proteção dos vulneráveis, a prevenção da violência e a redução de danos. Existe, contudo, o perigo de instrumentalização desses parâmetros, tal qual demonstrado pelos processos de zoneamento e de persecução criminal a locais frequentados por pessoas LGBTQIAPN+, motivo pelo qual deve-se exigir que quaisquer políticas urbanísticas ou criminais devam ser justificadas pelo dano concreto, e não por um processo de higienização do espaço público.

Essa perspectiva não implica negar a importância política e jurídica do casamento igualitário, mas reconhecer os limites de uma política de direitos baseada exclusivamente na inclusão de novos sujeitos em instituições previamente normalizadas. O desafio consiste, portanto, em ampliar o reconhecimento sem transformar a inclusão em novo critério de exclusão.

Ao final, deve-se manter também um horizonte de transformação das relações materiais e econômica. Nos termos da crítica materialista de Engels, enquanto as estruturas de propriedade privada e da transmissão da herança determinarem o modelo familiar, a monogamia compulsória e a exploração sexual permanecerão. O surgimento de relações afetivas e sexuais efetivamente livres depende também de uma mudança na estrutura econômica da sociedade.

Referências

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do ‘’sexo”. São Paulo: Crocodilo, 2023.

BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual?. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 21, p. 219–260, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cpa/a/vSbQjDcCG6LCPbJScQNxw3D/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 18 ago. 2026.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2025.

BUTLER, Judith. **Undoing gender**. Nova Iorque: Routledge, 2004.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. São Paulo, SP: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos, volume V**: ética, sexualidade, política. Organização de Manoel Barros da Motta. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

GREEN, James N.; Quinalha, Renan (Org.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2018.

WARNER, Michael. **The trouble with normal**: sex, politics, and the ethics of queer life. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

Capítulo 7

A POSITIVAÇÃO DA FUNÇÃO PUNITIVO-PEDAGÓGICA DA RESPONSABILIDADE CIVIL NO PL 4/2025: CONVERGÊNCIAS E TENSÕES COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ

Kauã Duarte[1]

1 Introdução

A responsabilidade civil brasileira, conforme o Código Civil de 2002, tem como eixo principal a reparação do dano. O art. 944 estabelece que a indenização mede-se pela extensão do dano, o que revela a predominância de uma lógica compensatória no sistema civil brasileiro (Brasil, 2002). Apesar disso, a jurisprudência passou a utilizar, em diversos casos, expressões como caráter pedagógico, efeito sancionatório e função punitivo-pedagógica na fixação da indenização por dano moral.

O PL 4/2025 propõe alteração relevante nesse cenário ao inserir o art. 944-A no Código Civil. O § 3º desse dispositivo prevê que, em casos de especial gravidade, dolo, culpa grave ou reiteração de condutas danosas, o juiz poderá incluir sanção pecuniária de caráter pedagógico na indenização por danos extrapatrimoniais (Brasil, 2025). Com isso, o projeto deixa de tratar o caráter pedagógico apenas como critério de arbitramento judicial e passa a admiti-lo expressamente como sanção civil.

O problema de pesquisa consiste em saber em que medida o art. 944-A, § 3º, do PL 4/2025 representa a positivação da função punitivo-pedagógica da responsabilidade civil já reconhecida por parte da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, e quais tensões essa previsão pode gerar em relação ao modelo reparatório tradicional da indenização por dano moral.

O objetivo geral é analisar a positivação da função punitivo-pedagógica da responsabilidade civil no PL 4/2025, especialmente no art.

1 Graduando em Direito pela Faculdade Dom Alberto. Estagiário. E-mail: kauaduarte06@outlook.com. Lattes: http://lattes.cnpq.br/4043329783011847. ORCID: https://orcid.org/0009-0008-1915-8293.

944-A, § 3º, em comparação com a jurisprudência do STJ sobre dano moral. Como objetivos específicos, pretende-se: examinar o modelo reparatório vigente no Código Civil de 2002; analisar o conteúdo do art. 944-A, §§ 3º a 6º, do PL 4/2025; investigar decisões do STJ sobre o caráter pedagógico, sancionatório ou reparatório da indenização por dano moral; identificar convergências entre o projeto e a jurisprudência; e apontar tensões relacionadas à natureza jurídica da sanção, ao enriquecimento sem causa, à proporcionalidade e à aproximação com os *punitive damages*.

A pesquisa utiliza método dedutivo, com análise bibliográfica, legislativa e jurisprudencial. Parte-se do modelo reparatório previsto no Código Civil vigente para, em seguida, examinar a inovação proposta pelo PL 4/2025 e seu diálogo com decisões recentes do STJ.

2 A matriz reparatória da responsabilidade civil no Código Civil de 2002

A responsabilidade civil, no sistema brasileiro, tradicionalmente se organiza em torno da reparação. O art. 927 do Código Civil estabelece que aquele que causar dano a outrem fica obrigado a repará-lo, enquanto o art. 944 determina que a indenização se mede pela extensão do dano (Brasil, 2002). A redação atual desses dispositivos revela um modelo centrado na vítima e no prejuízo por ela suportado.

Esse modelo corresponde ao que a doutrina contemporânea denomina *loss-based damages*. Nele, o dano ocupa o centro da análise, e o valor da indenização deve observar a perda sofrida pela vítima, independentemente dos ganhos obtidos pelo ofensor ou da censurabilidade moral de sua conduta. Bolesina afirma que a legislação brasileira expressa esse modelo por meio do art. 944 do Código Civil, ao limitar a indenização à extensão do dano, ainda que a quantificação dos danos extrapatrimoniais apresente dificuldade maior do que a dos danos patrimoniais (Bolesina, 2026, p. 119).

A reparação integral, nesse contexto, não significa punição do ofensor. O que se busca é devolver a vítima, tanto quanto possível, à situação em que estaria se o dano não tivesse ocorrido. Quando a recomposição natural não se mostra viável, a indenização pecuniária funciona como mecanismo de compensação. Nos danos extrapatrimoniais, essa compensação não alcança equivalência matemática, pois a dor, a humilhação, a angústia, a perda de

projeto de vida ou a violação da honra não se traduzem em cálculo exato. Ainda assim, a indenização não perde sua natureza reparatória.

O problema surge quando a insuficiência da lógica compensatória se torna visível em condutas graves, dolosas, reiteradas ou economicamente vantajosas para o ofensor. Em situações dessa natureza, o valor estritamente reparatório pode não desestimular a repetição do ilícito. Bolesina observa que, em certos casos, a técnica compensatória reequilibra o patrimônio da vítima, mas não impede que o ofensor lucre com o ilícito ou trate a condenação como custo previsível de sua atividade (Bolesina, 2026, p. 123-124). Essa percepção abriu espaço para modelos complementares, como a remoção dos ganhos ilícitos e a resposta retributiva a comportamentos altamente reprováveis.

A doutrina brasileira, entretanto, não é uniforme quanto à admissibilidade de uma função punitiva da responsabilidade civil. Há autores que veem no dano moral uma dimensão pedagógica, ligada à prevenção de novas lesões. Outros sustentam que a punição deve permanecer reservada ao direito penal e ao direito administrativo, sob pena de violação ao princípio da legalidade, de insegurança na quantificação e de enriquecimento sem causa da vítima. Essa divergência aparece também na jurisprudência, especialmente na utilização ambígua de expressões como "caráter punitivo", "efeito pedagógico", "função sancionatória" e *punitive damages*.

A diferença entre função punitivo-pedagógica e *punitive damages* precisa ser preservada. Meirelles e Guimarães destacam que os *punitive damages* pertencem à tradição da *common law* e cumprem função de punição e dissuasão, sem se confundir com a indenização por dano moral do sistema romano-germânico (Meirelles; Guimarães, 2025, p. 3). No mesmo sentido, as autoras registram que, no Brasil, decisões judiciais frequentemente mencionam *punitive damages* quando, na prática, apenas utilizam o caráter punitivo da indenização moral como critério de arbitramento, sem impor condenação autônoma e independente (Meirelles; Guimarães, 2025, p. 10).

Essa distinção é relevante porque a indenização por dano moral, no Código Civil vigente, não foi desenhada como pena civil autônoma. Quando o julgador eleva o quantum com base na gravidade da conduta ou na capacidade econômica do ofensor, ele atua dentro do arbitramento compensatório. A sanção pedagógica prevista no PL 4/2025[1], ao contrário,

1 O PL 4/2025 é um Projeto de Lei do Senado que propõe a maior reforma do Código Civil

cria um acréscimo expressamente vinculado à finalidade pedagógica. A mudança não é apenas terminológica. Ela altera a estrutura da condenação, pois separa, ao menos em parte, a compensação da vítima e a censura civil da conduta.

3 O art. 944-a do PL 4/2025 e a sanção pecuniária de caráter pedagógico

O PL 4/2025 propõe uma reformulação ampla do regime de responsabilidade civil. No ponto relativo aos danos extrapatrimoniais, o art. 944-A estabelece que a indenização compreende todas as consequências da violação da esfera moral da pessoa natural ou jurídica (Brasil, 2025). O § 1º indica critérios de quantificação, como a natureza do bem jurídico violado, os parâmetros de indenização adotados pelos tribunais e as peculiaridades do caso concreto em confronto com julgamentos semelhantes. O § 2º sugere parâmetros ligados à afetação de projetos de vida, grau de reversibilidade do dano e grau de ofensa ao bem jurídico (Brasil, 2025).

Esses critérios aproximam a proposta legislativa da prática jurisprudencial já consolidada no arbitramento do dano moral. O STJ, ao revisar indenizações extrapatrimoniais, costuma admitir intervenção apenas em hipóteses de valor irrisório ou exorbitante, exigindo respeito à razoabilidade e à proporcionalidade. Também reconhece a importância de precedentes semelhantes e das circunstâncias do caso concreto. O art. 944-A, §§ 1º e 2º, tende a dar maior transparência legislativa a esses elementos, orientando a atividade judicial sem tarifar rigidamente o dano extrapatrimonial.

A inovação mais sensível está nos §§ 3º a 6º. O § 3º dispõe que, ao estabelecer a indenização por danos extrapatrimoniais em favor da vítima, o juiz poderá incluir sanção pecuniária de caráter pedagógico nos casos de especial gravidade, havendo dolo ou culpa grave do agente causador do dano, ou em hipóteses de reiteração de condutas danosas (Brasil, 2025). O § 4º limita o acréscimo ao quádruplo dos danos fixados pelos critérios ordinários, considerando a condição econômica do ofensor e a repetição da conduta ou atividade danosa (Brasil, 2025). O § 5º manda considerar condenações anteriores ou multas administrativas definitivas pelo mesmo fato. O § 6º permite reverter parte da sanção a fundos públicos ou entidades beneficentes (Brasil, 2025).

---

brasileiro (Lei 10.406/2002) desde a sua criação.

A redação indica que a sanção pedagógica não se destina a qualquer dano extrapatrimonial. O projeto exige especial gravidade, dolo, culpa grave ou reiteração. Esses requisitos afastam a aplicação automática e buscam reservar o acréscimo para situações de maior reprovabilidade. A condição econômica do ofensor também aparece como critério de calibragem, o que revela preocupação com a efetividade dissuasória da medida. Uma sanção de baixo impacto pode não alterar o comportamento de agentes economicamente poderosos; uma condenação excessiva, por outro lado, pode gerar desproporção.

Bolesina interpreta a proposta como positivação de um modelo retributivo complementar. Para o autor, o Brasil adota expressamente o modelo compensatório, mas o projeto de reforma passa a prever também modelos restitutório e retributivo. No tocante ao modelo retributivo, a sanção pedagógica surge como complemento condenatório em casos altamente reprováveis, superando o problema da ausência de prévia cominação legal que hoje limita a aplicação dos chamados danos morais punitivos (Bolesina, 2026, p. 116-117; 128).

No Código Civil atual, a função punitivo-pedagógica aparece muitas vezes de modo implícito, dentro do valor global do dano moral. A vítima e o ofensor não sabem com precisão qual parcela da condenação compensa o dano e qual parcela desestimula a conduta. Bolesina, critica essa fusão entre critérios compensatórios e punitivos, pois ela cria uma indenização híbrida em que o responsável não consegue identificar em que medida está sendo apenado e em que medida está compensando o dano (Bolesina, 2026, p. 127).

O PL 4/2025 tenta enfrentar essa opacidade. Ao prever uma sanção pecuniária de caráter pedagógico, exige que o julgador explicite a presença dos requisitos autorizadores e fundamente o acréscimo. A separação conceitual entre indenização e sanção tende a favorecer a segurança jurídica, desde que o dispositivo receba interpretação restritiva e motivação densa. Sem esse cuidado, a positivação pode apenas deslocar a insegurança: antes escondida no quantum global, depois localizada no cálculo do acréscimo pedagógico.

As críticas de Sêco e Barbosa ao projeto ajudam a compreender esse risco. As autoras sustentam que o PL 4/2025 promove mudanças profundas no sistema de direito privado e, em vários pontos, apresenta redações extensas, adjetivadas e de interpretação duvidosa (Sêco; Barbosa, 2025, p. 1-3). No campo da responsabilidade civil, observam que a função

punitiva é tema controverso e que o art. 944-A deixa larga margem ao julgador, sem distinguir com precisão quando os fatores de majoração deverão ou não ser considerados (Sêco; Barbosa, 2025, p. 20). A crítica não rejeita necessariamente a função punitiva, mas aponta que sua admissão não deve ocorrer "de qualquer modo", sem critérios normativos suficientes.

A tensão, portanto, não está apenas na existência da sanção pedagógica. Está no desenho de seus limites. O projeto indica critérios relevantes, como dolo, culpa grave, reiteração, gravidade da falta, capacidade econômica e condenações anteriores. Ainda assim, expressões como "especial gravidade" e "caráter pedagógico" exigirão trabalho interpretativo. A futura aplicação judicial precisará construir parâmetros para evitar três problemas: duplicidade sancionatória, enriquecimento sem causa e aproximação acrítica com os *punitive damages*.

4 A jurisprudência do STJ entre a função pedagógica e a resistência aos punitive damages

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça revela um tratamento ainda ambivalente da função punitivo-pedagógica da responsabilidade civil. Em determinados casos, a gravidade da conduta, a capacidade econômica do ofensor e a necessidade de desestimular novos ilícitos aparecem como critérios admitidos no arbitramento do dano moral. Em outros, a Corte preserva a ideia de que a indenização civil deve permanecer vinculada à extensão do dano, afastando aproximações explícitas com os *punitive damages*.

O AREsp 2.915.699/PR tratou de indenização decorrente de morte em acidente de trânsito. O acórdão de origem afirmou que o dano moral deve compensar a vítima e, ao mesmo tempo, coibir a reiteração do ilícito, levando em conta a extensão do dano, as condições econômicas do ofensor, o grau de culpa e o efeito sancionatório da medida. O STJ manteve a decisão por entender que o valor arbitrado não era irrisório nem excessivo. A contribuição do julgado está em demonstrar que a função punitivo-pedagógica já aparece na jurisprudência como critério interno de quantificação do dano moral, embora ainda sem autonomia em relação à parcela compensatória (STJ, 2025).

O REsp 1.937.950/RS aproxima-se dos pressupostos previstos no art. 944-A, § 3º, do PL 4/2025. O caso envolveu prisão ilegal decorrente de abuso de poder praticado por magistrado, com reconhecimento de dolo na

condução de investigação criminal fora dos limites da função jurisdicional. O acórdão considerado pelo STJ mencionou a gravidade da conduta, a extensão da ofensa, a condição econômica da União e a finalidade de desestimular a repetição da conduta lesiva. Embora tenha feito referência aos *punitive damages*, a indenização foi mantida dentro da lógica do dano moral, sem criação de sanção civil autônoma. O precedente demonstra que dolo, especial gravidade e finalidade dissuasória já são mobilizados pela jurisprudência, mas ainda absorvidos no quantum indenizatório global (STJ, 2025).

O AREsp 2.813.983/GO, por sua vez, revela a resistência à importação expressa dos *punitive damages*. Em ação civil pública contra operadora de telefonia, o acórdão de origem reconheceu dano moral coletivo em razão de falhas na prestação do serviço, mas afastou a aplicação da teoria dos *punitive damages* por ausência de previsão legal no ordenamento brasileiro. A indenização foi mantida com base na gravidade da conduta, na extensão do dano, na quantidade de pessoas atingidas e na capacidade econômica das rés. O julgado dialoga diretamente com o PL 4/2025, pois indica que a ausência de base normativa é um dos principais obstáculos atuais à aplicação de uma sanção civil pedagógica (STJ, 2025).

A mesma tensão aparece no AREsp 3.006.886/TO, em caso de responsabilidade civil do Estado por falha em atendimento hospitalar e transporte inadequado de recém-nascido. O recorrente alegou que a indenização tinha caráter punitivo indevido e invocou a ideia de que a punição caberia ao direito penal e administrativo, não à reparação civil. O STJ manteve a condenação, destacando que o valor fixado estava adequado aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade. O julgado interessa ao tema porque evidencia uma objeção que tende a permanecer mesmo com a eventual aprovação do art. 944-A: a necessidade de evitar que a sanção pedagógica se converta em punição desproporcional ou duplicada, especialmente quando já existirem outras esferas sancionatórias (STJ, 2025).

Já o REsp 2.2 80.994/MG explicita uma posição mais restritiva. O acórdão recorrido, preservado pelo STJ, afirmou que, embora seja comum atribuir ao dano moral uma finalidade dupla, compensatória e punitiva, a melhor doutrina rejeita a importação dos *punitive damages*. Também destacou que, no direito brasileiro, a indenização por danos extrapatrimoniais deve observar a finalidade reparatória e a extensão do dano, sem enriquecimento ilegítimo do ofendido. Esse julgado representa

a linha dogmática que mais tensiona o PL 4/2025, pois reafirma o art. 944 do Código Civil como barreira à autonomização da punição civil (STJ, 2026).

Por fim, o AREsp 3.210.940/SP, relativo a homicídio qualificado, mostra que indenizações elevadas podem ser mantidas sem que o STJ as trate como *punitive damages*. O recorrente sustentou que a condenação teria adquirido caráter punitivo e desproporcional, mas o Tribunal considerou o valor de R$ 150.000,00 para cada autora compatível com a gravidade do fato e com as consequências do dano. A decisão reforça que a gravidade concreta da lesão pode justificar indenização expressiva, desde que apresentada como reparação proporcional ao dano, e não como pena civil autônoma (STJ, 2026).

A leitura conjunta dos precedentes indica que o STJ ainda não reconhece, de forma estável, uma categoria autônoma de sanção civil pedagógica. A Corte admite que fatores como gravidade da conduta, culpa, dolo, capacidade econômica do ofensor e prevenção de novos ilícitos influenciem o arbitramento do dano moral. Contudo, quando esses elementos são nomeados como *punitive damages*, a jurisprudência tende a resistir, seja pela falta de previsão legal, seja pela fidelidade ao modelo reparatório do art. 944 do Código Civil. O PL 4/2025 incide justamente sobre essa zona de indefinição: ao positivar a sanção pecuniária de caráter pedagógico, desloca o debate da admissibilidade abstrata para a definição de seus requisitos, limites e controles.

5 Convergências e tensões entre o PL 4/2025 e o modelo jurisprudencial do STJ

A principal convergência entre o PL 4/2025 e a jurisprudência do STJ está no reconhecimento de que o dano moral não se calcula por fórmula matemática. O art. 944-A propõe critérios abertos de quantificação, como natureza do bem jurídico, parâmetros adotados pelos tribunais, peculiaridades do caso concreto, afetação de projetos de vida, reversibilidade do dano e grau de ofensa (Brasil, 2025). Esses elementos dialogam com a prática judicial que valoriza razoabilidade, proporcionalidade e comparação com precedentes semelhantes.

Outra convergência está na importância atribuída à gravidade da conduta e à condição econômica do ofensor. No AREsp 2.915.699/PR, o acórdão mantido pelo STJ levou em conta o grau de culpa, o porte

econômico do réu e o caráter pedagógico da indenização (STJ, 2025). No REsp 1.937.950/RS, a presença de dolo e abuso de poder foi expressamente destacada para sustentar a responsabilidade civil (STJ, 2025). Esses critérios reaparecem no art. 944-A, §§ 3º e 4º, como requisitos e parâmetros da sanção pedagógica.

A terceira convergência está na preocupação com a repetição de condutas danosas. A jurisprudência frequentemente menciona a necessidade de coibir a reiteração do ilícito, ainda que o faça dentro do quantum compensatório. O PL 4/2025 transforma essa preocupação em hipótese expressa de incidência da sanção pedagógica, especialmente quando houver reiteração de condutas danosas (Brasil, 2025). Nesse ponto, o projeto responde a um problema recorrente: a insuficiência de indenizações meramente compensatórias diante de agentes que incorporam o risco de condenação ao custo da atividade.

As tensões, contudo, são igualmente relevantes. A primeira diz respeito à natureza jurídica da sanção. Se o acréscimo previsto no art. 944-A, § 3º, constitui sanção pecuniária, ele não pode ser tratado como simples critério de arbitramento. Trata-se de pena civil, ainda que voltada à pedagogia e à prevenção. Por isso, deve observar legalidade, contraditório, ampla defesa, fundamentação específica e proporcionalidade. Bolesina sustenta que as condenações punitivas exigem previsão legal por se tratarem de penas, e que a confusão entre função punitivo-pedagógica da responsabilidade civil e condenações punitivas gera problemas dogmáticos relevantes (Bolesina, 2026, p. 127).

A segunda tensão envolve o risco de enriquecimento sem causa. Se a sanção pedagógica for integralmente destinada à vítima, haverá situações em que o valor recebido ultrapassará a função compensatória. O próprio PL tenta reduzir esse problema ao permitir, no § 6º, a reversão de parte da sanção a fundos públicos ou entidades beneficentes (Brasil, 2025). Essa solução aproxima a sanção de interesses coletivos e diminui o risco de que a vítima receba quantia desproporcional ao dano. Ainda assim, o texto não esclarece quando a reversão deverá ocorrer, nem qual parcela deve ser destinada a terceiros.

A terceira tensão está na possível sobreposição entre sanções civis, administrativas e penais. O § 5º do art. 944-A determina que o juiz considere condenação anterior do ofensor pelo mesmo fato ou imposição definitiva de multa administrativa pela mesma conduta (Brasil, 2025). A regra evita, em alguma medida, punições acumuladas sem coordenação.

Porém, a expressão "levará em consideração" ainda deixa margem para dúvidas que irá demandar construção jurisprudencial.

A quarta tensão envolve a aproximação com os *punitive damages*. A sanção pedagógica tem semelhanças com esse instituto, pois pune e desestimula condutas graves. Porém, não se confunde integralmente com ele. Nos *punitive damages*, a condenação tem natureza autônoma, voltada à punição e à exemplaridade, muitas vezes com forte protagonismo do comportamento do ofensor. No projeto brasileiro, a sanção aparece vinculada aos danos extrapatrimoniais e limitada ao quádruplo da indenização fixada pelos critérios ordinários (Brasil, 2025). Essa limitação numérica e a exigência de requisitos específicos conferem desenho próprio ao instituto.

6 Considerações finais

O art. 944-A, § 3º, do PL 4/2025 representa uma mudança relevante na responsabilidade civil brasileira, ela cria uma sanção pecuniária de caráter pedagógico, aplicável em hipóteses de especial gravidade, dolo, culpa grave ou reiteração de condutas danosas, com possibilidade de acréscimo até o quádruplo da indenização ordinária e eventual reversão parcial a fundos públicos ou entidades beneficentes (Brasil, 2025).

A análise da jurisprudência do STJ mostra que a função punitivo-pedagógica já aparece na prática decisória, especialmente como critério de quantificação do dano moral. Julgados como o AREsp 2.915.699/PR registram expressamente a compensação da vítima e a prevenção de novas condutas como finalidades consideradas no arbitramento. Outros casos, como o REsp 1.937.950/RS, valorizam a gravidade da conduta e o dolo do agente público em contexto de abuso de poder. Ao mesmo tempo, decisões como o REsp 2.2 80.994/MG e o AREsp 2.813.983/GO revelam resistência à importação dos *punitive damages* e reafirmam a finalidade reparatória da indenização civil, seja com base no art. 944 do Código Civil, seja pela ausência de previsão legal específica.

O PL 4/2025 atua exatamente nesse ponto de fricção. Ao prever legalmente a sanção pedagógica, reduz o argumento da ausência de base normativa. Porém, a positivação não elimina as demais tensões: natureza de pena civil, risco de enriquecimento sem causa, sobreposição com sanções administrativas e penais, necessidade de proporcionalidade e preservação da segurança jurídica. Por essa razão, a sanção pedagógica não

deve ser compreendida como autorização ampla para punir civilmente qualquer ofensor. Sua legitimidade dependerá da aplicação restrita aos casos legalmente previstos e da fundamentação expressa dos elementos que justificam o acréscimo.

A melhor leitura do art. 944-A é aquela que o distingue tanto do dano moral puramente compensatório quanto dos *punitive damages*. O projeto não importa integralmente o modelo norte-americano. Ele cria uma resposta civil brasileira, vinculada aos danos extrapatrimoniais, limitada por parâmetros legais e sujeita ao devido processo legal. Se aplicada com técnica, a sanção pedagógica pode conferir maior transparência a uma função que já vinha sendo utilizada de forma implícita. Se aplicada de modo automático, poderá transformar a responsabilidade civil em instrumento de punição instável e pouco previsível.

A positivação da função punitivo-pedagógica, portanto, converge com parte da jurisprudência do STJ, que já admite critérios de desestímulo no arbitramento do dano moral. Ao mesmo tempo, tensiona a tradição reparatória do Código Civil de 2002 e exige uma reconstrução dogmática cuidadosa. O desafio não está apenas em aceitar ou rejeitar a sanção pedagógica, mas em definir seus limites para que a proteção da vítima, a prevenção de ilícitos e a segurança jurídica possam coexistir no novo cenário da responsabilidade civil.

Referências

BOLESINA, Iuri. Modelos reparatórios em responsabilidade civil: loss based damages, gain based damages e punitive/exemplary damages e a reforma do Código Civil brasileiro. **Revista IBERC**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 116–133, 2026. DOI: 10.37963/iberc.v9i2.3 83. Disponível em: https://revista.iberc.org.br/iberc/article/view/383. Acesso em: 14 jul. 2026.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002.

BRASIL. **Projeto de Lei n.º 4, de 2025**. Dispõe sobre a atualização da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e da legislação correlata. Brasília, DF: Senado Federal, 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo em Recurso Especial nº 2.813.983/GO**. Relator: Ministro Afrânio Vilela. Brasília, DF, 13 mar.

2025. Disponível em: processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?num_registro=202404709290. Acesso em: 14 jul. 2026.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo em Recurso Especial nº 2.915.699/PR**. Relator: Ministro Herman Benjamin. Brasília, DF, 23 jul. 2025. Disponível em: processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?num_registro=202501406334. Acesso em: 14 jul. 2026.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo em Recurso Especial nº 3.006.886/TO**. Relator: Ministro Herman Benjamin. Brasília, DF, 12 set. 2025. Disponível em: processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?num_registro=202502793140. Acesso em: 15 jul. 2026.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo em Recurso Especial nº 3.210.940/SP**. Relator: Ministro Herman Benjamin. Brasília, DF, 18 maio 2026. Disponível em: processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?num_registro=202600871023. Acesso em: 15 jul. 2026.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.937.950/RS**. Relator: Ministro Paulo Sérgio Domingues. Brasília, DF, 26 mar. 2025. Disponível em: processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?num_registro=202101441262. Acesso em: 15 jul. 2026.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 2.2 80.994/MG**. Relator: Ministro Humberto Martins. Brasília, DF, 1 jul. 2026. Disponível em: processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?num_registro=202601126131. Acesso em: 16 jul. 2026.

DE MEIRELLES, Fernando Fernandes Franco; GUIMARÃES, Roberta Aline Oliveira. A aplicação do instituto jurídico "Punitive Damages" pelo Supremo Tribunal Federal nos últimos cinco anos (2020/2025). **Revista Eletrônica do Curso de Direito**, p. 1-11, 2025. Disponível em: https://revista.programagaia.com.br/index.php/revistadodireito/article/view/2563. Acesso em: 16 jul. 2026.

SÊCO, Thaís Fernanda Tenório; BARBOSA, Fernanda Nunes. Sobre o projeto de reforma do Código Civil brasileiro: algumas críticas analíticas gerais, mas nem por isso genéricas. **Civilistica. com**, v. 14, n. 1, p. 1-24, 2025. Disponível em: https://civilistica.emnuvens.com.br/redc/article/view/1116. Acesso em: 17 jul. 2026.

Capítulo 8

CONFLITOS TERRITORIAIS NO MARANHÃO

Jéssica Pereira dos Santos[1]
Raimundo Nonato Serra Campos Filho[2]

1 Introdução

O Maranhão ocupa uma área de 333.365,6 km². Dessa forma, correspondem ao total de 33.336.560 hectares do país, sendo o oitavo Estado da Federação em extensão territorial e o segundo da região Nordeste.

Apesar da elevada extensão territorial, o Estado apresenta um exíguo quantitativo de proprietários que assenhoreia a maior parte das terras, ocasionando conflitos e violências no campo. Grande parte da população maranhense vive na zona rural (48,08%) e é composta por posseiros (cerca de 200 mil).

A maior parte das terras do Estado, sobretudo as localizadas nas áreas de colonização antiga (Baixadas Ocidental e Oriental, Pindaré, Mearim, Vale do Itapecuru e Baixo Parnaíba), estão povoadas por comunidades negras, cujo contexto da posse territorial fazem referência a época da escravidão. Junto a essas comunidades, outros grupos sociais campesinos, tais como os extrativistas, os descendentes dos índios, os ribeirinhos e os posseiros antigos, assentaram seus apossamentos, no decurso da expansão da fronteira agrícola do Estado.

Por consequência, a questão agrária no Maranhão continuamente representou a história dos enfrentamentos entre os trabalhadores do campo e os atores sociais, representantes da contemporaneidade e do progresso, consonantes com os novos paradigmas do desenvolvimento, apregoados habitualmente pela tecnocracia estatal.

---

1 Graduanda em Direito na Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Bolsista do PET Conexões de Saberes: Direitos Humanos, Culturas e Subjetividades (UFMA); pesquisadora no Grupo de Pesquisa Cultura, Direito e Sociedade (DGP/CNPq/UFMA); Membro do Grupo de Estudos em Psicologia Jurídica (UFMA).

2 Professor da disciplina de Direito Agrário, Coautor e Orientador da aluna Graduanda do curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

Nisto o problema da desigualdade regional manifesta proporções cruéis, no que diz respeito à riqueza do povo e de sua cultura e o demasiado potencial de seus recursos naturais, na maioria das vezes expostos como obstáculos intransponíveis ao crescimento regional.

2 Conflitos territoriais e direitos promulgados

Nos últimos anos constata-se uma acentuada campanha política referente à modernização da agricultura e dos saldos favoráveis que essa atividade traz à atividade comercial do país e, principalmente, do Estado na qual é desenvolvida com maior consistência. Além disso, a diegese releva uma visão totalitária quando despreza e não admite outros estilos de vida e de uso da terra que não esteja pautado pela racionalidade neoliberal[1].

Longe da realidade transmitida pelo marketing e pela propaganda do agronegócio, o campo está permeado de conflitos agrários e territoriais protagonizados pelos movimentos sociais em seus diversos instrumentos de luta política. A centralidade dos conflitos nos parece estar no direito à terra e ao território como direto humano, o que significa que a terra assume múltiplas dimensões sociais, debate já reconhecido pela literatura especializa, alargando o sentido social da terra e do território para com o universo do campesinato, povos e comunidades tradicionais[2].

A Comissão Pastoral da Terra[3] (CPT), conceitua os conflitos fundiários como:

> [...] ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais, tais como: seringais, babaçuais ou castanhais, dentre outros (que garantam o direito ao extrativismo), quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros, indígenas, pequenos arrendatários, camponeses, ocupantes, sem-terra, seringueiros, camponeses de fundo de pasto, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses, etc.

1 ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. W. B. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: Capitalismo globalizado e recursos territoriais. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 101-144.

2 CHAGAS, Afonso Maria das. Direitos territoriais: identidades, pertencimentos e reconhecimento. ABYA-YALA: revista sobre acesso à justiça e direitos nas Américas, v. 1, n. 1, p. 182-201, Brasília, 2017. Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/abya/article/view/25426/18098. Acesso em: 12 jun. 2018.

3 COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. Caderno de Conflitos no Campo Brasil 2016. Goiânia, 2017.

Os conflitos fundiários são determinados por disputas pela posse de imóveis rurais ou territórios indígenas, extrativistas ou de comunidades tradicionais. Compreendem uma complexidade característica, constituída de uma união de dois grupos de elementos conexos: o primeiro diz respeito a uma dimensão histórica, social, econômica, étnica e cultural; e o segundo, a uma dimensão política e institucional.

A dimensão histórica, social, econômica, étnica e cultural se apresenta através dos atores sociais frequentemente envoltos. Esses sujeitos fazem dos conflitos fundiários, conforme sua singularidade em cada caso concreto, uma repetição da história agrária brasileira, designadas pelas disputas de terras e ausência de regularização fundiária realizada pelo Estado.

Nesta perspectiva, é recorrente encontrar em conflitos fundiários camponeses, indígenas, quilombolas ou diversas manifestações culturais comunitárias que assumem a condição de sujeitos coletivos de direitos e disputam historicamente a posse-trabalho e posse-existência de um determinado imóvel ou território. No outro lado, em conflito com os sujeitos coletivos de direitos, estarão os agentes privados, individualizados ou em associação, movidos por interesses particulares de natureza essencialmente econômica.

A dimensão política e institucional, no que lhe concerne, provém dos objetivos e garantias fundamentais da República Federativa do Brasil no Estado Democrático de Direito, tendo em vista que, aos conflitos fundiários rurais, são sempre supramencionados um método de proteção a direitos e garantias fundamentais, associada à promoção de políticas públicas fundiárias e correlatas. Diretamente ligadas à dimensão política, serão encontrados órgãos públicos competentes encarregados da garantia de proteção destes direitos ou realização das políticas públicas respectivas.

O latifúndio em uma sociedade capitalista se apresenta como um dos importantes meios de acúmulo de poder por todo o mundo, e por esta razão, existe a violência aplicada em diferentes contextos para mantê-lo ou ganhá-lo. Segundo Santos[4], os objetivos dessas ações violentas consistem não apenas em expulsar os camponeses posseiros das terras onde moram e trabalham, mas fundamentalmente em tentar arruinar as possibilidades da organização social e política das populações rurais que protestam.

4 SANTOS, J. V. T. Dominação e modos de organização rural no Brasil. Porto Alegre: Revista Crítica de Ciências Sociais, 1992.

A Constituição Federal de 1988 modificou o padrão de cidadania existente no campo brasileiro. A democracia instaurada com a nova ordem constitucional possibilitou o avanço de um modelo de republicanismo autoritário para um republicanismo participativo, tendo nos movimentos sociais sua maior demonstração de cidadania.

Com o fortalecimento político e social dos movimentos sociais de luta pela terra (Movimento dos Sem-Terra, Ligas Camponesas, Via Campesina, etc.), o ordenamento jurídico passa a executar papel central na disputa pelo direito de acesso desses grupos à terra e ao território, buscando utilizar-se do próprio aparato jurídico para empreender uma maior pressão sobre o Estado. Todavia, historicamente, o Brasil é manifesto por uma concentração do poder político sob o controle de grandes proprietários de terra, processo que nasce no período colonial e perdura até os tempos atuais[1].

Raymundo Faoro[2] explicita bem o poder político e a sua filiação com a propriedade de terras no período colonial:

> Depois de perder o caráter administrativo que lhe fora infundido pelos legisladores de Portugal, para acentuar seu conteúdo dominial, o regime das sesmarias gera, ao contrário de seus propósitos iniciais, a grande propriedade. Para chegar a essas linhas de contorno, muito se deve ao influxo da escravidão e ao aproveitamento extensivo da pecuária, fatores que se aliam ao fato de que, para requerer e obter a sesmaria, era necessário o prévio prestígio político, confiada a terra, não ao cultivador eventual, mas ao senhor de cabedais ou titular de serviços públicos. A propriedade seria, desta sorte, uma afirmação aristocrática, para uma grande empresa ou para o domínio de lavradores e vaqueiros.

A Carta Magna de 1988 reassume a esperança de reforma agrária no Brasil, estimulando o sonho de brasileiros que se veem instrumentalizados jurídica e politicamente com o novo cenário republicano. Não só se asseverou que a propriedade atenderá a sua função social (como um direito fundamental), mas também se determinou uma política agrícola e fundiária da reforma agrária, no próprio texto constitucional.

O direito à terra e ao território é visto sob a ótica dos direitos humanos, sobretudo, ante sua fundamentação teórica centrada na

---

1 DE PAULA, Roberto; GEDIEL, José Antônio Peres. Questão agrária: entraves jurídico processuais recorrentes e desigualdade social. Rev. Direito Práx., Rio de Janeiro, Vol. 08, N. 04, 2017, p. 2819-2842.

2 FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro. Biblioteca Azul, 5ª edição, 2016.

dignidade da pessoa humana e na justiça social, igualmente sua relação com a justiça ambiental orientada pela ideia de proibição do retrocesso.

Ricardo Vieira e Roberta Lima[3] destacam:

> Caso se mantenha o atual ritmo de crescimento, a humanidade precisará de pelo menos dois outros planetas Terra no final do século XXI para manter os padrões correntes de consumo. Para atenuar e reverter esses inúmeros problemas, esperava-se que, na Conferência Rio+20, os líderes globais definissem um caminho para a transição rápida e justa ao desenvolvimento sustentável, que assegurasse um padrão de vida razoável para a população mundial e interrompesse a destruição dos ecossistemas. Daí decorre justamente a ideia de defesa do princípio de não retrocesso em matéria socioambiental. Esse princípio vem da pauta de direitos humanos e terá grande repercussão na pauta do debate jurídico ambiental no nosso país. Da mesma forma que não aceitamos retrocesso das garantias individuais, também não há que se falar em retrocesso nas garantias coletivas e difusas.

A justiça social deve ser compreendia como a chave hermenêutica para nos debruçarmos sobre as potencialidades interpretativas das questões relacionadas ao direito à terra e ao território, que pode ser levada a efeito por meio da reforma agrária, ou através da garantia do direito de posse coletiva aos camponeses organizados em associações, sindicatos e cooperativas, assim como, a garantia de territórios culturais, a exemplo das áreas indígenas, áreas quilombolas, reservas extrativistas dos seringueiros, dentre outros territórios dos grupos sociais do campo.

3 Dos aspectos históricos da questão agrária no Maranhão

O Maranhão é um Estado que sempre esteve imerso em conflitos fundiários. Da década de quarenta para a atualidade, os conflitos adquiriram diferentes contornos, de acordo com as modificações da conjuntura fundiária. Antes da Lei de Terras de 1969, imperavam os conflitos correspondentes às regiões de colonização antiga, em decorrência das cobranças de rendas e da incessante exploração dos produtos do extrativismo.

Em meados de 1950, nas regiões do Pindaré e Mearim, posseiros conquistavam o campo maranhense desbravando terras férteis para plantio.

3 VIEIRA, R. S.; LIMA, R. O. Justiça ambiental e a violação dos direitos humanos socioambientais: desafios da sustentabilidade na era do desenvolvimento. In: JUBILUT, L. L.; FERNANDES REI, F. C.; GARCEZ, Gabriela Soldano. (Org.). Direitos humanos e meio ambiente: minorias ambientais. 1 ed. São Paulo: Manole, 2017. p. 39-64.

Entretanto, fazendeiros se aproveitavam desse desmatamento para facilitar o avanço da pecuária, fazendo-os procurar novas áreas para exploração. Promovia-se, então, um novo deslocamento da fronteira agrícola. "Nessas áreas os conflitos de terra aumentaram consideravelmente, pois a ação de grileiros em muitos casos se antecipava ao movimento da frente nordestina fazendo picadas e se apropriando das terras devolutas[1]". Silva[2] ressalta que:

> Em seu cotidiano, os trabalhadores rurais continuaram a enfrentar as mesmas atrocidades, com a ação dos grileiros avançando sobre a posse da terra e o gado alimentando-se das lavouras. A omissão das autoridades locais não deixou muitas alternativas aos lavradores, que passaram a sacrificar o gado encontrado em suas roças e a envolver-se cada vez mais em confrontos armados contra os jagunços dos latifundiários. A atuação dos representantes do Estado, nitidamente favorável aos grandes proprietários e poderosos, a partir de então, veio a incitar ainda mais a violência no campo maranhense.

Na década de sessenta, iniciaram-se os confrontos consequentes da pressão da grilagem pelas terras devolutas do Estado, somando-se às expropriações forçadas empreendidas pelas grandes empresas, sobretudo no Médio Mearim. Esta é a época da expansão da malha rodoviária, que funcionou como atração para os grupos econômicos que possuíam interesse na terra como valor de mercado.

Tornou-se irrefutável a política oficial de reorientar o crescimento agrário do país, na década de setenta, tendo por pressuposto a introdução no campo de grandes projetos agropecuários, de exploração de minérios e recursos florestais. O Estatuto da Terra (Lei n.º 4.504/64) concedeu o instrumental para a resolução dos conflitos pontuais entre proprietários e posseiros, mediante os mecanismos jurídicos para a legitimação dos títulos.

Em 1980, o então governador do Estado assinou o decreto de desapropriação[3] de uma área de 52 mil hectares de terras no município de Alcântara, autorizando a implantação da Base Espacial, atingindo, com a expropriação forçada, dezesseis comunidades tradicionais e três mil e seiscentas famílias. Em agosto de 1990, o presidente Fernando Collor

---

1 ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. W. B. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: Capitalismo globalizado e recursos territoriais. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 101-144.

2 SILVA, José Ribamar Sá. Segurança Alimentar, produção agrícola familiar e assentamento de reforma agrária no Maranhão. 2006, 217f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís: 2006, p. 151.

3 Decreto n.º 7820/80.

de Melo editou novo decreto aumentando para 62 mil hectares a área desapropriada, cerca de 54% do território do município.

Nos anos noventa, tornaram-se mais visíveis as ações governamentais focadas em consolidar as experiências de plantio de espécies exóticas, como tática para a dinamização do setor produtivo, acentuando o panorama de declínio dos extrativismos tradicionais. Os projetos de papel e celulose introduzidos no Maranhão são os causadores de novas expulsões de posseiros antigos, no transcurso de aquisição de terras, e convertem-se em sérios conflitos ambientais para as regiões afetadas.

Ainda na década de noventa, na região do Baixo Parnaíba, a opressão da cobrança da renda sobre os camponeses nas terras banhadas por águas públicas suscitou novos conflitos. As margens dos rios Parnaíba e seus afluentes viveram mobilizações pela libertação da terra, colocando no cenário das reivindicações a Delegacia do Patrimônio da União – DPU.

Remanesce a propagação dos conflitos possessórios na área de alcance dos STTRs tradicionais, onde os trabalhadores resistem na terra e se enfrentam com os latifundiários sem qualquer instância de mediação. A permanência deste cenário cresce na medida em que se aumenta a capacidade dos órgãos fundiários. No Maranhão, o INCRA chegou ao total de 69 decretos de desapropriação no ano de 1997.

4 As regiões de maiores conflitos territoriais no estado do Maranhão

Os conflitos agrários estão inseridos na realidade marcante do estado do Maranhão, em grande medida, esses conflitos retratam as desigualdades presentes no meio rural maranhense. Concentração fundiária, criação de pastos para pecuária extensiva e queima de roçados têm colaborado para o desequilíbrio ambiental e ameaçado a sobrevivência de agricultores, quebradeiras de coco e pescadores do Estado.

De acordo com a historicidade advinda desde a colonização, a grilagem é o que tem predominado nas terras maranhenses. Raríssimos são os trabalhadores rurais que conseguiram legalizar suas terras, adquirindo o título das mesmas. Em geral, eles buscaram outras áreas ou se tornaram arrendatários, submetidos aos novos donos das terras e, principalmente, passaram a servir como mão-de-obra assalariada.

Ao longo de décadas, o Maranhão se tornou um dos estados do Brasil com maior índice de conflitos envolvendo trabalhadores rurais. De

1964 até 1990, foram assassinadas 1630 pessoas ligadas a movimentos sociais rurais, entre índios, lavradores, sindicalistas, religiosos e advogados. Essas mortes eram na maioria das vezes executadas por pistoleiros a mando de proprietários de terra e grileiros. Grande parte daqueles casos continua sem punição[1].

O direito a terra tem se tornado uma bandeira de luta de trabalhadores rurais em todo o Maranhão. Os conflitos nas áreas dos babaçuais também formam números alarmantes. Parte desses confrontos pode ser visualizada na região do Mearim, pertencente à Zona dos Cocais, maior produtora de babaçu no Estado.

O Maranhão convive com um aumento significativo no número de conflitos territoriais, segundo dados da CPT, entre os anos de 1985 a 2016 ocorreram cerca de 2.4 76 conflitos por terra envolvendo cerda de 233.288 famílias. A maior parte ocorreu em comunidades da zona rural onde estão sendo implantados grandes empreendimentos.

A região de maior conflito continua sendo a pertencente ao Bico do Papagaio que está localizada na área de confluência dos rios Araguaia-Tocantins e é região de fronteira entre os Estados do Pará, Maranhão e Tocantins.

Vastas extensões de terra apropriadas para a agricultura e a pecuária fazem parte da riqueza do Estado. A disputa pela posse dessa terra, porém, é a causa de graves conflitos envolvendo fazendeiros e posseiros. Na região do Bico do Papagaio, no norte do Estado do Tocantins, o problema é explosivo, com frequentes emboscadas e mortes.

O Maranhão é o Estado que apresenta o maior índice de população rural: 48,08% dos habitantes moram no campo, conforme dados da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio (Pnad). A estrutura fundiária permanece fortemente concentrada. A agricultura familiar e de baixo padrão tecnológico, praticada em pequenas propriedades, é predominante. Conforme Oliveira[2],

> Podemos encontrar esta resistência cultural e política na história do(a) s posseiro(a)s do Bico do Papagaio, pessoas que vinham do Piauí, Maranhão, Ceará e Pernambuco, ou seja, regiões nas quais a integração econômica já se fazia sentir na permanência de um modelo agrário concentrador, o que fez da migração uma forma de resistência às

1 TEMPOS NOVOS. Maranhão, n. 75, fevereiro de 1992b.

2 OLIVEIRA, Gerson Alves de. Os posseiros e a luta pela terra na região do Bico do Papagaio 1964-1985: modernização e tradição. 2010. 172 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2010.

> imposições que os condicionavam a agregados e subordinados. Isto é, essas constantes mudanças podem ser interpretadas como uma "fuga" frente às transformações que regulavam suas vidas, caracterizadas por expulsões evidentes ou disfarçadas.

Em Balsas o número de conflitos por terra entre os anos de 2001 a 2017 somam 48 concorrências. Algumas dessas ocorrências decorrem da localização geográfica das áreas de assentamento rurais, uma vez que a aquisição de terras próximas ao assentamento por parte dos fazendeiros para implantação de campos de produção de soja, provoca inúmeros problemas para os moradores dos assentamentos. Um desses problemas é a imposição do impedimento da criação dos animais livremente nas áreas de chapada, que, é um dos componentes do sistema de produção praticado por esses camponeses.

Em abril de 2017, o caso do conflito entre índios gamelas e fazendeiros, em Viana, ganhou repercussão nacional pela violência do confronto. Mais de 10 pessoas ficaram feridas e este problema está longe de ser pacificado. Além desta área, Formosa da Serra Negra e Grajaú estão em incessantes conflitos no campo, liderando o ranking maranhense.

Percebe-se que, os conflitos agrários, ocorrem em áreas que são agricultáveis para darem lugar à pastagem e mais recentemente ao agronegócio que expulsa o homem do campo para as pequenas cidades em redor das gigantescas plantações.

Para o coordenador da CPT[3], três pontos específicos contribuíram para o aumento das estatísticas:

> Cada vez mais há um aumento da concentração de poder no Estado e isso tem reflexo negativo na sociedade. Segundo, o avanço do agronegócio está expulsando pessoas que histórica e culturalmente são localizadas em determinadas região, como comunidades ribeirinhas, quilombolas, indígenas e quebradeiras de coco. E terceiro, existe certo respaldo da Justiça quando concede liminares para integração de posse, mesmo quando estas comunidades estão inseridas há muitos anos, justificou.

A luta por terra em um dos maiores em extensões da região nordeste parece não ser verdade, porém, é uma realidade comprovada não só presente na história do passado como também no presente da história do nosso Estado.

---

3 EDRALDO, Lenno. Maranhão passa a liderar ranking de conflitos agrários no Brasil. Disponível em: http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2012/05/maranhao-passa-liderar-ranking-de-conflitos-agrarios-no-brasil.html. Acesso em: 20 jun. 2018.

5 Considerações finais

A questão agrária no Maranhão ainda está arraigada ao problema da desconcentração fundiária e da reforma agrária, que deve observar as peculiaridades da trajetória do homem do campo, no que diz respeito a cultura e aos mecanismos que historicamente se opuseram à sua libertação econômica do latifúndio.

O desenvolvimento de políticas públicas que visem uma política agrária adequada deve promover a ruptura com a lógica da grande empresa monocultora, excludente e destruidora do meio ambiente.

A história do campesinato nordestino, e, especialmente, a história do campesinato maranhense, tem sido a história de uma luta intuitiva de resistência contra os empreendimentos, que violentam os moradores nativos e destroem suas identidades e os recursos naturais.

Por outro lado, romper a dominação do latifúndio exige força por parte do Estado e mecanismos eficientes e ágeis de expropriação. Entre a decisão de lutar pela terra e a imissão de posse do órgão fundiário geralmente está o palco da tragédia. Por esse motivo, os que estão do lado de dentro da cerca demoram a se decidir. E os que estão do lado de fora tremem enquanto esperam a intervenção do Estado.

A sustentabilidade dessa intervenção agrária exige atenção às tradições locais manifesta nos vínculos societários e na história de apropriação dos recursos naturais. O camponês nordestino reclama seu lugar na reforma agrária, enquanto sujeito capaz de também apontar o caminho melhor para seu destino, único enquanto possibilidade de realização das identidades e, portanto, de realização prática da cidadania.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. W. B. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 101-144.

CHAGAS, Afonso Maria das. **Direitos territoriais**: identidades, pertencimentos e reconhecimento. ABYA-YALA: revista sobre acesso à justiça e direitos nas Américas, v. 1, n. 1, p. 182-201. Brasília: 2017. Disponivel em: http://periodicos.unb.br/index.php/abya/article/view/25426/18098. Acesso em 12 jun. 2018.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. **Caderno de Conflitos no Campo Brasil 2016**. Goiânia, 2017.

DE PAULA, Roberto; GEDIEL, José Antônio Peres. **Questão agrária**: entraves jurídico processuais recorrentes e desigualdade social. Rev. Direito Práx., Rio de Janeiro, Vol. 08, N. 04, 2017, p. 2819-2842.

EDRALDO, Lenno. **Maranhão passa a liderar ranking de conflitos agrários no Brasil**. Disponível em: http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2012/05/maranhao-passa-liderar-ranking-de-conflitos-agrarios-no-brasil.html. Acesso em: 20 jun. 2018.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. Biblioteca Azul: 2016.

OLIVEIRA, Gerson Alves de. **Os posseiros e a luta pela terra na região do Bico do Papagaio 1964-1985**: modernização e tradição. 2010. 172 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2010.

SANTOS, J. V. T. **Dominação e modos de organização rural no Brasil**. Porto Alegre: Revista Crítica de Ciências Sociais, 1992.

SILVA, José Ribamar Sá. **Segurança Alimentar, produção agrícola familiar e assentamento de reforma agrária no Maranhão**. 2006, 217f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís: 2006.

TEMPOS NOVOS. **Maranhão**, n. 75, fevereiro de 1992b.

VIEIRA, R. S.; LIMA, R. O. Justiça ambiental e a violação dos direitos humanos socioambientais: desafios da sustentabilidade na era do desenvolvimento. In: JUBILUT, L. L.; FERNANDES REI, F. C.; GARCEZ, Gabriela Soldano. (Org.). **Direitos humanos e meio ambiente**: minorias ambientais. São Paulo: Manole, 2017. p. 39-64.

Capítulo 9

ENFITEUSE E AS OBRIGAÇÕES DE FORO E LAUDÊMIO NA ILHA DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO: A EMENDA CONSTITUCIONAL N.46/2005 E O NOVO REGIME PATRIMONIAL DA UNIÃO FEDERAL

Pedro Nilson Moreira Viana[1]
Raimundo Nonato Serra Campos Filho[2]

1 Introdução

De efeito, o conceito de enfiteuse para autores como Caio Mário Pereira, pode ser compreendido como um direito real e perpétuo de possuir, usar e gozar de coisa alheia e de empregá-la na sua destinação natural sem lhe destruir a substância, mediante o pagamento de um foro anual invariável.

O pagamento do foro corresponde a contraprestação devida pelo enfiteuta ao senhorio, para exercer os direitos elementares da propriedade. O pagamento ao senhorio não consiste apenas no "foro", mas também do laudêmio, valor devido cada vez que o enfiteuta (ou foreiro) for transferir o domínio a terceiro.

Nos termos do entendimento do STJ laudêmio, seria possível definir o instituto como, em brevíssima síntese, a compensação assegurada ao senhorio direto por este não exigir a volta do domínio útil do terreno de marinha às suas mãos ou de direitos sobre benfeitorias nele construídas. Tal vantagem tem por fato gerador a alienação desse domínio ou desses

1 Acadêmico de Direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Membro pesquisador do Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão. Membro integrante do Núcleo de Estudos de Direito Constitucional (NEDC) vinculado ao Programa de Pós-graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Estagiário forense do gabinete da 5ª vara cível da Justiça Federal de 1º grau no Maranhão (SJF/MA).

2 Professor da disciplina de Direito Agrário, Coautor e Orientador da aluna Graduanda do curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

direitos e uma base de cálculo previamente fixada pelo art. 3º do decreto n.2.3 98/87.

Os terrenos abarcados pela cobrança podem ser públicos ou privados, mas remontam a terrenos não utilizados e não cultivados na época do Brasil colônia. Também, são áreas definidas como áreas de marinha.

Neste aspecto, em São Luís, capital do Maranhão, inobstante inexistirem enfiteuses privadas, ainda é muito recorrente a discussão acerca da constitucionalidade das enfiteuses de natureza públicas. Isto é, na capital, ainda existem inúmeras pretensões possessórias da União Federal em face de moradores residentes nas conhecidas zonas de terro interior, terrenos de marinha e seus acrescidos.

Assim, o presente estudo pretende analisar, em breve síntese, em que medida as pretensões enfiteutas da União em face dos moradores da ilha de são luís revela a patente inconstitucionalidade da atuação da Secretaria de Patrimônio da União/MA, após o advento da Emenda Constitucional n.46/2005 que desconstituiu do referido ente federado o domínio estratégico sobre as ilhas costeiras sede de municípios.

Para tanto, adotou-se uma metodologia revisional da legislação e jurisprudência consolidadas no assunto, a partir de um viés essencialmente teórico.

Diante da análise realizada, identificou-se que a União federal realiza as cobranças de foro e laudêmio na capital completamente à revelia do disposto na Constituição Federal, violando frontalmente o disposto no art. 20, IV.

2 Enfiteuse e o patrimônio da União Federal após 1988: a questão de foro e laudêmio na Ilha de São Luís do Maranhão – os terrenos nacionais no interior

Como ressabido, o instituto jurídico da enfiteuse prestou relevantes serviços durante a época do Brasil Império com o preenchimento de terras inóspitas, não cultivadas e inexploradas, que eram entregues ao enfiteuta para dela cuidar e tirar todo o proveito mediante uma prestação anual, certa e invariável denominada foro, canon ou pensão.

A enfiteuse, contudo, enquanto instituto, sofreu considerável mitigação no direito brasileiro.

É que o Código Civil de 2002[1], com o intuito de evitar a cobrança de percentual sobre a alteração da posse da serva propriedade – o chamado laudêmio, cláusula abusiva à luz da teoria contemporânea do negócio jurídico equitativo, forçou a extinção do instituto, prevendo no art. 2038, o seguinte:

> Art. 2.038. Fica proibida a constituição de enfiteuses e subenfiteuses, subordinando-se as existentes, até sua extinção, às disposições do Código Civil anterior, Lei no 3.071, de 1o de janeiro de 1916, e leis posteriores.
>
> § 1º Nos aforamentos a que se refere este artigo é defeso:
>
> I - cobrar laudêmio ou prestação análoga nas transmissões de bem aforado, sobre o valor das construções ou plantações;
>
> II - constituir subenfiteuse.
>
> § 2º A enfiteuse dos terrenos de marinha e acrescidos regula-se por lei especial.

Da simples leitura do dispositivo colhido, verifica-se que as enfiteuses e subenfiteuses não mais podem ser constituídas.

> I. e., as enfiteuses privadas – aquelas estabelecidas entre agentes privados, não podem mais ser constituídas e aquelas já existentes à época do CC/02 obedecem às disposições ultrativas do Código Civil de 1916 até finalmente serem extintas pelo desfazimento do negócio jurídico, ou pela decadência natural da propriedade sobre a qual recaiam.

Noutro modo, as enfiteuses públicas, estabelecidas pelo Estado junto ao particular, ainda podem ser criadas sobre as terras públicas (nacional interior) e terrenos de marinha.

A este respeito, o Decreto Lei n.9.760/46 institui inúmeras disposições sob as quais se sujeitam os bens imóveis de propriedade da União Federal. No diploma em questão, é reconhecido que rios, ilhas e demais áreas influenciadas pelas marés – bem como ainda os terrenos de marinha e acrescidos demarcados pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), constituem bens de propriedade da União.

Ocorre que referido diploma precisa ser analisado a partir das inovações constitucionais inauguradas pela CF/88. É que a Emenda Constitucional n. 46/2005 promoveu formidável modificação no regime

1 BRASIL. Código Civil (2002). Lei n. 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Lex: legislação federal e marginália, São Paulo, v. 105, p. 1966, out./dez. 2017.

dos bens da União, pois afastou definitivamente sua pretensão de domínio sobre as áreas de ilhas costeiras que contenham sede de municípios.

Isto é, a partir da E.C. 46/2005 proibiu-se a União proclamar seu domínio sobre todas as áreas formadoras das ilhas costeiras, pois que estas somente integrariam o seu patrimônio se não houvesse comprovadamente a inserção do domínio de particulares, ou dos Estados e Municípios.

Por relevante, e para fins de confrontação com o texto produzido pelo Poder Constituinte Originário, impõe-se a transcrição do novel texto constitucional:

> Art. 20. São bens da União: [...]
>
> IV – as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; **as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios,** exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II; (Os grifos não constam do texto original.)[1]

À luz dessas normas, colhe-se que o propósito da reforma constitucional foi retirar da União toda a pretensão de domínio sobre as áreas de ilhas costeiras que sejam sede de municípios, excluindo-se desta regra apenas (i) as áreas afetadas ao serviço público, (ii) as unidades ambientais federais e (iii) os terrenos de marinha e seus acrescidos.

Não obstante essa conclusão, a União Federal – por intermédio da sua Gerência de Patrimônio no Estado do Maranhão – oferece resistência ao cumprimento da EC 46/2005.

É que o ente federado ignora o alcance dessa norma constitucional, que teve o evidente propósito de afastar, definitivamente, qualquer pretensão dominial da União sobre toda a área de ilha costeira em que instalada sede de município, mostrando-se patrimonialista a interpretação que recomenda a continuidade da cobrança das taxas de ocupação e foros.

Pela leitura da Emenda Constitucional acima destacada, a União não pode mais ostentar qualquer pretensão de domínio sobre as áreas interiores das ilhas costeiras sede de municípios, ressalvadas as hipóteses de (i) áreas afetadas ao serviço público federal, (ii) áreas onde encravadas unidades ambientais federais e (iii) terrenos de marinha e seus acrescidos.

Esta é a razão pela qual – e por definitivo – saíram do domínio da União todas as terras que formam a Ilha de Upaon-Açu, onde situados os

---

1 BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

Municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, valendo esta conclusão inclusive para as áreas que, não constituindo bens de uso especial, encontram-se registradas como de domínio da União, inclusive nos casos em que regularmente instituído o regime foreiro.

A uma, os imóveis que não se inserem nas dobras das hipóteses restritivas de alcance da EC 46/2005, ou seja, a) não se tratam de bem afetado ao serviço público federal, b) não se encontra encravado em unidade ambiental e – o que é fato público e notório –, ou c) não se trata ainda de terrenos de marinha e seus acrescidos – os chamados imóveis "nacional interior", não podem ser objeto de cobrança de foros e laudêmios.

Exatamente nessa linha de intelecção, colha-se, ainda, o seguinte precedente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região:

> PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - MANDADO DE SEGURANÇA - IMÓVEL SITUADO EM ILHA COSTEIRA - ILHA DE SÃO LUÍS - EC 46/2005 - INEXIGIBILIDADE DA COBRANÇA DE FORO E LAUDÊMIO. 1. Após a edição da EC 46/2005, não pode mais a União ostentar qualquer pretensão de domínio das áreas contidas em ilhas costeiras ou oceânicas, sede de município, vez que 'a mera circunstância - como no caso - de a ilha costeira ou oceânica ser "sede de Município' já altera a propriedade das áreas nelas contidas, reputando-se - em presunção absoluta - pertencerem à municipalidade, ou, quando o caso, a terceiros. Da simples leitura do dispositivo já se vislumbra que a Ilha de São Luís, por ser sede de Município do mesmo nome, está excluída dos bens da União, ali especificados.' (AC 2007.34.00.033470-0/DF, Rel. Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral, Sétima Turma, e-DJF1 p.321 de 17/07/2009). 2. Além do mais, 'havendo prova de que o imóvel se encontra registrado em nome de particular no Cartório de Registro de Imóveis, não pode ser exigida taxa de ocupação de terreno de marinha sem o devido processo legal' (AC 2004.34.00.021614-0/DF, Rel. Desembargador Federal João Batista Moreira, Quinta Turma, e-DJF1 p.98 de 17/07/2009). 3. No caso em tela, existindo nos autos prova documental que mostra a propriedade particular do imóvel, não enquadrado como terreno de marinha, não há que se falar na cobrança de taxa de ocupação, cabendo destacar que dos respectivos títulos de propriedade não consta qualquer alusão a eventual direito da União. 4. Apelação e remessa oficial não providas. (TRF1, AMS 0007861-15.2009.4.01.3700/MA, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL REYNALDO FONSECA, SÉTIMA TURMA, e-DJF1 p.335 de 09/08/2013.)2

2 BRASIL. Tribunal Regional Federal (1. Região). Apelação cível em Mandado de Segurança nº 0007861-15.2009.4.01.3700/MA. Relator: Desembargador Federal Reynaldo Fonseca.

Cumpre observar que eventual fato de o imóvel em tela estar situado na área denominada Gleba Rio Anil não serve de justificativa para a cobrança de receitas patrimoniais pela Secretaria do Patrimônio da União, pois inexiste direito adquirido da União oponível ao novo regime jurídico instituído a partir da EC 46/2005, por meio da qual o constituinte derivado deixou claro que apenas as ilhas costeiras que não tenham área urbana são de propriedade federal.

3 Enfiteuse e o patrimônio da União Federal após 1988: a questão de foro e laudêmio na Ilha de São Luís do Maranhão – os imóveis localizados em terreno de marinha e seus acrescidos

Demais disso, quanto aos terrenos de marinha, impõe-se verificar grave irregularidade no exercício da pretensão enfiteuta.

É que, como bem destacado pelo Supremo Tribunal Federal, em decisão proferida em Sessão Plenária nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.264/PE:

> [...] confessado pela própria FN que a SPU notificou os contribuintes, na instauração do processo demarcatório de seu imóvel como terreno de marinha, tão somente por edital, não são exigíveis os foros/laudêmios advindos desse processo, tendo em vista a decisão confirmatória da inconstitucionalidade da Lei n. 11.481/2007.

Neste aspecto, verificado que o convite de eventuais interessados no processo demarcatório que ensejou a cobrança das receitas patrimoniais deu-se somente por meio de edital "***caracteriza-se afronta aos princípios do contraditório e da ampla defesa, consoante precedentes da colenda Sétima Turma desta egrégia Corte***" (Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Desembargador Federal Hercules Fajoses. Agravo de Instrumento n. 55260-38.2016.4.01.0000/MA.)[1]

Dessa maneira, se, até em relação à fase inicial do procedimento demarcatório da posição da Linha de Preamar Média de 1831 – na qual ainda não se sabe ao certo quem são os interessados atingidos –, a jurisprudência

---

Sétima Turma. Brasília, 9 de agosto de 2013. Disponível em: https://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/. Acesso em 28/06/2018

1 BRASIL. Tribunal Regional Federal (1. Região). Agravo de Instrumento n. 55260-38.2016.4.01.0000/MA. Relator: Desembargador Federal Hercules Fajoses. Brasília, 25 de junho de 2011. Disponível em: www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/581319437/andamento-do-processo-n-260-3820164013400-peticao-civel-23-05-2018-do-trf-1+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 24/06/2018

vem exigindo a intimação pessoal dos proprietários dos imóveis atingidos pelo novo traçado, com mais razão se deve exigir o mesmo procedimento para a fase posterior – a do art. 13 do DL 9.760/1946[2].

Isso porque, aqui, já foram realizados trabalhos topográficos com vistas a se fazer o esboço inicial da Linha Preamar Média de 1831, sendo possível a localização dos interessados certos através do Cartório de Registro Imobiliário competente e do cadastro imobiliário municipal para fins de IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano, a cujo acesso não teria a União qualquer dificuldade.

E não poderia ser diferente, pois as consequências jurídicas geradas em decorrência da fixação da Linha de Preamar Média de 1831 são demasiadamente graves para que os interessados certos, conhecidos, passíveis de identificação, fossem convocados para participar do processo de forma presumida, ficta, através de edital, cuja eficácia, na prática, é quase nula.

Nessa perspectiva, tendo que o processo demarcatório levado a efeito pela SPU/MA – no qual a Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Maranhão convidou os respectivos interessados apenas pela via editalícia – encontra-se tal expediente, patentemente viciado.

É que foi, claramente, desatendida a indispensável convocação formal da pessoa jurídica em nome da qual estava registrado o imóvel em questão, para que pudesse oferecer esclarecimentos concernentes ao seu terreno compreendido no trecho demarcado e para que pudesse oferecer impugnação à demarcação.

Por consequência, sendo nulo o procedimento administrativo demarcatório pela ausência de convite válido, afigura-se indevida a cobrança de foro e laudêmio sobre os imóveis em questão, ressalvada, é claro, a possibilidade de a União promover novo processo demarcatório, procedendo-se à ciência dos interessados certos por via de intimação pessoal.

Lançadas tais premissas, verifica-se que o foro e o laudêmio, exigidos, bem como as eventuais inscrições em dívida ativa realizadas pela União carecem de amparo constitucional, ante as irregularidades insanáveis do procedimento demarcatório.

---

2 BRASIL. Decreto Lei n.9.760/46 de 5 de setembro de 1946. Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências. Lex: legislação federal e marginália, São Paulo, v. 85, p. 1966, out./dez. 2015.

Assim, verifica-se inequivocamente a ilegalidade da atuação da SPU/MA em cobrar dos proprietários da ilha qualquer espécie de numerário cuja natureza se identifique com a da enfiteuse, seja a título de imóveis nacional interior, sejam ainda terrenos de marinha e seus acrescidos.

4 Necessidade de restituição dos pagamentos indevidamente realizados após a e.c. 46/2005: delimitação dos possíveis danos imateriais da cobrança inconstitucional

Neste aspecto é que os pagamentos de valores à título de foro e laudêmio realizados após o início da vigência da E.C. 46/2005 merecem ser restituídos.

É que, conforme se verifica da atuação da SPU na capital maranhense, a exigência de foro e laudêmio por parte da União, como condicionantes para transferência de imóveis, é praticamente uma regra, sendo certo que, tratando-se de imposição legal, não é crível presumir a existência de vontade do Autor em recolher a referida exação por mera liberalidade.

Tais circunstâncias apontam, de forma indubitável, para a existência de ilegalidade no pagamento efetuado.

Contudo, a fim de efetivar o ressarcimento dos valores pagos, é imprescindível observar a regra prescricional contida no Decreto Lei n.20.910/1932[1], que assegura que "As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem."

Demais, ao se identificar o disposto no teor da súmula n. 85 do Superior Tribunal de Justiça[2], todos os proprietários ilegalmente cobrados, e que tenham adimplido os numerários relativos ao foro e laudêmio da União Federal, Estados ou Municípios, podem requerer a restituição dos

1 BRASIL. Decreto Lei n. 20.910 de 06 de janeiro de 1932. Regula a Prescrição Quinquenal. Lex: legislação federal e marginália, São Paulo, v. 80, p. 1966, out./dez. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D20910.htm. Acesso em: 29/06/2018.

2 BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Súmula n. 85. In: Revista Associação dos Advogados do Brasil: Súmulas. São Paulo: Associação dos Advogados do Brasil, 2015. p. 26. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2009_6_capSumula85.pdf. Acesso em: 29/06/2018.

adimplidos observando-se que "[...]a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação."

Assim, como forma de evitar o enriquecimento sem causa da União, impõe-se a devolução da quantia indevidamente recolhida, respeitada a prescrição quinquenal[3].

Resta saber, contudo, se das cobranças ilegalmente realizadas após a E.C. n.46/2005, exsurge algum dano imaterial a esfera subjetiva da personalidade dos proprietários arrostados.

Em primeiro aspecto, é possível afirmar que não. É que, quando da inscrição da dívida nos cadastros próprios da SPU, ou mesmo ainda de cadastro de Dívida Ativa, os valores cobrados eram sim exigíveis (na ótica do ente federado), tanto é que para obter declaração de inexistência de relação jurídica, os interessados, em regra, veem-se forçados a discutir judicialmente tais exigências.

Assim sendo, como o ente central exige as exações com base em entendimento que decorre de sua interpretação das normas aplicáveis (equivocado, é verdade, conforme posto em linhas anteriores), somente pode-se considerar indevidas as exigências a partir do trânsito em julgado de ordem judicial que resolva diferentemente a relação jurídica tratada.

Desse modo, não há que se falar em dano moral indenizável pelas cobranças ilegalmente realizadas sob a égide do novo regime patrimonial de 2005.

5 Considerações finais

Conforme foi possível identificar, é absolutamente impossível a criação de novas enfiteuses particulares, remanescendo até então aquelas constituídas anteriormente a vigência do Código Civil de 2002. Noutro modo, as enfiteuses públicas da União, do Estado e dos Municípios ainda podem ser constituídas, diante da observância da legislação pertinente.

Contudo, é muito importante destacar a incisiva alteração do regime patrimonial público levado à cabo pela Emenda Constitucional n.46/2005. É que a partir da referida alteração constitucional, as áreas

3 BRASIL. Tribunal Regional Federal (1. Região). Apelação cível n. 0032857-38.2013.4.01.3700/MA. Relator: Desembargador Federal Reynaldo Fonseca. Relator convocado Juiz Federal Rafael Paulo Soares Pinto. Sétima Turma. Brasília, 22/05/2015. Disponível em: www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/306165277/andamento-do-processo-n-0032857-3820134013700-apelacao-civel-18-02-2016-do-trf-1+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em 29/06/2018

de ilhas costeiras que sejam sede de municípios, excluindo-se desta regra apenas (i) as áreas afetadas ao serviço público, (ii) as unidades ambientais federais e (iii) os terrenos de marinha e seus acrescidos, não são mais áreas de propriedade da União.

Isto é, a partir da E.C. 46/2005 proibiu-se a União de proclamar seu domínio sobre todas as áreas formadoras das ilhas costeiras, pois que estas somente integrariam o seu patrimônio se não houvesse comprovadamente a inserção do domínio de particulares, ou dos Estados e Municípios.

Neste aspecto, considerando-se que na área da ilha costeira de Upaon-Açu está instalada a capital maranhense, mostra-se patrimonialista a interpretação da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) que recomenda a continuidade da cobrança das taxas de ocupação e foros.

Assim, os imóveis que não se inserem nas dobras das hipóteses restritivas de alcance da EC 46/2005, ou seja, a) não se tratam de bem afetado ao serviço público federal, b) não se encontra encravado em unidade ambiental e – o que é fato público e notório –, ou c) não se trata ainda de terrenos de marinha e seus acrescidos – os chamados imóveis "nacional interior", não podem ser objeto de cobrança de foros e laudêmios.

Noutro modo, quanto aos imóveis que constituem terrenos de marinha e acrescidos, tem-se que também é inviável a cobrança decorrente da enfiteuse pública. É que a SPU notificou os contribuintes, na instauração do processo demarcatório de seu imóvel como terreno de marinha, tão somente por edital.

Daí extrai-se clara violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa vez ter sido desatendida a indispensável convocação formal da pessoa jurídica em nome da qual estava registrado o imóvel em questão, para que pudesse oferecer esclarecimentos concernentes ao seu terreno compreendido no trecho demarcado e para que pudesse oferecer impugnação à demarcação.

Por consequência, sendo nulo o procedimento administrativo demarcatório pela ausência de convite válido, afigura-se indevida a cobrança de foro e laudêmio sobre os imóveis em questão, ressalvada, é claro, a possibilidade de a União promover novo processo demarcatório, procedendo-se à ciência dos interessados certos por via de intimação pessoal.

Ante o exposto, resta ainda observar que os pagamentos feitos sob tais condições de cobrança manifestamente ilegais, precisam ser ressarcidos

a fim de evitar o enriquecimento ilícito da União Federal, observada, é claro, a regra prescricional contida no Decreto Lei n.20.910/1932.

De outra banda, como o ente central exige as exações com base em entendimento que decorre de sua interpretação das normas aplicáveis (equivocado, é verdade, conforme posto em linhas anteriores), somente pode-se considerar indevidas as exigências a partir do trânsito em julgado de ordem judicial. Portanto, é de todo inadequada a pretensão de ressarcimento por eventuais danos imateriais decorrentes da cobrança estudada.

Referências

BRASIL. Código Civil (2002). Lei n. 10.406 de 10 de janeiro de 2002. **Lex**: legislação federal e marginália, São Paulo, v. 105, p. 1966, out./dez. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Decreto Lei n. 20.910 de 06 de janeiro de 1932. Regula a Prescrição Quinquenal. **Lex**: legislação federal e marginália, São Paulo, v. 80, p. 1966, out./dez. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D20910.htm. Acesso em: 29/06/2018.

BRASIL. Decreto Lei n.9.760/46 de 5 de setembro de 1946. Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências. **Lex**: legislação federal e marginália, São Paulo, v. 85, p. 1966, out./dez. 2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Súmula n. 85. In: Revista Associação dos Advogados do Brasil: Súmulas. São Paulo: Associação dos Advogados do Brasil, 2015. p. 26. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2009_6_capSumula85.pdf. Acesso em: 29/06/2018

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.264/PE. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. Brasília, 25 de agosto de 2011. Disponível em: www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoPeca.asp%3Fid%3D308824685%26tipoApp%3D.pdf+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em 20/05/2018.

BRASIL. Tribunal Regional Federal (1. Região). Agravo de Instrumento n. 55260-38.2016.4.01.0000/MA. Relator: Desembargador Federal Hercules Fajoses. Brasília, 25 de junho de 2011. Disponível em: www.

jusbrasil.com.br/diarios/documentos/581319437/andamento-do-processo-n-260-3820164013400-peticao-civel-23-05-2018-do-trf-1+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 24/06/2018

BRASIL. Tribunal Regional Federal (1. Região). Apelação cível em Mandado de Segurança nº 0007861-15.2009.4.01.3700/MA. Relator: Desembargador Federal Reynaldo Fonseca. Sétima Turma. Brasília, 9 de agosto de 2013. Disponível em: https://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/. Acesso em 28/06/2018

BRASIL. Tribunal Regional Federal (1. Região). Apelação cível n. 0032857-38.2013.4.01.3700/MA. Relator: Desembargador Federal Reynaldo Fonseca. Relator convocado Juiz Federal Rafael Paulo Soares Pinto. Sétima Turma. Brasília, 22/05/2015. Disponível em: www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/306165277/andamento-do-processo-n-0032857-3820134013700-apelacao-civel-18-02-2016-do-trf-1+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em 29/06/2018.

Capítulo 10

O USO DE DRONES E OS DIREITOS DE VIZINHANÇA: LIMITES DA PROPRIEDADE VERTICAL, DIREITO À PRIVACIDADE E RESTRIÇÕES AO SOBREVOO DE PROPRIEDADES PRIVADAS

Gabriela Elvira Goellner[1]
Emanuella Fatima Schneider[2]

1 Introdução

A evolução tecnológica tem provocado importantes transformações na sociedade, modificando a forma como as pessoas se relacionam, trabalham e utilizam os espaços públicos e privados. Frente às mudanças, o Direito assume papel importante e indispensável na regulamentação das novas relações sociais e na solução de conflitos decorrentes do avanço tecnológico.

Entre essas inovações, destacam-se os Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), popularmente conhecidos como drones. Inicialmente utilizados para fins militares, esses equipamentos passaram a integrar diversas atividades, como agricultura, engenharia, segurança, monitoramento ambiental, produção audiovisual e atividades recreativas.

A expansão do uso de drones, entretanto, também trouxe novos desafios jurídicos. A possibilidade de essas aeronaves sobrevoarem propriedades privadas, especialmente em baixa altitude, suscita discussões relacionadas aos limites do direito de propriedade, ao Direito de Vizinhança e à utilização do espaço aéreo situado acima dos imóveis particulares.

A questão torna-se ainda mais relevante diante dos drones equipados com câmeras e sistemas de captação de imagens. Esses recursos permitem registrar ambientes privados e alcançar espaços tradicionalmente

1 Graduanda em Direto, pela Uceff Faculdades Chapecó, gabriela.goellner@yahoo.com.br
2 Graduanda em Direito, pela Uceff Faculdades Chapecó, manuschneider13@hotmail.com

protegidos por muros, cercas e outras barreiras físicas, aumentando os riscos de interferência na intimidade, na vida privada e na imagem das pessoas.

Embora a operação de drones seja regulamentada por órgãos como a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) e a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), o cumprimento das exigências administrativas não afasta a necessidade de respeito aos direitos assegurados pela Constituição Federal e pelo Código Civil.

Nesse contexto, surge a necessidade de estabelecer limites entre a utilização legítima dessa tecnologia e situações capazes de caracterizar abuso de direito, invasão de privacidade, perturbação do sossego ou interferência indevida no exercício da propriedade. A discussão também alcança a responsabilidade civil quando o uso inadequado desses equipamentos provoca danos a terceiros.

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo analisar os limites jurídicos da utilização de drones sobre propriedades privadas, considerando aspectos relacionados à propriedade vertical, ao Direito de Vizinhança, à proteção da privacidade e à responsabilidade civil.

A pesquisa busca responder ao seguinte questionamento: até que ponto o sobrevoo de drones representa exercício legítimo da utilização do espaço aéreo e em que momento passa a configurar violação ao direito de propriedade, à privacidade e às normas que regulam as relações de vizinhança?

2 Propriedade Vertical e seus limites

O direito de propriedade representa um dos pilares fundamentais do Direito Privado brasileiro e encontra proteção no artigo 5º, inciso XXII, da Constituição Federal de 1988. Entretanto, essa garantia não possui caráter absoluto, pois o próprio texto constitucional estabelece, no inciso XXIII do mesmo artigo, que a propriedade deve cumprir sua função social.

Isso significa que o exercício da propriedade deve ocorrer de maneira equilibrada, considerando não apenas os interesses individuais do proprietário, mas também os direitos da coletividade e a necessidade de preservação dos direitos fundamentais de terceiros.

Durante muito tempo, prevaleceu no Direito Romano a teoria denominada usque ad coelum et ad inferos, segundo a qual o direito de propriedade alcançaria ilimitadamente o espaço acima do imóvel e o

subsolo abaixo dele. De acordo com essa concepção, o proprietário teria domínio sobre tudo aquilo que estivesse localizado desde o centro da terra até o infinito.

Entretanto, com o desenvolvimento da sociedade e o surgimento de novas tecnologias, essa interpretação passou a se mostrar incompatível com a realidade. O crescimento da aviação, das telecomunicações e, mais recentemente, da utilização de drones demonstrou que não seria possível manter uma visão absoluta sobre o espaço aéreo pertencente ao imóvel.

O doutrinador, Carlos Roberto Gonçalves (2024) indica que a evolução tecnológica tornou necessária uma nova compreensão dos limites da propriedade, pois o proprietário não pode impedir toda e qualquer utilização do espaço aéreo acima de seu imóvel, mas apenas aquelas interferências que prejudiquem efetivamente o exercício de seus direitos.

O Código Civil brasileiro adotou essa interpretação mais moderna ao estabelecer, em seu artigo 1.229, que a propriedade do solo abrange o espaço aéreo e o subsolo correspondentes apenas na medida em que sejam úteis ao exercício do direito de propriedade. Assim, a proteção jurídica não alcança todo o espaço acima do imóvel, mas somente aquela parcela necessária para o uso, segurança e aproveitamento econômico da propriedade.

Para Maria Helena Diniz (2023), o direito de propriedade deve ser compreendido como um conjunto de poderes atribuídos ao proprietário, permitindo-lhe usar, gozar, dispor e reivindicar o bem. Contudo, esses poderes não podem ser exercidos de forma ilimitada, pois encontram restrições impostas pela legislação, pela função social da propriedade e pela necessidade de evitar abusos de direito.

Essa compreensão torna-se ainda mais relevante diante da expansão do uso de drones em áreas urbanas e rurais que, diferentemente das formas tradicionais de interferência entre propriedades vizinhas, os drones podem operar em baixa altitude, permanecer próximos a imóveis particulares e realizar registros de imagens ou sons, criando situações que antes não eram previstas pelo Direito.

O simples sobrevoo de um drone, por si só, não representa uma violação ao direito de propriedade, entretanto, quando esse uso ocorre de maneira excessiva, repetitiva ou invasiva, causando interferência no uso normal do imóvel ou atingindo direitos da personalidade, pode caracterizar uma conduta abusiva.

Nesse sentido, Flávio Tartuce (2024) destaca que a análise da propriedade vertical deve considerar a utilidade prática do espaço aéreo para o proprietário. Segundo o autor, o titular do imóvel não possui domínio ilimitado sobre toda a coluna de ar existente acima da propriedade, mas apenas sobre aquela necessária para o exercício dos poderes inerentes ao direito de propriedade.

Essa interpretação também é defendida por Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald (2023), que destacam a necessidade de compreender os institutos tradicionais do Direito Civil a partir dos valores constitucionais. Para os autores, a propriedade deve ser examinada em conjunto com princípios como a dignidade da pessoa humana, a função social da propriedade e a boa-fé objetiva.

Dessa forma, os conflitos que envolvem drones e propriedade privada não estão relacionados apenas à ocupação física do espaço aéreo, mas também às possíveis intervenções causadas pelo uso destes equipamentos, como ruídos constantes, sensação de vigilância, captação de imagens sem autorização e perturbação da tranquilidade dos moradores.

O artigo 187 do Código Civil também possui significância nessa discussão ao definir que, comete ato ilícito aquele que exerce um direito ultrapassando os limites impostos pela boa-fé, pelos bons costumes ou pela sua finalidade econômica e social.

Assim, mesmo quando a utilização do drone estiver autorizada pelos órgãos administrativos competentes, seu uso poderá ser considerado abusivo caso cause prejuízos injustificados a terceiros. A autorização técnica para operar uma aeronave não representa uma permissão para violar direitos relacionados à propriedade, à privacidade ou à convivência entre vizinhos.

Portanto, a solução dos conflitos envolvendo propriedade vertical e drones requer uma interpretação conjunta da Constituição Federal, do Código Civil e das normas regulamentadoras aplicáveis. O principal desafio não está apenas em estabelecer os limites do espaço aéreo, mas em encontrar um equilíbrio entre o desenvolvimento tecnológico e a proteção dos direitos fundamentais. A inovação deve ser estimulada, mas sempre em harmonia com a segurança jurídica, a função social da propriedade e a dignidade da pessoa humana.

3 Drones, privacidade e direitos da personalidade

A Constituição Federal de 1988 concedeu especial proteção à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas, reconhecendo esses direitos como fundamentais para a preservação da dignidade humana e para o livre desenvolvimento da personalidade. Esses direitos representam uma proteção essencial contra interferências indevidas na esfera individual de cada pessoa.

Com o avanço tecnológico e a popularização dos drones, novos desafios passaram a manifestar-se em relação à proteção da privacidade. Esses equipamentos, especialmente aqueles munidoss com câmeras de alta resolução, sensores térmicos e sistemas avançados de captação de imagens, permitem registrar ambientes e situações que antes estavam protegidos por barreiras físicas, como muros, cercas e estruturas residenciais.

Essa realidade comprova a necessidade de determinar limites claros entre o uso legítimo da tecnologia e a proteção da vida privada. Embora os drones sejam ferramentas importantes para diversas atividades econômicas e sociais, sua utilização não pode ocorrer de maneira a comprometer direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal.

Nesse sentido, Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho (2024) destacam que os direitos da personalidade possuem caráter essencial e devem receber proteção contínua diante das transformações sociais e tecnológicas. Segundo os autores, o avanço dos recursos tecnológicos amplia as possibilidades de violação desses direitos, tornando necessária uma atuação jurídica capaz não apenas de reparar danos já causados, mas também de preveni-los.

Dessa forma, a utilização de drones para fotografar ou filmar residências, quintais, janelas, áreas de lazer ou outros espaços destinados à vida privada pode caracterizar violação aos direitos da personalidade, mesmo quando as imagens capturadas não são divulgadas publicamente. Isso intercorre porque a própria observação indevida e não autorizada de um ambiente privado já representa uma interferência na esfera íntima do indivíduo.

A proteção jurídica não se limita somente à divulgação de imagens, mas também alcança situações em que a pessoa se sente constantemente observada ou tem sua privacidade comprometida pelo uso inadequado desses equipamentos. Além da proteção constitucional, o Código Civil também define mecanismos para prevenir e reparar danos decorrentes da violação

dos direitos da personalidade. Assim, o operador de um drone poderá ser responsabilizado civilmente quando sua conduta causar constrangimento, exposição indevida da intimidade, utilização não autorizada da imagem ou qualquer outro prejuízo relacionado à esfera pessoal da vítima.

Sobre essa questão, Flávio Tartuce (2024) destaca que a constitucionalização do Direito Civil requer que todas as relações privadas sejam interpretadas conforme os princípios fundamentais previstos na Constituição Federal, e que, os avanços tecnológicos não podem servir como justificativa para limitar direitos constitucionalmente protegidos.

Ao contrário, o desenvolvimento tecnológico deve ser acompanhado pelo fortalecimento dos mecanismos jurídicos de proteção da pessoa humana, garantindo que novas ferramentas sejam aplicadas de forma compatível com a dignidade, a liberdade e a privacidade dos indivíduos.

A utilização dessa perspectiva requer que o uso de drones observe critérios de proporcionalidade, necessidade e respeito aos direitos fundamentais, significando que a utilização dessas aeronaves deve ocorrer apenas dentro dos limites necessários para atingir sua finalidade, evitando interferências excessivas na vida privada de terceiros.

Embora os drones traduzam um importante instrumento de desenvolvimento econômico, científico e social, seu emprego somente será juridicamente legítimo quando respeitar os valores protegidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, especialmente a intimidade, a vida privada e a dignidade da pessoa humana. Assim sendo, o desafio jurídico não está em impedir o avanço tecnológico, mas em garantir que esse avanço ocorra de maneira responsável, preservando o equilíbrio entre inovação e proteção dos direitos fundamentais.

4 Regulamentação dos drones e responsabilidade civil

O uso crescente de drones em diferentes cenários fez com que o Estado brasileiro desenvolvesse normas específicas para regulamentar a atuação desses equipamentos. A criação de regras, fomenta garantir a segurança do espaço aéreo, reduzir riscos à coletividade e determinar responsabilidades para os operadores, permitindo que o avanço tecnológico ocorra de maneira organizada e segura.

Embora os drones apresentem inúmeros benefícios para áreas como agricultura, engenharia, segurança e monitoramento ambiental, sua aplicação pode contornar riscos que precisam ser comedidos. Por essa razão,

a regulamentação administrativa apresenta papel essencial na identificação de critérios técnicos para o funcionamento desses equipamentos.

No Brasil, a regulamentação de drones é desempenhada por três órgãos: a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) e a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) estabelece regras relacionadas ao registro dos equipamentos, identificação dos operadores, limites de operação e requisitos de segurança. Essas normas têm como objetivo minimizar a probabilidade de acidentes e assegurar que o uso dos drones aconteça de forma segura, preservando a integridade das pessoas e do patrimônio.

O Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), por sua vez, opera na regulamentação do acesso ao espaço aéreo brasileiro. Entre suas prerrogativas estão a definição de procedimentos para autorização de determinados voos, instauração de áreas restritas e criação de mecanismos para evitar conflitos entre aeronaves tripuladas e não tripuladas.

A Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) é responsável pela certificação dos equipamentos de comunicação usados pelos drones, assegurando que os sistemas de radiofrequência empregados estejam de acordo com os padrões técnicos exigidos pela legislação brasileira.

Não obstante, é importante destacar que o cumprimento das normas administrativas não significa que o operador de um drone possui autorização para interferir nos direitos de outras pessoas. A regularidade diante dos órgãos responsáveis pela aviação e comunicação não elimina a exigência de respeitar as normas previstas na Constituição Federal e no Código Civil.

Desse modo, Flávio Tartuce (2024) destaca que a constitucionalização do Direito Civil demanda que todas as relações privadas sejam analisadas a partir dos valores constitucionais, especialmente a dignidade da pessoa humana, a função social da propriedade e a proteção dos direitos da personalidade.

Deste modo, mesmo que um drone esteja devidamente registrado e sua operação esteja autorizada pelos órgãos competentes, seu operador poderá responder civilmente caso a utilização do equipamento cause prejuízos a terceiros. A responsabilidade civil encontra fundamento nos artigos 186, 187 e 927 do Código Civil, que estabelecem o dever de reparar danos decorrentes da prática de atos ilícitos ou do exercício abusivo

de um direito. Neste caso, situações como invasão de privacidade, danos materiais, perturbação do sossego ou violação de direitos fundamentais podem gerar o dever de indenizar.

Como destacam Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho (2024), a responsabilidade civil contemporânea detém não apenas uma função reparatória, mas também preventiva, buscando evitar que condutas prejudiciais sejam praticadas e garantindo maior proteção aos direitos da personalidade. Dessa maneira, a regulamentação administrativa e o Direito Civil possuem atuações complementares. Enquanto as normas elaboradas pela ANAC, pelo DECEA e pela ANATEL estabelecem requisitos técnicos para a operação segura dos drones, o Direito Civil atua na proteção dos direitos individuais que eventualmente possam ser violados.

Essa atuação conjunta permite encontrar um equilíbrio entre o desenvolvimento tecnológico e a preservação de valores fundamentais, como a dignidade da pessoa humana, a função social da propriedade, a privacidade e a segurança jurídica.

Portanto, a utilização de drones no Brasil não deve ser analisada apenas sob a perspectiva técnica ou administrativa. Trata-se de uma questão jurídica mais ampla, que envolve a necessidade de conciliar inovação tecnológica com respeito aos direitos fundamentais garantidos pelo ordenamento jurídico.

5 Análise jurídica dos conflitos envolvendo sobrevoo de propriedades privadas

A análise jurídica sobre o uso de drones em propriedades privadas demanda uma abordagem integrada entre o Direito Constitucional, o Direito Civil e a doutrina contemporânea. A expansão dessa tecnologia apresenta novas possibilidades de aplicação, mas também criou situações de conflito envolvendo direitos tradicionalmente protegidos pelo ordenamento jurídico, como a propriedade, a privacidade, o Direito de Vizinhança e a responsabilidade civil.

A Constituição Federal de 1988 estabelece a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil e assegura a proteção da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem. Ao mesmo tempo, garante o direito de propriedade, mas determina que seu exercício esteja vinculado à função social, demonstrando que nenhum

direito individual pode ser exercido de maneira absoluta quando causar prejuízo aos demais membros da sociedade.

Nesse sentido, Maria Helena Diniz (2023) destaca que o direito de propriedade deve ser entendido como um conjunto de poderes atribuídos ao proprietário, permitindo o uso, o aproveitamento e a disposição do bem. No entanto, esses poderes encontram limites na legislação, na boa-fé objetiva e na necessidade de respeito aos direitos de terceiros. A autora ressalta ainda, que a propriedade, no Direito Civil contemporâneo, deixou de ser vista apenas como uma garantia individual e passou a ser compreendida também como um instrumento que deve atender a uma finalidade social. Dessa forma, o proprietário não pode utilizar seu bem de maneira abusiva ou contrária aos interesses da coletividade.

Nessa mesma perspectiva, Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald (2023) resguardam a constitucionalização do Direito Civil, garantindo que os institutos privados, como propriedade e responsabilidade civil, devem ser elucidados conforme os valores estabelecidos pela Constituição Federal. Para os autores, princípios como a dignidade da pessoa humana, a solidariedade social e a boa-fé objetiva são fundamentais para orientar as relações jurídicas contemporâneas.

No âmbito do Direito de Vizinhança, Carlos Roberto Gonçalves (2024) esclarece que esse conjunto de normas representa uma limitação ao exercício da propriedade, criada justamente para impedir que o uso de um imóvel prejudique os proprietários vizinhos. Segundo o autor, essas regras permitem equilibrar interesses individuais e coletivos, garantindo a convivência harmoniosa entre pessoas que compartilham espaços próximos.

Essa compreensão torna-se significativa diante da utilização de drones, pois esses equipamentos podem gerar novas formas de interferência que não existiam no momento da elaboração de grande parte das normas civis. Sobrevoos frequentes, captação de imagens sem autorização, ruídos constantes e sensação de vigilância são exemplos de situações que podem afetar o sossego e a privacidade dos indivíduos.

Em relação aos direitos da personalidade, Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho (2024) apontam que o desenvolvimento tecnológico expandiu as possibilidades de violação da esfera privada das pessoas, exigindo uma proteção jurídica capaz de acompanhar essas transformações. Para os autores, a responsabilidade civil deve atuar tanto na reparação dos danos causados quanto na prevenção de condutas que possam atingir direitos fundamentais.

Dessa forma, o uso de drones equipados com câmeras ou outros sistemas de captação de informações deve respeitar os limites impostos pela proteção da intimidade, da imagem e da vida privada. A tecnologia, embora represente um avanço importante, não pode ser utilizada como justificativa para interferências indevidas na esfera pessoal dos indivíduos.

Flávio Tartuce (2024) reforça essa compreensão ao afirmar que a constitucionalização do Direito Civil exige que todas as relações privadas sejam interpretadas conforme os princípios constitucionais. Segundo o autor, a boa-fé objetiva, a função social da propriedade, a dignidade da pessoa humana e a vedação ao abuso de direito são elementos indispensáveis para orientar a aplicação do Direito na sociedade atual.

Além da doutrina, a regulamentação administrativa também possui papel relevante na disciplina do uso de drones no Brasil. As normas elaboradas pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) e pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) estabelecem requisitos técnicos necessários para garantir a segurança das operações.

Contudo, essas regras administrativas não afastam a aplicação da Constituição Federal e do Código Civil quando o uso de drones resultar em violação de direitos fundamentais. O cumprimento das exigências técnicas não autoriza práticas que comprometam a privacidade, a propriedade ou a tranquilidade de terceiros.

Assim, a doutrina e a legislação demonstram que o uso de drones deve ser analisado de maneira ampla, considerando não apenas os aspectos técnicos da operação, mas também os princípios jurídicos que protegem a pessoa humana. A conciliação entre inovação tecnológica e proteção de direitos fundamentais representa o principal desafio para o Direito diante dessa nova realidade.

6 Conclusão

O avanço tecnológico e a expansão do uso de drones proporcionaram importantes benefícios para diversos setores da sociedade, como agricultura, engenharia, segurança, produção audiovisual e monitoramento ambiental. Essas aeronaves representam uma ferramenta de grande utilidade e demonstram como a inovação pode contribuir para o desenvolvimento econômico e social.

Entretanto, a popularização dos drones também trouxe novos desafios para o Direito Civil, especialmente em relação aos limites do direito de propriedade, às regras do Direito de Vizinhança, à proteção da privacidade e à responsabilidade civil decorrente do uso inadequado desses equipamentos.

A análise realizada demonstrou que o direito de propriedade, embora protegido pela Constituição Federal, não possui natureza absoluta. Seu exercício deve observar a função social da propriedade e respeitar os direitos fundamentais de outras pessoas. Dessa forma, o proprietário não possui domínio ilimitado sobre todo o espaço aéreo acima de seu imóvel, mas apenas sobre aquela parcela necessária ao exercício efetivo de seus poderes sobre a propriedade.

Nesse sentido, verificou-se que o simples sobrevoo de um drone sobre uma propriedade privada não caracteriza, por si só, uma conduta ilícita. O uso dessas aeronaves somente passa a representar uma violação jurídica quando ultrapassa os limites da razoabilidade e provoca prejuízos injustificados, como invasão da privacidade, interferência no uso regular da propriedade, perturbação do sossego ou riscos à segurança das pessoas.

A pesquisa também demonstrou que o Direito de Vizinhança possui papel fundamental na solução desses conflitos, pois estabelece limites ao exercício da propriedade e busca garantir uma convivência equilibrada entre os indivíduos. As normas previstas no Código Civil, especialmente os artigos 1.277, 1.229, 186, 187 e 927, oferecem mecanismos capazes de proteger os direitos daqueles que forem prejudicados pelo uso inadequado de drones.

A análise da doutrina de Maria Helena Diniz, Carlos Roberto Gonçalves, Cristiano Chaves de Farias, Nelson Rosenvald, Pablo Stolze Gagliano, Rodolfo Pamplona Filho e Flávio Tartuce evidencia que o desenvolvimento tecnológico deve ocorrer em harmonia com os valores constitucionais. O avanço da tecnologia não representa uma exceção às regras jurídicas, mas exige uma interpretação atualizada do Direito, capaz de acompanhar as transformações da sociedade.

Também foi possível observar que a regulamentação estabelecida pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) e pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) possui grande importância para garantir a segurança das operações. Contudo, essas normas administrativas não

afastam a aplicação do Código Civil e da Constituição Federal quando houver violação de direitos individuais.

Portanto, conclui-se que o ordenamento jurídico brasileiro possui instrumentos suficientes para enfrentar grande parte dos conflitos relacionados ao uso de drones sobre propriedades privadas. O desafio está em aplicar esses instrumentos de forma equilibrada, permitindo que a tecnologia continue evoluindo sem comprometer direitos fundamentais como a privacidade, a dignidade humana e a função social da propriedade.

Diante da constante evolução tecnológica, torna-se necessária a atualização permanente da legislação e da interpretação jurídica, garantindo que o desenvolvimento dos drones ocorra de maneira responsável, segura e compatível com os princípios que orientam o Estado Democrático de Direito.

Referências

BRASIL. Agência Nacional de Aviação Civil. **Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 100: requisitos gerais para aeronaves não tripuladas de uso civil.** Emenda nº 00. Brasília, DF: ANAC, 2026. Disponível em: https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal/2026/bps-v-21-no-24-15-a-19-06-2026/rbac-100-emd-00/visualizar_ato_normativo. Acesso em: 14 ago. 2026.

BRASIL. Agência Nacional de Telecomunicações. **Declaração de conformidade para uso próprio.** Brasília, DF: ANATEL, [s. d.]. Disponível em: https://www.gov.br/anatel/pt-br/regulado/certificacao-de-produtos/declaracao-de-conformidade. Acesso em: 14 ago. 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 ago. 2026.

BRASIL. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. **ICA 100-40: aeronaves não tripuladas e o acesso ao espaço aéreo brasileiro**. Rio de Janeiro: DECEA, 2026. Disponível em: https://publicacoes.decea.mil.br/publicacao/ICA-100-40. Acesso em: 14 ago. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 14 ago. 2026.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: direito das coisas**. 38. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil: reais**. 19. ed. Salvador: JusPodivm, 2023. v. 5.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: responsabilidade civil**. 22. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. v. 3.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: direito das coisas.** 22. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. v. 5.

TARTUCE, Flávio. **Manual de direito civil: volume único**. 14. ed. São Paulo: Método, 2024.

Capítulo 11

CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIAS BASEADAS EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: AUTONOMIA PRIVADA, BOA-FÉ E SEGURANÇA JURÍDICA À LUZ DO CÓDIGO CIVIL

Andrea Martins[1]
Marcia Helena Ribeiro Pereira Nunes[2]

1 Introdução

A incorporação da inteligência artificial (IA) aos processos de pesquisa, desenvolvimento e inovação modifica não apenas

1 Pesquisadora, Consultora Jurídica e Advogada. Com expertise em Propriedade Industrial. Especialista em Gestão de Projetos e Legal Master em Direito Digital, Inovação e Novas Tecnologias. Perita Judicial, Palestrante e Articulista. Possui experiência em pesquisa científica, produção acadêmica e participação em projetos e eventos científicos nacionais e internacionais. Sua trajetória articula prática jurídica, investigação científica e atuação institucional, destacando-se pela atuação na interface entre Direito Digital, Inovação, Tecnologia, Governança, Direito Ambiental e Sustentabilidade. É inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ). É associada à Associação Brasileira dos Agentes da Propriedade Industrial (ABAPI-BR) e da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI-BR). Agente da Propriedade Industrial junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI-BR). Investigadora do Global Comparative Law: Governance, Innovation and Sustainability (GGINNS-USA/ESP/BR) voltado ao estudo comparado das relações entre governança, inovação e sustentabilidade no Direito contemporâneo e Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Direito Ambiental Econômico e Direito de Energia em prol da Sustentabilidade da Região Norte do Brasil, com pesquisas voltadas às interfaces entre sustentabilidade, Direito Ambiental, desenvolvimento e regulação, vinculado à Universidade Federal de Roraima (UFRR-BR). E-mail: andreamartins.adv.br@gmail.com.

2 Juíza Federal, cargo em que atuou por maior tempo, tendo sido Juíza convocada no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com competência em matérias Previdenciárias, Penais e de Propriedade Industrial. Mestre em Direito Público, tendo sido Juíza da Justiça do Trabalho da 1ª Região, da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (desde o tempo do Estado da Guanabara). Ao longo de sua trajetória, participou de inúmeros processos de relevância, especialmente em questões penais, processuais e de propriedade industrial. Mesmo após sua aposentadoria, seu nome permanece registrado em documentos e decisões judiciais, refletindo a validade de sua contribuição para a vida jurídica do país. Revisora de textos jurídicos e Avaliadora. Investigadora do Grupo de Pesquisa GGINNS – Global Comparative Law: Governance, Innovation and Sustainability (GGINNS-USA/ESP/BR). E-mail: marciahelenanunes@gmail.com

a produção e utilização do conhecimento tecnológico, mas também as formas de identificação, proteção, negociação e transferência de tecnologias. Estudos recentes indicam que a IA já participa de atividades relacionadas à transferência de tecnologia, o que amplia a discussão sobre seu papel no ecossistema de inovação (Pires et al., 2026). Nesse contexto, torna-se relevante examinar as condições jurídicas para a circulação de tecnologias baseadas em IA entre instituições científicas, empresas e demais agentes envolvidos em sua exploração.

A transferência de uma tecnologia baseada em IA não se confunde necessariamente com a disponibilização de um programa de computador. Uma solução pode reunir software, documentação técnica, bases de dados, know-how, informações confidenciais, componentes de terceiros e outros elementos submetidos a regimes jurídicos distintos. A literatura brasileira já identificou dificuldades relacionadas à propriedade intelectual e à segurança jurídica em relações contratuais envolvendo software destinado à IA (Altavini et al., 2019). Estudos recentes também apontam que a rigidez contratual e a capacidade de absorção das empresas receptoras podem afetar a efetividade da transferência de tecnologias de IA (Rodrigues; Cervi; Bueno, 2026).

Essa composição heterogênea repercute diretamente sobre o objeto contratual. Não basta mencionar genericamente uma "tecnologia de IA": é necessário identificar os ativos abrangidos, sua titularidade, os direitos que podem ser concedidos e as limitações decorrentes de terceiros ou de relações anteriores. A Lei nº 9.609/1998 disciplina o licenciamento de programas de computador e os contratos de transferência de tecnologia, inclusive quanto à documentação necessária à absorção tecnológica; a Lei nº 10.973/2004, por sua vez, disciplina a atuação das ICTs e dos NITs na transferência e gestão de tecnologia (Brasil, 1998; Brasil, 2004).

O problema se torna mais complexo diante do caráter evolutivo de determinadas tecnologias de IA. Atualizações de modelos, componentes e funcionalidades podem ocorrer durante a execução contratual e, conforme sua relevância, repercutir sobre direitos, obrigações e riscos inicialmente pactuados. O desafio não consiste em afirmar que toda atualização produz novo objeto jurídico, mas em estabelecer critérios contratuais capazes de distinguir alterações ordinárias de modificações juridicamente relevantes.

É nesse ponto que o Direito Civil contratual assume papel central. Os arts. 113, 421, 421-A, 422 e 425 do Código Civil fornecem parâmetros para interpretação, liberdade contratual, função social, alocação de riscos,

boa-fé e contratos atípicos (Brasil, 2002). Tartuce (2025) e Gagliano e Pamplona Filho (2025) situam a autonomia privada dentro de uma teoria contratual que não a dissocia dos limites jurídicos, da boa-fé e da estrutura da relação contratual. Sustenta-se, neste artigo, que essa disciplina pode contribuir para organizar contratos de transferência tecnológica por meio da definição objetiva do objeto, da distribuição de riscos e da previsão de mecanismos de acompanhamento.

A discussão também se insere em um contexto de atualização legislativa do Direito Civil brasileiro e de crescente produção normativa sobre inteligência artificial, embora a presente pesquisa permaneça deliberadamente centrada no direito vigente, utilizando propostas legislativas apenas como elemento contextual.

A relevância também alcança as ICTs e seus NITs. A legislação lhes atribui funções relacionadas à proteção das criações, à transferência de tecnologia e à interação com o setor produtivo, enquanto a literatura aponta desafios de estrutura, capacitação, gestão e interação institucional (Ferreira; Ghesti; Braga, 2017; Hora et al., 2020; Lazzarin et al., 2024). Embora já existam estudos sobre IA e propriedade intelectual, gestão de ativos, NITs e transferência tecnológica, permanece menos explorada a articulação sistemática desses temas com a teoria geral dos contratos do Código Civil, especialmente quanto à autonomia privada, boa-fé, alocação de riscos e adaptação contratual.

Formula-se, assim, o seguinte problema: em que medida os princípios e regras da teoria geral dos contratos previstos no Código Civil brasileiro contribuem para estruturar relações juridicamente seguras de transferência de tecnologias baseadas em IA, considerando a composição heterogênea dos ativos, a eventual assimetria informacional e o caráter evolutivo dessas tecnologias? Parte-se da hipótese de que o ordenamento brasileiro oferece instrumentos jurídicos aptos, em princípio, a estruturar essas relações, mas sua aplicação fragmentada pode produzir zonas de incerteza. Sustenta-se, como construção analítica, que a segurança jurídica pode ser fortalecida pela articulação entre autonomia privada, boa-fé, propriedade intelectual, alocação de riscos e mecanismos contratuais de acompanhamento e adaptação.

O objetivo geral é analisar a contribuição do Direito Civil contratual para a estruturação juridicamente segura da transferência de tecnologias baseadas em IA. Especificamente, busca-se: identificar os elementos tecnológicos e jurídicos que podem compor o objeto; examinar

a incidência das regras contratuais sobre definição do objeto, riscos e adaptação; analisar confidencialidade, informação, capacidade de absorção e atuação dos NITs; e propor uma arquitetura de governança contratual aplicável a essas operações.

A pesquisa é qualitativa, aplicada, exploratória e analítica, com pesquisa bibliográfica, documental e jurídico-dogmática. O corpus normativo compreende o Código Civil, a Lei de Propriedade Industrial, a Lei de Software, o Marco Legal de CT&I e a LGPD. O corpus bibliográfico foi selecionado pela pertinência direta aos eixos IA, contratos, propriedade intelectual, transferência de tecnologia e NITs, distinguindo-se, ao longo da análise, o conteúdo efetivamente sustentado pelas fontes das inferências e proposições construídas pelo artigo.

2 Tecnologias baseadas em IA, propriedade intelectual e objeto contratual

"Tecnologia baseada em inteligência artificial" não corresponde a um regime jurídico único de propriedade intelectual. Uma solução pode combinar software, documentação técnica, bases de dados, informações confidenciais, know-how e componentes de terceiros, além de criações que, conforme o caso, estejam submetidas à propriedade industrial. A definição jurídica do objeto exige, portanto, identificar os elementos efetivamente transferidos e os direitos incidentes sobre cada um deles.

A Lei nº 9.609/1998 estabelece disciplina própria para programas de computador e prevê, nos contratos de transferência de tecnologia, a entrega de documentação técnica necessária à absorção tecnológica (Brasil, 1998). A Lei nº 9.279/1996, por sua vez, estabelece regimes próprios para os institutos da propriedade industrial, inclusive requisitos específicos para patentes (Brasil, 1996). Não é juridicamente adequado, portanto, afirmar de modo genérico que uma "tecnologia de IA" é patenteável ou que todos os seus componentes possuem o mesmo regime de proteção.

Essa distinção produz consequência contratual imediata. Tecnologia e direito sobre a tecnologia não são expressões equivalentes. O titular de um software pode licenciá-lo sem transferir sua titularidade; informações técnicas podem ser disponibilizadas sem cessão de direitos; e componentes de terceiros podem impor limites àquilo que o fornecedor está autorizado a conceder. A gestão dos ativos que antecede a transferência, nesse sentido,

constitui etapa relevante da negociação (Camargo; Gasparini; Froehlich, 2025).

Imagine-se uma ICT que licencie a uma empresa uma solução de IA composta por software, documentação, modelo treinado, componentes de terceiros e informações confidenciais. A expressão "licença da tecnologia de IA" não esclarece, por si só, quais elementos integram o objeto, quais direitos podem ser exercidos e quais permanecem restritos. Se o modelo for posteriormente atualizado e a nova versão alterar funcionalidades relevantes, será necessário verificar se a alteração está abrangida pelo objeto originalmente pactuado ou se exige nova disciplina.

O exemplo mostra que a definição do objeto não é meramente descritiva. Conforme a operação, é recomendável identificar tecnologia, componentes essenciais, versão ou configuração, direitos concedidos, elementos excluídos, restrições de terceiros e tratamento de alterações posteriores. A proposição de que essa precisão constitui uma primeira etapa da governança contratual é construção analítica deste estudo, fundada na articulação dos regimes jurídicos examinados.

3 Contratos de transferência de tecnologia à luz do Código Civil

A transferência de tecnologia pode assumir diferentes configurações, como licenciamento, cessão e combinações contratuais adequadas ao ativo e à finalidade da operação. O art. 425 do Código Civil admite contratos atípicos, desde que observadas as normas gerais. A atipicidade, portanto, não significa ausência de disciplina jurídica; permite às partes organizar obrigações específicas sem afastar normas especiais e limites do ordenamento (Brasil, 2002).

A autonomia privada constitui ponto de partida dessa organização, mas encontra limites na função social, na boa-fé e nas demais normas aplicáveis. O art. 421-A é particularmente relevante por admitir parâmetros objetivos de interpretação, revisão e resolução e determinar o respeito à alocação de riscos estabelecida pelas partes, preservando a excepcionalidade da revisão contratual (Brasil, 2002). Tartuce (2025) e Gagliano e Pamplona Filho (2025) permitem compreender essa autonomia como liberdade juridicamente conformada.

No contexto da IA, essa autonomia pode ser utilizada para delimitar objeto, modalidade de exploração, atualizações, responsabilidades e riscos. Trata-se de construção analítica do artigo a partir das regras do Código

Civil e das características das tecnologias estudadas. Se as partes sabem que haverá atualizações periódicas, podem definir previamente quais alterações integram a relação e quais dependerão de nova negociação. Uma cláusula de atualização previamente pactuada não se confunde, necessariamente, com revisão judicial extraordinária.

A boa-fé objetiva, prevista no art. 422, incide na conclusão e na execução do contrato e constitui parâmetro de conduta e interpretação (Brasil, 2002; Tartuce, 2025; Gagliano; Pamplona Filho, 2025). Sua importância pode crescer quando houver assimetria entre o conhecimento técnico do fornecedor e a capacidade do receptor. Essa assimetria, contudo, não deve ser presumida: depende das características concretas da relação. Quando existente, pode justificar maior precisão na documentação, nas declarações, garantias e comunicações contratuais. Essa conclusão é inferência analítica do estudo.

O art. 113 também reforça a necessidade de interpretar o negócio conforme a boa-fé e os usos pertinentes, considerados os critérios legais (Brasil, 2002). Em contratos tecnológicos, o contexto técnico e econômico pode ser relevante para delimitar o alcance das obrigações. Já a função social do contrato não autoriza intervenção genérica nem transforma toda transferência tecnológica em instrumento de interesse público; indica, antes, que a liberdade contratual deve ser exercida dentro dos limites jurídicos aplicáveis.

3.1 Confidencialidade, informação e boa-fé

A confidencialidade pode ser necessária desde a fase pré-contratual, quando informações técnicas são compartilhadas para viabilizar a negociação. Ela não se confunde com propriedade intelectual: informação confidencial e ativo protegido podem coexistir, mas possuem regimes jurídicos distintos. O instrumento de confidencialidade deve, portanto, preservar informação estratégica sem criar obrigações desconectadas do objeto negociado.

Em tecnologias de IA, documentação, arquitetura, dependências e limitações funcionais podem ser relevantes para a compreensão da operação. A due diligence tecnológica e jurídica pode verificar, conforme o risco, titularidade, direitos de terceiros, licenças, componentes, restrições e obrigações anteriores. A proposta de proporcionalidade dessa diligência é construção analítica do artigo.

3.2 Transferência, licenciamento e distribuição de riscos

A exploração econômica não implica necessariamente transferência de titularidade. Por isso, o instrumento deve, conforme o caso, delimitar objeto, finalidade, prazo, território, remuneração, exclusividade, sublicenciamento, confidencialidade, suporte, atualização, responsabilidades e encerramento. Em tecnologias de IA, cláusulas genéricas podem dificultar a determinação do alcance dos direitos concedidos.

A alocação de riscos prevista no art. 421-A pode funcionar como instrumento de planejamento contratual. Eventos como atualização, manutenção, indisponibilidade, componentes de terceiros e alterações relevantes podem receber tratamento prévio. A segurança jurídica não decorre de prever todas as situações futuras, mas de identificar eventos relevantes que possam ser antecipados e estabelecer critérios de resposta.

4 Governança, NITS e riscos jurídicos na transferência de tecnologias de IA

A transferência não se encerra com a assinatura. Atualizações, modificações e mudanças nas condições de exploração podem ocorrer durante a execução. Segurança jurídica, nesse cenário, não significa ausência de riscos, mas clareza suficiente sobre direitos, deveres, responsabilidades e procedimentos. Propõe-se organizar os riscos em três dimensões: titularidade e confidencialidade; dados, informação e capacidade de absorção; e evolução tecnológica. Essa divisão é construção analítica do artigo.

4.1 Titularidade, terceiros e confidencialidade

A existência de direitos sobre determinado software não significa que o mesmo titular possa autorizar todos os elementos incorporados à solução. Componentes de terceiros, licenças anteriores e obrigações de confidencialidade podem limitar a transferência. O acordo de confidencialidade pode atuar como instrumento de governança pré-contratual, enquanto a due diligence verifica, de modo proporcional ao risco, a disponibilidade jurídica e econômica dos ativos. A proposta decorre da articulação entre os problemas de gestão de ativos e as exigências de

segurança da contratação (Altavini et al., 2019; Camargo; Gasparini; Froehlich, 2025).

4.2 Dados, informação e capacidade de absorção

A LGPD poderá incidir quando houver tratamento de dados pessoais abrangido por seu regime, mas a utilização de IA, por si só, não determina sua incidência (Brasil, 2018). Propriedade intelectual, confidencialidade e proteção de dados são regimes distintos que podem coexistir. Também importa a capacidade de absorção: validade jurídica não garante capacidade técnica e organizacional para utilizar a tecnologia. A Lei nº 9.609/1998 relaciona a transferência de tecnologia de software à documentação necessária à absorção; com apoio nesse dado e na literatura recente, propõe-se considerar a capacidade de absorção na estruturação contratual de soluções de IA (Rodrigues; Cervi; Bueno, 2026).

4.3 Evolução tecnológica e segurança jurídica

O art. 421-A do Código Civil admite parâmetros objetivos e respeito à alocação de riscos, preservando a revisão excepcional (Brasil, 2002). Sustenta-se, como construção analítica, que a resposta mais adequada às alterações previsíveis não é a revisão automática, mas a definição prévia de critérios para distinguir atualizações ordinárias de modificações substanciais. O contrato pode prever comunicação, responsabilidades e procedimentos para nova negociação.

Essa governança depende também dos NITs. A legislação lhes atribui competências relacionadas à proteção de criações, transferência tecnológica e interação com o setor produtivo (Brasil, 2004; Brasil, 2016), enquanto estudos identificam desafios de estrutura, recursos, capacitação e gestão (Hora et al., 2020; Lazzarin et al., 2024). Infere-se que tecnologias de IA podem exigir maior articulação entre competências técnicas, jurídicas e negociais, sem ampliar artificialmente as atribuições legais dos NITs.

5 Arquitetura de governança contratual para a transferência de tecnologias baseadas em IA

Como construção analítica do estudo, propõe-se uma arquitetura de governança contratual em cinco etapas: identificar, proteger, avaliar, transferir e monitorar. A proposta não cria nova categoria contratual; organiza decisões que podem reduzir incertezas quando a operação

envolve diferentes ativos, direitos de terceiros, informações confidenciais e tecnologia sujeita a atualização.

Identificar significa delimitar componentes, titularidade, direitos e restrições. Proteger exige relacionar cada componente ao regime jurídico adequado. Avaliar envolve, conforme risco e complexidade, titularidade, terceiros, limitações, capacidade de absorção, dependências e condições de exploração. Transferir corresponde à formalização dos direitos e obrigações, respeitados os limites legais, a boa-fé e a função social. Monitorar significa acompanhar atualizações e acontecimentos relevantes, aplicando os mecanismos previamente definidos.

A estrutura é dinâmica: IDENTIFICAR → PROTEGER → AVALIAR → TRANSFERIR → MONITORAR → REAVALIAR. Seu valor está em aproximar, em uma sequência única, objeto tecnológico, proteção, riscos e acompanhamento. A proposta resulta da articulação crítica entre propriedade intelectual, normas de transferência de tecnologia, Código Civil e características das tecnologias de IA.

6 Considerações finais

A transferência de tecnologias baseadas em IA apresenta composição heterogênea, possíveis direitos de terceiros, assimetrias informacionais e evolução tecnológica que podem repercutir sobre a execução contratual. A análise demonstrou que essas particularidades não afastam os instrumentos do ordenamento brasileiro, mas exigem sua articulação.

O problema investigado foi verificar em que medida a teoria geral dos contratos do Código Civil contribui para a segurança jurídica dessas operações. A análise dos arts. 113, 421, 421-A, 422 e 425, em conjunto com a legislação de propriedade intelectual, software e inovação, permite sustentar que o Direito Civil oferece parâmetros para definição do objeto, interpretação, distribuição de riscos e organização das obrigações. Os resultados da análise oferecem respaldo à hipótese: os instrumentos existem, mas sua aplicação fragmentada pode produzir zonas de incerteza quando diferentes regimes e alterações tecnológicas incidem sobre a mesma operação.

A principal contribuição do artigo é a arquitetura IDENTIFICAR → PROTEGER → AVALIAR → TRANSFERIR → MONITORAR → REAVALIAR. Ela não pretende criar regra jurídica autônoma, mas organizar parâmetros já existentes em método aplicável às particularidades

da transferência de tecnologias de IA. Segurança jurídica, nesse sentido, não significa eliminar a incerteza da inovação, mas criar condições contratuais para identificá-la, distribuí-la e enfrentá-la.

Reconhece-se, por fim, a natureza predominantemente jurídico-dogmática da pesquisa. Não houve validação empírica por contratos concretos ou entrevistas com ICTs, empresas e NITs. Essa limitação delimita o alcance da proposta e abre espaço para estudos posteriores que testem sua aplicabilidade em diferentes modalidades de transferência tecnológica.

Referências

ALTAVINI, Nilza Maria Souza; GUMIEIRO, Daniela da Silva; PEREIRA, Flávia Oliveira; SARTORI, Rejane. A propriedade intelectual em uma relação contratual compreendendo inteligência artificial. *Cadernos de Prospecção*, Salvador, v. 12, n. 5, p. 1206-1219, 2019. DOI: https://doi.org/10.9771/cp.v12i5.33046. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/33046. Acesso em: 22 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm. Acesso em: 22 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9609.htm. Acesso em: 22 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 22 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Texto compilado. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm. Acesso em: 22 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímu-

los ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e outras leis. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm. Acesso em: 22 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 22 ago. 2026.

CAMARGO, Tainara Gabriele Brito Rodrigues de; GASPARINI, Liz Vanessa Lupi; FROEHLICH, Anderson Gheller. Gestão dos ativos de propriedade intelectual para transferência de tecnologia ao setor produtivo em escritório de inovação tecnológica. *Cadernos de Prospecção*, Salvador, v. 18, n. 3, p. 651-664, 2025. DOI: https://doi.org/10.9771/cp.v18i3.60934. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/60934. Acesso em: 22 ago. 2026.

FERREIRA, Camila Lisdalia Dantas; GHESTI, Grace Ferreira; BRAGA, Patricia Regina Sobral. Desafios para o processo de transferência de tecnologia na Universidade de Brasília. *Cadernos de Prospecção*, Salvador, v. 10, n. 3, p. 341-355, 2017. DOI: https://doi.org/10.9771/cp.v10i3.22148. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/22148. Acesso em: 22 ago. 2026.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo Mário Veiga. *Novo curso de direito civil, v. 4: contratos*. 8. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025.

HORA, Evelin Reis da; SOUZA, André Luís Rocha de; ARAÚJO, Márcio Luís Valença; LIMA, Ângela Maria Ferreira. Desafios na interação entre os Núcleos de Inovações Tecnológicas e o setor produtivo no Brasil: reflexões teóricas sobre a transferência de tecnologia. *Cadernos de Prospecção*, Salvador, v. 13, n. 5, p. 1306-1320, 2020. DOI: https://doi.org/10.9771/cp.v13i5.35320. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/35320. Acesso em: 22 ago. 2026.

LAZZARIN, Flávia Cristina; SANTOS JUNIOR, Elias Lira dos; COLLA, Eliane; SILVA-BUZANELLO, Rosana Aparecida da. Gestão da propriedade intelectual em Núcleos de Inovação Tecnológica de Instituições de Ensino Superior: cenário nacional. *Cadernos de Prospecção*, Salvador, v. 17, n. 2, p. 371-385, 2024. DOI: https://doi.org/10.9771/cp.v17i2.5 5781. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/

nit/article/view/55781. Acesso em: 22 ago. 2026.

PIRES, Maria Cristina Ferreira Silva; ABUD, Ana Karla de Souza; PAULINO, Juliana Cristina Pereira Lima; PIRES, Antônio Carlos Santos. A inteligência artificial como facilitadora do processo de transferências de tecnologias sustentáveis: uma scoping review. *Revista Tecnologia e Sociedade*, Curitiba, v. 22, n. 69, p. 271-287, 2026. DOI: https://doi.org/10.3895/rts.v22n69.20445. Disponível em: https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/20445. Acesso em: 22 ago. 2026.

RODRIGUES, Antonio Gabriel; CERVI, Carina Aparecida; BUENO, Miriam Pinheiro. Transferência de tecnologia de IA para micro e pequenas empresas: diretrizes práticas à luz do Marco Legal de CT&I. *Periódicos Brasil. Pesquisa Científica*, Macapá, v. 5, n. 5, p. 260-274, 2026. DOI: https://doi.org/10.36557/2674-9432.2 026v5n5p260-274. Disponível em: https://periodicosbrasil.emnuvens.com.br/revista/article/view/1278. Acesso em: 22 ago. 2026.

TARTUCE, Flávio. *Manual de direito civil: volume único*. 15. ed. Rio de Janeiro: Método, 2025. ISBN: 9788530995942.

Capítulo 12

A VULNERABILIDADE ALGORÍTMICA COMO PROPOSTA DOGMÁTICA PARA O DIREITO CIVIL

Ana Cristina Brandão Santiago Nascimento[1]
Carlos Augusto Tolomelli Malaquias[2]

1 Introdução

A transformação tecnológica experimentada pela sociedade contemporânea modificou profundamente a estrutura das relações privadas. A rápida expansão da internet, a consolidação das plataformas digitais, a popularização dos dispositivos móveis e a utilização crescente de sistemas automatizados fizeram com que parcela significativa das relações de consumo passasse a ocorrer em ambientes digitais

Essa transformação, entretanto, não se limita à substituição do espaço físico pelo ambiente virtual, alcançando a própria estrutura de poder existente entre consumidores e fornecedores. No modelo tradicional, o fornecedor detinha informações privilegiadas principalmente sobre o produto ou serviço oferecido, enquanto o consumidor encontrava-se em posição de desvantagem quanto às suas características técnicas, qualidade, preço, riscos e condições contratuais. A economia digital acrescentou nova camada a essa assimetria: o fornecedor passou a possuir não apenas informações sobre aquilo que comercializa, mas também sobre quem consome. Pesquisas, compras, avaliações, cliques, localização e demais

1 Advogada; Professora Universitária; Pós-Graduada em Direito Civil e Direito Processual Civil; Pós-Graduada em Relação Jurídica de Consumo; Pós-Graduada em Mediação e Conciliação de Conflitos; Conselheira Seccional da OAB/MG; Membro da Comissão Especial de Defesa do Consumidor do Conselho Federal da OAB; Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB/MG Subseção Juiz de Fora 2013/2018; Membro do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor – *BRASILCON*.

2 Mestre em Direito da Saúde: Dimensões Individuais e Coletivas na Universidade Santa Cecília – UNISANTA; Pós-Graduado em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas; Pós-Graduado em Direito Constitucional pelo Instituto Legale; Graduado em Direito na Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação – ESAMC Santos; Membro de Equipe de Licitações e Contratos em Unidade Militar do Exército Brasileiro.

interações digitais podem produzir informações capazes de revelar hábitos, desejos, necessidades e padrões de comportamento. O consumidor passa, assim, a ser simultaneamente destinatário da aquisição e fonte de informação econômica.

Os dados pessoais podem ser utilizados para construir perfis, realizar previsões e direcionar comportamentos, permitindo às plataformas identificar produtos de maior interesse, horários de compra, estímulos capazes de aumentar a probabilidade de aquisição e ofertas com maior potencial de conversão. Surge, portanto, uma assimetria que ultrapassa a tradicional desigualdade informacional: o fornecedor não apenas sabe mais sobre o produto, mas pode saber mais sobre o próprio consumidor. Essa realidade suscita importante problema para o Direito Civil contemporâneo. E é nesse contexto que o presente trabalho propõe a categoria da vulnerabilidade algorítmica, entendida como proposta dogmática destinada a identificar manifestação contemporânea da vulnerabilidade informacional.

2 A vulnerabilidade do consumidor como fundamento do direito do consumidor

A proteção do consumidor está fundada no reconhecimento de que as relações de mercado são marcadas por desigualdades estruturais. O modelo clássico de contratação, baseado na ideia de igualdade formal entre os sujeitos, mostrou-se insuficiente diante da massificação das relações econômicas. O fornecedor normalmente controla os meios de produção, distribuição, informação e comercialização. Por outro lado, o consumidor, ocupa posição final na cadeia econômica e depende das informações fornecidas pelo mercado para realizar suas escolhas. O Código de Defesa do Consumidor incorporou essa realidade ao estabelecer, em seu art. 4º, I, o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado.

A vulnerabilidade, portanto, constitui mais do que fundamento para determinada regra de proteção. É verdadeiro princípio estruturante do sistema consumerista. MARQUES, BENJAMIN e MIRAGEM (2021) destacam que a vulnerabilidade justifica a existência de um sistema jurídico específico para as relações de consumo, justamente porque a igualdade formal não corresponde à realidade econômica. Sendo assim, por que não considerar a vulnerabilidade como uma condição estrutural? Essa condição pode apresentar diferentes manifestações.

A vulnerabilidade técnica decorre do desconhecimento acerca do produto ou serviço. A jurídica está relacionada à dificuldade de compreensão das consequências jurídicas da contratação. A econômica decorre da desigualdade patrimonial ou estrutural. A informacional resulta da desigualdade no acesso e na compreensão das informações relevantes. Ao passo que a evolução tecnológica demonstra que a vulnerabilidade informacional precisa ser reinterpretada, uma vez que no ambiente digital, o problema não é apenas o consumidor possuir menos informação, mas sim o fornecedor possuir informações e detalhes sobre seus hábitos, desejos e necessidades.

Restando claro que o consumidor não possui dimensão e nem mesmo conhecimento das informações que os fornecedores podem possuir a seu respeito, transformando o contrato de aquisições extremamente favorável aos que detenham os dados algorítmicos, sendo essa diferença essencial atualmente.

Cumpre expor uma linha de raciocínio partindo da vulnerabilidade informacional à assimetria algorítmica, para melhor retratar a temática. Sendo que a vulnerabilidade informacional tradicionalmente reconhecida pelo Direito do Consumidor, na combinação do artigo 4º, inciso I (princípio da vulnerabilidade) com o artigo 6º, inciso III (direito básico à informação clara e adequada) da Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), parte de uma premissa relativamente simples: o fornecedor possui mais informações relevantes para a contratação do que o consumidor. E na economia de dados, essa premissa permanece válida, mas torna-se insuficiente.

O fornecedor pode conhecer: os produtos mais procurados pelo consumidor; seu histórico de compras; sua frequência de aquisição; sua faixa de gastos; seus horários de acesso; sua localização; suas referências sua reação a determinados anúncios; seus padrões de navegação. E além disso, sistemas automatizados podem produzir inferências que não foram fornecidas diretamente pelo consumidor. Essa capacidade de inferência representa elemento central da economia de dados.

DONEDA (2021) demonstra que a proteção de dados pessoais não pode ser limitada à proteção contra a divulgação de informações privadas. A questão envolve também os usos realizados a partir dos dados e as possibilidades de produção de novos conhecimentos sobre a pessoa. A informação, nesse contexto, deixa de ser mero objeto de proteção. E passa a constituir um valioso instrumento de poder.

O agente que controla os dados possui capacidade de produzir conhecimento sobre o comportamento do consumidor. Tal conhecimento pode ser utilizado economicamente. A assimetria, portanto, apresenta pelo menos três dimensões: a assimetria de acesso relacionada a quem é o possuidor dos dados; a assimetria de processamento que diz respeito a quem consegue transformar os dados em informações realmente úteis; e a assimetria de inferência que diz respeito a quem consegue produzir novos conteúdos relacionados ao público comprador. Por sua vez a vulnerabilidade algorítmica nasce da combinação dessas três dimensões, que refletem na economia de dados e na dupla dimensão do dado pessoal. A economia digital produz uma característica peculiar: o dado pessoal possui simultaneamente dimensão econômica e existencial.

Economicamente, os dados podem ser utilizados para: segmentação de mercado, publicidade, personalização, recomendação, análise de risco, prevenção de fraude, crédito, desenvolvimento de produtos. E existencialmente, os dados relacionam-se à personalidade do indivíduo. Eles podem revelar aspectos de sua vida, seus hábitos, suas referências e suas relações.

MENDES (2014) demonstra que a proteção de dados possui relação direta com a defesa do consumidor porque a utilização econômica das informações pessoais pode alterar significativamente a relação de poder entre consumidor e fornecedor.

BIONI (2021), ao tratar da proteção de dados e do consentimento, destaca a necessidade de compreender o titular não como simples objeto passivo do tratamento, mas como sujeito capaz de exercer controle sobre seus dados. Essa perspectiva é fundamental para a presente pesquisa.

O consumidor não entrega simplesmente uma mercadoria chamada "dado". Ele fornece informações relacionadas à própria personalidade. A utilização dessas informações para fins econômicos deve, portanto, respeitar limites jurídicos. E a questão não é impedir a utilização dos dados, mas sim, impedir que a dimensão econômica do dado elimine sua dimensão existencial.

3 A constitucionalização da proteção de dados pessoais

A proteção dos dados pessoais adquiriu *status* Constitucional antes mesmo da inclusão expressa do direito no art. 5º, da Constituição. No julgamento das ADIs 6387, 6388, 6389, 6390 e 6393, o STF suspendeu

a eficácia da Medida Provisória nº 954/2020, que determinava o compartilhamento de dados de usuários de serviços de telecomunicações com o IBGE, durante a pandemia de COVID-19.

A decisão reconheceu que informações relacionadas à identificação de pessoas naturais configuram dados pessoais e estão protegidas pelas cláusulas constitucionais relacionadas à liberdade individual, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade. O STF estabeleceu, assim, premissa fundamental: a proteção de dados não se reduz a questão de sigilo. A proteção envolve a própria legitimidade da coleta e do tratamento da informação. Em manifestação posterior sobre a matéria, o Supremo destacou a relação entre proteção de dados e autodeterminação informativa, ressaltando que a proteção constitucional não se esgota no modo de coleta ou no dever de sigilo, mas envolve a necessidade de justificar o acesso à informação e seu tratamento.

A Emenda Constitucional nº 115/2022 consolidou esse entendimento ao inserir no art. 5º, LXXIX, da Constituição Federal de 1988, o direito fundamental à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

A consequência dogmática é significativa. A relação de consumo baseada em dados passa a possuir uma dimensão constitucional. Não se trata apenas de proteger o consumidor como contratante, trata-se de proteger a pessoa enquanto titular de direitos fundamentais informacionais. Essa constitucionalização é um dos fundamentos para a construção da vulnerabilidade algorítmica. Restando clara a necessidade de traçar um diálogo entre a CF/88, Código de Defesa do Consumidor, Código Civil e LGPD.

Destarte, a compreensão da vulnerabilidade algorítmica exige superação de uma abordagem fragmentada. A Constituição estabelece os fundamentos, o Código de Defesa do Consumidor identifica a vulnerabilidade e disciplina a relação de consumo, a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD estabelece regras específicas para tratamento de dados e o Código Civil fornece instrumentos gerais para a disciplina das relações privadas.

O art. 2º, da Lei Geral de Proteção de Dados, é particularmente relevante porque inclui, entre seus fundamentos, a autodeterminação informativa, o desenvolvimento econômico e tecnológico, a inovação, a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor. Essa estrutura demonstra que o legislador procurou conciliar proteção e

desenvolvimento. A LGPD não constitui uma legislação antieconômica. Muito pelo contrário, estabelece condições jurídicas para que a economia de dados se desenvolva de maneira compatível com direitos fundamentais.

O direito fundamental à proteção de dados passa, assim, a produzir efeitos horizontais nas relações privadas. Para o Direito do Consumidor, a consequência é significativa, o consumidor não é protegido apenas porque integra uma relação contratual assimétrica ele é também titular de um direito fundamental. Essa dupla condição fortalece a necessidade de interpretação sistemática entre Código de Defesa do Consumidor e Lei Geral de Proteção de Dados.

A jurisprudência do STJ também oferece elementos importantes para a construção proposta. No REsp 2.1 18.911/SP, julgado pela Terceira Turma em outubro de 2025, a Corte examinou a divulgação de dados cadastrais pessoais por gestor de banco de dados. O Tribunal reconheceu a necessidade de autorização prévia para a divulgação e distinguiu a hipótese do *credit scoring*, reconhecendo, no caso concreto, violação à Lei Geral de Proteção de Dados e à legislação do cadastro positivo. O precedente é particularmente relevante porque demonstra que o tratamento de dados precisa ser analisado segundo sua finalidade jurídica específica, a simples existência de uma base de dados não autoriza utilização irrestrita.

Nesta senda, MIRAGEM (2024) destaca que, o Direito do Consumidor precisa acompanhar a transformação tecnológica sem perder seus fundamentos estruturais. O desafio está justamente em atualizar as categorias sem destruir sua coerência. Nesse diapasão, a vulnerabilidade algorítmica não substitui a vulnerabilidade tradicional. Ela representa uma especialização dogmática da vulnerabilidade informacional.

4 Vulnerabilidade algorítmica como proposta dogmática

A vulnerabilidade algorítmica pode ser entendida como a condição de inferioridade informacional, tecnológica e decisória do consumidor decorrente da assimetria entre a capacidade dos agentes econômicos de coletar, combinar, processar, inferir e utilizar dados pessoais e a capacidade do consumidor de compreender, controlar e contestar os mecanismos algorítmicos que influenciam sua experiência de consumo. A definição possui três premissas a primeira é que dados produzem poder, a segunda é que algoritmos transformam dados em conhecimento e a terceira é

que conhecimento assimetricamente distribuído pode produzir poder assimétrico.

O fornecedor não apenas sabe mais, ele pode utilizar aquilo que sabe para produzir determinado resultado. É justamente essa possibilidade de transformação do conhecimento em influência que diferencia a vulnerabilidade algorítmica da simples vulnerabilidade informacional.

Sugerindo, então, uma questão jurídica fundamental: O consumidor deve possuir controle apenas sobre os dados que forneceu ou também sobre as inferências relevantes produzidas a partir deles? A resposta, contudo, exige evolução da dogmática. A proteção de dados não pode ser reduzida à informação original quando o verdadeiro poder econômico está na capacidade de gerar conhecimento novo a partir dela.

Uma categoria dogmática juridicamente adequada precisa possuir limites. Não se pode afirmar que toda utilização de algoritmos constitui prática abusiva, isso seria incompatível com a própria estrutura econômica contemporânea, uma vez que os algoritmos podem reduzir custos, melhorar serviços, prevenir fraudes, recomendar produtos, facilitar pesquisas e decisões, bem como ampliar o leque opções.

O problema surge quando a assimetria tecnológica é utilizada de maneira incompatível com direitos e deveres jurídicos. A vulnerabilidade algorítmica deve, portanto, ser compreendida como categoria de qualificação da relação, e não como presunção automática de ilicitude. Essa distinção é fundamental para a segurança jurídica. A categoria identifica uma situação de poder assimétrico e a ilicitude dependerá da análise concreta.

A autonomia privada constitui um dos fundamentos do Direito Civil, o indivíduo possui liberdade para contratar e decidir. No ambiente digital, entretanto, a manifestação formal da vontade não esgota o problema. O processo de formação da vontade também pode ser relevante, uma vez que um consumidor pode clicar voluntariamente em "comprar". Mas sua experiência anterior pode ter sido cuidadosamente estruturada para aumentar a probabilidade de realização daquela compra. Restando evidente, então, uma distinção entre a liberdade formal de escolha e a autonomia material da decisão. A vulnerabilidade algorítmica não elimina a autonomia. Ela permite questionar em que medida essa autonomia está sendo exercida sob condições de assimetria informacional e comportamental.

BIONI (2021) contribui para essa discussão ao destacar a centralidade da autodeterminação informativa. O indivíduo deve

possuir condições de participar das decisões relacionadas ao fluxo de seus dados. A autonomia informacional, portanto, constitui uma dimensão contemporânea da autonomia privada.

Deve-se considerar também o dever de proteção, que o fornecedor deve adotar mecanismos razoáveis para evitar utilização indevida dos dados. Não devendo ser deixado de lado o dever de lealdade uma vez que, o fornecedor não deve utilizar informações de maneira incompatível com as expectativas legitimamente criadas. Outro ponto que merece atenção é o de que o fornecedor deve avaliar riscos decorrentes do tratamento antes de produzir consequências danosos, evidenciando o dever de prevenção.

Estes fatos culminam no dever de cooperação que poder ser exarado como a necessidade do fornecedor de possibilitar o exercício efetivo dos direitos do consumidor e do titular dos dados. A Lei Geral Proteção de Dados reforça essa construção ao estabelecer que o tratamento deve observar a boa-fé e princípios como finalidade, necessidade, transparência, segurança, prevenção e não discriminação. A boa-fé passa, portanto, a exercer uma função que pode ser denominada função de governança digital.

A proteção da confiança representa outra dimensão importante da proposta, o consumidor desenvolve expectativas a partir do contexto em que fornece seus dados e quando informa seu endereço para receber um produto, não necessariamente espera que essa informação seja utilizada para finalidades comerciais ilimitadas. Quando realiza uma compra, não necessariamente imagina que seu comportamento será incorporado a modelos destinados a prever outras características de sua personalidade.

SCHREIBER (2020) demonstra a importância da proteção da confiança no Direito Privado contemporâneo como instrumento de estabilização das expectativas legitimamente criadas. Na economia digital, essa confiança possui dimensão informacional, a relação entre consumidor e plataforma depende não apenas da confiança na entrega do produto, mas também depende da confiança na forma como informações pessoais serão utilizadas. E a violação dessa confiança pode constituir ilícito mesmo quando não ocorre exposição pública do dado. O problema pode estar na utilização incompatível com a finalidade ou expectativa legitimamente estabelecida.

A personalização pode produzir tratamentos diferentes entre consumidores, estes são inerentes ao mercado, contudo nem sempre ocorre de forma discriminatória. O problema surge quando critérios utilizados

para classificar consumidores produzem resultados incompatíveis com direitos fundamentais ou caracterizam exploração abusiva.

A Lei Geral de Proteção de Dados estabelece expressamente a não discriminação como princípio do tratamento de dados, a vulnerabilidade algorítmica permite aprofundar tal análise. Contudo, não se deve investigar apenas se houve tratamento diferenciado, é necessário atentar para qual foi o critério utilizado, quais dados foram submetidos à análise, quais inferências foram produzidas, qual foi o impacto, se o consumidor poderia compreender o tratamento e ainda se existia justificativa legítima. A discriminação algorítmica é particularmente complexa porque pode ocorrer sem intenção explícita. Um sistema pode reproduzir padrões discriminatórios presentes nos dados utilizados para sua construção e a responsabilidade jurídica deve, portanto, considerar não apenas a intenção, mas também os efeitos.

A arquitetura das plataformas também merece atenção. Os chamados *dark patterns* consistem em técnicas de design usadas em sites e aplicativos para manipular o usuário. Elas aproveitam falhas da mente humana para fazer você tomar decisões que ajudam a empresa, mas que você não faria por vontade própria, como comprar um seguro sem ver ou ter dificuldades para cancelar um serviço. Estas estratégias de design podem induzir ou dificultar determinadas escolhas.

Podemos citar como exemplos corriqueiros do dia a dia o cancelamento propositalmente mais complexo que contratação, o destaque artificial de determinada alternativa em detrimento de outra, a ocultação de informações, as indesejáveis mensagens de urgência, as viciosas opções pré-selecionadas e os custos apresentados apenas ao final da contratação.

A prática pode adquirir gravidade maior quando combinada com dados comportamentais. Imagine que a plataforma identifique que determinado consumidor responde particularmente a mensagens de escassez, a utilização dessa informação para intensificar mecanismos de urgência pode representar exploração personalizada de vulnerabilidade.

Essa vulnerabilidade algorítmica permite compreender a situação como resultado da combinação entre perfilização somada a arquitetura de escolha e também à influência comportamental. Nesta seara, o problema não está simplesmente na interface, mas está no uso assimétrico do conhecimento sobre o consumidor.

Para conferir utilidade prática à categoria, propõe-se a adoção de seis critérios que se iniciam com a intensidade da coleta onde quanto

maior o volume e a variedade dos dados utilizados, maior a possibilidade de assimetria. Em segundo plano a sensibilidade dos dados, considerando que dados sensíveis possuem potencial de lesão significativamente superior. Não negligenciando a capacidade de inferência que quanto maior a capacidade de produzir informações novas sobre o consumidor, maior a assimetria. Como quarto critério o grau de automatização onde decisões integralmente automatizadas demandam maior atenção à transparência e contestabilidade. Em quinto lugar o critério do impacto da decisão, onde decisões que afetam crédito, preço, acesso a serviços ou direitos relevantes possuem maior intensidade. E por último a capacidade de influência, quanto maior a possibilidade de utilização dos dados para alterar comportamentos, maior a necessidade de proteção.

A combinação desses fatores permite construir uma verdadeira matriz de vulnerabilidade algorítmica, de modo que a partir dos critérios supramencionados, é possível propor quatro níveis. Nível I — vulnerabilidade algorítmica reduzida, tratamento limitado, finalidade clara, baixo impacto e elevada transparência. Nível II — vulnerabilidade moderada, existência de perfilização e personalização relevantes, mas com impacto limitado. Nível III — vulnerabilidade elevada, tratamento intensivo, inferência comportamental, decisões automatizadas relevantes e baixa transparência. Nível IV — vulnerabilidade algorítmica qualificada, além dos elementos anteriores, verifica-se exploração de vulnerabilidades individuais, discriminação, manipulação ou impacto relevante sobre direitos da personalidade.

A proposta de gradação possui uma finalidade específica que é a de evitar que a vulnerabilidade algorítmica seja utilizada como conceito absoluto. Quanto maior a intensidade, maiores devem ser os deveres jurídicos exigidos do fornecedor.

5 Considerações finais

O ambiente digital alterou estruturalmente as relações de consumo. Essa realidade produz nova forma de assimetria, pois o fornecedor pode conhecer hábitos, referências e tendências do consumidor e utilizar sistemas automatizados para transformar esse conhecimento em estratégias comerciais, exigindo a atualização da categoria da vulnerabilidade.

O presente capítulo propôs a vulnerabilidade algorítmica como manifestação contemporânea e qualificada da vulnerabilidade

informacional, sem substituir as vulnerabilidades econômica, técnica, jurídica ou informacional. Trata-se de identificar situações em que a assimetria decorre da superioridade do fornecedor na capacidade de coletar, processar, inferir e utilizar informações sobre o consumidor. A proposta encontra fundamento constitucional na proteção dos dados pessoais como direito fundamental, reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal e consolidada pela EC nº 115/2022, bem como na Lei Geral de Proteção de Dados, que contempla a autodeterminação informativa, o desenvolvimento econômico e tecnológico, a livre iniciativa e a defesa do consumidor.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça demonstra que essas normas produzem consequências concretas nas relações privadas, especialmente quanto ao tratamento e compartilhamento de dados, devendo-se considerar sua finalidade, base jurídica e os deveres de informação e proteção. Ao mesmo tempo, a Corte diferencia tratamentos legítimos de situações efetivamente lesivas, afastando a ideia de que toda irregularidade relacionada a dados produza automaticamente dano moral. Esse equilíbrio é essencial à segurança jurídica: a vulnerabilidade algorítmica não representa sinônimo de ilicitude, mas categoria destinada a identificar assimetria qualificada de poder informacional, cuja intensidade deve orientar os deveres de transparência, proteção, prevenção e contestação.

A proteção da confiança, na perspectiva de Anderson Schreiber, tutela expectativas legítimas formadas no ambiente digital. Laura Schertel Mendes, Danilo Doneda e Bruno Bioni contribuem para compreender os dados como elementos relacionados à autonomia, personalidade e poder informacional, ao passo que Claudia Lima Marques e Bruno Miragem preservam o núcleo consumerista da proposta.

A principal contribuição dogmática do trabalho consiste, portanto, em deslocar a questão de como proteger os dados do consumidor para como limitar juridicamente o poder econômico produzido pelo conhecimento algorítmico sobre o consumidor. A vulnerabilidade algorítmica permite compreender que a economia de dados produz não apenas riscos de exposição ou vazamento, mas também assimetria de poder, sem que isso implique negar a inovação tecnológica.

O novo Direito Civil deve, assim, compatibilizar liberdade econômica, inovação e proteção dos direitos fundamentais. A vulnerabilidade algorítmica pode contribuir para esse equilíbrio ao funcionar como categoria intermediária entre a proteção abstrata dos

dados e a responsabilização por danos, permitindo reconhecer assimetrias relevantes e exigir comportamentos compatíveis com a proteção da confiança, a transparência e a prevenção. Na economia digital, proteger o consumidor significa, portanto, não apenas proteger aquele que compra, mas também proteger aquele sobre quem o mercado aprende.

Referências

BIONI, Bruno Ricardo. **Proteção de dados pessoais: a função e os limites do consentimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

DONEDA, Danilo. **Da privacidade à proteção de dados pessoais**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

MARQUES, Claudia Lima; BENJAMIN, Antonio Herman V.; MIRAGEM, Bruno. **Comentários ao Código de Defesa do Consumidor**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

MENDES, Laura Schertel. **Privacidade, proteção de dados e defesa do consumidor: linhas gerais de um novo direito fundamental**. São Paulo: Saraiva, 2014.

MIRAGEM, Bruno. **Curso de Direito do Consumidor**. 9. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2024.

SCHREIBER, Anderson. **Manual de Direito Civil contemporâneo**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

Capítulo 13

PERDA DO PODER FAMILIAR POR CONDENAÇÃO CRIMINAL: PROTEÇÃO INTEGRAL E IN(TER)DEPENDÊNCIA ENTRE AS ESFERAS CÍVEL E PENAL

Gabriel Henrique Fabris Petri[1]
Marcelo Paiva Santos Filho[2]

1 Introdução

A perda do poder familiar constitui uma das medidas mais gravosas do Direito de Família e do Direito da Criança e do Adolescente. Sua determinação atinge a esfera jurídica do adulto, mas também modifica, de maneira substancial, a existência da criança ou do adolescente que compõe o núcleo familiar, repercutindo em sua convivência, no cuidado, na representação, guarda, tutela, adoção e, até mesmo, em sua identidade. Por esse motivo, embora esteja prevista no Código Civil, sua compreensão não pode permanecer restrita à lógica patrimonial ou exclusivamente privatista das relações familiares.

Nesse contexto, a Lei nº 13.715/2018 alterou o Código Penal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código Civil para prever consequências drásticas em hipóteses de crimes dolosos sujeitos à pena de reclusão praticados contra filho, filha, outro descendente ou contra outrem igualmente titular do poder familiar. A alteração decorre de uma preocupação legítima, na medida em que busca impedir que aquele que pratica crime grave contra o próprio núcleo familiar permaneça exercendo, em seu seio, poderes parentais incompatíveis com a proteção da criança e do adolescente.

O problema, contudo, não será resolvido pela simples afirmação de que a condenação penal deve produzir efeitos no Direito de Família. A

1 Mestrando em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). E-mail: *ghfpetri@gmail.com*.

2 Mestrando em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). E-mail: *marcelopaivasf.adv@gmail.com*.

questão mais sensível consiste em compreender e definir de que modo isso deve ocorrer; qual é, de fato, o espaço decisório do juízo criminal; quais consequências permanecem submetidas ao juízo cível; e em que medida a destituição parental pode ser decretada sem que se esvazie o devido processo legal inerente às ações de perda do poder familiar.

A presente pesquisa investiga, portanto, se a condenação criminal, nos casos supracitados, autoriza uma perda automática do poder familiar, bem como de que forma a substituição, proposta pelo projeto de reforma do Código Civil, da expressão "poder familiar" para "autoridade parental" confirma ou contraria tal visão. A hipótese aventada é de que a sentença penal possui relevância qualificada quanto à gravidade do fato e sua aptidão para, em tese, produzir tal efeito. Todavia, ela não deve esgotar, *per se*, a decisão relativa ao núcleo familiar, sob pena de que seja deslocado o foco da proteção da criança para a ampliação da pena do condenado.

A pesquisa adota método dedutivo, com técnica bibliográfica e documental. Examina-se, inicialmente, a natureza do poder familiar à luz da Constituição, do Código Civil e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Em seguida, a arquitetura normativa da Lei nº 13.715/2018, especialmente a comunicação entre Código Civil, Estatuto da Criança e do Adolescente e Código Penal. Na sequência, discute-se a relação entre as esferas, com destaque para o devido processo e uma potencial usurpação da competência cível pelo juízo criminal. Por fim, aborda-se a reforma do Código Civil em tramitação, especialmente a proposta de substituição terminológica, a fim de verificar se tal alteração contribui para reforçar a compreensão protetiva do instituto.

2 Poder familiar e proteção integral

A expressão "poder familiar" ainda carrega, em sua formulação literal, uma tensão semântica que merece destaque. Embora o termo "poder" indique uma espécie de prerrogativa de domínio dos pais sobre os filhos, a ordem constitucional brasileira não mais admite essa leitura. A Constituição Federal de 1988 deslocou a criança e o adolescente para o centro da tutela jurídica, reconhecendo-os como sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento. O art. 227, nesse sentido, estabelece que família, sociedade e Estado possuem o dever de assegurar, com absoluta prioridade, direitos fundamentais à criança, ao adolescente e ao

jovem, colocando-os a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Essa formulação constitucional é um marco estruturante para o ordenamento jurídico brasileiro e, por conseguinte, para a presente análise. Com base em tal dispositivo, o poder familiar não deve ser compreendido como mero direito subjetivo dos pais, mas sim como um complexo de direitos e deveres relacionados, sobretudo, à proteção de seus filhos. O Estatuto da Criança e do Adolescente, ao tratar do tema, frisa que incumbe aos pais o dever de sustento, guarda, convivência, assistência material e afetiva e educação dos filhos, devendo tais obrigações ser exercidas no interesse da criança e do adolescente.

Dessa perspectiva decorre a qualificação da perda do poder familiar como medida protetiva, dirigida à situação da criança, ao invés de uma espécie de punição aplicável em face dos genitores. Concebida como pena, a destituição operaria em retrospectiva, ocupada em reprovar uma conduta pretérita do adulto. Concebida, por sua vez, como uma medida de proteção, passa a exigir verificação quanto ao vínculo parental e se este ainda comporta exercício seguro e sob quais condições.

Caminha e Cunha (2015, p. 71), ao analisarem sistematicamente a legislação brasileira sobre perda do poder familiar, ressaltam justamente o caráter excepcional da medida. A destituição não pode ser banalizada, pois interfere na estrutura jurídica de pertencimento da criança e do adolescente. Ainda que determinadas condutas parentais sejam graves, a resposta estatal precisa distinguir a punição do adulto e a definição do arranjo jurídico mais adequado à proteção da pessoa em desenvolvimento.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, em primeira análise, demonstra caminhar nessa direção ao exigir análise concreta, atual e contextualizada da situação familiar. A título de exemplo, em decisão publicada em 2024, a Terceira Turma restabeleceu o poder familiar de uma mãe porque a destituição havia sido fundamentada em fatos pretéritos que já não mais correspondiam à realidade. O relator, no caso, destacou a primazia da família natural, a excepcionalidade da colocação em família substituta e a necessidade de consideração da vontade dos filhos, quando possível, conforme o grau de desenvolvimento.

Esse ponto é relevante para esta pesquisa porque demonstra que a perda do poder familiar não deve decorrer de juízo meramente retrospectivo, ou seja, derivado de uma situação pretérita. Mesmo em hipóteses graves, impõe-se a análise concreta do contexto atual em que

a criança está inserida, dos riscos existentes, das (im)possibilidades de proteção, da eventual família extensa, da plausibilidade de aplicação de medidas menos drásticas e da consequência existencial da ruptura.

Todavia, em pesquisa empírica aprofundada sobre as deliberações desta mesma Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça no ano de 2022, apurou-se que, nos processos envolvendo família biológica, o afastamento foi deferido ou mantido em 93% dos casos, ao passo que, nos processos envolvendo família substituta, ainda que decorrentes de adoções realizadas à margem do cadastro, o afastamento se confirmou em apenas 37% (Da Mota; De Lima, 2025, p. 9). O quadro sugere que a exigência de análise atual e concreta, embora pacífica, opera de modo residual na prática decisória.

Portanto, antes de examinar a condenação criminal como fundamento para perda do poder familiar, é preciso fixar a premissa de que tal instituto possui uma função protetiva e sua perda está submetida a um regime de excepcionalidade. A condenação penal pode revelar situação de gravidade e antecipar restrições, sem alterar, contudo, sua natureza jurídica nem dispensar o juízo autônomo sobre a situação da criança, que jamais deve ser instrumentalizada como extensão da pena aplicada ao genitor.

3 A arquitetura normativa a partir da Lei nº 13.715/2018

A Lei nº 13.715/2018 interveio simultaneamente em três diplomas: Código Penal, Estatuto da Criança e do Adolescente e Código Civil. Sua ementa já evidencia o propósito legislativo ao dispor sobre hipóteses de perda do poder familiar pelo autor de determinados crimes contra outrem igualmente titular do mesmo poder ou contra filho, filha ou outro descendente.

No Código Penal, a lei alterou o art. 92, II, para prever como efeito da condenação a incapacidade para o exercício do poder familiar nos crimes dolosos sujeitos à pena de reclusão cometidos contra outro titular do mesmo poder, contra filho, filha, outro descendente, tutelado ou curatelado. No Estatuto da Criança e do Adolescente, alterou o art. 23, § 2º, para estabelecer que a condenação criminal do pai ou da mãe não implicará a destituição do poder familiar, exceto na hipótese de condenação por crime doloso sujeito à pena de reclusão contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar ou contra filho, filha ou outro descendente (Brasil, 1990). No Código Civil, acrescentou o parágrafo único ao art. 1.638,

prevendo a perda do poder familiar daquele que praticar determinados crimes contra outro titular do mesmo poder familiar ou contra filho, filha ou outro descendente.

A primeira observação necessária, contudo, é que a lei não fez uso da mesma linguagem nos três diplomas. O Código Penal fala em "incapacidade para o exercício" do poder familiar. Já o ECA dispõe sobre hipótese em que a condenação criminal pode implicar "destituição". O Código Civil, por sua vez, menciona uma perda do poder familiar por ato judicial, enumerando crimes específicos, como homicídio, feminicídio, lesão corporal grave ou seguida de morte em determinados contextos, estupro, estupro de vulnerável e outros crimes contra a dignidade sexual sujeitos à pena de reclusão.

Ocorre que "incapacidade para o exercício" tem natureza de efeito extrapenal da condenação, enquanto a perda do poder familiar, prevista no Código Civil e procedimentalizada pelo ECA, interfere diretamente no *status* jurídico familiar e no núcleo parental. Confundir essas categorias pode conduzir à conclusão precipitada de que toda sentença penal condenatória, nas hipóteses legais, teria aptidão para decretar, de forma até mesmo automática, a destituição do poder familiar.

É fato que a alteração normativa responde a uma questão social de inegável relevância. Morais e Leite (2019, p. 50), ao examinarem a violência contra a mulher, a criança e o adolescente como causa de perda do poder familiar, destacam a preocupação do legislador com a proteção de vítimas em situação de vulnerabilidade no âmbito familiar[1]. Não se está, aqui, a negar que essa preocupação é legítima e necessária. O que deve ser destacado, entretanto, é que a legitimidade da finalidade protetiva não dispensa a precisão quanto aos meios processuais utilizados e os fins pretendidos. A violência intrafamiliar pode e deve produzir consequências em âmbito cível, desde que construídas de modo compatível com os direitos e garantias fundamentais de todos os envolvidos, notadamente o devido processo e o melhor interesse da criança e do adolescente.

O próprio Código Civil mantém a expressão "perderá por ato judicial o poder familiar", tanto no caput do art. 1.638 quanto no parágrafo único. Como dito, a fórmula "por ato judicial" não deve ser lida como autorização genérica para que qualquer juízo decrete a referida

1 A discussão torna-se ainda mais atual diante da recente Lei nº 15.384/2026, que passou a prever a violência vicária entre as formas de violência doméstica e familiar, criou o tipo penal de vicaricídio e o incluiu no rol dos crimes hediondos, reforçando a relevância do debate sobre os efeitos familiares de crimes praticados no contexto da violência intrafamiliar.

consequência em âmbito familiar. Quando interpretada de forma sistêmica, conjuntamente com o ECA (especialmente em seu art. 24) a perda do poder familiar exige procedimento específico e contraditório nos casos previstos na legislação civil. Tal procedimento, frise-se, encontra-se previsto e disciplinado nos arts. 155 a 163 do ECA, artigos que dispõem, entre outros temas, sobre legitimidade ativa, citação, estudo social ou perícia por equipe multidisciplinar, oitiva dos pais, audiência e averbação da sentença.

O rito assim disciplinado indica o caráter constitutivo e existencial da destituição, não sendo um ato meramente declaratório que decorre de uma decisão tomada na esfera penal. Em outras palavras, o juízo criminal pode e deve apurar, com observância do contraditório e da ampla defesa, a existência do crime, sua autoria e a responsabilidade penal do acusado. Todavia, é fato que o processo penal não foi estruturado para resolver questões familiares decorrentes da condenação nele proferida.

Trata-se de uma questão de ordem estrutural, relativa ao *design* de um processo cujo objetivo é apuração da responsabilidade, ou não, sobre determinada conduta. O processo penal, cujo foco está na aplicação da sanção, não examina, em regra, a existência de família extensa, guarda, necessidade de visitação assistida, escuta da criança, adoção ou medidas de acompanhamento psicossocial.

A Lei nº 14.994/2024 tornou esse debate ainda mais sensível ao alterar, novamente, o art. 92 do Código Penal. A redação vigente passou a prever, em relação a crimes cometidos contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, a aplicação dos efeitos previstos nos incisos I e II do caput do art. 92, estabelecendo ainda, por meio do § 2º, III, hipóteses de automaticidade de tais consequências, as quais o § 1º submete à regra geral da não automaticidade.

De Oliveira (2025), contudo, resgata a distinção aqui anteriormente abordada entre incapacidade para o exercício do poder familiar e destituição propriamente dita, observando que o legislador penal não emprega, necessariamente, os termos "perda", "destituição" ou "extinção" do poder familiar quando trata dos efeitos do art. 92 do Código Penal.

Essa distinção, portanto, deve ser preservada. Quando o Código Penal fala em incapacidade, estabelece restrição jurídica intrinsecamente ligada à condenação e dela derivada. Já quando o Código Civil e o ECA tratam da perda ou suspensão do poder familiar, ingressam em campo próprio de tutela familiar e infantojuvenil. Em outras palavras, entendemos

que a automaticidade excepcional prevista no art. 92 do Código Penal recai sobre a incapacidade para o exercício descrita no seu inciso II, sem projetar-se sobre a perda prevista no art. 1.638 do Código Civil, cuja disciplina permanece submetida ao procedimento dos arts. 155 a 163 do Estatuto da Criança e do Adolescente. A comunicação entre essas esferas existe, mas não pode significar a transferência da competência jurisdicional de uma para a outra, sendo necessário observar o procedimento próprio previsto nos arts. 155 a 163 do Estatuto da Criança e do Adolescente, com contraditório, participação do Ministério Público, possibilidade de produção de prova, oitiva dos pais e análise concreta do melhor interesse da criança ou do adolescente.

4 A sentença penal e a in(ter)dependência entre as esferas

Sabe-se que a relação entre as jurisdições penal e cível é de independência relativa. O art. 935 do Código Civil consagra a autonomia da responsabilidade civil e, ao mesmo tempo, veda rediscutir a existência do fato e a autoria já decididas no criminal. Essa regra estabelece uma forma de vinculação limitada, de modo que a sentença penal possui força vinculante quanto à materialidade e à autoria, mas isso não acarreta resolução automática de todas as possíveis consequências de caráter cível.

Essa distinção é essencial para o problema aqui examinado. A condenação penal por crime doloso contra filho, descendente ou outro genitor pode constituir fundamento robusto para a perda do poder familiar. Em determinados casos, a gravidade da conduta praticamente inviabilizará a manutenção do vínculo parental em sua dimensão jurídica. É o que pode ocorrer, por exemplo, em crimes contra a dignidade sexual praticados contra o próprio filho, em homicídio ou feminicídio contra o outro genitor, ou em lesão grave praticada no contexto de violência doméstica e familiar. Nesses casos, a proteção integral da criança ou do adolescente pode exigir resposta rápida e firme, dificultando-se a possibilidade de afastamento da perda do poder em questão.

Todavia, mesmo nessas hipóteses, a finalidade da medida deve permanecer protetiva. A pergunta central para tal decisão não deve ser somente "o genitor merece perder o poder familiar?", mas "qual providência melhor protege a criança ou o adolescente diante da situação concreta?" Isso porque tal mudança altera todo o eixo da análise. A primeira formulação aproxima a perda do poder familiar de uma espécie

de pena acessória, enquanto a segunda a reconduz ao seu devido lugar, constitucionalmente adequado: instrumento excepcional de proteção da pessoa em desenvolvimento.

O risco de usurpação de competência pelo juízo criminal surge quando a sentença penal deixa de reconhecer apenas o efeito extrapenal legalmente previsto e passa a produzir, sem procedimento próprio, uma reorganização completa da situação familiar. Não se sustenta, aqui, que o juízo penal esteja impedido de aplicar o art. 92 do Código Penal. A lei expressamente prevê os efeitos decorrentes da condenação. O ponto é outro, relacionado à hermenêutica constitucional: tais efeitos devem ser interpretados nos limites de sua natureza penal e em diálogo com o sistema cível e a proteção infantojuvenil. A sentença penal não pode substituir o procedimento de destituição parental quando são necessárias deliberações próprias sobre guarda, família extensa, escuta da criança e família substituta.

O Estatuto da Criança e do Adolescente confirma essa exigência. O art. 24, como dito, prevê que a perda e a suspensão do poder familiar serão decretadas judicialmente com respeito ao contraditório. Os arts. 155 e seguintes disciplinam um procedimento próprio, no qual a atuação do Ministério Público, a produção de prova técnica, a oitiva dos pais e a análise por equipe multidisciplinar possuem função estruturante. O art. 163, por sua vez, estabelece o prazo máximo para o procedimento (120 dias) e que, havendo inviabilidade de manutenção do poder familiar, devem ser dirigidos esforços para preparar a criança ou o adolescente para colocação em família substituta.

O STJ, por meio do Informativo nº 679, ao tratar da ação de destituição do poder familiar[1], ressaltou que a consequência da sentença é drástica, inclusive porque a perda será averbada à margem do registro de nascimento da criança ou adolescente. Essa observação reforça a necessidade de rigor procedimental, especialmente quanto à citação e à efetividade do contraditório (Superior Tribunal de Justiça, 2020). Em outro precedente[2] veiculado no Informativo nº 624, a Corte destacou que o art. 24 do ECA exige procedimento contraditório para perda e suspensão do poder familiar, afirmando, de forma enfática, a impossibilidade de ampliação indevida de hipóteses de destituição sem observância da legalidade estrita e da disciplina processual própria (Superior Tribunal de Justiça, 2018).

1 REsp n. 1.819.860/SP, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 1/9/2020, DJe de 9/9/2020.

2 REsp n. 1.674.207/PR, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 17/4/2018, DJe de 24/4/2018.

A partir disso, é possível propor uma distinção útil. A sentença penal pode produzir efeitos vinculantes quanto ao crime, especialmente sobre autoria e materialidade. Pode também declarar, quando cabível, a incapacidade para o exercício do poder familiar. Mas a destituição parental em sentido pleno, com reorganização da situação jurídica da criança e do adolescente, deve permanecer submetida à lógica protetiva do sistema cível. A esfera criminal não deve absorver tal questão justamente porque o processo penal é orientado à responsabilização do réu, enquanto o procedimento de perda do poder familiar deve ser orientado à proteção da criança e do adolescente.

A eventual atuação do juízo criminal deve, portanto, ser limitada e comunicativa. Limitada, porque não pode produzir, sem instrução adequada, efeitos familiares para além daqueles previstos em lei. Comunicativa, porque deve informar os órgãos competentes sempre que a condenação revelar risco à criança ou adolescente. O que se propõe não é um isolamento entre as esferas, mas sua cooperação institucional. O inadequado, a nosso ver, seria a absorção da competência cível pelo sistema penal, cujo desenho diverge da lógica necessária para a decretação da medida.

Essa leitura afasta duas posições extremas e insuficientes. A primeira seria negar qualquer consequência familiar à condenação criminal, esvaziando a proteção de crianças e adolescentes em situações gravíssimas. A segunda seria admitir que a condenação penal, por si só, resolva todos os aspectos do poder familiar, dispensando contraditório específico e análise concreta da situação da criança. A condenação criminal é relevante, mas não pode substituir a decisão final do juízo cível, capaz de analisar todas as circunstâncias inerentes ao caso concreto no que tange à estrutura familiar.

5 Poder familiar ou autoridade parental?

A discussão ganha novos contornos diante da reforma do Código Civil em tramitação. O Projeto de Lei nº 4/2025, apresentado no Senado Federal, busca atualizar o Código Civil e a legislação correlata. Entre as alterações debatidas, destaca-se a substituição da expressão "poder familiar" por "autoridade parental", alteração que, em tese, busca atualizar a terminologia sem, necessariamente, modificar a essência dos deveres parentais.

A relevância de tal proposta não se esgota na terminologia. "Autoridade parental" traduz a natureza funcional do instituto, porque afasta a ideia de domínio e aproxima o exercício parental de uma responsabilidade voltada à proteção, cuidado e desenvolvimento dos filhos. Nesse sentido, De Souza e Berlini (2018, p. 68), por exemplo, sustentam que, após 1988, não é cabível falar em poder dos pais sobre os filhos, mas em direitos e deveres voltados ao livre desenvolvimento da personalidade, e que tampouco se justificaria o termo "familiar", uma vez que os titulares são o pai e a mãe.

Fisciletti e Martins (2026, p. 314), ao analisarem a realidade digital hodierna, ainda pontuam que a "autoridade parental" constitui exercício de cuidado, sem configurar autorização para instrumentalizar a identidade da criança, hipótese em que se caracterizaria abuso de direito por excesso aos limites da boa-fé e da função social do instituto, nos termos do art. 187 do Código Civil.

Dessa forma, a alteração pode, de fato, contribuir para uma leitura menos relacionada à dominação (poder) nas relações familiares. No entanto, por si só, não resolve o problema aqui examinado. O desafio está, na realidade, em delimitar, com maior precisão, a relação entre condenação criminal, incapacidade para exercício da autoridade parental e perda ou destituição dessa autoridade. Se a reforma alterar a terminologia, mas não enfrentar os limites entre sentença penal e procedimento cível/infantojuvenil, permanecerá a tensão interpretativa, com uma oscilação entre a racionalidade punitiva, atenta aos efeitos da condenação, e a racionalidade protetiva, voltada à situação da criança.

A proteção integral exige que essa segunda lógica prevaleça quando estiver em jogo a reorganização da vida familiar da criança. Isso não significa ignorar a condenação penal. Pelo contrário, crimes graves contra filho, descendente ou outro genitor devem ser considerados com máxima seriedade. O que se sustenta é tão somente que a condenação penal não pode transformar a criança em objeto de um efeito automático da pena, por força, inclusive, do direito fundamental à intranscendência da pena, insculpido no art. 5º, XLV, da Constituição Federal. Em outras palavras, a criança e o adolescente não são instrumentos para o agravamento da punição do adulto. São sujeitos de direitos, cuja situação demanda análise própria voltada – "com absoluta prioridade", nos termos do art. 227 do texto constitucional – ao seu melhor interesse e à sua proteção.

Do mesmo modo, o devido processo também não pode ser compreendido apenas como garantia do genitor condenado. No contexto da perda do poder familiar, ele protege igualmente a criança e o adolescente. Um procedimento contraditório, com prova técnica, participação do Ministério Público, escuta da criança e análise da família extensa, não serve apenas para resguardar o direito de defesa do adulto. Serve, sobretudo, para evitar decisões reducionistas, que rompam vínculos ou reorganizem famílias sem compreensão suficiente da realidade dos envolvidos.

Essa dimensão é particularmente importante em crimes praticados contra o outro genitor. É evidente que o homicídio, feminicídio ou crime sexual contra o pai ou a mãe da criança pode revelar a incompatibilidade do autor com o exercício da autoridade parental. Contudo, em outros casos, a criança pode não estar inserida em rede familiar extensa, sem a presença de avós, tios, irmãos, vínculos afetivos e, além disso, possuir necessidades específicas. A sentença penal, por óbvio, não tende a examinar essas variáveis. Logo, embora possa justificar a imediata restrição do poder, não dispensa a atuação do juízo competente para definição das consequências familiares de caráter definitivo.

O mesmo raciocínio se aplica aos crimes praticados contra o próprio filho ou descendente. Nesses casos, a tendência à perda do poder familiar será ainda mais intensa, sobretudo em hipóteses de violência sexual, homicídio tentado ou consumado e lesões graves. Ainda assim, a decisão jamais pode ser reduzida à fórmula "houve condenação, logo perde-se o poder familiar". A condenação, como dito alhures, responde à pretensão punitiva estatal. A proteção integral exige outros questionamentos: a criança está segura? Há alguém apto ao cuidado? Há família extensa? Há necessidade de acompanhamento? A criança foi ouvida? Que medidas foram adotadas para reduzir novas violências e preservar vínculos saudáveis? O resultado, ao fim, pode até ser o mesmo: a destituição do poder familiar. O caminho para isso, contudo, deve ser trilhado da forma constitucionalmente adequada.

A reforma do Código Civil, portanto, representa oportunidade para aperfeiçoamento dogmático. A adoção da expressão "autoridade parental" deve vir acompanhada de interpretação sistemática que explicite sua natureza de função protetiva. Contudo, seria primordial que o sistema distinguisse com maior clareza: *a)* a incapacidade para o exercício da autoridade parental como efeito da sentença penal; *b)* a suspensão do exercício parental como medida protetiva urgente; *c)* a perda ou destituição

da autoridade parental como decisão cível/infantojuvenil em caráter definitivo, submetida a procedimento próprio; e *d)* as consequências práticas relativas à guarda, convivência, adoção, tutela e registro.

Sem essa distinção, a alteração terminológica tende a ser insuficiente. O Direito deixaria de falar em "poder", o que é um avanço, mas continuaria permitindo uma interpretação (a nosso ver, inadequada) de que sua "perda" deve ser tratada como consequência acessória da punição, tornando a criança ou o adolescente em meio para outra finalidade: agravamento da sanção aplicada – e, em razão disso, ferindo a própria dignidade do menor em questão, sob uma perspectiva *kantiana*[1] (Kant, 2017, p. 413). Logo, o problema não reside no nome do instituto, mas na racionalidade que orienta sua aplicação. A autoridade parental deve existir, sobretudo, em favor da criança, não contra ela; e sua perda deve ser decretada para a proteção integral, não como forma de ampliação do poder punitivo.

6 Considerações finais

A perda do poder familiar por condenação criminal situa-se em zona sensível de intersecção entre Direito Civil, Direito de Família, Direito da Criança e do Adolescente e Direito Penal. A Lei nº 13.715/2018 teve mérito ao reconhecer que crimes graves praticados contra filho, descendente ou outro titular do poder familiar podem tornar incompatível a permanência do agressor no exercício de funções parentais. A proteção integral exige que o sistema jurídico responda de modo firme a essas situações.

Todavia, a resposta não pode ser construída de forma apressada ou mesmo automática. A sentença penal condenatória vincula o juízo cível quanto à existência do fato e à autoria, nos limites do art. 935 do Código Civil e dos arts. 63 e 65 do Código de Processo Penal. Fora desse perímetro não há vinculação necessária. Restrições imediatas, medidas protetivas de urgência e os efeitos extrapenais previstos em lei podem ser determinados desde logo, sem que a decisão sobre a perda do poder familiar reste exaurida. Desse modo, o juízo criminal não pode esgotar, *per se*, a decisão sobre a perda do poder familiar em sentido pleno, sobretudo por se tratar de reorganização da vida familiar da criança, definição de

1 Aqui, remete-se à visão de Kant no sentido de que "a humanidade é ela própria uma dignidade; pois que o homem não pode ser utilizado meramente como meio por outro homem (nem por outros, nem sequer por si mesmo), tendo de ser sempre utilizado como fim e nisto consiste, precisamente, a sua dignidade (a personalidade) […]".

guarda, convivência, família extensa, adoção, tutela ou acompanhamento psicossocial.

A distinção entre incapacidade para o exercício do poder familiar, prevista no Código Penal, e perda do poder familiar por ato judicial, prevista no Código Civil e procedimentalizada pelo ECA, nesse sentido, é fundamental. O processo penal, em essência, é estruturado para apurar responsabilidade. O procedimento de perda ou suspensão do poder familiar é estruturado para proteger a criança e o adolescente em sua realidade concreta. A comunicação entre as esferas é necessária, mas sua confusão compromete simultaneamente a garantia do acusado e a proteção da criança.

O risco de usurpação de competência pelo juízo criminal não decorre da aplicação do art. 92 do Código Penal em si, mas da extrapolação de seus efeitos. Quando a sentença penal passa a versar, sem procedimento próprio, sobre questões familiares, desloca-se o centro decisório da proteção integral para a lógica punitiva. A criança deixa de ser tratada como sujeito de direitos e passa a figurar como instrumento de ampliação da pena. Torna-se meio para outro fim, o agravamento da sanção aplicada.

A reforma do Código Civil em tramitação, ao propor a substituição de "poder familiar" por "autoridade parental", pode contribuir para reforçar a natureza funcional e protetiva do instituto, bem como melhor representar a dinâmica da relação familiar, deixando de lado a carga de dominação inerente à expressão que vige atualmente. Entretanto, essa mudança será insuficiente se não vier acompanhada de compreensão sistemática sobre os limites da sentença penal e a necessidade de devido processo específico para as consequências familiares mais graves.

Conclui-se, portanto, que a condenação criminal pode constituir pressuposto relevante, e, em diversas hipóteses, determinante, para a perda do poder familiar. Sua qualificação como simples efeito penal reflexo, porém, não se sustenta. Em um Estado Democrático de Direito, notadamente direcionado pelo ideal de proteção integral da criança e adolescente, exige-se o procedimento adequado, contraditório efetivo, fundamentação específica, exame da situação familiar e observância dos limites de competência, com preservação da distinção entre a incapacidade declarada na sentença penal e a destituição decretada pelo juízo da infância e juventude. A pena pode alcançar o condenado; a proteção, todavia, deve alcançar, antes de tudo, a criança.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Brasília, DF: Presidência da República, 1940.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil**. Brasília, DF: Presidência da República, 2002.

BRASIL. Lei nº 13.715, de 24 de setembro de 2018. **Altera o Código Penal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código Civil, para dispor sobre hipóteses de perda do poder familiar**. Brasília, DF: Presidência da República, 2018.

BRASIL. Lei nº 14.994, de 9 de outubro de 2024. **Altera o Código Penal e outras leis para tornar o feminicídio crime autônomo e estabelecer medidas destinadas a prevenir e coibir a violência contra a mulher**. Brasília, DF: Presidência da República, 2024.

BRASIL. Lei nº 15.384, de 9 de abril de 2026. **Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prever a violência vicária entre as formas de violência doméstica e familiar, criar o tipo penal do vicaricídio e incluí-lo no rol dos crimes hediondos**. Brasília, DF: Presidência da República, 2026.

BRASIL. Projeto de Lei nº 4, de 2025. **Dispõe sobre a atualização da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil, e da legislação correlata**. Brasília, DF: Senado Federal, 2025.

CAMINHA, Anelize Pantaleão Puccini; CUNHA, Leandro Reinaldo da. A perda do poder familiar no Direito brasileiro: uma análise sistemática da legislação vigente. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, Porto Alegre, n. 33, p. 55-84, 2015. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/revfacdir/article/view/69154. Acesso em: 2 ago. 2026.

DA MOTA, Isabely Fontana; DE LIMA, Jordana Maria Ferreira. Acesso à Justiça e melhor interesse da criança nas decisões da Terceira Turma do STJ envolvendo destituição do poder familiar. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 21, e2502, 2025. DOI: 10.1590/2317-6172202502. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/revdireitogv/article/view/93221. Acesso

em: 6 ago. 2026.

DE OLIVEIRA, Carlos Eduardo Elias. **Crime de gênero contra a mulher: perda de função pública e destituição do poder familiar, da tutela ou da curatela à luz do Pacote Antifeminicídio (Lei nº 14.994/2024)**. IBDFAM, Belo Horizonte, 31 jan. 2025. Disponível em: https://ibdfam.org.br/artigos/2262/. Acesso em: 4 ago. 2026.

DE SOUZA, Iara Antunes; BERLINI, Luciana Fernandes. Autoridade parental e Lei da Palmada. **Revista Brasileira de Direito Civil**, *[S. l.]*, v. 17, p. 65, 2018. Disponível em: https://rbdcivil.ibdcivil.org.br/rbdc/article/view/271. Acesso em: 6 ago. 2026.

FISCILETTI, Rossana; MARTINS, Andrea. ECA Digital, infância algorítmica e corresponsabilidade estrutural: a reconfiguração dos deveres parentais e estatais no Direito Civil. *In*: ELIEZER, Cristina Rezende; CHAI, Cássius Guimarães; NASCIMENTO, Ana Cristina Brandão Santiago; RIBEIRO, Alexandre Gonçalves (org.). **Do velho ao novo civil: transição & permanência**: das relações de consumo aos aspectos da vida privada. Santo Ângelo: Ilustração, 2026. p. 309-322. (Coleção Direito Civil em Movimento, v. 1).

KANT, Immanuel. **A metafísica dos costumes**. Tradução, apresentação e notas de José Lamego. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2017.

MORAIS, Ana Radig Denne Lobão; LEITE, Naiara Cristina Costa da Silva. A violência contra a mulher, a criança e o adolescente como causa da perda do poder familiar à luz da Lei nº 13.715/2018. **Revista de Direito de Família e Sucessão**, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 38-55, 2019. Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/direitofamilia/article/view/5948. Acesso em: 4 ago. 2026.

SENADO FEDERAL. **Reforma do Código Civil: entenda o que está em debate e fuja das fake news**. Senado Notícias, Brasília, DF, 7 nov. 2025. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/11/07/reforma-do-codigo-civil-entenda-o-que-esta-em-debate-e-fuja-das-fake-news. Acesso em: 4 ago. 2026.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Informativo de Jurisprudência nº 624**. Brasília, DF: STJ, 18 maio 2018. Disponível em: https://processo.stj.jus.br/jurisprudencia/externo/informativo/. Acesso em: 4 ago. 2026.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Informativo de Jurisprudência nº 679**. Brasília, DF: STJ, 9 out. 2020. Disponível em: https://scon.

stj.jus.br/jurisprudencia/externo/informativo/. Acesso em: 4 ago. 2026.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Destituição do poder familiar exige análise da situação atual da família**. Brasília, DF: STJ, 4 out. 2024. Disponível em: https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2024/04102024-Destituicao-do-poder-familiar-exige-analise-da-situacao-atual-da-familia.aspx. Acesso em: 4 ago. 2026.

Capítulo 14

DIREITO FUNDAMENTAL À INFORMAÇÃO E SEGURANÇA JURÍDICA: OS LIMITES DA CRIAÇÃO JUDICIAL DE OBRIGAÇÕES DE ROTULAGEM NO RESP 1.605.489/SP

Ana Júlia Alcântara de Souza Pinheiro[1]

1 Introdução

O REsp 1.605.489/SP originou-se a partir da ação civil pública proposta pela Associação Nacional de Defesa da Cidadania e do Consumidor (ANADEC) contra a Vinícola Perini Ltda. A controvérsia surgiu porque os rótulos dos vinhos não apresentavam informações sobre quantidade de sódio e valor energético (calorias).

O Tribunal de Justiça de São Paulo havia reformado a sentença de improcedência e entendido que essas informações deveriam constar dos rótulos, fundamentando-se no dever de informação clara e precisa ao consumidor, decorrente da Constituição e do Código de Defesa do Consumidor. A vinícola interpôs recurso especial ao STJ e o julgamento ocorreu em 4 de outubro de 2016, pela Terceira Turma, sob relatoria do Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, por unanimidade.

Diante disso, o objetivo geral desta pesquisa é investigar os limites da atuação jurisdicional no que tange ao direito fundamental de informação, inerente às relações de consumo, verificando de que forma o STJ, ao julgar o REsp 1.605.489/SP, assegurou segurança jurídica ao sopesar a aplicabilidade do princípio da especialidade e do direito fundamental à informação.

Nesse contexto, a temática mostra-se relevante, pois visa trabalhar a segurança jurídica a partir dos limites de uma decisão judicial,

1 Bacharel em Direito pela Universidade de Itaúna. Especialista em Processo Constitucional pela FAPAM-Pará de Minas/MG. Mestre em Proteção dos Direitos Fundamentais pela Universidade de Itaúna. Pós-graduanda em Ciências Penais pela PUC Minas. Assistente de Gabinete do Juizado Especial da Comarca de Itaúna/MG. Endereço eletrônico: ana_julia_al@outlook.com.

observando-se duas regras jurídicas constitucionalmente relevantes: de um lado a proteção do direito fundamental à informação, inerente às relações consumeristas, e de outro lado o princípio da especialidade que também assegura, neste caso, o da legalidade e o da ordem econômica.

Para tanto, por meio do subcapítulo 2.1 busca-se construir uma análise crítica-jurídica dos fundamentos utilizados para o julgamento do REsp 1.605.489/SP, a partir da legislação brasileira e dos regulamentos específicos.

No subcapítulo 2.2 estuda-se os limites da intervenção judicial quanto à concretização do direito fundamental à informação a partir do método da proporcionalidade, submetendo o REsp 1.605.489/SP a esse método e às limitações do direito fundamental à informação.

Quanto ao marco teórico, a presente pesquisa fez uso de princípios constitucionais, do ramo do Direito do Consumidor e do Direito Administrativo regulatório, bem como de método de interpretação do Direito a partir dos ensinamentos de Ronald Dworkin e Robert Alexy.

Diante disso, o objeto de pesquisa foi delimitado a partir da seguinte pergunta-problema: o direito fundamental à informação poderia justificar a criação judicial de uma obrigação de rotulagem, a qual não consta em lei e regulamentos específicos?

Aprioristicamente, constata-se que o consumidor é pessoa hipossuficiente, vulnerável frente à relação consumerista, devendo ele ter acesso a todas as informações dispensáveis à fabricação do produto consumido, em atenção ao direito fundamental de informação.

Por fim, a pesquisa adotou abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, mediante pesquisa bibliográfica e documental. Foram analisados livros e estudos doutrinários, bem como fontes normativas e jurisprudenciais, incluindo a Constituição Federal, o Código de Defesa do Consumidor, leis, decretos, resoluções, instruções normativas e o Recurso Especial nº 1.605.489/SP.

2 Desenvolvimento

2.1 Análise jurídica dos fundamentos utilizados para o julgamento do REsp 1.605.489/SP

A Associação Nacional de Defesa da Cidadania e do Consumidor (ANADEC), tratando-se atualmente de associação extinta em razão de

decisão proferida nos autos de nº 0046316-74.2010.8.26.0114, propôs ação coletiva em face da Vinícola Perini LTDA (autos nº 00204065-02.2 010.8.26.0100). Apontou violação aos artigos 6º, inciso III, e 31 do CDC, com fundamento na ausência de informações essenciais, tais como calorias e quantidade de sódio que possuem, argumentando que deveriam constar dos rótulos das bebidas alcóolicas comercializadas pela requerida.

Tais dispositivos legais preveem que são direitos básicos do consumidor, sendo itens indispensáveis à oferta e apresentação do produto, a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos, devendo conter indicação do preço, prazos de validade, origem, quantidade, características, composição, qualidade, tributos e riscos que apresentem à saúde e segurança dos consumidores.

ANADEC, num primeiro momento, sustentou que a ANVISA não regulamenta a rotulagem de bebidas alcoólicas, fato que enseja a aplicação das normas previstas no CDC. Além disso, argumentou que falta informação sobre a composição do vinho produzido pela Vinícola Perini, o que dá causa à propaganda enganosa, nos termos do Art. 37 do CDC[1]. Diante do exposto, requereu a condenação da vinícola em obrigação de fazer, com pena de multa, consistente na elaboração de rótulos contendo informações sobre quantidade de sódio e de caloria contidos nos produtos comercializados.

O Ministério Público, na condição de *custos legis,* opinou pelo julgamento improcedente da ação coletiva, sob o argumento de que cabe a ANVISA fiscalizar a comercialização, considerando que a informação complementar pretendida pode se mostrar excessiva, haja vista as outras informações que já constam do rótulo.

Os pedidos formulados pela ANADEC foram julgados improcedentes pela 14ª Vara Cível da Comarca de São Paulo/SP, com fundamento no entendimento de que a rotulagem atende às normas administrativas impostas pelos órgãos de fiscalização governamental. Indica

1 Art. 37. É proibida toda publicidade enganosa ou abusiva. § 1º É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços.§2º É abusiva, dentre outras a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeita valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança. § 3º Para os efeitos deste código, a publicidade é enganosa por omissão quando deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço.

que a documentação apresentada pela vinícola demonstra que os rótulos utilizados foram submetidos à avaliação do Ministério da Agricultura e atendem aos padrões estabelecidos. Ressaltou que, de acordo com normas administrativas editadas pelo MAPA (Ministério da Agricultura e Pecuária), aquelas de nº 55/2002 e 54/2009, não se exige indicação da quantidade de sódio e de calorias.

As instruções normativas do MAPA, as quais foram indicadas acima, estabelecem procedimentos de verificação dos padrões de identidade e qualidade do vinho e derivados da uva, bem como aprovam o regulamento que prevê os critérios de indicação da denominação do produto na rotulagem de bebidas, vinhos e derivados. Ambas as instruções não possuem um dispositivo em que, expressamente, dispensem a indicação de sódio e calorias nos vinhos e demais produtos derivados da uva, mas, por indicarem determinadas informações obrigatórias e não fazerem menção ao sódio e calorias, considerou-se no julgamento a ausência de previsão normativa nesse sentido.

Em recurso, o TJSP, em atenção aos artigos 6º, inciso III, Art. 7º, *caput,* do CDC, e Art. 37, §1º, da CF/88, reformou a sentença, sob o argumento de que lei federal específica e decreto regulamentador não podem isentar um fabricante de cumprir com uma norma constitucional e com uma norma consumerista, sobretudo quando o tema se relacionar com a saúde, por tratar-se de bem constitucionalmente protegido.

Ressalta-se que o Art. 6º, inciso III, do CDC prevê que as informações sobre as especificidades dos produtos tratam-se de direito básico do consumidor, assim como o disposto no Art. 7º do mesmo diploma legal, o qual disciplina que as normas consumeristas não excluem outras previstas em diferentes leis, decretos, regulamentos, tratados, podendo se valer de costumes e de analogia para resolução de conflitos dessa natureza. Por isso, utilizando-se de uma norma de natureza administrativa, aquela prevista no Art. 37, §1º da CF/88, se vale do entendimento de que programas, atos, obras, serviços e companhas deverão ter caráter informativo, educativo ou de orientação social.

Inconformada, a vinícola em questão interpôs recurso especial (REsp 1.605.489 – SP), argumentando que os rótulos foram submetidos ao crivo do MAPA, não havendo em suas instruções normativas exigência quanto à indicação de quantidade de sódio e de calorias. Acrescentou não haver legislação pátria que faça tal exigência, cabendo ao Estado o exercício do poder de polícia sanitária. Considerou também que as bebidas

alcóolicas são excluídas pela ANVISA no que diz respeito ao Regulamento RDC nº 360/2003 que trata sobre rotulagem de alimentos.

Sobre o regulamento supramencionado, sua edição se deu com o objetivo de harmonizar questões relacionadas à rotulagem nutricional de alimentos embalados às exigências do Mercosul para facilitar a compreensão do consumidor quanto às propriedades nutricionais dos alimentos, contribuir para as estratégias e políticas de saúde dos países e facilitar a livre circulação dos produtos. Tal regulamento exige a indicação do valor energético dos produtos, incluindo a especificação do sódio, mas exclui de tal normativa, nos termos do tópico 1, as bebidas alcoólicas.

Diante disso, o STJ, sobre a violação do Art. 2º da Lei nº 8.918/1994[1], pontou que a regulação que cabe ao Estado em fiscalizar a comercialização ou a publicidade de bebidas alcoólicas encontra limites na livre concorrência e nos possíveis impactos que novas exigências refletem nas empresas e na livre economia de mercado. Entendeu que a informação decorre de comando legal e, considerando que a legislação retira a obrigatoriedade da indicação dos ingredientes nutricionais no caso do vinho, deve ser considerado o princípio da especialidade, devendo ser afastada a aplicação do CDC.

Indicou que a Lei nº 8.918/1994, em seu Art. 2º, prevê que compete ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento o registro, padronização, classificação, inspeção e fiscalização da produção e do comércio de bebidas. Já o Decreto nº 6.871/2009, que regulamentava referida lei, em seu Art. 1º, parágrafo único[2], já revogado, determinava a sujeição do registro, padronização, classificação, inspeção, fiscalização e o comércio de bebidas à Lei nº 8.918/1994, excluindo os vinhos, o vinagre, o suco de uva e as bebidas alcoólicas derivadas da uva e do vinho.

O Decreto nº 6.871/2009, que regulamentava a Lei nº 8.918/1994, estabelecia expressamente, em seu Art. 1º, parágrafo único, que os vinhos, o vinagre, o suco de uva e as bebidas alcoólicas derivadas da uva e do vinho estavam excluídos de seu âmbito de aplicação. Já o Decreto nº 12.709/2025, ao revogar o Decreto nº 6.871/2009 e o Decreto nº 8.198/2014, passou

1 Art. 2º O registro, a padronização, a classificação e, ainda, a inspeção e a fiscalização da produção e do comércio de bebidas, em relação aos seus aspectos tecnológicos, competem ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ou órgão estadual competente credenciado por esse Ministério, na forma do regulamento.

2 Art. 1**o** O registro, a padronização, a classificação, a inspeção e a fiscalização da produção e do comércio de bebidas obedecerão às normas fixadas pela Lei n**o** 8.918, de 14 de julho de 1994, e pelo disposto neste Regulamento. Parágrafo único. Excluem-se deste Regulamento os vinhos, o vinagre, o suco de uva e as bebidas alcoólicas derivadas da uva e do vinho.

a regulamentar conjuntamente as Leis nº 8.918/1994 e nº 7.678/1988 e não reproduziu a mesma cláusula de exclusão. Essa alteração, contudo, não significa que o novo decreto tenha, por si só, instituído a obrigatoriedade de declaração de calorias e sódio nos rótulos de vinhos e bebidas derivadas da uva.

Isso porque o Decreto nº 12.709/2025 não estabelece, de forma detalhada, uma tabela de informações obrigatórias no rótulo dos vinhos e derivados da uva e do vinho. Quando trata a respeito de bebidas que contenham vinho ou sejam derivadas da uva, preocupa-se principalmente com a identidade e denominação do produto, evitando que uma bebida que apenas contenha vinho seja apresentada como se fosse propriamente vinho (Art. 112[1]). Além disso, no Art. 238[2], por exemplo, remete diversas questões técnicas para atos normativos complementares do MAPA.

Por isso, o STJ entendeu que a exigência de informações nutricionais deva ser analisada à luz da legislação sanitária específica sobre rotulagem nutricional, especialmente da RDC nº 429/2020 e da IN nº 75/2020 da ANVISA[3], que estabelecem regras próprias para bebidas alcoólicas. Assim, a mera ausência, no Decreto nº 12.709/2025, da antiga cláusula de exclusão não constitui fundamento suficiente para concluir pela obrigatoriedade de declaração de sódio e calorias nos rótulos desses produtos, sendo necessário verificar se a norma sanitária específica efetivamente alcança a categoria do produto em questão.

Registra-se que a Lei 7.678/1988 dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho e, sobre o rótulo, em seu Art. 2º-A, §4º[4], dispõe que deverão constar como informações

1 Art. 112. A bebida que contenha vinho ou derivado da uva e do vinho como ingrediente não poderá usar, no rótulo ou marca comercial, expressões que a caracterizem como vinho ou derivado da uva e do vinho, ressalvadas as previstas na denominação e na lista de ingredientes, de acordo com as disposições estabelecidas em ato normativo complementar editado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária.

2 Art. 238. O Ministério da Agricultura e Pecuária expedirá atos normativos complementares necessários à execução deste Decreto.

3 Conforme o **Art. 8º, § 3º, da RDC nº 429/2020**, no caso das bebidas alcoólicas, as informações da tabela nutricional podem ser declaradas por 100 ml ou por porção. Por sua vez, o **item 4 do Anexo I da IN nº 75/2020** estabelece que a declaração da tabela de informação nutricional é voluntária para bebidas alcoólicas. Caso o fabricante opte por sua declaração, a ANVISA admite a apresentação da tabela completa ou, alternativamente, apenas do valor energético.

4 Art. 2º-A. O vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural é a bebida elaborada de acordo com as características culturais, históricas e sociais da vitivinicultura desenvolvida por aquele que atenda às condições da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, observados os requisitos e limites estabelecidos nesta Lei. § 4º Deverão constar do rótulo do vinho de que trata o caput deste artigo: I - a denominação de "vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural", "vinho colonial" ou "produto colonial"; II - a

obrigatórias a denominação de "vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural", "vinho colonial" ou "produto colonial"; a indicação do agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, com endereço do imóvel rural onde foi produzido; o número da Declaração de Aptidão ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP fornecida por entidade autorizada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA; outras informações exigidas ou autorizadas nesta Lei e em seus regulamentos.

Por isso, o STJ julgou no sentido de que a legislação supramencionada não obriga a vinícola requerida a inserir nos rótulos das bebidas que comercializa (vinhos) informações acerca da quantidade de sódio ou de calorias contida no produto. Ainda corroborou tal normativa à Resolução RDC nº 360/2003, de autoria da ANVISA, regulamentadora da Lei nº 6.437/1977, tornando obrigatória a rotulagem nutricional de alimentos embalados e comercializados nos países integrantes do Mercosul, excluindo do seu âmbito de aplicação as bebidas alcoólicas, situação que se assemelha ao caso dos vinhos.

Portanto, o STJ, no julgamento, ressaltou que o consumidor, ao adquirir o produto, já possui informação completa e adequada exigida por lei específica, sob o fundamento de que o vinho difere dos outros produtos, ao passo que inexiste fórmula certa e por possuir características próprias que dificultam a informação nutricional, pois dependem do tempo de armazenagem e de condições da natureza, fazendo que cada vinho, ainda que da mesma safra e mesmo lote, se diferencie do outro, não sendo razoável, aos olhos do julgador, exigir extensa análise e pesquisa de cada barril.

Diante do exposto, o STJ julgou pelo provimento do recurso especial para afastar a obrigatoriedade de constar a quantidade de sódio e calorias nos rótulos dos vinhos comercializados pela vinícola requerida.

A Corte entendeu, em síntese, que não havia previsão legal específica impondo essas informações aos produtores de vinho; a regulamentação específica da matéria deveria ser observada; o princípio da especialidade afastava, naquele caso, a aplicação genérica do CDC; a rotulagem utilizada pela vinícola estava de acordo com as normas administrativas aplicáveis;

---

indicação do agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, com endereço do imóvel rural onde foi produzido; III - o número da Declaração de Aptidão ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP fornecida por entidade autorizada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA; IV - outras informações exigidas ou autorizadas nesta Lei e em seus regulamentos.

não caberia ao Poder Judiciário substituir o legislador e criar uma nova obrigação regulatória.

Pela análise dos fundamentos utilizados tanto pelas partes, quanto pelo Poder Judiciário, percebe-se que o próprio STJ reconheceu a importância de o Estado proteger a saúde dos consumidores, mas ponderou que a regulação também encontra limites na livre concorrência e nos impactos econômicos das novas exigências. Existe, portanto, um confronto entre dois princípios, quais sejam: direito fundamental à informação e princípio da especialidade.

Considerando a seguinte pergunta-problema, a qual permeia a presente pesquisa: *"se existe uma norma setorial que não exige determinada informação, o Judiciário pode impor essa obrigação com fundamento nos princípios constitucionais de proteção do consumidor?",* cabe verificar se os critérios utilizados pelo STJ são suficientes para estabelecer um limite previsível à intervenção judicial.

2.2 Os limites da intervenção judicial quanto à concretização do direito fundamental à informação a partir do método da proporcionalidade

A construção deste tópico da pesquisa se baseará na seguinte pergunta: o direito fundamental à informação, previsto no CDC, poderia justificar a criação judicial de uma obrigação de rotulagem?

Para tanto é preciso, primeiro, compreender o conflito entre regras e princípios que permeou a questão fática posta nesta pesquisa como objeto de investigação. Percebe-se, portanto, que há um conflito entre o direito à informação, também considerado pelo ordenamento jurídico como um princípio, e o princípio da especialidade.

Isso porque, de um lado, há entendimento de que lei federal específica e decreto regulamentador não podem isentar um fabricante de cumprir com uma norma constitucional e com uma norma consumerista, sobretudo quando o tema se relacionar com a saúde, por tratar-se de bem constitucionalmente protegido, bem como de que, com base em norma consumerista de que trata sobre a informação como direito básico, a falta de informação sobre a composição do vinho produzido pela Vinícola Perini dá causa à propaganda enganosa.

De outro lado, o entendimento de que não há previsão legal específica impondo essas informações aos produtores de vinho, devendo, portanto, ser observada a regulamentação específica da matéria, a qual, com base no princípio da especialidade, afasta, neste caso, a aplicação genérica do CDC, não cabendo ao Poder Judiciário substituir o legislador e criar uma nova obrigação regulatória.

É possível afirmar que a atribuição de força normativa dada aos princípios tem a Constituição Federal de 1988, no âmbito do ordenamento jurídico brasileiro, o seu berço. Ali os princípios deixaram de ser meras figuras de integração normativa, passando a assumir a categoria de normas jurídicas.

Ronald Dworkin, sobre o assunto, nega a afirmação de que o Direito é constituído somente por regras, passando a considerar que os princípios possuem dignidade normativa. Isso se dá porque, em Dworkin, o princípio prescreve um direito. Ao reconhecer essa premissa, tira a legitimidade da ideia de que o Juiz, diante de uma lacuna, poderá agir discricionariamente. Ou seja, os princípios passam a ser provedores de soluções para os litígios.[1]

No que diz respeito especificamente aos modos de aplicação dos princípios, sendo uma espécie normativa, e em como proceder em caso de um conflito, Robert Alexy nos ensina que os princípios possuem uma dimensão de peso, sobretudo diante dos casos de colisão, em que se exige a aplicação do mecanismo da proporcionalidade.[2]

Desse modo, diante de uma colisão entre princípios, a não aplicação de um princípio não causa a sua invalidação, mas apenas faz com que o outro princípio, o qual será aplicado, tenha maior peso relativo diante daquele caso concreto. Assim, é imperioso afirmar que nenhum princípio goza de primazia sobre os outros princípios. [3]

É o que se denota diante do HC 82.4 24/RS, o qual consolidou o entendimento de que a liberdade de expressão encontra limite quando seu exercício ultrapassa a manifestação de ideias e passa a constituir instrumento de discriminação, inferiorização ou incitação ao ódio contra

1 Pedron, Flávio Quinaud; Ommati, José Emílio Medauar. Teorias contemporâneas do direito: análise crítica das principais teorias jurídicas da atualidade. Belo Horizonte: Conhecimento Editora, 2022, p. 47-49.

2 Pedron, Flávio Quinaud; Ommati, José Emílio Medauar. Teorias contemporâneas do direito: análise crítica das principais teorias jurídicas da atualidade. Belo Horizonte: Conhecimento Editora, 2022, p. 52.

3 Pedron, Flávio Quinaud; Ommati, José Emílio Medauar. Teorias contemporâneas do direito: análise crítica das principais teorias jurídicas da atualidade. Belo Horizonte: Conhecimento Editora, 2022, p. 53.

determinado grupo, pois nenhum direito fundamental pode ser utilizado para violar a dignidade e a igualdade de outras pessoas, mas em nenhum momento desconsiderou o valor do princípio não aplicado àquele caso concreto (liberdade de expressão).

Além desse caso, também se pode mencionar o julgado objeto desta pesquisa (REsp 1.605.489/SP), já que o STJ, ao apreciar a matéria e considerar o princípio da especialidade para a solução da controvérsia, não deixou de lado a importância de o Estado proteger a saúde dos consumidores.

Portanto, aplicar o mecanismo da proporcionalidade faz com que seja alcançada uma decisão judicial dotada de racionalidade. Esse mecanismo possui sub-regras, as quais dividem-se em adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito.[1]

Quanto à adequação, importa o meio pelo qual o objetivo é fomentado, independentemente da sua realização, de modo que uma medida se torna inadequada se o percurso para a sua realização deixar de a fomentar. Ou seja, a adequação trabalha a ideia do exame absoluto do ato.[2]

Já a necessidade diz respeito à ideia de que o direito fundamental aplicado ao caso concreto deve ser o menos gravoso para atingir determinado objetivo. Assim, um ato que limita um direito fundamental somente será considerado necessário se não houver outro meio menos gravoso para a aplicação do direito.[3]

A proporcionalidade em sentido estrito, a qual trabalha a ideia do custo-benefício, visa analisar a intensidade da restrição sofrida por um direito fundamental a partir da aplicação de outro direito fundamental colidente, a qual ensejará uma medida restritiva.[4]

Ou seja, utilizando-se do mecanismo da proporcionalidade, basta que os motivos que ensejem a restrição ao direito fundamental atingido

---

1 Pedron, Flávio Quinaud; Ommati, José Emílio Medauar. Teorias contemporâneas do direito: análise crítica das principais teorias jurídicas da atualidade. Belo Horizonte: Conhecimento Editora, 2022, p. 56.

2 Pedron, Flávio Quinaud; Ommati, José Emílio Medauar. Teorias contemporâneas do direito: análise crítica das principais teorias jurídicas da atualidade. Belo Horizonte: Conhecimento Editora, 2022, p. 56-57.

3 Pedron, Flávio Quinaud; Ommati, José Emílio Medauar. Teorias contemporâneas do direito: análise crítica das principais teorias jurídicas da atualidade. Belo Horizonte: Conhecimento Editora, 2022, p. 57.

4 Pedron, Flávio Quinaud; Ommati, José Emílio Medauar. Teorias contemporâneas do direito: análise crítica das principais teorias jurídicas da atualidade. Belo Horizonte: Conhecimento Editora, 2022, p. 57-58.

tenham peso justificável. É o que se exige do magistrado a partir do Art. 8º do CPC/15[5].

Aplicando essa metodologia científica ao caso do REsp 1.605.489/SP, tem-se que a prevalência do princípio da especialidade pode ser defendida mediante a aplicação do princípio da proporcionalidade.

Quanto à adequação, a aplicação da legislação específica dos vinhos mostra-se adequada para preservar um regime jurídico próprio, considerando as características particulares desses produtos e a existência de normas específicas de produção, fiscalização e rotulagem.

No que tange à necessidade, a observância da norma especial constitui medida menos gravosa do que a criação, pelo Poder Judiciário, de uma obrigação de rotulagem não prevista expressamente pelo legislador, pois a imposição de informações sobre calorias e sódio, sem previsão na legislação específica, significaria substituir a escolha do legislador e dos órgãos reguladores por uma determinação judicial.

Quanto à proporcionalidade em sentido estrito, deve-se ponderar o direito do consumidor à informação e a necessidade de preservação da segurança jurídica e da coerência do sistema regulatório. Isso porque, apesar de a informação sobre o conteúdo nutricional atender ao interesse do consumidor, esse interesse não é suficiente, por si só, para afastar a legislação especial e criar uma obrigação inexistente no ordenamento jurídico.

Nesse sentido, a prevalência da norma específica não elimina o direito à informação, mas estabelece os limites dentro dos quais esse direito deva ser concretizado.

Por fim, uma importante análise que deve ser feita diz respeito ao direito fundamental à informação, o qual encontra-se previsto no Art. 5º, inciso XIV da CF/88 e compreende o direito de transmitir uma informação e o direito de recebê-la.[6]

Contudo, para o exercício desse direito é preciso observar três limites essenciais, quais sejam: veracidade, relevância pública e forma adequada de transmissão. Ou seja, deve ser cuidadosamente verificado se a informação é verossímil; a informação deve ser de interesse geral ou

5 Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.

6 Novelino, Marcelo. Direito constitucional. 3. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2009, p. 417.

relevante para a formação da opinião pública; e a informação deve ser útil para formar a opinião pública, não podendo se estender ou se valer para atribuir ofensas ou xingamentos.[1]

No caso do REsp nº 1.605.489/SP, a análise do direito à informação deve considerar, além de sua importância para a formação consciente da vontade do consumidor, a necessidade de que as informações disponibilizadas sejam verdadeiras, relevantes e efetivamente úteis à sua tomada de decisão. Essa exigência assume particular importância no caso dos vinhos e dos demais produtos derivados da uva, cuja composição decorre de um processo biológico de fermentação e pode sofrer influência de fatores como a variedade da uva, as condições de cultivo, o grau de maturação e as técnicas empregadas na vinificação.

Nesse contexto, a imposição de informações nutricionais padronizadas, como calorias e sódio, deve ser capaz de assegurar a veracidade, a precisão e a utilidade da informação apresentada ao consumidor, pois a mera disponibilização de um dado não atende ao direito fundamental à informação quando não houver segurança quanto à sua correspondência com as características efetivas do produto, como é o caso do vinho e dos demais produtos derivados da uva que sofrem variação em seus dados nutricionais a depender de vários fatores que não se limitam ao processo de produção.

Assim, a disciplina específica dos vinhos não representa restrição ao direito à informação, mas mecanismo destinado a assegurar que as informações exigidas sejam adequadas, confiáveis e realmente úteis à formação da decisão do consumidor.

3 Considerações finais

A presente pesquisa serviu para instrumento científico para responder à seguinte pergunta: se existe uma norma setorial que não exige determinada informação, o Judiciário pode impor essa obrigação com fundamento nos princípios constitucionais de proteção do consumidor?

A partir da investigação realizada, conclui-se que a existência de uma norma setorial que não exige determinada informação impede, em regra, que o Poder Judiciário crie, por decisão judicial, uma obrigação de rotulagem não prevista pelo legislador ou pelo órgão regulador competente.

1 Novelino, Marcelo. Direito constitucional. 3. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2009, p. 418.

Assim, diante da inexistência de previsão legal específica que obrigasse os produtores de vinho a informar calorias e sódio nos rótulos, a aplicação do princípio da especialidade mostra-se adequada, necessária e proporcional, preservando tanto a proteção do consumidor quanto a segurança jurídica e a competência do legislador para estabelecer as exigências de rotulagem. Isso porque o direito à informação do consumidor não poderia, isoladamente, fundamentar a imposição da indicação de calorias e sódio nos rótulos dos vinhos, diante da existência de regulamentação específica que não previa tais informações.

Além disso, a imposição de informações nutricionais padronizadas, como calorias e sódio, deve ser capaz de assegurar a veracidade, a precisão e a utilidade da informação apresentada ao consumidor, pois a mera disponibilização de um dado não atende ao direito fundamental à informação quando não houver segurança quanto à sua correspondência com as características efetivas do produto, como é o caso do vinho e dos demais produtos derivados da uva que sofrem variação em seus dados nutricionais a depender de vários fatores que não se limitam ao processo de produção.

Dessa forma, a proteção constitucional do consumidor deve ser harmonizada com o princípio da especialidade, com a separação de competências e com a segurança jurídica, de modo que eventual criação ou ampliação das informações obrigatórias de rotulagem deve ocorrer, em regra, por meio do processo legislativo ou regulatório próprio, e não pela substituição judicial da escolha normativa existente.

Referências

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Instrução Normativa nº 75, de 8 de outubro de 2020. **Estabelece os requisitos técnicos para declaração da rotulagem nutricional nos alimentos embalados.** Brasília, DF: ANVISA, 2020. Disponível em: Perguntas e respostas sobre rotulagem nutricional – ANVISA. Acesso em: 30 ago. 2026.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003. **Aprova o Regulamento Técnico sobre Rotulagem Nutricional de Alimentos Embalados.** Brasília, DF: ANVISA, 2003. Disponível em: RDC nº 360/2003 – Biblioteca Virtual em Saúde. Acesso em: 30 ago. 2026.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº

429, de 8 de outubro de 2020. **Dispõe sobre a rotulagem nutricional dos alimentos embalados.** Brasília, DF: ANVISA, 2020. Disponível em: Legislação de bebidas e rotulagem – MAPA. Acesso em: 30 ago. 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: Constituição Federal – Planalto. Acesso em: 24 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa nº 55, de 18 de outubro de 2002. **Aprova o regulamento técnico para fixação de critérios para indicação da denominação do produto na rotulagem de bebidas, vinhos, derivados da uva e do vinho e vinagres.** Brasília, DF: MAPA, 2002. Disponível em: Legislação de vinhos e bebidas – MAPA. Acesso em: 30 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa nº 54, de 18 de novembro de 2009. **Estabelece procedimentos para verificação dos padrões de identidade e qualidade de vinho e derivados da uva e do vinho, incluindo colheita e destinação de amostras, análise pericial, contraprova, desempate, amostragem de importados e procedimentos de exportação e importação**. Brasília, DF: MAPA, 2009. Disponível em: Legislação de vinhos e bebidas – MAPA. Acesso em: 30 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa nº 55, de 18 de novembro de 2009. **Estabelece procedimentos para coleta e destinação de amostras de produtos, realização de análise pericial, perícia de contraprova, análise de desempate, amostragem de produto importado e procedimentos de exportação e importação.** Brasília, DF: MAPA, 2009. Disponível em: Legislação de vinhos e bebidas – MAPA. Acesso em: 30 ago. 2026.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.605.489/SP**. Recorrente: Vinícola Perini Ltda. Recorrida: Associação Nacional de Defesa da Cidadania e do Consumidor – ANADEC. Relator: Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva. Terceira Turma. Julgado em: 4 out. 2016. DJe, 18 out. 2016. Disponível em: Jurisprudência do STJ – REsp 1.605.489/SP. Acesso em: 30 ago. 2026.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus nº 82.4 24/RS**. Paciente: Siegfried Ellwanger. Impetrante: Werner Cantalício João Becker. Coator: Superior Tribunal de Justiça. Relator: Ministro Moreira Alves. Redator do acórdão: Ministro Maurício Corrêa. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal. Disponível em: Processo HC 82.4 24 – STF. Acesso

em: 30 ago. 2026. Supremo Tribunal Federal.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. **Processo nº 0046316-74.2010.8.26.0114**. Foro de Campinas, SP. Processo relacionado à Associação Nacional de Defesa da Cidadania e do Consumidor – ANADEC.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. **Processo nº 0020406-50.2010.8.26.0100**. São Paulo, SP. Processo de origem do REsp nº 1.605.489/SP. O STJ identifica a numeração de origem como 02040650220108260100 / 102040650 / 2040650220108260100.

BRASIL. Decreto nº 12.709, de 31 de outubro de 2025. **Regulamenta a fiscalização de produtos de origem vegetal estabelecida pela Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, pelo art. 27-A, caput, inciso IV, e § 1º, inciso III, pelo art. 28-A e pelo art. 29-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, pela Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, pela Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, e pela Lei nº 14.515, de 29 de dezembro de 2022.** Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: Decreto nº 12.709/2025 – Planalto. Acesso em: 24 ago. 2026.

BRASIL. Decreto nº 6.871, de 4 de junho de 2009. **Regulamenta a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas.** Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: Decreto nº 6.871/2009 – Câmara dos Deputados. Acesso em: 24 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. **Código de Processo Civil**. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: Lei nº 13.105/2015 – Planalto. Acesso em: 24 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. **Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República, 1977. Disponível em: Lei nº 6.437/1977 – Planalto. Acesso em: 24 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988. **Dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: Lei nº 7.678/1988 – Câmara dos Deputados. Acesso em: 24 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. **Código de Defesa do Consumidor.** Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: Lei nº 8.078/1990 – Planalto. Acesso em: 24 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994. **Dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, autoriza a criação da Comissão Intersetorial de Bebidas e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República, 1994. Disponível em: Lei nº 8.918/1994 – Planalto. Acesso em: 24 ago. 2026.

NOVELINO, Marcelo. **Direito constitucional.** 3. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2009.

PEDRON, Flávio Quinaud; OMMATI, José Emílio Medauar. **Teorias contemporâneas do direito: análise crítica das principais teorias jurídicas da atualidade.** Belo Horizonte: Conhecimento Editora, 2022.

Capítulo 15

O DEVER ANEXO DE INFORMAÇÃO NOS CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA ENVOLVENDO SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: DENSIFICAÇÃO DA BOA-FÉ OBJETIVA NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO

Andrea Martins[1]
Rossana Fisciletti[2]

1 Introdução

A circulação econômica de sistemas de inteligência artificial ocorre por licenças, cessões, desenvolvimento sob encomenda, fornecimento de tecnologia, acesso por aplicações e arranjos híbridos. Nesses negócios, a utilidade do objeto depende não apenas do acesso ao sistema, mas também do conhecimento necessário para avaliar funcionalidades, requisitos, limitações e condições de uso. Quando informações decisivas

1 Investigadora, Consultora Jurídica e Advogada. Com expertise em Propriedade Industrial. Especialista em Gestão de Projetos e Legal Master em Direito Digital, Inovação e Novas Tecnologias. Perita Judicial, Palestrante e Articulista. Possui experiência em pesquisa científica, produção acadêmica e participação em projetos e eventos científicos nacionais e internacionais. Sua trajetória articula prática jurídica, investigação científica e atuação institucional, destacando-se pela atuação na interface entre Direito Digital, Inovação, Tecnologia, Governança, Direito Ambiental e Sustentabilidade. É membro da Associação Brasileira dos Agentes da Propriedade Industrial (ABAPI), Agente da Propriedade Industrial acreditada pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), e Investigadora do GGINNS – Global Comparative Law: Governance, Innovation and Sustainability e Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Direito Ambiental Econômico e Direito de Energia em prol da Sustentabilidade da Região Norte do Brasil, vinculado à Universidade Federal de Roraima (UFRR) - Brasil. E-mail: andreamartins.adv.br@gmail.com.

2 Investigadora Sênior do Grupo de Pesquisa GGINNS - Global Comparative Law. Pesquisadora do Programa Produtividade da Universidade Estácio de Sá. Lattes: https://lattes.cnpq.br/2512073224085058 | ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4435-2377. Doutora e Mestre em Direito, com pós-doutorado em Novas Tecnologias e Direito e em Economia. Professora da Universidade Estácio de Sá, Visiting Professor na Universidad Complutense de Madrid, autora de "A Quarta Revolução Industrial e os Novos Paradigmas do Direito do Consumidor", Conselheira da 24ª Subseção da OAB/RJ e Presidente da Comissão de Direito Digital. E-mail: direitorossana@gmail.com.

permanecem concentradas no desenvolvedor ou fornecedor, a assimetria informacional pode comprometer a decisão de contratar e a execução do programa negocial.

Essa assimetria não transforma automaticamente o adquirente empresarial em parte vulnerável. Os contratos civis e empresariais permanecem sujeitos à autonomia privada, à presunção de paridade e simetria e à alocação de riscos, nos termos dos arts. 421 e 421-A do Código Civil. O problema jurídico surge quando a retenção de informação ultrapassa a vantagem tecnológica legítima e impede que a outra parte compreenda risco, limitação ou dependência essencial ao uso conhecido pelo transferente.

A boa-fé objetiva, prevista nos arts. 113 e 422 do Código Civil, atua como cláusula geral de interpretação, integração e controle de condutas. Dela decorrem deveres laterais de lealdade, cooperação, proteção e informação, cujo conteúdo varia conforme a finalidade econômica, a confiança criada e as possibilidades concretas de conhecimento (MARTINS-COSTA, 2024; MENEZES CORDEIRO, 2017). Na data de fechamento da pesquisa, em 30 de julho de 2026, o Brasil ainda não possuía lei geral sobre inteligência artificial em vigor. O Projeto de Lei nº 2.3 38/2023, aprovado pelo Senado Federal em 10 de dezembro de 2024, permanecia em tramitação na Câmara dos Deputados, onde aguardava parecer do relator na Comissão Especial instituída para apreciar a matéria (BRASIL, 2024; 2026). Por isso, a disciplina contratual deve partir do direito vigente, especialmente do Código Civil, da Lei da Propriedade Industrial e da Lei de Inovação (BRASIL, 1996; 2002; 2004).

O artigo pergunta em que medida a boa-fé objetiva densifica o dever anexo de informação nos contratos de transferência de tecnologia envolvendo IA sem afastar a diligência do adquirente, a alocação de riscos e a tutela dos segredos empresariais. A hipótese é que o dever se torna mais específico quando a informação é relevante para a finalidade contratual, está sob controle privilegiado do transferente, não pode ser obtida mediante diligência razoável e se relaciona a risco previsível ou à confiança criada. O objetivo geral é propor critérios jurídicos controláveis para essa concretização. Especificamente, pretende-se: examinar a relação entre boa-fé objetiva, deveres laterais e alocação de riscos nos contratos empresariais; delimitar funcionalmente os contratos de transferência de tecnologia envolvendo IA; identificar os fatores que qualificam a assimetria

informacional nesses contratos; e propor uma matriz de incidência e conteúdo do dever de informação.

A pesquisa adota abordagem qualitativa, método dedutivo e revisão bibliográfica e documental, com interpretação jurídico-dogmática. Instrumentos da OCDE, UNESCO, NIST e União Europeia são utilizados apenas como parâmetros técnicos e comparativos. A contribuição consiste em substituir a afirmação abstrata de que a IA exige "mais transparência" por uma matriz funcional e proporcional do dever de informação.

2 Boa-fé objetiva, dever de informação e alocação de riscos

A boa-fé objetiva não se refere ao estado psicológico do agente, mas a um padrão de conduta exigível no contexto da relação obrigacional. Sua função não é moralizar genericamente o contrato, e sim interpretar declarações, integrar deveres necessários à realização do programa negocial e controlar o exercício contraditório de posições jurídicas (AZEVEDO, 2002; MARTINS-COSTA, 2024; TEPEDINO; KONDER; BANDEIRA, 2022; TEPEDINO; SCHREIBER, 2021; SCHREIBER, 2024). Entre seus efeitos estão os deveres anexos de cooperação, esclarecimento, confidencialidade, proteção e informação.

Essa compreensão já foi sustentada ao reconhecer que a boa-fé objetiva atua como fonte de deveres especiais de conduta, dentre os quais se destaca o dever de informação, destinado a assegurar comunicação adequada, leal e suficiente ao desenvolvimento da relação contratual (MARTINS, 2009). Nos contratos de transferência de tecnologia envolvendo sistemas de inteligência artificial, entretanto, a complexidade técnica e a assimetria informacional exigem a densificação desse dever mediante critérios jurídicos objetivos capazes de delimitar seu conteúdo, sua intensidade e seus limites. Essa evolução metodológica permite substituir concepções abstratas de transparência por parâmetros jurídicos verificáveis, compatíveis com a boa-fé objetiva, a autonomia privada e a distribuição contratual de riscos.

O dever de informação não abrange todo conhecimento de uma parte, mas a informação que deveria ser comunicada em razão de sua relevância, da confiança criada, da dificuldade de obtenção autônoma e do risco de dano ou inutilidade econômica. O cumprimento exige conteúdo verdadeiro, suficiente, compreensível para o destinatário e prestado em tempo útil. A entrega de grande volume documental não satisfaz o dever

quando o essencial está oculto por linguagem obscura, fragmentação ou desorganização.

Nos contratos empresariais, a concretização da boa-fé deve respeitar o art. 421-A do Código Civil. O adquirente continua obrigado a formular perguntas, examinar documentação, realizar testes compatíveis com o valor e a finalidade do negócio e obter assessoria técnica quando necessária. A boa-fé objetiva não tutela sua inércia estratégica nem transfere integralmente ao fornecedor riscos conscientemente assumidos. Por outro lado, a presunção de simetria não elimina informações internas que sequer um adquirente qualificado pode descobrir por exame externo, como limitações de validação, dependência de componentes, vulnerabilidades conhecidas ou alteração relevante do modelo.

A densificação do dever atua, portanto, de maneira complementar à alocação contratual. Cláusulas sobre métricas, testes de aceitação, usos autorizados, atualização, monitoramento e limites de garantia delimitam expectativas; não legitimam, contudo, dolo, omissão de informação essencial ou comportamento contraditório. A questão decisiva é saber se a informação era relevante, estava sob domínio privilegiado, podia ser descoberta por diligência razoável e foi validamente abrangida pela distribuição de riscos.

A violação pode produzir efeitos distintos. Na fase pré-contratual, pode fundamentar responsabilidade pela confiança ou, quando presentes seus requisitos, erro ou dolo. Na execução, pode caracterizar inadimplemento de dever lateral, justificar cumprimento específico, perdas e danos ou resolução. No REsp nº 1.944.616/MT, embora sem tratar de IA, o Superior Tribunal de Justiça reconheceu que a violação de deveres de colaboração derivados da boa-fé pode configurar inadimplemento. Os remédios dependem da relevância causal da omissão e de sua relação com a finalidade contratual (BRASIL, 2022).

Além de integrar o conteúdo obrigacional, o dever informacional influencia a interpretação das declarações negociais. Promessas de desempenho, respostas a questionários técnicos, resultados de provas de conceito e materiais de apresentação compõem o contexto do art. 113 do Código Civil. Quanto mais específica for a afirmação do transferente e mais conhecida a finalidade do adquirente, menor o espaço para cláusula genérica que pretenda neutralizar expectativa diretamente produzida durante a negociação. Em sentido inverso, ressalvas claras e destacadas podem delimitar o alcance da confiança sem suprimir informação essencial.

A proporcionalidade também exige considerar o custo de produção e transmissão da informação. Não se impõe ao transferente investigação ilimitada ou criação de documentos tecnicamente desnecessários. Exige-se, porém, que conhecimento relevante já disponível ou razoavelmente exigível em seu campo de especialidade seja comunicado de forma compatível com o risco. O padrão pode ser mais intenso em aplicações de alto impacto e mais simples em ferramentas acessórias de baixa consequência.

3 Contratos de transferência de tecnologia e assimetria informacional em sistemas de IA

A transferência de tecnologia compreende operações pelas quais conhecimentos técnicos, direitos de propriedade intelectual, assistência e capacidades de exploração econômica são disponibilizados a outro agente. A Lei nº 9.279/1996, a Lei nº 10.973/2004 e as Portarias INPI/PR nº 34 e nº 35/2025 integram o quadro jurídico de determinadas modalidades de licenciamento, cessão, fornecimento de tecnologia e assistência técnica. Esses atos administrativos não regulam especificamente sistemas de IA e não esgotam suas formas de circulação.

Neste artigo, "contratos de transferência de tecnologia envolvendo sistemas de IA" é expressão funcional: abrange negócios pelos quais uma parte autoriza, fornece ou viabiliza a exploração de sistema, modelo, componente ou conhecimento técnico de IA mediante licenciamento, cessão, desenvolvimento, fornecimento, assistência, software como serviço ou acesso por interface. Nem todas essas operações são juridicamente idênticas ou estão sujeitas a registro ou averbação perante o INPI. "Transferente" e "adquirente" designam, conforme o caso, licenciante e licenciado, fornecedor e contratante ou desenvolvedor e usuário empresarial.

Os sistemas de IA não formam categoria homogênea. A opacidade varia conforme arquitetura, autonomia, documentação, possibilidade de auditoria e contexto de uso (FRAZÃO; MULHOLLAND, 2020; BARREDO ARRIETA et al., 2020). Em modelos de aprendizado de máquina, o desempenho pode depender dos dados, da validação, de parâmetros, de atualizações e da infraestrutura. A explicação juridicamente útil não exige necessariamente acesso ao código ou à estrutura matemática, mas informações que permitam compreender adequação, condições de teste, limitações conhecidas e supervisão necessária (MILLER, 2019).

A assimetria pode resultar de complexidade técnica, opacidade organizacional, concentração de dados e caráter dinâmico da solução. Nos contratos de IA, a documentação integra a utilidade econômica: uma tecnologia formalmente entregue pode ser inadequada sem requisitos de integração, métricas contextualizadas, limites de aplicação, política de atualização e orientações de segurança. A WIPO e o International Trade Centre destacam que licenças tecnológicas bem estruturadas dependem de clareza sobre objeto, implementação, suporte, melhorias, garantias e responsabilidades (WIPO; ITC, 2005; WIPO, 2015).

A confiança também se forma por propostas, demonstrações e testes piloto. Se o transferente conhece o uso pretendido e apresenta a solução como apta a esse contexto, deve revelar limitações incompatíveis com a expectativa criada. A boa-fé exige coerência entre comunicação pré-contratual, documentação, garantias e comportamento posterior.

A modalidade contratual altera a distribuição do conhecimento e do controle. Em instalação local, o adquirente pode ter maior acesso à infraestrutura e aos registros; em software como serviço ou acesso por API, o fornecedor conserva controle sobre versões, atualizações e disponibilidade. No desenvolvimento sob encomenda, devem ser distinguidos resultados, documentação, dados, componentes preexistentes e melhorias. A intensidade do dever acompanha essas diferenças: quanto maior a dependência operacional e menor a capacidade de inspeção, mais relevantes se tornam documentação, comunicação de mudanças e mecanismos de continuidade.

A informação também deve considerar o destinatário. Documentação destinada à equipe de implementação não substitui orientação executiva sobre riscos relevantes à decisão de contratar, assim como material comercial não supre instruções técnicas. O cumprimento pode demandar camadas informacionais distintas, linguagem adequada ao público e canais para esclarecimentos. Essa adaptação não significa simplificação enganosa, mas organização funcional do conhecimento necessário a cada papel.

4 Densificação funcional e proporcional do dever de informação

Densificar o dever significa especificar conteúdo, momento, destinatário e forma de cumprimento de obrigação já reconhecida pelo sistema civil. A concretização deve ser funcional, porque vinculada à

finalidade econômica; contextual, porque depende da tecnologia e da capacidade das partes; e proporcional, porque não pode impor divulgação superior à necessária. A mera presença de IA não gera automaticamente padrão agravado: a intensidade decorre da combinação entre relevância, controle de informação, risco, confiança e dependência.

A proteção dos segredos empresariais integra esse juízo. O art. 195, XI e XII, da Lei nº 9.279/1996 tutela informações confidenciais e reprime sua obtenção ou utilização desleal. O dever de informar não autoriza acesso irrestrito a código-fonte, pesos do modelo, processos proprietários ou know-how não abrangido pelo contrato. Quando informação sensível for indispensável, podem ser utilizados confidencialidade, auditoria independente, acesso restrito, certificações, relatórios resumidos ou divulgação por camadas.

4.1 Quadro 1 - Matriz de densificação do dever anexo de informação

Critério	Pergunta de concretização
Relevância funcional	A informação afeta a decisão de contratar, a integração, a segurança, o desempenho ou a continuidade do uso previsto?
Controle informacional	A informação está sob domínio exclusivo ou significativamente privilegiado do transferente?
Descoberta razoável	O adquirente poderia obtê-la mediante diligência compatível com sua capacidade e com o valor do negócio?
Previsibilidade	O risco, a limitação ou a dependência era conhecida ou razoavelmente cognoscível pelo transferente?
Gravidade potencial	A omissão pode causar inutilidade econômica, dano relevante, infração regulatória ou risco a terceiros?
Confiança criada	Declarações, testes ou demonstrações geraram expectativa legítima incompatível com a informação omitida?
Alocação de riscos	O contrato definiu métricas, testes, responsabilidades e limites de garantia de modo claro e informado?
Proteção do ativo	A necessidade pode ser atendida por meio menos invasivo do que a revelação de segredo empresarial?

Fonte: Elaboração das autoras, mediante sistematização dos critérios jurídicos desenvolvidos nesta pesquisa.

A matriz não é checklist fechado. Relevância, controle e descoberta razoável operam conjuntamente: quanto mais exclusiva e essencial for a

informação, maior a justificativa para sua comunicação. A previsibilidade afasta garantia absoluta contra fatos desconhecidos no estado da técnica, mas pode gerar dever de atualização quando nova vulnerabilidade grave é descoberta durante a execução. Gravidade e confiança influenciam a forma e a intensidade do esclarecimento. A alocação de riscos deve ser respeitada quando clara e informada, cabendo distinguir risco assumido de risco ocultado.

A relevância funcional deve ser aferida em relação ao uso conhecido ou contratualmente previsto. Uma limitação sem impacto sobre a aplicação negociada pode permanecer fora do dever; uma restrição que inviabilize a finalidade central precisa ser comunicada mesmo sem pergunta específica. O critério impede tanto a divulgação indiscriminada quanto a retenção oportunista do que é decisivo para a utilidade econômica.

Controle informacional e descoberta razoável formam um segundo eixo. Se a informação pode ser identificada por teste ordinário e o adquirente, devidamente assessorado, dispensa conscientemente a verificação, o dever do transferente pode ser menor. A conclusão se inverte quando dados de validação, histórico de incidentes ou dependências internas permanecem inacessíveis externamente. Nessa hipótese, a diligência do adquirente não substitui a cooperação de quem controla a informação.

Previsibilidade e gravidade delimitam o padrão temporal. Não há responsabilidade por toda falha futura, mas riscos conhecidos ou cognoscíveis segundo o estado da técnica devem ser contextualizados. Se a consequência potencial atinge saúde, crédito, segurança, infraestrutura ou direitos de terceiros, a informação deve ser mais estruturada, documentada e rastreável. O dever pode incluir aviso posterior quando descoberta superveniente altera de modo relevante o perfil de risco.

A confiança criada e a alocação contratual completam o juízo. Demonstrações, certificações e métricas voluntariamente apresentadas integram o contexto e podem intensificar o dever de explicar condições e limites. Cláusulas de risco permanecem válidas quando negociadas com informação suficiente; não podem converter risco ocultado em risco assumido. A proteção do ativo atua como limite e como técnica de cumprimento, favorecendo meios menos invasivos sempre que produzam verificabilidade equivalente.

O conteúdo potencialmente exigível pode abranger: identificação da versão e dos componentes; finalidade e usos não recomendados; requisitos de infraestrutura, dados e integração; métricas de desempenho e

condições de validação; limitações conhecidas e necessidade de supervisão humana; política de atualização, compatibilidade e descontinuação; vulnerabilidades, incidentes e medidas de mitigação; e dependências de bibliotecas, modelos, bases ou serviços de terceiros. As categorias devem ser selecionadas conforme o negócio e apresentadas de modo hierarquizado, evitando tanto omissão quanto sobrecarga informacional.

As informações sobre desempenho devem indicar as condições em que as métricas foram obtidas, a população ou o ambiente de teste e as margens relevantes de variação. Percentuais isolados podem induzir expectativas equivocadas quando não revelam o conjunto de dados, a finalidade avaliada ou as hipóteses de redução de desempenho. Em aplicações adaptativas, o contrato também deve disciplinar como alterações de dados, parâmetros ou versões serão comunicadas e validadas.

A supervisão humana não se resume a afirmar que existe pessoa responsável. Devem ser esclarecidos o momento da intervenção, as informações disponíveis ao operador, a possibilidade de revisão do resultado e as condições em que o sistema deve ser suspenso. Quando o adquirente assume monitoramento ou validação, o transferente precisa fornecer instruções compatíveis com essa responsabilidade; sem elas, a alocação formal do risco pode não ser operacionalmente exequível.

Na fase pré-contratual, o dever incide sobre adequação ao uso declarado, requisitos essenciais, limitações incompatíveis, custos previsíveis e dependências críticas. Durante a execução, alcança implementação, documentação, suporte, mudanças relevantes, incidentes e cooperação. Após a extinção, pode subsistir excepcionalmente quanto à confidencialidade, à transição e à comunicação de vulnerabilidade crítica diretamente ligada à tecnologia fornecida, sem gerar obrigação indefinida de suporte sem base contratual.

A violação deve ser demonstrada pela diferença entre a informação juridicamente devida e aquela prestada. Resultado insatisfatório, por si só, não prova inadimplemento. Devem ser identificados o conteúdo omitido, o momento em que deveria ter sido comunicado e seu impacto causal. Quando a deficiência for sanável, admitem-se complementação documental, esclarecimento, treinamento ou medida de segurança; se comprometer a utilidade central, podem incidir perdas e danos ou resolução. Propostas, mensagens, relatórios de teste, registros de versão e chamados de suporte assumem papel probatório relevante.

A governança documental beneficia os dois polos do contrato. O transferente consegue demonstrar o alcance das informações prestadas, as ressalvas apresentadas e a evolução do sistema; o adquirente registra o uso comunicado, as perguntas formuladas e os incidentes observados. Cláusulas sobre entregáveis informacionais, responsáveis, periodicidade, auditoria e canais de comunicação reduzem a dependência de reconstrução posterior do comportamento das partes e tornam a boa-fé objetivamente verificável.

5 Parâmetros internacionais e sua função interpretativa

OCDE, UNESCO e NIST apresentam natureza e destinatários diversos, mas convergem na defesa de transparência contextual, documentação, rastreabilidade e gestão de riscos. A Recomendação da OCDE, atualizada em 2024, associa divulgação responsável à oferta de informações significativas e adequadas ao contexto; a UNESCO relaciona transparência e explicabilidade à proteção de direitos e interesses legítimos; e o AI Risk Management Framework do NIST destaca documentação ao longo do ciclo de vida (OECD, 2024; UNESCO, 2021; NIST, 2023). Esses instrumentos não criam deveres civis no Brasil, mas ajudam a identificar informações tecnicamente relevantes.

O Regulamento (UE) 2024/1689 oferece parâmetro comparativo mais concreto. Para sistemas de alto risco, exige documentação técnica e instruções sobre finalidade, precisão, limitações, condições que afetam o desempenho, supervisão humana, recursos e manutenção, preservando propriedade intelectual e segredos comerciais. O modelo demonstra que transparência pode ser delimitada por risco, função e destinatário, sem equivaler à abertura integral da tecnologia.

Não se propõe transplantar o AI Act nem converter *soft law* em fonte autônoma. O fundamento jurídico permanece nos arts. 113, 421, 421-A e 422 do Código Civil, em conjunto com a legislação especial e o contrato. Os parâmetros internacionais apenas oferecem vocabulário técnico para concretizar padrões abertos. A matriz proposta pode orientar negociação, redação contratual, arbitragem e interpretação judicial, permanecendo aberta às especificidades setoriais.

A utilidade desses referenciais está na identificação de práticas documentais que podem ser contratualizadas: definição de finalidade, registro de versões, descrição de métricas, comunicação de incidentes, supervisão humana e gestão de mudanças. Sua incorporação deve ocorrer

por cláusulas e procedimentos verificáveis, evitando fórmulas genéricas de "conformidade ética" incapazes de indicar o que cada parte deve entregar, monitorar ou comunicar.

6 Considerações finais

A boa-fé objetiva densifica o dever anexo de informação nos contratos de transferência de tecnologia envolvendo IA quando a estrutura concreta de conhecimento e risco torna insuficiente a comunicação ordinária. Essa intensificação não decorre da simples presença de inteligência artificial e deve ser conciliada com paridade, diligência do adquirente e alocação contratual de riscos.

A matriz proposta identifica como fatores centrais a relevância funcional, o controle privilegiado, a descoberta razoável, a previsibilidade, a gravidade potencial, a confiança criada, a distribuição de responsabilidades e a proteção do ativo. O conteúdo pode abranger objeto, finalidade, requisitos, desempenho, limitações, supervisão, atualização, segurança, incidentes e dependências, sempre de modo proporcional e temporalmente útil.

Propriedade intelectual e confiança não são valores antagônicos. Código-fonte, pesos de modelo e know-how não contratados permanecem protegidos, enquanto mecanismos de confidencialidade, auditoria e divulgação por camadas permitem oferecer informação indispensável sem esvaziar a vantagem competitiva. OCDE, UNESCO, NIST e AI Act exercem função técnica e comparativa, não vinculante.

Conclui-se que a densificação funcional do dever de informar oferece resposta juridicamente controlável à circulação de sistemas de IA, fortalecendo segurança jurídica, cooperação e inovação responsável. Estudos futuros poderão testar a matriz em contratos reais e setores de alto impacto.

Referências

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. *Negócio jurídico: existência, validade e eficácia*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BARREDO ARRIETA, Alejandro et al. *Explainable Artificial Intelligence (XAI): concepts, taxonomies, opportunities and challenges toward responsible AI.* Information Fusion, Amsterdam, v. 58, p. 82-115, 2020. DOI:

10.1016/j.inffus.2019.12.012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 2.3 38, de 2023*: tramitação. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2026. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2487262. Acesso em: 30 jul. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Portaria INPI/PR nº 34, de 24 de outubro de 2025. *Dispõe sobre o procedimento administrativo de averbação de licenças e cessões de direitos de propriedade industrial e de registro de contratos de transferência de tecnologia e de franquia*. Rio de Janeiro: INPI, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/contratos-de-tecnologia-e-de-franquia/arquivos/legislacao-contratos/RepublicaoPortaria34.pdf. Acesso em: 30 jul. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. *Portaria INPI/PR nº 35, de 24 de outubro de 2025. Dispõe sobre as diretrizes de exame para averbação de contratos de cessão, de licença e de sublicença de pedidos e direitos de propriedade industrial, para registro de contratos de franquia, de master franquia e de subfranquia, de serviços de assistência técnica e científica, de topografia de circuito integrado e de transferência de tecnologia e para registro de faturas de serviço de assistência técnica e científica*. Rio de Janeiro: INPI, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/contratos-de-tecnologia-e-de-franquia/arquivos/legislacao-contratos/RepublicaoPortaria35.pdf. Acesso em: 30 jul. 2026.

BRASIL. *Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial*. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 15 maio 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm. Acesso em: 30 jul. 2026.

BRASIL. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil*. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 30 jul. 2026.

BRASIL. *Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo*. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm. Acesso em: 30 jul. 2026.

BRASIL. Senado Federal. *Senado aprova regulamentação da inteligência artificial; texto vai à Câmara*. Agência Senado (notícia institucional), Brasília, DF, 10 dez. 2024. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/

noticias/materias/2024/12/10/senado-aprova-regulamentacao-da-inteligencia-artificial-texto-vai-a-camara. Acesso em: 30 jul. 2026.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3. Turma). *Recurso Especial nº 1.944.616/MT.* Relatora: Ministra Nancy Andrighi. Julgado em 8 mar. 2022. Diário da Justiça eletrônico: 11 mar. 2022.

FRAZÃO, Ana; MULHOLLAND, Caitlin (coord.). *Inteligência artificial e direito: ética, regulação e responsabilidade*. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

MARTINS, Andrea Luciana. *A boa-fé no Código Civil: análise doutrinária, legal e jurisprudencial.* In: NUNES, Cláudia Ribeiro Pereira (org.). *Revista de Direito Privado e Direito Processual Civil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Espaço Jurídico, 2009. p. 57-74. ISBN 857765032-4.

MARTINS-COSTA, Judith. *A boa-fé no direito privado: critérios para a sua aplicação*. 3. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024.

MENEZES CORDEIRO, António Manuel da Rocha. *Da boa-fé no direito civil*. Coimbra: Almedina, 2017.

MILLER, Tim. *Explanation in Artificial Intelligence: insights from the social sciences.* Artificial Intelligence, Amsterdam, v. 267, p. 1-38, 2019. DOI: 10.1016/j.artint.2018.07.007.

NATIONAL INSTITUTE OF STANDARDS AND TECHNOLOGY. *Artificial Intelligence Risk Management Framework (AI RMF 1.0)*. Gaithersburg: NIST, 2023. DOI: 10.6028/NIST.AI.100-1. Disponível em: https://www.nist.gov/publications/artificial-intelligence-risk-management-framework-ai-rmf-10. Acesso em: 30 jul. 2026.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *Recommendation of the Council on Artificial Intelligence. OECD/LEGAL/0449, as amended on 3 May 2024*. Paris: OECD, 2024. Disponível em: https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0449. Acesso em: 30 jul. 2026.

SCHREIBER, Anderson. *Manual de direito civil contemporâneo*. 7. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024.

TEPEDINO, Gustavo; KONDER, Carlos Nelson; BANDEIRA, Paula Greco. *Fundamentos do direito civil: contratos*. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

TEPEDINO, Gustavo; SCHREIBER, Anderson. *Fundamentos do direito civil: obrigações*. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

UNESCO. *Recomendação sobre a Ética da Inteligência Artificial*. Paris: UNESCO, 2021. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381137_por. Acesso em: 30 jul. 2026.

UNIÃO EUROPEIA. *Regulamento (UE) 2024/1689 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de junho de 2024, que cria regras harmonizadas em matéria de inteligência artificial.* Jornal Oficial da União Europeia, 12 jul. 2024. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/eli/reg/2024/1689/oj. Acesso em: 30 jul. 2026.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. *Successful Technology Licensing*. Geneva: WIPO, 2015. Disponível em: https://www.wipo.int/publications/en/details.jsp?id=296. Acesso em: 30 jul. 2026.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION; INTERNATIONAL TRADE CENTRE. *Exchanging Value: Negotiating Technology Licensing Agreements - A Training Manual*. Geneva: WIPO; ITC, 2005. Disponível em: https://www.wipo.int/publications/en/details.jsp?id=291. Acesso em: 30 jul. 2026.

Capítulo 16

A COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS POR MÉDICOS NO BRASIL: CONFLITO DE INTERESSES, RESPONSABILIDADE CIVIL E LIMITES ÉTICO-JURÍDICOS

Gabriela Elvira Goellner[1]
Emanuela Schneider[2]

1 Introdução

A medicina contemporânea atravessa um processo de renovação estrutural marcado pela expansão do mercado farmacêutico, pela intensificação da medicalização da vida cotidiana e pela incorporação de tecnologias terapêuticas de alto valor agregado. Nesse ambiente, determinados medicamentos extrapolam o campo estritamente clínico e passam a ocupar posição central no debate público, principalmente quando associados a procura para melhorar a estética e promessas de performance corporal, como ocorre com a popularização de medicamentos à base de tirzepatida.

Paralelamente a esse movimento, surge uma discussão jurídica relevante: a prática de médicos que, além de prescreverem determinados medicamentos, realizam sua comercialização direta aos próprios pacientes. Embora não se trate de uma prática comum, a visibilidade crescente dessa conduta reacende questionamentos acerca dos limites éticos e jurídicos do exercício profissional, sobretudo quando a indicação terapêutica se associa à obtenção de vantagem econômica pelo próprio prescritor.

A questão central que orienta este estudo trata-se de: é compatível com a ordem jurídico-constitucional brasileira que o médico, titular da decisão técnica sobre a terapêutica indicada, aufira lucro com a venda do produto que prescreve? A resposta requer análise junto ao Código de Ética

1 Gabriela Elvira Goellner, acadêmica do curso de Direito, Uceff Faculdades, gabriela.goellner@yahoo.com.br

2 Emanuela Fatima Schneider, acadêmica do curso de Direito, Uceff Faculdades, Emanuela_schneider@hotmail.com

Médica, com a legislação sanitária, com o regime de responsabilidade civil, além da disciplina dos conflitos de interesses e dos princípios constitucionais que estruturam a liberdade profissional e a proteção da saúde.

Parte-se da hipótese de que a comercialização direta de medicamentos pelo médico prescritor rompe a separação funcional entre ato clínico e atividade mercantil, instaurando conflito de interesses estrutural capaz de comprometer a imparcialidade terapêutica e a confiança inerente à relação médico-paciente. Tal configuração, para além de possível infração ética, pode produzir repercussões no campo da responsabilidade civil e nos regimes sancionatórios aplicáveis ao exercício profissional.

2 Fundamentação teórica

2.1 Medicina como profissão de confiança: bases históricas e normativas

A medicina como uma profissão liberal tem uma história de ser uma atividade privilegiada pela confiança social. Em vez de uma atividade estritamente comercial, a prática médica está ligada a um compromisso ético antes de entrar no contrato.

Em seu livro sobre o papel de garantidor nas carreiras de cuidado, Roxin (2006) enfatiza que atividades específicas assumem um dever especial de proteção porque, naquele momento, o paciente está em apuros. Essa vulnerabilidade do paciente não é apenas física, mas também informacional, pois ele depende do conhecimento técnico do profissional para tomar decisões que arriscam a integridade corporal de uma pessoa. Dessa forma, a ética médica é mais do que proibições formais: constitui o modelo de confiança institucional da profissão.

Para citar o especialista Goldim (2006), a autonomia do paciente pressupõe conhecimento livre de intervenção indevida, e assim, se um médico tem interesse econômico em vender um medicamento, a neutralidade técnica é violada. O Artigo 71 do Código de Ética Médica não é um mero detalhe normativo, mas uma disposição completa para proteger a autonomia profissional, projetada para promover a independência do julgamento clínico.

2.2 Conflito de interesses e integridade profissional

A teoria do conflito de interesses é amplamente utilizada nos campos da ética e da governança corporativa. Thompson (1993), ao considerar conflitos institucionais, argumentaria que o conflito de interesses é a situação em que o julgamento de um profissional sobre um interesse inicial pode ser influenciado excessivamente por um interesse posterior. Esta é uma construção sensível para o campo da Medicina, pois resulta em uma assimetria informacional e vulnerabilidade do paciente.

Dessa forma, como apontado por Goldim (2006), a autonomia só é genuína em situações onde não há interferência excessiva. Quando veem incentivos econômicos diretos, a confiança no médico é corroída, mesmo em seus atos profissionais motivados pela razão ou até mesmo pela boa fé. Não é apenas psicológico, mas estrutural: a confiança institucional não se trata de integridade genuína, mas da aparência de neutralidade imparcial sem a qual pode não existir.

De um ponto de vista bioético crítico, Garrafa (2004) adverte que integrar a lógica comercial na prática clínica altera o eixo normativo da profissão. A saúde deixa de ser vista apenas como um bem fundamental, mas como uma dinâmica de tipo mercadológico, e as escolhas terapêuticas feitas podem ser ditadas pelos imperativos econômicos. Nesse entendimento, o conflito de interesses não é uma aberração individual, mas uma instância de captura social do campo da saúde por meio de incentivos financeiros.

O principialismo bioético de Beauchamp e Childress (2019) reconhece o princípio da beneficência o princípio de que o profissional agirá apenas no melhor interesse dos pacientes. Onde o preço da terapia encontra benefício financeiro, o critério para decisão não é apenas clínico isso compromete a pureza deliberativa exigida pelo modelo principialista.

Em termos legais, essa tensão também precisa ser analisada em relação à boa fé objetiva, que se pensa ser um padrão de lealdade e transparência nas relações jurídicas (DINIZ, 2020). O médico que fornece o medicamento que prescreve introduz uma dimensão comercial na relação terapêutica, alterando a natureza da relação e ampliando a responsabilidade de ser informativo e leal. Já houve convivência suficiente de interesse econômico que exige um maior grau de controle normativo, porque a confiança constitui um elemento estruturante do vínculo de cuidado.

Portanto, a teoria do conflito de interesses, aplicada no contexto médico, sugere que a questão não é a soma das funções de serviço, mas sim

a natureza não funcional do dever de cuidado e a compensação financeira exigida pela venda do item aplicável. A sobreposição desses vetores não significa apenas uma sobreposição de papéis, mas uma ruptura da separação institucional que permite a legitimidade ética da prática médica.

2.3 Bioética principialista e seus limites

Beauchamp e Childress desenharam o chamado modelo principialista para a bioética em torno de 4 princípios orientadores, autonomia, beneficência, não maleficência e justiça, que desenvolveram como padrões de qualidade na prática e a base legal sobre a qual as decisões médicas podem ser tomadas (BEAUCHAMP; CHILDRESS, 2019). Tais princípios buscam garantir que o comportamento profissional seja mais voltado para a proteção do paciente e a prestação responsável de cuidados de saúde.

Agora, a espinha dorsal bioética subjaz à tomada de decisão baseada no uso de medicamentos, mas a comercialização direta pelo médico prescritor está tensionando esses pilares devido ao componente econômico na tomada de decisão clínica. A autonomia, onde através dela, a decisão do paciente assume informações claras e imparciais, mas o interesse financeiro associado à prescrição comprometeria a neutralidade comunicacional necessária para a tomada de decisão informada. Como observado em Goldim (2006), a autonomia do paciente requer um ambiente de confiança, que tenha a garantia de independência, pois os serviços médicos são guiados independentemente de interferências externas.

Da mesma forma, os princípios da beneficência e da não maleficência também se veem tensionados quando incentivos econômicos passam a coexistir com decisões terapêuticas. A literatura bioética aponta que a presença de benefícios financeiros vinculados à prescrição médica pode influenciar, ainda que de maneira indireta, a seleção dos tratamentos indicados ao paciente ou favorecer processos de medicalização excessiva da vida cotidiana, fenômeno amplamente discutido por Conrad (2007). Nesse contexto, a prática clínica tende a deslocar-se de um modelo orientado exclusivamente por critérios terapêuticos para um cenário no qual fatores econômicos passam a integrar, de forma potencialmente problemática, o processo deliberativo da decisão médica.

Neste modo, a relação médico-paciente também é fiduciária, enraizada em um tipo de confiança assimétrica entre o profissional e o

paciente. Pellegrino e Thomasma (1993) sustentam que esse vínculo exige que o médico mantenha um compromisso exclusivo com o bem-estar do paciente, para evitar situações que desafiem a neutralidade da avaliação clínica do médico. No entanto, um subconjunto da literatura bioética contemporânea reconhece que o principialismo, embora comumente empregado, não consegue explicar fenômenos estruturais relacionados ao impacto econômico na prática médica. Aqui, Garrafa (2004) sugere a chamada bioética de intervenção, que avalia sistematicamente as forças sociais, políticas e econômicas que influenciam as condições nas profissões relacionadas à saúde.

Portanto, a comercialização direta de medicamentos pelo médico pode ser entendida não apenas como um problema ético individual, mas também como uma expressão de conflitos estruturais em relação ao conflito entre a prática clínica e a lógica do mercado e, por extensão, como uma indicação dos limites analíticos do modelo principialista em lidar com o conflito de interesses no campo contemporâneo da medicina (ENGELHARDT, 1996).

2.4 Direito Sanitário e racionalidade regulatória

O direito da saúde é uma forma de direito que possui sua própria racionalidade e é direcionado para proteger a saúde coletiva e gerenciar os riscos associados à circulação de produtos/serviços de saúde. Este ramo normativo visa estabelecer formas institucionais capazes de garantir a segurança da saúde e governar atividades que possam ser sensíveis à saúde pública (WANG, 2019), ao contrário da normalidade da lógica contratual geralmente mantida no direito privado.

A separação entre prescrição médica e dispensação farmacêutica não é meramente uma questão de estrutura mais ou menos burocrática nesse sentido; é um aspecto fundamental do modelo regulatório sistêmico do sistema de saúde. Essa separação funcional entre prescrição e dispensação serve como um mecanismo institucional para abordar conflitos de interesse e promover mais transparência no processo de tomada de decisão terapêutica. Segundo Aith (2017), a regulação da saúde busca fornece mecanismos para controlar interesses econômicos, bem como proteger a saúde da população.

Essa segregação institucional também serve a propósitos práticos relacionados. Estes incluem garantir a rastreabilidade dos medicamentos,

prevenir circuitos paralelos ou monopólios de distribuição informal e minimizar a concentração simultânea de controle e vantagem competitiva em um único agente. Essas ferramentas regulatórias visam preservar a santidade do sistema de saúde e reduzir o risco de troca de produtos farmacêuticos (VENTURA; REIS, 2019).

Quando o médico comercializa diretamente o medicamento que prescreve, essa divisão funcional dupla da arquitetura regulatória se rompe. A reunião desses títulos aproxima as posições de prescritor e fornecedor em um único agente, tanto no que diz respeito à escolha terapêutica quanto ao dividendo financeiro resultante da venda do produto, e enfraquece os instrumentos institucionais que trabalham para minimizar conflitos de interesse e melhorar o controle de saúde. Nessas circunstâncias, a venda comercial de medicamentos pelo médico torna-se, em um sentido prático, não apenas uma questão ética ou disciplinar dentro do âmbito profissional.

Devido à sua provável implicação para o equilíbrio institucional do mercado farmacêutico, a prática também tem relevância regulatória (WANG, 2019), o que pode enfraquecer os mecanismos de controle de saúde destinados a proteger a saúde coletiva.

2.5 Responsabilidade civil e ampliação do regime jurídico

Nos limites da responsabilidade civil, o quadro jurídico da prática médica tradicionalmente colocou a obrigação nos meios, como resultado, portanto, a responsabilidade do profissional em relação a um paciente dependerá da prova de culpa prevista no art. 14, §4 do Código de Defesa do Consumidor. Onde o comportamento do médico não se conforma ao padrão de atividade técnica profissional, nesse modelo o médico é responsável quando se demonstra que agiu de forma contrária ao padrão técnico (BRASIL, 1990) e o médico é responsabilizado quanto ao padrão técnico (BRASIL, 1990), mas este é o ponto principal sobre o qual se baseia esse julgamento.

O problema ocorre quando o profissional se aventura fora do âmbito da prestação de serviços intelectuais e entra em transações. Nessas circunstâncias, a relação jurídica não reflete mais estritamente apenas o vínculo assistencial, mas começa a incluir características familiares na circulação de bens no setor de consumo. Como aponta Diniz (2020), o profissional liberal, se praticar atividades empresariais, pode estar sujeito a um regime de direito diferente do negócio ordinário de prestação de

serviços técnicos. A autora diz que, se houver exploração econômica de um produto ou atividade comercial por ou através do serviço profissional, os limites da responsabilidade civil são ampliados e podem entrar no sistema de responsabilidade objetiva do consumidor (DINIZ, 2020).

Essa distinção é particularmente importante no contexto da análise fornecida. Se o médico começar a vender o medicamento que prescreve, ele ou ela não apenas se torna um "agente" por lei que fornece o medicamento, mas também se torna um fornecedor de produtos no mercado consumidor. Essa mudança altera o equilíbrio da responsabilidade civil. A análise não busca apenas a falha técnica do profissional, em vez disso, o risco da atividade econômica é analisado. Isso é visto como um tipo de movimento interpretativo da teoria do risco empresarial, em que aqueles que colocam em prática um produto ou atividade no mercado consideram os riscos apresentados por sua circulação (TARTUCE, 2021).

Nesse contexto, o médico que comercializa medicamentos carrega muito mais incerteza jurídica do que o consumidor que usa um produto e não é responsabilizado pessoalmente por suas ações, pois o médico será julgado não apenas em termos de responsabilidade profissional clássica, mas também em termos dos padrões de responsabilidade do fornecedor em assuntos de consumo.

2.6 Constitucionalização da ética médica

A dignidade da pessoa humana, consagrada na base da República no Artigo 1º, III da Constituição Federal, não é decorativa ou retórica, mas um vetor interpretativo que se espalha por todo o sistema jurídico. A normalização dos padrões profissionais, como práticas profissionais voltadas diretamente para o bem-estar físico e psicológico dos indivíduos, deve contribuir para a preservação do humano como fim.

Conforme defende Ferrajoli (2002), em seu estudo sobre a teoria do garantismo, argumenta que os direitos fundamentais servem como limites materiais ao exercício do poder inclusive em instituições privadas. Não se trata apenas de restringir os caprichos do Estado, mas de impedir que formas sociais e econômicas transformem a pessoa em objeto de instrumentalização. O papel garantista dos direitos fundamentais, portanto, estende-se à atividade médica, cuja validade depende de centrar o paciente como sujeito de direitos.

A saúde, reconhecida como direito social fundamental pelo art. 196 da Constituição Federal, não pode ser integralmente absorvida pela lógica mercantil. Ainda que a medicina se desenvolva em um ambiente econômico, sua conformação constitucional exige que a dimensão econômica permaneça subordinada à finalidade assistencial, de modo que a atividade médica se oriente prioritariamente pela proteção da saúde e da dignidade da pessoa humana.

Este é precisamente o tipo de instrumentalização econômica do corpo humano em que a prescrição terapêutica movida pelo negócio altera a prática médica impulsionada pelo mercado. Esta situação tensiona o núcleo axiológico da dignidade do homem, que é conceituada não apenas como um valor moral abstrato, mas sim como a lógica teórica orientadora do sistema jurídico. A dignidade humana, observa Ingo Wolfgang Sarlet (2012), é um "valor-fonte que irradia efeitos por todo o sistema jurídico", um valor material que é usado como critério de validade para práticas de instituições que impactam o indivíduo.

Esta centralidade axiológica está bem marcada aqui, não menos por causa do efeito na integridade corporal e existencial do indivíduo que os procedimentos médicos têm. Sob a perspectiva da teoria dos princípios de Alexy (2015), a dignidade e o direito à saúde configuram mandatos de otimização, exigindo a maximização de sua realização na máxima extensão possível nas oportunidades fáticas e jurídicas disponíveis. A inclusão de incentivos econômicos diretos na decisão terapêutica pode minar essa maximização ao introduzir uma nova variável fora de sintonia com o propósito da assistência.

A racionalidade clínica, que deveria guiar o paciente através de uma boa ação, começa a se sobrepor à potencial racionalidade econômica concorrente. Além disso, ao examinar os limites éticos das intervenções no corpo humano, Habermas (2004) afirma que a pessoa não pode existir apenas como objeto de manipulação instrumental, mesmo quando justificada pelo utilitarismo. Essa transferência enfraquece a relação entre a prescrição e o benefício econômico direto, pois mina a agência do paciente como sujeito de direitos que pode levar a aliança terapêutica a uma lógica contratual mais mercantil.

Nesse sentido, a Constituição, consagrando por um lado a dignidade da pessoa humana (Artigo 1º, III) e por outro o direito fundamental à saúde (Artigo 196), constrói-se em uma leitura restrita de práticas que são potencialmente prejudiciais à integridade estrutural da relação médico-

paciente. Não se trata de negar a dimensão econômica da Medicina, mas sim de concordar que ela deve continuar a ser secundária à missão de assistência, sob pena de minar a confiança institucional que valida o exercício da profissão.

2.7 Jurisprudência e posicionamento institucional dos Conselhos de Medicina

A jurisprudência brasileira tem estabelecido repetidamente que o trabalho médico é uma questão muito técnica, pessoal e fiduciária que não deve ser confundida com uma ação orientada para negócios ou comércio. O Superior Tribunal de Justiça, ao interpretar o Artigo O artigo 14, parágrafo 4, do Código de Defesa do Consumidor consagrou o entendimento de que a responsabilidade do médico, em geral, é subjetiva, uma questão de culpa, pois a prestação de serviços médicos depende da competência do desempenho intelectual, não sendo uma obrigação típica de resultado nas relações comerciais.

É uma distinção jurisprudencial que não é puramente classificatória; mostra que o sistema jurídico reconhece na Medicina um regime jurídico diferenciado, fundado na diligência técnica, prudência científica e confiança do paciente. A relação médico-paciente, que é fiduciária, não pode ser conciliada com a transferência pura e simples da atividade clínica para a lógica empresarial.

E sob este sistema, a posição institucional do Conselho Federal de Medicina reforça uma interpretação restrita da comercialização da prática médica. "Medicina não é comércio" está escrito no portal do CFM e afirma claramente que a Medicina não pode ser vista como um empreendimento comercial impulsionado por estratégias de vendas, publicidade agressiva ou lucro vinculado ao ato profissional. Prática médica: o foco aqui é o compromisso ético com o paciente, em vez de usar o produto/procedimento pelo menor preço econômico. Da mesma forma, a nível institucional, em "Prática de comércio é proibida na Medicina", o CFM lembra aos membros o valor de se desvincular do comércio típico da profissão, afirmando particularmente que vender um produto por um médico compromete a independência clínica e contraria o Código de Ética Médica.

A proibição não é resultado de formalidade corporativa, mas de manter a neutralidade técnica e evitar conflitos de interesse. Dado este

contexto jurisprudencial e institucional, a percepção de que pode haver benefícios financeiros diretos decorrentes da venda do medicamento que o médico indicou ao paciente não é apenas uma questão de lógica empresarial, mas também da lógica que permite que a neutralidade terapêutica floresça.

O médico deixa de funcionar puramente como um agente técnico preocupado principalmente com o interesse primário proteger a saúde ao qual tem uma reivindicação prévia, e ocupa uma posição de interesse misto, em que um interesse patrimonial secundário pode bem motivar a ação prescritiva. Este é o caso clássico de conflito de interesse em que a confiança na qual a relação médico-paciente é organizada torna-se comprometida e quando a independência clínica é esticada nos limites prescritos nos Artigos 58, 68 e 69 do Código de Ética Médica.

A proibição ética, portanto, não é simples: fala de uma análise do entendimento jurisprudencial do caráter das atividades médicas e de uma autodefinição institucional da profissão como uma profissão de cuidado, não de comércio. A quebra dessa independência se estende além dos princípios clássicos.

Dada tal boa-fé objetiva (artigo 422 do Código Civil) e, por extensão, os deveres acessórios correspondentes, particularmente no que diz respeito à informação, transparência e lealdade, a comercialização lucrativa por parte do médico de medicamentos pode ser uma ofensa civil onde se pode demonstrar que a vantagem econômica causou mudanças na indicação terapêutica ou dificultou a autonomia do paciente sobre seu tratamento. Dada essa assimetria informacional na relação clínica, há uma expectativa clara de probidade que enfraquece o consentimento informado e expande o escopo da responsabilidade civil em relação a qualquer ganho ou vantagem ocultos decorrentes da prescrição.

A orientação dos Conselhos Regionais de Medicina acompanha essa mesma construção interpretativa, como se observa em pareceres a exemplo do CRM-ES nº 28/2017, que distingue o mero repasse de custos, situação em que o médico apenas reembolsa o valor do medicamento utilizado no ato profissional, da comercialização realizada com finalidade lucrativa. Nessa perspectiva, o limite ético-jurídico não reside no uso do insumo terapêutico em si, mas na obtenção de lucro diretamente vinculado à prescrição, circunstância que tende a deslocar a prática clínica de uma orientação exclusivamente voltada ao melhor interesse do paciente para um cenário em que incentivos econômicos privados passam a interagir com a

decisão terapêutica, comprometendo a integridade do modelo profissional adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro.

3 Conclusão

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permite concluir que a vedação à comercialização de medicamentos por médicos não constitui mera restrição corporativa ou formalidade normativa, mas decorre de um conjunto de fundamentos éticos, jurídicos e institucionais que estruturam o exercício da medicina. Essa proibição encontra respaldo, em primeiro lugar, na teoria do conflito de interesses, que busca evitar que incentivos econômicos interfiram no julgamento clínico e comprometam a imparcialidade das decisões terapêuticas.

Ao mesmo tempo, a restrição está diretamente vinculada à natureza fiduciária da relação médico-paciente, caracterizada por uma assimetria de conhecimento e por um elevado grau de confiança depositado no profissional de saúde. Nesse contexto, espera-se que o médico atue exclusivamente orientado pelo melhor interesse do paciente, preservando a integridade do processo decisório clínico e evitando situações que possam gerar suspeitas de influência econômica sobre a prescrição.

Sob a perspectiva do direito sanitário, a separação entre prescrição médica e dispensação farmacêutica integra a racionalidade regulatória do sistema de saúde, voltada à proteção da saúde coletiva e à gestão de riscos associados à circulação de medicamentos. Essa divisão funcional contribui para assegurar rastreabilidade, prevenir conflitos de interesse e evitar a concentração simultânea de poder decisório e benefício econômico em um mesmo agente.

No plano da responsabilidade civil, a comercialização direta de medicamentos pelo médico também produz repercussões relevantes. Ao ultrapassar a esfera da prestação de serviço técnico e ingressar na atividade de fornecimento de produtos, o profissional passa a assumir posição jurídica distinta, aproximando-se do regime aplicável aos fornecedores nas relações de consumo e ampliando sua exposição a responsabilizações decorrentes da teoria do risco do empreendimento.

Esses elementos revelam que a vedação à venda de medicamentos pelo médico possui fundamento multidimensional, envolvendo a preservação da confiança institucional da profissão, a racionalidade regulatória do direito sanitário, a proteção constitucional da dignidade da

pessoa humana e a delimitação adequada dos regimes de responsabilidade civil.

Nesse cenário, o fenômeno contemporâneo da comercialização direta de medicamentos por médicos, especialmente em relação a fármacos de grande visibilidade no mercado terapêutico, evidencia tensões crescentes entre a lógica econômica e os fundamentos éticos da prática médica. O problema, portanto, não se limita à violação de uma norma específica, mas envolve a preservação de um modelo de exercício profissional historicamente orientado ao cuidado, à proteção da saúde e à confiança social.

Dessa forma, conclui-se que a comercialização de medicamentos pelo médico prescritor não pode ser compreendida como simples irregularidade administrativa, mas como prática que desafia os próprios fundamentos éticos e jurídicos da medicina. A manutenção da separação entre prescrição e comercialização revela-se, portanto, condição essencial para garantir a integridade da prática clínica, a proteção do paciente e a preservação da confiança que sustenta o exercício da profissão médica.

Referências

AITH, Fernando Mussa Abujamra. **Direito sanitário: fundamentos e princípios**. São Paulo: Quartier Latin, 2017.

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

BEAUCHAMP, Tom L.; CHILDRESS, James F**. Principles of biomedical ethics**. 8. ed. Oxford: Oxford University Press, 2019.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 6.437**, de 20 de agosto de 1977. Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 24 ago. 1977.

BRASIL. **Lei nº 8.078**, de 11 de setembro de 1990. Código de Defesa do Consumidor. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 12 set. 1990.

CONRAD, Peter. **The medicalization of society: on the transformation of human conditions into treatable disorders**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). **Resolução nº 1.595**, de 18 de maio de 2000. Dispõe sobre publicidade médica. Brasília: CFM, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). **Resolução nº 2.217**, de 27 de setembro de 2018. Código de Ética Médica. Brasília: CFM, 2018.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (CRM-ES). **Parecer-Consulta nº 28/2017**. Vitória, 21 jul. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM)**. Medicina não é comércio.** Brasília: CFM. Disponível em: https://portal.cfm.org.br. Acesso em 03 de março de 2026.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM)**. Prática do comércio é proibida na Medicina. Brasília: CFM**. Disponível em: https://portal.cfm.org.br. Acesso em 03 de março de 2026.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: responsabilidade civil**. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

ENGELHARDT, H. Tristram. **The foundations of bioethics**. 2. ed. New York: Oxford University Press, 1996.

FERRAJOLI, Luigi**. Direitos e garantias: a lei do mais fraco**. et al. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

GARRAFA, Volnei**. Bioética, poder e injustiça: por uma ética de intervenção**. São Paulo: Loyola, 2004.

GOLDIM, José Roberto**. Bioética e autonomia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

HABERMAS, Jürgen. **O futuro da natureza humana: a caminho de uma eugenia liberal?** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PELLEGRINO, Edmund D.; THOMASMA, David C. **The virtues in medical practice**. New York: Oxford University Press, 1993.

ROXIN, Claus. **Derecho penal: parte general**. Tomo I. Madrid: Civitas, 2006.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 11. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Brasil). **REsp 575.595/RS**.

Relator: Min. Carlos Alberto Menezes Direito. 3ª Turma. Julgado em 19 abr. 2005. DJ 13 jun. 2005.

TARTUCE, Flávio. **Manual de direito civil**: volume único. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

THOMPSON, Dennis F. **Understanding financial conflicts of interest**. The New England Journal of Medicine, v. 329, n. 8, p. 573-576, 1993.

VENTURA, Deisy; REIS, Rossana Rocha. **Direito à saúde e sistemas de regulação sanitária**. São Paulo: Hucitec, 2019.

WANG, Daniel Wei Liang. **Direito sanitário e regulação em saúde no Brasil**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

Capítulo 17

PLATAFORMAS DIGITAIS DE TRABALHO E DE CONSUMO NO PL 4/2025: A REFORMA DO CÓDIGO CIVIL ENTRE A PROTEÇÃO DO VULNERÁVEL E A SEGURANÇA JURÍDICA

Tiara Cordeiro Neves Brandão[1]

1 Introdução

O motorista que liga o aplicativo às seis da manhã sem saber quantas corridas vai conseguir fazer, e o consumidor que compra um produto recomendado por um algoritmo que ele não escolheu ver, têm mais em comum do que parece à primeira vista. Ambos estão inseridos numa relação jurídica desenhada por um terceiro que não é, tecnicamente, parte do contrato: a plataforma. O Código Civil de 2002 não foi feito para esse cenário. Quando foi redigido, internet ainda era coisa de quem tinha computador em casa, e a ideia de uma empresa intermediar, em tempo real e por meio de um algoritmo, a relação entre milhões de pessoas simplesmente não existia como problema jurídico a ser equacionado.

O Projeto de Lei 4/2025, em tramitação no Senado Federal, tenta preencher essa lacuna. Fruto do trabalho da comissão de juristas coordenada pelo Ministro Luis Felipe Salomão entre 2023 e 2024, o projeto propõe a criação de um Livro de Direito Digital dentro do Código Civil, além de alterar ou revogar centenas de dispositivos do texto vigente. Um dos pontos mais sensíveis dessa reforma é justamente o tratamento dado às plataformas que intermedeiam relações de trabalho e de consumo, dois campos em que a vulnerabilidade de uma das partes já era reconhecida antes da era digital, mas que ganham contornos novos quando o poder de controle deixa de ser exercido por uma pessoa e passa a ser exercido por um sistema.

1 Especialista em Direito Material e Processual do Trabalho. Advogada. Especialista em Docência Jurídica. Coordenadora em curso de graduação em Direito. Professora Universitária. Contato: tiaraneves@outlook.com

Este artigo tem como objetivo examinar como o PL 4/2025 trata (e, em boa medida, como ainda não trata) as plataformas digitais de trabalho e de consumo, discutindo se as soluções propostas conseguem equilibrar dois valores que nem sempre andam juntos: a segurança jurídica que se espera de um Código Civil e a proteção da parte mais fraca da relação. A hipótese que se defende aqui é a de que o projeto avança de forma relevante na proteção do consumidor plataformizado, mas deixa em aberto, porque o problema, a rigor, não é dele, a questão mais urgente do trabalhador de aplicativo, que segue sendo decidida em outras arenas, como o Supremo Tribunal Federal e projetos de lei específicos.

Essa tensão, embora se manifeste no plano infraconstitucional do Código Civil e do Marco Civil da Internet, tem raiz constitucional. A defesa do consumidor é direito fundamental expresso no artigo 5º, inciso XXXII, da Constituição Federal, e figura também como princípio da ordem econômica no artigo 170, inciso V, ao lado da valorização do trabalho humano, fundamento do mesmo artigo 170, caput. Já a proteção do trabalhador de plataforma não conta com previsão constitucional dessa natureza, apoiando-se de modo mais difuso no princípio da dignidade da pessoa humana, previsto no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal, e nos direitos sociais dos trabalhadores enumerados no artigo 7º, cuja aplicação a essa categoria segue em aberto até que o STF e o Congresso definam a natureza jurídica do vínculo. É esse desequilíbrio de ancoragem constitucional, mais nítido para o consumidor do que para o trabalhador, que o PL 4/2025 acaba por reproduzir no plano civil.

O texto está dividido em quatro partes, além desta introdução e das Considerações finais. A primeira situa o vazio normativo que a reforma pretende preencher e a arquitetura geral do futuro Livro de Direito Digital. A segunda examina especificamente o tratamento dado à relação de consumo plataformizada. A terceira trata da relação de trabalho plataformizada e do motivo pelo qual ela permanece, em grande medida, fora do alcance direto do Código Civil. A última retoma a tensão entre segurança jurídica e proteção do vulnerável como chave de leitura para todo o problema.

2 O vazio normativo e a proposta de um livro de direito digital

Não há, hoje, no Código Civil, qualquer menção a plataformas digitais, algoritmos ou relações intermediadas por aplicativo. O que existe

é uma colcha de retalhos: o Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014) cuida da responsabilidade dos provedores por conteúdo de terceiros; a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018) trata do tratamento de dados pessoais; o Código de Defesa do Consumidor, de 1990, é aplicado por analogia a situações que seus autores jamais imaginaram, como a de um algoritmo de recomendação que induz a compra por meio de um design manipulativo de tela. Cada uma dessas leis resolve um pedaço do problema, mas nenhuma delas foi pensada para dialogar com as demais dentro de uma lógica sistemática de direito privado.

É esse vazio que o PL 4/2025 tenta ocupar. Segundo o que se divulgou publicamente sobre o anteprojeto, o novo Livro de Direito Digital seria organizado em capítulos que vão do patrimônio digital à inteligência artificial, passando por assinaturas eletrônicas e pelas chamadas situações jurídicas digitais, categoria ampla que englobaria as interações capazes de gerar direitos, deveres e responsabilidade entre pessoas naturais, pessoas jurídicas e sistemas automatizados. A proposta caminha, ainda, para revogar o artigo 19 do Marco Civil da Internet, que hoje isenta as plataformas de responsabilidade por conteúdo de terceiros salvo descumprimento de ordem judicial, substituindo essa isenção por um regime em que a plataforma pode responder, administrativa e civilmente, quando descumprir de forma sistemática os deveres que o próprio Código passaria a lhe impor.

Essa mudança não é de somenos importância para o tema deste artigo. Se a plataforma passa a ter deveres de conduta previstos em lei civil, de transparência quanto aos critérios do algoritmo, de vedação a interfaces manipulativas, de avaliação de riscos sistêmicos, ela deixa de ser uma simples intermediária neutra e passa a ser tratada como um agente que exerce controle e que, por isso, pode ser chamado a responder. É esse deslocamento conceitual, da plataforma vitrine para a plataforma agente, que abre espaço para se discutir, com mais consistência dogmática, tanto a proteção do consumidor quanto a do trabalhador que dependem dela.

Convém registrar que essa proposta de revogação do artigo 19 não chega ao Congresso em terreno inteiramente virgem. Em junho de 2025, ao julgar os Temas 533 e 987 de repercussão geral (RE 1.057.258 e RE 1.037.396), o próprio Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade parcial e progressiva do artigo 19 do Marco Civil, com acórdão publicado em novembro daquele ano, fixando regimes diferenciados de responsabilização civil conforme a natureza do conteúdo

e do serviço prestado pela plataforma. PL 4/2025 e jurisprudência do STF caminham, portanto, no mesmo sentido, o de ampliar a responsabilidade das plataformas por conteúdo de terceiros, mas por vias distintas: uma decisão judicial que já produz efeitos práticos hoje e uma futura alteração legislativa que, se aprovada, poderá consolidar em lei o que a Corte já sinalizou por via interpretativa.

Essa reformulação, é bom que se diga, não nasce no vácuo. Ela dialoga, e em certa medida responde, a um movimento regulatório que já vinha ocorrendo fora do Código Civil, na atuação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica sobre práticas de plataformas digitais, nas discussões sobre regulação de inteligência artificial que tramitam em separado no Congresso, e na própria jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que há anos vem sendo chamada a decidir casos envolvendo aplicativos de transporte, marketplaces e redes sociais sem dispor de um arcabouço legal específico para tanto. O PL 4/2025 pode ser lido, portanto, não como uma inovação isolada, mas como uma tentativa de sistematizar, dentro da lei civil geral, um conjunto de soluções que os tribunais e órgãos reguladores já vinham construindo de forma fragmentada, caso a caso.

Essa tentativa de sistematização tem um mérito que não deve ser subestimado: transferir para a lei aquilo que antes dependia inteiramente de construção pretoriana reduz a loteria judicial, isto é, a situação em que duas pessoas em circunstâncias praticamente idênticas recebem respostas diferentes do Judiciário simplesmente porque caíram em varas ou tribunais com sensibilidades distintas sobre o tema. Um Código Civil que trata expressamente de patrimônio digital, de assinatura eletrônica e de responsabilidade de plataforma reduz o espaço para esse tipo de loteria, ainda que, como se verá adiante, não o elimine por completo, sobretudo onde o texto opta por conceitos abertos em vez de regras fechadas.

3 Consumo plataformizado: da vitrine ao agente

No campo do consumo, o projeto parece ter avançado mais do que em qualquer outro aspecto relacionado às plataformas. A ideia de vedar interfaces manipulativas, os chamados *dark patterns*, técnicas de design que induzem o usuário a tomar decisões que não tomaria em condições de escolha livre e informada, não é propriamente nova na doutrina consumerista, mas ganha, com a reforma, um lugar dentro do próprio Código Civil, e não apenas em normas administrativas ou em construção

jurisprudencial dispersa. O mesmo se diga dos deveres de transparência sobre os critérios de funcionamento do algoritmo: se a plataforma decide o que mostrar, a que preço e em que ordem, o consumidor tem o direito de saber, ainda que minimamente, por que está vendo aquilo.

Essa tendência dialoga com o que já dispõe o Código de Defesa do Consumidor, cujo artigo 6º, inciso III, assegura o direito à informação adequada e clara sobre produtos e serviços, e cujo artigo 51 declara nulas as cláusulas que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada. A diferença é que, até aqui, aplicar esses dispositivos a uma relação mediada por algoritmo de recomendação exigia um esforço interpretativo nem sempre uniforme entre os tribunais. Ao trazer regras específicas para o ambiente digital, o Código Civil reformado tende a reduzir esse espaço de incerteza, o que é, no fim das contas, o próprio conceito de segurança jurídica: saber, de antemão, quais são as regras do jogo, sem depender inteiramente da sorte de cair numa vara ou numa turma julgadora mais ou menos sensível ao tema.

Há, contudo, um ponto que merece reserva crítica. Ao impor deveres de auditoria independente e avaliação de riscos sistêmicos, a reforma parece ter em mente sobretudo as grandes plataformas, os gigantes com poder de mercado suficiente para arcar com o custo de compliance que isso representa. Não é incomum que dispositivos pensados para conter abusos de grandes empresas acabem, na prática, funcionando como barreira de entrada para concorrentes menores, que não têm musculatura financeira para os mesmos mecanismos de governança. Se a proteção do consumidor vulnerável, no médio prazo, reduzir a concorrência e concentrar ainda mais o mercado em poucas plataformas, o resultado pode ser, paradoxalmente, menos favorável ao próprio consumidor que a norma pretendia proteger. Trata-se de uma tensão que a doutrina precisará acompanhar de perto quando o texto amadurecer no Congresso.

Outro aspecto que merece nota é o tratamento dado à recomendação algorítmica em si, e não apenas às interfaces de captura de atenção. Boa parte do debate público sobre *dark patterns* concentra-se em elementos visuais: botões de cancelamento escondidos, cores que induzem a clicar na opção que interessa à empresa, contagens regressivas artificiais que criam falsa urgência. Menos visível, mas talvez mais relevante do ponto de vista jurídico, é o critério pelo qual o algoritmo decide o que mostrar a cada consumidor. O preço exibido pode variar conforme o perfil de quem compra, a ordem dos resultados de busca pode favorecer parceiros

comerciais da própria plataforma em detrimento de concorrentes, e a avaliação de produtos que aparece primeiro pode ter sido selecionada por critérios que privilegiam o engajamento, não a utilidade da informação para quem está decidindo a compra. Um dever de transparência que não alcance esse nível de funcionamento do algoritmo, e não apenas a aparência da tela, corre o risco de proteger a forma sem tocar na substância do problema.

4 Trabalho plataformizado: o silêncio eloquente do Código Civil

No campo do trabalho, o quadro é diferente, e talvez seja aqui que este artigo tenha algo de mais provocativo a dizer: o PL 4/2025, apesar de tratar amplamente das plataformas digitais, não enfrenta diretamente a situação do motorista ou do entregador de aplicativo. Há uma razão estrutural para isso, que não pode ser ignorada. O Código Civil não é, e não pretende ser, o instrumento adequado para decidir se existe ou não vínculo de emprego entre um trabalhador e uma plataforma. Essa é uma discussão de direito do trabalho, e ela está, de fato, sendo travada em outras arenas: o Supremo Tribunal Federal julga o Tema 1.291, sobre o reconhecimento de vínculo empregatício entre motoristas de aplicativo e as empresas que operam as plataformas; o Projeto de Lei Complementar 152/2025 avança na Câmara dos Deputados com uma proposta de categoria própria, a do trabalhador autônomo plataformizado, com proteção mínima sem vínculo celetista; e o Projeto de Lei Complementar 12/2024 trata especificamente de motoristas de transporte de passageiros.

O conceito que atravessa todas essas discussões é o de subordinação algorítmica, a ideia de que o poder diretivo, elemento clássico da relação de emprego, pode ser exercido não por uma pessoa que dá ordens, mas por um sistema que define, por meio de regras automatizadas, quais corridas o motorista vai receber, que nota ele precisa manter para continuar ativo, e em que momento sua conta pode ser desativada sem aviso prévio detalhado. O Tribunal Superior do Trabalho, em decisões recentes, tem rejeitado o reconhecimento de vínculo empregatício nesses casos, sob o argumento de que falta o requisito clássico da subordinação jurídica, já que o trabalhador pode ligar e desligar o aplicativo quando quiser. Mas essa liberdade formal convive, na prática, com um controle bastante concreto sobre o modo de

prestação do serviço, e é justamente esse descompasso entre a autonomia aparente e o controle algorítmico real que alimenta o debate.

O que este artigo sustenta é que, embora o Código Civil não seja o lugar de resolver a questão trabalhista propriamente dita, ele não pode se manter completamente alheio ao fenômeno. As situações jurídicas digitais que o próprio PL 4/2025 pretende disciplinar, a relação entre uma pessoa natural e um sistema automatizado que toma decisões sobre ela, são exatamente o tipo de vínculo em que se encaixa o motorista de aplicativo, ainda que sua qualificação final (se trabalhador autônomo, se empregado, se uma terceira categoria) permaneça em aberto até que o STF e o Congresso resolvam a disputa. Um Código Civil que trata com detalhe da responsabilidade das plataformas perante o consumidor, mas que silencia sobre o mesmo tipo de controle algorítmico exercido sobre quem presta o serviço, comunica, ainda que sem querer, uma hierarquia de proteção: o cliente final é mais digno de tutela do que quem entrega a mercadoria na porta dele. Essa hierarquia não precisa ser assim; ela é, antes, um efeito colateral de dividir o problema entre searas jurídicas diferentes sem cuidar de amarrar as pontas.

Há, ainda, um dado comparativo que ajuda a situar o caso brasileiro. A União Europeia editou, em 2024, diretiva que estabelece presunção de vínculo de emprego sempre que houver indícios de direção ou controle exercidos pela plataforma sobre o trabalhador, invertendo, na prática, o ônus da prova em favor de quem presta o serviço. O Brasil caminha em direção oposta, ou pelo menos mais cautelosa: as decisões do Tribunal Superior do Trabalho até aqui têm negado o vínculo, e mesmo os projetos de lei complementar em tramitação, o 152/2025 e o 12/2024, optam por criar uma categoria intermediária, o trabalhador autônomo plataformizado, com proteção mínima mas sem os direitos plenos da CLT. Essa escolha não é neutra: ela reflete uma aposta política de que o modelo de negócio das plataformas de transporte e entrega, tal como existe hoje, não sobreviveria a um regime de vínculo empregatício pleno para toda a categoria, e de que é preferível garantir alguma proteção, previdenciária, contra acidentes, com piso remuneratório mínimo em certos casos, a arriscar a inviabilidade do próprio modelo.

Seja qual for a avaliação que se faça dessa aposta, o fato é que ela está sendo feita fora do Código Civil, por atores e em fóruns que não dialogam necessariamente com a reforma civilista. Existe aqui um risco de dessincronia normativa: se o Congresso aprovar o estatuto do trabalhador

autônomo plataformizado antes de o PL 4/2025 avançar, ou vice-versa, o Código Civil reformado pode acabar tratando a plataforma como agente responsável perante o consumidor sem que exista, ao mesmo tempo, uma definição clara de sua responsabilidade perante quem presta o serviço em seu nome. Duas leis que deveriam se complementar podem, na prática, avançar em compassos e lógicas diferentes, deixando um hiato exatamente onde a proteção mais se faz necessária.

5 Segurança jurídica e proteção do vulnerável: um equilíbrio possível?

Convém deter-se um momento na tensão que dá título a este artigo, porque ela não é meramente retórica. Segurança jurídica, em sua acepção mais simples, significa previsibilidade: as partes de uma relação sabem, de antemão, quais são as regras aplicáveis e quais as consequências de seus atos. Proteção do vulnerável, por sua vez, parte do reconhecimento de que nem todas as partes de uma relação jurídica estão em pé de igualdade, e que a lei, ou o juiz, na ausência de lei clara, precisa corrigir esse desequilíbrio. Em tese, os dois valores convivem bem: uma norma clara que protege o vulnerável é, ao mesmo tempo, segura e justa. Na prática, porém, o legislador muitas vezes se vê diante de uma escolha difícil entre regras rígidas, que dão previsibilidade mas podem engessar situações que pedem flexibilidade, e cláusulas gerais, que dão flexibilidade mas transferem ao juiz a tarefa de definir, caso a caso, o que é abusivo.

O PL 4/2025 parece ter optado, no campo do consumo digital, por uma combinação das duas técnicas: fixa vedações relativamente específicas, como a proibição de interfaces manipulativas, mas também recorre a conceitos abertos, como os deveres de moderação responsável e de avaliação de riscos sistêmicos, que só ganharão contorno definitivo com a aplicação concreta pelos tribunais e, eventualmente, por regulamentação infralegal. Essa é, no fundo, uma escolha razoável para uma área em que a tecnologia muda mais rápido do que qualquer processo legislativo consegue acompanhar: regras fechadas demais ficariam obsoletas antes mesmo de entrarem em vigor. Essa opção legislativa dialoga diretamente com o mandamento constitucional dos artigos 5º, inciso XXXII, e 170, inciso V, da Constituição Federal, que elevam a defesa do consumidor à condição de direito fundamental e de princípio da ordem econômica, e

não de mera política legislativa ordinária que o legislador poderia adotar ou não.

Já no campo do trabalho, a ausência de uma resposta explícita no Código Civil produz o efeito oposto ao da segurança jurídica: mantém em aberto, por tempo indeterminado, uma questão que afeta diretamente a vida de milhões de motoristas e entregadores, que seguem sem saber, com razoável grau de certeza, se têm ou não direito a férias, décimo terceiro, FGTS ou seguro-desemprego. Essa incerteza tem um custo real, medido em judicialização, como bem ilustram as decisões divergentes entre Tribunais Regionais do Trabalho sobre a mesma situação de fato, e em insegurança para as próprias plataformas, que não sabem, ao planejar sua operação no Brasil, qual será o custo final da mão de obra que utilizam. Nesse ponto específico, a segurança jurídica que o título do PL 4/2025 promete fica devendo, porque o problema mais urgente segue sendo resolvido, aos poucos, pelo Judiciário. Diferentemente do consumidor, o trabalhador de plataforma não dispõe de um mandamento constitucional expresso equivalente ao artigo 5º, inciso XXXII, da Constituição Federal. Sua proteção depende de uma leitura mais indireta, ancorada no princípio da dignidade da pessoa humana do artigo 1º, inciso III, e nos direitos sociais do artigo 7º, que, na ausência de definição sobre a natureza do vínculo, seguem sem um parâmetro civil mínimo de aplicação a essa categoria.

Um exemplo concreto ajuda a visualizar essa tensão. Imagine-se um entregador desativado da plataforma sem aviso prévio detalhado, sob a alegação genérica de baixa avaliação média. Do ponto de vista consumerista, a plataforma cumpriu, talvez, seus deveres de transparência para com quem pediu a entrega. Do ponto de vista daquele que a fazia, porém, não existe hoje, no Código Civil, qualquer dispositivo que assegure o direito a uma explicação minimamente concreta sobre a decisão automatizada que o deixou sem renda. A boa-fé objetiva, prevista no artigo 422 do Código Civil vigente, já ofereceria fundamento para se exigir alguma lealdade contratual mínima nessas situações, mas sua aplicação depende, hoje, inteiramente do intérprete. Não há, na letra da lei, uma referência específica ao contexto algorítmico que tornaria essa exigência mais previsível tanto para o trabalhador quanto para a própria plataforma.

6 Considerações finais

O PL 4/2025 representa um esforço sério e necessário de atualização do Código Civil brasileiro para uma realidade que, há duas décadas, mal

se desenhava no horizonte. No que toca às plataformas digitais, o projeto acerta ao deslocar o consumidor de mero destinatário passivo de anúncios para titular de direitos específicos frente ao poder algorítmico das empresas que o intermedeiam, vedando práticas manipulativas e impondo deveres de transparência que, até então, dependiam de construção jurisprudencial incerta.

O mesmo esforço, no entanto, não se estende, ao menos não de forma explícita, ao trabalhador que também está sujeito ao controle desse mesmo algoritmo. Isso não é necessariamente uma falha do PL 4/2025: a questão trabalhista tem sede própria, e está sendo discutida com a devida atenção no Supremo Tribunal Federal e em projetos de lei complementar específicos. Mas é um lembrete de que a proteção de direitos fundamentais na era digital não pode ser fatiada em compartimentos estanques, sob pena de proteger bem um lado da relação e deixar o outro à mercê de decisões judiciais que, por mais numerosas que sejam, nunca terão a força unificadora de uma lei.

Fica, como agenda de pesquisa para os próximos capítulos desta coleção, a pergunta que este artigo não teve a pretensão de responder por completo: até que ponto caberia ao próprio Código Civil, por meio do conceito de situações jurídicas digitais que o PL 4/2025 já introduz, oferecer um mínimo de proteção ao trabalhador de plataforma? Não como uma antecipação da resposta trabalhista, que tem seu próprio percurso, mas como um piso civil de boa-fé objetiva e vedação ao abuso de direito, aplicável a qualquer pessoa submetida a controle algorítmico intenso, seja ela consumidora, seja ela quem carrega a mercadoria até a porta de casa.

Referências

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Projeto de Lei nº 4, de 2025. Atualiza o Código Civil. Brasília: Senado Federal, 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei Complementar nº 152, de 2025. Dispõe sobre o trabalho autônomo plataformizado. Brasília: Câmara dos Deputados, 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei Complementar nº 12, de 2024. Dispõe sobre condições de trabalho de motoristas por aplicativo. Brasília: Câmara dos Deputados, 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Tema 1.291. Vínculo empregatício

entre motoristas e plataformas digitais. Brasília: STF, 2026.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Temas 533 e 987. Inconstitucionalidade parcial e progressiva do artigo 19 da Lei nº 12.965/2014. Brasília: STF, 2025.

BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Código de Defesa do Consumidor.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Marco Civil da Internet.

MARQUES, Cláudia Lima. Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

TARTUCE, Flávio. Direito Civil: lei de introdução e parte geral. v. 1. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024.

SCHREIBER, Anderson. Direito Civil e Constituição. São Paulo: Atlas, 2013.

PALLOTTA RODRIGUES, Mauricio. Contratação na Multidão e a Subordinação Algorítmica. São Paulo: Editora Mizuno, 2021.

DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 22. ed. São Paulo: LTr, 2025.

Capítulo 18

RESPONSABILIDADE CIVIL DAS PLATAFORMAS DIGITAIS NOS CRIMES CONTRA A HONRA

Geraldo Gonçalves Araújo[1]
Igor Teixeira Werneck[2]
Pauliana Maria Dias[3]

1 Introdução

O avanço das tecnologias digitais e a expansão das redes sociais transformaram significativamente as formas de comunicação e interação social. Plataformas como Instagram, Facebook, X (antigo Twitter) e WhatsApp passaram a integrar o cotidiano da sociedade, permitindo ampla circulação de informações, opiniões e conteúdos produzidos pelos próprios usuários. Contudo, a facilidade de divulgação e compartilhamento também contribuiu para o crescimento de práticas ilícitas no ambiente virtual, especialmente dos crimes contra a honra.

Nessa circunstância, ofensas, acusações falsas, comentários difamatórios e ataques virtuais passaram a alcançar grande repercussão social em poucos segundos, potencializando danos à honra, à imagem e à dignidade das vítimas. Diante dessa realidade, tornou-se necessário discutir os limites da liberdade de expressão e a responsabilidade jurídica decorrente da divulgação de conteúdos ilícitos nas plataformas digitais.

1 Servidor público. Graduado em Licenciatura em Física e Pós-Graduado em Gestão Pública. Acadêmico do curso de Bacharelado em Direito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais Campus Arcos. E-mail: geraldoaraujo04@gmail.com.

2 Servidor público. Acadêmico do curso de Bacharelado em Direito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais Campus Arcos. E-mail: igorwernecknew@gmail.com.

3 Mestre em Direito Processual pelo Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Pós-Graduada em Direito do Trabalho pelo Instituto de Educação Continuada – IEC. Pós-Graduada em Direito Processual pelo Instituto de Educação Continuada – IEC. Professora Universitária. Sócia da Câmara de Arbitragem, Mediação e Conciliação MASC – Meios Adequados de Solução de Conflitos. Advogada. E-mail: paulianamdias@gmail.com.

O aumento dos conflitos envolvendo conteúdos ofensivos publicados na internet intensificou os debates doutrinários e jurisprudenciais acerca da atuação das plataformas digitais na remoção de conteúdos ilícitos e dos limites da moderação de conteúdo no ambiente virtual.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo analisar a responsabilidade civil das plataformas digitais diante da prática de crimes contra a honra no ambiente virtual, examinando o entendimento adotado pela legislação brasileira, pela doutrina e pela jurisprudência dos Tribunais Superiores.

2 Responsabilidade civil e os crimes contra a honra no ambiente digital

A consolidação do acesso à internet e a utilização das plataformas e mídias digitais transformaram as maneiras de interação social, permitindo a rápida circulação de informações, opiniões e assuntos no mundo virtual. Contudo, ao mesmo tempo em que essas ferramentas ampliaram a comunicação e fortaleceram a liberdade de expressão, também contribuíram para o aumento de práticas ilícitas relacionadas à violação da honra, da imagem e da dignidade.

Nesse contexto, os crimes contra a honra passaram a assumir novas proporções no meio digital, especialmente em razão da facilidade de disseminação e da permanência dos conteúdos ofensivos nas redes sociais. Diante dessa realidade, a responsabilidade civil apresenta-se como importante mecanismo jurídico de proteção aos direitos da personalidade, assegurando a reparação dos danos decorrentes de condutas ilícitas praticadas no ambiente virtual.

Assim, esta seção analisará as relações digitais, os pressupostos da responsabilidade civil e os impactos jurídicos dos crimes contra a honra nas plataformas digitais, observando os limites entre liberdade de expressão e proteção da dignidade humana.

2.1 Plataformas digitais e as relações virtuais

O avanço da tecnologia e a popularização das redes sociais transformaram significativamente as relações e o convívio humano, ampliando a velocidade da comunicação e a circulação de informações no ambiente virtual. Plataformas digitais como Instagram, Facebook,

Linkedin, X (antigo Twitter) e WhatsApp passaram a integrar o cotidiano das pessoas, permitindo que milhões de usuários publiquem opiniões, comentários e conteúdos.

> As plataformas digitais são uma solução tecnológica utilizada para a oferta de serviços pela internet, além do consumo de conteúdo online, permitindo a realização de uma série de atividades de forma facilitada. Afinal, mudam a forma como realizamos desde tarefas simples do dia a dia até obrigações de trabalho mais complexas (Plataformas..., Fia Business School, 2023, online).

No entanto, a mesma facilidade de comunicação que fortalece a liberdade de expressão e o trabalho também contribui para o crescimento de práticas ilícitas, especialmente os crimes contra a honra, que encontram no meio digital um espaço de ampla disseminação e grande potencial ofensivo. Sendo assim, as plataformas digitais, ao mesmo tempo em que promovem conexões e ampliam o acesso à informação, também apresentam desafios significativos para a proteção da honra e da reputação dos usuários.

Segundo Correia (2023), as pessoas, de maneira geral, tendem a se comportar no ambiente virtual como se este fosse um espaço totalmente livre de limites jurídicos e sociais, no qual não existiriam consequências para condutas ofensivas ou abusivas. Essa sensação de anonimato, associada à rapidez das interações digitais e à falsa percepção de impunidade, contribui para a banalização de práticas ilícitas, especialmente aquelas relacionadas aos crimes contra a honra.

2.2 Responsabilidade civil: conceito e pressupostos jurídicos

Nesse contexto, a responsabilidade civil surge como importante instrumento jurídico de proteção aos direitos da personalidade, assegurando à vítima o direito à reparação pelos danos sofridos em decorrência de condutas ilícitas praticadas e tentadas no ambiente virtual.

> A responsabilidade civil consiste no dever de indenizar o dano suportado por outrem. Assim, a obrigação de indenizar, nasce da prática de um ato ilícito. O titular de um direito se relacionará juridicamente com a toda a coletividade. A lei imporá a essa coletividade um dever jurídico de abstenção, ou seja, ninguém poderá praticar atos que venham a causar lesões a direitos (patrimoniais ou extra patrimoniais) desse titular (Pereira, 2023, online).

Segundo Pereira (2023), o art. 187 do Código Civil distinguiu a ilicitude em duas categorias: a ilicitude subjetiva (dolo ou culpa) e a ilicitude

objetiva (aquela em que apenas ocorre o prejuízo, sem a necessidade de análise da intenção do agente). Dessa forma, a Responsabilidade Subjetiva é composta pela conduta humana (ação ou omissão relevante), nexo causal, dano e culpa. Um exemplo ocorre quando um usuário de rede social publica deliberadamente uma informação falsa sobre determinada pessoa, causando-lhe prejuízos à honra e à reputação. Nessa hipótese, a responsabilização dependerá da demonstração da conduta, do dano, do vínculo causal e da culpa ou dolo do ofensor. O dano causado pode ser material, moral ou estético.

Por sua vez, a Responsabilidade Objetiva possui os mesmos pressupostos, exceto a culpabilidade, bastando a demonstração da conduta, do dano e do nexo causal. Como exemplo, pode-se citar a atividade desenvolvida por uma empresa que, em razão dos riscos inerentes ao serviço prestado, causa prejuízo a terceiros, ainda que não tenha agido com culpa. Nesses casos, a obrigação de reparar decorre do risco da atividade exercida, independentemente da comprovação de dolo ou culpa do agente (Brasil, 2002).

De acordo com Pereira (2023), presentes esses pressupostos, pode-se definir como ato ilícito em sentido amplo, aquele contrário à lei ou ao direito e capaz de causar dano injusto a outra pessoa. O dano é o prejuízo, pode ser moral ou material, coletivo ou individual; e estético ou constituir-se na configuração da perda de uma chance experimentado pela vítima. O nexo de causalidade é o vínculo lógico entre determinada conduta antijurídica do agente e o dano experimentado pela vítima. E por fim, tem-se a culpabilidade que seria o juízo de censura à conduta do agente, de reprovabilidade pelo direito. A aplicação da responsabilidade civil a casos da vida real também se revela essencial ao ambiente virtual com a observância dos mesmos pressupostos.

2.3 Crimes contra a honra no ambiente digital

O Código Civil, em seu art. 186, estabelece que aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Em complemento, o art. 927 dispõe, que aquele que causar dano a outra pessoa fica obrigado a repará-lo. Assim, a responsabilidade civil possui como finalidade principal restaurar, na medida do possível, os prejuízos

experimentados pela vítima, sejam eles patrimoniais ou morais (Brasil, 2002).

Numa outra vertente, os crimes contra a honra encontram previsão nos arts. 138 a 140 do Código Penal (Brasil, 1940), sendo classificados em calúnia, difamação e injúria. Embora tais condutas já existissem antes do desenvolvimento tecnológico, o ambiente digital potencializou seus efeitos, uma vez que as ofensas podem alcançar um número indeterminado de pessoas em poucos segundos, permanecendo acessíveis por tempo prolongado. Nesse sentido, Correia afirma que:

> O uso da internet e seus vários mecanismos de convivência social, compra de produtos, acordos de empregos, acesso a serviços essenciais e indispensáveis, não está completamente desagregado dos riscos diariamente vivenciados nos espaços físicos da sociedade. Sem embargo, práticas criminosas e algumas condutas indevidas cometidas na rede terão consequências no mundo civil, especialmente quando afetam os direitos de outros consumidores da internet (Correa, 2023, online).

A internet pode ampliar significativamente a dimensão do dano causado pelos crimes contra a honra (Correia, 2023, online). Diferentemente das ofensas praticadas em ambientes privados, os ataques virtuais possuem grande capacidade de viralização, o que intensifica os prejuízos emocionais, sociais e profissionais suportados pela vítima. Em muitos casos, comentários ofensivos, notícias falsas e acusações infundadas permanecem circulando nas plataformas digitais mesmo após tentativas de exclusão, agravando as lesões.

O Código Civil (Brasil, 2002), nos arts. 11 a 21, protege os direitos da personalidade, reconhecendo sua importância para a preservação da dignidade da pessoa humana. Dessa maneira, observa-se que a liberdade de expressão, embora seja direito fundamental, não possui caráter absoluto, encontrando limites quando utilizada como instrumento de ofensa, humilhação ou disseminação de conteúdo ilícito como já determinou o legislador infraconstitucional penalista.

3 A responsabilidade das plataformas digitais diante dos crimes contra a honra

O crescimento das redes sociais e das plataformas digitais ampliou significativamente a circulação de informações e manifestações no ambiente virtual, intensificando também os conflitos relacionados à violação da honra, da imagem e da dignidade das pessoas. Nesse contexto, passou-se a discutir

não apenas a responsabilidade dos usuários que produzem conteúdos ilícitos, mas também a eventual responsabilidade civil das plataformas digitais diante da manutenção ou disseminação dessas publicações. O debate envolve a necessidade de equilíbrio entre a proteção aos direitos da personalidade, a garantia da liberdade de expressão e os limites da atuação das plataformas na moderação de conteúdo, especialmente após a promulgação do Marco Civil da Internet (Brasil, 2014; Barroso, 2004).

3.1 O marco civil da internet e a responsabilidade dos provedores

Com o crescimento das interações sociais no ambiente virtual se tornou indispensável a criação de mecanismos jurídicos capazes de regulamentar o uso da internet no Brasil. Nesse contexto, foi instituído o Marco Civil da Internet, por meio da Lei 12.965 (Brasil, 2014), estabelecendo princípios, garantias, direitos e deveres relacionados à utilização da rede mundial de computadores, inclusive quanto à responsabilidade civil dos provedores diante de conteúdos ilícitos publicados por terceiros. O Marco Civil diferenciou os provedores de conexão, responsáveis por fornecer o acesso à internet aos usuários, dos provedores de aplicações de internet, que disponibilizam serviços, plataformas e conteúdos acessados na rede, como redes sociais, sites e aplicativos. Conforme dispõe o art. 18 da Lei 12.965 (Brasil, 2014), o provedor de conexão não será responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros. Nessa conjectura, o art. 19 da mesma legislação estabelece que os provedores de aplicações somente poderão ser responsabilizados civilmente se, após ordem judicial específica, não promoverem a indisponibilização do conteúdo apontado como infringente.

Segundo Tomasevicius (2016), o legislador brasileiro optou por modelo que privilegia a liberdade de expressão, afastando a responsabilização automática das plataformas digitais por conteúdos publicados por usuários. Antes da entrada em vigor do Marco Civil da Internet, o Superior Tribunal de Justiça entendia que os provedores poderiam ser responsabilizados caso permanecessem omissos após notificação extrajudicial da vítima. Nesse sentido, o STJ decidiu, no julgamento do Recurso Especial 1.338.214/MT, Relatora Ministra Nancy Andrighi, que "ao ser comunicado de que determinado texto ou imagem possui conteúdo ilícito, deve o provedor agir de forma enérgica" (Brasil, 2013). Contudo, após a vigência da Lei 12.965 (BRASIL, 2014), consolidou-se, como regra geral, a exigência de ordem judicial específica para caracterização da responsabilidade civil

das plataformas digitais, buscando impedir a prática de censura privada e preservar a liberdade de expressão no ambiente virtual.

A responsabilização civil do ofensor pode ocorrer mediante condenação ao pagamento de indenização por danos morais, remoção do conteúdo ofensivo e, em determinadas situações, direito de resposta. O Poder Judiciário brasileiro tem reconhecido a gravidade das violações praticadas nas redes sociais, entendendo que a propagação de conteúdos ofensivos pode gerar danos à honra e à imagem das vítimas. Nesse sentido, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais reconheceu que a imputação falsa de prática criminosa em redes sociais configura dano moral indenizável (Minas Gerais, 2025).

De acordo com Correia (2023), a violação de direitos decorrente de prática tipificada na legislação penal pode gerar responsabilização civil do agente causador do dano. Para Oliveira (2021), a responsabilidade civil consiste no dever de reparar prejuízo causado a outrem em razão de descumprimento legal ou obrigação contratual. Além disso, crimes praticados por meio da internet podem justificar reparação civil, desde que identificado o autor da conduta, o que pode ocorrer por meio de investigação policial e determinação judicial para fornecimento de registros de acesso e dados cadastrais pelos provedores (Correia, 2023). O suposto anonimato e a sensação de impunidade contribuem para o aumento das ofensas nas redes sociais, podendo a responsabilidade alcançar também a plataforma digital em que ocorreu a divulgação (Correia, 2023).

> Neste sentido, ao considerar que as redes sociais são apenas veículos de exposição de conteúdos alheios, é possível entender a inexistência de obrigação em controlar a sua rede, tendo em vista que, a fiscalização e a consequente exclusão de informações poderão ser entendidas como liberação da Censura e a consequente restrição do direito de livre expressão, hipótese que destoa frontalmente dos preceitos constitucionais (Oliveira, 2021, online).

Conforme giza os arts. 18 e 19 da Lei 12.965 (Brasil, 2014), o provedor de conexão à internet não será responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros. Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente.

Importante mencionar julgados do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, destacando a Apelação Civil 1.0000.21.017990-9/004 cujo julgamento entendeu que a imputação falsa de prática criminosa em redes sociais configura dano moral indenizável, independentemente de prova de prejuízo concreto. A liberdade de expressão não ampara ofensas que ultrapassam o debate político e atingem a honra e a imagem pessoal do indivíduo. O provedor de aplicações de Internet somente responde civilmente se, após ordem judicial, não remover o conteúdo ilícito. E os valores das indenizações por danos morais devem atender aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, cumprindo função compensatória e pedagógica (Minas Gerais, 2025).

Nesse contexto, observa-se que o entendimento jurisprudencial brasileiro tem buscado estabelecer um equilíbrio entre a garantia da liberdade de expressão no ambiente digital e a efetiva proteção dos direitos da personalidade. A atuação do Poder Judiciário mostra-se fundamental para impedir que o exercício abusivo da liberdade de expressão se transforme em instrumento de propagação de ofensas, discursos de ódio e ataques virtuais.

3.2 Liberdade de expressão e proteção aos direitos da personalidade

A Constituição Federal (Brasil, 1988) assegura, em seu art. 5º, incisos IV e IX, a liberdade de manifestação do pensamento e a liberdade de expressão intelectual, artística, científica e de comunicação. Ao mesmo tempo, a própria Constituição garante, no art. 5º, inciso X, a inviolabilidade da honra, da imagem, da intimidade e da vida privada das pessoas, assegurando o direito à indenização pelos danos decorrentes de sua violação.

Dessa forma, observa-se que o ordenamento jurídico brasileiro protege simultaneamente a liberdade de expressão e os direitos da personalidade, exigindo do Poder Judiciário a realização de ponderação entre esses direitos fundamentais quando houver colisão no caso concreto (Barroso, 2004). Essa análise ocorre mediante a avaliação das circunstâncias específicas do caso, buscando identificar qual direito deve prevalecer sem eliminar completamente o outro.

Segundo Barroso (2004), a liberdade de expressão constitui elemento essencial ao regime democrático, porém não pode ser utilizada como

instrumento de propagação de discursos ofensivos, ilícitos ou atentatórios à dignidade humana. Assim, o exercício abusivo da liberdade de expressão encontra limites nos próprios direitos fundamentais constitucionalmente assegurados.

No ambiente digital, afirma o autor, essa discussão tornou-se ainda mais relevante em razão da velocidade de propagação das informações e da ampla capacidade de compartilhamento proporcionada pelas redes sociais. Publicações ofensivas, comentários difamatórios, acusações falsas e ataques virtuais podem atingir milhares de pessoas em poucos segundos, ampliando significativamente os danos suportados pela vítima (Barroso, 2004).

Nesse contexto, a proteção à honra e à imagem assume importante papel na preservação da dignidade da pessoa humana, princípio fundamental previsto no art. 1º, inciso III, da Constituição Federal (Brasil, 1988). A liberdade de expressão não pode servir como justificativa para práticas ilícitas que violem direitos da personalidade, especialmente nos casos envolvendo crimes contra a honra.

3.3 Jurisprudência do STF e do STJ acerca da responsabilidade das plataformas digitais

O debate acerca da responsabilidade civil das plataformas digitais intensificou-se significativamente nos tribunais superiores brasileiros diante do aumento expressivo de conflitos envolvendo conteúdos ofensivos publicados na internet.

O Superior Tribunal de Justiça consolidou entendimento no sentido de que, após o Marco Civil da Internet, os provedores de aplicações somente podem ser responsabilizados civilmente quando deixam de cumprir ordem judicial específica determinando a remoção do conteúdo ilícito. Tal entendimento foi reafirmado no julgamento do Recurso Especial 1.660.168/RJ, Relatora: Ministra Nancy Andrighi, no qual o STJ reconheceu que a responsabilidade do provedor decorre da omissão após ciência judicial da ilicitude do conteúdo (Brasil, 2018).

Da mesma forma, o Supremo Tribunal Federal passou a discutir a constitucionalidade do art. 19 do Marco Civil da Internet no julgamento do Tema 987 da Repercussão Geral. O debate concentrou-se na análise dos limites da responsabilidade civil das plataformas digitais diante de

conteúdos ilícitos divulgados por terceiros, especialmente em situações envolvendo violações aos direitos fundamentais (Brasil, 2026).

Segundo informações disponibilizadas a respeito do Tema 987, a discussão buscou analisar se a exigência de ordem judicial específica seria suficiente para garantir proteção efetiva às vítimas de danos praticados no ambiente digital, sem comprometer a liberdade de expressão e a vedação à censura prévia (Brasil, 2026).

O STF reconheceu que o ambiente virtual potencializa significativamente a propagação de conteúdos ofensivos e ilícitos, exigindo constante atualização da interpretação jurídica diante das transformações tecnológicas e sociais. Entretanto, a Corte também ressaltou que eventual flexibilização da responsabilização das plataformas deve observar critérios proporcionais, evitando restrições indevidas à liberdade de expressão (Brasil, 2026).

Nos casos envolvendo crimes contra a honra, prevalece o entendimento de que a análise da ilicitude da manifestação exige cautela jurídica, justamente porque opiniões, críticas e manifestações públicas integram o núcleo essencial da liberdade de expressão assegurada constitucionalmente (Barroso, 2004).

3.4 Moderação de conteúdo e os limites da atuação das plataformas

Atualmente, as plataformas digitais utilizam mecanismos próprios de moderação de conteúdo, incluindo sistemas automatizados, inteligência artificial e análise humana de publicações consideradas incompatíveis com seus termos de uso (Keller, 2019).

Essas medidas possuem como finalidade reduzir a circulação de conteúdos ilícitos, discursos de ódio, práticas discriminatórias e ataques virtuais. Entretanto, a ampliação dos mecanismos de moderação também passou a gerar debates relacionados aos riscos de censura privada e restrições indevidas à liberdade de expressão (Keller, 2019).

Segundo Keller (2019), as plataformas digitais passaram a exercer relevante influência sobre o debate público contemporâneo, assumindo posição de destaque na circulação de informações e opiniões. Dessa forma, decisões relacionadas à remoção de conteúdo podem impactar diretamente direitos fundamentais dos usuários, especialmente a liberdade de expressão, o acesso à informação e a participação no debate público.

Além disso, a subjetividade existente na análise de determinadas manifestações torna a moderação de conteúdo atividade complexa. Em muitos casos, até difícil distinguir críticas legítimas, humor, manifestações políticas e opiniões pessoais de conteúdos efetivamente ofensivos ou ilícitos (Keller, 2019).

Nesse cenário, verifica-se a necessidade de adoção de critérios proporcionais e transparentes pelas plataformas digitais, como a divulgação clara das regras de moderação, a possibilidade de contestação das decisões e a fundamentação das remoções de conteúdo, de modo a assegurar equilíbrio entre a proteção dos direitos da personalidade e a preservação da liberdade de expressão no ambiente virtual.

3.5 A responsabilidade civil das plataformas nos crimes contra a honra

Os crimes contra a honra praticados nas redes sociais representam um dos principais desafios jurídicos da atualidade. Embora a responsabilidade direta pelo conteúdo ofensivo pertença ao usuário que praticou a conduta ilícita, as plataformas digitais também podem ser responsabilizadas civilmente quando permanecerem omissas diante da manutenção de conteúdo manifestamente ofensivo (Brasil, 2014).

Nesse sentido, a responsabilidade civil das plataformas digitais nos crimes contra a honra possui natureza predominantemente subjetiva, fundamentando-se na omissão decorrente do descumprimento de ordem judicial específica para remoção do conteúdo ilícito, conforme previsão do art. 19 do Marco Civil da Internet (Brasil, 2014).

A responsabilização das plataformas não possui caráter automático justamente porque o ordenamento jurídico brasileiro buscou preservar a liberdade de expressão e evitar a implementação de mecanismos de censura prévia no ambiente digital. Entretanto, isso não significa ausência de responsabilidade jurídica, especialmente quando houver negligência diante da permanência de conteúdos claramente ofensivos à honra, à imagem e à dignidade das pessoas (Tomasevicius, 2016).

Além da função reparatória, a responsabilidade civil das plataformas digitais também desempenha importante função preventiva e pedagógica, estimulando maior comprometimento das empresas com a adoção de mecanismos eficientes de denúncia, análise e remoção de conteúdos ilícitos (Pereira, 2023).

Portanto, conclui-se que as plataformas digitais podem ser responsabilizadas civilmente por danos decorrentes de crimes contra a honra praticados por usuários nas redes sociais, especialmente quando, após ordem judicial específica ou ciência inequívoca da ilicitude, deixam de adotar providências necessárias para indisponibilização do conteúdo ofensivo. Contudo, essa responsabilização deve observar os limites constitucionais relacionados à liberdade de expressão, à vedação da censura prévia e à necessidade de preservação do debate democrático no ambiente virtual.

4 Conclusão

A presente pesquisa demonstrou que o crescimento das relações digitais e a ampla utilização das plataformas virtuais intensificaram significativamente a ocorrência de crimes contra a honra no ambiente digital, especialmente por meio da rápida disseminação de conteúdos ofensivos e da falsa sensação de anonimato e impunidade vivenciada por muitos usuários. Nesse cenário, verificou-se que as ofensas praticadas nas redes sociais ultrapassam o espaço virtual, produzindo prejuízos concretos à honra, à imagem, à intimidade e à dignidade das vítimas, o que evidencia a necessidade de proteção jurídica efetiva.

A análise da responsabilidade civil permitiu compreender que o ordenamento jurídico brasileiro assegura o dever de reparação sempre que houver violação de direitos e ocorrência de dano. Além disso, observou-se que os crimes contra a honra (calúnia, difamação e injúria), encontram especial potencial ofensivo nas plataformas digitais, em razão da viralização dos conteúdos e da permanência das publicações na internet.

Embora o Marco Civil da Internet (Lei 12.965, 2014) busque preservar a liberdade de expressão e evitar práticas de censura, as plataformas digitais podem ser responsabilizadas civilmente em situações específicas, especialmente quando deixam de cumprir ordem e/ou decisão judicial destinada à remoção de conteúdos ilícitos. Dessa forma, conclui-se que a responsabilização civil das plataformas digitais não é automática, mas decorre da omissão diante de conteúdos ofensivos capazes de violar direitos da personalidade.

Portanto, verifica-se que o Direito exerce papel fundamental na regulamentação das relações virtuais, impondo limites ao exercício abusivo da liberdade de expressão e assegurando mecanismos de reparação às vítimas

de ataques virtuais. Assim, a responsabilidade civil mostra-se instrumento essencial para a proteção da dignidade da pessoa humana e para a promoção de um ambiente digital mais seguro, ético e juridicamente responsável.

Referências

BARBOSA, M. F. **Crimes contra a Honra**. São Paulo. Malheiros Editores, 1995.

BARROSO, L. R. Colisão entre liberdade de expressão e direitos da personalidade. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 235, p. 1-36, 2004. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/45123. Acesso em: 10 maio 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 mai. 2026.

BRASIL. **Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal, Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 08 mai. 2026.

BRASIL. **Lei 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 09 mai. 2026.

BRASIL. **Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil, Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 08 mai. 2026.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial n. 1.338.214/MT.** Relatora: Ministra Nancy Andrighi. Brasília, DF, 15 maio 2013. Disponível em: https://processo.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1230413&num_registro=201201465236&data=20130515&formato=PDF. Acesso em: 10 maio 2026.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial n. 1.660.168/RJ.** Relatora: Ministra Nancy Andrighi. Brasília, DF, 08 maio 2018.

Disponível em: https://processo.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1705119&num_registro=201603065723&data=20180514&formato=PDF. Acesso em: 10 maio 2026.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário 1.037.396/SP.** Tema 987 da Repercussão Geral. Relator: Ministro Dias Toffoli. Disponível em: https://informativos.trilhante.com.br/temas-stf/tema-987-stf. Acesso em: 10 maio 2026.

CORREA, M. N. B. A Responsabilidade Civil por Crimes contra a Honra ocorridos na Internet. **Jusbrasil**, 2023. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-responsabilidade-civil-por-crimes-contra-a-honra-ocorridos-na-internet/1937562750. Acesso em: 09 mai. 2026.

EPD - Escola Paulista de Direito, 2025. **Difamação, Calúnia e Injúria:** entenda a diferença. Disponível em: https://epd.edu.br/blog/difamacao-calunia-e-injuria-entenda-a-diferenca/. Acesso em: 09 mai. 2026.

Jusbrasil, 2019. **Calúnia** - Artigo 138 do Código Penal. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/calunia-artigo-138-do-codigo-penal/760211143. Acesso em: 09 mai. 2026.

KELLER, C. I. **Regulação nacional de serviços na internet**: exceção, legitimidade e papel do Estado. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/anatel/pt-br/composicao/ceadi/repositorio/regulacao-nacional-de-servicos-na-internet-excecao-legitimidade-e-papel-do-estado. Acesso em: 10 maio 2026.

MINAS GERAIS, Tribunal de Justiça. **Apelação Civil 1.0000.21.017990-9/004**. Apelante: Guilherme Rodrigues de Oliveira. Apelado: Ricardo Fernandes Ribeiro e Outros, Relator Des. Monteiro de Castro. Belo Horizonte, 24 out. 2025. Disponível em: https://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaPalavrasEspelhoAcorda=RESPONSABILIDADE%20CIVIL%20CRIMES%20HONRA%yData=2&referenciaLegislativa=Clique%20na%20lupa%20para%20pesquisar%20as%20refer%EAncias%20cadastradas...&pesquisaPalavras=Pesquisar&. Acesso em: 09 mai. 2026.

OLIVEIRA, V. D. de. **A responsabilidade civil das redes sociais na remoção de conteúdos ilícitos**. Migalhas de peso, 27 de julho de 2021. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/depeso/349170/a-responsabilidade-civil-das-redes-sociais-na-remocao-de-c. Acesso em: 09 mai. 2026.

PEREIRA, M. V. M. Responsabilidade Civil: Resumo Doutrinário e

principais apontamentos. **Jusbrasil**, 2023. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/responsabilidade-civil-resumo-doutrinario-e--principais-apontamentos/405788006. Acesso em: 08 mai. 2026.

Plataformas Digitais: o que são, tipos e as mais usadas. Fia Business School, 2023. Disponível em: https://fia.com.br/blog/plataformas-digitais/. Acesso em: 08 mai. 2026.

TOMASEVICIUS FILHO, E. **Marco Civil da Internet**: uma lei sem conteúdo normativo. Estudos Avançados, São Paulo, v. 30, n. 86, p. 269-285, 2016. Disponível em: https://revistas.usp.br/eav/article/view/115093. Acesso em: 10 maio 2026.

Capítulo 19

PENHOR DE COTAS SOCIAIS E SUA EFICÁCIA PERANTE TERCEIROS: REGISTRO, PUBLICIDADE E CONFLITOS SOsocietários

Fransieli Sgnaulin[1]
Arthur Fernando Losekan[2]
Fabiane Chiodi[3]
Nayara de Oliveira Keerppers[4]

1 Introdução

O penhor de cotas sociais trata-se de um importante mecanismo de garantia que permite ao credor assegurar o cumprimento de uma obrigação mediante a vinculação das participações societárias do devedor, especialmente no âmbito das sociedades limitadas. Uma discussão que se faz importante atualmente em razão da crescente complexidade das relações empresariais, a qual tem exigido instrumentos jurídicos capazes de garantir maior segurança nas operações econômicas. Assim, a utilização desse instituto suscita relevantes discussões jurídicas, sobretudo no que se refere à sua eficácia perante terceiros.

Nesse contexto, uma problemática central está na necessidade de observância dos requisitos de registro e publicidade para que o penhor de cotas sociais produza efeitos além das partes contratantes. A ausência de averbação nos órgãos competentes pode comprometer a utilização deste mecanismo, gerando insegurança jurídica e potenciais conflitos societários, especialmente em situações que envolvem terceiros de boa-fé, outros credores e os próprios sócios da sociedade.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo analisar a eficácia do penhor de cotas sociais perante terceiros, com ênfase na importância do registro e da publicidade como elementos essenciais para a sua validade.

1 Acadêmica do curso de Direito, Uceff Faculdades, sfransieli@gmail.com
2 Mestre em Direito, Uceff Faculdades.
3 Acadêmica do curso de Direito, Uceff Faculdades, fabianechiodi34@gmail.com
4 Acadêmica do curso de Direito, Uceff Faculdades, nayarakerppers@outlook.com

Busca-se, ainda, examinar as principais abordagens acerca do tema proposto, à luz da doutrina e da jurisprudência. Adota-se o método dedutivo, com base em pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, a fim de compreender o tratamento jurídico conferido ao tema e identificar possíveis lacunas ou divergências interpretativas.

A problemática ganha relevo diante da tensão entre a autonomia privada das partes e a necessidade de observância dos princípios da publicidade e da segurança jurídica, pilares estruturantes do direito empresarial. Nesse contexto, é necessário construir entendimento se esta medida de penhor de cotas sociais, quando não devidamente registrado ou averbado nos órgãos competentes, é apto a produzir efeitos. Considerando que a ausência ou insuficiência de publicidade possa resultar em ineficácia do penhor perante terceiros, além de conflitos societários complexos, envolvendo credores, sócios e a própria sociedade empresária.

A relevância do tema se justifica pela crescente utilização das cotas sociais como objeto de garantia e pela necessidade de harmonização entre a liberdade contratual e a proteção de terceiros, de modo a assegurar previsibilidade e estabilidade nas relações jurídicas. Assim, pretende-se oferecer informações que auxiliem na compreensão, especialmente em contextos de conflito.

2 Desenvolvimento

2.1 Natureza jurídica do penhor de cotas sociais e a distinção metodológica da penhora judicial

Para que se estabeleça uma premissa científica adequada na análise do tema proposto, faz-se imperiosa a distinção conceitual e metodológica entre dois institutos jurídicos frequentemente confundidos, mas de naturezas e regimes normativos totalmente diversos: o penhor de quotas sociais e a penhora de quotas sociais.

O penhor de quotas sociais constitui um direito real de garantia de natureza puramente civil e de caráter voluntário, constituído por ato de disposição da autonomia privada das partes (art. 1.431 do Código Civil) Trata-se de negócio jurídico acessório por meio do qual o proprietário das quotas sociais (seja o próprio devedor pignoratício ou um terceiro garantidor) vincula as referidas participações societárias ao cumprimento de uma obrigação principal.

Por outro lado, a penhora de quotas sociais é um ato de constrição judicial de caráter processual civil e de natureza eminentemente coercitiva, regulamentado no âmbito dos processos de execução de título judicial ou extrajudicial, nos termos do art. 835, inciso IX, do Código de Processo Civil Ao passo que o penhor decorre do livre consenso contratual para a prevenção do inadimplemento, a penhora constitui o primeiro passo da expropriação forçada conduzida pelo aparato jurisdicional, operando-se de forma independente da anuência do executado e com o fim de satisfazer coativamente o crédito reclamado.

Embora ambos os institutos recaiam sobre as quotas sociais e tenham o potencial de afetar a titularidade e a fruição dos direitos patrimoniais societários, seus regimes jurídicos de eficácia, rito procedimental e publicidade são distintos. No penhor, o direito de preferência e a sequela do credor pignoratício nascem do registro da garantia voluntária contratada. Na penhora judicial de quotas, o ato submete-se ao rito severo e específico do art. 861 do Código de Processo Civil, que resguarda de forma prioritária o direito de preferência dos demais sócios na aquisição e estabelece procedimentos específicos de balanço especial e liquidação de quotas para evitar o ingresso indesejado de terceiros no quadro societário.

Dessa forma, enquanto a penhora decorre do princípio da responsabilidade patrimonial, segundo o qual a totalidade do patrimônio do devedor responde em juízo pelo cumprimento de suas obrigações (art. 789 do CPC), o penhor de quotas atua na esfera de prevenção e garantia voluntária contratual, ostentando a natureza de ônus real sobre coisa alheia móvel incorpórea.

Como bem define a doutrina contemporânea de Salomão (2025) , os requisitos formais de um direito real de garantia exigem estrita observância de publicidade e especialização: "Requisitos formais: para o direito real ter eficácia erga omnes, são necessárias publicidade e especialização. 1) Publicidade: é dada pelo registro de bem imóvel e pela tradição de bem móvel (exceto no penhor, pois o art. 1.432 do CC exige o registro). 2) Especialização: é a descrição minuciosa dos elementos que compõem a obrigação (art. 1.424 do CC)."

Sendo a quota social um bem incorpóreo, ela não comporta a transmissão de posse física como o penhor comum de coisas móveis corporais. Assim, a transferência de posse física é substituída por ficção jurídica consubstanciada no registro público e na averbação, de modo que

a publicidade assume feição primordial para a oponibilidade do gravame a terceiros.

2.2 Requisitos de registro e publicidade do penhor de quotas

O penhor de quotas sociais de sociedade limitada, por recair sobre bens móveis incorpóreos (direitos de crédito e participação societária), submete-se a uma indispensável dupla formalidade de registro para que obtenha a necessária plenitude de efeitos jurídicos. O Código Civil estabelece em seu art. 1.452 que o penhor de direitos constitui-se mediante instrumento público ou particular registrado no Registro de Títulos e Documentos (RTD)

Esse registro geral no RTD, fundamentado no art. 127, inciso II, da Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/73), destina-se a conferir publicidade geral e eficácia erga omnes do ônus real em face de credores civis e de terceiros que eventualmente busquem executar o patrimônio do sócio-devedor.

Contudo, sob a ótica estritamente societária, o registro no RTD não é suficiente para conferir eficácia perante a sociedade limitada e terceiros adquirentes de quotas. Faz-se necessário, de forma cumulativa, proceder ao arquivamento do instrumento de penhor perante a Junta Comercial onde se encontram arquivados os atos constitutivos da empresa. Essa exigência decorre do art. 32, inciso II, da Lei nº 8.934/94 (Lei de Registro Público de Empresas Mercantis), que confere às Juntas Comerciais a atribuição de arquivar documentos de modificação societária e gravames.

Atualmente, o procedimento é minuciosamente disciplinado pela Instrução Normativa nº 81/2020 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI). O Manual de Registro de Sociedade Limitada anexo à referida instrução impõe a obrigatoriedade de averbação da garantia no prontuário da empresa ou o arquivamento de alteração contratual que noticie a existência do penhor. Sem esse arquivamento no registro mercantil, a garantia carecerá de eficácia societária, impossibilitando que a Junta Comercial bloqueie eventuais tentativas ilegais de cessão de quotas do sócio pignoratício a terceiros adquirentes.

Essa distinção evidencia que, enquanto o contrato de penhor é válido e exigível estritamente entre credor e devedor desde a data de sua assinatura por força do vínculo obrigacional pessoal, a sua projeção como direito real oponível a terceiros depende de forma inexorável da

publicidade mercante e civil conferida pela conjugação do arquivamento na Junta Comercial e do registro no RTD.

2.3 Eficácia perante terceiros e proteção da boa-fé

A eficácia do penhor de cotas sociais perante terceiros está diretamente condicionada à observância do princípio da publicidade, materializado pelo registro do gravame no órgão competente. Apenas após essa formalidade é que o penhor passa a produzir efeitos externos, tornando-se oponível a terceiros.

O penhor produz efeitos perante terceiros quando devidamente registrado, impedindo que terceiros aleguem desconhecimento da garantia. Antes disso, o direito do credor pignoratício limita-se à esfera interna da relação obrigacional, não podendo prejudicar terceiros de boa-fé.

Nesse contexto, a eficácia externa do penhor está intimamente ligada à proteção da segurança jurídica. O registro permite que eventuais interessados, como adquirentes de cotas, credores ou a própria sociedade, tenham ciência da existência do ônus, evitando conflitos e litígios futuros.

A segurança jurídica, como valor fundamental do ordenamento, exige previsibilidade e estabilidade nas relações jurídicas. O registro do penhor atua como instrumento de concretização desse princípio, pois garante a publicidade necessária para que terceiros possam agir com cautela e informação adequada.

Sob a égide do Código Civil brasileiro, a proteção à boa-fé objetiva assume contornos de norma imperativa e limitadora do exercício abusivo de direitos. Consequentemente, caso o penhor de quotas não tenha sido devidamente arquivado na Junta Comercial e registrado no RTD, eventual venda dessas quotas pelo sócio a terceiros de boa-fé operará a transferência perfeita de titularidade jurídica. O credor pignoratício omisso em seu dever de registrar o gravame não poderá exercer o direito de sequela em face do terceiro de boa-fé, perdendo a garantia real e restando-lhe apenas o manejo de ação de perdas e danos de cunho estritamente pessoal contra o devedor pignoratício.

Sem o registro mercantil e civil, o gravame não passa de mero acordo pessoal de garantia, não alcançando nem afetando a esfera de direitos de terceiros.

2.4 Conflitos societários decorrentes da ausência de publicidade do gravame

A ausência de averbação e arquivamento do penhor de quotas sociais na Junta Comercial e no RTD é um dos fatores de maior instabilidade nas relações de direito de empresa, desencadeando conflitos de alta complexidade que podem paralisar as atividades da sociedade empresária.

Um dos principais conflitos surge quando há penhor não registrado e posterior cessão dessas quotas a terceiros pelo sócio-devedor. Diante da presunção de desoneração decorrente da falta de anotação na Junta Comercial, o adquirente de boa-fé adquire as participações livres de quaisquer embaraços. Cria-se, assim, um embate insolúvel entre a justa expectativa do adquirente de boa-fé e o interesse de satisfação de crédito do credor pignoratício. Prevalece, nestes casos, a proteção do adquirente, em decorrência lógica da inação do credor que deixou de publicizar a garantia real.

Outro cenário conflituoso gravíssimo envolve a ordem de preferência em concursos de credores ou multiplicidade de constrições sobre as mesmas quotas. Havendo concorrência entre um penhor contratual não registrado e uma penhora judicial devidamente averbada por outro credor daquele sócio, a primazia processual e material caberá ao credor que primeiro promoveu a anotação judicial perante a Junta Comercial (conforme as regras de prioridade do CPC), esvaziando a garantia real do credor pignoratício que restou na inércia registral.

Ademais, geram-se impasses societários severos no tocante ao exercício de direitos políticos e econômicos decorrentes das quotas gravadas. Embora, em regra, os direitos políticos (como o voto nas deliberações sociais) permaneçam com o sócio-devedor pignoratício e os direitos econômicos (como a percepção de lucros e dividendos) possam ser direcionados ao credor pignoratício a depender do pactuado, a ausência de registro obsta que a própria sociedade de responsabilidade limitada tenha conhecimento formal desse direcionamento. Consequentemente, os administradores sociais, agindo em estrito cumprimento aos atos societários vigentes, continuarão a pagar lucros diretamente ao sócio-devedor, gerando potenciais discussões sobre enriquecimento sem causa e pagamento indevido.

Essas celeumas demonstram que o cumprimento rigoroso das exigências de arquivamento na Junta Comercial e registro em RTD não

serve apenas para salvaguardar o crédito do pignoratício, mas constitui elemento indissociável de ordem interna e governança da sociedade empresária.

2.5 Entendimento doutrinário e jurisprudencial do STJ

A doutrina especializada de direito comercial reconhece o penhor de quotas sociais como um direito real de garantia que, para produzir efeitos perante terceiros, exige a observância intransigente dos princípios da publicidade e da especialidade.

Para Fábio Ulhoa Coelho, o penhor de cotas, embora válido entre as partes independentemente de registro, somente se torna oponível a terceiros após a devida averbação no órgão competente. Flávio Tartuce e Gladston Mamede também sustentam que os direitos reais de garantia dependem de publicidade para produzir efeitos contra terceiros, sob pena de violação direta ao princípio da segurança jurídica, enfatizando que a ausência de registro fragiliza a proteção do credor, especialmente em situações de concorrência com terceiros de boa-fé.

No âmbito jurisprudencial, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem delineado de forma técnica os limites e os efeitos societários e processuais do penhor de quotas de sociedades de responsabilidade limitada.

A jurisprudência do STJ consolidou entendimento no sentido de diferenciar rigorosamente as quotas desimpedidas daquelas que se encontram oneradas por gravame real. No julgamento do REsp 1.332.766/SP, de relatoria do Ministro Luis Felipe Salomão, a Quarta Turma assentou que o sócio retirante não possui o direito de exigir a dissolução parcial da sociedade e a correspondente apuração de haveres em relação às quotas que foram por ele empenhadas em favor de credor pignoratício. O Colegiado asseverou que tais quotas gravadas devem permanecer registradas "em tesouraria", de modo a salvaguardar os direitos do credor pignoratício garantido, em homenagem ao princípio da boa-fé objetiva e da preservação da empresa, impedindo prejuízos a terceiros

Outrossim, no que tange à preservação da atividade produtiva e à harmonia societária, a Corte Superior preconiza que, havendo concorrência entre débitos civis e a integridade da pessoa jurídica, as medidas executivas devem pautar-se pela menor onerosidade. Conforme assentado pela Quarta Turma do STJ no REsp 1.284.988/RS, a incidência de constrição (como a penhora ou a liquidação) sobre quotas sociais de empresas em

plena atividade produtiva deve se dar em caráter subsidiário e excepcional. O tribunal asseverou que, em observância ao princípio da conservação da empresa (nos termos do art. 1.026 do Código Civil) , a penhora deve recair primeiramente sobre os lucros distribuídos ou na parte que ao sócio couber na liquidação, antes que se ordene a liquidação forçada das quotas do sócio devedor, evitando a descapitalização abrupta da sociedade por débitos estranhos à atividade social .

Tanto a doutrina quanto a jurisprudência, portanto, convergem no sentido de que o penhor de cotas e o cumprimento exato de seus requisitos de registro são fundamentais para assegurar a harmonia entre o direito de crédito de terceiros e a sobrevivência econômica da sociedade empresária.

3 Conclusão

O presente artigo teve como objetivo analisar a eficácia do penhor de cotas sociais perante terceiros, com ênfase na importância do registro e da publicidade como elementos fundamentais para a sua oponibilidade no ordenamento jurídico brasileiro.

A partir do desenvolvimento, verificou-se que, embora o penhor seja válido entre as partes desde a sua constituição, sua eficácia perante terceiros depende necessariamente da devida publicidade, alcançada cumulativamente por meio do registro no Cartório de Títulos e Documentos (RTD) e do arquivamento na Junta Comercial competente. A ausência dessas formalidades compromete a segurança jurídica e a oponibilidade do gravame, fragilizando a preferência do credor pignoratício frente a adquirentes e credores judiciais.

Além disso, constatou-se que a falta de averbação do penhor pode ocasionar conflitos societários significativos, afetando não apenas a relação entre credor e devedor, mas também a governança interna e a dinâmica distributiva e política da sociedade limitada. Nesse sentido, a doutrina e a jurisprudência convergem ao reconhecer o registro como requisito essencial para garantir a transparência, a previsibilidade e a estabilidade das relações jurídicas.

Dessa forma, conclui-se que o registro do penhor de cotas sociais não constitui mera formalidade, mas sim instrumento indispensável de eficácia real. Como recomendação de aprimoramento prático e legislativo, sugere-se a criação de mecanismos de integração digital e automatizada de dados entre as Juntas Comerciais do país e os Cartórios de Títulos e

Documentos (RTD). Essa integração sistêmica reduziria sensivelmente o tempo necessário para averbação dos gravames e eliminaria a possibilidade de "gravames ocultos" nas cessões de quotas sociais, otimizando a segurança jurídica do tráfego empresarial no direito brasileiro.

Referências

BRASIL. **Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015.htm. Acesso em: 21 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994**. Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8934.htm. Acesso em: 21 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 21 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 21 jul. 2026.

CASSETTARI, Christiano; SALOMÃO, Marcos Costa. **Registro de Imóveis**. 4. ed. São Paulo: Editora Foco, 2025.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial: Direito de Empresa**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito das Coisas**. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

MAMEDE, Gladston. **Direito Empresarial Brasileiro: Direito Societário**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil: Volume Único**. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

Capítulo 20

A AUTONOMIA ENTRE VIGÊNCIA E VALIDADE DAS PATENTES: INTERESSE PROCESSUAL E CONTROLE JURISDICIONAL DA NULIDADE APÓS A EXTINÇÃO DO TÍTULO

Andrea Martins[1]
Marcia Helena Ribeiro Pereira Nunes[2]

1 Introdução

A propriedade industrial constitui um dos principais instrumentos jurídicos de estímulo à inovação tecnológica e ao desenvolvimento econômico, assegurando ao inventor, desde que observados os requisitos legalmente estabelecidos, o direito de exploração exclusiva de sua criação por período determinado. No constitucionalismo brasileiro, entretanto, essa proteção não possui natureza absoluta. O art.

1 Investigadora, Consultora Jurídica e Advogada. Com expertise em Propriedade Industrial. Especialista em Gestão de Projetos e Legal Master em Direito Digital, Inovação e Novas Tecnologias. Perita Judicial, Palestrante e Articulista. Possui experiência em pesquisa científica, produção acadêmica e participação em projetos e eventos científicos nacionais e internacionais. Sua trajetória articula prática jurídica, investigação científica e atuação institucional, destacando-se pela atuação na interface entre Direito Digital, Inovação, Tecnologia, Governança, Direito Ambiental e Sustentabilidade. É membro da Associação Brasileira dos Agentes da Propriedade Industrial (ABAPI), Agente da Propriedade Industrial acreditada pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), e Investigadora do GGINNS – Global Comparative Law: Governance, Innovation and Sustainability e Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Direito Ambiental Econômico e Direito de Energia em prol da Sustentabilidade da Região Norte do Brasil, vinculado à Universidade Federal de Roraima (UFRR) - Brasil. E-mail: andreamartins.adv.br@gmail.com.

2 Juíza Federal, cargo em que atuou por maior tempo, tendo sido Juíza convocada no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com competência em matérias Previdenciárias, Penais e de Propriedade Industrial. Mestre em Direito Público, tendo sido Juíza da Justiça do Trabalho da 1ª Região, da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (desde o tempo do Estado da Guanabara). Ao longo de sua trajetória, participou de inúmeros processos de relevância, especialmente em questões penais, processuais e de propriedade industrial. Mesmo após sua aposentadoria, seu nome permanece registrado em documentos e decisões judiciais, refletindo a validade de sua contribuição para a vida jurídica do país. Revisora de textos jurídicos e Avaliadora. Investigadora do Grupo de Pesquisa GGINNS – Global Comparative Law: Governance, Innovation and Sustainability. E-mail: marciahelenanunes@gmail.com.

5º, inciso XXIX, da Constituição da República condiciona a tutela dos inventos industriais ao interesse social e ao desenvolvimento tecnológico e econômico do País, evidenciando que o privilégio patentário atende simultaneamente à proteção da atividade inventiva e à realização de finalidades públicas constitucionalmente definidas (BRASIL, 1988).

Essa conformação constitucional projeta-se diretamente sobre o regime instituído pela Lei nº 9.279/1996 (Lei da Propriedade Industrial – LPI), que disciplina os requisitos de patenteabilidade e estabelece mecanismos destinados ao controle da regularidade da concessão das patentes. Entre esses mecanismos destaca-se a ação de nulidade prevista nos arts. 56 e 57 da LPI, concebida como instrumento de verificação da conformidade do ato administrativo concessivo com os pressupostos legais que legitimam a proteção patentária. Além disso, a própria lei atribui eficácia retroativa (*ex tunc*) à declaração de nulidade, determinando que seus efeitos retroajam à data do depósito do pedido de patente, circunstância que revela que a invalidação do título pode irradiar consequências para além do encerramento da exclusividade.

Embora a disciplina da nulidade esteja expressamente prevista na Lei nº 9.279/1996, permanece controvertida a possibilidade de ajuizamento ou prosseguimento da ação quando a patente já se encontra extinta. A legislação prevê diversas hipóteses de extinção do privilégio, como o decurso do prazo de vigência, a renúncia, a caducidade e a falta de pagamento da retribuição anual, mas não dispõe, de forma expressa, sobre os efeitos dessas situações em relação ao exercício da ação judicial de nulidade. Esse silêncio legislativo tem dado margem a interpretações distintas acerca da subsistência do interesse processual e da utilidade da tutela jurisdicional.

A controvérsia assume especial relevância porque a cessação da vigência da patente não implica, necessariamente, o desaparecimento de todos os efeitos jurídicos produzidos durante sua existência. Contratos de licença, pagamento de royalties, ações indenizatórias, demandas por contrafação, litígios concorrenciais e outras relações jurídicas podem continuar dependendo da definição acerca da validade do título anteriormente concedido. Nesses casos, a eficácia retroativa da declaração de nulidade, prevista no art. 48 da LPI, pode repercutir diretamente sobre situações jurídicas constituídas no período em que a patente produziu efeitos.

Embora a ação de nulidade de patente seja disciplinada pela Lei nº 9.279/1996, os efeitos decorrentes da eventual invalidação do título irradiam consequências relevantes sobre relações jurídicas privadas disciplinadas pelo Código Civil, especialmente contratos de licença, obrigações de pagamento de royalties, responsabilidade civil, restituição de valores eventualmente pagos e segurança das relações negociais. Por essa razão, a controvérsia analisada transcende o regime especial da propriedade industrial e projeta-se sobre a teoria geral do Direito Privado, especialmente no que se refere à estabilidade das relações obrigacionais, à segurança jurídica e à proteção da confiança legítima.

Apesar da relevância prática dessa questão, a literatura jurídica brasileira concentrou-se, predominantemente, na análise dos requisitos de patenteabilidade, da extensão da proteção conferida ao titular, da disciplina da nulidade e dos efeitos retroativos da invalidação. Paralelamente, a doutrina administrativista consolidou importante construção acerca da validade e do controle dos atos administrativos, enquanto a doutrina processual desenvolveu critérios para a identificação do interesse de agir e da utilidade da prestação jurisdicional. Esses referenciais, contudo, raramente são examinados de forma integrada para enfrentar a situação específica da ação de nulidade proposta ou mantida após a extinção da patente.

Situação semelhante é observada na jurisprudência nacional. Embora o Superior Tribunal de Justiça tenha reconhecido a eficácia retroativa da declaração de nulidade e reafirmado a importância institucional do controle da legalidade das patentes, ainda não se consolidou entendimento vinculante sobre a repercussão da extinção do título no interesse processual. A solução da controvérsia permanece fortemente condicionada às peculiaridades de cada caso concreto, sobretudo quando ainda subsistem relações jurídicas influenciadas pela concessão da patente.

Essa ausência de uniformidade também se manifesta na jurisprudência dos Tribunais Regionais Federais. Em precedente da 1ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região[1], posteriormente reafirmado em embargos de declaração, firmou-se entendimento segundo o qual a ação de nulidade prevista no art. 56 da Lei nº 9.279/1996 deve ser

1 O entendimento foi reafirmado pela própria 1ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região ao rejeitar os embargos de declaração opostos contra o acórdão da apelação. No voto condutor, o Relator também invocou, como precedente da Corte, os Embargos Infringentes n.º 2012.5 1.01.049898-5, julgados pela 1ª Seção Especializada, nos quais se assentou que o art. 56 da Lei nº 9.279/1996 fixa como limite temporal para o ajuizamento da ação de nulidade o período de vigência da patente, qualificando esse prazo como decadencial.

proposta durante a vigência da patente, reputando-se ausente o interesse processual quando o título já havia expirado antes do ajuizamento da demanda. Essa orientação evidencia que a matéria permanece controvertida na jurisprudência nacional e reforça a necessidade de uma interpretação sistemática do regime jurídico da nulidade das patentes, objeto da presente investigação.

É nesse contexto que se insere a presente pesquisa. Busca-se responder se a extinção da patente constitui fundamento suficiente para impedir o ajuizamento ou o prosseguimento da ação de nulidade prevista na Lei nº 9.279/1996 ou se, ao contrário, a articulação entre a legislação especial, os princípios constitucionais, o direito processual e as normas gerais do ordenamento jurídico autoriza a continuidade do controle jurisdicional da validade do ato administrativo concessivo quando a declaração de nulidade ainda puder produzir efeitos jurídicos úteis.

Parte-se da hipótese de que a extinção da patente, isoladamente considerada, não constitui obstáculo jurídico automático à declaração de nulidade. Sustenta-se que a solução da controvérsia depende da conjugação entre a Lei nº 9.279/1996, a Constituição da República, o Código de Processo Civil, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, os tratados internacionais incorporados ao direito brasileiro e a interpretação construída pela doutrina e pela jurisprudência, permitindo reconhecer a admissibilidade do controle jurisdicional sempre que houver interesse jurídico concreto na declaração de invalidade.

A pesquisa adota metodologia jurídico-dogmática, de natureza qualitativa, fundamentada na interpretação sistemática, teleológica e integrada das normas que compõem o regime jurídico da propriedade industrial. Para tanto, examinam-se a Constituição da República, a Lei nº 9.279/1996, o Código de Processo Civil, a LINDB, o Acordo TRIPS, a Convenção da União de Paris[1], a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais, bem como a produção doutrinária especializada em Direito da Propriedade Industrial, Direito Administrativo e Direito Processual Civil.

1 A Convenção da União de Paris não regula especificamente a ação de nulidade de patentes nem estabelece disciplina uniforme sobre os efeitos da extinção do título patentário. A afirmação constante do texto decorre da interpretação sistemática do tratado, que harmoniza a proteção mínima internacional da propriedade industrial com a preservação da competência normativa dos Estados para disciplinarem, em seu direito interno, os procedimentos de concessão, revisão, invalidação e extinção das patentes, observadas as obrigações convencionais assumidas.

A contribuição científica do estudo consiste em demonstrar que a resposta ao problema investigado não decorre da interpretação isolada de um único diploma normativo, mas da leitura coordenada das diversas fontes que estruturam o sistema brasileiro de proteção patentária. Defende-se que a cessação da vigência da patente não elimina, por si só, a possibilidade de controle jurisdicional de sua validade, desde que a declaração de nulidade permaneça apta a influenciar relações jurídicas ainda existentes.

O artigo está estruturado em seis partes. Após esta introdução, examinam-se os fundamentos constitucionais da proteção patentária. Em seguida, analisa-se o regime jurídico da nulidade previsto na Lei nº 9.279/1996, investigando-se, posteriormente, a natureza jurídica da patente como ato administrativo e os fundamentos de seu controle de validade. Na sequência, aborda-se o interesse processual nas ações de nulidade à luz do Código de Processo Civil e, por fim, procede-se à integração dos referenciais normativos, doutrinários e jurisprudenciais pertinentes à controvérsia, demonstrando que a extinção do título, por si só, não impede a apreciação judicial da validade da patente quando subsistirem efeitos jurídicos aptos a justificar a prestação jurisdicional.

2 Fundamentos constitucionais da proteção patentária

A proteção das patentes ocupa posição singular no sistema constitucional brasileiro. Embora inserida entre os direitos e garantias fundamentais, a propriedade industrial não foi concebida pela Constituição da República como direito absoluto nem desvinculado de sua função institucional. O art. 5º, inciso XXIX, condiciona a tutela dos inventos industriais ao interesse social e ao desenvolvimento tecnológico e econômico do País, atribuindo ao legislador a tarefa de disciplinar os requisitos de concessão, os limites materiais da proteção e a duração da exclusividade.

Essa conformação constitucional afasta a compreensão da patente como mera projeção do direito de propriedade em sua acepção clássica. O privilégio conferido ao inventor não decorre de um direito natural preexistente, mas de uma opção normativa destinada a estimular a inovação tecnológica sem perder de vista os interesses da coletividade. Como observa Denis Borges Barbosa, o sistema patentário estrutura-se sobre um equilíbrio permanente entre o incentivo à atividade inventiva e a preservação do interesse público. A proteção conferida ao titular somente se legitima

quando observados os pressupostos legais que justificam a concessão do privilégio, circunstância que evidencia o caráter instrumental da patente no ordenamento jurídico brasileiro (BARBOSA, 2022). A leitura proposta pelo autor permite compreender que a tutela constitucional não se dirige à exclusividade em si mesma, mas à exclusividade regularmente constituída segundo os critérios definidos pela legislação.

Nessa perspectiva, a redação do art. 5º, inciso XXIX, revela duas limitações estruturantes do regime constitucional das patentes. A primeira decorre da temporariedade da proteção, incompatível com a perpetuação da exclusividade sobre a criação intelectual. A segunda resulta da vinculação da tutela patentária ao interesse social e ao desenvolvimento tecnológico e econômico, parâmetros que condicionam tanto a atividade legislativa quanto a atuação administrativa na concessão dos títulos. A Constituição, portanto, não assegura proteção indiscriminada a qualquer patente, mas apenas àquelas constituídas em conformidade com o regime jurídico estabelecido pelo legislador.

É justamente nesse contexto que se insere a Lei nº 9.279/1996. Ao disciplinar os requisitos de patenteabilidade e instituir mecanismos de revisão da legalidade das concessões, a Lei da Propriedade Industrial concretiza os limites traçados pelo texto constitucional. Pedro Marcos Nunes Barbosa e Denis Borges Barbosa destacam que a disciplina da nulidade não representa um mecanismo excepcional de intervenção estatal, mas elemento integrante da própria arquitetura normativa do sistema patentário. Segundo os autores, a possibilidade de invalidação das patentes constitui instrumento destinado a preservar a coerência e a credibilidade do regime de proteção industrial, assegurando que apenas títulos compatíveis com os requisitos legais permaneçam produzindo efeitos jurídicos (BARBOSA; BARBOSA, 2026).

Essa compreensão evidencia que a concessão da patente transcende a esfera dos interesses individuais do inventor. A decisão administrativa repercute sobre a concorrência, a difusão tecnológica, a dinâmica dos mercados e o acesso à inovação, produzindo efeitos que justificam a existência de mecanismos permanentes de fiscalização da legalidade. O privilégio patentário, portanto, não pode ser dissociado da responsabilidade estatal de assegurar que a exclusividade tenha sido regularmente constituída.

Sob esse aspecto, a teoria geral do Direito Administrativo oferece importante fundamento dogmático para a compreensão do sistema patentário. Celso Antônio Bandeira de Mello identifica na legalidade o

princípio estruturante da atuação administrativa, ressaltando que toda manifestação da Administração Pública encontra seu fundamento e seus limites na ordem jurídica. Maria Sylvia Zanella Di Pietro acrescenta que a validade do ato administrativo depende da observância dos pressupostos legalmente previstos para sua formação, permanecendo sujeita ao controle sempre que houver alegação de desconformidade com o direito. Em sentido convergente, Marçal Justen Filho observa que a submissão da Administração à legalidade não se exaure no momento da prática do ato, mas acompanha toda a sua existência jurídica, legitimando sua revisão quando constatado vício originário.

Embora formuladas em contexto diverso, essas construções dialogam diretamente com o regime das patentes. A atuação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), ao examinar pedidos de patente, possui natureza predominantemente vinculada. A autarquia não dispõe de margem para flexibilizar os requisitos legais de patenteabilidade, limitando-se a verificar se a invenção atende às exigências estabelecidas pela Lei nº 9.279/1996. Nessa medida, eventual concessão em desacordo com esses pressupostos não representa simples irregularidade procedimental, mas suscita questionamentos quanto à própria conformidade jurídica do título concedido.

Essa leitura encontra respaldo na jurisprudência constitucional. No julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.529, o Supremo Tribunal Federal reafirmou que o sistema brasileiro de patentes deve ser interpretado em consonância com os princípios da temporariedade da proteção, da livre concorrência, da inovação e do interesse social. Embora a controvérsia discutida naquela ação dissesse respeito à prorrogação automática do prazo de vigência prevista no parágrafo único do art. 40 da Lei nº 9.279/1996, os fundamentos adotados pelo Tribunal ultrapassam os limites específicos do caso. Ao reconhecer que a proteção patentária somente se legitima quando compatível com os parâmetros constitucionais que justificam sua existência, o STF reforçou a compreensão de que a patente não constitui um direito imune à fiscalização da legalidade nem desvinculado de sua função constitucional.

As premissas constitucionais examinadas neste capítulo permitem compreender que a proteção conferida ao titular da patente está intrinsecamente vinculada à regularidade do procedimento de concessão e à observância dos requisitos estabelecidos pelo ordenamento jurídico. A Constituição não apenas autoriza a existência do sistema patentário, mas

também impõe que sua aplicação permaneça subordinada aos princípios que justificam sua própria instituição. É a partir dessa perspectiva que se torna possível examinar, no capítulo seguinte, como a Lei nº 9.279/1996 estruturou o regime jurídico da nulidade das patentes e quais consequências decorrem dessa disciplina para a compreensão da controvérsia objeto deste estudo.

3 O regime jurídico da nulidade das patentes na lei nº 9.279/1996

A Lei nº 9.279/1996 estruturou o sistema brasileiro de propriedade industrial mediante disciplina que distingue, de forma precisa, três dimensões do regime patentário: o procedimento de concessão da patente, as hipóteses de extinção da exclusividade e os mecanismos destinados à fiscalização da regularidade do título concedido. Essa opção legislativa demonstra que a proteção conferida ao inventor não se encerra com a expedição da carta-patente. Ao contrário, a própria legislação preserva instrumentos voltados à verificação da conformidade jurídica da concessão, reafirmando que a estabilidade do sistema depende tanto da proteção ao titular quanto da observância permanente da legalidade.

Sob essa perspectiva, a nulidade das patentes não ocupa posição periférica no sistema da propriedade industrial. A Lei da Propriedade Industrial dedica capítulo específico à matéria (arts. 46 a 57), disciplinando de forma autônoma as causas de invalidade, os legitimados, os procedimentos administrativos e judiciais e os efeitos da declaração de nulidade. Não se trata, portanto, de mecanismo excepcional de correção, mas de instituto integrante da própria arquitetura normativa da LPI, concebido para preservar a legitimidade do sistema patentário. Essa compreensão também encontra respaldo na literatura institucional internacional. A Organização Mundial da Propriedade Intelectual (WIPO), em guia internacional destinado à gestão judicial de litígios patentários, destaca que os mecanismos de invalidação desempenham papel essencial na preservação da integridade do sistema de patentes, assegurando que apenas títulos concedidos em conformidade com os requisitos legais permaneçam produzindo efeitos jurídicos (WIPO, 2025).

O ponto de partida desse regime encontra-se no art. 46, segundo o qual "é nula a patente concedida contrariando as disposições desta Lei". A relevância dogmática do dispositivo reside em identificar a origem da

nulidade na desconformidade entre o ato concessivo e os requisitos legais de patenteabilidade. A invalidade não decorre da decisão que posteriormente a reconhece; ela resulta do vício existente no momento da concessão da patente. A atuação administrativa ou jurisdicional possui natureza declaratória, limitando-se a reconhecer situação jurídica preexistente.

Essa construção encontra respaldo na doutrina especializada. Denis Borges Barbosa observa que o sistema brasileiro de patentes está assentado na observância rigorosa dos requisitos estabelecidos pela Lei nº 9.279/1996, razão pela qual a possibilidade de revisão da legalidade da concessão constitui elemento indispensável à credibilidade do regime de proteção industrial (BARBOSA, 2022). Pedro Marcos Nunes Barbosa e Denis Borges Barbosa desenvolvem essa mesma ideia ao sustentar que a disciplina da nulidade não representa mera sanção ao ato administrativo irregular, mas mecanismo de preservação da coerência interna do sistema, impedindo que títulos incompatíveis com a legislação continuem produzindo efeitos jurídicos (BARBOSA; BARBOSA, 2026). Embora partam da análise do regime material das patentes, suas observações evidenciam que a fiscalização posterior da legalidade integra a própria lógica de funcionamento da propriedade industrial.

Essa compreensão torna-se ainda mais evidente quando examinado o art. 48 da Lei nº 9.279/1996, que atribui eficácia retroativa (*ex tunc*) à declaração de nulidade. Ao determinar que os efeitos da invalidação retroajam à data do depósito do pedido de patente, o legislador afastou qualquer interpretação segundo a qual a decisão produziria consequências exclusivamente prospectivas. A retroatividade prevista na LPI revela que a declaração de nulidade se destina à recomposição da ordem jurídica, reconhecendo que o título inválido não deveria ter irradiado efeitos desde sua constituição.

A importância dessa disciplina ultrapassa a definição dos efeitos temporais da sentença. A eficácia *ex tunc* permite compreender que a utilidade da declaração de nulidade não se restringe ao período de vigência da patente. Relações jurídicas constituídas durante a existência do privilégio — como contratos de licença, pagamento de royalties, demandas indenizatórias ou litígios concorrenciais — podem permanecer condicionadas à validade do título anteriormente concedido. A retroatividade prevista no art. 48 constitui, assim, elemento normativo relevante para compreender por que a perda da exclusividade não esgota,

necessariamente, todas as consequências jurídicas decorrentes da concessão da patente.

A coerência dessa construção é reforçada pelo art. 51, parágrafo único, segundo o qual o processo administrativo de nulidade prosseguirá ainda que extinta a patente. Frequentemente mencionado pela doutrina apenas como regra procedimental, esse dispositivo revela opção legislativa de maior alcance. Ao admitir expressamente a continuidade do procedimento administrativo após a extinção do título, o legislador reconheceu que a cessação da vigência não elimina, por si só, o interesse jurídico na apreciação da regularidade da concessão. Embora a norma discipline exclusivamente a atuação administrativa do INPI, ela evidencia que o fator temporal não foi concebido, pela própria LPI, como obstáculo absoluto ao exame da validade da patente.

Essa constatação não autoriza, entretanto, a transposição automática da regra administrativa para a ação judicial disciplinada nos arts. 56 e 57. O legislador optou por regular separadamente os dois mecanismos de controle, circunstância que impede tanto a aplicação direta do art. 51 ao processo judicial quanto a extração de conclusão inversa baseada no silêncio da lei. A ausência de previsão expressa acerca da patente extinta no procedimento jurisdicional não equivale, por si só, à vedação do controle judicial, exigindo que a disciplina seja compreendida à luz do conjunto do sistema normativo.

Os arts. 56 e 57 reforçam essa percepção. Ao disciplinarem a legitimidade ativa, a competência jurisdicional e a participação obrigatória do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, esses dispositivos organizam a ação judicial de nulidade sem estabelecer como requisito a permanência da vigência da patente. O silêncio legislativo, nesse ponto, revela-se juridicamente significativo: não autoriza concluir, nem pela admissibilidade irrestrita da demanda, nem pela perda automática da possibilidade de apreciação judicial após a extinção do título. A resposta depende de elementos que ultrapassam a disciplina estritamente material da Lei nº 9.279/1996.

Da leitura coordenada dos arts. 46 a 57 emerge distinção relevante para a compreensão do problema investigado. A LPI disciplina, em planos normativos distintos, a duração da exclusividade patentária e os mecanismos destinados à aferição da validade da concessão. Embora essas categorias se relacionem, não se confundem. A extinção do privilégio produz consequências próprias quanto à cessação da exclusividade, enquanto

a disciplina da nulidade permanece voltada ao exame da conformidade originária da patente com os requisitos legais. Essa separação estrutural constitui uma das características mais relevantes do regime jurídico instituído pela Lei nº 9.279/1996.

As conclusões extraídas deste capítulo não permitem afirmar, desde logo, que toda patente extinta possa ser submetida à ação de nulidade. Tampouco autorizam sustentar que a perda da vigência torne automaticamente inviável qualquer controle judicial. O que a disciplina da Lei nº 9.279/1996 demonstra é que o legislador não vinculou, de maneira necessária, a existência da ação de nulidade à permanência da eficácia temporal da patente. A definição dos limites dessa atuação jurisdicional exige o exame da natureza jurídica da concessão da patente e dos pressupostos processuais que condicionam o exercício da jurisdição, aspectos que serão desenvolvidos nos capítulos seguintes.

4 A natureza jurídica da patente e o controle de validade do ato administrativo

A adequada compreensão do regime jurídico da nulidade previsto na Lei nº 9.279/1996 exige, inicialmente, a identificação da natureza jurídica da concessão da patente. Embora a invenção resulte da atividade intelectual do inventor, o direito de exploração exclusiva não nasce automaticamente com a criação. Sua constituição depende de manifestação da Administração Pública, materializada na decisão do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), após a verificação do cumprimento dos requisitos legais de patenteabilidade.

Essa característica distingue o bem imaterial da proteção jurídica que sobre ele incide. A invenção pode existir independentemente do reconhecimento estatal; a patente, entretanto, somente ingressa validamente no patrimônio jurídico do titular após a prática do ato administrativo previsto na Lei nº 9.279/1996. A exclusividade conferida pelo sistema patentário, portanto, não decorre diretamente da atividade inventiva, mas da atuação do Estado no exercício de competência legalmente atribuída ao INPI.

Essa constatação aproxima o regime das patentes da teoria geral do Direito Administrativo. Como observa Celso Antônio Bandeira de Mello, a legalidade constitui pressuposto permanente da atuação administrativa, razão pela qual nenhum ato estatal se torna insuscetível de controle

apenas porque passou a produzir efeitos. Maria Sylvia Zanella Di Pietro acrescenta que a conformidade do ato com os requisitos previstos em lei integra o próprio conceito de validade administrativa, permanecendo sujeita à fiscalização sempre que houver alegação de desconformidade com o ordenamento jurídico. Marçal Justen Filho, por sua vez, enfatiza que a submissão da Administração à legalidade e à finalidade pública acompanha toda a vida jurídica do ato, legitimando sua revisão quando identificado vício originário.

Embora desenvolvidas em contexto mais amplo, essas formulações oferecem importante suporte teórico para a compreensão do sistema patentário. A atividade desempenhada pelo INPI possui natureza predominantemente vinculada. A autarquia não dispõe de liberdade para flexibilizar os requisitos legais de novidade, atividade inventiva, aplicação industrial e demais pressupostos estabelecidos pela Lei da Propriedade Industrial. Sua atuação consiste em verificar se o pedido apresentado satisfaz as condições objetivamente definidas pelo legislador.

Sob essa perspectiva, eventual concessão de patente em desconformidade com esses requisitos não representa simples irregularidade procedimental. O vício incide sobre o próprio ato constitutivo da exclusividade, comprometendo a legitimidade jurídica do título desde sua origem. A disciplina da nulidade prevista nos arts. 46 a 57 da Lei nº 9.279/1996 constitui, justamente, o mecanismo pelo qual o ordenamento permite a revisão dessa desconformidade.

Essa conclusão recomenda distinguir categorias que, embora frequentemente tratadas de maneira indistinta, desempenham funções diversas na teoria dos atos administrativos. A doutrina tradicional diferencia os planos da existência, da validade e da eficácia. A existência corresponde ao ingresso formal do ato no mundo jurídico; a validade refere-se à conformidade desse ato com os requisitos estabelecidos pelo ordenamento; a eficácia, por sua vez, diz respeito à aptidão para produzir os efeitos jurídicos que lhe são próprios.

A distinção não possui caráter meramente conceitual. Um ato administrativo pode existir e produzir efeitos durante determinado período sem que isso afaste a possibilidade de posterior reconhecimento de sua invalidade. Da mesma forma, a cessação de sua eficácia típica não elimina eventual vício presente desde a sua formação. A aferição da validade permanece vinculada às condições existentes no momento em que o ato foi

praticado, e não às circunstâncias supervenientes relacionadas à duração de seus efeitos.

Essa diferenciação assume especial relevância no regime jurídico das patentes. A extinção do privilégio, qualquer que seja sua causa, encerra a eficácia temporal da exclusividade conferida ao titular. Todavia, esse fato não altera a análise acerca da conformidade jurídica da decisão administrativa que instituiu a patente. O decurso do tempo extingue os efeitos futuros do privilégio, mas não possui aptidão para sanar eventual vício existente na origem da concessão.

É precisamente essa distinção entre validade e eficácia que delimita o objeto da ação de nulidade. A demanda não busca restaurar ou prolongar a duração da patente, tampouco reabrir prazo de proteção já encerrado. O que se submete ao exame jurisdicional é a regularidade jurídica da decisão administrativa que instituiu a exclusividade, aferida à luz dos pressupostos estabelecidos pela Lei nº 9.279/1996.

Essa compreensão permite harmonizar a disciplina da propriedade industrial com a teoria geral do Direito Administrativo sem descaracterizar a autonomia do regime especial instituído pela Lei da Propriedade Industrial. As categorias administrativistas não são transplantadas para substituir a legislação específica das patentes; funcionam, antes, como instrumentos dogmáticos capazes de explicar por que a validade da concessão permanece questão juridicamente distinta da duração da proteção conferida ao titular.

As premissas desenvolvidas neste capítulo evidenciam que a natureza administrativa da concessão da patente impede que a cessação da eficácia temporal do título seja automaticamente confundida com a superação de eventual vício de legalidade. A distinção entre esses planos fornece o fundamento dogmático necessário para o exame do interesse processual nas ações de nulidade, tema que será desenvolvido a seguir.

5 O interesse processual na ação de nulidade de patente: a persistência de efeitos jurídicos após a extinção do título

Demonstrado que a Lei nº 9.279/1996 não estabelece a extinção da patente como causa automática de inviabilidade da ação de nulidade e que a controvérsia envolve a verificação da regularidade jurídica da concessão, cumpre examinar outro elemento indispensável à solução do problema proposto: a existência de interesse processual quando o título patentário já deixou de produzir sua eficácia prospectiva.

No processo civil brasileiro, o direito de ação não se confunde com a existência do direito material afirmado em juízo. O acesso ao Poder Judiciário constitui garantia constitucional, mas o exercício da jurisdição permanece condicionado ao atendimento dos pressupostos processuais previstos no ordenamento. Entre eles destaca-se o interesse processual, tradicionalmente compreendido como a conjugação entre necessidade e utilidade da tutela jurisdicional. Fredie Didier Jr. compreende o interesse processual como requisito relacionado à utilidade concreta da prestação jurisdicional, de modo que a atuação do Poder Judiciário somente se justifica quando a tutela pleiteada for apta a produzir resultado útil para a situação jurídica discutida. Daniel Amorim Assumpção Neves desenvolve entendimento convergente ao afirmar que não basta a possibilidade abstrata de recorrer ao Judiciário; é indispensável que a decisão postulada seja capaz de produzir repercussão prática sobre a situação jurídica discutida. A partir dessas construções, percebe-se que o interesse processual não constitui requisito meramente formal, mas categoria funcional destinada a aferir a utilidade concreta da atividade jurisdicional.

Essa compreensão assume especial relevância nas ações de nulidade de patente. Diferentemente das demandas voltadas exclusivamente à cessação da exploração exclusiva, a ação prevista nos arts. 56 e 57 da Lei nº 9.279/1996 possui objeto específico: a declaração judicial de invalidade da concessão da patente. A utilidade da tutela jurisdicional, portanto, não pode ser aferida apenas pela permanência da vigência do título, mas pela capacidade da decisão de influenciar relações jurídicas cuja solução dependa da validade originária da patente.

É precisamente nesse ponto que a eficácia retroativa (*ex tunc*) prevista no art. 48 da Lei da Propriedade Industrial assume papel decisivo. Ao estabelecer que a declaração de nulidade retroage à data do depósito do pedido de patente, o legislador reconheceu que a invalidação do título possui aptidão para repercutir sobre situações jurídicas constituídas durante todo o período em que a patente produziu efeitos. A retroatividade da decisão evidencia que a utilidade da tutela jurisdicional pode ultrapassar a cessação da exclusividade, alcançando relações jurídicas formadas sob a aparência de validade do título posteriormente invalidado.

Sob essa perspectiva, a extinção superveniente da patente não conduz, necessariamente, ao desaparecimento do interesse processual. Sempre que a definição acerca da validade da concessão puder repercutir sobre contratos de licença, pagamento de royalties, ações indenizatórias,

demandas por infração de patente, litígios concorrenciais ou outras relações jurídicas ainda existentes, a declaração de nulidade poderá conservar utilidade concreta para a solução da controvérsia.

Não se trata, contudo, de admitir uma presunção de interesse processual em toda ação proposta após a extinção da patente. A existência de efeitos pretéritos decorrentes da exploração do privilégio não dispensa a demonstração de que a tutela jurisdicional ainda possui aptidão para produzir consequências jurídicas relevantes no caso concreto. O interesse processual continua submetido às regras gerais do Código de Processo Civil e deve ser aferido pelo magistrado à luz das circunstâncias efetivamente demonstradas pelas partes.

Essa observação evidencia distinção fundamental entre duas categorias frequentemente aproximadas, mas juridicamente distintas. A perda da eficácia temporal da patente decorre das hipóteses de extinção previstas na Lei nº 9.279/1996 e encerra a exclusividade para o futuro. O interesse processual, por sua vez, depende da permanência da utilidade da atividade jurisdicional. Embora, em determinadas situações, ambas as circunstâncias possam coexistir, inexiste relação necessária entre elas. A cessação da vigência do privilégio não implica, automaticamente, a inutilidade da tutela jurisdicional.

Mais do que isso, o interesse processual deve ser compreendido como requisito dinâmico da atividade jurisdicional. Sua presença não se esgota no momento do ajuizamento da ação, devendo permanecer ao longo do desenvolvimento do processo até o julgamento da causa. Essa característica reforça a necessidade de avaliação concreta da utilidade da decisão judicial diante das circunstâncias supervenientes verificadas em cada demanda, afastando soluções baseadas em presunções absolutas ou critérios exclusivamente temporais.

Essa interpretação harmoniza-se com os princípios estruturantes do Código de Processo Civil de 2015. A efetividade da tutela jurisdicional, a primazia da decisão de mérito, a economia processual e o acesso à Justiça orientam o magistrado a privilegiar a solução definitiva do conflito sempre que a prestação jurisdicional conservar utilidade prática. Em controvérsias que envolvem a validade de atos administrativos capazes de produzir repercussões jurídicas para além de sua eficácia típica, essa diretriz assume especial importância, pois impede que o encerramento formal dos efeitos do ato seja automaticamente confundido com a perda do interesse de agir.

A tese desenvolvida neste estudo, portanto, possui alcance deliberadamente limitado. Não se sustenta que toda ação de nulidade ajuizada após a extinção da patente deva ser admitida, tampouco que a perda da vigência seja juridicamente irrelevante. Defende-se apenas que a extinção do privilégio, considerada isoladamente, não constitui fundamento suficiente para afastar a apreciação do mérito da demanda. A admissibilidade da ação continuará condicionada à demonstração de que a declaração de nulidade conserva aptidão para produzir efeitos jurídicos úteis na situação concreta submetida ao Poder Judiciário.

Essa construção permite compatibilizar o regime especial instituído pela Lei nº 9.279/1996 com a teoria geral do processo civil. Preserva-se, de um lado, a disciplina própria da nulidade das patentes, que não estabelece vedação expressa ao exame jurisdicional após a extinção do título; de outro, respeitam-se os pressupostos processuais que condicionam o exercício legítimo da jurisdição. A solução da controvérsia passa, assim, pela articulação entre direito material e direito processual, afastando tanto a admissão indiscriminada das ações de nulidade quanto a adoção de regra automática de inadmissibilidade fundada exclusivamente no término da vigência da patente.

As premissas desenvolvidas neste capítulo fornecem o elo necessário para a etapa conclusiva da investigação. Resta examinar como a Constituição, a Lei nº 9.279/1996, o Código de Processo Civil, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, os tratados internacionais e a jurisprudência dos tribunais superiores, considerados de forma coordenada, convergem para sustentar essa solução interpretativa.

6 A interpretação sistemática do ordenamento jurídico e a subsistência do controle jurisdicional da patente extinta

A investigação desenvolvida ao longo deste estudo evidencia que a controvérsia relativa à admissibilidade da ação de nulidade após a extinção da patente não encontra solução satisfatória na leitura isolada de qualquer dispositivo da Lei nº 9.279/1996. O problema jurídico examinado situa-se na convergência entre diferentes ramos do Direito, exigindo a articulação de normas constitucionais, regras da legislação especial, princípios de Direito Administrativo, categorias do Direito Processual Civil e compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro. A resposta, portanto,

emerge da integração dessas diversas fontes normativas, consideradas em sua unidade e coerência.

A Constituição da República fornece a primeira premissa dessa construção. Ao assegurar proteção temporária aos inventos industriais em benefício do interesse social e do desenvolvimento tecnológico e econômico do País (art. 5º, XXIX), o texto constitucional afasta a compreensão da patente como direito absoluto ou insuscetível de revisão. A tutela constitucional pressupõe que a exclusividade tenha sido regularmente constituída, razão pela qual a observância dos requisitos legais integra a própria legitimidade do sistema de proteção patentária.

Em desenvolvimento desse comando constitucional, a Lei nº 9.279/1996 estruturou disciplina específica para a nulidade das patentes, distinguindo claramente o regime da duração da exclusividade daquele destinado ao exame da regularidade da concessão. A atribuição de eficácia retroativa (*ex tunc*) à declaração de nulidade e a previsão de continuidade do procedimento administrativo mesmo após a extinção da patente (art. 51, parágrafo único) demonstram que o legislador não equiparou a cessação da vigência do título ao desaparecimento automático do interesse jurídico em sua invalidação. Embora a disciplina judicial apresente contornos próprios, a organização interna da LPI revela que a duração da proteção e a validade da concessão pertencem a planos jurídicos distintos.

Essa leitura é reforçada pela Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, especialmente após as alterações promovidas pela Lei nº 13.655/2018, que passaram a exigir a consideração das consequências práticas das decisões administrativas e judiciais. Ao orientar que a aplicação do Direito considere as consequências práticas das decisões e preserve a coerência do sistema jurídico, a LINDB desestimula soluções automáticas baseadas exclusivamente em critérios formais. No contexto das patentes, essa diretriz recomenda que a utilidade da tutela jurisdicional seja aferida à luz das repercussões jurídicas efetivamente produzidas pela concessão da patente, evitando que o simples decurso do prazo de vigência seja tratado, por si só, como causa suficiente para afastar a apreciação judicial.

No plano processual, o Código de Processo Civil conduz à mesma conclusão. O interesse processual não decorre da existência abstrata do direito de ação, mas da utilidade concreta da prestação jurisdicional diante das circunstâncias verificadas em cada caso. A disciplina processual prestigia a efetividade da tutela jurisdicional, a primazia da decisão de mérito e o acesso à Justiça, exigindo que a eventual perda do interesse de agir resulte

de avaliação concreta acerca da inutilidade da decisão postulada, e não da incidência de presunções absolutas.

Os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil igualmente se mostram compatíveis com essa compreensão. O Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS) estabelece padrões mínimos de proteção às patentes, preservando ampla margem de conformação dos Estados para disciplinar os mecanismos internos de concessão, revisão e invalidação dos títulos. De forma semelhante, a Convenção da União de Paris não disciplina diretamente as hipóteses de nulidade de patentes já extintas nem estabelece solução uniforme para essa matéria. Sua sistemática preserva ampla autonomia normativa dos Estados para disciplinarem os requisitos de concessão, invalidação e controle das patentes em seus respectivos ordenamentos jurídicos, desde que observados os padrões mínimos convencionais de proteção. Nenhum desses instrumentos internacionais impõe solução específica para a hipótese aqui examinada, remetendo a disciplina da matéria ao direito interno.

A jurisprudência dos tribunais superiores oferece importantes elementos para essa construção. No julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.529, o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade da prorrogação automática do prazo de vigência prevista no parágrafo único do art. 40 da Lei nº 9.279/1996, reafirmando que a proteção patentária deve permanecer subordinada aos princípios da temporariedade, da livre concorrência, da inovação e do interesse social. Embora o objeto da ação não coincidisse com a controvérsia aqui examinada, os fundamentos adotados pelo Tribunal reforçam a compreensão de que a tutela conferida às patentes somente se legitima quando compatível com os limites constitucionais que a justificam.

Também a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça contribui para essa leitura ao reconhecer a eficácia retroativa da declaração de nulidade e a relevância institucional da fiscalização da regularidade das patentes concedidas. Ainda que a Corte não tenha enfrentado diretamente a hipótese de patente já extinta, seus precedentes evidenciam que a invalidação do título pode irradiar efeitos para além do encerramento da exclusividade, especialmente em razão da eficácia *ex tunc* expressamente prevista pela Lei nº 9.279/1996.

Até a conclusão desta pesquisa, não foi identificado precedente do Superior Tribunal de Justiça que tenha enfrentado diretamente a questão

específica da subsistência do interesse processual para o ajuizamento de ação de nulidade de patente após a extinção do título. Os precedentes localizados tratam de temas correlatos, como os efeitos da nulidade, a competência jurisdicional e a prejudicialidade entre ações de infração e de nulidade, mas não solucionam diretamente a hipótese ora examinada. Essa constatação evidencia que a controvérsia permanece aberta no âmbito da jurisprudência da Corte Superior, reforçando a relevância da interpretação sistemática desenvolvida neste estudo.

Embora existam precedentes de Tribunais Regionais Federais que interpretam o art. 56 da Lei nº 9.279/1996 como limitador temporal da ação de nulidade, condicionando seu ajuizamento ao período de vigência da patente, tais decisões não possuem caráter vinculante e representam uma das correntes interpretativas existentes sobre a matéria, cuja compatibilidade com a eficácia retroativa da nulidade e com a sistemática da Lei da Propriedade Industrial constitui precisamente o objeto da presente pesquisa.

A doutrina especializada converge no mesmo sentido. Denis Borges Barbosa, Pedro Marcos Nunes Barbosa, Newton Silveira e Gabriel Di Blasi, cada qual sob perspectiva própria, reconhecem que a proteção patentária somente se justifica quando observados os requisitos legais de patenteabilidade, legitimando a existência de mecanismos voltados à correção de concessões incompatíveis com a legislação. Em paralelo, a doutrina administrativista demonstra que a validade dos atos administrativos permanece submetida ao controle de legalidade, enquanto a doutrina processual evidencia que o interesse processual deve ser aferido segundo a utilidade concreta da prestação jurisdicional. Consideradas em conjunto, essas contribuições revelam que a solução da controvérsia depende da articulação entre diferentes categorias dogmáticas, e não da prevalência isolada de qualquer delas.

A conjugação desses referenciais permite afastar duas leituras igualmente incompatíveis com o sistema jurídico brasileiro. A primeira consistiria em admitir que toda patente extinta permaneceria indefinidamente sujeita à ação de nulidade, independentemente da existência de qualquer repercussão jurídica remanescente. A segunda conduziria à conclusão oposta, segundo a qual a cessação da vigência extinguiria, de maneira automática, toda possibilidade de apreciação judicial da validade da concessão. Nenhuma dessas soluções encontra fundamento suficiente na Constituição, na Lei nº 9.279/1996, no Código

de Processo Civil, na LINDB, nos tratados internacionais ou na orientação jurisprudencial examinada.

A interpretação que melhor preserva a coerência do ordenamento jurídico consiste em reconhecer que a extinção da patente representa circunstância juridicamente relevante, mas insuficiente, por si só, para definir a admissibilidade da ação de nulidade. A permanência de relações jurídicas cuja solução dependa da validade originária da concessão poderá justificar o prosseguimento da atividade jurisdicional, desde que demonstrada, no caso concreto, a utilidade efetiva da declaração de nulidade. A aferição desse requisito continua submetida ao controle judicial e não admite soluções apriorísticas.

Essa conclusão harmoniza os diferentes valores que estruturam o sistema brasileiro de propriedade industrial. Preserva a segurança jurídica ao exigir demonstração concreta do interesse processual; protege a inovação ao manter íntegros os pressupostos constitucionais da proteção patentária; reafirma a legalidade administrativa ao admitir a fiscalização da regularidade da concessão; e assegura a efetividade da jurisdição ao evitar que a perda da vigência seja tratada como obstáculo automático ao exame do mérito. É justamente dessa articulação entre Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Processual Civil e Direito da Propriedade Industrial que resulta a solução proposta para a controvérsia objeto desta pesquisa.

7 Considerações finais

A presente pesquisa teve como objetivo examinar se a extinção da patente constitui, por si só, fundamento suficiente para impedir o ajuizamento ou o prosseguimento da ação de nulidade prevista na Lei nº 9.279/1996. A investigação partiu da constatação de que a legislação brasileira disciplina separadamente o regime da duração da exclusividade patentária e os mecanismos destinados ao controle da regularidade da concessão, sem estabelecer regra expressa que vincule a perda da vigência à inadmissibilidade da ação judicial de nulidade.

A análise desenvolvida permitiu confirmar a hipótese inicialmente formulada. A extinção da patente representa fato juridicamente relevante, mas não suficiente, por si só, para afastar a apreciação jurisdicional da validade da concessão. A solução da controvérsia não decorre da interpretação isolada de qualquer dispositivo da Lei da Propriedade Industrial, mas da

leitura coordenada da Constituição da República, da Lei nº 9.279/1996, do Código de Processo Civil, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, dos tratados internacionais incorporados ao ordenamento jurídico nacional, da jurisprudência e da doutrina especializada.

A pesquisa demonstrou que o sistema constitucional brasileiro condiciona a proteção patentária ao interesse social e ao desenvolvimento tecnológico e econômico do País, circunstância que afasta qualquer compreensão da patente como direito absoluto ou imune ao controle de legalidade. Em desenvolvimento desse comando constitucional, a Lei da Propriedade Industrial estruturou mecanismos próprios destinados à fiscalização da regularidade da concessão, atribuindo eficácia retroativa (*ex tunc*) à declaração de nulidade e preservando, inclusive na esfera administrativa, a possibilidade de prosseguimento do procedimento de invalidação após a extinção do título.

Também se verificou que a adequada compreensão do problema exige distinguir categorias jurídicas frequentemente tratadas como equivalentes. A duração da exclusividade, a validade da concessão e o interesse processual pertencem a planos normativos distintos. A cessação da vigência da patente extingue seus efeitos prospectivos, mas não elimina, necessariamente, a possibilidade de repercussões jurídicas relacionadas à regularidade originária da concessão. Do mesmo modo, a existência de interesse processual não decorre automaticamente da simples extinção ou permanência do título, devendo ser aferida segundo a utilidade concreta da tutela jurisdicional em cada caso.

Os resultados obtidos permitem sustentar que a autonomia entre vigência, validade e interesse processual constitui elemento interpretativo relevante para a compreensão sistemática do regime jurídico da nulidade das patentes, impedindo que o término da proteção temporal seja utilizado como critério absoluto para definir a admissibilidade da ação de nulidade.

A tese proposta possui alcance deliberadamente limitado. Não se sustenta que toda patente extinta permaneça indefinidamente sujeita ao controle jurisdicional, nem que toda ação de nulidade deva prosseguir independentemente das circunstâncias do caso concreto. Defende-se, apenas, que a perda da vigência não constitui fundamento jurídico autônomo para afastar, de forma automática, a apreciação do mérito. A demonstração do interesse processual continua submetida às regras gerais do Código de Processo Civil e dependerá da verificação concreta da utilidade da tutela jurisdicional.

Ao distinguir os planos da vigência, da validade e do interesse processual e ao integrar referenciais provenientes do Direito Constitucional, do Direito Administrativo, do Direito Processual Civil e do Direito da Propriedade Industrial, esta pesquisa procura oferecer uma leitura sistemática do regime jurídico da nulidade das patentes. Espera-se que essa construção contribua para o desenvolvimento da doutrina nacional e para o aprimoramento da interpretação judicial da matéria, especialmente em controvérsias nas quais a extinção da patente seja invocada como fundamento para afastar, de maneira automática, o exame da legalidade da concessão.

Referências

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. 37. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2024. ISBN 978-65-5518-067-3.

BARBOSA, Denis Borges. *Tratado da propriedade intelectual*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022. 6 v.

BARBOSA, Pedro Marcos Nunes; BARBOSA, Denis Borges. *O Código da Propriedade Industrial: conforme os Tribunais: Volume 1 – Patentes*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2026. ISBN 978-85-519-3955-0

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 jul. 2026.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB). Redação dada pela Lei nº 13.655, de 25 de abril de 2018. Brasília, DF: Presidência da República, 1942. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del4657compilado.htm. Acesso em: 27 jul. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. *Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.* Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm. Acesso em: 27 jul. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. *Código de Processo Civil.* Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 27 jul. 2026.

DI BLASI, Gabriel. *A propriedade industrial: os sistemas de marcas, patentes, desenhos industriais e transferência de tecnologia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. ISBN 978-85-309-2948-0.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 39. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026. ISBN 978-85-309-9865-3.

DIDIER JR., Fredie. *Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento*. v. 1. 28. ed. Salvador: JusPodivm, 2026. ISBN 978-85-442-7051-6.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). *Recursos e nulidades*. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/recursos-e-nulidades. Acesso em: 27 jul. 2026.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de direito administrativo*. 15. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2024. ISBN 978-65-5964-981-5.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de direito processual civil: volume único*. 18. ed. São Paulo: JusPodivm, 2026. 1.312 p. ISBN 978-85-442-7100-1.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). *Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights (TRIPS Agreement)*. Marrakesh, 1994. Disponível em: https://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/27-trips.htm. Acesso em: 27 jul. 2026.

PARIS CONVENTION FOR THE PROTECTION OF INDUSTRIAL PROPERTY. Paris, 20 Mar. 1883. Stockholm Act, 14 Jul. 1967, as amended on 28 Sept. 1979. Geneva: World Intellectual Property Organization (WIPO). Disponível em: https://www.wipo.int/treaties/en/ip/paris/. Acesso em: 27 jul. 2026.

PIMENTEL, Luiz Otávio; BOFF, Salete Oro; PACHECO, Gabriel Silveira. *Constitucionalidade do sistema de proteção jurídica de patente e a patente essencial a padrão tecnológico de TIC no Brasil*. Revista Brasileira de Direito, Passo Fundo, RS, Brasil, v. 22, Edição Especial, 2026. DOI: 10.18256/2238-0604.2026.v22i.5367.

PIMENTEL, Luiz Otávio; MORAIS, Fausto Santos de; PACHECO, Gabriel Silveira. *A solução de controvérsias no sistema de proteção jurídica de patentes essenciais a padrão de tecnologias de informação e comunicação no judiciário do Brasil*. Revista Brasileira de Direito, Passo Fundo, RS, Brasil, v. 22, 2026. DOI: 10.18256/2238-0604.2026.v22i.5366.

SILVEIRA, Newton. *Propriedade intelectual: propriedade industrial, direito*

de autor, software, cultivares, nome empresarial, título de estabelecimento, abuso de patentes. 6. ed. rev. e ampl. Barueri, SP: Manole, 2018. ISBN 978-85-204-5752-8.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ). Recurso Especial n.º 1.940.037/SP (2020/0240431-1). Relatora: Ministra Nancy Andrighi. Relator para acórdão: Ministro Marco Aurélio Bellizze. Terceira Turma. Julgado em 13 jun. 2023. DJe, 22 jun. 2023. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?dt_publicacao=22%-2F06%2F2023&num_registro=202002404311. Acesso em: 27 jul. 2026.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 5.529/DF. Relator: Min. Dias Toffoli. Tribunal Pleno. Julgado em 6 maio 2021. Diário da Justiça Eletrônico (DJe). Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4984197. Acesso em: 27 jul. 2026.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO (TRF2). Apelação Cível n.º 0032264-76.2015.4.02.5 101 (2015.51.01.032264-5). Relator: Desembargador Federal Paulo Espírito Santo. 1ª Turma Especializada. Julgado em 22 fev. 2018.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO (TRF2). Embargos de Declaração na Apelação Cível n.º 0032264-76.2015.4.02.5 101 (2015.51.01.032264-5). Relator: Desembargador Federal Paulo Espírito Santo. 1ª Turma Especializada. Julgado em 12 jul. 2018.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION (WIPO). *An International Guide to Patent Case Management for Judges*. Chapter 3: Brazil. Geneva: WIPO, 2025. Disponível em: https://www.wipo.int/patent-judicial-guide/en/full-guide/brazil. Acesso em: 27 jul. 2026.

Capítulo 21

ENTRE O NAMORO E A UNIÃO ESTÁVEL: OS LIMITES DA AUTONOMIA PRIVADA NAS RELAÇÕES AFETIVAS

Mila Gomes Pinto[1]

1 Introdução

O advento da Constituição Federal de 1988 representou um importante marco de transformação do Direito de Família brasileiro ao conferir novo tratamento jurídico às relações familiares e ampliar a proteção estatal para além dos modelos tradicionalmente reconhecidos pelo ordenamento.

Ao estabelecer, em seu artigo 226, que a família constitui a base da sociedade e merece especial proteção do Estado, a Constituição passou a reconhecer expressamente diferentes formas de organização familiar, rompendo com uma concepção restritiva de família fundada exclusivamente no modelo matrimonial.

Entre as transformações promovidas pelo texto constitucional, a união estável passou a ser expressamente reconhecida como entidade familiar, nos termos do artigo 226, § 3º, conferindo proteção jurídica a uma realidade social que, até então, não possuía o mesmo tratamento destinado à família constituída pelo casamento. A partir desse marco, tornou-se necessária a construção de um regime jurídico capaz de disciplinar as relações decorrentes da união estável, desse modo, a temática passou a receber disciplina legislativa própria.

Nesse processo de regulamentação, inicialmente foram editadas as Leis nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994, e nº 9.278, de 10 de maio de 1996. A primeira estabeleceu direitos relacionados, entre outros aspectos, a alimentos e sucessão, além de disciplinar determinados efeitos patrimoniais decorrentes da relação entre os companheiros. Posteriormente, a Lei nº

1 Advogada. Bacharela em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Pós-graduada em Processo Civil pela Escola Brasileira de Direito (EBRADI). Proprietária do escritório MG – Mila Gomes Advocacia e Consultoria Jurídica. E-mail: milagomes.adv@gmail.com. Currículo Lattes: https://lattes.cnpq.br/6103337813746626.

9.278/1996 ampliou a disciplina anteriormente estabelecida e passou a reconhecer também a união entre pessoas separadas de fato. O diploma legal trouxe ainda disposições relativas aos direitos e deveres dos conviventes, à competência das Varas de Família e aos efeitos patrimoniais decorrentes da união, contribuindo para o processo de consolidação jurídica do instituto.

A evolução legislativa alcançou novo estágio com a entrada em vigor do Código Civil de 2002, que passou a disciplinar a união estável nos artigos 1.723 a 1.727. O tratamento conferido pelo Código Civil incorporou ao sistema civilista a disciplina construída pelas legislações anteriores e estabeleceu os elementos jurídicos necessários à caracterização da união estável, consolidando sua inserção no âmbito do Direito de Família.

Essa evolução não ocorreu, contudo, de maneira isolada. Ela integra um movimento mais amplo de transformação das próprias relações. A ampliação da liberdade individual na escolha das formas de relacionamento, a maior aceitação social da coabitação entre casais de namorados, a publicidade das relações e o compartilhamento de experiências e projetos de vida fizeram com que determinadas relações de namoro passassem a apresentar características semelhantes àquelas tradicionalmente associadas à união estável. É justamente nessa zona de aproximação que se estabelece uma linha particularmente tênue entre o namoro qualificado e a união estável. Entretanto, a existência de elementos semelhantes entre essas relações não significa que produzam os mesmos efeitos jurídicos.

A distinção entre essas relações não possui apenas relevância conceitual. O reconhecimento de uma união estável produz consequências jurídicas próprias, capazes de repercutir sobre a esfera patrimonial e pessoal dos envolvidos.

É nesse contexto que ganha relevância o contrato de namoro, instrumento utilizado pelas partes com o propósito de formalizar a natureza de sua relação e exteriorizar a ausência, naquele momento, de intenção de constituir família. A utilização desse instrumento está diretamente relacionada à possibilidade de exercício da autonomia privada nas relações afetivas, na medida em que os indivíduos procuram manifestar expressamente sua vontade quanto aos contornos jurídicos que pretendem atribuir ao vínculo mantido entre si.

Entretanto, a existência de um instrumento contratual não elimina a complexidade inerente à própria dinâmica das relações afetivas. Surge, portanto, uma questão particularmente relevante: **até que ponto a manifestação de vontade das partes é capaz de resguardá-las diante**

da realidade da relação? Se, de um lado, a autonomia privada permite aos indivíduos manifestar suas escolhas e organizar seus interesses, de outro, a qualificação jurídica da relação não parece depender exclusivamente da denominação atribuída pelos próprios envolvidos.

Nesse sentido, o presente capítulo busca analisar os limites da autonomia privada nas relações afetivas, tendo como objeto a fronteira entre o namoro e a união estável e, especificamente, a capacidade do contrato de namoro de resguardar juridicamente as partes. Mais do que discutir a validade abstrata desse instrumento, pretende-se compreender qual é o alcance de sua eficácia e quais circunstâncias podem fazer com que a proteção inicialmente pretendida pelos contratantes deixe de ser suficiente diante da transformação da realidade fática da relação.

2 A autonomia privada nas relações afetivas no direito civil contemporâneo

A transformação do Direito de Família brasileiro repercutiu não apenas sobre o reconhecimento jurídico de diferentes formas de constituição familiar, mas também sobre a posição ocupada pela liberdade individual na organização das relações afetivas. A partir de uma perspectiva constitucional, a proteção da pessoa humana no âmbito familiar passou a ser acompanhada pelo reconhecimento de maior espaço de autodeterminação dos indivíduos, permitindo que estes participem das escolhas relacionadas à constituição e à condução de suas próprias relações.

A liberdade aplicada ao Direito de Família manifesta-se na possibilidade de os indivíduos constituírem e dissolverem relações conjugais e uniões estáveis, bem como de reorganizarem suas estruturas de convivência. Essa perspectiva evidencia que a família contemporânea não pode ser compreendida exclusivamente a partir de modelos previamente impostos pelo Estado, devendo também ser considerada a capacidade dos próprios indivíduos de definir os contornos de sua vida afetiva (MELES, 2022).

A autonomia privada, nesse contexto, relaciona-se diretamente à liberdade de escolha dos indivíduos. A possibilidade de decidir com quem estabelecer um vínculo afetivo e de determinar os rumos da própria vida familiar integra a esfera de autodeterminação da pessoa. Por essa razão, a intervenção estatal nas relações familiares deve encontrar limites, especialmente quando sua atuação ultrapassar

a proteção dos direitos envolvidos e passar a impor aos indivíduos determinado modelo de organização de sua vida privada (MELES, 2022).

Não se trata, contudo, de reconhecer a existência de uma liberdade ou autonomia privada absoluta. A própria autonomia está submetida aos limites estabelecidos pelo ordenamento jurídico, cabendo ao Estado estabelecer restrições quando necessárias à proteção de direitos e interesses juridicamente relevantes. O que se coloca em discussão é a extensão dessa intervenção e, sobretudo, a necessidade de preservar um espaço de autodeterminação afetiva que permita às pessoas realizar suas escolhas sem ingerência estatal excessiva (MELES, 2022).

Essa questão adquire especial relevância quando aplicada às relações afetivas que não possuem, necessariamente, finalidade de constituição familiar. A evolução dos relacionamentos modificou práticas anteriormente associadas exclusivamente às relações familiares, de modo que comportamentos como a coabitação, a publicidade do vínculo e a estabilidade passaram a também estar presentes em relações de namoro. Essa aproximação tornou mais difícil a diferenciação entre namoro e união estável e passou a gerar questionamentos relacionados à liberdade de escolha do casal (MELES, 2022).

A dificuldade de estabelecer essa distinção demonstra que a análise jurídica das relações afetivas não pode considerar isoladamente elementos externos da convivência. A presença de determinadas características em um relacionamento não necessariamente revela, por si só, a intenção dos envolvidos de constituir uma entidade familiar. Nesse sentido, a autonomia privada ganha importância justamente por permitir que a vontade dos indivíduos seja considerada na identificação da natureza da relação mantida.

É nesse cenário que surge a possibilidade de formalização da vontade por meio do contrato de namoro. O instrumento é utilizado por casais que pretendem declarar que a relação existente entre eles possui natureza de namoro e que não há, naquele momento, intenção de constituir família, ainda que estejam presentes características como coabitação, publicidade e estabilidade. A utilização do contrato está relacionada, portanto, à tentativa de conferir maior segurança jurídica às partes diante da proximidade existente entre determinadas relações de namoro e a união estável (MELES, 2022).

Sob essa perspectiva, a manifestação de vontade assume papel relevante na análise do vínculo. Se a união estável pressupõe a existência de

intenção de constituição de família, a declaração expressa dos envolvidos no sentido contrário constitui elemento que não pode ser simplesmente ignorado pelo intérprete. Ao formalizar a ausência do *animus familiae* por meio do contrato de namoro, as partes exteriorizam uma escolha que decorre da própria autonomia privada e que, por essa razão, deve ser considerada pelo Direito (MELES, 2022).

Essa compreensão, entretanto, não conduz à conclusão de que o contrato possa afastar, de maneira absoluta, a incidência das normas relativas à união estável. Diante de um conflito entre o contrato e uma realidade fática que efetivamente configure união estável, prevalecerá a disciplina legal, uma vez que as normas cogentes não podem ser subordinadas às pactuações privadas. A controvérsia, portanto, não está apenas em saber se o contrato pode existir, mas em definir qual é o alcance jurídico da manifestação de vontade nele contida (MELES, 2022).

A questão torna-se ainda mais complexa porque as relações afetivas possuem caráter dinâmico. A declaração realizada pelas partes em determinado momento pode corresponder à realidade existente naquela ocasião e, posteriormente, a própria relação pode sofrer transformações. Por essa razão, a existência do contrato não impede que, diante de uma conduta posterior incompatível com o conteúdo declarado, seja reconhecida uma união estável. Nesse sentido, eventual reconhecimento decorrente dessa transformação não deveria alcançar período anterior à celebração do contrato, justamente em respeito à liberdade manifestada pelas partes e ao livre desenvolvimento da relação (MELES, 2022).

Essa perspectiva permite compreender que a autonomia privada possui relevância jurídica mesmo diante da existência de normas cogentes. O contrato de namoro não deve ser visto simplesmente como mecanismo destinado a afastar a incidência da união estável, mas como instrumento por meio do qual os indivíduos exteriorizam a natureza que atribuem à relação em determinado momento. Sua eficácia, contudo, encontra limite na própria realidade dos fatos e na eventual configuração posterior de uma entidade familiar.

A proteção da autonomia privada, portanto, exige equilíbrio. De um lado, a liberdade dos indivíduos não pode ser esvaziada pela atribuição automática de efeitos jurídicos a uma relação cuja natureza familiar não corresponde à vontade manifestada pelos envolvidos. De outro, a autonomia não pode ser utilizada como instrumento para impedir a incidência das normas jurídicas quando a realidade concretamente vivenciada preencher os requisitos necessários à configuração de uma união estável.

É justamente nessa zona de tensão que se encontra o problema central do contrato de namoro. A questão não consiste em reconhecer à vontade das partes força absoluta, tampouco em considerá-la juridicamente irrelevante. Trata-se de determinar qual deve ser o peso atribuído à manifestação de vontade diante dos elementos concretos da relação e, principalmente, em que momento a realidade vivenciada pelos indivíduos passa a justificar a incidência das normas próprias da união estável.

Assim, a autonomia privada deve ser compreendida como instrumento de liberdade e autodeterminação, mas exercida dentro dos limites impostos pelo ordenamento jurídico. No campo das relações afetivas, essa delimitação assume especial importância porque a própria evolução dos relacionamentos tornou menos evidente a fronteira entre namoro e união estável. A compreensão dessa fronteira é, portanto, indispensável para determinar a extensão da proteção conferida às partes por meio do contrato de namoro.

3 Entre o namoro e a união estável: a tênue distinção entre os institutos

A transformação das relações afetivas contemporâneas tornou progressivamente mais complexa a distinção entre o namoro e a união estável. Práticas anteriormente associadas à constituição de uma entidade familiar passaram também a integrar relações de namoro, aproximando os elementos externos presentes em ambos os vínculos.

A coabitação constitui exemplo dessa aproximação. Embora possa representar a existência de uma vida em comum, não é suficiente, isoladamente, para caracterizar a união estável. O Superior Tribunal de Justiça reconheceu essa possibilidade no julgamento do REsp 1.454.643/RJ, no qual afastou a configuração da entidade familiar apesar da existência de relacionamento público, duradouro e de coabitação, considerando que o propósito de constituir família ainda estava projetado para o futuro.

A distinção decorre, principalmente, do elemento previsto no artigo 1.723 do Código Civil: o objetivo de constituição de família. No namoro qualificado, embora possa existir intenso comprometimento afetivo, publicidade, estabilidade, coabitação e projetos comuns, a constituição da família permanece como possibilidade ou projeto futuro. Na união estável, por sua vez, a entidade familiar já se encontra constituída no presente.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça reafirma a necessidade de análise das circunstâncias concretas da relação. No AgInt no AREsp 2.6 28.074/SP, julgado em 2025, a Corte manteve o afastamento do reconhecimento de união estável diante da ausência de comprovação dos requisitos previstos no artigo 1.723 do Código Civil, evidenciando que a existência de relacionamento afetivo não conduz automaticamente à configuração da entidade familiar .

Já no REsp 1.935.910/SP, julgado em 2023, o Superior Tribunal de Justiça reconheceu a existência de união estável a partir da análise das circunstâncias concretas da convivência. O precedente demonstra que elementos como duração, convivência e publicidade não possuem significado jurídico isolado, devendo ser considerados conjuntamente para verificar se a relação efetivamente assumiu características de entidade familiar.

A existência de decisões com conclusões distintas evidencia a dificuldade de estabelecer uma fronteira objetiva entre os institutos. A mesma característica, como a coabitação ou a duração do relacionamento, pode estar presente tanto em um namoro qualificado quanto em uma união estável, sendo necessária a análise da finalidade e da realidade da convivência.

Nesse contexto, a distinção entre namoro e união estável assume especial relevância para a segurança jurídica. Se, por um lado, a união estável decorre de uma situação fática e deve ser reconhecida quando presentes seus requisitos, por outro, os indivíduos também possuem interesse legítimo em exteriorizar a natureza que atribuem ao relacionamento e organizar seus interesses pessoais e patrimoniais.

É justamente nessa zona de aproximação que surge o contrato de namoro. A dificuldade em estabelecer, apenas a partir de elementos externos, quando uma relação permanece no campo do namoro ou passa a configurar união estável evidencia a importância de examinar o papel da manifestação de vontade dos envolvidos. A partir dessa perspectiva, passa-se à análise do contrato de namoro e de sua utilização como instrumento de autonomia privada e busca por segurança jurídica.

4 O contrato de namoro como instrumento de autonomia privada

A aproximação entre o namoro e a união estável e a possibilidade de atribuição de efeitos jurídicos distintos a cada uma dessas relações contribuíram

para o surgimento do contrato de namoro como instrumento de formalização da vontade dos envolvidos. Por meio dele, os contratantes procuram declarar que, naquele momento, mantêm relacionamento afetivo sem intenção de constituir família, buscando conferir maior clareza à natureza do vínculo e segurança quanto aos seus possíveis efeitos jurídicos (PUREZA, 2025).

A utilização do instrumento relaciona-se diretamente à autonomia privada, pois permite aos indivíduos exteriorizar sua vontade quanto à forma como compreendem e organizam a relação afetiva. Nesse sentido, o contrato representa uma tentativa de conferir expressão jurídica à escolha dos envolvidos, especialmente quando pretendem preservar sua autonomia patrimonial enquanto o relacionamento permanecer no âmbito do namoro (PUREZA, 2025).

Entretanto, a manifestação de vontade não é suficiente, por si só, para determinar definitivamente a natureza jurídica do relacionamento. O contrato deve ser analisado em conjunto com a realidade concreta da convivência, sobretudo porque as relações afetivas possuem caráter dinâmico e podem se transformar ao longo do tempo (DUARTE, 2019).

Nesse contexto, torna-se necessário distinguir a validade do contrato de sua eficácia. O contrato de namoro pode ser considerado válido enquanto manifestação de vontade das partes, mas sua eficácia é relativa, pois não impede o reconhecimento de uma união estável caso, posteriormente, estejam presentes os elementos que caracterizam essa entidade familiar (DUARTE, 2019).

A realidade da convivência permanece, portanto, elemento relevante para a qualificação jurídica da relação. A presença de características como coabitação, estabilidade ou publicidade não é suficiente, isoladamente, para configurar união estável, sendo necessária a análise conjunta das circunstâncias e, especialmente, da existência do propósito de constituição familiar (OLIVEIRA, 2023).

Nesse cenário, o contrato de namoro pode assumir relevância como elemento de demonstração da vontade das partes. Sua existência pode contribuir para evidenciar que, em determinado momento, os envolvidos não pretendiam constituir família, especialmente quando o comportamento adotado durante a relação permanece compatível com essa declaração (OLIVEIRA, 2023).

A importância do instrumento, contudo, diminui quando a realidade da relação passa a contrariar aquilo que foi formalmente declarado. A qualificação jurídica do vínculo não pode depender exclusivamente da

nomenclatura atribuída pelos contratantes, uma vez que a transformação do relacionamento pode produzir efeitos que não são afastados pela simples existência de documento particular (PUREZA, 2025).

Por essa razão, o contrato de namoro possui função predominantemente preventiva e declaratória. Ele permite registrar a vontade dos envolvidos e pode contribuir para reduzir incertezas quanto à natureza do relacionamento, mas não possui força para impedir o reconhecimento de uma união estável quando efetivamente constituída (OLIVEIRA, 2023).

A segurança jurídica pretendida pelas partes encontra, assim, limite na própria dinâmica das relações afetivas. O contrato pode proporcionar maior previsibilidade enquanto houver correspondência entre a manifestação formalizada e a realidade vivenciada, mas não constitui garantia absoluta diante de eventual transformação do vínculo (PUREZA, 2025).

Desse modo, o contrato de namoro ocupa posição intermediária entre a liberdade de organização dos interesses particulares e os limites impostos pelo ordenamento jurídico. Reconhecer sua relevância significa prestigiar a autonomia privada, sem atribuir ao instrumento capacidade de afastar efeitos jurídicos decorrentes de uma realidade familiar posteriormente constituída (DUARTE, 2019).

A questão central, portanto, não é simplesmente saber se as partes podem celebrar um contrato de namoro, mas delimitar até onde essa manifestação de vontade é capaz de resguardá-las. A proteção conferida pelo instrumento dependerá da correspondência entre a vontade declarada e a realidade da relação, especialmente diante da possibilidade de transformação do namoro em união estável.

5 Os limites da autonomia privada e a segurança jurídica nas relações afetivas

A análise desenvolvida demonstra que a autonomia privada possui papel relevante na definição dos contornos das relações afetivas, inclusive pela possibilidade de os envolvidos exteriorizarem expressamente a natureza que atribuem ao vínculo. Entretanto, essa liberdade encontra limite quando a realidade da convivência passa a revelar situação juridicamente distinta daquela declarada pelas partes (DUARTE, 2019).

Nesse sentido, o contrato de namoro não pode ser compreendido como instrumento capaz de impedir, de forma absoluta, o reconhecimento de uma união estável. Sua finalidade é registrar a vontade existente no

momento de sua celebração e conferir maior previsibilidade à relação, mas sua eficácia permanece condicionada à correspondência entre a declaração contratual e a realidade vivenciada pelos envolvidos (PUREZA, 2025).

A proteção conferida pelo instrumento, portanto, é relativa. Enquanto a relação permanecer compatível com a declaração de ausência de intenção de constituir família, o contrato poderá funcionar como elemento relevante para demonstrar a natureza do vínculo. Se, contudo, a relação se transformar e passar a preencher os requisitos da união estável, a realidade fática deverá ser considerada para a definição de seus efeitos jurídicos (OLIVEIRA, 2023).

Essa compreensão permite conciliar dois interesses que, embora possam entrar em tensão, não são necessariamente incompatíveis: a liberdade dos indivíduos de escolherem a forma de relacionamento que desejam estabelecer e a necessidade de reconhecer os efeitos jurídicos de uma entidade familiar efetivamente constituída. A autonomia privada deve ser prestigiada, mas não pode ser utilizada para afastar uma realidade jurídica posteriormente formada.

Assim, a segurança jurídica proporcionada pelo contrato de namoro não decorre de sua capacidade de impedir qualquer consequência jurídica futura, mas de sua aptidão para documentar a vontade das partes e fornecer um elemento de interpretação acerca da relação existente. Sua força será maior quando houver correspondência entre o conteúdo pactuado e a conduta efetivamente adotada pelo casal.

A linha entre o namoro e a união estável permanece, portanto, necessariamente dependente da análise concreta da relação. Não se trata de atribuir prevalência absoluta à vontade manifestada nem de torná-la juridicamente irrelevante, mas de reconhecer que a autonomia privada constitui um dos elementos a serem considerados na identificação do vínculo, sem afastar a realidade dos fatos.

Desse modo, o contrato de namoro pode ser compreendido como instrumento legítimo de exercício da autonomia privada e de busca por segurança jurídica, desde que não seja utilizado como mecanismo de negação de uma entidade familiar efetivamente constituída. O limite da autonomia encontra-se justamente nesse ponto: as partes podem declarar a natureza que atribuem à relação, mas não podem, por meio dessa declaração, impedir que o Direito reconheça uma realidade familiar que venha a se consolidar posteriormente.

6 Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste capítulo demonstra que a transformação do Direito de Família brasileiro, especialmente a partir da Constituição Federal de 1988, ampliou o espaço destinado à liberdade individual e ao reconhecimento de diferentes formas de organização das relações afetivas. Nesse contexto, a distinção entre namoro e união estável tornou-se progressivamente mais complexa, sobretudo diante da presença, em ambos, de elementos como publicidade, estabilidade, coabitação e projetos compartilhados.

A principal diferença entre os institutos, contudo, permanece relacionada à intenção de constituir família. Enquanto no namoro essa finalidade pode permanecer como possibilidade futura, na união estável a entidade familiar encontra-se efetivamente constituída. Por essa razão, a análise da natureza do vínculo não pode se limitar à existência isolada de determinados elementos externos, devendo considerar as circunstâncias concretas da relação e a vontade manifestada pelos envolvidos.

Nesse cenário, o contrato de namoro apresenta-se como instrumento legítimo de exercício da autonomia privada, permitindo que as partes exteriorizem a natureza que atribuem ao relacionamento e a ausência, naquele momento, de intenção de constituir família. Sua utilização pode contribuir para conferir maior previsibilidade e segurança jurídica aos envolvidos, especialmente quando seu conteúdo corresponde à realidade efetivamente vivenciada.

Entretanto, a autonomia privada não possui caráter absoluto. O contrato de namoro não é capaz de impedir o reconhecimento de uma união estável quando, posteriormente, a relação passa a apresentar os elementos caracterizadores da entidade familiar. Sua eficácia é, portanto, relativa, uma vez que a manifestação de vontade deve ser considerada em conjunto com a realidade fática da convivência.

Conclui-se, assim, que o contrato de namoro resguarda as partes, mas não as blinda. Sua função não está em congelar juridicamente a relação ou afastar previamente os efeitos de uma eventual união estável, mas em documentar a vontade dos contratantes e constituir elemento relevante para a compreensão da natureza do vínculo. O limite da autonomia privada encontra-se justamente na impossibilidade de utilizar a declaração contratual para negar uma realidade familiar que venha efetivamente a se constituir.

A segurança jurídica, nesse contexto, deve ser compreendida não como garantia de imutabilidade dos efeitos jurídicos da relação, mas como resultado da conjugação entre a liberdade dos indivíduos e a observância da realidade por eles construída. É nesse equilíbrio entre vontade e fato que se encontra a possibilidade de preservar a autonomia privada sem afastar a proteção jurídica conferida à família.

Referências

BARCHET, Fabiane. Os reflexos da união estável no contrato de namoro. Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n. 22, p. 170-184, dez. 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, [2002]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 31 ago. 2026.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial nº 2.6 28.074/SP. Relator: Ministro Raul Araújo. Quarta Turma, julgado em 18 ago. 2025. Diário da Justiça Eletrônico, 22 ago. 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.454.643/RJ. Relator: Ministro Marco Aurélio Bellizze. Terceira Turma, julgado em 3 mar. 2015. Diário da Justiça Eletrônico, 10 mar. 2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.935.910/SP. Relator: Ministro Moura Ribeiro. Relatora para acórdão: Ministra Nancy Andrighi. Terceira Turma, julgado em 7 nov. 2023. Diário da Justiça Eletrônico, 22 nov. 2023.

CAMPOS, Thatielle Rodrigues dos Santos. Contrato de namoro: desafios para diferenciar união estável de namoro. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) — Escola de Direito e Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/807. Acesso em: 31 ago. 2026.

DUARTE, Heitor Neves. Contrato de namoro x união estável. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) — Campus Caiapônia, Universidade de Rio Verde, Caiapônia, GO, 2019.

FARIA, Tayana Oliveira. Explorando os limites jurídicos da relação afetiva: contrato de namoro versus união estável. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2024. Disponível em: https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/7968. Acesso em: 29 ago. 2026.

MELES, Bruno Molina. O direito à liberdade no relacionamento: um conflito entre o contrato de namoro e união estável no Brasil. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 8, n. 5, p. 244–262, 2022. DOI 10.51891/rease.v8i5.5245. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/5245. Acesso em: 29 ago. 2026.

OLIVEIRA, Flávio Gutenberg de. Contrato de namoro: fundamentos, repercussões jurídicas e controvérsias sobre o instrumento contratual aplicado aos relacionamentos afetivos. 2023. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Departamento de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/items/cbeddb89-66e1-4f5f-ab6d-09ffe59806a7. Acesso em: 30 ago. 2026.

PUREZA, João Vítor Carvalho. Contrato de namoro ou união estável: uma questão semântica ou jurídica de fato. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2025. Disponível em: https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/9423. Acesso em: 30 ago. 2026.

Capítulo 22

CITAÇÃO POR APLICATIVOS DE MENSAGENS NO PROCESSO CIVIL: VALIDADE, COMPROVAÇÃO DO RECEBIMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS

Lucas Vinícius Dornelas Martins Guerra[1]

1 Introdução

A transformação digital do Poder Judiciário modificou profundamente a forma de prática, registro e comunicação dos atos processuais. O processo civil contemporâneo deixou de ser compreendido apenas como uma sequência de atos documentados em suporte físico e passou a operar em ambientes eletrônicos, com utilização de sistemas judiciais, plataformas institucionais, bases de dados e ferramentas de comunicação instantânea.

Nesse contexto, os aplicativos de mensagens — especialmente aqueles que permitem o envio de textos, documentos, imagens, áudios, vídeos e confirmações de leitura — passaram a ser utilizados, em diferentes tribunais e unidades judiciárias, para a comunicação de atos processuais. A prática ganhou força durante a pandemia de Covid-19, quando a necessidade de preservação do funcionamento da Justiça exigiu soluções tecnológicas capazes de reduzir a circulação de pessoas e manter a prestação jurisdicional.

A utilização de aplicativos de mensagens para a citação, contudo, suscita questões que ultrapassam a mera conveniência tecnológica. A citação é o ato pelo qual o réu, o executado ou o interessado é convocado para integrar a relação processual. Sua regularidade relaciona-se diretamente ao contraditório, à ampla defesa, ao devido processo legal e à própria validade do processo. Uma mensagem enviada ao número de telefone errado, recebida por terceiro ou visualizada sem conteúdo suficiente para esclarecer

1 Professor de Direito da Faculdade de Direito de Contagem (FDCON). Graduado em Direito pela PUC Minas. Especialista em Direito Civil e Direito Processual Civil. Especialista em Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho. E-mail: lguerra.advogado@gmail.com

a existência da demanda pode não cumprir a finalidade constitucional e processual do ato citatório.

O problema central consiste, portanto, em estabelecer em que condições a citação realizada por aplicativo de mensagens pode ser considerada válida. A resposta não pode decorrer exclusivamente da constatação de que houve envio de mensagem, entrega do arquivo ou indicação de leitura. É necessário examinar, de maneira conjunta, a identificação do destinatário, a integridade e a inteligibilidade da comunicação, a comprovação do recebimento, a atuação do oficial de justiça, a existência de prejuízo e a possibilidade de convalidação do ato.

Também é indispensável analisar a proteção de dados pessoais envolvidos na comunicação. O número telefônico, o nome, a imagem de perfil, a fotografia de documento, o conteúdo da demanda e os dados constantes do mandado podem permitir a identificação direta ou indireta de uma pessoa natural. A utilização do aplicativo de mensagens envolve operações de coleta, transmissão, armazenamento, acesso e eventual compartilhamento de dados. Por isso, a validade processual do ato deve coexistir com medidas de segurança, minimização, finalidade, confidencialidade e controle de acesso.

O presente capítulo examina o tema sob três perspectivas articuladas: a validade jurídica da citação por aplicativos de mensagens; os requisitos de comprovação da identidade e do recebimento; e a proteção de dados pessoais na realização do ato. Sustenta-se que a citação por aplicativo não deve ser tratada nem como modalidade automaticamente inválida, nem como mecanismo informal suficiente por si só. Sua validade depende da demonstração segura de que o destinatário correto recebeu comunicação clara sobre a existência da ação e teve condições efetivas de exercer sua defesa, sem prejuízo da observância das restrições legais e das salvaguardas de proteção de dados.

2 A citação como garantia de participação no Processo Civil

A citação não é simples aviso administrativo. Trata-se de ato estruturante da relação processual, porque informa ao sujeito passivo a existência da demanda e possibilita sua participação no processo. A partir dela, o réu pode formular defesa, apresentar documentos, requerer provas, suscitar matérias preliminares e exercer as demais faculdades processuais previstas no ordenamento.

O Código de Processo Civil estabelece que, para a validade do processo, é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial e de improcedência liminar do pedido. O mesmo dispositivo prevê que o comparecimento espontâneo supre a falta ou a nulidade da citação, passando a fluir, a partir desse comparecimento, o prazo para contestação ou embargos à execução.

> Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido.
>
> **§ 1º O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução.**

A regra evidencia duas dimensões da citação. A primeira é formal: o ato deve ser praticado de acordo com o modelo estabelecido pelo ordenamento. A segunda é finalística: a comunicação deve alcançar o destinatário e produzir ciência suficientemente clara sobre a existência do processo. A forma não é irrelevante, mas também não pode ser analisada sem consideração de sua finalidade.

A ausência de citação válida impede que se considere regularmente constituído o contraditório. Por isso, a revelia não pode ser decretada com base em comunicação cuja autenticidade ou efetivo recebimento não estejam demonstrados. A consequência é especialmente grave quando a citação irregular produz efeitos sobre prazos, presunção de veracidade, formação de título executivo ou atos de constrição patrimonial.

A comunicação por aplicativo de mensagens deve, assim, ser avaliada a partir da função constitucional da citação. A pergunta jurídica principal não é apenas se a mensagem foi enviada, mas se o conjunto probatório permite concluir que o citando correto recebeu informação compreensível e suficiente para saber que contra ele existe uma ação judicial, qual órgão jurisdicional a conduz, quem são as partes, qual é o objeto da demanda e qual providência processual deve ser adotada.

3 A citação eletrônica no CPC e a distinção entre e-mail institucional e aplicativo de mensagens

A legislação processual passou a privilegiar a comunicação eletrônica dos atos judiciais. O art. 246 do Código de Processo Civil prevê que a citação será feita preferencialmente por meio eletrônico, por meio dos

endereços indicados pelo citando no banco de dados do Poder Judiciário, conforme regulamentação do Conselho Nacional de Justiça.

> Art. 246. A citação será feita preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contado da decisão que a determinar, por meio dos endereços eletrônicos indicados pelo citando no banco de dados do Poder Judiciário, conforme regulamento do Conselho Nacional de Justiça.
>
> **§ 1º-A A ausência de confirmação, em até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da citação eletrônica, implicará a realização da citação:**
>
> I - pelo correio;
>
> II - por oficial de justiça;
>
> III - pelo escrivão ou chefe de secretaria, se o citando comparecer em cartório;
>
> IV - por edital.

A disciplina legal estabelece procedimento voltado à comunicação eletrônica institucional, com endereço cadastrado, confirmação de recebimento, código identificador e mecanismos de substituição da modalidade quando não houver confirmação no prazo legal. O aplicativo de mensagens, por sua vez, utiliza número telefônico, conta vinculada a plataforma privada e elementos de identificação que nem sempre são previamente validados pelo Poder Judiciário.

Essa distinção é fundamental. O fato de o CPC privilegiar a citação eletrônica não significa, automaticamente, que qualquer ferramenta digital possa ser utilizada sem critérios próprios. A preferência legal pela via eletrônica deve ser interpretada em conjunto com o procedimento previsto na própria lei. Não se pode transformar a expressão "meio eletrônico" em autorização genérica para afastar as garantias de identidade, autenticidade, integridade e comprovação de recebimento.

O art. 247 do CPC também estabelece hipóteses em que a citação eletrônica ou postal não deve ser utilizada, como nas ações de estado, quando o citando for incapaz, quando se tratar de pessoa de direito público, quando o local não for atendido pela entrega domiciliar de correspondência ou quando o autor justificar a necessidade de outra forma de citação.

> Art. 247. A citação será feita por meio eletrônico ou pelo correio para qualquer comarca do País, exceto:
>
> **I - nas ações de estado, observado o disposto no art. 695, § 3º;**

II - quando o citando for incapaz;

III - quando o citando for pessoa de direito público;

IV - quando o citando residir em local não atendido pela entrega domiciliar de correspondência;

V - quando o autor, justificadamente, a requerer de outra forma.

Essas exceções revelam que a tecnologia não elimina a necessidade de adequação do meio ao sujeito e à natureza da causa. Pessoas incapazes, pessoas que não sabem ler ou escrever e sujeitos em situações processuais especialmente sensíveis podem exigir comunicação pessoal e formal, inclusive por oficial de justiça. O ambiente digital não pode ser utilizado para reduzir a proteção conferida a quem apresenta maior vulnerabilidade.

4 O entendimento jurisprudencial sobre a citação por whatsapp

O Superior Tribunal de Justiça examinou diretamente o tema no Recurso Especial nº 2.030.887/PA, em caso de citação realizada pelo WhatsApp. A decisão oferece uma orientação didática para compreender a matéria: a citação por aplicativo não é automaticamente válida nem automaticamente inválida.

> CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. DIREITO DE FAMÍLIA. AÇÃO DE DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL CUMULADA COM ALIMENTOS. CITAÇÃO DO RÉU POR APLICATIVOS DE MENSAGENS WHATSAPP. ALEGADA VIOLAÇÃO AOS ARTS. 8º E 926 DO CPC/15. AUSÊNCIA DE PRÉ-QUESTIONAMENTO. IMPERTINÊNCIA TEMÁTICA. POSSIBILIDADE DE COMUNICAÇÃO DE ATOS PROCESSUAIS POR APLICATIVOS DE MENSAGENS. DECISÃO E RESOLUÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. EXISTÊNCIA DE NORMATIVOS LOCAIS DISCIPLINANDO A QUESTÃO DE MODO DESIGUAL. AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO LEGAL. LEI QUE DISPÕE APENAS SOBRE A COMUNICAÇÃO DE ATOS PROCESSUAIS POR CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL). INSEGURANÇA JURÍDICA. NECESSIDADE DE DISCIPLINA DA MATÉRIA POR LEI, ESTABELECENDO CRITÉRIOS, PROCEDIMENTOS E REQUISITOS ISONÔMICOS PARA OS JURISDICIONADOS. EXISTÊNCIA DE PROJETO DE LEI EM DEBATE NO PODER LEGISLATIVO. NULIDADE, COMO REGRA, DOS ATOS DE COMUNICAÇÃO POR APLICATIVOS DE MENSAGENS POR INOBSERVÂNCIA DA FORMA PRESCRITA EM LEI.

NECESSIDADE DE EXAME DA QUESTÃO À LUZ DA TEORIA DAS NULIDADES PROCESSUAIS. CONVALIDAÇÃO DA NULIDADE DA CITAÇÃO EFETIVADA SEM A OBSERVÂNCIA DAS FORMALIDADES LEGAIS. POSSIBILIDADE. OBRIGATORIEDADE DE SE INVESTIGAR SE O ATO VICIADO ATINGIU PERFEITAMENTE O SEU OBJETIVO E FINALIDADE, QUE É DAR CIÊNCIA INEQUÍVOCA AO RÉU A RESPEITO DA EXISTÊNCIA DA AÇÃO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA LIBERDADE DAS FORMAS. DEVOLUÇÃO DO PROCESSO PARA EXAME DAS CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICO-PROBATÓRIAS NÃO EXAMINADAS NO ACÓRDÃO RECORRIDO A RESPEITO DA POSSIBILIDADE DE CONVALIDAÇÃO DA NULIDADE. 1. Ação de dissolução de união estável cumulada com alimentos proposta em 05/02/2020. Recurso especial interposto em 30/01/2022 e atribuído à Relatora em 22/08/2022.2 . O propósito recursal é definir se é válida a citação do réu por meio do aplicativo de mensagens WhatsApp.3. Não se conhece do recurso especial quanto à alegada violação aos arts. 8º e 926, ambos do CPC/15, por ausência de pré-questionamento e ausência de pertinência temática em relação à questão controvertida. Incidência das Súmulas 211/STJ e 284/STF, respectivamente.4. A possibilidade de intimações ou de citações por intermédio de aplicativos de mensagens, de que é exemplo o WhatsApp, é questão que se encontra em exame e em debate há quase uma década e que ganhou ainda mais relevo depois de o CNJ ter aprovado a utilização dessa ferramenta tecnológica para a comunicação de atos processuais por ocasião do julgamento de procedimento de controle administrativo e, posteriormente, no contexto da pandemia causada pelo coronavírus, pelo art. 8º da Resolução nº 354/2020.5. Atualmente, há inúmeras portarias, instruções normativas e regulamentações internas em diversas Comarcas e Tribunais brasileiros, com diferentes e desiguais procedimentos e requisitos de validade dos atos de comunicação eletrônicos, tudo a indicar que:(i) a legislação existente atualmente não disciplina a matéria; e (ii) é indispensável a edição de legislação federal que discipline a matéria, estabelecendo critérios, procedimentos e requisitos isonômicos e seguros para todos os jurisdicionados.6. A Lei nº 14.195/2021, ao modificar o art. 246 do CPC/15, a fim de disciplinar a possibilidade de citação por meio eletrônico, isto, pelo envio ao endereço eletrônico (e-mail) cadastrado pela parte, estabeleceu um detalhado procedimento de confirmação e de validação dos atos comunicados que, para sua efetiva implementação, pressupõe, inclusive, a pré-existência de um complexo banco de dados que reunirá os endereços eletrônicos das pessoas a serem citadas, e não contempla a prática de comunicação de atos por aplicativos de mensagens, matéria que é objeto do PLS nº 1.595/2020, em regular tramitação perante o Poder Legislativo.7. A comunicação de

atos processuais, intimações e citações, por aplicativos de mensagens, hoje, não possui nenhuma base ou autorização legal e não obedece às regras previstas na legislação atualmente existente para a prática dos referidos atos, de modo os atos processuais dessa forma comunicados são, em tese, nulos.8. A despeito da ausência de autorização legal para a comunicação de atos processuais por meio de aplicativos de mensagens, como, por exemplo, o WhatsApp, é previsto investigar se o desrespeito à forma prevista em lei sempre implica, necessariamente, em nulidade ou se, ao revés, o ato praticado sem as formalidades legais porventura atingiu o seu objetivo (dar ciência inequívoca a respeito do ato que se pretende comunicar), ainda que realizado de maneira viciada, e, assim, pode eventualmente ser convalidado.9. As legislações processuais modernas tem se preocupado menos com a forma do ato processual e mais com a investigação sobre ter sido atingido o objetivo pretendido pelo ato processual defeituosamente produzido, de modo que é correto afirmar que não mais vigora o princípio da tipicidade das formas, de maior rigidez, mas, sim, o princípio da liberdade das formas.10. Nesse contexto, é preciso compreender o sistema de nulidades a partir de novos e diferentes pressupostos, a saber: (i) a regra é a liberdade de formas; (ii) a exceção é a necessidade de uma forma prevista em lei; (iii) a inobservância de forma, ainda que grave, pode ser sempre relevada se o ato alcançar a sua finalidade.11. O núcleo essencial da citação é a ciência pelo destinatário acerca da existência da ação, razão pela qual é imprescindível que se certifique, em primeiro lugar, que a informação foi efetivamente entregue ao receptor e que seu conteúdo é límpido e inteligível, de modo a não suscitar dúvida sobre qual ato ou providência deverá ser adotada a partir da ciência e no prazo fixado em lei ou pelo juiz.12. A partir dessas premissas, se a citação for realmente eficaz e cumprir a sua finalidade, que é dar ciência inequívoca acerca da ação judicial proposta, será válida a citação efetivada por meio do aplicativo de mensagens WhatsApp, ainda que não tenha sido observada forma específica prevista em lei, pois, nessa hipótese, a forma não poderá se sobrepor à efetiva cientificação que indiscutivelmente ocorreu.13. Na hipótese em exame, o acórdão recorrido limitou-se a declarar a nulidade da citação efetivada pelo WhatsApp apenas ao fundamento de que não há base legal para a comunicação de atos processuais por aplicativos de mensagens, sem perquirir, contudo, se o referido ato, a despeito do seu inquestionável vício de forma, porventura atingiu seu objetivo.14. É preciso registrar, ademais, que se alega no recurso especial que existiriam inúmeros elementos fático-probatórios, aptos a, em princípio, demonstrar a validade do ato citatório, alegadamente realizado durante a pandemia causada pelo coronavírus, a saber:certificação prévia de que o titular do número vinculado ao aplicativo seria o citando; confirmação de recebimento do citando;ausência de arguição de prejuízo pelo réu; e comparecimento

> espontâneo e tempestivo do réu, inclusive com a interposição de recurso em face da decisão concessiva dos alimentos provisórios.15. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, provido, para reconhecer a existência de defeito na citação efetivada pelo aplicativo de mensagens WhatsApp, mas também reconhecer a possibilidade de convalidação da nulidade se porventura o ato de ciência inequívoca acerca da existência da ação houver sido atingido, determinando-se, em razão disso, que o agravo de instrumento interposto pela recorrente seja rejulgado à luz da fundamentação, como entender de direito. (STJ - REsp: 2030887 PA 2022/0167089-3, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 24/10/2023, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 07/11/2023)

A análise deve ser feita em duas etapas. Primeiro, verifica-se se foram observadas as formalidades legais e regulamentares aplicáveis. Depois, caso exista alguma irregularidade, examina-se se a comunicação atingiu sua finalidade: dar ao réu ciência clara e inequívoca da existência da ação, em tempo suficiente para que possa se defender.

Em termos práticos, isso significa que o juiz deve responder a quatro perguntas: a mensagem foi enviada ao citando correto? O conteúdo foi efetivamente recebido? A comunicação era clara e completa? Houve prejuízo ao exercício da defesa?

O precedente também indica que a possibilidade de convalidação depende de elementos concretos, como a confirmação de que o número pertence ao citando, a resposta escrita do destinatário, a confirmação de recebimento, a certidão detalhada do oficial de justiça e o comparecimento espontâneo no processo.

Essa orientação não dispensa a cautela. Uma mensagem encaminhada a terceiro, uma fotografia de perfil isolada ou a simples indicação de que o arquivo foi entregue não bastam, necessariamente, para demonstrar ciência inequívoca. A validade depende da análise conjunta das provas produzidas.

Assim, o aplicativo deve ser compreendido como uma ferramenta de comunicação. O que confere validade ao ato não é o nome da plataforma, mas a demonstração de que o destinatário correto recebeu informação suficiente para exercer o contraditório.

5 Requisitos para a validade da citação por aplicativo de mensagens

A validade da citação por aplicativo depende de um conjunto de elementos capazes de demonstrar que o ato cumpriu sua finalidade. Os

principais requisitos são os seguintes.

5.1 Identificação do destinatário

O número telefônico deve pertencer ao citando ou estar sob seu controle. A fotografia de perfil ou o nome exibido no aplicativo são apenas indícios e não bastam isoladamente. A identificação pode ser reforçada por confirmação escrita, chamada de vídeo, conferência de documento, confirmação de dados pessoais ou correspondência com informações já constantes dos autos.

A origem do número também deve ser registrada. Quanto mais informal for a fonte do contato, maior será a necessidade de confirmação. Em relação às pessoas jurídicas, deve-se comprovar que o interlocutor possui vínculo com a empresa e poderes para receber a comunicação.

5.2 Recebimento e ciência

O envio da mensagem, a entrega técnica e a leitura são fatos diferentes. O sistema pode registrar que a mensagem chegou ao aparelho sem demonstrar que o citando a leu ou compreendeu. Por isso, a resposta escrita do destinatário e a certidão detalhada do responsável pela diligência são elementos especialmente importantes.

A certidão deve informar a data, o horário, o número utilizado, a forma de identificação, os documentos enviados, a confirmação de recebimento e as respostas obtidas. A simples afirmação de que houve "citação pelo WhatsApp" não esclarece como a ciência foi comprovada.

5.3 Clareza da comunicação

A mensagem deve informar que se trata de ato judicial e apresentar o órgão jurisdicional, o número do processo, as partes, a natureza da ação, o prazo de defesa, as consequências da ausência de manifestação e os meios de acesso aos autos. Arquivos ilegíveis, mensagens incompletas ou links inacessíveis não atendem adequadamente à finalidade da citação.

5.4 Atuação do oficial de justiça

A participação do oficial de justiça aumenta a segurança do ato, sobretudo porque permite a verificação da identidade e a elaboração de certidão circunstanciada. Mesmo assim, a certidão deve explicar o procedimento adotado. Não basta registrar que o interlocutor declarou determinado nome; é necessário indicar os elementos que permitiram concluir que se tratava do citando.

5.5 Comparecimento espontâneo

O comparecimento espontâneo pode suprir a falta ou a nulidade da citação, conforme o art. 239, § 1º, do CPC. Porém, o comparecimento deve ser considerado a partir da data em que ocorreu e não pode ser usado automaticamente para validar revelia ou perda de prazo produzida por comunicação defeituosa.

6 Proteção de dados pessoais na citação digital

A citação por aplicativo de mensagens envolve tratamento de dados pessoais. O número de telefone, o nome, a imagem, a fotografia do documento, a localização eventualmente registrada e o conteúdo da comunicação podem identificar ou tornar identificável uma pessoa natural.

A Lei Geral de Proteção de Dados define dado pessoal como a informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável e considera tratamento toda operação realizada com dados pessoais, incluindo coleta, recepção, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, armazenamento, comunicação e eliminação.

A realização da citação não depende necessariamente do consentimento do titular. A própria LGPD admite o tratamento necessário ao exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral.

A dispensa do consentimento, contudo, não significa ausência de deveres. O tratamento continua submetido aos princípios da finalidade, adequação, necessidade, segurança, prevenção, transparência e responsabilização. A base legal processual autoriza o tratamento necessário ao ato, mas não autoriza o uso indiscriminado dos dados para finalidades estranhas à comunicação judicial.

6.1 Finalidade e necessidade

A finalidade do tratamento é comunicar o ato processual e permitir o exercício do direito de defesa. Por isso, devem ser utilizados somente os dados necessários para identificar o destinatário, transmitir o mandado e registrar a diligência.

O envio de informações excessivas, como cópia integral de documentos que não precisam ser expostos no aplicativo, dados de terceiros, informações médicas ou detalhes íntimos da demanda, pode violar o princípio da necessidade. Sempre que possível, o conteúdo deve ser encaminhado por canal institucional seguro, mediante link protegido ou acesso autenticado aos autos.

O número de telefone deve ser utilizado exclusivamente para a finalidade processual. Não é legítimo aproveitá-lo para contatos comerciais, divulgação, cobranças extraprocessuais ou compartilhamento com pessoas não envolvidas na diligência.

6.2 Poder Judiciário e responsabilidade pelo tratamento

O Poder Judiciário, ao determinar ou executar comunicação por aplicativo, deve avaliar os riscos da operação e adotar medidas administrativas e técnicas adequadas. Isso inclui definir quem pode acessar os dados, como o registro será armazenado, por quanto tempo será conservado e em que hipóteses poderá ser compartilhado.

A atuação de empresa fornecedora do aplicativo não transfere automaticamente a responsabilidade pela regularidade do ato ao particular. O órgão judicial deve selecionar meios compatíveis com a segurança da informação e com a proteção dos direitos fundamentais. A tecnologia utilizada não pode ser escolhida apenas por ser rápida ou popular.

O tratamento deve observar a finalidade pública e o exercício das competências legais do órgão. A eficiência da comunicação é relevante, mas deve ser ponderada com a confidencialidade e a integridade dos dados. A rapidez do aplicativo não justifica o envio de mandado a número não verificado ou o compartilhamento de informações processuais com terceiros.

7 A prova da citação digital

A prova deve permitir reconstruir o que ocorreu: qual número foi utilizado, quem era o destinatário, qual conteúdo foi enviado, quando houve entrega ou leitura e como a identidade foi verificada.

As capturas de tela podem auxiliar, mas não são necessariamente suficientes, pois podem ser editadas e nem sempre demonstram a titularidade do número. A prova se torna mais segura quando acompanhada de certidão detalhada, confirmação escrita, registros técnicos e outros elementos independentes.

Em caso de impugnação, a parte deve poder discutir a autenticidade e o alcance desses registros. Persistindo dúvida relevante, a solução adequada é renovar a citação por meio idôneo, pois a economia processual não pode prevalecer sobre a formação válida do contraditório.

8 Desafios para a uniformização do tema

A citação por aplicativos reúne dois modelos: a comunicação eletrônica institucional prevista no CPC e a comunicação prática por plataformas privadas. Embora a tecnologia possa reduzir custos e acelerar a localização do réu, a ausência de critérios uniformes produz insegurança sobre a validade do ato e o início dos prazos.

Também há riscos relacionados à dependência de empresas privadas, à fraude, ao uso de números de terceiros e ao compartilhamento de aparelhos. A inclusão digital é outro fator relevante: nem todas as pessoas possuem conexão, equipamento ou conhecimento suficiente para compreender uma comunicação judicial.

Por isso, a transformação digital da Justiça somente será legítima se ampliar o acesso sem converter vulnerabilidades tecnológicas em obstáculos ao exercício da defesa.

9 Considerações finais

A citação por aplicativos de mensagens representa uma das manifestações mais visíveis da transformação digital do processo civil. Seu uso pode contribuir para a duração razoável do processo, a redução de custos e a localização de pessoas que não são encontradas pelos meios

tradicionais. Entretanto, a eficiência tecnológica não pode ser confundida com validade automática.

A citação é válida quando o conjunto de elementos do caso demonstra, com segurança suficiente, que o destinatário correto recebeu comunicação clara e inteligível sobre a existência da ação e teve condições de exercer sua defesa. A comprovação deve abranger a identidade do citando, a entrega do conteúdo, o recebimento, a compreensão possível da mensagem e a ausência de prejuízo concreto ao contraditório.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça aponta para uma solução baseada na finalidade do ato e na possibilidade de convalidação quando houver ciência inequívoca. Ao mesmo tempo, reconhece a ausência de disciplina legislativa uniforme e a necessidade de critérios isonômicos. O entendimento não deve ser utilizado para legitimar comunicações precárias, mas para orientar a análise concreta da validade e das nulidades.

A proteção de dados é dimensão inseparável da comunicação processual digital. O tratamento de dados pessoais pode encontrar fundamento no exercício regular de direitos em processo judicial, mas deve respeitar finalidade, necessidade, segurança, transparência e responsabilização. O envio de uma citação não autoriza exposição ilimitada de informações pessoais, compartilhamento com terceiros ou armazenamento sem controle.

A solução juridicamente adequada exige equilíbrio entre inovação e garantia. De um lado, não se deve rejeitar a tecnologia apenas por não reproduzir o modelo físico tradicional. De outro, não se pode sacrificar a identidade, a privacidade e o direito de defesa em nome da velocidade.

Até que exista regulamentação uniforme e suficientemente detalhada, a citação por aplicativos deve ser utilizada com cautela, preferencialmente como meio subsidiário, mediante atuação de agente público, confirmação individualizada, certidão circunstanciada e preservação segura dos registros. Ausente comprovação inequívoca, a citação deve ser renovada por modalidade legalmente prevista.

O processo civil contemporâneo não exige a escolha entre formalismo absoluto e informalidade tecnológica. Exige, antes, que as formas sejam orientadas por sua finalidade e que a inovação seja submetida às garantias constitucionais. A citação digital somente será legítima quando a tecnologia servir à participação efetiva no processo, e não quando substituir a prova de que essa participação foi realmente possível.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Art. 5º, incisos X, XII, XXXV, LIV, LV, LX e LXXIX.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Arts. 239, 246 e 247.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Arts. 2º, 5º e 7º.

MELO, Nehemias Domingos de. Lições de Processo Civil. 4. ed. São Paulo: Editora Foco, 2025.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Recurso Especial nº 2.030.887/PA. Terceira Turma. Julgado em 24 de outubro de 2023. Publicado no DJe de 7 de novembro de 2023.

Capítulo 23

A RELEVÂNCIA DE UM PLANEJAMENTO FAMILIAR E SUCESSÓRIO DIANTE DO AUMENTO DA EXPECTATIVA DE VIDA

Helenice Lopes de Souza[1]
Patrícia Dutra Mendes de Lucena[2]
Gustavo Lopes da Costa e Souza[3]

1 Introdução

A população brasileira está vivendo mais. Em 1980, pessoas com 60 anos ou mais representavam 6,1%, em 2010 já eram 10,8% e em 2022 correspondiam a 15,8% da população total do país, uma realidade que vem se tornando cada vez mais relevante, por ser capaz de causar impactos não apenas demográficos, mas em vários aspectos sociais e legais. (IBGE, 2022)

A despeito de existirem diversas outras situações de vulnerabilidade ou de incapacidade, capazes de exigir mecanismos semelhantes de proteção, estas não constituem o objeto desta análise, que pretende tratar das situações relacionadas às pessoas idosas, quais sejam, aquelas com 60 anos ou mais, conforme preconiza a Lei 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa).

1 Graduada em Administração de Empresas e m Direito, pós graduada em Direito Ambiental, Processo Civil, Especialista em Inventários, Aposentada como Fiscal do Município de Juiz de Fora MG com atuação na questão ambiental e nas relações de consumo, advogada fundadora do HL Advocacia (Família, Sucessões, Relações de Consumo, Ambiental, Administrativo), Presidente da Comissão de Família e Sucessões do IPEDISBR/Juiz de Fora/MG, associada ao IBDFam, membro da Comissão de Família e de Mediação OAB JF/MG, endereço eletrônico helenice.lopes.adv.jf@gmail.com

2 Advogada. Pós-graduada em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, Direito e Processo Previdenciário e Processo Civil pelo Centro Universitário Doctum de Teófilo Otoni (UNIDOCTUM). Graduada em Direito pelas Faculdades Integradas Vianna Júnior (FIVJ). E-mail: dutrapatricia96@gmail.com

3 Graduando em Direito na Faculdade Doctum, estagiário do Escritório HL Advocacia e da Defensoria Pública da União na cidade de Juiz de Fora/MG, endereço eletrônico: gulocoso@gmail.com

Apesar disto, ao tratar das questões patrimoniais e existenciais de pessoas idosas em estado de incapacidade - ainda que de forma temporária, invariavelmente se obrigará a tocar também nos interesses dos responsáveis legais por tais pessoas.

Isto porque, os responsáveis pelos cuidados com seus familiares idosos, também tem significativa probabilidade de já serem pessoas idosas ou se tornarem durante o tempo de cuidados com seus familiares quando terão probabilidade de serem portadoras de alguma fragilidade física, bem como psicológicas que, ainda que não os incapacite para tal múnus, têm potencial de os limitar na realização de seus - também importantes, desejos pessoais, reduzindo substancialmente sua qualidade de vida.

O termo "planejamento familiar e sucessório" sugere que a questão familiar vem, antes e preferencialmente, em relação à sucessão, portanto, por óbvio, deve ser feito previamente para ser o mais adequado possível à realidade de cada indivíduo, constituindo instrumento hábil para que sejam conhecidas e, tanto quanto possível, concretizadas as escolhas de seu titular durante a própria vida.

Nesse sentido, o IBDFam - Instituto Brasileiro de Direito das Famílias e Sucessões, usa o termo "famílias" não despropositadamente, mas com o objetivo de abranger a diversidade de configurações familiares, deixando em aberto ao surgimento de outras, visando o que realmente importa: o afeto que une as pessoas.

Cabe destacar que o referido instituto conquistou tamanha relevância no cenário político/social e jurídico brasileiro e internacional que, muitas das palavras e expressões que deram nome à novos institutos decorrentes da evolução da sociedade, foram cunhadas pelo seu Presidente - o advogado Rodrigo da Cunha Pereira, como "abandono afetivo", "contrato de geração de filhos" e "parentalidade socioafetiva", dentre tantas outras que, compiladas, deram origem a um dicionário específico.

Como disse Paulo Lobo - co-fundador e presidente do Conselho Consultivo do referido instituto em uma entrevista na Revista IBDFam nº 82, publicada bimestralmente (ago/set/2025 - páginas 8 e 9): "O fundamental é que não percamos o sentido do que é genuinamente humano e solidário nas dimensões familiares".

A boa notícia é que há mecanismos capazes de apresentar alternativas eficazes para eliminar eventuais entraves para a garantia da dignidade, cuidados adequados com a saúde e bem estar da pessoa idosa, no que tange à realização de seus lícitos desejos, tendo como gargalo ainda

apenas a criação e implementação de políticas públicas capazes de abarcar as necessidades e demandas desta representativa parcela da população.

2 Desenvolvimento

2.1 Causas prováveis do aumento da expectativa de vida

Como ocorre comumente após grandes tragédias, a exemplo da pandemia do coronavírus, depois das guerras mundiais e decorrente delas, devido à necessidade de se desenvolver técnicas e tecnologias com maior eficácia e de forma mais rápida - houve significativo avanço científico, em especial na área da saúde, resultando no prolongamento do tempo de vida em geral por mais 20 anos, sendo que nos países mais desenvolvidos, a expectativa chegou a ser acrescida de 3 décadas. (SOUZA, 2024)

Venki Ramakrishnan - biólogo indo-britânico, vencedor do Prêmio Nobel de Química de 2009 e ex-presidente da Royal Society de Londres, em seu livro "Por que Morremos: o Envelhecimento e a Busca pela Imortalidade" na entrevista encontrada no https://veja.abril.com.br/saude/descobertas-sobre-longevidade-avancam-mas-abrem-questao-por-que-queremos-viver-sempre-mais/), diz que: "A humanidade praticamente dobrou sua expectativa de vida do início do século XX para o XXI."

O biólogo lembra também que o avanço da ciência, especialmente quando se refere ao saneamento básico, à vacinação e ao acesso a diagnóstico e medicamentos, mudou a forma de se enxergar e experimentar a idade madura que, à época, não ultrapassava muito os 50 anos.

Ainda segundo ele, hoje o objetivo maior dos pesquisadores comprometidos com a ciência está no bem estar, no envelhecimento saudável e não, necessariamente, em aumentar a expectativa de vida.

Nesse sentido, a Lei Federal nº 10.741/2003 - na sua origem "Estatuto do Idoso", cuja nomenclatura foi alterada posteriormente para "Estatuto da Pessoa Idosa", visando exatamente retirar o estigma colocado historicamente sobre a palavra "idoso" com o uso habitual de forma pejorativa, fez uma necessária previsão em seu artigo 8º: "O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos termos desta Lei e da legislação vigente." (BRASIL, 2003).

2.2 A atuação dos agentes envolvidos na proteção e na tomada de decisões da pessoa idosa

Segundo Oliveira (2023): "[...] partindo da premissa de que o *homo medius* – se pudesse exprimir sua vontade com lucidez, não haveria de, ao perder a lucidez, querer doar seus bens a terceiros.".

Oliveira (2023) sustenta ainda que: "é o princípio da vontade presumível, um dos pilares do Direito Privado e que, segundo esse princípio, o ordenamento deve prestigiar o respeito à vontade (ainda que presumível) das pessoas".

Tais afirmativas são de suma importância para a aplicação do Direito em casos em que seu titular está impedido de manifestar sua vontade, uma vez que prevê o uso da interpretação extensiva para dirimir dúvidas acerca de determinada questão que não foi devidamente prevista ou, se existente, carece de detalhamento.

Desta forma, pode-se inferir que, na ausência da devida discriminação, pode ser utilizada a dedução com base nos costumes, crenças e valores do titular do direito para encontrar a forma de garantir seu direito em questões inusitadas ou não previstas por ele.

Apesar de ainda um tanto polêmico, especialmente no meio dos profissionais de saúde, seria um caso em que o paciente sem condições atuais de manifestar sua vontade e se omitiu quanto ao desejo de se submeter ou não à uma transfusão de sangue indicada em algum tratamento.

Sabe-se que um homem médio aceitaria de pronto tal tratamento, visto que tal procedimento teria, invariavelmente, o condão de salvar sua vida ou auxiliar em sua recuperação, porém, conhecendo a vontade implícita do paciente, devido, por exemplo, ao fato de a denominação religiosa que ele professa ser contrária à tal prática, deve-se inferir que tal paciente não autorizaria, e, portanto, respeitar a vontade a partir de então presumida.

Dentro da premissa apresentada, cabe aos responsáveis esforçarem-se – dentro do que for possível, para garantir que a pessoa impedida de se expressar preserve ao máximo seus antigos hábitos e seja tratado com fidelidade aos seus princípios e valores, a menos que sejam, inequivocamente, considerados inadequados à sua atual condição e não agridam o responsável, que, neste caso, poderia recusar o encargo.

2.3 Quem cuidará de mim no futuro? entre a ausência de filhos e o direito de escolher como ser cuidado

Em uma sociedade em que as pessoas estão vivendo por mais tempo, a pergunta sobre o que acontecerá com o patrimônio após a morte passa a ter uma menor relevância na medida em que a legislação prevê satisfatoriamente as hipóteses a serem aplicadas a cada caso, restando tão somente a gestão dos desejos para que sejam devidamente cumpridos.

O "como" cada um deseja viver no futuro, especialmente quando suas forças físicas se esvaem e seu cognitivo já não o deixa tão seguro, bem como quais as providências podem ser adotadas para aumentar as possibilidades de que esses desejos sejam respeitados no futuro, se torna um questionamento mais necessário.

A existência de filhos nunca representou uma garantia de cuidados na velhice. Quantas pessoas possuem vários filhos e, ainda assim, chegam à uma idade considerada avançada, sem receber deles o cuidado, a companhia ou o suporte de que necessitam?

Em um passado relativamente recente, quanto o tempo de vida era bem menor que hoje, os filhos invariavelmente estavam presentes quando uma doença incapacitante acometia seus pais, mesmo que já tivessem constituído nova família, porque como ainda eram jovens e vigorosos o suficiente para darem o devido suporte, se necessário fosse, tal compromisso não representava necessariamente abrir mão de sua vida pessoal, até porque a vulnerabilidade era compensada por algum ainda vigor físico, fato que facilita, pelo menos, os cuidados pessoais.

Ademais, até mesmo quando o esforço necessário era demasiado, este não se estendia *ad infinito* devido à finitude da vida se dar mais cedo, se tornando razoavelmente curto para que os filhos sequer sentissem qualquer efeito danoso em suas vidas.

A depender das escolhas e da adoção dos variados recursos aptos a preservar a saúde física e mental, se torna possível uma vida mais produtiva com um acréscimo de tempo, sem que isto, necessariamente, represente impacto na vida dos familiares.

Como já mencionado, devido à ainda pouca divulgação e, portanto, conhecimento de mecanismos aptos a minimizar significativamente efeitos danosos da longevidade dos familiares, o prolongamento do tempo de vida, faz com que a idade avançada da pessoa carente de auxílio também seja a condição dos familiares que cuidam, diferenciando entre si algumas

vezes apenas em poucos aspectos, impondo a eles esforço e privações, dificultando ou até mesmo inviabilizando o desfrute de suas próprias vidas como desejariam.

Nesse contexto, torna-se necessário adotar medidas para que, apesar de dividirem seu tempo com os familiares necessitados de auxílio de toda ordem, consigam não se sobrecarregar extremamente, prejudicando sua própria saúde física e/ou mental, evitando que os últimos tempos de uma vida que foi alegre e saudável, se transforme em um verdadeiro pesadelo.

Além de todo tipo de desgaste inerentes à situação, há um que ocorre com frequência - a divisão de responsabilidades entre a família, ponto comum de discordância e atritos, capaz de fazer com que a pessoa idosa necessitada de auxílio se sinta um verdadeiro peso, um estorvo dentro do ambiente familiar, sobretudo, quando divide o mesmo teto, fatores que podem causar agravamento do quadro de saúde ou até mesmo antecipação de sua morte.

No planejamento tradicional o objetivo era exclusivamente a distribuição do patrimônio remanescente entre os sucessores e legatários do titular dos bens, decorrente do inevitável momento do óbito da pessoa, portanto, o caráter era meramente sucessório, mas, este instituto foi finalmente acrescido de um objetivo tão ou mais importante que a herança - a vida no sentido literal do termo.

É de causar estranheza que tal tendência tenha demorado tanto a se firmar, especialmente sabedores de que a vida é o bem jurídico de maior tutela constitucional, conforme preconiza a Carta Magna no título "Dos Direitos e Garantias Fundamentais", capítulo dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos[1].

Sob essa perspectiva, a questão deixa de ser "quem são os filhos que cuidarão de mim?" e passa a ser "como desejo ser cuidado e quais providências posso adotar hoje para aumentar as possibilidades de que esse desejo seja respeitado amanhã?"

1 CF - Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

2.4 Os desejos da pessoa idosa e a contribuição do planejamento prévio para a garantia de sua autonomia e dos cuidados futuros

As decisões mais comuns em tal momento da vida, vão desde as opções e forma de tratamento de eventuais patologias, à escolha da modalidade e da localização de sua moradia, bem como à adoção de cuidadores/acompanhantes, quando necessário.

Esses desejos mais comuns demandam providências que vão desde deixar tudo registrado, para não correr riscos de, no caso de ter as decisões sobre sua vida terceirizada, a administração seja feita minimamente dentro de condições pré estabelecidas, desde que sejam compatíveis com os recursos financeiros de quem vai desfrutar delas.

Desmistificando o instituto da herança, tem-se que cada pessoa deve exercer sua autonomia privada da vontade, no que diz respeito à destinação de seu patrimônio, fazendo previamente - dentro do possível, a devida previsão de como atender seus desejos. Até porque, herança é o que sobra do patrimônio no momento da morte do *de cujus*, abatidas somente eventuais dívidas e despesas com o funeral. Portanto, para que alguém seja herdeiro de outrem, é necessário que haja bens e/ou direitos remanescentes, após tais cálculos.

Visando viabilizar a realização dos desejos patrimoniais e existenciais de uma pessoa idosa que, estando viva e, por exemplo, vítima de algum acidente que a incapacite de se expressar definitiva ou momentaneamente como decorrente de acidente automobilístico ou vascular, isquemia, derrame cerebral ou algum tipo de patologia demencial, dentre outros, há a possibilidade de deixar registrada sua vontade nas diversas decorrências das condições em que se encontre.

Neste caso, o patrimônio da pessoa deixa de ser apenas objeto de transmissão e passa a ser instrumento de autonomia, porque será destinado a si mesma no pagamento dos custos das providências cabíveis ao seu tratamento/restabelecimento, acomodações e equipamentos necessários, bem como às despesas com tratamentos propostos pelos profissionais da saúde.

O planejamento patrimonial e existencial adequado pode resolver a questão, antecipando a manifestação de vontade da pessoa de forma adaptada a cada realidade, discriminando conscientemente a forma como desejaria ser cuidado no futuro (próximo ou distante), que pode ser instrumentalizado pelos conhecidos institutos das Diretivas Antecipadas

de Vontade, da Autocuratela, da Tomada de Decisão Apoiada e outros mais, já existentes e amplamente utilizados como o Testamento, ou que possam ser desenvolvidos de forma personalizada para o exercício efetivo da autonomia privada da vontade.

2.5 Experiências práticas: construção do planejamento familiar e sucessório

No âmbito da prática profissional, são observadas situações envolvendo diferentes configurações familiares e patrimoniais. Entre elas, destaca-se o caso de um casal de pessoas idosas que buscou orientação jurídica inicialmente com a finalidade de formalizar pacto antenupcial, exigido pelo cartório em razão da escolha do regime de separação de bens.

No decorrer do atendimento, foram identificadas outras questões relevantes que poderiam ser objeto de pactuação, entre elas o fato de a noiva ser integralmente responsável pelos cuidados de sua genitora, pessoa idosa que, em decorrência de sequelas de um acidente vascular cerebral (AVC), apresentava incapacidade física parcial, embora mantivesse sua capacidade cognitiva razoavelmente preservada.

Ocorre que o casal acordou que, após o casamento, a mulher iria se mudar para o apartamento do futuro marido, uma vez que pretendem viver um relacionamento pleno, com direito a fazer as viagens que desejam com a máxima liberdade possível, considerando que a mulher dedicou quase 3 décadas aos cuidados de sua genitora.

Diante desse contexto, buscou-se o envolvimento dos outros dois irmãos - um deles também com comorbidades graves e a outra irmã mora fora do país, para decidirem em conjunto como iriam proceder a partir do referido casamento.

Entretanto, ambos os irmãos demonstraram não ter condições de morar com a mãe, mas, alegando questões sentimentais, também não anuíram pela institucionalização da genitora, não gostaram de deixá-la morando sozinha com auxílio de terceiros, tampouco querem fazer revezamento entre si.

Com o propósito de auxiliar os envolvidos, mediante técnicas de negociação direta com apresentação de propostas viáveis, pretende-se encontrar uma solução viável, em caráter prioritário, para a situação da genitora, haja vista que desta providência depende a celebração do casamento e, por fim tratar das demais questões suscitadas, que envolvem,

inclusive, interesse dos noivos na realização de um planejamento sucessório, especialmente em razão de ambos possuírem filhos unilaterais.

2.6 A longevidade e o papel dos serviços extrajudiciais e da advocacia na concretização da autonomia da pessoa idosa - aspectos da proposta de alteração do CC 2002 (PL 04/2025)

O aumento da expectativa de vida impõe ao Direito o desafio de estabelecer mecanismos destinados à proteção da pessoa.

Nesse contexto, o PL nº 04/2025, que propõe uma atualização do Código Civil, a partir de mudanças já consolidadas na jurisprudência ou em legislações esparsas, oferece importante oportunidade para refletir sobre a construção de instrumentos jurídicos capazes de preservar, tanto quanto possível, a autonomia e os desejos da pessoa ao longo da velhice.

Neste cenário, o § 1º do art. 10 do PL nº 4/2025 propõe ampliar a função do registro civil ao permitir que a própria pessoa requeira a averbação de "fato peculiar de sua vida civil", desde que não implique alteração de seu estado, abrindo espaço para o registro de manifestações de vontade de natureza pessoal, existencial ou médica (BRITO, 2025).

Na mesma perspectiva de valorização da autonomia individual, o Projeto prevê expressamente as Diretivas Antecipadas de Vontade e a recusa terapêutica (arts. 15 e 15-A), reforçando a possibilidade de que a pessoa manifeste previamente suas escolhas quanto aos cuidados e tratamentos de saúde, de modo a preservar sua autodeterminação mesmo diante de eventual incapacidade futura. (BRITO, 2025).

Nesse cenário, advocacia e serviços extrajudiciais desempenham funções complementares de extrema importância.

O advogado deve analisar e compreender a realidade de cada pessoa, incluindo as relações familiares, afetivas e patrimoniais, identificando e traduzindo juridicamente os seus desejos, realizando um verdadeiro planejamento jurídico da longevidade.

Os cartórios, por sua vez, constituem importante espaço de concretização e formalização dessa autonomia através da elaboração de testamentos, escrituras públicas, procurações, diretivas antecipadas de vontade e outros instrumentos juridicamente admitidos podem conferir segurança, autenticidade e eficácia às manifestações de vontade.

Essa perspectiva torna-se especialmente relevante diante da diversidade dos projetos de vida contemporâneos. Assim, a atuação preventiva pode delimitar questões que geralmente são negligenciadas, como a escolha de permanecer na própria residência, a preferência por determinado condomínio com estrutura de cuidados, a contratação de home care, a eventual transferência para uma Instituição de Longa Permanência para Pessoas Idosas (ILPI), a indicação de pessoas de confiança para determinadas funções, a administração de recursos destinados ao custeio do cuidado e as diretrizes relacionadas às decisões de saúde.

A finalidade não é assegurar que toda manifestação de vontade seja necessariamente vinculante em qualquer circunstância, mas maximizar a possibilidade de que a vontade da própria pessoa seja conhecida e considerada, quando ela já não puder manifestá-la diretamente.

Nesse contexto, a recente Lei nº 15.378/2026, que instituiu o Estatuto dos Direitos do Paciente, reforça a importância dessa perspectiva ao disciplinar a autodeterminação do paciente e as Diretivas Antecipadas de Vontade, evidenciando a crescente relevância jurídica da manifestação prévia de vontade no âmbito dos cuidados de saúde. (BRASIL, 2026)

2.7 Políticas públicas necessárias à efetivação da autonomia e da proteção da pessoa idosa

O acelerado processo de envelhecimento da população brasileira impõe ao Estado a necessidade de formular e implementar políticas públicas voltadas especialmente à proteção das pessoas idosas em situação de vulnerabilidade, sobretudo diante da ausência ou insuficiência de suporte familiar, que pode resultar em abandono, desassistência e comprometimento de sua dignidade.

Assim, o Estado deve criar e implementar políticas públicas adequadas para a prevenção e tratamento de patologias ligadas ao avanço da idade, incluindo estruturas capazes de acolher adequadamente aqueles que não têm familiares com condições para tal.

Nesse sentido, o artigo 14, do Estatuto da Pessoa Idosa determina que quando a pessoa idosa ou seus familiares não possuírem condições econômicas para prover seu sustento, incumbe ao poder público fazê-lo no âmbito da assistência social (BRASIL, 2003).

Além disso, o Estatuto define a necessidade de assegurar acesso efetivo e prioritário aos serviços de saúde, com acompanhamento geriátrico

e gerontológico, prevenção das doenças relacionadas ao envelhecimento, fornecimento dos medicamentos necessários de forma gratuita, especialmente os de uso continuado, e disponibilização de próteses, órteses e demais recursos indispensáveis à habilitação e à reabilitação. (BRASIL,2003)

Em dezembro de 2025, o Ministério da Saúde instituiu o Programa de Atenção Domiciliar à Pessoa Idosa (Padi), destinado a pessoas idosas com 60 anos ou mais restritas ao domicílio, especialmente aquelas com condições crônicas, com redução da reserva física ou mental, ou até mesmo aquelas com comprometimento funcional ou cognitivo. (BRASIL, 2025)

A política de atenção à pessoa idosa deve, portanto, contemplar não apenas a doença, mas a funcionalidade e a qualidade de vida. O grande desafio está em implementar essas políticas públicas no dia a dia da população idosa.

Outro eixo fundamental dessa política deve ser a ampliação e qualificação das Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas (ILPIs), especialmente para aqueles que não possuem familiares em condições econômicas, físicas ou emocionais de assumir os cuidados necessários.

A Resolução RDC nº 502/2021 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) estabelece os requisitos para o funcionamento das Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas, dispondo sobre aspectos relacionados à estrutura física, aos recursos humanos, à organização dos serviços e à segurança e qualidade da assistência prestada (BRASIL, 2021).

Ocorre que, embora a regulamentação seja necessária para assegurar padrões mínimos de proteção e atendimento, sua implementação também evidencia importantes desafios, sobretudo diante da realidade financeira de grande parte das instituições brasileiras.

Nesse sentido, Oliveira e Silva (2024) destacam os desafios enfrentados pelas ILPIs para o cumprimento da RDC nº 502/2021, especialmente diante das limitações estruturais e financeiras que dificultam a adequação das instituições às exigências estabelecidas pela regulamentação

Resta necessário acelerar a discussão e a implementação de políticas públicas destinadas aos cuidados de longa duração, através da articulação entre gestores públicos, responsáveis técnicos das ILPIs, profissionais de diferentes áreas, instituições de ensino, entidades da sociedade civil e

demais atores envolvidos na proteção da pessoa idosa (OLIVEIRA; SILVA, 2024).

3 Considerações finais

O planejamento da longevidade constitui relevante instituto jurídico que possibilita que o indivíduo manifeste como deseja envelhecer, suas referências relacionadas a saúde, cuidado, moradia e demais questões que podem surgir ao longo do envelhecimento.

Nesse sentido, a atuação da advocacia preventiva e dos serviços extrajudiciais são de extrema relevância para transformar o desejo em instrumentos jurídicos capazes de se adequar à realidade de cada pessoa.

Assim sendo, o planejamento não se limita a questões sucessórias, mas abrange as dimensões existenciais da vida, permitindo que o próprio indivíduo participe da definição de como deseja ser cuidado no futuro.

Ademais, o planejamento deve ser compreendido como uma responsabilidade compartilhada entre indivíduo, família, sociedade e Estado, cabendo ao último assegurar uma estrutura pública efetiva capaz de amparar as pessoas em situação de vulnerabilidade.

Isso posto, o desafio do direito contemporâneo consiste em assegurar que o aumento da expectativa de vida da população seja acompanhada com condições que permitam à pessoa idosa envelhecer com autonomia e dignidade.

Referências

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 502, de 27 de maio de 2021. **Dispõe sobre o funcionamento de Instituição de Longa Permanência para Idosos, de caráter residencial.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 101, p. 110, 31 mai 2021. Acesso em: 31 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: Planalto – Estatuto da Pessoa Idosa. Acesso em: 30 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 15.378, de 6 de abril de 2026. **Institui o Estatuto dos Direitos do Paciente.** Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 abr.

2026. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/lei/l15378.htm. Acesso em: 30 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria GM/MS nº 9.584, de 22 de dezembro de 2025. **Altera as Portarias de Consolidação GM/MS nºs 2, 5 e 6, de 28 de setembro de 2017, para instituir o Programa de Atenção Domiciliar à Pessoa Idosa – Padi e definir critérios para o repasse de incentivo financeiro adicional à equipe Multiprofissional – eMulti, no âmbito da Atenção Primária à Saúde – APS.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2025. Acesso em: 31 ago. 2026.

BRITO, Anderson Willian Fernandes de. **A reforma do Código Civil pelo PL 4/2025: impactos práticos no direito notarial e registral e os novos desafios da atividade notarial**. *Jusbrasil*, 29 out. 2025. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-reforma-do-codigo-civil-pelo-pl-4-2025-impactos-praticos-no-direito-notarial-e-registral-e-os-novos-desafios-da-atividade-notarial/5137871206. Acesso em: 30 ago. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População por idade e sexo:** pessoas idosas- 60 anos ou mais de idade. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/. Acesso em: 31 ago. 2026.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo Elias de. **Curatela de pessoas vulneráveis e as Diretivas de Curatela: fragilidades legais e sugestões de aprimoramento à luz do princípio da vontade presumível.** Brasília, DF: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado Federal, 2023. (Texto para Discussão, n. 316). Disponível em: https://www.senado.leg.br/estudos. Acesso em: 31 ago. 2026.

OLIVEIRA, Letycia Parreira de; SILVA, Henrique Salmazo da. **Desafios ao cumprimento da RDC 502/2021 e os cuidados de longa duração à pessoa idosa no Brasil.** Estudos interdisciplinares sobre o envelhecimento, Porto Alegre, v. 29, e133722, 2024. DOI: 10.22456/2316-2171.133722. Acesso em: 31 ago. 2026.

SOUZA, Luiz Paulo. **'As pessoas continuarão a viver mais', diz especialista em longevidade.** Veja, 29 out. 2024. Atualizado em 30 out. 2024. Disponível em: https://veja.abril.com.br/ciencia/as-pessoas-continuarao-a-viver-mais-diz-especialista-em-longevidade/. Acesso em: 31 ago. 2026.

Capítulo 24

AUTONOMIA DA VONTADE E CONTRATOS DIGITAIS EM JOGOS ELETRÔNICOS: REFLEXÕES SOBRE OS CONTRATOS DE ADESÃO E AS PRÁTICAS DE MONETIZAÇÃO NO JOGO LEAGUE OF LEGENDS

Gabriel Rabelo Araújo[1]
Imaíra Pinheiro de Almeida da Silva[2]

1 Introdução

A digitalização das relações econômicas transformou as formas de contratação e os modos de exercício da autonomia privada, deslocando parte significativa das relações de consumo para ambientes mediados por plataformas digitais e instrumentos contratuais padronizados. No setor de jogos eletrônicos, essa transformação ganha especial relevância com a consolidação do modelo *free-to-play*, no qual o acesso inicial ao jogo pode ocorrer sem pagamento direto, enquanto a exploração econômica se desenvolve por meio de microtransações, conteúdos virtuais e estratégias destinadas à permanência e ao engajamento do usuário. Nesse contexto, a chamada economia da atenção assume papel relevante, uma vez que a captura e a manutenção da atenção do consumidor constituem elementos centrais para orientar seus comportamentos de consumo (Zanatta; Abramovay, 2019, p. 423).

Esse modelo de exploração econômica produz relações jurídicas continuadas e assimétricas, nas quais a manifestação de vontade do

1 Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU), advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Maranhão, atua nas áreas de Direito Civil e Direito do Consumidor, com experiência voltada à advocacia contenciosa.

2 Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade (PGCUL-UFMA). Pesquisadora pelo Grupo de Pesquisa Direito, Cultura e Sociedade (UFMA), pelo Laboratório de Estudos em Políticas Linguísticas, Interação e Desenvolvimento Humano (LIDAH), vinculado ao IF Baiano (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano) e pelo Grupo Gênero, Memória e Identidade (GENI-UFMA).

jogador ocorre em ambiente previamente estruturado pela desenvolvedora. Os contratos digitais de adesão, geralmente apresentados por meio de mecanismos de *clickwrap*, estabelecem unilateralmente as condições de acesso, utilização e permanência na plataforma, enquanto as interfaces e estratégias de monetização podem influenciar as decisões de consumo ao longo da experiência de jogo. A autonomia privada, portanto, embora permaneça presente na escolha de aderir ou não ao serviço e de realizar determinadas aquisições, é exercida dentro de uma estrutura contratual e tecnológica previamente definida pelo fornecedor.

Essa assimetria também se manifesta na relação entre a percepção econômica do jogador e a qualificação jurídica atribuída aos conteúdos virtuais. Ao investir dinheiro e tempo na aquisição ou obtenção de moedas, itens e outros elementos digitais, o consumidor pode desenvolver uma expectativa de titularidade sobre esses ativos. Os Termos de Serviço, contudo, frequentemente qualificam tais conteúdos como objetos de licença de uso, afastando direitos de propriedade ou titularidade exclusiva do usuário. Essa discrepância, denominada pela literatura como "ilusão de propriedade" (Sanchez, 2025, p. 12), evidencia a distância entre a experiência econômica do consumidor e a disciplina jurídica estabelecida contratualmente. Pesquisa qualitativa realizada com 108 jogadores, por exemplo, identificou que 64,8% dos participantes nunca haviam lido os termos de uso dos jogos, enquanto 51,9% não souberam indicar quem seria o titular dos bens virtuais (Sanchez, 2025, p. 35-37).

Nesse cenário de vulnerabilidade técnica e informacional, a boa-fé objetiva e o dever de informação assumem função relevante na delimitação da autonomia privada. A proteção do consumidor não se restringe à possibilidade formal de aceitar ou rejeitar os Termos de Serviço, alcançando também as condições concretas em que a vontade é formada e exercida. Como observa Alfredo Fonseca (2018, p. 347), o dever de cooperação decorrente da boa-fé compreende a prestação das informações necessárias à adequada compreensão da relação contratual. No ambiente digital, essa exigência ganha especial importância diante de cláusulas extensas, interfaces complexas e mecanismos de escolha que podem dificultar a percepção das consequências jurídicas e econômicas das decisões do consumidor.

No plano normativo, a Lei nº 14.852, de 3 de maio de 2024 (Brasil, 2024), conhecida como Marco Legal dos Games, reconheceu os jogos eletrônicos como atividade relevante para o desenvolvimento econômico, tecnológico e cultural. Além disso, estabeleceu, entre seus princípios, a

defesa do consumidor e a educação e informação de fornecedores e consumidores quanto aos seus direitos e deveres. Embora a legislação represente importante marco regulatório para o setor, não disciplinou de forma específica a titularidade dos conteúdos virtuais nem as condições contratuais que regulam sua utilização, permanecendo relevantes, nesse campo, as normas do Código Civil-CC: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Brasil, 2002); e do Código de Defesa do Consumidor-CDC, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Brasil, 1990).

A investigação que desenvolvemos também dialoga com pesquisa anterior sobre a dimensão consumerista dos jogos eletrônicos. Em 2023, analisamos, a partir da jurisprudência nacional, demandas relacionadas ao uso dos jogos *League of Legends* e *Counter-Strike*, trabalho que resultou no estudo intitulado "Direito no mundo dos videogames: uma análise jurisprudencial da relação consumerista no contexto do uso dos jogos digitais League of Legends e Counter-Strike" (Araujo, 2023). No presente capítulo, retomamos essa problemática sob perspectiva distinta, concentrando-nos nos limites da autonomia privada diante das condições contratuais, das práticas de monetização e das prerrogativas de controle exercidas pela desenvolvedora no ambiente digital.

Diante desse contexto, formulamos o seguinte problema de pesquisa: em que medida as condições estabelecidas nos contratos digitais de adesão e as práticas de monetização de *League of Legends* condicionam o exercício da autonomia privada do jogador-consumidor, e quais limites jurídicos, fundados na boa-fé objetiva, no dever de informação e na proteção da vulnerabilidade, incidem sobre as prerrogativas da desenvolvedora?

Para responder a essa questão, estabelecemos como objetivo geral analisar os limites da autonomia privada nos contratos digitais de adesão e nas práticas de monetização de *League of Legends*, investigando como as condições contratuais e as estratégias de engajamento e consumo conformam a manifestação de vontade do jogador-consumidor à luz da boa-fé objetiva, do dever de informação e da proteção da vulnerabilidade.

Metodologicamente, desenvolvemos uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, a partir da análise da legislação aplicável, da literatura especializada, dos Termos de Serviço da Riot Games, de documentos relacionados à dinâmica de funcionamento do jogo e de decisões judiciais envolvendo relações entre usuários e plataformas de jogos eletrônicos. Esses materiais são confrontados com categorias dogmáticas do Direito Civil e do Direito do Consumidor, especialmente aquelas

relacionadas à autonomia privada, à boa-fé objetiva, à vulnerabilidade, ao dever de informação e ao controle de abusividade. Além disso, como instrumentos de revisão e aprimoramento de linguagem ou estilo, foram utilizados as inteligências artificiais Perplexity, ChatGpt e NotebookLM durante o período de 26 a 31 de agosto de 2026.

Estruturamos o capítulo em dois grandes movimentos a partir daqui. No primeiro, examinamos a configuração jurídica da relação entre a Riot Games e os usuários de *League of Legends*, abordando os contratos digitais de adesão, o consentimento por *clickwrap*, a vulnerabilidade do jogador, a disciplina dos conteúdos virtuais, os limites das cláusulas contratuais e o exercício do poder sancionatório sobre as contas. No segundo, analisamos o modelo *free-to-play*, a dinâmica das microtransações e as estratégias de engajamento e monetização, buscando compreender de que modo a arquitetura econômica e tecnológica da plataforma interfere na formação da vontade do consumidor e quais limites jurídicos incidem sobre essas práticas.

2 Entre a licença de uso e os conteúdos virtuais: o enquadramento dos contratos de adesão e a vulnerabilidade do jogador

2.1 A estrutura dos contratos digitais de adesão e o consentimento por Clickwrap

O que são contratos de adesão? É importante retomar esse questionamento, frequentemente presente nas aulas de Direito Civil e conhecimentos correlatos, porque, no ecossistema dos jogos eletrônicos, a manifestação de vontade do consumidor ocorre, em regra, mediante instrumentos previamente elaborados pelo fornecedor, sem possibilidade de negociação individual de seu conteúdo. A resposta encontra fundamento no artigo 54 do CDC, que caracteriza como contrato de adesão aquele cujas cláusulas são estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo. Essa disciplina é complementada pelos artigos 423 e 424 do CC, que estabelecem, respectivamente, a interpretação mais favorável ao aderente diante de cláusulas ambíguas ou contraditórias e a nulidade de cláusulas que impliquem renúncia antecipada a direito decorrente da natureza do negócio.

A ausência de negociação individual, contudo, não afasta o controle jurídico sobre o conteúdo contratual, especialmente diante das normas protetivas aplicáveis às relações de consumo. No ambiente digital, essa adesão pode ocorrer por meio dos chamados *clickwrap agreements* ou contratos de clique. Cíntia de Lima (2009, p. 34), apresenta-nos uma conceituação a essa modalidade contratual:

> [...] a expressão 'click-wrap' deve ser reservada àqueles contratos de adesão eletrônicos formados, integralmente, em ambiente digital (online), mediante, por exemplo, o uso da internet. Em outras palavras, o adquirente realiza a compra eletronicamente, inclusive pagando o valor estipulado quando for o caso, porque alguns produtos são disponibilizados gratuitamente.

Sendo assim, o usuário é chamado a realizar uma ação específica de concordância com os termos apresentados. Essa modalidade se diferencia dos chamados *browse-wrap agreements*, nos quais os termos de uso são disponibilizados por meio de hiperlinks e a concordância é inferida a partir da utilização do serviço, sem que necessariamente haja uma manifestação expressa de aceite (Lima, 2009, p. 35).

Na plataforma *League of Legends*, a Riot Games adota mecanismo de adesão eletrônica que condiciona a utilização dos serviços à concordância do usuário com os Termos de Serviço. A própria interface contratual estabelece: "Ao clicar no botão 'Aceitar' abaixo ou de outra maneira utilizar ou acessar os Serviços da Riot, você estará concordando em obrigar-se aos termos..." (Riot Games, 2024c).

A disposição evidencia que a utilização dos serviços está vinculada a uma manifestação ativa de concordância, característica própria do modelo *clickwrap*. O mecanismo, portanto, formaliza a adesão do usuário aos termos previamente estabelecidos pela fornecedora, sem que isso implique possibilidade de negociação individual de suas cláusulas.

No plano civilista, o fato de a contratação ocorrer mediante manifestação eletrônica não afasta os limites jurídicos próprios dos contratos de adesão. O artigo 423 do Código Civil estabelece que, diante de cláusulas ambíguas ou contraditórias, deve prevalecer a interpretação mais favorável ao aderente. Por sua vez, o artigo 424 considera nulas as cláusulas que impliquem renúncia antecipada a direito resultante da natureza do negócio. Na sistemática consumerista, o artigo 54, § 3º, do CDC estabelece que os contratos de adesão escritos devem ser redigidos em termos claros, com caracteres ostensivos e legíveis, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor.

Desse modo, o aceite eletrônico constitui forma de manifestação da vontade, mas não elimina os limites jurídicos impostos à autonomia privada. A contratação por *clickwrap* demonstra a existência de uma manifestação formal de concordância; sua validade e seus efeitos, contudo, permanecem submetidos às normas que disciplinam os contratos de adesão e protegem o consumidor contra disposições incompatíveis com a boa-fé, a transparência e o equilíbrio contratual.

2.2 Relação de consumo e a vulnerabilidade do jogador na sociedade algorítmica

A relação jurídica estabelecida entre o usuário de jogos eletrônicos e as empresas desenvolvedoras e publicadoras caracteriza-se como uma relação de consumo, ensejando a aplicação das diretrizes protetivas da Lei nº 8.078/1990. O jogador, enquanto destinatário final do entretenimento oferecido, enquadra-se no conceito de consumidor previsto no artigo 2º, *caput*, do CDC, ao passo que a desenvolvedora, no caso analisado, a Riot Games, é abrangida no conceito de fornecedora previsto no artigo 3º, *caput*, do mesmo diploma. As prestações disponibilizadas no ambiente digital, por sua vez, compreendem tanto o acesso ao jogo quanto os conteúdos virtuais comercializados no interior da plataforma, submetendo-se às normas de proteção do consumidor.

A adoção do modelo econômico *free-to-play*, por si só, não afasta a caracterização da relação de consumo. Embora o acesso inicial ao jogo possa ocorrer sem pagamento direto, a atividade econômica desenvolvida pela fornecedora estrutura-se a partir da formação de uma base de usuários e da posterior oferta de conteúdos e funcionalidades mediante contraprestação. No caso de *League of Legends*, essa dinâmica se manifesta especialmente nas microtransações realizadas no interior do jogo, pelas quais o usuário adquire conteúdos virtuais e outros elementos disponibilizados pela plataforma.

A partir da caracterização do vínculo de consumo, incide o princípio da vulnerabilidade do consumidor, previsto no artigo 4º, inciso I, do CDC. A vulnerabilidade afasta a presunção de igualdade material entre os sujeitos da relação e destaque em ambientes digitais, nos quais o fornecedor concentra conhecimentos técnicos, informações sobre o funcionamento da plataforma e poder de definição das condições contratuais. No contexto dos jogos eletrônicos, essa vulnerabilidade apresenta diferentes dimensões: técnica, jurídica, fática e informacional (Miragem, 2019, p. 235).

Como primeira dimensão, a vulnerabilidade técnica decorre do desconhecimento do usuário acerca do funcionamento do software, dos algoritmos que estruturam a plataforma e dos mecanismos tecnológicos empregados pela desenvolvedora. A vulnerabilidade jurídica, por sua vez, relaciona-se à dificuldade de o jogador compreender as consequências jurídicas de cláusulas extensas e previamente estabelecidas nos Termos de Serviço. A vulnerabilidade fática refere-se à situação concreta de inferioridade em que o consumidor se encontra diante do fornecedor, decorrente de circunstâncias pessoais ou materiais que evidenciam uma relação de desigualdade e subordinação na relação de consumo.

Sobre a quarta categoria, a vulnerabilidade informacional, Bruno Miragem (2019, p. 238, grifo do autor), apresenta-nos:

> [...] é especialização das repercussões destas condições de fato, que dão conta da maior dificuldade do consumidor tomar em conta as informações relevantes sobre a contratação em si, ou a respeito de seu objeto (produto ou serviço). É fora de dúvida que o déficit ou assimetria informacional14 é um dos critérios mais significativos do desequilíbrio da relação entre consumidor e fornecedor. A falta de acesso às informações do produto, e a confiança despertada em razão da comunicação e da publicidade, colocam o consumidor em uma posição passiva e sem condições, a priori, de atestar a veracidade dos dados, bem como suscetível aos apelos do marketing dos fornecedores. Nesta perspectiva, informação é um poder, e a imposição do dever de informação aos fornecedores visa, em última análise, promover a equidade informacional das partes (Informationsgerechtigkeit).

Essa assimetria encontra correspondência no próprio ordenamento jurídico brasileiro. O artigo 6º, inciso III, do CDC assegura ao consumidor o direito à informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, enquanto o artigo 4º, inciso I, reconhece expressamente a vulnerabilidade do consumidor como princípio da Política Nacional das Relações de Consumo. No âmbito específico dos jogos eletrônicos, a Lei nº 14.852, de 3 de maio de 2024 (Brasil, 2024), reforçou essa perspectiva ao estabelecer, em seu artigo 6º, inciso V, como princípio do setor, a "defesa do consumidor e educação e informação de fornecedores e consumidores quanto aos seus direitos e deveres".

A previsão é particularmente relevante para o ambiente dos jogos digitais porque demonstra que a expansão econômica e tecnológica do setor não afasta a incidência das normas protetivas do consumidor. Ao contrário, a complexidade técnica das plataformas e a assimetria informacional entre fornecedores e usuários reforçam a necessidade de que a

autonomia privada seja compreendida em conjunto com a vulnerabilidade reconhecida pelo sistema consumerista. É a partir dessa perspectiva que, na sequência, examinamos a tensão entre os conteúdos virtuais adquiridos pelo consumidor e a qualificação jurídica que lhes é atribuída nos Termos de Serviço.

2.3 O paradoxo dos conteúdos virtuais e a "ilusão de propriedade"

A comercialização continuada de ativos imateriais em *League of Legends* revela uma tensão entre a realidade econômica experimentada pelo jogador e a qualificação jurídica atribuída aos conteúdos virtuais pelos Termos de Serviço. Ao utilizar dinheiro real para adquirir moedas virtuais (*Riot Points*) e convertê-las em itens estéticos, como *skins*, o consumidor desenvolve uma expectativa de estabilidade e valor patrimonial sobre aquilo que adquiriu. Em contrapartida, Os Termos de Serviço da Riot Games afastam expressamente qualquer direito de propriedade do usuário sobre a conta ou os conteúdos virtuais, qualificando a relação como mera licença de uso. A Cláusula 4.4 estabelece:

> [...] Você também reconhece e concorda que você não tem nenhuma titularidade, direito de propriedade ou outro tipo de direito exclusivo sobre qualquer Conteúdo Virtual, independentemente de qualquer contraprestação oferecida ou paga em troca. (Riot Games, 2024c).

A mesma lógica é observada em outros serviços digitais, como os presentes na plataforma *Steam*. Nela os instrumentos contratuais igualmente qualificam os conteúdos e transações como direitos de licença, e não como aquisição de propriedade. O ponto central, contudo, está na discrepância entre essa qualificação contratual e a experiência econômica do jogador: os conteúdos virtuais possuem valor percebido, demandam investimento financeiro e de tempo e, em determinados contextos, chegam a circular em mercados paralelos.

Essa discrepância é associada ao fenômeno denominado ilusão de propriedade (*illusion of property*). A pesquisa de Sanchez (2025) evidencia empiricamente essa percepção: 73,1% dos jogadores consideraram que deveriam ser os verdadeiros donos de seus itens e contas virtuais; 75,9% reconheceram valor patrimonial real aos itens virtuais; 19,4% estimaram possuir patrimônio virtual superior a R$ 5.000,00; e 31,5% afirmaram já ter comercializado diretamente itens ou contas virtuais em mercados paralelos ou canais cinzas, apesar das proibições contratuais. Os dados

revelam, portanto, que a ausência de propriedade formal não elimina a dimensão econômica atribuída pelos consumidores aos conteúdos virtuais, ocorrendo uma dissociação entre a titularidade jurídica definida unilateralmente pelo fornecedor e a função econômica que esses ativos desempenham na experiência do usuário.

É nesse espaço que se insere a proposta de «titularidade funcional» dos bens virtuais. Amparada pela função social do contrato (artigo 421 do CC e artigo 4º, *caput*, do CDC) e pela boa-fé objetiva, essa perspectiva desloca a análise da propriedade formal para a função econômica e existencial desempenhada pelo ativo. Assim, o fato de o contrato afastar a propriedade do usuário não encerra, por si só, a discussão acerca dos efeitos jurídicos decorrentes do investimento financeiro e temporal realizado pelo consumidor, especialmente diante de medidas unilaterais que possam comprometer a fruição ou extinguir o valor econômico construído na plataforma.

2.4 Do poder sancionatório à desplataformização: o devido processo informacional privado

As plataformas de entretenimento virtual exercem poder sancionatório e disciplinar sobre seus usuários. Essa afirmação se fundamenta a partir da leitura da Cláusula 2.1 .2 dos Termos de Serviço da Riot Games (2024, grifos da autora), vejamos:

> 2. ENCERRAMENTO DA CONTA
>
> 2.1.2. **Nós**. Podemos encerrar ou suspender sua conta, se ficar razoavelmente determinado que:
>
> 1. você violou qualquer parte destes Termos (inclusive as Regras de Usuário);
>
> 2. fazê-lo seria no melhor interesse de nossa comunidade ou dos Serviços da Riot ou é necessário para defender os direitos de terceiros;
>
> 3. paramos de oferecer os Serviços da Riot em sua região (embora normalmente publicaremos um aviso com antecedência razoável em nosso site, aplicativo ou jogo, se planejamos deixar de oferecer um recurso principal de um jogo ou todos os Serviços da Riot em sua região);
>
> 4. se tivermos que reembolsar alguém devido ao uso não autorizado de um pagamento debitado de sua conta; ou

> 5. você tiver feito (ou se nós tivermos motivos razoáveis para suspeitar que você fez) uso não autorizado das informações de pagamento de outra pessoa.
>
> Se você achar que cometemos um erro, entre em contato com nossa equipe de Suporte ao Jogador com os detalhes **aqui** e nós analisaremos seu caso, embora possamos suspender sua conta durante nossa análise. Encerramentos e suspensões podem ser temporários ou permanentes, a nosso critério razoável. Você também pode contestar nossas decisões (veja a **Cláusula 16**).

Pelo exposto, esse dispositivo assegura à desenvolvedora a prerrogativa de suspender ou encerrar definitivamente a conta do jogador caso determine que houve violação dos termos ou que tal medida seria necessária ao melhor interesse da comunidade. Embora essa prerrogativa decorra da autonomia privada e da possibilidade de estabelecimento das regras de utilização da plataforma, seu exercício encontra limites nas balizas impostas pela função social do contrato, pela boa-fé objetiva e pelas normas de ordem pública, conforme estabelecem os artigos 421 e 422 do Código Civil.

Nesse contexto, a boa-fé objetiva atua como padrão de conduta que exige lealdade, transparência e cooperação entre os contratantes, especialmente em relações contratuais eletrônicas massificadas, nas quais as condições de utilização são previamente estabelecidas pelo fornecedor. Dela decorrem deveres anexos, entre os quais se destaca o dever de informação clara, adequada e precisa, assegurado pelos artigos 6º, inciso III, e 31 do Código de Defesa do Consumidor, o qual não se limita à disponibilização formal dos Termos de Serviço. Conforme assevera Fonseca (2017, p. 347), o dever de cooperação decorrente da boa-fé impõe:

> [...] prestar todas as informações necessárias, verdadeiro dever de assessoria, até mesmo eventualmente mediante contraindicação do produto ou do serviço pretendido pela outra parte, ainda que fosse do interesse financeiro do fornecedor o atendimento do pedido do cliente [...]. (Fonseca, 2017, p. 347).

No ambiente dos jogos eletrônicos, a efetividade desse dever exige que as condições de utilização, as restrições contratuais e as consequências decorrentes das condutas do usuário sejam apresentadas de maneira acessível e transparente. Assim, a mera aceitação eletrônica dos Termos de Serviço não esgota o dever de informação do fornecedor, sobretudo quando a arquitetura da plataforma ou os mecanismos empregados para a moderação puderem dificultar a compreensão das regras aplicáveis e das

consequências decorrentes de sua violação. Nessa perspectiva, a boa-fé objetiva também constitui parâmetro para o controle de abusividade das cláusulas contratuais, nos termos do artigo 51 do CDC, especialmente diante de disposições que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade, conforme previsto no inciso IV, ou que autorizem o fornecedor a cancelar ou modificar unilateralmente o contrato, nos termos do inciso XI, ressalvadas as hipóteses admitidas pela legislação.

A jurisprudência envolvendo o *League of Legends* inicialmente privilegiou a força vinculante das cláusulas contratuais. No Tribunal de Justiça de São Paulo, a Apelação Cível nº 1043581-89.2022.8.26.0224 (Brasil, 2023b), julgada em novembro de 2023, considerou legítimo o banimento permanente de conta, sem devolução dos valores despendidos ou transferência de itens virtuais, diante da reiteração de condutas infracionais pelo usuário. Sob essa perspectiva, afastou-se a alegação de enriquecimento ilícito da Riot Games, considerando-se que o jogador havia aderido voluntariamente às regras de utilização da plataforma.

Mais recentemente, contudo, o Superior Tribunal de Justiça passou a conferir novos contornos a esse poder sancionatório, especialmente à luz da vedação ao abuso de direito (artigo 187 do CC). No julgamento do Recurso Especial nº 2.1 23.587/SC (STJ, 2025), a Ministra Relatora Nancy Andrighi reconheceu a necessidade de observância de garantias procedimentais antes da aplicação da mais gravosa sanção contratual digital: a desplataformização.

A desplataformização é a mais severa penalidade imposta ao usuário; mesmo assim, trata-se normalmente de uma decisão tomada por meio da utilização de algoritmos e inteligência artificial. Para evitar decisões autoritárias em abuso de direito (art. 187, CC), é necessário que o usuário saiba exatamente qual a conduta irregular cometida, como se chegou ao resultado sancionatório e que possa dele se defender. (STJ, REsp nº 2.1 23.587/SC, Rel. Min. Nancy Andrighi, j. 04/02/2025).

O precedente admite a suspensão imediata e temporária da conta, quando necessária à proteção da comunidade, mas condiciona a exclusão definitiva à observância de garantias mínimas de informação e defesa. Exige-se, portanto, que o usuário seja informado sobre a conduta imputada, tenha acesso a meio adequado para apresentar sua justificativa e não seja submetido a banimento definitivo fundado exclusivamente em mecanismos unilaterais e opacos de moderação. A compreensão adotada

pelo STJ evidencia, assim, que a aceitação prévia dos Termos de Serviço não representa autorização irrestrita para o exercício do poder sancionatório, uma vez que as prerrogativas contratuais permanecem submetidas aos deveres de transparência, informação e cooperação decorrentes da boa-fé objetiva.

No plano regional, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), ao julgar o Agravo de Instrumento nº 5046155-30.2023.8.24.0000 (Brasil, 2023a), interposto pela Riot Games Serviços Ltda., manteve a decisão de reativação de conta diante da ausência de comprovação e fundamentação suficientes para o banimento. O tribunal consignou: "total falta de transparência e carência de sustentação probatória, em aparente afronta ao direito à informação de que são titulares os consumidores". A decisão reforça, portanto, que a transparência não constitui requisito meramente formal da contratação digital, mas integra os parâmetros de legitimidade do exercício do poder sancionatório pela plataforma.

A análise conjunta desses elementos permite compreender que a autonomia privada da desenvolvedora não se esgota na possibilidade de estabelecer unilateralmente as regras de utilização do serviço, pois o exercício dessas prerrogativas deve preservar a confiança, a transparência e o equilíbrio contratual. Essa exigência assume especial relevância quando a sanção implica a perda de acesso a uma conta na qual o consumidor concentrou investimentos financeiros, tempo e conteúdos virtuais, circunstância que torna insuficiente a simples invocação da adesão voluntária aos Termos de Serviço. Assim, embora a desenvolvedora possa estabelecer e fiscalizar regras de conduta em seu ambiente digital, o exercício desse poder não é ilimitado, encontrando o banimento de contas limites na boa-fé objetiva, na vedação ao abuso de direito e nos deveres de transparência e informação, com a necessidade de observância de garantias procedimentais antes da exclusão definitiva do usuário.

3 Autonomia privada e monetização digital: a formação da vontade do jogador-consumidor em League of Legends

3.1 O modelo free-to-play e a dinâmica relacional das microtransações

No modelo *free-to-play*, a relação entre jogador e plataforma não se esgota no acesso inicial ao jogo, mas se prolonga por meio da oferta

contínua de conteúdos, funcionalidades e oportunidades de consumo. A gratuidade de ingresso, portanto, não elimina a dimensão econômica da relação, mas desloca a contraprestação para operações que podem ocorrer ao longo da experiência do usuário. A contratação assume, assim, caráter continuado, aproximando-se de uma relação contratual de trato sucessivo, na qual as prestações e as possibilidades de consumo se desenvolvem progressivamente durante a utilização do serviço (Gediel; Mello, 2020; Santos, 2020).

No ecossistema de *League of Legends*, a gratuidade de ingresso não afasta a onerosidade das relações subsequentes. O acesso gratuito ao software principal coexiste com a comercialização de conteúdos e utilidades virtuais por meio de microtransações, modalidade que contribui para a manutenção e atualização contínua do jogo como serviço (Pinheiro; Lopes, 2024). Assim, nas operações onerosas realizadas pelo jogador, configura-se relação de consumo, na qual o usuário atua como destinatário final fático e econômico, nos termos do art. 2º, *caput*, do CDC (Confolonieri; Jacob, 2023; Gomes, 2018).

Os Termos de Serviço da Riot Games (2024c) classificam como "Conteúdo Virtual" as moedas do jogo e diferentes elementos digitais, como campeões, *skins*, emotes e acessórios virtuais, cuja obtenção pode decorrer tanto do desempenho nas partidas quanto de aquisições onerosas. A própria Riot Games estabelece na Cláusula 4.1:

> Ao usar os Serviços da Riot, podemos oferecer a você oportunidades de adquirir uma licença limitada para acessar bens virtuais, como campeões, skins, emotes etc., ('Produtos Virtuais') e moeda do jogo ('Moeda do Jogo'), associado à sua conta (em conjunto, denominados 'Conteúdo Virtual') (Riot Games, 2024c, grifos da autora).

A cláusula evidencia que a monetização dos conteúdos digitais é estruturada contratualmente como concessão de licença de acesso, e não como transferência de propriedade. Na presente seção, interessa-nos examinar as condições materiais em que a vontade do jogador é formada ao longo da relação de consumo. Como destacam Santana, Ferreira e Santana (2025), nas plataformas algorítmicas de consumo, a declaração de vontade do aderente deixa de decorrer de um processo reflexivo de leitura das cláusulas contratuais e passa a ser canalizada por designs de interface especificamente programados para gerar adesões automáticas.

A dinâmica econômica das plataformas também é marcada por constante mutabilidade. A Riot Games em 2024 anunciou, por exemplo,

alterações em sua economia interna para o ciclo de 2025 (Riot Games, 2024). Posteriormente, em 2025, foram modificadas após manifestações da comunidade de jogadores, com o restabelecimento dos Baús Hextec no sistema gratuito (Riot Games, 2025). Essa característica evidencia que o exame jurídico dessas relações deve considerar a natureza dinâmica das plataformas, sem perder de vista os princípios permanentes que disciplinam a oferta e a proteção do consumidor.

A autonomia negocial permite à desenvolvedora reconfigurar seus métodos de monetização. Mas essa prerrogativa encontra limites no art. 4º do CDC, que orienta a harmonização do desenvolvimento tecnológico com a proteção da parte vulnerável e estabelece a boa-fé objetiva e o equilíbrio material como parâmetros das relações de consumo (Zanatta; Abramovay, 2019). O modelo *free-to-play*, portanto, não é ilícito por sua própria estrutura, mas submete-se aos deveres de transparência e de tutela da vontade esclarecida, de modo que a mutabilidade unilateral da plataforma não resulte em abusividade material (Santana; Ferreira; Santana, 2025).

3.2 Microtransações, moedas virtuais e a fragmentação do consentimento

A monetização em *League of Legends* se estrutura por diferentes mecanismos de aquisição de conteúdos digitais. Segundo dados documentais da Riot Games (2025b), determinados itens estéticos são obtidos por meio de *Riot Points* (RP), moeda própria do ecossistema. Por sua vez, outros dependem de recursos específicos, como Essência Mítica, Passes de Batalha ou moedas temporárias, a exemplo das Centelhas Ancestrais utilizadas no sistema Santuário. Sobre esse aspecto, Confolonieri e Jacob (2023, p. 2), destacam:

> No cenário atual dos jogos eletrônicos, diversas formas de monetização estão presentes, destacando-se o modelo das microtransações, onde os jogadores adquirem itens virtuais usando dinheiro real, transformando os jogos em verdadeiras lojas virtuais integradas às plataformas on-line.

É nesse contexto que a utilização de moedas virtuais fragmenta a operação econômica em duas etapas distintas: inicialmente, o consumidor converte moeda corrente em créditos digitais; posteriormente, utiliza esse saldo para adquirir determinado conteúdo virtual. Embora essa técnica constitua mecanismo legítimo de organização econômica das plataformas digitais, ela exige especial observância ao dever de informação,

especialmente quanto às taxas de conversão, valores envolvidos, limitações de utilização e eventuais hipóteses de perda do saldo adquirido.

Os Termos de Serviço da Riot Games (2024) estabelecem que as moedas virtuais são comercializadas em pacotes com valores variáveis e submetidas a restrições quanto à transferência entre contas ou conversão em moeda corrente. A existência de uma unidade monetária intermediária, por si só, não caracteriza prática abusiva, mas impõe ao fornecedor o dever de assegurar transparência suficiente para que o consumidor compreenda o impacto econômico real de suas escolhas (Barroso, 2022).

A interposição da moeda digital pode reduzir a percepção imediata do desembolso financeiro realizado pelo consumidor, afastando a associação direta entre o gasto efetivo e o conteúdo adquirido (Pinheiro; Lopes, 2024). Essa fragmentação do consentimento é potencializada quando combinada com cláusulas que restringem reembolsos ou estabelecem perda integral dos créditos virtuais em determinadas situações, produzindo desequilíbrio contratual incompatível com a boa-fé objetiva.

Assim, a validade das operações envolvendo moedas virtuais depende da disponibilização prévia e ostensiva das informações essenciais ao consumidor, conforme exige o art. 31 do CDC. A autonomia privada da plataforma somente permanece legítima quando acompanhada de mecanismos que preservem a compreensão efetiva do usuário sobre os efeitos patrimoniais de sua manifestação de vontade (Barroso, 2022).

3.3 O dever qualificado de informação e a formação da vontade nos mecanismos aleatórios

Nas relações digitais de consumo, a informação exerce função constitutiva na formação do consentimento esclarecido. A simples confirmação eletrônica da compra não é suficiente para legitimar o negócio jurídico quando as condições contratuais são previamente estruturadas pelo fornecedor e apresentadas por meio de interfaces que favorecem adesões rápidas e pouco refletidas. Como observa Santos (2020), os contratos digitais de adesão podem fragilizar a manifestação da vontade:

> [...] tais contratos apresentam-se para o consumidor como requisito de admissão nas plataformas online, porém, devido a sua dinâmica particular, os longos textos, abarrotados de sentenças de difícil entendimento para o público em geral e sem informações claras, não despertam o interesse do usuário. (Santos, 2020, p. 19).

Nesse contexto, a vulnerabilidade do jogador se apresenta especialmente nas dimensões técnica, jurídica e informacional. Conforme destaca Barroso (2022), essa assimetria não decorre de incapacidade do consumidor, mas da posição estruturalmente superior da plataforma, que controla a arquitetura da interface, os fluxos de navegação e a disponibilidade das informações relevantes. Gomes, 2018, p. 29-30, ao discutir sobre as assimetrias, elenca:

> Via de regra, fornecedor é o detentor do poderio econômico, das informações sobre o produto/serviço (know-how) e do aparato jurídico (advogados etc.), enquanto o consumidor além de não ter todo esse aparato a sua disposição, depende das informações passadas pelo fornecedor para que possa fazer uma decisão informada.

Essa condição pode ser intensificada pelo uso de técnicas persuasivas e mecanismos de design manipulativo (*dark patterns*), direcionados à indução de comportamentos de consumo favoráveis ao fornecedor (Santana; Ferreira; Santana, 2025).

O ordenamento jurídico brasileiro estabelece parâmetros específicos para proteção dessa autonomia informacional:

a. o art. 6º, inciso III, do CDC assegura ao consumidor o direito à informação adequada e clara sobre produtos e serviços;
b. o art. 31 do CDC determina que a oferta apresente informações corretas, precisas, ostensivas e em língua portuguesa;
c. o art. 46 do CDC impede que contratos obriguem consumidores quando não houver possibilidade de conhecimento prévio de seu conteúdo ou quando sua redação dificultar a compreensão de seu sentido e alcance.

Essa exigência informacional assume maior relevância nos mecanismos aleatórios de distribuição de conteúdos digitais. Diferentemente da aquisição direta, em que o objeto contratado é previamente determinado, sistemas como *loot boxes* e sorteios virtuais submetem o consumidor a uma prestação condicionada a probabilidades matemáticas. Nesses casos, configura-se uma contratação de natureza predominantemente aleatória, aproximando-se da lógica da *emptio rei speratae*, prevista no art. 459 do CC, em que o adquirente assume riscos relacionados à existência ou qualidade da coisa futura (Barroso, 2022; Santos; Magalhães Filho, 2024).

Em *League of Legends*, essa dinâmica se manifesta atualmente no sistema Santuário (Riot Games, 2025b; 2026). Por meio das Centelhas Ancestrais, os jogadores realizam tentativas sucessivas para obtenção de

determinadas categorias de *skins*, submetidas a probabilidades específicas e mecanismos de garantia progressiva (*pity system*).

O presente estudo não pretende qualificar abstratamente tais mecanismos como modalidades de jogos de azar, mas analisar seus impactos sobre a formação da vontade e o direito à informação do consumidor. Conforme aponta Silva Junior (2022), algumas plataformas dificultam a percepção real das probabilidades envolvidas ao apresentar os resultados por categorias ou faixas de recompensa (*tiers*), criando uma percepção distorcida sobre as chances efetivas de obtenção.

Dessa forma, para que a autonomia privada seja preservada em contratos aleatórios digitais, o fornecedor deve disponibilizar previamente informações claras e acessíveis sobre as probabilidades matemáticas aplicáveis, os custos envolvidos e os limites econômicos necessários para obtenção das recompensas. A ausência dessas informações compromete a validade do consentimento, pois impede que o consumidor avalie adequadamente os riscos econômicos da operação (Barroso, 2022).

3.4 Os limites materiais da monetização e a tutela da boa-fé objetiva

A compatibilização entre a liberdade econômica das plataformas e a proteção do consumidor afasta duas conclusões extremas: a monetização digital não é ilícita por presunção, mas também não está imune ao controle de legitimidade. O fornecedor possui autonomia para precificar e distribuir seus produtos digitais, devendo, contudo, organizar o ambiente transacional segundo os deveres de boa-fé objetiva e lealdade (art. 422 do CC e art. 4º, III, do CDC). Na sociedade algorítmica, esses deveres também alcançam práticas de personalização e indução comportamental, especialmente quando realizadas de forma opaca (Santana; Ferreira; Santana, 2025).

Como modelo analítico proposto por esta pesquisa, o controle dos contratos de monetização em *League of Legends* pode ser organizado em três planos. O primeiro envolve as operações realizadas mediante moeda virtual, exigindo clareza sobre taxas de conversão, saldos residuais e condições de utilização ou expiração. O segundo corresponde ao conteúdo determinado adquirido pelo consumidor, demandando transparência quanto ao objeto, preço e condições de fruição. O terceiro se refere aos mecanismos de aquisição aleatória, nos quais a proteção do consumidor

requer informações sobre probabilidades, custo potencial acumulado e critérios que determinam os resultados da operação.

Nesse contexto, o art. 51, IV, do CDC estabelece que são nulas de pleno direito as cláusulas que: "estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade".

A liberdade negocial, portanto, não legitima disposições que impeçam o consumidor de conhecer as repercussões patrimoniais de suas escolhas, especialmente quando envolvam retenção integral de valores ou perda de moedas virtuais adquiridas onerosamente (Santos, 2020; STJ, REsp 1.348.532/SP). Da mesma forma, a anulação ou o confisco sumário de saldos regularmente adquiridos pode configurar violação dos deveres anexos de lealdade e proteção da confiança (TJDFT, Acórdão 1297487).

Por outro lado, a proteção do consumidor não elimina a força vinculante dos contratos. Asseguradas as informações essenciais e ausentes vícios de consentimento ou cláusulas abusivas, a autonomia privada exige o respeito à declaração de vontade do jogador. Assim, o simples descontentamento posterior com conteúdo regularmente adquirido, inclusive mediante mecanismo aleatório, não autoriza a resolução imotivada do contrato fora das hipóteses legais.

Essa dimensão foi reconhecida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo na Apelação Cível nº 1043581-89.2022.8.26.0224 (*Bello v. Riot Games*), ao considerar que o usuário que adere a termos de uso claros e explícitos se vincula às respectivas cláusulas, inclusive quanto à perda de licenças acessórias em caso de descumprimento comprovado das regras comportamentais da comunidade do jogo (TJSP, 2023). A força vinculante do contrato, nessa hipótese, atua como instrumento de segurança jurídica e de contenção de condutas oportunistas, sem afastar o controle de eventual abuso de direito (art. 187 do CC).

A Política de Reembolso Global da Riot Games (2026a) ilustra essa dinâmica ao estabelecer prazo administrativo de 14 dias para restituição de conteúdos não utilizados, ressalvadas as mercadorias consumíveis ou obtidas por mecanismos de recompensa aleatória. A política deve ser interpretada em conjunto com os Termos de Serviço da empresa (Riot Games, 2024), que reconhecem a prevalência das garantias e normas de ordem pública asseguradas pela legislação aplicável aos consumidores.

Conclui-se, portanto, que autonomia privada e dever de informação são elementos reciprocamente dependentes: a transparência não elimina

a liberdade de contratar, mas constitui condição para que essa liberdade seja exercida de maneira efetivamente esclarecida (Gediel; Mello, 2020). A tutela jurídica da monetização em *League of Legends* não exige a proibição abstrata de modelos econômicos digitais, mas a imposição de limites às práticas que comprometam o discernimento, a confiança e a liberdade efetiva de escolha do consumidor.

4 Considerações finais

A análise desenvolvida neste capítulo examinou os limites da autonomia privada nas relações contratuais estabelecidas entre consumidores e plataformas de jogos eletrônicos, tomando *League of Legends* como recorte empírico. Buscou-se compreender em que medida a manifestação de vontade nos contratos digitais de adesão e nas práticas de monetização permanece juridicamente legítima diante da vulnerabilidade do consumidor, da boa-fé objetiva, do dever de informação e das normas de controle dos contratos de adesão.

A investigação permite responder ao problema proposto no sentido de que a autonomia privada permanece elemento essencial da contratação digital, mas não se exerce de forma ilimitada. A aceitação dos Termos de Serviço constitui manifestação juridicamente relevante de vontade, porém não afasta o controle de validade e abusividade das cláusulas nem autoriza práticas de monetização incompatíveis com a proteção do consumidor. A liberdade contratual, nesse contexto, somente se realiza de maneira legítima quando acompanhada de informação adequada, possibilidade efetiva de compreensão e respeito aos limites impostos pela boa-fé objetiva e pelo equilíbrio da relação de consumo.

No primeiro eixo da pesquisa, verificou-se que a relação entre a Riot Games e os usuários de *League of Legends* ultrapassa a aceitação formal dos Termos de Serviço. A utilização da conta, o acesso continuado ao jogo e a aquisição de conteúdos virtuais integram uma relação contratual de adesão na qual as condições são previamente estabelecidas pela fornecedora. A análise do modelo *clickwrap*, das disposições relativas às contas e aos conteúdos virtuais e do poder sancionatório da plataforma demonstrou que a adesão eletrônica não é suficiente, por si só, para legitimar qualquer disposição contratual. O exercício da autonomia privada pela fornecedora permanece submetido à boa-fé objetiva, ao dever de informação, ao

controle de abusividade e, nos casos de sanção mais gravosa, à exigência de transparência e possibilidade de defesa.

No segundo eixo, constatou-se que a análise jurídica da monetização não pode limitar-se à existência de pagamento. O modelo *free-to-play*, as microtransações, a utilização de moedas virtuais e os mecanismos de aquisição aleatória estruturam diferentes formas de manifestação da vontade e podem fragmentar a percepção do custo e dos efeitos econômicos da contratação. Por essa razão, o dever de informação assume posição central na proteção da autonomia do consumidor. A partir desse diagnóstico, o estudo propôs três planos de análise da monetização: as operações realizadas mediante moeda virtual, os conteúdos determinados adquiridos pelo consumidor e os mecanismos de aquisição aleatória. Em cada um deles, a legitimidade da operação depende da clareza das informações, da previsibilidade dos custos e da transparência das condições de fruição.

Os resultados, contudo, não autorizam concluir pela ilicitude generalizada do modelo *free-to-play*, das microtransações ou dos mecanismos de monetização digital. A autonomia econômica do fornecedor compreende a possibilidade de estabelecer preços, desenvolver modelos de negócio e modificar a organização de seus serviços. O limite jurídico encontra-se na forma como essas escolhas são implementadas. A monetização torna-se juridicamente problemática quando a estrutura contratual ou tecnológica dificulta a compreensão do consumidor, compromete sua liberdade de escolha, oculta informações relevantes ou transfere-lhe riscos incompatíveis com sua posição de vulnerabilidade.

A principal contribuição do estudo consiste, portanto, em deslocar a análise jurídica dos jogos eletrônicos de uma perspectiva restrita à natureza dos bens virtuais ou à validade abstrata dos Termos de Serviço para uma abordagem que articula contratação por adesão, autonomia privada, vulnerabilidade e práticas concretas de monetização. O problema jurídico não decorre apenas da desmaterialização dos objetos negociados, mas da combinação entre contratos, interfaces, moedas virtuais, mecanismos de recompensa e sistemas de controle que estruturam a experiência de consumo. A tutela jurídica, por sua vez, deve acompanhar essa realidade sem converter a proteção do consumidor em impedimento abstrato à inovação tecnológica.

O estudo apresenta limitações. O recorte concentrou-se em *League of Legends* e nos documentos e mecanismos de monetização examinados no período da pesquisa, razão pela qual suas conclusões não

podem ser automaticamente generalizadas para todos os jogos eletrônicos e plataformas digitais. Além disso, a constante alteração dos Termos de Serviço e das estruturas de monetização constitui característica própria do objeto investigado e recomenda que os resultados sejam compreendidos à luz do contexto documental analisado.

Essas limitações também indicam possibilidades para pesquisas futuras, especialmente por meio de estudos comparativos entre diferentes plataformas, investigações empíricas sobre a compreensão dos consumidores acerca de moedas virtuais e mecanismos aleatórios e análises das consequências jurídicas de alterações unilaterais nos sistemas de recompensa e nos Termos de Serviço.

Conclui-se, assim, que a proteção da autonomia privada do consumidor nos jogos eletrônicos não exige a eliminação dos modelos digitais de monetização, mas a garantia de condições materiais para que a escolha seja efetivamente livre e informada. Em *League of Legends*, a legitimidade das práticas contratuais e econômicas não decorre simplesmente do clique de aceitação, mas da compatibilidade entre a liberdade negocial da plataforma e os deveres de informação, transparência, boa-fé e proteção da parte vulnerável que estruturam o Direito do Consumidor.

Referências

ARAUJO, Gabriel Rabelo. **Direito no mundo dos videogames**: uma análise jurisprudencial da relação consumerista no contexto do uso dos jogos digitais League of Legends e Counter-Strike. 2023. 85 f. Monografia (Graduação em Direito) – Centro Universitário Uninassau, São Luís, 2023.

BARROSO, Matthaus de Freitas Glowaski. **Perigo ou diversão?** Lootboxes e os riscos dessa política de mercado frente ao consumidor. 2022. 33 f. Monografia (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF, 2022.

BRASIL. [Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990]. **Código de Defesa do Consumidor**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 12 set. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm. Acesso em: 30 ago. 2026.

BRASIL. [Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002]. **Código Civil**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 11 jan. 2002.

BRASIL. **Lei nº 14.852, de 3 de maio de 2024**. Institui o Marco Legal dos Jogos Eletrônicos; altera as Leis nºs 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 8.685, de 20 de julho de 1993, e 9.279, de 14 de maio de 1996. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: 29 ago. 2026.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.348.532/SP**. Relator: Ministro Luis Felipe Salomão. Quarta Turma. Julgado em: 10 out. 2017. *DJe*, 20 nov. 2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 2.1 23.587/SC (2024/0043134-8)**. Relatora: Ministra Nancy Andrighi. Julgado em: 4 fev. 2025. *DJe*, 19 fev. 2025.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Agravo de Instrumento nº 5046155-30.2023.8.24.0000**. Relator: Desembargador Saul Steil. Julgado em: 5 dez. 2023.

BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. **Apelação Cível nº 1043581-89.2022.8.26.0224**. Relator: Desembargador João Antunes. Vigésima Quinta Câmara de Direito Privado. Julgado em: 16 nov. 2023. *DJE*, 17 nov. 2023.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. **Acórdão nº 1297487 (Processo nº 0706217-82.2 019.8.07.0001)**. Relator: Desembargador Eustáquio de Castro. Oitava Turma Cível. Julgado em: 29 out. 2020. *DJE*, 12 nov. 2020.

CONFOLONIERI, Leonardo Pereira; JACOB, Alexandre. Aspectos legais da comercialização de loot box voltado ao público infanto-juvenil. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, Teófilo Otoni, v. 14, n. 1, p. 1-15, 2023.

FONSECA, Alfredo Gehring Cardoso Falchi. Dever de informação decorrente do princípio da boa-fé objetiva. *In*: GUERRA, Alexandre Dartanhan de Mello (coord.). **Estudos em homenagem a Clóvis Beviláqua por ocasião do centenário do Direito Civil codificado no Brasil**. São Paulo: Escola Paulista da Magistratura, 2018. v. 1, p. 337-352. Disponível em: https://www.tjsp.jus.br/download/EPM/Publicacoes/ObrasJuridicas/cc17.pdf?d=636808307668908373. Acesso em: 29 ago. 2026.

GEDIEL, José Antônio Peres; MELLO, Lawrence Estivalet de. Autonomia contratual e razão sacrificial: neoliberalismo e apagamento das fronteiras do jurídico. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 2238-2259, 2020.

GOMES, Alexandre Figueiredo. **Os impactos das loot boxes na formação social e psicológica do consumidor infantojuvenil e a necessidade de fiscalização pelos instrumentos da política nacional**. 2018. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

LIMA, Cíntia Rosa Pereira de. **Validade e obrigatoriedade dos contratos de adesão eletrônicos (Shrink-wrap e click-wrap) e dos termos e condições de uso (browse-wrap)**: um estudo comparado entre Brasil e Canadá. 2009. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-03062011-090910/. Acesso em: 31 ago. 2026.

PINHEIRO, Gabryel David; LOPES, Tacyana Karoline Araújo. Práticas abusivas e comércio de loot boxes em jogos eletrônicos à luz do Código de Defesa do Consumidor no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Jurídicos**, Montes Claros, v. 18, n. 1, p. 186-210, jan./jul. 2024. Disponível em: https://portalunifipmoc.emnuvens.com.br/rbej/article/view/36/25. Acesso em: 31 ago. 2026.

RIOT GAMES. **Baús Hextec, obtenção de Campeões e mais**. 26 fev. 2025. Disponível em: https://www.leagueoflegends.com/pt-br/news/dev/dev-hextech-chests-getting-champs-more/. Acesso em: 28 ago. 2026.

RIOT GAMES. **Mudanças na Riot e o que virá a seguir**. Notícias, 22 jan. 2024a. Disponível em: https://www.riotgames.com/pt-br/not%-C3%ADcias/mudancas-na-riot-e-o-que-vira-a-seguir. Acesso em: 28 ago. 2026.

RIOT GAMES. **Política de Reembolso Global da Riot Games**. [S. l.], 2026. Disponível em: https://support.riotgames.com. Acesso em: 31 ago. 2026.

RIOT GAMES. **Skins Exaltadas, Loja Mítica e Finalizadores**. 16 out. 2024b. Disponível em: https://www.leagueoflegends.com/pt-br/news/game-updates/dev-exalted-skins-the-mythic-shop-and-nexus-finishers/. Acesso em: 28 ago. 2026.

RIOT GAMES. **Termos de Serviço da Riot Games**. Última alteração: 1 dez. 2024c. Disponível em: https://www.riotgames.com/pt-br/terms-of-service-BR. Acesso em: 29 ago. 2026.

SANCHEZ, Tainá Vitória Brzeski. **A propriedade em jogo**: a construção do patrimônio em jogos eletrônicos na era dos bens digitais. 2025. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2025.

Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/306992. Acesso em: 28 ago. 2026.

SANTANA, Juracy Martins; FERREIRA, Rafael Freire; SANTANA, Yuri dos Santos. Contratos por Adesão na Sociedade Algorítmica: autonomia privada ou submissão programada?. **Revista Jurídica Gralha Azul - TJPR**, [S. l.], v. 1, n. 28, 2025. DOI: 10.62248/qxxdy271. Disponível em: https://revista.tjpr.jus.br/gralhaazul/article/view/197. Acesso em: 31 ago. 2026.

SANTOS, Francisco Matheus Damasceno dos; MAGALHÃES FILHO, Glauco Barreira. Entre sorte e regulação: uma análise das caixas virtuais no contexto legal brasileiro. **Revista Opinião Jurídica**, Fortaleza, v. 22, n. 39, p. 58-86, jan./abr. 2024.

SANTOS, Giulianna Delgado. **Contratos de adesão em plataformas digitais como obstáculos para efetivação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**. 2020. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

SILVA JUNIOR, Jose Gomes da Silva. **Considerações acerca da presença de caixa de recompensas em jogos eletrônicos no Brasil**. 2022. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

ZANATTA, Rafael A. F.; ABRAMOVAY, Ricardo. Dados, vícios e concorrência: repensando o jogo das economias digitais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 33, n. 96, p. 423-446, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/pFSd9PGd63Mzr95ZXxNBYgM/?lang=pt. Acesso em: 28 ago. 2026.

Capítulo 25

O DIREITO AUTORAL E SUAS ADEQUAÇÕES À EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA

Magda Hruza[1]
Adrianne Porto[2]

1 Introdução

A evolução tecnológica e o comportamento da sociedade permitem à autora, caminhar na linha temporal do Direito Autoral, ramo da ciência do Direito que desempenha um papel fundamental na proteção da criação intelectual, garantindo aos autores, definidos pelo próprio texto legal, o reconhecimento e garantia econômica por suas obras. O reconhecimento de uma obra e a proteção de sua autoria se faz necessário pela velocidade em que as obras são inseridas em um mundo cada vez mais conectado e digitalizado, a ensejar proteção e garantia de direitos exigindo do ordenamento jurídico atualizações constantes para acompanhar as transformações tecnológicas e sociais brasileiras e possibilitando que eventuais conflitos também possam ser solucionados pelas vias compositivas a cada dia caminhando para sua adoção pelos evidentes benefícios.

A história de uma sociedade e sua evolução vai permitindo que novos olhares sejam difundidos e inseridos na proteção dos autores pela titularidade da obra e por seu aproveitamento econômico. Se conhecida a autoria, o nome de quem a produziu deve permanecer a ela vinculado, mesmo quando se trata de obras produzidas na Antiguidade e posteriormente utilizadas para produção e exibição audiovisual, que sequer poderiam imaginar seus autores por mais criativos que fossem. Assim quando se produz filmes como Tróia e Odisséia, ambos de sucesso de aferição econômica além do aspecto inegável da difusão de um conhecimento que transcende as mídias sociais, o nome de Homero, cujas obras Ilíada e Odisséia retratam os feitos

1 Advogada, negociadora de conflitos individuais e coletivos, integrante da Comissão de Direito do Trabalho e da Comissão de Mediação e Arbitragem do IAB - Instituto dos Advogados Brasileiros, Diretora Executiva da ABRH – Rio de Janeiro, Integrante do IC-Rio e do Rotary Clube Porto Maravilha no Rio de Janeiro

2 Estudante de Direito da UCP -Universidade Católica de Petrópolis (pesquisa)

heróicos e atuação das divindades que controlavam os poderes da natureza não podem deixar de ser mencionados ainda que não sigam rigorosamente as letras de ambos os poemas.

O avançar das formas de difusão das obras com a invenção da tipografia e da imprensa e diversos outros episódios a demandar proteção em 1886 diversos países reunidos na cidade de Berna definiram padrões mínimos de proteção dos direitos a serem concedidos aos autores de obras literárias, artísticas e científicas cujos artigos da Convenção firmada passou a ser a ae de regulação de conflitos. E mesmo com suas adaptações decorrentes de suas revisões continua a servir de matriz para o aperfeiçoamento de diferentes legislações como a promulgada no Brasil. A que se faz importante ressaltar que a primeira norma consolidada sobre a matéria de direitos autorais foi a Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973 que vigorou até a aprovação da Lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, atualmente em vigor. Aqui cabe resumidamente mencionar que a primeira lei consolidada e a que lhe sucede tem embasamento em dispositivos constitucionais e que a questão maior a ser protegida é a busca pelo equilíbrio entre a defesa dos titulares do direito do autor e o acesso da sociedade ao conhecimento que permite a ampliação da cultural nacional e sua difusão por quaisquer dos meios hoje disponibilizados.

Porém, com os novos desafios do cenário digital como plataformas de *streaming*, redes sociais, comércio eletrônico e inteligência artificial e o rápido acesso à informação, existem lacunas que o legislador não pode prever já que caminham em velocidades distintas.

Neste artigo, ainda que apenas mencionada a evolução histórica do direito autoral brasileiro, desde as primeiras manifestações legislativas no período imperial até os dias atuais, passando pela influência decisiva da Convenção de Berna de 1886, da Convenção de Roma de 1961, que protege o autor e os direitos conexos de intérpretes, músicos executantes, produtores de fonogramas e radiodifusores, a de Paris de 1979, o TRIPS/ADPIC que cria sanção comercial para aquele que não cumprir a Convenção de Berna e os Tratados da Internet de 1996 WCT e WPPT, o que sem dúvida enseja um maior detalhamento para a efetiva proteção internacional, as regras contratuais a serem discutidas é de ser atentado também para as Agendas Internacionais como a 2030 da ONU que não cria e nem revoga direitos autorais mas enfatiza a necessidade de serem criados marcos legais equilibrados para remunerar quem cria e flexíveis para não serem travadas a educação e inovação e ainda discutir as licenças

mais abertas, tipo Creative Commons para fins educacionais e científicos. A agenda é um plano de ação que utiliza o direito autoral como ferramenta para atingir os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) em especial o 9 que trata da Industria, Inovação e Infraestrutura, o 8 que trata do Trabalho Decente e do Crescimento Econômico, o 4 que trata da Educação de Qualidade, o 16 que trará da Paz, Justiça e Instituições Efucazes no combate à pirataria, falsificação e fluxos ilícitos garantindo meio de defesa tanto para o autores como para a sociedade e por ultimo o 17 que trada das Parcerias.

O caminho para se garantir educação e acesso às inovações passa pela observância dos ODS mencionados e das metas que conduzem os países ate 2030 e que devem ser cuidadosamente observados quando da construção de qualquer projeto legislativo que não fira os princípios constitucionais e as liberdades garantidas pela Constituição de 1988.

No contexto amplo acima mencionado com os textos convencionados e os organismos internacionais de proteção o que desburocratiza a proteção passemos a analisar o que dispõe a Lei 9.610/98, distinguindo direitos morais e direitos patrimoniais o autor é sempre a pessoa física criadora da obra, enquanto os direitos patrimoniais podem ser transferidos por contrato ou herança para terceiros. Pela lei, existem os direitos morais relacionados à autoria e à proteção da obra, e os direitos patrimoniais, ligados à atividade econômica da obra, como sua distribuição e reprodução.

2 Histórico temporal

A distinção entre direitos morais e patrimoniais não é meramente conceitual, mas possui profundas implicações práticas no cotidiano jurídico. Os direitos morais, disciplinados nos arts. 24 a 27 da Lei nº 9.610/1998, são reconhecidos como extensões da personalidade do criador, razão pela qual são consideradas inalienáveis, irrenunciáveis e imprescritíveis. Isso significa que, ainda que o autor ceda todos os seus direitos patrimoniais sobre uma obra, ele jamais poderá ser despojado do direito de reivindicar a autoria da obra; de ter seu nome indicado em utilizações públicas; de manter a obra inédita ou de impedir que terceiros promovam deformações ou quaisquer outras modificações que possam prejudicar sua reputação ou honra. O direito de modificação, previsto no art. 24, inciso V, confere ao autor a faculdade de introduzir alterações na obra antes ou depois de sua

divulgação, respeitados os direitos adquiridos por terceiros. Já os direitos patrimoniais, previstos nos arts. 28 a 45, traduzem-se no poder de explorar economicamente a criação, seja por meio da reprodução, distribuição, comunicação pública, tradução, adaptação, arranjo ou qualquer outra forma de utilização. Esses direitos patrimoniais, diferentemente dos morais, são transmissíveis, podendo ser objeto de contratos de edição, cessão, licenciamento ou outras modalidades negociais, sempre observadas as limitações legais, como o prazo de proteção de 70 anos contados a partir do dia 1 de janeiro do ano seguinte ao da morte do autor, conforme o art. 41 da lei referida.

Deve-se primeiramente analisar e compreender a origem da estrutura do direito autoral brasileiro, sendo a Convenção de Berna "o mais importante tratado multilateral sobre direito de autor, estabelecendo os princípios basilares que até hoje formam a legislação dos países signatários" (Wachowicz 2015, p. 45). Tratado impulsionado pela ALAI (1878), com apoio de figuras como Victor Hugo, é o principal tratado internacional criado para proteção dos direitos autorais sobre obras, hoje administrado pela OMPI com 194 Estados membros , que serviu de base jurídica para criação da Lei nº 5.988/73. A Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas foi assinada em 9 de setembro de 1886 na Suíça, fruto de conferências preparatórios iniciadas por proposta alemã, sofrendo diversas revisões ao longo dos anos, como por exemplo a revisão em Berlim de 1908, sendo o texto aprovado nesta revisão que, por meio do decreto nº 4.541, de 6 de fevereiro de 1922, aprovou e internalizou o ordenamento jurídico à legislação brasileira. O texto atualmente em vigor para o Brasil (promulgado por meio do Decreto nº 75.699/1975) e para a maioria dos estados signatários, é o texto da revisão de Paris de 1971, que entrou em vigor para o Brasil em 20 de abril de 1975.

A trajetória histórica da Convenção de Berna é marcada por um constante esforço de adaptação às novas realidades tecnológicas e sociais. Após a revisão de Berlim (1908), que incluiu as obras fotográficas e cinematográficas, vieram outras revisões igualmente relevantes. A revisão de Roma (1928) foi a responsável por incorporar expressamente a proteção dos direitos morais no texto convencional, consolidando a visão de que o direito autoral não se resume à exploração econômica, mas tutela a dimensão espiritual do autor. A revisão de Bruxelas (1948) ampliou o prazo mínimo de proteção para 50 anos após a morte do autor e estendeu a proteção às obras póstumas. Em 1967, a revisão de Estocolmo criou a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), que passou

a administrar não apenas a Convenção de Berna, mas também outros tratados internacionais de propriedade intelectual, conferindo maior institucionalidade e eficácia ao sistema (WIPO, 2026). Por fim, a revisão de Paris, em 1971 (atualmente em vigor), introduziu o chamado "Anexo de Paris", que estabelece regimes especiais para países em desenvolvimento, autorizando limitações aos direitos de reprodução e tradução para fins educacionais, buscando um equilíbrio entre a proteção dos autores e o acesso ao conhecimento. O Brasil, ao internalizar sucessivamente esses textos, demonstrou seu compromisso com a proteção dos direitos autorais em âmbito internacional, embora o texto da revisão de Paris tenha sido promulgado internamente apenas em 1975, refletindo o atraso burocrático na incorporação das normas convencionais ao direito pátrio.

A Convenção estabelece o princípio da proteção automática, uma lógica na qual a proteção das obras não deve depender do cumprimento de formalidades como registro ou depósito para que o direito exista, vinculando proteção à criação da obra e não à realização de determinado procedimento burocrático, como visto no art. 5.2 da lei:

O gozo e o exercício desses direitos não estão subordinados a qualquer formalidade; esse gozo e esse exercício independentes da existência da proteção no país de origem das obras. Por conseguinte, afora as estipulações da presente Convenção, a extensão da proteção e os meios processuais garantidos ao autor para salvaguardar os seus direitos regulam-se exclusivamente pela legislação do País onde a proteção é reclamada.

Esse princípio, conhecido como proteção automática, representou uma ruptura paradigmática em relação aos sistemas anteriores, que condicionavam a proteção autoral a registros formais, posse de cópias e cumprimento de exigências burocráticas, a exemplo do sistema norte-americano vigente até a adesão dos Estados Unidos à Convenção de Berna em 1989 (WIPO, 2026). Com a proteção automática, o direito de autor surge no exato instante da criação da obra, ainda que esta permaneça inédita ou inacabada, desde que exteriorizada por qualquer meio, conforme dispõe o art. 18 da Lei nº 9.610/98 (Brasil, 1998). Essa exteriorização é o marco que torna a obra perceptível por terceiros, ainda que potencialmente, e é a partir desse momento que os direitos morais e patrimoniais passam a existir, independentemente de qualquer ato administrativo. Contudo, é importante salientar que a proteção automática não afasta a competência dos Estados-membros para exigir o cumprimento de formalidades para o exercício de determinados direitos processuais, como a propositura de

ações judiciais, desde que tais formalidades não sejam impostas como óbice à própria existência do direito material. Essa distinção entre a existência do direito e o seu exercício é sutil, mas essencial para compreender por que o registro, embora desnecessário para a aquisição da titularidade, continua a ser altamente recomendado na prática forense.

A evolução histórica da proteção autoral no Brasil, contudo, não se inicia com a Convenção de Berna. No período imperial, a criação dos cursos jurídicos em 1827 trouxe a necessidade de regulamentar os privilégios de impressão e publicação, onde no art. 261 do Código Criminal de 1830, era tipificado a contrafação, protegendo as obras de autores brasileiros estabelecendo penas de perda de exemplares e multa, mas ainda não constituiu uma proteção autoral plena. A primeira lei especificamente autoral brasileira foi a Lei n° 496, de 1º de agosto de 1898, conhecida como Lei Medeiros e Albuquerque, que definiu os direitos do autor sobre obras literárias, científicas e artísticas, e estabeleceu regras para sua proteção (Branco Júnior, 2007). Esta lei, inspirada nos ideais da Convenção de Berna, previa a proteção independente de registro, o reconhecimento do direito de tradução e a proibição de alterações na reprodução da obra sem consentimento do autor, além de estabelecer o prazo de proteção de exclusividade em 50 anos após a morte do criador.

A legislação atualmente em vigor, a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, surgiu para atualizar essas regras. Na época de sua criação, o surgimento da internet era recente, e o comércio eletrônico, as redes sociais e as plataformas de streaming ainda não existiam, de forma que, embora a lei continue sendo a principal legislação aplicada pelos tribunais acerca do direito autoral, as evoluções tecnológicas levantam discussões sobre a necessidade de atualização para sua segurança jurídica.

3 Lei de Direito Autoral e projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional em 2026 buscando sua adequação e alteração

A principal legislação aplicada pelos tribunais acerca do direito autoral acima mencionada e as evoluções tecnológicas levantam discussões sobre a necessidade de atualização constante para garantir a segurança jurídica.

Apesar da proteção automática é valorizado o registro como prova de anterioridade, visto que, em casos de conflito, a existência de um registro prévio constitui elemento relevante e indispensável. Diante disso e para

superar a burocracia dos órgãos tradicionais públicos brasileiros de registro (como a FBN (Fundação Biblioteca Nacional) e a EBA/UFRJ (Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro), o mercado contemporâneo de tecnologia Blockchain e criptografia passou a oferecer alternativas rápidas de baixo custo e com validação imediata, por meio de plataformas digitais privadas como a CBL (Câmara Brasileira do Livro), as quais geram certificado unívoco capaz de garantir a integridade da obra e constituir prova de anterioridade com validade jurídica internacional, conforme o art. 411, inciso II, da Lei nº 13.105/2015 do CPC, que considera autêntico o documento se *a autoria estiver identificada por qualquer outro meio legal de certificação, inclusive eletrônico, nos termos da lei* e art. 10, parágrafo 2° da MP n° 2.2 00-2/2001 que fala da certificação disponibilizada pela ICP-Brasil o que, na prática assegura que assinaturas com certificados A1/A3, token, gov.br níveis prata e ouro tem presunção de veracidade e sem ICP-Brasil elastece estas assinaturas inclusive por email, SMS, biometria ou qualquer outro meio que as partes concordem o que também amplia o escopo da negociação da forma de reconhecimento do direito autoral sobre qualquer obra por ele protegida.

O registro na Fundação Biblioteca Nacional, embora facultativo, confere ao autor uma presunção *juris tantum* de autoria (FBN, 2026), ou seja, uma presunção em favor do autor onde, em caso de disputa, entende-se que a obra pertence a quem detem o registro, cabendo a outra parte provar o contrário. No entanto, a demora no processamento dos pedidos, a necessidade de deslocamento físico ou de protocolo eletrônico complexo e os custos administrativos tornam esse procedimento, por vezes, pouco ágil para o autor contemporâneo que necessita de proteção imediata para uma obra recém-criada. É nesse contexto que a tecnologia Blockchain se apresenta como uma solução. As plataformas baseadas em criptografia geram uma espécie de "impressão digital digital", que é registrada em uma cadeia de blocos descentralizada e imutável, assegurando a integridade do arquivo original (MIGALHAS, 2025). A Câmara Brasileira do Livro (CBL), por exemplo, oferece esse serviço a um custo reduzido (cerca de R$ 70,00) (CBL, 2026), com emissão de certificado internacional, cuja validade jurídica como documento eletrônico inclusive os com assinatura digital e certificação por tecnologia de registro distribuído.

Outro fundamento apresentado é o princípio do tratamento nacional, onde autores de outros países integrantes da proteção assegurada pela Convenção de Berna devem receber proteção equivalente à concedida aos autores nacionais nos demais países membros, observadas as condições

previstas no próprio tratado. Dessa forma, impede que a nacionalidade do autor seja utilizada como justificativa para redução de sua proteção

Consoante argumento acima mencionado de adequação das normas de Direito Autoral frente às novas tecnologias alguns projetos tem a pretensão de reforma da Lei nº 9.610/1988 e cuja tramitação pode ser acompanhada pelo site da Câmara e do Senado Federal, destacando-se:

- **PL 4968/2024 -** Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (Lei de Direitos Autorais), para modificar os incisos V e XIV do art. 5º, inciso II do Art. 7º, Art. 16, §2º e §3º do Art. 98-A, Art. 100-B e Art. 101 e acrescentar os dispositivos XV ao Art.5º, Art. 68-A, Art. 88-A, 88-B, Art. 99-C, Art. 110-A, Art. 110-B, e dá outras providências. Cria uma remuneração extra paga por provedores de internet a cada consumo de obra protegida pelo Direito Autoral. E ainda inclui roteiristas como co-autores de obras audiovisual
- **PL 1460/2026** - Estabelece normas de proteção à imagem, à voz, à expressão artística e aos demais atributos distintivos da personalidade da pessoa natural, a fim de coibir a criação e a disseminação não autorizadas de réplicas digitais por sistemas de inteligência artificial.
- **PL 2.721/2024 -** Altera o art. 11 da Lei n° 9.610, de 1998, para deixar expresso que autor é apenas a pessoa física, independentemente do grau de autonomia do sistema de inteligência artificial utilizado na elaboração da obra. Exclui da proteção do Direito Autoral a obra produzida 100% pela Inteligência Artificial
- **PL 3133/2023** - Obriga ferramentas de opt-out para treino de IA oferecendo ferramenta para o autor bloquear o uso de sua obra no treinamento da utilização da IA
- **PL 2.3 38/2023 –** Dispõe sobre o desenvolvimento, o fomento e o uso ético e responsável da inteligência artificial com base na centralidade da pessoa humana.
- **PL 1884/2025** - Tipifica o crime de *deep fake* – omissão de identificação de conteúdo hiper-realista gerado por IA

A par disso desde 2023 há uma tendencia à reforma mais ampla da legislação com inserção de cláusula de *fair use* (do Direito americano mas adaptada a critérios brasileiros) ampliação das exceções para bibliotecas,

educação e preservação digital, e transparência do ECAD e regulação de VOD tipo Netflix e Prime para pagamento de direito autoral especifico.

Evidencia-se que o tema demanda ainda muitos estudos do que está em vigência no ordenamento jurídico brasileiro e o que se pretende alterar que, na opinião da autora demanda ampliação de estudos e tendo sempre como foco a preservação dos direitos morais e patrimoniais de quem cria e financia e também e principalmente, a qualidade, a real autoria e o conhecimento que a sociedade demanda para seu aprimoramento como cidadão.

4 Casos recentes levados à apreciação do Poder Judiciário (notícias extraídas da mídia impressa e digital citadas nas Referências)

A condenação de partido político ao pagamento de R$ 20.000 (vinte mil reais) por danos morais e eventuais danos materiais posteriormente apurados, por utilizar sem autorização prévia, o bordão do apresentador Chacrinha: "***Estou aqui para confundir, eu não estou aqui para explicar"*** em uma propaganda de partido político, juntamente de sua imagem. A ação teve início com José Aurélio Barbosa de Medeiros, conhecido por "Leleco Barbosa", único filho e herdeiro do apresentador. O entendimento do julgador foi que o caso envolvia não apenas uma marca, porém direitos autorais, direitos de imagem e direitos da personalidade, já que a propaganda reunia elementos diretamente associados à identidade artística Chacrinha, dessa forma, aumentando o impacto da propaganda. Desta forma, a proteção jurídica de um artista se mostra abrangente, não se limitando apenas a uma obra específica, mas seus elementos individuais que fazem parte de sua identidade artística.

O caso Chacrinha é exemplo para compreender os diferentes ramos do direito na tutela da personalidade do artista. Embora o bordão possa não se enquadrar por si só como uma obra literária autônoma no sentido estrito (art. 7º da Lei nº 9.610/98), integra a caracterização e performance do apresentador, tornando-se um elemento distintivo de sua identidade artística. Os tribunais tem reconhecido que a expressão, quando associada a um personagem público notório, adquire proteção pela via dos direitos da personalidade (art. 5º, incisos X e XXVIII, da Constituição Federal) e pela proteção à imagem e ao nome, além do direito de autor sobre o conjunto da obra audiovisual que compõe o programa de televisão. A condenação

do partido político, reafirma o entendimento de que os herdeiros do artista podem exercer a defesa da memória e da integridade moral do falecido, nos termos do art. 24, parágrafo único, da Lei nº 9.610/98, que assegura a transmissão dos direitos morais aos sucessores por tempo indeterminado, no que tange à defesa da integridade e autoria da obra.

Em outro caso analisado, a Justiça de São Paulo nos autos do processo 1172928-91.2024.8.26.0100 determinou que o Museu da Imagem e do Som (MIS-SP) devolvesse 51 fotografias originais da série "Revolução dos Cravos", de autoria do artista Sebastião Salgado, produzida em Portugal em 1974. A Justiça entendeu que o contrato previa apenas a exposição e o uso das imagens durante o período determinado, e que o pagamento realizado não significava que o local tivesse adquirido as obras.

O contrato de comodato ou de empréstimo para fins de exposição temporária não transfere a propriedade do bem material nem tampouco os direitos patrimoniais sobre a imagem, que permanecem com o autor ou com seus herdeiros. A decisão judicial, ao determinar a devolução imediata das 51 fotografias, reafirmou a supremacia do direito autoral sobre interesses patrimoniais secundários, bem como a necessidade de contratos claros e específicos quando se tratar de obras de arte, especialmente aquelas de alto valor cultural e econômico como as de Salgado.

Em 2018 o fotógrafo Sebastião Salgado também foi indenizado pelo uso não autorizado de suas fotografias na *internet* para fins comerciais. O fotógrafo processou uma plataforma de e-commerce, juntamente com o responsável por uma loja virtual que vendia pôsteres com reproduções de suas imagens sem autorização do mesmo. A Justiça determinou a retirada do material das plataformas e condenou o vendedor ao pagamento de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por danos morais, além de danos materiais A decisão exclui a plataforma com o entendimento de que provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, **após ordem judicial específica**, não tomar as providências para a remoção do conteúdo. Essa regra, conhecida como "**regra do juízo prévio**". O entendimento jurisprudencial dominante é o de que as plataformas não podem ser equiparadas a editores ou responsáveis diretos pelo conteúdo, sob pena de inviabilizar a própria existência desses serviços, que hospedam bilhões de itens diariamente. Contudo, a doutrina e a jurisprudência têm evoluído no sentido de impor deveres de diligência às plataformas, como a implementação de ferramentas de identificação de obras protegidas e

a adoção de políticas de reincidência, o que demonstra a tensão entre a proteção autoral e a neutralidade das redes, tema que certamente será objeto de intensos debates no julgamento de futuras demandas e na deliberação dos projetos de lei em tramitação.

5 Considerações finais

Em apertado resumo a autora destaca que se torna premente a adequação da legislação incorporando novas funções e qualificações profissionais, novos formatos de exibição, transmissão e exposição de obras protegidas pelo Direito Autoral, excluindo de sua proteção as obras quando não de tratar de intervenção humana trazendo a concepção hoje mais atual de qualificar a IA – Inteligência Artificial como ferramenta a demandar maiores cuidados na responsabilização de seus autores quando praticados delitos que incentivam as práticas discriminatórias excepcionando-se sempre a questão educativa e o contexto social de criação das obras sejam literárias, artísticas, musicais ou audiovisuais.

A Convenção de Berna, ao estabelecer a proteção automática e o tratamento nacional, criou uma segurança resistente, mas que necessita de interpretações atualizadas para arcar com o cenário atual. O registro, embora dispensável, segue como ferramenta valiosa de prova, e a tecnologia Blockchain surge como um complemento moderno e eficiente, embora ainda careça de regulamentação específica.

Os casos judiciais examinados demonstram que o Poder Judiciário tem desempenhado um papel ativo na solução de conflitos, aplicando analogicamente os princípios gerais e suprindo as lacunas legislativas, porém a segurança jurídica e a previsibilidade das relações contratuais exigem uma atuação mais incisiva do Poder Legislativo e, em casos em que a legislação não acompanhe por tramitação menos célere e com ritos mais formais sejam adotados os métodos adequados de solução dos conflitos adotados para outros casos em que as partes puderam resolver de forma mais célere e eventualmente confidenciais os conflitos que não raro demandam sempre um diálogo qualificado para entendimento e compreensão da importância de obras relevantes para o reconhecimento dos talentos em cada área.

Em suma, o direito autoral brasileiro se encontra em fase de adaptação às novas realidades, incorporando soluções equilibradas, ou corre o risco de se tornar obsoleto, gerando insegurança e desestimulando a criação intelectual. Cabe aos profissionais do direito, aos legisladores

e à sociedade como um todo, assegurar que a criatividade continue em constante ebulição e a ser devidamente reconhecida e recompensada, em benefício de toda a coletividade humana.

Referências

BRANCO JÚNIOR, Sérgio Vieira. *Direitos Autorais na Internet e o Uso de Obras de Terceiros*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

BRASIL. Decreto nº 4.541, de 6 de fevereiro de 1922. Aprova a Convenção Internacional assignada em Berlim em 13 de novembro de 1908.

BRASIL. Decreto nº 75.699, de 6 de maio de 1975. Promulga a Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas (revisão de Paris, 1971).

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

BRASIL. Medida Provisória nº 2.2 00-2, de 24 de agosto de 2001. Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira, ICP-Brasil.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet).

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei nº 2.3 38, de 2023 (Marco Legal da Inteligência Artificial).

CONJUR. Vendedor é condenado por reproduzir fotos de Sebastião Salgado sem autorização, 4 de agosto de 2018. Disponível em: https://conjur.com.br/2018-ago-04/vendedor-posteres-condenado-usar-fotos-sebastiao-salgado/. Acesso em: 27 de agosto de 2026.

DEFESA EM FOCO: A Convenção de Berna (1886) e a Proteção Internacional do Direito de Autor, 17 de maio de 2026. Disponível em: https://www.defesaemfoco.com.br/a-convencao-de-berna-1886-e-a-protecao-internacional-do-direito-de-autor/. Acesso em: 27 de agosto de 2026.

MIGALHAS. Blockchain: Arma secreta para obras e propriedade intelectual. 19 de agosto de 2025. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/depeso/436978/blockchain-arma-secreta-para-obras-e-propriedade-intelectual. Acesso em: 27 de agosto de 2026.

O GLOBO. 'Estou aqui para confundir': União Brasil é condenado a pagar indenização a filho de Chacrinha após uso do bordão, 2026. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2026/07/23/estou-aqui-para-confundir-uniao-brasil-e-condenado-a-pagar-indenizacao-a-filho-de-chacrinha-apos-uso-do-bordao.ghtml. Acesso em: 27 de agosto de 2026.

O GLOBO. MIS-SP vai recorrer da decisão da Justiça que impôs devolução de 51 obras de Sebastião Salgado. 2026. Disponível em: https://oglobo.globo.com/cultura/noticia/2026/05/25/mis-sp-vai-recorrer-da-decisao-da-justica-que-impos-devolucao-de-51-obras-de-sebastiao-salgado.ghtml. Acesso em: 27 de agosto 2026.

WACHOWICZ, Marcos. Direito Autoral: Fundamentos e Evolução Histórica. Curitiba, 2015.

WIPO. Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas. Disponível em: https://www.wipo.int/en/web/about-wipo. Acesso em: 27 de agosto de 2026.

Capítulo 26

OS DESAFIOS DO DIREITO CIVIL DIANTE DO USO INADEQUADO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Daniel Ribeiro Petrocelli[1]

1 Introdução

A inteligência artificial deixou de ser tema restrito aos laboratórios ou aos debates futuristas. Seus sistemas já participam de atividades relacionadas à contratação, à prestação de serviços, à análise de crédito, à publicidade, à produção de textos, à gestão empresarial, ao ensino e à pesquisa científica.

A transformação é significativa porque a inteligência artificial não atua apenas como ferramenta mecânica. Ela seleciona informações, estabelece padrões, classifica pessoas, sugere decisões, produz textos e imagens, interpreta documentos e formula respostas que aparentam autoridade técnica. Essa aparência de confiabilidade pode influenciar a formação da vontade e modificar o comportamento dos indivíduos.

O problema jurídico não está no simples uso da tecnologia, que não constitui ato ilícito nem gera automaticamente responsabilidade civil. O risco surge quando sua utilização ocorre sem informação adequada, controle humano, proteção de dados, verificação das fontes ou avaliação das consequências previsíveis. Um consumidor pode contratar serviço com base em recomendação incorreta; um advogado pode apresentar precedentes inexistentes; uma empresa pode usar dados pessoais sem base legal; e uma plataforma pode divulgar conteúdo ofensivo à honra, à imagem ou à reputação de alguém.

1 Advogado responsável pelo escritório Petrocelli Advogados Associados, Mestrando em Direito e Finanças na COPPEAD-UFRJ. Especialista em Direito Empresarial e Econômico - UFJF. Graduado em Direito - Faculdade Vianna Júnior. Coordenador Acadêmico da Escola Superior da Advocacia – Subseção Barra da Tijuca – Rio de Janeiro. Professor de Direito Civil (Parte Geral e Obrigações, Reais), Direito do Consumidor e Direito Eleitoral na Faculdade São José no Rio de Janeiro. Diretor Acadêmico e Executivo da Law Direction, empresa especializada em cursos de Extensão e Pós Graduação. Editor Jurídico na Editora Letras Vivas.

Nessas hipóteses, a tecnologia não elimina a relevância do Direito Civil. Ao contrário, torna necessária a identificação dos deveres jurídicos aplicáveis e dos sujeitos capazes de prevenir o dano. O ordenamento brasileiro já oferece instrumentos importantes: o Código Civil tutela os direitos da personalidade, reprime o abuso de direito, impõe a boa-fé e disciplina a reparação de danos; a Constituição protege a dignidade, a intimidade, a vida privada, a honra, a imagem e os dados pessoais; a LGPD estabelece princípios de finalidade, necessidade, transparência, segurança, prevenção e não discriminação; e o Marco Civil da Internet disciplina direitos dos usuários e responsabilidades específicas.

A questão central não é apenas saber se existe lei específica sobre inteligência artificial, mas compreender como as categorias existentes devem ser interpretadas diante da automação, da assimetria técnica, da circulação massiva de dados e da opacidade dos sistemas.

Sustenta-se que a inteligência artificial não exige o abandono das categorias fundamentais do Direito Civil, mas sua releitura funcional. A autonomia privada deve relacionar-se à transparência; a boa-fé objetiva deve gerar deveres de informação, segurança, cooperação e prevenção; a responsabilidade deve considerar a capacidade de controle do risco; e a prova deve adaptar-se a sistemas cuja operação pode ser inacessível à vítima.

2 O Direito Civil diante das novas demandas contemporâneas

O Direito Civil contemporâneo não pode ser compreendido apenas como sistema de proteção da propriedade, do crédito e da circulação de riquezas. A constitucionalização do Direito Civil deslocou seu centro para a pessoa humana e para a concretização de sua dignidade. Contratos, propriedade e responsabilidade continuam essenciais, mas a liberdade contratual não é absoluta: o exercício de direitos encontra limites na boa-fé, na função social, na proteção da confiança e nos direitos fundamentais.

Essa perspectiva é essencial para analisar a inteligência artificial. Um sistema pode ser eficiente e, ainda assim, produzir consequências incompatíveis com a dignidade, a igualdade, a privacidade ou a liberdade. Nos direitos da personalidade, o Código Civil permite impedir ou fazer cessar ameaça ou lesão à integridade moral, ao nome, à imagem e à vida privada. A criação ou disseminação de imagens falsas, a associação indevida de uma pessoa a determinado fato e a produção de conteúdos ofensivos podem configurar lesão, ainda que tenham sido praticadas por sistema

automatizado. A tecnologia não afasta a responsabilidade dos sujeitos humanos ou empresariais que contribuíram para a produção e circulação do conteúdo.

A autonomia privada pressupõe que a pessoa consiga compreender razoavelmente os efeitos de sua manifestação de vontade. Nas relações com inteligência artificial, essa condição é enfraquecida: os usuários nem sempre sabem quais dados são coletados, para que são usados, se alimentam o treinamento de modelos, com quem são compartilhados, como uma recomendação foi produzida ou quais limitações o sistema possui.

A assimetria é econômica, informacional, técnica e epistemológica. O fornecedor domina o funcionamento do sistema, os dados e os riscos conhecidos, enquanto o usuário recebe apenas uma interface simplificada e uma resposta aparentemente pronta. A autonomia não desaparece, mas passa a depender de informação e transparência. A validade formal do consentimento ou do contrato não basta quando a informação é incompleta, obscura ou incapaz de permitir decisão consciente.

A boa-fé orienta a interpretação dos negócios jurídicos e permite verificar se o fornecedor criou expectativa legítima de precisão, segurança ou autonomia que o sistema não poderia oferecer. Também impede que o fornecedor apresente a ferramenta como infalível para depois transferir integralmente ao usuário riscos previsíveis. A cláusula genérica de que o sistema "pode cometer erros" não elimina, por si só, deveres de informação, segurança e prevenção.

A boa-fé objetiva é padrão de conduta que impõe lealdade, cooperação, informação, proteção e mitigação dos danos. No uso de inteligência artificial, pode exigir do fornecedor a comunicação das capacidades e limitações relevantes, a advertência sobre riscos previsíveis, a adoção de medidas de segurança, a proteção dos dados, a correção de falhas, a preservação de registros e a cooperação com vítimas e autoridades.

Do usuário profissional também se exigem condutas específicas. Advogados, médicos, professores, pesquisadores e empresários não podem transferir à ferramenta a responsabilidade pela atividade que a lei, o contrato ou a confiança social lhes atribui. Quem utiliza inteligência artificial deve revisar os resultados, confirmar informações e avaliar sua adequação ao caso concreto. O sistema pode auxiliar, mas não substitui a diligência de quem apresenta o resultado como próprio ou o emprega em relação com terceiros.

O Direito Civil não se limita a reparar danos consumados. A tutela preventiva é especialmente importante quando a lesão pode ser grave, continuada ou de difícil reparação. Em sistemas de inteligência artificial, a prevenção pode exigir avaliação prévia de riscos, limitação da coleta de dados, testes de segurança, auditorias, supervisão humana e procedimentos de contestação. Quanto maior o potencial lesivo da atividade, maior deve ser a diligência esperada.

A complexidade técnica não equivale à ausência de previsibilidade jurídica. Empresas devem considerar riscos de respostas incorretas, conteúdo difamatório, reprodução de dados pessoais, vazamentos, discriminação, manipulação da vontade, uso indevido da imagem, violação de direitos autorais e falhas em atividades de alto impacto. A responsabilidade deverá levar em conta o conhecimento técnico disponível, a finalidade do sistema, a capacidade de controle do agente, as advertências fornecidas e as medidas concretamente adotadas.

3 Inteligência artificial, informação e formação da vontade

Para fins jurídicos, não é necessária uma definição tecnológica exaustiva. A inteligência artificial pode ser compreendida funcionalmente como conjunto de sistemas capazes de processar dados e produzir previsões, classificações, recomendações, conteúdos ou decisões que influenciam ou substituem parcialmente atividades humanas.

Essa definição desloca o foco da aparência para os efeitos concretos. Um programa simples pode causar dano relevante, enquanto um modelo sofisticado pode ser utilizado em situação de baixo risco. A análise deve observar finalidade, contexto, intensidade da automação e impacto sobre os direitos. Sistemas generativos produzem textos, imagens, sons ou códigos; sistemas preditivos e classificatórios avaliam riscos, identificam padrões ou recomendam decisões. Em todos existem possibilidades de erro, opacidade, viés e uso inadequado.

Um risco central da inteligência artificial generativa é a produção de respostas convincentes, mas falsas. O sistema pode citar lei inexistente, atribuir entendimento a tribunal ou inventar precedente. A fluência linguística pode ser confundida com conhecimento verdadeiro, especialmente no Direito, em que a argumentação depende da existência, vigência, interpretação e aplicabilidade das fontes.

A resposta automatizada não é fonte jurídica apenas por ter sido produzida por uma ferramenta. Deve ser tratada como hipótese de pesquisa e conferida em fontes oficiais ou confiáveis. O dever de cuidado deve ser proporcional à vulnerabilidade do destinatário e à relevância da decisão baseada na resposta.

Informações falsas podem levar à contratação de serviço inadequado, à aceitação de cláusula prejudicial ou a decisões empresariais equivocadas. Também podem atingir honra, reputação, imagem e privacidade de terceiros. Na pesquisa, uma referência inexistente compromete a credibilidade e contamina trabalhos posteriores; em petições, pode gerar consequências processuais e disciplinares; no ensino, prejudica a formação dos estudantes.

A responsabilidade exige investigar quem gerou e divulgou a informação, a finalidade do uso, a expectativa de confiabilidade, as advertências fornecidas, a verificabilidade do erro e o dano efetivo. O fornecedor pode responder por risco não informado, interface enganosa, falha de segurança ou oferta inadequada para atividade sensível. O usuário pode responder quando divulga ou utiliza o conteúdo sem verificação, sobretudo em atividade profissional que exige diligência qualificada.

4 Marcos normativos aplicáveis

A proteção constitucional da intimidade, da vida privada, da honra, da imagem e dos dados pessoais fundamenta a análise dos impactos civis da inteligência artificial. O art. 187 do Código Civil é relevante quando o exercício de uma posição jurídica ultrapassa os limites da boa-fé, dos bons costumes ou da finalidade econômica e social do direito. Explorar vulnerabilidades, manipular consumidores ou disseminar conteúdo ofensivo pode configurar abuso, ainda que o agente invoque liberdade empresarial ou de inovação.

A LGPD aplica-se ao tratamento de dados pessoais em meios físicos ou digitais e tem como fundamentos a privacidade, a autodeterminação informativa, a dignidade, a proteção da personalidade e a defesa do consumidor. Seus princípios limitam a coleta e o uso dos dados: finalidade, adequação, necessidade, qualidade, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização.

O art. 20 assegura ao titular o direito de solicitar revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado que afetem

seus interesses, inclusive na definição de perfis pessoal, profissional, de consumo ou de crédito. A aplicação exige distinguir decisões realmente automatizadas de situações em que a ferramenta apenas auxilia uma decisão humana. A LGPD não torna toda inteligência artificial ilícita, mas exige fundamento jurídico, finalidade legítima e medidas compatíveis com os riscos.

O Marco Civil assegura direitos relacionados à privacidade, à proteção de dados e à transparência sobre coleta, uso, armazenamento e tratamento de informações. Também estabelece regimes específicos para provedores de conexão e aplicações. Sua incidência deve ser articulada com o Código Civil, o Código de Defesa do Consumidor, a LGPD e a jurisprudência constitucional. A posição jurídica de cada empresa dependerá da atividade exercida, do papel desempenhado, da existência de relação de consumo, da natureza do dano e da forma de criação ou disseminação do conteúdo.

A Resolução CNJ nº 615, de 11 de março de 2025, estabelece diretrizes para o uso e a governança de inteligência artificial no Judiciário, com destaque para transparência, auditoria, supervisão humana e proteção de direitos. A Resolução CNJ nº 332/2020 permanece referência institucional sobre ética, previsibilidade, imparcialidade e direitos fundamentais. Nenhuma delas deve ser automaticamente estendida às relações privadas.

5 Primeiras conclusões parciais

A inteligência artificial cria novas formas de risco, mas não elimina a estrutura normativa do Direito Civil. A responsabilidade continua dependendo da identificação de conduta, dano, nexo causal e fundamento de imputação. O que se altera é a maneira de avaliar esses elementos.

A conduta pode ser ação ou omissão: desenvolver sistema inseguro, não informar limitações, tratar dados irregularmente, deixar de revisar resultado ou divulgar conteúdo falso. O dano pode ser patrimonial ou extrapatrimonial, individual ou coletivo, imediato ou continuado, atingindo privacidade, reputação, autonomia, imagem ou direitos autorais.

O nexo causal pode envolver desenvolvedor, fornecedor, usuário, contratante, plataforma e terceiro. Essa multiplicidade exige examinar a contribuição de cada agente e o domínio exercido sobre o risco, sem responsabilizar todos automaticamente nem deixar a vítima sem proteção.

No campo acadêmico e profissional, a regra é simples: nenhum conteúdo produzido por inteligência artificial deve ser usado como fonte definitiva sem verificação humana e documental.

6 Responsabilidade civil pelos danos relacionados à inteligência artificial

A inteligência artificial amplia a capacidade de produzir e distribuir informações, mas também aumenta a velocidade, a escala e a extensão dos danos. Um erro individual pode atingir poucos destinatários; um erro incorporado a sistema automatizado pode ser reproduzido milhares de vezes.

Isso não significa que toda atividade com inteligência artificial esteja sujeita à responsabilidade objetiva. É preciso identificar a finalidade do sistema, os dados utilizados, quem o desenvolveu ou forneceu, quem controlava o risco, quais advertências e mecanismos de prevenção existiam, se houve supervisão e se o resultado foi aplicado em atividade profissional ou econômica. A complexidade pode dificultar a prova, mas não elimina deveres jurídicos; quanto maior a assimetria técnica, maior pode ser a exigência de transparência e cooperação.

Podem constituir condutas relevantes disponibilizar sistema inadequado para atividade de alto risco, ocultar limitações, usar dados sem base legal, omitir segurança, divulgar informação falsa, apresentar resultado automatizado como decisão humana qualificada, permitir uso para atingir terceiros ou deixar de realizar revisão exigível.

O art. 186 do Código Civil considera ilícita a violação de direito que cause dano, inclusive moral; o art. 187 caracteriza o abuso quando há excesso aos limites da boa-fé, dos bons costumes ou da finalidade social e econômica do direito. A inovação não exclui a ilicitude, pois o desenvolvimento tecnológico deve conviver com proteção da pessoa, confiança e segurança jurídica.

O regime aplicável depende da relação jurídica. Nas relações de consumo, o Código de Defesa do Consumidor pode incidir diante de defeito, insuficiência de informação ou risco não comunicado. O fornecedor não responde por todo conteúdo incorreto produzido pelo usuário, mas pode responder quando anuncia precisão inexistente, induz à falsa impressão de verificação, falha na segurança, trata dados de modo incompatível com

a finalidade informada, oferece sistema sensível sem advertências ou não disponibiliza mecanismos mínimos de correção e contestação.

Também importa o modelo de negócio e o grau de controle editorial. Um sistema experimental não ocupa a mesma posição de ferramenta apresentada como solução profissional para análise jurídica, médica ou financeira. Do mesmo modo, quem apenas oferece infraestrutura não necessariamente ocupa a mesma posição de quem seleciona, recomenda, monetiza ou distribui ativamente o conteúdo.

O usuário pode responder quando insere dados sigilosos sem autorização, apresenta resultado não verificado como verdadeiro, usa conteúdo ofensivo, reproduz obra protegida, emprega a ferramenta para fraude ou substitui integralmente atividade profissional por resultado não revisado.

A confiança do contratante não se transfere ao sistema. Quem promete elaborar parecer, peça, relatório ou consultoria continua responsável pela qualidade mínima do serviço. A inteligência artificial é ferramenta de apoio, como bancos de dados, calculadoras ou tradutores. Em obrigações de meio, exige-se diligência, técnica e prudência; em obrigações de resultado, a ferramenta também não altera automaticamente o regime contratado.

A cadeia pode envolver desenvolvedor, fornecedor, integrador, contratante, usuário, profissional revisor, plataforma e terceiro divulgador. A multiplicidade não gera solidariedade automática, que depende de fundamento legal ou contratual, mas mais de um agente pode responder quando as condutas se combinam ou quando cada participante viola dever próprio.

O fornecedor pode responder por falha estrutural; o contratante, pela escolha inadequada; o profissional, pela falta de conferência; a plataforma, pela manutenção de conteúdo ilícito após ciência ou ordem válida; e o terceiro, pela divulgação lesiva. A análise deve evitar tanto a responsabilização indistinta quanto a impossibilidade de responsabilizar alguém devido à complexidade tecnológica.

Podem ocorrer perdas financeiras, contratação de produto inadequado, interrupção empresarial, custos de correção, perda de oportunidade e redução de receita por classificação indevida. Entre os danos extrapatrimoniais estão divulgação de informação falsa, exposição de dados, atribuição de crime, criação de imagem ofensiva, discriminação, violação da intimidade e lesão à reputação.

A divulgação indevida de dados pessoais não deve gerar presunção automática de dano moral em qualquer situação, nem exigir sempre prova de prejuízo concreto. É necessário examinar a natureza do dado, o contexto, a finalidade, os destinatários e a intensidade da violação, conforme a orientação jurisprudencial recente.

O resultado pode decorrer da interação entre dados inadequados, modelo estatístico, comando do usuário, falha de integração, ausência de revisão e divulgação posterior. Não é necessário demonstrar o funcionamento integral do sistema: pode bastar provar seu uso, o resultado produzido, sua disponibilização ou aplicação, o dano e a contribuição relevante da conduta do agente.

A causalidade deve considerar risco criado, previsibilidade e possibilidade de evitar o dano. A opacidade não pode beneficiar automaticamente quem controla o sistema. A parte que possui registros, parâmetros e dados técnicos deve cooperar para esclarecer os fatos.

A vítima pode não conseguir demonstrar quais dados foram processados, qual versão do sistema estava ativa, qual comando foi usado, se houve alteração ou supervisão e quem autorizou o tratamento. A distribuição dinâmica do ônus da prova pode ser aplicada quando uma parte tem maior facilidade de produzir o elemento, sem transformar a responsabilidade em presunção absoluta nem exigir prova impossível.

Usuários e profissionais devem preservar versão do sistema, data e horário, comando, resposta, fontes, revisões, alterações e comunicações relevantes. Esses registros protegem a vítima e permitem ao agente demonstrar que adotou medidas adequadas.

7 Inteligência artificial e relações contratuais

O contrato não se limita ao documento de adesão. Publicidade, interface, avisos, termos e funcionalidades também formam a confiança. O dever de informação exige esclarecer finalidade, limitações, possibilidade de erro, uso e armazenamento dos dados, compartilhamento, treinamento, revisão humana, contestação e licenciamento do conteúdo.

A informação deve ser clara, acessível e proporcional ao risco. Aviso genérico escondido em termos extensos pode ser insuficiente. O fornecedor deve corrigir falhas, informar mudanças, preservar a segurança e cooperar para evitar o agravamento do dano. O contratante deve respeitar a finalidade ajustada, as limitações e os direitos de terceiros.

Cláusulas que afirmam que o sistema pode errar ou que o usuário assume todos os riscos podem ter função informativa, mas não eliminam deveres jurídicos essenciais nem encobrem falhas sob controle do fornecedor. No consumo, devem respeitar transparência, equilíbrio e vedação de abusos; mesmo em contratos empresariais, não afastam responsabilidade por dolo, violação de direitos fundamentais, tratamento ilícito de dados ou falha de segurança.

O uso inadequado pode produzir inadimplemento, mora, cumprimento defeituoso, violação positiva do contrato ou quebra de dever lateral. Um parecer com precedentes inexistentes, um relatório baseado em dados fabricados ou uma campanha com imagem não autorizada são prestações materialmente defeituosas, capazes de justificar correção, substituição, abatimento, resolução, perdas e danos ou tutela inibitória.

Quando a inteligência artificial é utilizada por profissional especializado, a confiança é maior. O cliente contrata capacidade técnica para selecionar, interpretar e revisar o resultado. A apresentação de jurisprudência inexistente pelo advogado, a divulgação de material incorreto pelo professor ou a entrega de análise não conferida pelo consultor não deixam de ser responsabilidade profissional porque houve uso de ferramenta automatizada.

8 Direitos da personalidade, dados pessoais e danos a terceiros

A inteligência artificial depende de dados fornecidos pelo usuário, obtidos em bases públicas, presentes na internet ou produzidos por outros sistemas. A disponibilidade técnica não equivale a autorização jurídica para reutilização. Informação pública pode continuar protegida, especialmente quando agregada, classificada ou usada para finalidade diversa.

A autodeterminação informativa exige que a pessoa possa conhecer e influenciar razoavelmente o uso de seus dados, dentro de limites de finalidade, necessidade, segurança e proporcionalidade.

Sistemas generativos podem associar pessoas a crimes, comportamentos imorais, posições políticas ou fatos inexistentes. A repetição automatizada amplia a lesão. A tutela civil pode envolver remoção, retificação, direito de resposta, obrigação de não fazer, preservação de provas, indenização e identificação dos responsáveis. A dificuldade de localizar cópias reforça a importância da prevenção e da cooperação.

Contratos, prontuários, dados financeiros, processos, documentos sigilosos, trabalhos inéditos e informações estratégicas não devem ser inseridos indiscriminadamente em plataformas externas. Deve-se verificar armazenamento, treinamento, acesso, país de processamento, contrato de tratamento e medidas de segurança. No ambiente acadêmico, trabalhos, avaliações, pesquisas e dados de participantes exigem cuidado redobrado.

A discriminação pode ser direta ou indireta. Variáveis aparentemente neutras podem funcionar como substitutas de características protegidas, e dados históricos podem reproduzir desigualdades. A neutralidade matemática não garante neutralidade jurídica.

A LGPD estabelece a não discriminação e prevê direitos relacionados a decisões automatizadas. Em crédito, seleção, contratação ou acesso a serviços, não basta informar que há um algoritmo: deve haver compreensão suficiente dos fatores relevantes e possibilidade de contestação, respeitados os segredos comercial e industrial.

O dano pode atingir pessoa que não participou do contrato: empresa que trata dados de terceiros, professor que usa imagem sem autorização, advogado que expõe informação sigilosa ou usuário que insere o nome de outra pessoa. A ausência de contrato direto não impede a tutela civil, pois os direitos da personalidade produzem efeitos perante todos e a responsabilidade extracontratual pode ser reconhecida.

O terceiro lesado não deve suportar sozinho o ônus de identificar a arquitetura tecnológica. Os envolvidos devem colaborar para esclarecer origem, circulação e permanência do conteúdo.

9 Conclusão

A inteligência artificial pode auxiliar no levantamento inicial de temas, na organização bibliográfica, na comparação de conceitos, na revisão formal e na estruturação de sumários. Contudo, sua resposta é ponto de partida, não fonte primária de autoridade. O pesquisador deve consultar diretamente legislação, decisões completas, atos normativos, doutrina, artigos acadêmicos e documentos institucionais.

A inteligência artificial desafia o Direito Civil porque interfere na formação da vontade, na execução dos contratos, na circulação de informações e na tutela dos direitos da personalidade. Ela modifica escala e velocidade dos riscos, mas não elimina a centralidade da pessoa

humana nem a responsabilidade de quem cria, fornece ou utiliza sistemas automatizados.

As categorias tradicionais permanecem relevantes. A boa-fé impõe informação, cooperação, segurança e prevenção; a proteção da confiança impede que o fornecedor crie aparência de precisão e transfira riscos previsíveis; o abuso de direito alcança usos que ultrapassam a finalidade econômica, a função social ou a lealdade; e a responsabilidade civil permite reparar danos patrimoniais e extrapatrimoniais quando identificados conduta, prejuízo, nexo causal e fundamento de imputação.

A LGPD oferece instrumentos importantes, mas exige análise da natureza dos dados, da finalidade, dos destinatários e da intensidade da violação. No campo contratual, quem promete determinado serviço continua responsável por sua adequação, ainda que utilize ferramenta automatizada. Cláusulas genéricas não legitimam falhas de segurança, violações de direitos fundamentais ou descumprimento de deveres essenciais.

Na pesquisa e no ensino jurídico, o risco mais imediato é epistemológico: textos convincentes não garantem fontes verdadeiras ou pertinentes. Citações inexistentes e informações descontextualizadas comprometem a integridade acadêmica e a formação jurídica. Por isso, a inteligência artificial deve ser instrumento auxiliar, submetido à verificação humana, à transparência e à responsabilidade profissional.

O Direito Civil brasileiro não precisa aguardar legislação específica para enfrentar todos os efeitos da inteligência artificial. Já existem instrumentos, e o desafio está em interpretá-los diante da opacidade algorítmica, da assimetria técnica, da circulação massiva de dados e da multiplicidade de agentes. A inovação será juridicamente legítima quando associada à proteção da pessoa, à confiança, à prevenção e à responsabilização efetiva. A inteligência artificial pode ampliar capacidades humanas, mas não pode servir para ocultar a responsabilidade humana.

Referências

CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de responsabilidade civil. São Paulo: Atlas.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson; BRAGA NETTO, Felipe. Curso de Direito Civil: responsabilidade civil. Salvador: JusPodivm.

SCHREIBER, Anderson. Direitos da personalidade. São Paulo: Atlas.

ZAMPIER, Bruno Torquato. Bens digitais: cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais. 2. ed. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2021.

Capítulo 27

O NAMORO QUALIFICADO E O RETROCESSO NA PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL À UNIÃO ESTÁVEL

Simone Martins de Araujo Moura[1]
Karla Neves Faiad de Moura[2]
Shelly Giuleatte Pancieri[3]

1 Breve histórico sobre a proteção à entidade familiar no Brasil

Em janeiro de 1.890, após a Proclamação da República no Brasil e a consequente separação entre o Estado e a Igreja Católica, foi instituído o casamento civil, como única forma de constituição de família juridicamente reconhecida.

À época, as uniões informais padeciam de proteção do estado, mesmo nos casos em que havia longo tempo de convivência ou até mesmo o nascimento de prole.

Na célebre obra de Aluísio de Azevedo - "O Cortiço" - João Romão uniu-se, por longos anos com Bertoleza, que trabalhou diuturnamente e o ajudou a construir significativa fortuna no cortiço. O livro também conta a história de Jerônimo, que se separou de fato da esposa, Piedade, e se amasiou com a Ritinha.

Uniões daquela natureza (não formalizadas de acordo com o critério legal) eram marginalizadas e não produziam efeitos jurídicos para os partícipes. Eventuais filhos eram, como as uniões, tidos como ilegítimos e não tinham qualquer proteção do Estado.

O primeiro registro das uniões marginalizadas no Supremo Tribunal Federal (STF) data de 1947, por ocasião do julgamento da AI

1 Mestranda de Direito pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa. Pós-graduada em Direito Processual Civil. Advogada.
2 Especialista em Direito de Família. Advogada.
3 Mestranda de Direito pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa. Pós-graduada em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho. Advogada.

n. 12.991[1]. O ministro relator, Lafayette de Andrada, ao apreciar o pleito de uma mulher "que vivia amancebada com o agravado[2]", afirmou que "a concubina só tem direito a receber pelos serviços que prestar a título de serviçal, nunca como concubina".

Ou seja, quando, na obra acima referida, Botelho sugere que João Romão arranje "uma quitanda em outro bairro" e dê a Bertoleza "algum dinheiro"[3], já se adiantava no que seria, nos anos subsequentes, o entendimento esposado pelos tribunais brasileiros sobre os reflexos patrimoniais decorrentes de uniões "ilegítimas".

Em 1963, por ocasião do julgamento do RE 52.2 17[4], o Ministro Relator Gonçalves de Oliveira faz menção a precedentes dos tribunais estaduais, enfatizando que a concubina[5] tem, apenas, "direito à percepção de salários pelos serviços prestados."

Ou seja, toda e qualquer união que não fosse o casamento civil, permanecia à margem da proteção estatal, situação bastante confortável para aqueles que amealhavam patrimônio com o auxílio direto ou indireto da concubina.

Em 1964, o Enunciado da Súmula 380 do STF consolida a solução encontrada no direito das obrigações para evitar o enriquecimento sem causa nas aludidas uniões, ao disciplinar que "comprovada a existência de sociedade de fato entre os concubinos, é cabível a sua dissolução judicial, com a partilha do patrimônio adquirido pelo esfôrço comum.[6]" A companheira era equiparada, portanto, a uma sócia, e não a um membro de família, o que revela o déficit de proteção então existente.

No mesmo ano, o STF consolida o entendimento de que para a caracterização do concubinato não era necessária a coabitação, conforme

---

1 Supremo Tribunal Federal. Agravo de Instrumento nº 12.991. Relator: Min. Lafayette de Andrada, 1.947. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=369586. Acesso em: 30 ago. 2026.

2 Ibidem.

3 Azevedo, Aluísio. O Cortiço. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. – (Série prazer de ler, n. 12 e-book).

4 Supremo Tribunal Federal. RE 52.2 17. Relator: Min. Gonçalves de Oliveira, 1.963. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=151089. Acesso em 30 ago 2026.

5 No RE 52.2 17, "a concubina vivera largos anos com o amasio, já viúvo, ajudando-o nas lides diárias, no trabalho do campo, quando êste, ao falecer, nada deixa à companheira."

6 Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/seq-sumula380/false. Acesso em agosto de 2026.

Enunciado da Súmula 382: "a vida em comum sob o mesmo teto, "more uxorio", não é indispensável à caracterização do concubinato[7]."

A partir de então, as decisões judiciais foram, a passos lentos, estabelecendo a diferenciação entre o concubinato puro e o impuro. Por certo, a baliza permaneceu como sendo o casamento civil.

O concubinato seria puro, com a possibilidade de produzir efeitos na esfera civil, se na união, os partícipes não tivessem impedimentos legais para o casamento. Noutro giro, seria impuro, quando os conviventes fossem impedidos de casar-se.

Nesse contexto, destacou-se a doutrina de Álvaro Villaça Azevedo, pioneiro na defesa do reconhecimento da família de fato como entidade merecedora de tutela própria no âmbito do Direito de Família. O autor sustentava que a convivência duradoura, pública e contínua entre homem e mulher desimpedidos, que vivem como se casados fossem, sob o mesmo teto ou não, constitui verdadeira família, e não mera sociedade patrimonial[8].

O doutrinado registra que, diante da omissão do legislador, foram relevantes as regras protetivas esparsas e a jurisprudência em constante evolução, que prepararam o terreno para a constitucionalização da matéria.[9]

2 A proteção jurídica à união estável

Apenas com o advento da Constituição de 1988, o concubinato puro foi alçado à condição de entidade familiar. O art. 226, "caput", estabeleceu que a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado e o § 3º dispõe que, para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 promoveu verdadeira ruptura com o modelo anterior, fundado exclusivamente no casamento. A norma constitucional elevou a união estável à condição de entidade familiar, retirando-a definitivamente do plano das sociedades de fato e inserindo-a no âmbito do Direito de Família.

---

7 Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/seq-sumula382/false. Acesso em agosto de 2026.

8 AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Estatuto da família de fato**: de acordo com o atual Código Civil, Lei nº 10.406, de 10-01-2002. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011

9 Ibidem.

A doutrina destaca que o rol de entidades familiares do art. 226 é exemplificativo e que a Constituição consagrou o princípio da pluralidade das formas de família, de modo que casamento, união estável e família monoparental recebem idêntica dignidade constitucional[1]. Azevedo[2] ressalta que o texto constitucional acolheu a tese, por ele defendida desde a década de 1970, de que a família nascida da convivência merece proteção estatal independentemente de formalização. A previsão de que a lei deve facilitar a conversão da união estável em casamento não estabelece hierarquia entre as entidades familiares, mas apenas faculta aos companheiros o acesso simplificado ao vínculo matrimonial, caso o desejem.

No ano de 1989, atento à nova sistemática introduzida pela Constituição Federal, o Ministro Sálvio Figueiredo proferiu voto no julgamento do REsp 196[3] no qual afirmou que "a companheira [...] "é a mulher que une seu destino ao homem solteiro, viúvo, desquitado ou simplesmente separado de fato da mulher legítima. Sua característica está na convivência de fato, como se casados fossem aos olhos de quantos se relacionam com os companheiros de tal união. Pesam no conceito as exigências de exclusividade, fidelidade, vida em comum sob o mesmo teto com durabilidade. O vínculo entre os companheiros imita o casamento, ou no dizer tradicional, é **more uxório**. Todo o relacionamento se faz às claras, sem ocultação".

Ocorre que, por alguns anos, mesmo com a proteção constitucional, as uniões estáveis ainda permaneceram recebendo o tratamento de sociedades de fato, limitadas às regras do direito das obrigações.

Apenas no apagar das luzes do ano de 1994, a Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994, iniciou a regulamentação infraconstitucional do art. 226, § 3º. O diploma assegurou à companheira e ao companheiro o direito a alimentos e à sucessão, mas condicionou o reconhecimento da união a requisitos rigorosamente objetivos.

Exigia-se que os companheiros fossem solteiros, separados judicialmente, divorciados ou viúvos e que a convivência perdurasse por mais de cinco anos, salvo se da relação houvesse prole. A lei estabeleceu, ainda, o direito do companheiro sobrevivente ao usufruto de parte dos

1 Sobre o tema, consultar: DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 14. ed. Salvador: JusPodivm, 2021 e LÔBO, Paulo. **Direito civil**: famílias. 12. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022. v. 5.

2 Ibidem

3 Disponível em: https://www.stj.jus.br/static_files/STJ/Institucional/Arquivo.Cidad%C3%A3o/Processos%20marcantes/Resp_196.pdf. Acesso em agosto de 2026.

bens do falecido, à totalidade da herança na ausência de descendentes e ascendentes e à metade dos bens para cuja aquisição tivesse colaborado.

O critério objetivo perdurou apenas dois anos. Isso porque as demandas judiciais evidenciaram que nem todo relacionamento que tenha durado por mais de 5 anos ou que simplesmente tivesse prole poderia ser considerado união estável. Ao passo que uniões com menos de cinco anos e sem filhos podiam apresentar todos os traços de uma relação familiar. O tempo e a prole são indícios relevantes, mas não constituem, por si sós, a essência da entidade familiar.

A insuficiência do modelo foi destacada por Azevedo, que apontava as imperfeições técnicas do diploma, entre elas a rigidez do prazo quinquenal e a exclusão das pessoas apenas separadas de fato, incompatíveis com a realidade das relações afetivas[4].

Apenas dois anos depois, a Lei nº 9.278, de 10 de maio de 1996, reformulou a matéria e regulamentou diretamente o § 3º do art. 226 da Constituição. Estabeleceu critério subjetivo para a configuração da união estável, previu os direitos e deveres dos conviventes, fixou a competência para processar e julgar as ações no juízo da vara de Família e assegurou o segredo de justiça.

O art. 1º da lei passou a reconhecer como entidade familiar "a convivência duradoura, pública e contínua, de um homem e uma mulher, estabelecida com objetivo de constituição de família". Abandonou-se o prazo mínimo de convivência e a exigência de prole, e o eixo da caracterização deslocou-se para um elemento subjetivo, o objetivo de constituição de família, também designado pela doutrina como *affectio maritalis* ou *animus familiae*.

A alteração de perspectiva foi profunda. O legislador reconheceu que a união estável não se comprova pela simples soma de anos, mas pela qualidade da convivência e pelo propósito comum de formar família. A Lei nº 9.278/1996 disciplinou, ainda, os direitos e deveres recíprocos dos conviventes, entre eles o respeito, a assistência moral e material e a guarda, o sustento e a educação dos filhos, instituiu a presunção de que os bens adquiridos onerosamente na constância da convivência são fruto do esforço comum, pertencendo a ambos em condomínio, assegurou o direito real de habitação ao convivente sobrevivente, previu a conversão da união em casamento mediante requerimento ao Oficial do Registro Civil e atribuiu às varas de família a competência para as causas correspondentes.

4 Ibidem

A opção legislativa dialoga estreitamente com a construção doutrinária de Azevedo, cujo anteprojeto de regulamentação do concubinato, elaborado anos antes, já definia a união pela convivência com aparência de casamento e não por prazos rígidos.

A subjetividade do art. 1º da lei n. 9.278/1996 foi mantida no art. 1.723 do Código Civil de 2002, que reconhece "como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família."

Não houve, portanto, significativas alterações em relação à lei n. 9.278/1996. O Código disciplinou o regime de bens da comunhão parcial na hipótese de silêncio no contrato firmado pelos companheiros, e dedicou um artigo para o concubinato[1].

Importante mencionar que o art. 1.726, por fim, em atenção ao comando constitucional, prevê que a união estável poderá converter-se em casamento, mediante pedido dos companheiros ao juiz e assento no Registro Civil. Como se percebe, o Código Civil de 2002 não fixa prazo mínimo de convivência e não exige coabitação, tampouco prole, concentrando a caracterização da entidade familiar nos requisitos da publicidade, da continuidade, da durabilidade e, sobretudo, do objetivo de constituição de família.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal desempenhou papel decisivo na densificação da proteção constitucional da união estável. No julgamento conjunto da ADPF 132/RJ e da ADI 4.277/DF, relatadas pelo Ministro Ayres Britto e julgadas em 5 de maio de 2011, o Plenário conferiu ao art. 1.723 do Código Civil/02 interpretação conforme à Constituição para reconhecer a união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar, com as mesmas regras e consequências da união estável heteroafetiva[2]. A decisão, fundada nos princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da vedação de discriminações odiosas, evidencia que a Corte compreende a união estável como instrumento de realização existencial dos conviventes, e não como categoria menor de família.

---

1 Art. 1.727. "As relações não eventuais entre o homem e a mulher, impedidos de casar, constituem concubinato."

2 Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 132/RJ e Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.277/DF. Relator: Min. Ayres Britto. Julgamento em 5 maio 2011. Publicação: DJe 14 out. 2011.

A equiparação protetiva alcançou também o plano sucessório. No RE 878.694/MG, relatado pelo Ministro Roberto Barroso e julgado em 10 de maio de 2017 sob a sistemática da repercussão geral, o Tribunal declarou a inconstitucionalidade do art. 1.790 do Código Civil/02, que reservava ao companheiro tratamento sucessório inferior ao do cônjuge. Fixou-se, no Tema 809, a tese de que, no sistema constitucional vigente, é inconstitucional a distinção de regimes sucessórios entre cônjuges e companheiros, devendo ser aplicado, em ambos os casos, o regime estabelecido no art. 1.829 do Código Civil[3]. Na mesma sessão, a orientação foi estendida às uniões homoafetivas no RE 646.721/RS, correspondente ao Tema 498[4]. O Supremo assentou, em síntese, que a Constituição não autoriza hierarquização entre casamento e união estável no tocante à proteção dos membros da família, pois ambas as entidades cumprem a mesma função de abrigo e desenvolvimento de seus integrantes.

A proteção conferida pela Corte não é, contudo, ilimitada, e seus contornos reforçam a seriedade do instituto. No RE 1.045.273/SE, relatado pelo Ministro Alexandre de Moraes e julgado em dezembro de 2020, o Plenário, ao apreciar o Tema 529 da repercussão geral, recusou o reconhecimento de uniões estáveis simultâneas para fins previdenciários, ressalvada a hipótese do art. 1.723, § 1º, do Código Civil/02, por entender que a preexistência de casamento ou de outra união estável impede a constituição de novo vínculo relativo ao mesmo período[5]. O precedente confirma que a união estável pressupõe relação dotada de exclusividade e de comunhão plena de vida, apta a gerar todos os efeitos próprios de uma entidade familiar.

Do conjunto normativo e jurisprudencial exposto resulta que a união estável goza, no ordenamento brasileiro, de proteção constitucional robusta, progressivamente ampliada pelo legislador e pelo Supremo Tribunal Federal. A evolução do critério objetivo da Lei nº 8.971/1994 para o critério subjetivo da Lei nº 9.278/1996, consolidado nos arts.

---

3 Supremo Tribunal Federal (Plenário). Recurso Extraordinário 878.694/MG. Tema 809 da repercussão geral. Relator: Min. Roberto Barroso. Julgamento em 10 maio 2017. Publicação: DJe 6 fev. 2018.

4 Supremo Tribunal Federal (Plenário). Recurso Extraordinário 646.721/RS. Tema 498 da repercussão geral. Relator: Min. Marco Aurélio. Redator do acórdão: Min. Roberto Barroso. Julgamento em 10 maio 2017. Publicação: DJe 11 set. 2017.

5 Supremo Tribunal Federal (Plenário). Recurso Extraordinário 1.045.273/SE. Tema 529 da repercussão geral. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Julgamento em 21 dez. 2020. Publicação: DJe 9 abr. 2021.

1.723 a 1.726 do Código Civil/02, colocou no centro da caracterização da entidade familiar o objetivo de constituição de família.

Nesse sentido, apesar de a união estável finalmente ter recebido o tratamento adequado de entidade familiar dotada da proteção constitucional, tal reconhecimento e efetiva proteção com fundamento no *animus famile*, gera infindáveis discussões sobre a configuração ou não de tal elemento subjetivo.

A principal delas reside na diferenciação entre a união estável e o namoro. Muitos casais tentaram afastar a incidência das normas cogentes sobre a união estável e passaram a optar pela elaboração de contratos de namoro no intuito de afastar a incidência dos art. 1.723 a 1.725 do Código Civil de 2002.

Sobre o tema, Pablo Stolze Gagliano asseverou que o pacto seria "tão-somente, uma írrita tentativa de se evitar o "inevitável"".[1] Com a experiência advinda da magistratura, aduz que "a diferença do simples namoro para a união estável tornou-se tênue, senão nebulosa, passando a depender sobremaneira do juízo de convencimento do magistrado. Qualquer relação, não importando o seu tempo de existência, poderia, teoricamente, desde que verificada a estabilidade e o objetivo de constituição de família, converter-se em união estável."[2] É nesse contexto que surge a ideia do namoro qualificado, conforme será explicitado no tópico a seguir.

3 Namoro qualificado x união estável na jurisprudência do STJ

Segundo Flavio Tartuce[3], um dos primeiros estudiosos a se referir às consequências jurídicas de um namoro prolongado e "próximo" à união estável, foi o professor Euclides de Oliveira, em palestras e textos nos quais apresentava seus estudos sobre a escalada do afeto.

Embora não tenha exatamente utilizado a expressão namoro qualificado, o autor se referia à situação "do namoro prolongado anos a fio, resvalando na prática convivência familiar e reforçando-se com a realização

1 GAGLIANO, Pablo Stolze. Contrato de namoro. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 11, n. 1057, 24 mai. 2006. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/8319. Acesso em agosto de 2026.

2 Idem.

3 TARTUCE, Flávio. União Estável e Namoro Qualificado. Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM: Artigos. Publicado em 23/08/2018, p. Disponível em: https://ibdfam.org.br/artigos/1265/Uni%C3%A3o+est%C3%A1vel+e+namoro+qualificado. Acesso em: [29/08/2026].

de economia e investimentos em conjunto (poupar para aquisição de casa, compra de terreno etc) [...]" [4] O autor afirmava, à época, que tal relação constitui "uma quase união estável", ou uma "sociedade de fato", que, ao seu ver, demandaria a divisão do patrimônio por ocasião de eventual separação, a fim de evitar o enriquecimento ilícito de uma das partes da relação.

Apesar do esforço legislativo em eleger critérios aferíveis de forma objetiva para se verificar a configuração ou não da união estável, as situações da vida cotidiana são dotadas de particularidades e nuances que, nem sempre, podem ser categorizadas.

A evolução das relações de convivência, permeadas pela superficialidade e volatilidade próprias do atual momento histórico[5], impõe ao direito a apreciação de situações cada vez mais complexas e a resolução de conflitos nos quais é tênue a diferença entre as diferentes fases de um relacionamento amoroso até que se forme, efetivamente, uma unidade familiar.

Sob esse prisma, cada vez mais se intensificam os debates em torno da distinção entre a união estável e o namoro qualificado e, por óbvio, as consequências patrimoniais daí advindas.

É cada vez mais frequente a impossibilidade de se dirimir os conflitos com base apenas nos critérios objetivos (durabilidade, publicidade e continuidade), ganhando relevo a investigação a respeito da existência do elemento subjetivo: intenção atual de constituir família. Para além da dificuldade de produção de provas que demonstrem esse elemento intencional, abre-se um espaço para alto grau de subjetivismo do julgador na interpretação do conjunto probatório, que pode levar à fragilização da proteção legal conferida à união estável.

É nesse contexto temporal e social que passa a ser utilizada a terminologia "namoro qualificado", que não tem previsão legal específica e decorre de construção doutrinária e jurisprudencial.

Interessante a pesquisa realizada pelo advogado e professor Mario Delgado, na qual ele observou que, após a pandemia de Covid-19,

4 OLIVEIRA, Euclides de. *A escalada do afeto no direito de família: ficar, namorar, conviver, casar. In*: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (coord.). Família e Dignidade Humana: anais do V Congresso Brasileiro de Direito de Família. Belo Horizonte: IOB Thomson, 2006. p. 328. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://ibdfam.org.br/_img/congressos/anais/13.pdf Acesso em: [29/08/2026].

5 BAUMAN, Zygmunt. Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

aumentaram de forma significativa os casos submetidos ao Tribunal de Justiça de São Paulo, nos quais se discutiu a classificações de relações amorosas como união estável ou namoro qualificado.

Ele explica que durante a "pandemia da Covid-19, houve uma explosão de casos em que namorados passaram a residir sob o mesmo teto, por conta da quarentena imposta pelas autoridades públicas, o famoso "quarentenar juntos", e depois um deles buscou atribuir ao relacionamento a natureza de união estável". E conclui que aquela Corte, na maioria dos casos, classificou as situações como namoro qualificado, por entender pela não ocorrência do objetivo de constituir família[1].

No âmbito do STJ, a primeira vez que a expressão "namoro qualificado" apareceu em uma decisão colegiada, foi no julgamento do REsp 1.454.643-RJ, de relatoria do Ministro Marco Aurélio Bellizze, publicado em 2015.[2]

No mencionado acórdão, a situação fática analisada se referia a um casal de namorados que, após um ano de namoro, decidiram morar juntos em outro país. Após dois anos de convivência no exterior, os dois se casaram. Antes da realização do casamento (sob o regime de comunhão parcial de bens) e durante o período de convivência em outro País, um dos companheiros comprou um imóvel. A discussão se ateve à existência ou não de união estável naquele momento da compra do imóvel, a fim de se verificar se ele deveria ou não ser partilhado por ocasião da separação.

O então Ministro Relator registrou que, no caso, a controvérsia era a seguinte:

> [...] a configuração, entre as partes litigantes, de união estável, ou de mero namoro qualificado, relativo ao período imediatamente anterior ao casamento destes (de janeiro de 2004 a setembro de 2006), em que se elegeu, de modo livre e voluntário, o regime da comunhão de bens. Discute-se, nesse contexto, se, a despeito do estreitamento do convívio entre as partes, que se deu sob a mesma residência, em grande medida para viabilizar a consecução, cada qual, dos projetos particulares no exterior (trabalho e estudo), a ponto de ficarem noivos e, posteriormente, de celebrarem o casamento, seria possível inferir,

1 OLIVEIRA, Euclides de. *A escalada do afeto no direito de família: ficar, namorar, conviver, casar. In*: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (coord.). **Família e Dignidade Humana**: anais do V Congresso Brasileiro de Direito de Família. Belo Horizonte: IOB Thomson, 2006. p. 328. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://ibdfam.org.br/_img/congressos/anais/13.pdf Acesso em: [29/08/2026].

2 Superior Tribunal de Justiça (3. Turma). **Recurso Especial nº 1.454.643/RJ**. Relator: Min. Marco Aurélio Bellizze, 3 mar. 2015. **Diário da Justiça Eletrônico**, Brasília, DF, 10 mar. 2015.

> nesse período, o propósito presente – e não futuro – de constituir família, pressuposto subjetivo para a configuração da união estável.[3]

A partir do referido contexto fático, o STJ afastou a união estável, por entender que o requisito essencial para a constituição da união estável, consubstanciado no objetivo de constituir família, não consiste em um plano para o futuro.

O colegiado entendeu que o referido propósito deve ser atual, presente e permear toda a convivência. convivência, a partir do efetivo compartilhamento de vida, com irrestrito apoio moral e material entre os companheiros. Ou seja, deve haver a "efetiva concretização da família – e não a mera projeção para o futuro [...]"[4]. Acrescentou, ainda, que a coabitação apesar de ser um indício, não é suficiente para, de forma isolada, demonstrar o *affectio maritalis*. Ao final, concluiu que "não vivenciaram uma união estável, mas sim um namoro qualificado, em que, em virtude do estreitamento do relacionamento projetaram, para o futuro – e não para o presente, ressalta-se –, o propósito de constituir uma entidade familiar, desiderato que, posteriormente, veio a ser concretizado com o casamento".[5]

A polêmica em torno do tema ganhou ainda maior destaque com o recente julgamento do RESP de n. 2.2 27.076-SP, de relatoria da Ministra Nancy Andrighi, pela Terceira Turma do STJ, ocorrido em agosto de 2026[6].

Na ocasião, o Colegiado discutiu a respeito da classificação de determinada situação fática descrita no acórdão recorrido como união estável ou "namoro qualificado".

De acordo com os debates orais do julgamento[7], o caso tratava de um pedido de reconhecimento de união estável pós-morte em uma relação afetiva na qual não havia coabitação e colaboração patrimonial mútua.

O Ministro Villas Boas Cueva inaugurou a divergência, afirmando que, para a configuração da união estável é necessária a demonstração da intenção presente de constituir família, entendido como requisito essencial capaz de distinguir a natureza do relacionamento. Ressaltou, citando o julgado da terceira turma acima referido, que a intenção de constituir família deve estar presente durante toda a convivência.

---

3 Ibidem,p. 9

4 Ibidem, p. 12

5 Ibidem, p. 14

6 Superior Tribunal de Justiça (STJ). RESP de n. 2.2 27.076-SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, Rel. p/ acórdão Min. Villas Boas Cueva, julgado em 18 ago. 2026.

7 Até a data da entrega deste artigo, o acórdão ainda não havia sido publicado.

Segundo o Ministro, as provas analisadas pelo Tribunal de origem e revaloradas por ele foram as seguintes: contrato de aluguel feito pelo falecido para recorrente; filho em comum, seguro de vida deixado para recorrente, realização de noivado. A partir de tal conjunto, concluiu pela não demonstração da intenção atual de constituir família.

À luz dos mesmos fatos (prole comum, contrato de aluguel, inclusão da cônjuge como dependente na declaração de imposto de renda, seguro de vida e participação em festas e eventos familiares como casal e noivado), a ministra Relatora Nancy Andrighi chegou à conclusão diametralmente oposta. Entendeu que o relacionamento, "claramente" constituiu uma união estável.

O julgamento acima descrito denota os riscos de se reduzir a averiguação da existência ou não de união estável à aferição da intenção dos conviventes, mormente nos casos em que um deles já faleceu.

Em entrevista concedida ao setor de comunicação do Instituto Brasileiro de Direito das Famílias e Sucessões - IBDFAM, o Desembargador Eduardo Augusto Salomão Cambi afirmou que a presença ou não do *animus familiae* não pode ser averiguada como "intenção psicológica", mas sim com fundamento em fatos, documentos e comportamentos que denotam a vida efetivamente construída"[1].

A busca pela intenção das partes em detrimento dos elementos objetivos dos autos gera, para além de insegurança jurídica, alto risco de violação à isonomia em razão de tratamentos jurídicos diferentes para situações fáticas idênticas, além de um enfraquecimento do próprio instituto da união estável.

4 Considerações finais

O breve exame da evolução histórica da proteção jurídica conferida à união estável no Brasil denota uma conquista progressiva do status de entidade familiar anteriormente reservada apenas aos casamentos.

Houve a superação do modelo que a reduzia a relação a uma mera "sociedade de fato" regida pelo direito das obrigações, culminando na equiparação entre a união estável e o casamento, fundada na pluralidade

1 INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA (IBDFAM). **STJ afasta reconhecimento de união estável post mortem e mantém namoro qualificado**. Portal IBDFAM, [2026]. Disponível em: https://ibdfam.org.br/noticias/1416vel+post+mortem+e+mant%C3%A9m+namoro+qualificado. Acesso em: 29 ago. 2026.

das formas de família perpetrada pela Constituição Federal em seu art. 226, § 3º e no princípio fundamental da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF/88).

O avanço legislativo do critério estritamente objetivo da Lei nº 8.971/1994 para o critério subjetivo fixado pela Lei nº 9.278/1996 e mantido pelo art. 1.723 do Código Civil de 2002 colocou o objetivo de constituir família (*animus familiae* ou *affectio maritalis*) no centro da caracterização da união estável. Ocorre que essa exigência subjetiva, concebida para conferir proteção mais ampla às relações familiares informais, corre o risco de ser utilizada de forma distorcida em conjunto com a construção doutrinária e jurisprudencial do "namoro qualificado".

Conforme se extrai da análise dos precedentes do Superior Tribunal de Justiça — notadamente no REsp 1.454.643/RJ e, mais recentemente, no REsp 2.2 27.076/SP —, a exigência de uma "intenção presente" em oposição a um "projeto futuro" tem sido empregada para descaracterizar a união estável, mesmo diante de robustos elementos objetivos de vida em comum. Fatos concretos como a existência de filho em comum, custeio de moradia, dependência e auxílio material, indicação em seguro de vida e imposto de renda, participação conjunta em eventos sociais e a celebração de noivado têm sido desconsiderados sob a justificativa de ausência de comprovação da "intenção psicológica" de formar família.

Essa postura jurisprudencial pode acarretar graves consequências para o ordenamento jurídico. De início, pode causar insegurança jurídica, na medida em que se abre margem para um elevado grau de subjetivismo e arbítrio do julgador. Da mesma forma, pode ofender o princípio da isonomia, na medida em que possibilita que situações fáticas idênticas passam a receber enquadramentos jurídicos diametralmente opostos, a depender da valoração subjetiva conferida pelo magistrado às provas, gerando tratamentos desiguais para famílias que vivenciaram a mesma realidade de convivência e interdependência.

Nesse quadro, há uma preocupação ainda maior, que consiste em um claro risco de fragilização e retrocesso da proteção constitucional conferida à união estável e à pluralidade das entidades familiares. Ao rotular como "namoro qualificado" relações com profunda integração comunitária e patrimonial, o Poder Judiciário minimiza ou até mesmo afasta a proteção do Direito de Família e das Sucessões, deixando o convivente vulnerável em desproteção material e ressuscitando a ultrapassada lógica da

invisibilidade do trabalho de cuidado e da limitação às regras obrigacionais de enriquecimento sem causa.

Assim, deve-se apreciar a ocorrência ou não do *animus familiae* em uma relação não como um elemento abstrato, mas sim com base em elementos e provas objetivos que demonstrem a efetiva construção de vida em comum, de maneira a assegurar a efetividade da proteção constitucional à união estável (art. 226, § 3º) e o princípio da dignidade da pessoa humana.

Referências

AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Estatuto da família de fato**: de acordo com o atual Código Civil, Lei nº 10.406, de 10-01-2002. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 ago. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 30 ago. 2026.

BRASIL. **Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994**. Regula o direito dos companheiros a alimentos e à sucessão. Brasília, DF: Presidência da República, 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8971.htm. Acesso em: 30 ago. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.278, de 10 de maio de 1996**. Regula o § 3º do art. 226 da Constituição Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9278.htm. Acesso em: 30 ago. 2026.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (STJ). **RESP de n. 2.2 27.076-SP**, Rel. Min. Nancy Andrighi, Rel. p/ acórdão Min. Villas Boas Cueva, julgado em 18 ago. 2026.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Plenário). **Arguição de Descum-**

primento de Preceito Fundamental 132/RJ e Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.277/DF. Relator: Min. Ayres Britto. Julgamento em 5 maio 2011. Publicação: DJe 14 out. 2011.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Agravo de Instrumento nº 12.991**. Relator: Min. Lafayette de Andrada, 1.947. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=369586. Acesso em: 30 ago. 2026

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Plenário). **Recurso Extraordinário 878.694/MG**. Tema 809 da repercussão geral. Relator: Min. Roberto Barroso. Julgamento em 10 maio 2017. Publicação: DJe 6 fev. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Plenário). **Recurso Extraordinário 646.721/RS**. Tema 498 da repercussão geral. Relator: Min. Marco Aurélio. Redator do acórdão: Min. Roberto Barroso. Julgamento em 10 maio 2017. Publicação: DJe 11 set. 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Plenário). **Recurso Extraordinário 1.045.273/SE**. Tema 529 da repercussão geral. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Julgamento em 21 dez. 2020. Publicação: DJe 9 abr. 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Súmula nº 380**. Comprovada a existência de sociedade de fato entre os concubinos, é cabível a sua dissolução judicial, com a partilha do patrimônio adquirido pelo esforço comum. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, 1964.

DELGADO, Mário Luiz. *Necessárias distinções entre união estável e namoro qualificado.* ConJur. Publicado em 28/08/2022. Disponível em: https://conjur.com.br/2022-ago-28/processo-familiar-necessarias-distincoes-entre-uniao-estavel-namoro-qualificado2/. Acesso em: [30/08/2026].

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 14. ed. Salvador: JusPodivm, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA (IBDFAM). **STJ afasta reconhecimento de união estável post mortem e mantém namoro qualificado**. Portal IBDFAM, [2026]. Disponível em: https://ibdfam.org.br/noticias/1em+e+mant%C3%A9m+namoro+qualificado. Acesso em: 29 ago. 2026

LÔBO, Paulo. **Direito civil**: famílias. 12. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022. v. 5.

OLIVEIRA, Euclides de. *A escalada do afeto no direito de família: ficar, namorar, conviver, casar. In*: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (coord.). **Fa-**

mília e Dignidade Humana: anais do V Congresso Brasileiro de Direito de Família. Belo Horizonte: IOB Thomson, 2006. p. 315-346. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://ibdfam.org.br/_img/congressos/anais/13.pdf Acesso em: [29/08/2026].

TARTUCE, Flávio. *União Estável e Namoro Qualificado.* Migalhas. Publicado em 23/08/2018. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/coluna/familia-e-sucessoes/277227/uniao-estavel-e-namoro-qualificado. Acesso em: [29/08/2026].

Capítulo 28

ENTRE O ACERVO E A INTIMIDADE: HERANÇA DIGITAL, DIREITOS DA PERSONALIDADE E SEGURANÇA JURÍDICA NO PROJETO DE LEI Nº 4/2025

Pedro Henrique Roque Lima[1]
Cássius Guimarães Chai[2]

1 Introdução

Em 26 de abril de 2024, ao examinar pedido formulado pela mãe e única herdeira de uma usuária falecida, a 3ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo determinou a transferência do acesso ao ID Apple da *de cujus*, reformando sentença que negara a expedição do alvará. O acórdão aproximou o patrimônio digital da sucessão legítima, recorreu ao Enunciado nº 687 da IX Jornada de Direito Civil do Conselho

1 Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Maranhão. Pós-graduado em Advocacia Criminal – ESA OAB/MA. Pós-graduado em Advocacia trabalhista e previdenciária – ESA OAB/MA. Membro pesquisador do Grupo de Pesquisa Cultura, Direito e Sociedade (DGP/CNPq/UFMA). Assessor jurídico da Defensoria Pública do Estado do Maranhão. Lattes: http://lattes.cnpq.br/3109458672871656. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-1319- 5196. E-mail: pedroroqueadv@gmail.com.

2 Professor Permanente PPGD/Faculdade de Direito de Vitória Mestrado e Doutorado em Direitos e Garantias Fundamentais Professor Associado DEDIR/CCSO/Universidade Federal do Maranhão, Docente Permanente – PROFIAP e PPGAERO/UFMA. Beijing Criminal College G20 Research Center, Normal University of Political Science and Law Beijing, Pesquisador Visitante. Promotor de Justiça Criminal, Ministério Público do Estado do Maranhão. Doutor em Direito Constitucional, com estágio de Doutorado Sanduíche, Universidade Federal de Minas Gerais e Cardozo School of Law (NY/EUA, 2006). Diplomado Política e Estratégia, Escola Superior de Guerra (ESG/BRA, 2019). Pós-doutor Faculdade de Direito de Vitória (2020). Doutor e Mestre em Direito, Universidade do Porto (2021). Mestre em Direito Constitutional - UFMG, 2001. Membro Professor-Pesquisador: International Association of Constitutional Law (Research Group Human Rights and Constitutional Challenges, coord.), International Association of Political Science, Association Française de Science Politique, Law and Society Association, International Association of Penal Law, European Society of International Law, Academia Brasileira de Direito da, Instituto de Ciências Penais, Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, International Association of Prosecutors, Research Center on International Cooperation Regarding Persons Sought for Corruption and Asset Recovery in G20 Member States. Lattes CV: http://lattes.cnpq.br/7954290513228454 Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5893-3901 cassiuschai@gmail.com

da Justiça Federal e atribuiu relevo à inexistência de manifestação da titular em sentido contrário, bem como à condição da requerente como única herdeira. A denominada memória digital foi, naquele caso, compreendida em articulação com a garantia constitucional do direito de herança (SÃO PAULO, 2024).

Pouco menos de um mês depois, em 22 de maio de 2024, a 8ª Câmara Cível Especializada do Tribunal de Justiça de Minas Gerais alcançou solução distinta em controvérsia igualmente relacionada ao desbloqueio de conta da Apple após a morte do usuário. Embora reconhecesse a transmissibilidade dos bens digitais dotados de expressão econômica, o Tribunal qualificou fotografias, arquivos e comunicações privadas, nas circunstâncias examinadas, como bens digitais de caráter existencial, cuja abertura indiscriminada poderia atingir a intimidade, a imagem, a vida privada e a autonomia do titular falecido. A morte não foi considerada suficiente para converter todo conteúdo tecnicamente acessível pela conta em patrimônio disponível aos sucessores (MINAS GERAIS, 2024).

A proximidade temporal entre os julgamentos e o contraste de seus resultados deslocam o problema para além da recorrente afirmação de que faltaria, no Brasil, uma disciplina específica para a chamada herança digital. As decisões envolviam contas do mesmo ecossistema tecnológico e pedidos de acesso post mortem, mas atribuíam pesos distintos à sucessão e à tutela existencial. A dificuldade reside, assim, menos em reconhecer que a vida contemporânea produz patrimônio no ambiente digital do que em determinar o que se transmite quando uma única conta concentra, simultaneamente, ativos econômicos, memórias familiares, credenciais, comunicações privadas, informações de terceiros e manifestações da identidade pessoal.

É nesse campo de indeterminação que se insere o Projeto de Lei nº 4, de 2025, apresentado no Senado Federal para promover ampla atualização do Código Civil, inclusive mediante a criação de um Livro próprio de Direito Civil Digital e de dispositivos sobre bens digitais e sucessão. Na data de corte desta pesquisa, 26 de agosto de 2026, a página oficial do Senado registrava 893 emendas e a Comissão Temporária responsável pela matéria permanecia em funcionamento, com prazo prorrogado até 22 de dezembro de 2026. A quantidade de proposições não constitui, por si, indicador de deficiência legislativa, mas torna visível a disputa em torno das categorias que o projeto pretende incorporar ao Código (BRASIL, 2025).

O presente trabalho propõe-se a analisar a disciplina da herança e do patrimônio digitais no texto inicial do Projeto de Lei nº 4/2025, confrontando-a com o regime sucessório e de proteção da personalidade vigente, com emendas apresentadas durante a tramitação e com os julgamentos anteriormente mencionados. Parte-se da hipótese de que a segurança jurídica da sucessão digital depende menos da incorporação indiscriminada de conteúdos virtuais à herança do que de critérios capazes de distinguir função econômica, vinculação do ativo à identidade do titular, manifestação de vontade e direitos de terceiros. São examinados, para esse fim, o Código Civil, o Marco Civil da Internet, a Nota Técnica nº 3/2023 da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, o PL nº 4/2025, as Emendas nº 192 e 642 e a literatura que problematiza a divisão entre situações patrimoniais e existenciais.

2 Do patrimônio à personalidade: o que se transmite quando o acervo é digital?

A abertura da sucessão produz, no sistema brasileiro, efeito patrimonial imediato, uma vez que o art. 1.784 do Código Civil determina que a herança se transmite desde logo aos herdeiros legítimos e testamentários. A morte, por sua vez, encerra a existência da pessoa natural, sem que disso resulte a transmissão de todas as posições jurídicas que lhe eram relacionadas. O mesmo Código estabelece a intransmissibilidade dos direitos da personalidade e reconhece legitimidade de familiares para determinadas formas de tutela após a morte. Término da personalidade civil, transmissão hereditária e proteção post mortem não se confundem, portanto, pois a sucessão alcança as posições juridicamente transmissíveis sem converter os atributos existenciais da pessoa em objetos patrimoniais disponíveis (BRASIL, 2002).

No ambiente digital, essa separação se torna menos evidente porque uma mesma interface reúne situações de natureza distinta. Uma conta pode concentrar saldo financeiro, contratos, fotografias familiares, obras autorais, conversas íntimas, dados de clientes, registros de localização, assinaturas, milhas, criptoativos e informações produzidas por terceiros. A senha que permite alcançar esse conjunto não possui necessariamente valor econômico autônomo, enquanto o perfil que gera receita também pode exteriorizar imagem e identidade. Uma fotografia sem valor de mercado pode guardar interesse afetivo, e uma conversa útil à apuração de crédito

pode revelar a intimidade do falecido e de seu interlocutor. A categoria acervo digital descreve a forma de existência ou de armazenamento desses elementos, mas não define o regime jurídico de cada um.

Essa dificuldade está no centro da crítica de Livia Teixeira Leal ao paradigma excessivamente abrangente da herança digital. Ao deslocar a análise da mera transmissibilidade para o tratamento jurídico *post mortem* do conteúdo inserido na rede, a autora questiona a submissão de todo o acervo do usuário falecido à lógica sucessória, como se a morte pudesse patrimonializar aquilo que, em vida, permanecia ligado à privacidade, à identidade e à autodeterminação. A distinção permite separar transmissão, acesso, preservação, exclusão e gestão de conta, providências que podem produzir consequências distintas mesmo quando recaem sobre o mesmo ambiente tecnológico (LEAL, 2018).

Sob outra perspectiva, Carlos Nelson Konder e Ana Carolina Brochado Teixeira identificam os chamados bens digitais dúplices, nos quais elementos patrimoniais e existenciais aparecem conjugados em grau que dificulta classificações abstratas. Perfis explorados comercialmente podem possuir valor de mercado sem deixar de exteriorizar a identidade do titular. A análise funcional proposta pelos autores desloca a pergunta da natureza estática do bem para a função desempenhada pela situação jurídica e para os efeitos do ato pretendido, evitando que a tutela patrimonial absorva, sem mediação, a dimensão personalíssima do ativo (KONDER; TEIXEIRA, 2024).

A pretensão sucessória torna-se ainda mais sensível quando exige acesso a comunicações armazenadas. O Marco Civil da Internet protege a intimidade, a vida privada e o sigilo das comunicações, inclusive das mensagens privadas armazenadas, ressalvada a possibilidade de acesso nos termos legais. A LGPD, por outro lado, não pode ser empregada automaticamente como fundamento de proteção do próprio falecido, pois, na Nota Técnica nº 3/2023, a Coordenação-Geral de Fiscalização da ANPD concluiu pela não incidência da lei sobre dados de pessoas mortas, sem afastar a proteção de dados de terceiros vivos eventualmente contidos no acervo. A disciplina sucessória deve, assim, dialogar com regimes distintos sem lhes atribuir alcance que não possuem (BRASIL, 2014; ANPD, 2023).

Chega-se, desse modo, a uma distinção necessária para a análise da reforma, segundo a qual patrimônio digital, herança digital e direito de acesso não são equivalentes. O patrimônio digital pode compreender

elementos econômicos, pessoais ou culturais associados ao titular, enquanto a herança corresponde às posições transmissíveis segundo o regime sucessório e o acesso constitui providência instrumental cuja legitimidade depende da finalidade, da extensão e dos interesses atingidos. A conta funciona frequentemente como recipiente técnico dessas dimensões, mas sua unidade tecnológica não autoriza o Direito a tratá-las como uma única situação jurídica. É nessa passagem entre arquitetura da plataforma e arquitetura da sucessão que o PL nº 4/2025 procura construir disciplina própria.

3 A herança digital no PL nº 4/2025: entre a amplitude do patrimônio e os limites da sucessão

O texto inicial do PL nº 4/2025 aborda a matéria em dois dispositivos do Código Civil. No Livro das Sucessões, insere os arts. 1.791-A a 1.791-C e, posteriormente, cria um Livro VI dedicado ao Direito Civil Digital, cujo Capítulo V volta a disciplinar o patrimônio digital. A duplicação expõe operações conceituais distintas, pois o art. 1.791-A procura indicar o que integra a herança, enquanto o art. 2.027-AA apresenta uma definição mais ampla de patrimônio digital, incluindo ativos com conteúdo econômico, pessoal ou cultural. A leitura conjunta revela uma tentativa de não equiparar patrimônio digital e acervo sucessório, mas também zonas de sobreposição que exigem maior precisão (BRASIL, 2025).

Segundo a redação originalmente proposta para o art. 1.791-A, integram a herança os bens digitais do falecido de valor economicamente apreciável. O critério parece restritivo, mas o dispositivo passa a enumerar senhas, dados financeiros, perfis em redes sociais, contas, arquivos de conversas, vídeos, fotografias, programas de recompensa e outros conteúdos armazenados em ambiente virtual. Em seguida, afasta da lógica patrimonial os direitos da personalidade e aqueles que se projetam após a morte sem conteúdo econômico. A dificuldade classificatória decorre do fato de que senha, perfil, conversa, vídeo ou fotografia não possuem natureza econômica ou existencial predeterminada, porque sua função depende do contexto e do uso ao qual estão vinculados (BRASIL, 2025).

A tensão reaparece no Livro VI, em que o art. 2.027-AA define patrimônio digital como conjunto de ativos intangíveis e imateriais com valor econômico, pessoal ou cultural, ao passo que o art. 2.027-AC admite a transmissão hereditária de dados, informações, senhas ou códigos de

acesso por testamento e afirma integrar a herança o patrimônio digital de natureza econômica pura ou híbrida, sendo híbrida a situação também relacionada a caracteres personalíssimos. O reconhecimento da hibridez é relevante, mas não resolve quais faculdades sucessórias podem ser exercidas sobre a dimensão existencial incorporada ao mesmo ativo. Dizer que o bem híbrido integra a herança não equivale a autorizar a transmissão irrestrita de todos os poderes associados à conta (BRASIL, 2025).

Um perfil explorado profissionalmente demonstra o problema quando receitas publicitárias já constituídas, créditos vencidos e direitos contratuais economicamente transmissíveis podem integrar o espólio, enquanto permanece distinta a questão de saber se a transmissão desses efeitos permite ao herdeiro assumir a identidade digital do falecido, publicar em seu nome, explorar indefinidamente sua imagem ou acessar mensagens privadas que jamais integraram a atividade econômica. Quando patrimônio e identidade coexistem no mesmo perfil, a segurança jurídica depende de decompor as faculdades ligadas ao ativo, identificando quais se transmitem à morte e quais permanecem submetidas à tutela da personalidade.

O próprio projeto adota uma solução mais restritiva para as mensagens privadas. Os arts. 1.791-B e 2.027-AD partem da impossibilidade de acesso dos herdeiros às comunicações do autor da herança, ressalvadas a manifestação expressa de última vontade e as hipóteses de autorização judicial. A disciplina confirma que acesso e transmissão não constituem operações idênticas, pois um sucessor pode necessitar de determinada comunicação para apurar obrigação patrimonial, sem se tornar, por isso, titular da integralidade da correspondência do falecido. A delimitação judicial do conteúdo e da finalidade aparece, nesse ponto, como mecanismo de conciliação entre o interesse sucessório e a proteção da intimidade de todos os participantes da comunicação (BRASIL, 2025).

A autonomia privada ocupa uma posição igualmente relevante. O texto aproxima o compartilhamento de senhas de disposição negocial ou de última vontade e admite que o testamento regule a transmissão de dados e códigos de acesso. A opção reconhece que a vontade manifestada em vida deve participar do destino do acervo, embora a simples entrega de credencial possa decorrer de razões instrumentais, emergenciais ou cotidianas sem conter intenção sucessória. A finalidade do compartilhamento e a extensão da autorização precisam, por isso, ser demonstradas, evitando que um ato técnico seja convertido automaticamente em disposição patrimonial ou existencial. As dificuldades reapareceriam na fase de emendas, quando o

próprio processo legislativo passou a buscar critérios mais definidos para a transmissibilidade.

A disciplina também precisa considerar que o conteúdo armazenado raramente pertence, em sentido existencial, apenas ao titular da conta. Fotografias podem retratar terceiros, conversas são produzidas por mais de um interlocutor e arquivos profissionais podem conter segredos negociais, dados de clientes ou informações submetidas a confidencialidade. Mesmo quando o sucessor demonstre interesse legítimo em determinado ativo, a medida de acesso deve preservar conteúdos estranhos à finalidade sucessória, inclusive por extração seletiva ou fornecimento de informação individualizada. A proteção de terceiros deixa, nesse ponto, de ser obstáculo externo à herança e passa a integrar a própria definição de sua extensão.

4 A zona cinzenta da transmissibilidade: emendas, autonomia e segurança jurídica

Entre as emendas apresentadas ao PL nº 4/2025, duas permitem observar com maior nitidez a disputa em torno das categorias do texto inicial. Em 2 de março de 2026, a Emenda nº 192, de autoria do senador Mecias de Jesus, propôs nova redação ao art. 1.791-A, substituindo a expressão bens digitais do falecido de valor economicamente apreciável pela afirmação de que integram a herança os bens digitais de valor econômico, compreendidos como patrimônio intangível de natureza econômica armazenado ou acumulado em ambiente virtual. A proposta retira, nessa passagem, a enumeração de senhas, perfis, conversas, vídeos e fotografias (BRASIL, 2026a).

A alteração reduz uma inconsistência semântica, mas não elimina os bens de função dúplice. Um canal remunerado ou um perfil utilizado para publicidade possui valor patrimonial, embora esse valor possa depender diretamente da imagem, da voz, da história pessoal ou de outros elementos da personalidade. A pergunta deixa de ser apenas se existe expressão econômica e passa a alcançar a consequência sucessória que pode ser extraída desse valor sem converter o conjunto da identidade digital do falecido em objeto de exploração pelos sucessores.

A Emenda nº 642, apresentada pelo senador Sergio Moro em 3 de março de 2026, aproxima-se de uma análise funcional. A proposta estabelece que integram a herança os ativos digitais com valor econômico ou necessários à liquidação patrimonial do espólio, remetendo ao testamento,

ou à legislação especial na ausência deste, o destino dos conteúdos predominantemente personalíssimos. Acrescenta, ainda, que a qualificação do ativo como personalíssimo dependerá de sua natureza, finalidade, grau de vinculação à identidade do titular e presença ou ausência de valor econômico objetivamente aferível. Para mensagens privadas, conserva a inacessibilidade como regra, admitindo exceção por última vontade ou decisão judicial fundamentada e limitada ao estritamente necessário (BRASIL, 2026b).

Natureza, finalidade, vinculação à identidade e expressão econômica não funcionam, nessa formulação, como categorias mutuamente excludentes, mas como elementos de avaliação da situação concreta. A mesma conta pode justificar transmissão de determinadas faculdades e restrição de outras. O deslocamento é relevante porque supera a necessidade de declarar previamente que um perfil é, em bloco, patrimonial ou existencial, reconhecendo que a solução pode exigir fragmentação jurídica dos poderes associados ao ativo, conforme a finalidade do acesso ou da utilização pretendida.

Essa perspectiva exige que a autonomia do titular não seja reduzida ao formalismo testamentário, mas também impede que qualquer comportamento seja convertido em disposição post mortem. Plataformas já oferecem mecanismos de contato herdeiro, memorialização, exclusão programada ou destinação de conta, e os usuários podem igualmente expressar vontade por documentos particulares ou outras condutas. A segurança jurídica depende de manifestação suficientemente inequívoca para o efeito pretendido, sobretudo quando estiver em jogo o acesso a comunicações íntimas ou o uso continuado da identidade do falecido. O silêncio, por sua vez, não pode operar simultaneamente como consentimento para acesso irrestrito nem como proibição absoluta de qualquer medida, razão pela qual soluções legislativas devem admitir providências graduais e finalisticamente delimitadas.

Há, ainda, um problema de coerência entre regimes, porque o texto inicial e a Emenda nº 642 fazem referência à legislação de proteção de dados na disciplina post mortem, embora a ANPD tenha concluído, em 2023, pela não incidência da LGPD sobre dados de pessoas falecidas. A divergência não deixa o acervo desprotegido, uma vez que direitos da personalidade podem projetar tutela após a morte, comunicações permanecem submetidas ao Marco Civil e dados de interlocutores, clientes ou familiares vivos continuam sujeitos à LGPD. O que deve ser evitado é

a construção de segurança aparente pela simples remissão a uma lei cujo âmbito de incidência, segundo a autoridade administrativa competente, não alcança o próprio falecido (ANPD, 2023).

A partir desse percurso, quatro critérios mostram-se particularmente úteis para uma disciplina sucessória. São eles a função econômica objetivamente identificável, capaz de atrair a transmissão das posições patrimoniais, o grau de vinculação do conteúdo à identidade do titular, que pode limitar faculdades sucessórias mesmo diante de valor econômico, a manifestação de vontade, cuja forma deve ser compatível com a relevância da providência, e a posição jurídica de terceiros, especialmente presente em mensagens, fotografias compartilhadas e dados profissionais. Tais critérios não eliminam a interpretação judicial, mas tornam mais previsível a sequência de perguntas que deve preceder a transmissão ou o acesso.

A escolha legislativa também deve distinguir aquilo que convém estabilizar no Código Civil daquilo que depende de disciplina técnica ou setorial. Autonomia privada, transmissibilidade patrimonial, tutela da personalidade e proteção de terceiros possuem vocação duradoura, enquanto procedimentos de recuperação de conta, memorialização ou limites derivados de arquiteturas específicas podem mudar com rapidez. O ponto de equilíbrio está na formulação de critérios jurídicos estáveis o suficiente para orientar tecnologias diversas, remetendo à legislação especial e à regulamentação técnica aquilo que não exige permanência codificada.

Segurança jurídica, nessa matéria, não significa produzir resposta única para todos os ativos digitais. Significa reduzir a arbitrariedade por meio de razões que expliquem por que uma receita é transmitida, por que uma mensagem permanece fechada, por que determinado arquivo pode ser acessado para a liquidação do espólio e por que o uso posterior da imagem do falecido exige tratamento diferente daquele aplicável aos créditos. É justamente a presença, ou a ausência, desses critérios que pode ser observada quando a controvérsia chega aos inventários e pedidos de alvará.

5 Quando o acervo chega ao inventário: entre o direito de herança e a autonomia existencial

A divergência entre os julgamentos de São Paulo e Minas Gerais pode ser retomada, agora, como teste para os critérios desenvolvidos. No caso paulista, a autora pretendia acesso ao ID Apple da filha falecida,

sendo sua única herdeira. O Tribunal considerou que o patrimônio digital poderia integrar o espólio, invocou o Enunciado nº 687 do Conselho da Justiça Federal e registrou não identificar, naquele contexto, violação aos direitos da personalidade, atribuindo relevância à ausência de disposição contrária da titular e ao interesse afetivo afirmado pela sucessora (SÃO PAULO, 2024).

No TJMG, onde a proteção existencial recebeu peso maior, o espólio pretendia acesso a conta Apple que continha acervo fotográfico e correspondências armazenados em nuvem, e a 8ª Câmara Cível Especializada, ao negar o recurso, distinguiu os bens digitais de expressão econômica das situações existenciais e ressaltou intimidade, vida privada, imagem e autonomia do falecido (MINAS GERAIS, 2024). As decisões não partem de premissas absolutamente inconciliáveis, pois ambas admitem patrimônio digital transmissível e reconhecem relevância à esfera pessoal, embora divirjam quanto à intensidade da presunção favorável ao acesso e à forma de tratar conteúdos afetivos sem expressão econômica. Por isso, uma regra que apenas declarasse que bens digitais integram a herança dificilmente resolveria o conflito.

Aplicados aos dois casos, os critérios da Emenda nº 642 alterariam o eixo do julgamento. No processo paulista, seria necessário identificar a finalidade concreta do acesso, o grau de vinculação dos arquivos à identidade da falecida, eventual valor econômico e manifestação de vontade, enquanto, no caso mineiro, caberia verificar se algum conteúdo individualizado era necessário à liquidação patrimonial do espólio sem que isso conduzisse à abertura geral de fotografias e correspondências. Entre transferir integralmente uma conta e recusá-la em bloco existem medidas intermediárias, como recuperação de ativo específico, fornecimento de informação patrimonial, preservação de conteúdo, acesso judicialmente delimitado, exclusão de dados ou conversão da conta em memorial.

A comparação também sugere que o rótulo atribuído ao acervo não deve antecipar o resultado, porque a providência requerida produz efeitos próprios. O acesso para localizar documento necessário ao inventário não se confunde com a entrega permanente das credenciais, a cópia de arquivo determinado tampouco equivale à abertura de todo o histórico de comunicações, e a manutenção de perfil como memorial não autoriza sua exploração comercial. A decisão judicial deve relacionar a finalidade alegada à medida tecnicamente necessária e justificar eventual restrição à intimidade, ao sigilo ou aos interesses de terceiros, demonstrando por que providência

menos intrusiva não atenderia ao mesmo interesse. O deslocamento da categoria abstrata para a extensão concreta da medida aproxima a tutela sucessória de uma lógica de necessidade e proporcionalidade sem negar que determinados ativos devam compor o espólio.

A distinção entre titularidade de determinado ativo e controle da conta que o hospeda assume, nesse contexto, importância prática. A pessoa pode ser titular de crédito registrado por uma plataforma sem possuir direito irrestrito de transferir a própria conta, ainda que relações contratuais, licenciamento, proteção autoral, sigilo das comunicações e direitos de terceiros possam limitar o exercício do direito sucessório sem eliminar o valor patrimonial que deve chegar ao espólio. O inventário digital não precisa reproduzir a arquitetura da plataforma e deve identificar juridicamente as posições pertencentes ao falecido, atribuindo a cada uma o tratamento sucessório correspondente.

O PL nº 4/2025 oferece oportunidade para reduzir essa confusão ao reconhecer patrimônio digital, manifestação de vontade, mensagens privadas e gestão post mortem de contas. A segurança jurídica pretendida pela reforma, contudo, dependerá de preservar distinções que a tecnologia tende a obscurecer, pois login, conta e herança não constituem realidades equivalentes, e a possibilidade técnica de acesso não significa, por si, autorização jurídica para conhecer, utilizar ou transmitir tudo aquilo que se encontra depois da senha.

6 Considerações finais

A atualização do Código Civil responde a controvérsia já presente nos tribunais, que não pode permanecer entregue apenas às condições de uso das plataformas, à analogia com normas concebidas para outros contextos e à solução casuística. Os julgamentos do TJSP e do TJMG demonstram que a dificuldade não está apenas em reconhecer patrimônio digital, mas em tratar conteúdos cuja relevância pode ser econômica, existencial ou simultaneamente ambas. O PL nº 4/2025 reconhece parte dessa complexidade ao diferenciar bens economicamente apreciáveis, direitos da personalidade, mensagens privadas e manifestação de última vontade, embora mantenha conceitos amplos capazes de reproduzir algumas das incertezas que pretende superar.

As Emendas nº 192 e 642 tornam essa tensão mais visível. A primeira estreita o ingresso na herança em torno do valor econômico,

enquanto a segunda acrescenta critérios de natureza, finalidade, vinculação à identidade e valor objetivamente aferível. O percurso permite sustentar que a segurança jurídica da sucessão digital depende da decomposição das posições reunidas tecnicamente em cada conta, distinguindo valor econômico, finalidade, identidade, vontade e direitos de terceiros, sem que isso fragmente artificialmente o acervo.

A disciplina civil pode, a partir desses elementos, preservar simultaneamente herança e personalidade mediante a individualização da posição jurídica pretendida, de sua função econômica ou existencial, da manifestação válida do titular, dos direitos de terceiros e da medida menos intrusiva capaz de alcançar a finalidade sucessória legítima. A contribuição normativa da reforma estaria, assim, menos em declarar transmissível uma nova categoria abstrata de bens e mais em fornecer critérios para separar, no mesmo ambiente técnico, aquilo que deve integrar o espólio, aquilo que pode ser acessado para finalidade determinada e aquilo que permanece protegido após a morte.

A transmissibilidade não deve ser decidida exclusivamente pela forma digital do bem nem pela existência de interesse afetivo do sucessor, assim como o caráter pessoal de parte do acervo não pode impedir a recuperação de ativos efetivamente patrimoniais. Se o Direito Civil pretende oferecer disciplina duradoura à vida digital, deverá resistir à unidade aparente construída pelas plataformas e reconhecer que uma conta pode ser uma só para a tecnologia e muitas para o Direito. Entre o acervo e a intimidade, a segurança jurídica dependerá menos de decidir quem recebe a senha e mais de determinar quais posições jurídicas podem, legitimamente, atravessar a morte.

Referências

AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - ANPD. **Nota Técnica nº 3/2023/CGF/ANPD**. Brasília, DF: ANPD, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/anpd/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos-tecnicos-orientativos/nota-tecnica-no-3-2023-cgf-anpd.pdf. Acesso em: 26 ago. 2026.

BRASIL. Senado Federal. **Emenda nº 192 ao Projeto de Lei nº 4, de 2025**. Autoria: Senador Mecias de Jesus. Brasília, DF: Senado Federal, 2 mar. 2026a. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?disposition=inline&dm=10165384. Acesso em: 26 ago. 2026.

BRASIL. Senado Federal. **Emenda nº 642 ao Projeto de Lei nº 4, de 2025**. Autoria: Senador Sergio Moro. Brasília, DF: Senado Federal, 3 mar. 2026b. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?disposition=inline&dm=10167902. Acesso em: 26 ago. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 26 ago. 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 26 ago. 2026.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 4, de 2025.** Dispõe sobre a atualização da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e da legislação correlata. Autoria: Senador Rodrigo Pacheco. Brasília, DF: Senado Federal, 2025. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/166998. Acesso em: 26 ago. 2026.

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. **Enunciado nº 687. IX Jornada de Direito Civil.** Comissão de Trabalho Direito Digital e Novos Direitos. Brasília, DF: CJF, 2022. Disponível em: https://cjf.jus.br/enunciados/enunciado/1826. Acesso em: 26 ago. 2026.

KONDER, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. Bens digitais dúplices: desafios tecnológicos à distinção entre situações jurídicas patrimoniais e existenciais. **Pensar - Revista de Ciências Jurídicas, Fortaleza, v. 29, n. 3, p. 1-12, jul./set. 2024**. DOI: https://doi.org/10.5020/2317-2150.2024.14769. Disponível em: https://ojs.unifor.br/rpen/article/view/14769. Acesso em: 26 ago. 2026.

LEAL, Livia Teixeira. Internet e morte do usuário: a necessária superação do paradigma da herança digital. **Revista Brasileira de Direito Civil, Belo Horizonte, v. 16, p. 181-197, abr./jun. 2018.** Disponível em: https://rbdcivil.ibdcivil.org.br/rbdc/article/view/237. Acesso em: 26 ago. 2026.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. **Agravo de Instrumento-Cv nº 1.0000.24.174340-0/001**. Relator: Des. Delvan Barcelos Júnior. 8ª Câmara Cível Especializada. Julgamento em 22 maio 2024. Publicação em 28 jun. 2024. Disponível em: https://www8.tjmg.jus.br/themis/baixaDocumento.do?numeroVerifica-

dor=10000241743400001202425655 17&tipo=1. Acesso em: 26 ago. 2026.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. **Apelação Cível nº 1017379-58.2022.8.26.0068.** Relator: Des. Carlos Alberto de Salles. 3ª Câmara de Direito Privado. Julgamento em 26 abr. 2024. Disponível em: https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?casChecked=-true&cdAcordao=17832916&cdForo=0. Acesso em: 26 ago. 2026.

Capítulo 29

A HERANÇA DIGITAL NA REFORMA DO CÓDIGO CIVIL: O PL Nº 4/2025 À LUZ DA EXPERIÊNCIA ESTRANGEIRA

Luciana Rooke Negrão de Lima Serafini[1]
Henrique Avelino Lana[2]

1 Introdução

A existência humana passou a projetar-se para além dos limites físicos, deixando vestígios, relações, valores e manifestações de personalidade armazenados em ambientes digitais. Com a morte, esse conjunto de informações e ativos não desaparece, mas permanece sob a guarda de plataformas privadas, suscitando conflitos entre o direito de herança, a autonomia da vontade, a privacidade e a tutela da memória do falecido.

A morte, fato jurídico que inaugura a sucessão, encontra hoje um cenário radicalmente distinto daquele que o legislador de 2002 tinha diante de si. Quando o Código Civil brasileiro entrou em vigor, não existiam redes sociais de alcance massivo, criptomoedas ou perfis monetizados. Duas décadas depois, a vida humana desenrola-se, em parcela significativa, em ambiente virtual: fotografias de família repousam em servidores estrangeiros, conversas íntimas acumulam-se em aplicativos de mensagens, ativos financeiros circulam em carteiras digitais e a própria identidade da pessoa projeta-se em perfis que sobrevivem ao seu titular.

Diante desse quadro, impõe-se a pergunta que orienta o presente estudo: o que acontece, e o que deve acontecer, com o acervo digital de uma pessoa após a sua morte?

O ordenamento jurídico brasileiro não oferece, até o momento, resposta legislativa específica. O Código Civil de 2002 disciplina a sucessão

1 Graduanda em Direito pela Faculdade de Minas – FAMINAS-BH. E-mail: lrnls@hotmail.com

2 Advogado. Mestre e Doutor em Direito pela PUC / MG. Pós – Doutorado em Direito Empresarial. Professor do Centro Universitário Faminas / BH e PUC / MG.

a partir de categorias forjadas para bens corpóreos e direitos patrimoniais clássicos; a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) protege apenas dados de pessoas naturais vivas; e o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), embora assegure a inviolabilidade das comunicações privadas, silencia quanto ao destino desses conteúdos após o falecimento do usuário. O resultado é um vácuo normativo que vem sendo preenchido, de forma casuística e por vezes contraditória, pela jurisprudência.

É nesse contexto que o Projeto de Lei nº 4/2025, em tramitação no Senado Federal e conhecido como a Reforma do Código Civil, assume relevância singular, ao propor a inserção de dispositivos específicos sobre a herança digital no Livro do Direito das Sucessões e a criação de um inédito Livro de Direito Civil Digital, buscando conferir segurança jurídica a um dos temas mais sensíveis da civilística contemporânea.

O presente artigo tem por objetivo analisar criticamente o tratamento conferido pelo PL nº 4/2025 à herança digital, a partir de três eixos: o estado atual da questão no direito brasileiro, com destaque para a construção doutrinária sobre os bens digitais e para os precedentes judiciais; o estudo de direito comparado, com análise das soluções inovadoras adotadas na Alemanha, na França, nos Estados Unidos, na Itália e na Espanha; e a avaliação do modelo proposto pela reforma à luz dessas experiências, com a identificação de avanços, lacunas e riscos.

A metodologia empregada é a pesquisa bibliográfica e documental, de natureza qualitativa, com análise da doutrina nacional e estrangeira, da legislação comparada e da jurisprudência. A escolha da Alemanha, França, Estados Unidos, Itália e Espanha decorre de, em cada uma, já existir decisão judicial paradigmática ou legislação específica sobre herança digital. A hipótese central é a de que a reforma brasileira, ao adotar um modelo dualista, que distingue bens digitais patrimoniais, transmissíveis, de conteúdos existenciais, em regra intransmissíveis, aproxima-se do paradigma francês da autodeterminação informativa *post mortem*, mas ainda carece de mecanismos operacionais que garantam sua efetividade diante do poder fático das plataformas digitais.

2 A sucessão e os bens digitais: delimitação conceitual de um problema contemporâneo

A compreensão jurídica da herança digital exige, inicialmente, a delimitação dos bens que podem compor o acervo virtual deixado

pelo falecido. Nem todo conteúdo armazenado digitalmente possui natureza patrimonial, assim como nem toda manifestação existencial está inteiramente afastada de repercussões econômicas. Essa diversidade desafia as categorias tradicionais do direito sucessório e impõe a construção de critérios capazes de distinguir o que pode ser transmitido daquilo que deve permanecer protegido.

O direito sucessório brasileiro estrutura-se sobre o princípio da *saisine*, consagrado no art. 1.784 do Código Civil, segundo o qual, aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários. A herança, por sua vez, é compreendida como universalidade de direito (art. 91 do Código Civil), abrangendo o complexo de relações jurídicas patrimoniais do falecido, ativas e passivas.

Como ensinam Tepedino, Nevares e Meireles (2024), a transmissibilidade encontra limite nas situações jurídicas existenciais: os direitos da personalidade, intransmissíveis e irrenunciáveis (art. 11 do Código Civil), extinguem-se com a morte de seu titular, remanescendo apenas a legitimidade de familiares para tutelar reflexos desses direitos (arts. 12 e 20, parágrafos únicos).

Essa arquitetura, adequada a um patrimônio de imóveis, veículos e depósitos bancários, revela-se insuficiente diante do acervo digital do falecido, que desafia a dicotomia clássica entre o patrimonial e o existencial: um mesmo perfil de rede social pode ser, simultaneamente, fonte de renda publicitária e repositório da intimidade do titular; uma conta de e-mail pode conter tanto documentos fiscais indispensáveis ao inventário quanto correspondências íntimas que o falecido jamais desejaria expor.

Coube à doutrina o esforço inicial de sistematização. Bruno Zampier (2021), em obra pioneira no Brasil, define os bens digitais como bens incorpóreos, progressivamente inseridos na internet por seu usuário, dotados ou não de conteúdo econômico, e propõe classificação tripartite que se tornou referência.

São três as categorias propostas: (i) bens digitais patrimoniais, dotados de expressão econômica imediata, como criptomoedas, milhas aéreas, créditos em plataformas, bibliotecas e discotecas virtuais e contas monetizadas; (ii) bens digitais existenciais, ligados à personalidade do titular, como fotografias íntimas, conversas privadas e diários eletrônicos; e (iii) bens digitais patrimoniais-existenciais (ou híbridos), que conjugam ambas as dimensões, como o perfil de um influenciador digital, a um só tempo marca economicamente explorável e projeção da identidade pessoal.

Essa taxonomia é decisiva para o equacionamento sucessório. Como sustenta Livia Teixeira Leal (2018) em estudo de grande repercussão, é necessária a superação do paradigma unitário da "herança digital", expressão que, tomada acriticamente, sugere a transmissão indiscriminada de todo o acervo virtual do falecido. Impõe-se, ao contrário, distinguir as situações jurídicas patrimoniais, que integram a herança e se transmitem pela via ordinária da sucessão, das situações jurídicas existenciais, que não se transmitem, pois a privacidade e a intimidade do morto — e de terceiros que com ele se comunicaram — não podem ser convertidas em objeto de partilha. Nas palavras da autora:

> A proteção post mortem dos direitos da personalidade não se justifica a partir da lógica da transmissão da herança, eis que apresenta caráter extrapatrimonial, devendo ser afastada, assim, a incidência das normas atinentes ao direito das sucessões em relação às situações jurídicas existenciais (Leal, 2018, p. 194).

A questão ganha contornos dramáticos quando se consideram os valores envolvidos. Com a morte súbita do fundador da corretora canadense de criptomoedas QuadrigaCX, em 2018, perderam-se as senhas de carteiras que custodiavam cerca de cento e noventa milhões de dólares. No Brasil, o falecimento da cantora Marília Mendonça, em 2021, evidenciou a dimensão econômica e afetiva dos perfis de pessoas falecidas, com sua conta no Instagram mantida sob gestão familiar como memorial e ativo do espólio artístico.

Antes do PL nº 4/2025, diversas proposições legislativas tentaram disciplinar a matéria entre elas os PLs nº 4.847/2012, 8.562/2017 e 3.050/2020, todas sem êxito. A principal baliza interpretativa consolidada é o Enunciado nº 687 da IX Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal (2022), segundo o qual "o patrimônio digital pode integrar o espólio de bens na sucessão legítima do titular falecido, admitindo-se, ainda, sua disposição na forma testamentária ou por codicilo".

Nesse cenário lacunoso, a jurisprudência oscilou. Em 2021, a 31ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo negou a uma mãe o acesso ao perfil do Facebook de sua filha falecida, prestigiando os termos de uso da plataforma e o caráter personalíssimo da conta (Apelação Cível nº 1119688-66.2019.8.26.0100). Karina Nunes Fritz (2022), ao comentar o julgado, observou que a corte paulista caminhou em direção diametralmente oposta à do Tribunal de Justiça Federal alemão no célebre caso Facebook, adiante examinado.

Já em 2024, a 3ª Câmara de Direito Privado do mesmo tribunal reconheceu o direito de uma mãe de acessar o ID Apple e os dados armazenados no celular de sua filha falecida, assentando que o patrimônio digital pode integrar o espólio e ser objeto de sucessão, mesmo à míngua de regulamentação específica.

O Superior Tribunal de Justiça enfrentou o tema em 2025, no julgamento do Recurso Especial nº 2.1 24.424/SP, de relatoria da Ministra Nancy Andrighi, em inventário no qual a inventariante requereu ofício à Apple para acesso aos aparelhos das vítimas de acidente aéreo, bloqueados por senha.

A Terceira Turma decidiu que o acesso à herança digital protegida por senha exige a instauração de incidente processual próprio — de identificação, classificação e avaliação de bens digitais, apensado ao inventário —, no bojo do qual profissional especializado deverá separar os ativos de valor econômico, transmissíveis aos herdeiros, dos conteúdos existenciais, preservados em respeito à memória do falecido e aos direitos de terceiros. A decisão, construída por analogia diante da ausência de lei, tornou ainda mais evidente a urgência da intervenção legislativa que o PL nº 4/2025 pretende realizar.

3 A experiência estrangeira: modelos de tutela post mortem

A análise da experiência estrangeira permite compreender como diferentes ordenamentos têm enfrentado os conflitos decorrentes da permanência de dados e ativos digitais após a morte. Embora partam de tradições jurídicas distintas, esses sistemas procuram conciliar a sucessão patrimonial, a privacidade, a autonomia da vontade e os interesses dos herdeiros. Suas soluções oferecem importantes parâmetros para a construção do modelo brasileiro.

O problema da morte digital não é exclusividade brasileira. Diversos ordenamentos já o enfrentaram, por vias legislativas ou jurisprudenciais, produzindo modelos distintos que podem ser agrupados, para fins analíticos, em três paradigmas: o da sucessão universal plena (Alemanha), o da autodeterminação informativa *post mortem* (França, Itália e Espanha) e o da hierarquia de instrumentos fiduciários (Estados Unidos). O exame dessas experiências é indispensável para avaliar as escolhas do legislador brasileiro.

O *leading case* mundial em matéria de herança digital é a decisão proferida pelo *Bundesgerichtshof* (BGH), o Tribunal de Justiça Federal alemão, em 12 de julho de 2018 (BGH, III ZR 183/17). Buscando esclarecer se a morte da filha adolescente no metrô de Berlim teria sido acidente ou suicídio, os pais requereram acesso à conta dela no Facebook, que a plataforma havia convertido em memorial, negando qualquer acesso, ainda que os genitores dispusessem das credenciais.

O BGH deu razão aos pais com fundamento no princípio da sucessão universal (*Gesamtrechtsnachfolge*), positivado no § 1922 do *Bürgerliches Gesetzbuch* (BGB): com a morte, a totalidade do patrimônio do falecido, incluindo as posições contratuais, transmite-se aos herdeiros. O contrato de uso da rede social, raciocinou a corte, é relação obrigacional como qualquer outra e, portanto, transmite-se *mortis causa*; a cláusula dos termos de serviço que impedia a transmissão foi considerada ineficaz por violar a disciplina das condições gerais dos contratos.

Ponto central da fundamentação foi a analogia com o mundo analógico: cartas e diários íntimos sempre integraram a herança, independentemente de seu conteúdo personalíssimo, pois não é o suporte — papel ou servidor — que define a natureza jurídica do bem. A corte afastou, ainda, os óbices do sigilo das telecomunicações e da proteção de dados, registrando que o Regulamento Geral de Proteção de Dados europeu, por força de seu Considerando 27, não se aplica a dados de pessoas falecidas (Mendes; Fritz, 2019).

Como destacam Laura Schertel Mendes e Karina Nunes Fritz (2019), a decisão alemã consagrou o modelo da transmissibilidade plena: todo o acervo digital, inclusive as comunicações privadas, integra a herança, cabendo ao falecido, se desejar sigilo, dispor diversamente em vida por testamento. Em decisão complementar de 2020, o BGH esclareceu que o cumprimento da obrigação exige a concessão de acesso efetivo à conta, não bastando a entrega de arquivos estáticos em mídia física (Fuchs, 2021).

A França foi pioneira em disciplinar legislativamente a morte digital. A *Loi pour une République numérique* (Lei nº 2016-1321, de 7 de outubro de 2016) introduziu na *Loi Informatique et Libertés* de 1978 um regime inovador: qualquer pessoa pode definir, em vida, diretivas gerais ou particulares sobre a conservação, o apagamento e a comunicação de seus dados pessoais após o óbito, verdadeiro testamento informacional.

As diretivas gerais podem ser registradas junto a um terceiro de confiança digital certificado pela *Commission Nationale de l'Informatique*

et des Libertés (CNIL); as particulares, perante a própria plataforma, exigindo-se consentimento específico. Na ausência de disposições, os herdeiros exercem apenas prerrogativas limitadas, como o acesso aos dados necessários à liquidação da sucessão e o encerramento das contas. Relevantíssimo é o comando segundo o qual cláusulas de termos de serviço que restrinjam essas prerrogativas reputam-se não escritas ,antecipando, em quase uma década, solução que o PL nº 4/2025 pretende adotar no Brasil.

O modelo francês desloca o eixo da questão: em vez de perguntar o que os herdeiros podem receber, pergunta o que o titular quis que fosse feito com seus dados. Trata-se de concretização daquilo que a doutrina anglo-saxônica denomina *post-mortem privacy*, cuja consagração normativa é defendida por Lilian Edwards e Edina Harbinja (2013) como corolário da dignidade e da autonomia da pessoa na sociedade informacional.

Nos Estados Unidos, a *Uniform Law Commission* aprovou, em 2015, o *Revised Uniform Fiduciary Access to Digital Assets Act* (RUFADAA), hoje adotado pela quase totalidade dos estados. A lei disciplina o acesso de fiduciários — inventariantes, curadores, mandatários e *trustees* — aos ativos digitais do falecido, mediante hierarquia de três camadas (Sy, 2017): prevalece, em primeiro lugar, a vontade manifestada pelo usuário em ferramenta *online* da própria plataforma, como o *Legacy Contact* do Facebook ou o *Inactive Account Manager* do Google; em seguida, as disposições em testamento, *trust* ou procuração; e, apenas na ausência de ambas, os termos de serviço da plataforma.

A RUFADAA distingue, ainda, o catálogo das comunicações eletrônicas (metadados), acessível ao fiduciário como regra, do conteúdo das comunicações, que somente pode ser revelado com consentimento expresso do usuário. O mérito do modelo americano está no realismo institucional: reconhece as ferramentas de planejamento sucessório digital já oferecidas pelas plataformas e lhes confere primazia, impedindo que termos de serviço unilaterais suprimam a vontade expressa do usuário.

Na Itália, o Decreto Legislativo nº 101/2018 introduziu no código de proteção de dados o art. 2-*terdecies*, que autoriza o exercício *post mortem* dos direitos de acesso, retificação, apagamento e portabilidade por quem tenha interesse próprio, atue como mandatário do falecido ou invoque razões familiares merecedoras de proteção — presunção de continuidade afastável apenas por proibição expressa, inequívoca, específica, livre e informada do titular. Os Tribunais de Milão (2021), Bolonha (2021),

Roma (2022) e Veneza (2025) ordenaram a fornecedores de serviços digitais a entrega de dados de usuários falecidos a familiares e herdeiros, assentando que cláusulas padronizadas de intransmissibilidade não podem sobrepor-se a direitos legalmente assegurados.

Na Espanha, a *Ley Orgánica* 3/2018 (LOPDGDD) legitima familiares e herdeiros a solicitar o acesso, a retificação ou a supressão dos dados do falecido, salvo proibição expressa do *de cujus*, e consagra o *derecho al testamento digital* (art. 96). Na Catalunha, a Lei nº 10/2017 disciplinou as *voluntades digitales* por testamento, codicilo ou memórias testamentárias, criando ainda um documento próprio com registro específico — este declarado inconstitucional pelo Tribunal Constitucional espanhol (STC 7/2019) por razões de competência federativa. A lição catalã é valiosa: a inovação nos instrumentos de planejamento sucessório digital deve articular-se com o sistema registral e testamentário existente, sob pena de invalidade.

Da comparação emergem convergências relevantes. Primeiro, nenhum dos ordenamentos examinados entrega o destino do acervo digital exclusivamente aos termos de serviço das plataformas: na Alemanha e na Itália, cláusulas de intransmissibilidade foram judicialmente afastadas; na França, são reputadas não escritas; nos Estados Unidos, ocupam o último degrau da hierarquia normativa.

Segundo, todos os sistemas prestigiam a vontade manifestada em vida pelo titular, seja pela via testamentária clássica, seja por instrumentos inovadores como as diretivas francesas e as ferramentas *online* americanas. Terceiro, a distinção entre a dimensão patrimonial e a existencial do acervo digital está presente em quase todos os sistemas, com exceção parcial do alemão, que optou pela transmissibilidade plena temperada pela autonomia testamentária.

4 A herança digital no PL nº 4/2025: o modelo brasileiro em construção

O PL nº 4/2025 representa a mais abrangente tentativa de incorporar a herança digital ao sistema sucessório brasileiro. A proposta procura superar a atual lacuna legislativa mediante a definição dos bens digitais transmissíveis e dos conteúdos existenciais protegidos. Ao mesmo tempo, valoriza a autonomia do titular e estabelece mecanismos destinados a orientar a atuação dos herdeiros, das plataformas e do Poder Judiciário.

O Projeto de Lei nº 4/2025, apresentado ao Senado Federal pelo Senador Rodrigo Pacheco em janeiro de 2025 a partir do anteprojeto da comissão de juristas presidida pelo Ministro Luis Felipe Salomão, com relatoria-geral de Flávio Tartuce e Rosa Maria de Andrade Nery, disciplina a herança digital em duas frentes: a inserção de dispositivos específicos no Livro do Direito das Sucessões (arts. 1.791-A a 1.791-C) e a criação de um Livro autônomo de Direito Civil Digital, que trata, entre outros temas, do patrimônio digital *post mortem*, da memorialização de perfis e dos deveres das plataformas (Tartuce, 2024).

O art. 1.791-A projetado estabelece a regra matriz: os bens digitais do falecido de valor economicamente apreciável integram a herança. Seu § 1º define os bens digitais como o patrimônio intangível do falecido, abrangendo senhas, dados financeiros, perfis de redes sociais, contas, arquivos de conversas, vídeos e fotos, pontuações em programas de recompensa e qualquer conteúdo de natureza econômica armazenado em ambiente virtual.

O § 2º, na direção preconizada por Leal (2018), exclui da transmissão hereditária as situações existenciais: os direitos da personalidade sem conteúdo econômico — privacidade, intimidade, imagem, nome, honra e dados pessoais — não comportam, em regra, disposição voluntária, regendo-se pela legislação especial, pela Parte Geral e pelo Livro de Direito Civil Digital. O § 3º, por fim, comina nulidade às cláusulas contratuais que restrinjam os poderes do titular de dispor de seus próprios dados, na esteira do modelo francês das cláusulas reputadas não escritas.

O art. 1.791-B enfrenta o ponto mais delicado: salvo expressa disposição de última vontade e preservado o sigilo das comunicações, as mensagens privadas do falecido não podem ser acessadas pelos herdeiros. Duas válvulas de abertura são previstas: o compartilhamento de senhas em vida, equiparado a disposição negocial ou de última vontade (§ 1º), e a autorização judicial, quando o herdeiro demonstrar interesse próprio, pessoal ou econômico (§ 2º), solução que dialoga com o incidente processual construído pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp nº 2.1 24.424/SP.

Completa o tríptico o art. 1.791-C, de índole procedimental, que impõe ao inventariante e aos herdeiros o dever de comunicar ao juízo do inventário,ou de fazer constar da escritura pública, a existência de bens digitais e a identificação da entidade controladora da plataforma,

atribuindo à escritura e ao formal de partilha a eficácia de título hábil à regularização da titularidade perante os provedores.

No Livro de Direito Civil Digital, o projeto admite que a transmissão do patrimônio digital seja regulada por testamento, distingue o patrimônio digital economicamente "puro" do "híbrido", disciplina a exclusão da conta ou sua conversão em memorial por manifestação do usuário em vida ou dos sucessores, e determina que contas públicas de falecidos sem herdeiros sejam excluídas no prazo de cento e oitenta dias da comprovação do óbito, impedindo a apropriação do acervo pelas plataformas.

Confrontado com os paradigmas estrangeiros, o modelo brasileiro em construção revela filiação híbrida e, em vários pontos, virtuosa. Em primeiro lugar, o PL nº 4/2025 acolhe a distinção estrutural entre o patrimonial e o existencial, recusando tanto a transmissibilidade plena alemã — criticada pela doutrina brasileira majoritária por expor a intimidade do falecido e de terceiros (Leal, 2018; Teixeira; Leal, 2022) — quanto o abstencionismo que entregaria a questão aos termos de serviço.

A regra da intransmissibilidade das mensagens privadas, temperada pela autonomia testamentária e pela via judicial, representa ponderação equilibrada entre o direito de herança (art. 5º, XXX, da Constituição Federal) e a proteção da intimidade (art. 5º, X), harmonizando-se com a garantia de inviolabilidade das comunicações prevista no Marco Civil da Internet.

Em segundo lugar, a nulidade das cláusulas restritivas de disposição — inspirada na solução francesa e confirmada pela jurisprudência alemã e italiana — ataca o problema central identificado em todas as experiências comparadas: a pretensão das plataformas de reger unilateralmente, por contratos de adesão, o destino *post mortem* de acervos que não lhes pertencem.

Em terceiro lugar, o reconhecimento do compartilhamento de senhas em vida como manifestação de vontade juridicamente relevante e a admissão expressa do testamento digital aproximam o projeto do que há de mais avançado no planejamento sucessório contemporâneo, ecoando o valor que a RUFADAA atribui aos instrumentos de disposição do usuário e a experiência espanhola do testamento digital.

O modelo projetado, contudo, não está imune a críticas. A primeira dirige-se à indeterminação do conceito de "valor economicamente apreciável", eleito como critério de transmissibilidade: perfis não monetizados, mas com potencial de monetização, e acervos de valor

afetivo, mas licenciáveis, situam-se em fronteira fluida entre o patrimonial e o existencial. É previsível que a litigiosidade se concentre nessa zona cinzenta, o que recomenda o desenvolvimento de parâmetros objetivos, como a existência de contratos publicitários, receitas efetivamente auferidas ou a inscrição da atividade do perfil em cadastros fiscais.

A segunda crítica é de ordem sistemática. Parte da doutrina aponta que o Livro de Direito Civil Digital incorre em sobreposições com a Lei Geral de Proteção de Dados, o Marco Civil da Internet e o Código de Defesa do Consumidor, com risco de antinomias,preocupação externada em nota pública do Comitê Gestor da Internet no Brasil. Melhor seria concentrar no Código Civil apenas as normas de direito privado estrutural, transmissibilidade, autonomia privada, nulidades , e remeter à legislação especial a regulação dinâmica das plataformas.

A terceira lacuna é operacional. Diferentemente da França, que instituiu o terceiro de confiança certificado pela CNIL e registros de diretivas, e dos Estados Unidos, que conferiram primazia às ferramentas nativas das plataformas, o projeto brasileiro não estrutura mecanismos práticos de execução da vontade digital: não há previsão de registro nacional de diretivas antecipadas sobre dados, de certificação de custodiantes, nem de procedimento extrajudicial simplificado perante os provedores.

Considerando que a maioria dos brasileiros morre sem testamento, seria inovador, e coerente com a tradição notarial do país, atribuir aos tabelionatos de notas a lavratura e o registro centralizado de diretivas digitais, à semelhança do que o notariado italiano já promove por meio de orientações sobre a *eredità digitale*, bem como impor às plataformas que operam no Brasil o dever de oferecer ferramentas de designação de legatário digital em português, com eficácia equiparada à do codicilo.

Por fim, cumpre registrar que a tramitação segue em curso: a Comissão Temporária para a Reforma do Código Civil do Senado realizou dezesseis audiências públicas no primeiro semestre de 2026 e teve seus trabalhos prorrogados até dezembro de 2026. O desenho final da herança digital brasileira ainda está em disputa,e é precisamente por isso que a reflexão acadêmica comparada pode contribuir para o aperfeiçoamento do texto.

5 Considerações finais

A análise desenvolvida evidencia que a herança digital deixou de constituir uma questão meramente excepcional para se tornar um desafio concreto e crescente do direito sucessório contemporâneo. A diversidade dos bens e conteúdos armazenados no ambiente virtual exige soluções capazes de conciliar transmissibilidade patrimonial, autonomia da vontade, privacidade e proteção da memória. À luz dessas premissas, apresentam-se as conclusões finais do estudo.

O presente estudo buscou demonstrar que a herança digital constitui um dos pontos de maior densidade da Reforma do Código Civil, situando-se na confluência entre o direito das sucessões, os direitos da personalidade e a proteção de dados. Da análise empreendida, extraem-se conclusões em três planos.

No plano diagnóstico, verificou-se que o ordenamento brasileiro vigente não oferece resposta adequada ao destino do acervo digital *post mortem*, o que tem gerado decisões judiciais oscilantes e transferido, na prática, o poder decisório às plataformas digitais e a seus termos de adesão. A construção pretoriana do Superior Tribunal de Justiça no REsp nº 2.1 24.424/SP representa avanço notável, mas é paliativo que não substitui a disciplina legislativa.

No plano comparado, constatou-se que os ordenamentos examinados convergem em três pontos: a recusa da autorregulação exclusiva pelas plataformas, a primazia da vontade manifestada em vida pelo titular e o tratamento diferenciado das dimensões patrimonial e existencial do acervo digital. Os modelos alemão, francês, americano, italiano e espanhol oferecem um repertório de soluções testadas de que o legislador brasileiro pode e deve se valer.

No plano propositivo, concluiu-se que o PL nº 4/2025 adota um modelo dualista tecnicamente defensável: transmissibilidade dos bens digitais patrimoniais, intransmissibilidade relativa dos conteúdos existenciais, nulidade das cláusulas restritivas e valorização da autonomia testamentária. Sua efetividade, contudo, dependerá da superação de três déficits: a indeterminação do critério do valor econômico apreciável, as sobreposições com a legislação especial e a ausência de mecanismos operacionais de execução da vontade digital, para o que se sugeriu a criação de um registro notarial de diretivas digitais e a imposição, às plataformas,

do dever de disponibilizar ferramentas de planejamento sucessório com eficácia jurídica reconhecida.

A vida digital não se extingue com a morte biológica; permanece, órfã, nos servidores. Cabe ao direito civil, que sempre soube acompanhar a pessoa do nascimento à morte e para além dela, na tutela de sua memória, assegurar que também no ambiente virtual a dignidade humana, a autonomia da vontade e a solidariedade familiar tenham a última palavra, e não os algoritmos ou os contratos de adesão. A Reforma do Código Civil é a oportunidade histórica de fazê-lo.

Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2002.

BRASIL. *Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014*. Marco Civil da Internet. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

BRASIL. *Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018*. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF: Presidência da República, 2018.

BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei nº 4, de 2025*. Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Brasília, DF: Senado Federal, 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3ª Turma). *Recurso Especial nº 2.1 24.424/SP*. Relatora: Ministra Nancy Andrighi. Brasília, DF: STJ, 2025.

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. *IX Jornada de Direito Civil*: Enunciado nº 687. Brasília, DF: CJF, 2022.

DEUTSCHLAND. Bundesgerichtshof. *Urteil vom 12. Juli 2018 – III ZR 183/17*. Karlsruhe: BGH, 2018.

EDWARDS, Lilian; HARBINJA, Edina. Protecting post-mortem privacy: reconsidering the privacy interests of the deceased in a digital world. *Cardozo Arts & Entertainment Law Journal*, New York, v. 32, n. 1, p. 83-129, 2013.

ESPANHA. *Ley Orgánica 3/2018, de 5 de diciembre*, de Protección de Datos Personales y garantía de los derechos digitales. Madrid: Boletín Oficial del Estado, 2018.

ESPANHA. Tribunal Constitucional. *Sentencia 7/2019, de 17 de enero de 2019*. Madrid: Boletín Oficial del Estado, 2019.

FRANÇA. *Loi nº 2016-1321 du 7 octobre 2016* pour une République numérique. Paris: Journal Officiel de la République Française, 2016.

FRITZ, Karina Nunes. Herança digital: comentário à decisão do TJ/SP sobre o caso do Facebook. *Revista Pensamento Jurídico*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 1-25, 2022.

FUCHS, Angelika. What happens to your social media account when you die? The first German judgments on digital legacy. *ERA Forum*, Trier, v. 22, p. 1-12, 2021.

HARBINJA, Edina. *Digital death, digital assets and post-mortem privacy*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2023.

HARBINJA, Edina. Post-mortem privacy 2.0: theory, law, and technology. *International Review of Law, Computers & Technology*, London, v. 31, n. 1, p. 26-42, 2017.

ITÁLIA. *Decreto Legislativo 30 giugno 2003, n. 196* (Codice in materia di protezione dei dati personali), com as alterações do Decreto Legislativo 10 agosto 2018, n. 101. Roma: Gazzetta Ufficiale, 2018.

LANA, H. A. R. P.; FERREIRA, C. F. . A transferência dos bens digitais após a morte. 1. ed. Belo Horizonte: Editora PUC MINAS, 2023. v. 1. 199 p .

LANA, H. A. R. P.; FERREIRA, C. F. . O direito Patrimonial após o falecimento e os bens digitais. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Expert, 2023. v. 1. 192p .

LANA, H. A. R. P.; SILVA, L. L. . O direito no contexto tecnológico: inteligência artificial e a importância da salvaguarda dos bens digitais. In: Henrique Avelino Lana. (Org.). Inovação jurídica: desafios da atualidade. 1ed.Belo Horizonte: Editora PUC MINAS, 2023, v. 1, p. 90-127.

LANA, H. A. R. P.; SILVA, L. L. . O direito na atualidade: inteligência artificial e a necessária proteção de bens digitais. In: Henrique Avelino Lana. (Org.). Pensamentos Atuais E Práticos Sobre O Direito No Mundo Contemporâneo. 1ed.Minas Gerais - Belo Horizonte: Editora, 2023, v. 1, p. 171-218.

LANA, H. A. R. P.; FERREIRA, C. F. . Desafios e apontamentos jurídicos sobre a herança dos bens digitais. In: LAMOUNIER, Gabriela Maciel; BASTOS, Luciana de Castro; ABRÃO, Renata Lourenço Pereira.

(Org.). Desafios do Direito na contemporaneidade. 1ed.Belo Horizonte: Editora Expert, 2023, v. 5, p. 25-52.

LANA, H. A. R. P.; FERREIRA, C. F. . Cogitações jurídicas oportunas acerca da herança digital perante o ordenamento jurídico brasileiro. In: Lucélina de Sena Alves ; Cassio Augusto Cássio Brant. (Org.). Bens Digitais : Implicações Jurídicas Contemporâneas. 01ed.Belo Horizonte: Editora Arraes, 2023, v. 1, p. 201-222.

LEAL, Livia Teixeira. Internet e morte do usuário: a necessária superação do paradigma da herança digital. *Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil*, Belo Horizonte, v. 16, p. 181-197, abr./jun. 2018.

MENDES, Laura Schertel Ferreira; FRITZ, Karina Nunes. Case report: Corte alemã reconhece a transmissibilidade da herança digital. *Direito Público*, Brasília, v. 15, n. 85, p. 188-211, 2019.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (31ª Câmara de Direito Privado). *Apelação Cível nº 1119688-66.2019.8.26.0100*. Relator: Desembargador Francisco Casconi. São Paulo: TJSP, 2021.

SY, Elizabeth. The Revised Uniform Fiduciary Access to Digital Assets Act: has the law caught up with technology? *Touro Law Review*, Central Islip, v. 33, n. 2, p. 647-677, 2017.

TARTUCE, Flávio. *Direito civil*: direito das sucessões. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. v. 6.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; LEAL, Livia Teixeira (coord.). *Herança digital*: controvérsias e alternativas. 2. ed. Indaiatuba: Editora Foco, 2022.

TEPEDINO, Gustavo; NEVARES, Ana Luiza Maia; MEIRELES, Rose Melo Venceslau. *Fundamentos do direito civil*: direito das sucessões. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. v. 7.

UNIFORM LAW COMMISSION. *Revised Uniform Fiduciary Access to Digital Assets Act* (2015). Chicago: ULC, 2015.

ZAMPIER, Bruno. *Bens digitais*: cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais. 2. ed. Indaiatuba: Editora Foco, 2021.

Capítulo 30

A PROTEÇÃO JURÍDICA DOS SÊNIORS 50+ NO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO: AUTONOMIA, DIGNIDADE E O NOVO OLDER LIVING TREND COMO VETOR DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Sérgio Taldo[1]

1 Introdução

O envelhecimento populacional brasileiro já não pode ser tratado como uma projeção futura - ele é uma realidade presente, demograficamente verificável e juridicamente relevante. O Brasil conta hoje com mais de 34 milhões de brasileiros com 60 anos ou mais, número que deve superar 73 milhões até 2050, segundo projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesse contexto, emerge com força crescente o fenômeno sociológico e econômico denominado NOLT - New Older Living Trend -, expressão que designa uma geração de pessoas maduras que recusa o papel passivo historicamente atribuído à velhice e que reivindica participação plena na vida social, econômica, cultural e política do País.

O Código Civil Brasileiro, promulgado pela Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, estruturou-se sobre três pilares fundamentais: a eticidade, a socialidade e a operabilidade. Esses pilares, conforme magistério de Miguel Reale, seu idealizador, expressam a opção do legislador por uma codificação permeada por valores humanos concretos, aberta à realidade social e capaz de responder às transformações da vida em sociedade. É exatamente essa abertura que permite ao Código Civil ser lido, interpretado e aplicado de forma a acolher as demandas do público Sênior 50+ e NOLT de maneira contemporânea e constitucionalmente adequada.

O presente artigo investiga de que forma os institutos do Código Civil - especialmente aqueles relativos à capacidade civil, à personalidade jurídica, às relações contratuais, ao direito de família, às sucessões e à

responsabilidade civil - podem ser interpretados e aplicados de modo a proteger, promover e ampliar a autonomia e a dignidade dos Sêniors 50+ e NOLTs no Brasil contemporâneo. A tese central que orienta este trabalho é a de que o Código Civil, lido à luz da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei n. 10.741/2003, atualizado pela Lei n. 14.423/2022), oferece um arcabouço jurídico robusto para a proteção dessa população – mas, que esse arcabouço precisa ser invocado, interpretado com criatividade e operacionalizado com compromisso social para que seus efeitos se materializem na vida real dos Sêniors e NOLTs brasileiros.

A metodologia adotada é a pesquisa bibliográfica e doutrinária, com análise de dispositivos legais, precedentes jurisprudenciais e dados empíricos sobre o envelhecimento populacional no Brasil, articulados com a perspectiva prática acumulada pelo Instituto Ctrl+Café - organização de Engenharia de Redes Humanas e NetWeaving Intergeracional sediada em Petrópolis, Cidade Imperial, que desde sua fundação tem desenvolvido projetos, programas e publicações voltados ao público NOLT, com ampla repercussão na Revista Reação, no Jornal da República On-line e no Jornal Última Hora On-line.

2 Desenvolvimento

2.1 Capacidade civil e autonomia do sênior 50+: entre a proteção e o protagonismo

O Código Civil estabelece, em seu artigo 1º, que toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil. A capacidade civil plena é presumida - e não é o envelhecimento, por si mesmo, que a afasta. O Código é explícito ao definir como absolutamente incapazes apenas os menores de 16 anos (artigo 3º, com redação da Lei n. 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência), e como relativamente incapazes, entre outros, os que por causa transitória ou permanente não puderem exprimir sua vontade (artigo 4º, inciso III).

Essa arquitetura legal é fundamental para compreender a posição jurídica do Sênior 50+ no Código Civil: salvo situação clínica específica que afete a capacidade de exprimir a vontade de forma autônoma e consciente, o Sênior é plenamente capaz - capaz de contratar, de testar, de exercer a atividade empresarial, de constituir e dissolver família, de adquirir e alienar

bens, de litigar em juízo. A velhice não é, no Direito Civil brasileiro, uma causa de restrição da capacidade.

Essa premissa - que parece óbvia enunciada em termos abstratos - tem implicações práticas enormes e frequentemente ignoradas. No universo NOLT, estudado pelo Instituto Ctrl+Café, é comum encontrar Sêniors que internalizaram uma percepção de diminuição da própria capacidade jurídica simplesmente em função da idade - seja por influência cultural, por pressão familiar, por abordagens inadequadas de instituições financeiras ou por desinformação jurídica.

A teoria das incapacidades no Direito Civil brasileiro, portanto, quando aplicada ao público Sênior, exige do intérprete uma postura que o professor Paulo Lôbo denomina de "presunção reforçada de capacidade" - quer dizer, na dúvida sobre a capacidade de um idoso para a prática de determinado ato, o princípio que deve orientar o operador do direito é o da preservação da autonomia e da capacidade, e não o contrário. Essa leitura é corroborada pelo artigo 84 do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que afirma que a pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas.

2.2 O instituto da tomada de decisão apoiada: um instrumento a serviço dos NOLTs

Entre as inovações trazidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência ao Código Civil, a mais relevante para o público NOLT é, sem dúvida, a criação do instituto da Tomada de Decisão Apoiada, inserido no artigo 1.783-A do Código Civil. Trata-se de um mecanismo pelo qual a própria pessoa - sem que haja perda da capacidade - designa duas ou mais pessoas de sua confiança para prestar-lhe apoio na tomada de decisões sobre atos da vida civil, fornecendo-lhe os elementos e informações necessários para que possa exercer sua capacidade. É, em síntese, um instituto de proteção sem tutela - que fortalece a autonomia em vez de substituí-la.

Para o público NOLT, a Tomada de Decisão Apoiada representa uma ferramenta de planejamento pessoal extraordinariamente útil. Um Sênior 70+ que deseja manter o controle sobre sua vida patrimonial, seus investimentos, seus contratos e suas relações familiares, mas que reconhece a vantagem de ter apoio qualificado para decisões complexas, pode se beneficiar desse instituto sem abrir mão de nenhum direito. O que a Tomada de Decisão Apoiada faz é exatamente o que o NetWeaving faz

na dimensão social - cria redes de apoio confiáveis que potencializam a capacidade individual sem a substituir.

A jurisprudência brasileira tem avançado na aplicação desse instituto, especialmente em casos envolvendo idosos com comprometimento cognitivo leve - quadro que não afasta a capacidade jurídica, mas que se beneficia de estruturas de apoio formalizadas. É uma leitura que o Instituto Ctrl+Café tem difundido em seus eventos e publicações como parte do Programa NOLT de Letramento Jurídico, conscientizando o público Sênior sobre suas ferramentas legais de proteção.

2.3 Contratos, consumo e a vulnerabilidade agravada do sênior

O Código Civil regula os contratos em geral nos artigos 421 a 853, tendo como princípios orientadores a função social do contrato (artigo 421), a boa-fé objetiva (artigo 422) e o equilíbrio contratual (artigo 478 e seguintes). Esses princípios ganham dimensão especial quando aplicados a contratos celebrados por Sêniors 50+.

A vulnerabilidade contratual do Sênior tem raízes que vão além da simples assimetria informacional que o Código de Defesa do Consumidor reconhece para todos os consumidores. Ela inclui a vulnerabilidade cognitiva - que não implica incapacidade, mas pode implicar maior dificuldade de processamento de informações complexas em situações de pressão; a vulnerabilidade emocional - especialmente em contratos relacionados à saúde, à morte e à proteção familiar; e a vulnerabilidade relacional - decorrente de redes sociais e de apoio muitas vezes reduzidas com o avanço da idade.

O artigo 157 do Código Civil, que trata da lesão como vício do negócio jurídico, é relevante nesse contexto. Configura lesão o negócio jurídico no qual uma pessoa, "sob premente necessidade ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta" (BRASIL, 2002, art. 157). A doutrina mais atualizada e parte da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça têm reconhecido que a situação de vulnerabilidade do idoso pode configurar o elemento subjetivo da lesão mesmo quando não há inexperiência técnica, mas sim vulnerabilidade situacional decorrente da condição etária.

No âmbito das relações contratuais dos Sêniors e NOLTs, merecem atenção os contratos de plano de saúde - objeto de vasta litigiosidade e de jurisprudência consolidada do STJ no sentido de que reajustes por

mudança de faixa etária são admissíveis, mas limitados pela razoabilidade e pela vedação ao abuso do direito -, os contratos de previdência privada complementar, os contratos de alienação fiduciária de imóveis e os contratos de prestação de serviços de cuidado e moradia assistida, segmento que cresce no Brasil em resposta ao envelhecimento populacional.

2.4 Direito de família, planejamento sucessório e o sênior NOLT

O Código Civil regula o direito de família nos artigos 1.511 a 1.783-A e o direito das sucessões nos artigos 1.784 a 2.027. Para o público Sênior 50+ e NOLT, esses dois ramos do Código Civil são de relevância cotidiana e prática imediata - e mal compreendidos ou mal utilizados.

No direito de família, o artigo 1.641, inciso II, do Código Civil impõe o regime de separação obrigatória de bens para o casamento de pessoa com 70 anos ou mais. Esse dispositivo é visto por parcela expressiva da doutrina como inconstitucional por ferir a dignidade da pessoa humana e a autonomia da vontade do idoso. O argumento é preciso: a lei protege o Sênior de sua própria vontade, presumindo que ele não tem capacidade de discernimento suficiente para escolher livremente o regime de bens de seu casamento. Essa presunção é, no mínimo, discutível à luz do marco legal da diversidade e da autonomia que a Constituição Federal e o Estatuto da Pessoa Idosa preconizam.

O planejamento sucessório é o campo em que a vulnerabilidade jurídica dos Sêniors e NOLTs se manifesta com mais frequência e com consequências mais graves. O Código Civil brasileiro estabelece um sistema de herança que combina liberdade de testar - limitada à metade disponível pela quota dos herdeiros necessários (artigos 1.845 e 1.846) - com regras de proteção dos herdeiros necessários (descendentes, ascendentes e cônjuge) que frequentemente frustram as intenções do testador Sênior.

Instrumentos como o testamento (artigos 1.857 a 1.990), a doação com usufruto vitalício (artigos 538 a 564, combinados com os artigos 1.390 a 1.406), a partilha em vida (artigo 2.018) e a constituição de holdings familiares - estrutura societária amplamente utilizada com base nos artigos 981 e seguintes do Código Civil - são ferramentas de planejamento sucessório que permitem ao Sênior NOLT organizar a transmissão de seu patrimônio de forma eficiente, economicamente vantajosa e alinhada com seus valores e intenções.

O Instituto Ctrl+Café tem observado, em sua prática de NetWeaving com o público NOLT, que a desinformação sobre planejamento sucessório é um dos maiores geradores de conflito familiar, de perda patrimonial e de sofrimento emocional entre Sêniors. Difundir o conhecimento desses instrumentos jurídicos - de forma acessível, não intimidadora e contextualizada na realidade de vida do Sênior - é uma das mais relevantes contribuições que o Direito Civil pode dar a essa população.

2.5 Responsabilidade civil e a proteção integral do sênior

O Código Civil estabelece no artigo 186 que aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. O artigo 927 determina a obrigação de reparar o dano causado por ato ilícito. Esses dispositivos, articulados com o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, formam a base da responsabilidade civil aplicada às violações de direitos dos Sêniors.

A responsabilidade civil no contexto do público Sênior se manifesta em ao menos três dimensões que merecem tratamento específico. A primeira é a responsabilidade por abandono afetivo do idoso - tema sobre o qual o Superior Tribunal de Justiça tem construído uma jurisprudência gradualmente mais receptiva ao reconhecimento do dano moral decorrente do abandono afetivo de ascendentes idosos por seus filhos. A segunda dimensão é a responsabilidade civil de instituições financeiras por danos causados a idosos em razão de produtos inadequados ao seu perfil de risco, de golpes fraudulentos facilitados por falhas de segurança ou de práticas abusivas de crédito. A terceira dimensão é a responsabilidade civil por violação do direito à imagem, à honra e à privacidade do Sênior no ambiente digital - tema emergente e ainda pouco explorado pela doutrina civilista, mas de crescente relevância prática numa sociedade em que Sêniors e NOLTs são consumidores crescentes de tecnologia e alvos frequentes de desinformação e de uso indevido de dados pessoais.

2.6 O Novo Código Civil em tramitação e as oportunidades para o público NOLT

O Projeto de Lei n. 1.847/2021, que propõe a revisão ampla do Código Civil de 2002, foi elaborado por comissão de juristas sob a

presidência do Ministro Luis Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça, e contempla avanços significativos em diversas áreas. No que concerne ao público Sênior, destacam-se as propostas de revisão da capacidade civil, de ampliação dos instrumentos de planejamento sucessório, de regulação das relações de cuidado e dependência e de tutela da personalidade digital.

A perspectiva do Instituto Ctrl+Café e do movimento NOLT para o Novo Código Civil pode ser sintetizada em cinco proposições fundamentais. Primeiro, a revogação ou a releitura constitucional do artigo 1.641, inciso II, para eliminar a restrição automática à liberdade de escolha do regime de bens baseada apenas na idade. Segundo, a criação de um microssistema de proteção contratual específico para Sêniors em situação de vulnerabilidade agravada, especialmente em contratos de saúde, moradia, serviços financeiros e cuidado pessoal. Terceiro, a regulação expressa das relações de cuidado remunerado de longa duração - os chamados contratos de cuidado - que hoje se encontram num vácuo jurídico entre o direito civil, o direito trabalhista e o direito assistencial. Quarto, a ampliação das hipóteses de indignidade sucessória para incluir o abandono afetivo grave e documentado do ascendente idoso, conferindo respaldo legal à tendência jurisprudencial que se esboça no STJ. Quinto, a criação de um direito civil digital específico para idosos, que reconheça a vulnerabilidade digital dos Sêniors como categoria juridicamente relevante e que estabeleça deveres especiais de transparência, segurança e facilitação de acesso às empresas que prestam serviços digitais a esse público.

Essas cinco proposições não são apenas tecnicamente defensáveis - são social e eticamente urgentes. O Brasil que envelhece precisa de um Código Civil que envelheça com ele - um Código capaz de reconhecer no Sênior de 2040 não um objeto de proteção paternalista, mas um sujeito de direitos plenos, autônomo, ativo e merecedor da mesma dignidade jurídica que o Código hoje assegura, ao menos formalmente, a todos os cidadãos.

3 Considerações finais

O Código Civil Brasileiro de 2002, em sua estrutura atual, oferece ao público Sênior 50+ e NOLT um conjunto robusto de instrumentos jurídicos de proteção, promoção da autonomia e reparação de danos – mas, esse arsenal permanece, em grande medida, subutilizado por desinformação, por abordagens paternalistas que confundem proteção com tutela, e pela

ausência de uma cultura jurídica que valorize a experiência, a sabedoria e a capacidade decisória dos Sêniors.

A leitura do Código Civil à luz dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da igualdade substantiva e da solidariedade social - articulada com o Estatuto da Pessoa Idosa e com as demandas emergentes do movimento NOLT - revela um horizonte de possibilidades que o intérprete criativo e comprometido com a justiça social tem o dever de explorar. Questões como a presunção reforçada de capacidade, a Tomada de Decisão Apoiada como instrumento de empoderamento, a revisão da separação obrigatória de bens, a ampliação da responsabilidade civil por abandono afetivo e a regulação das relações de cuidado são pontos de convergência entre a dogmática civilista e as necessidades reais de uma população que representa 38% do eleitorado brasileiro e mais de R$ 1,2 trilhão em poder de compra anual.

O Novo Código Civil em tramitação representa uma oportunidade histórica para que o legislador incorpore essas demandas de forma expressa, sistemática e tecnicamente qualificada - transformando o que hoje é conquista jurisprudencial e doutrinária em segurança jurídica positivada, acessível e efetiva para os milhões de Sêniors e NOLTs que constroem, todos os dias, um Brasil mais experiente, mais ativo e mais digno.

A Cidade Imperial de Petrópolis - laboratório vivo do Instituto Ctrl+Café para os projetos NOLT - é, nesse contexto, símbolo de uma visão de país que respeita sua história, valoriza sua maturidade e aposta corajosamente no potencial de quem tem mais de 50 anos para liderar as transformações que o Brasil precisa. O Código Civil, quando lido com esse espírito, é muito mais do que um conjunto de normas sobre contratos e família - é a gramática jurídica da vida em sociedade, e os Sêniors e NOLTs têm toda a razão de reivindicar sua condição de protagonistas nessa gramática.

Referências

BRASIL. *Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Brasília: Diário Oficial da União, 2002.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Assembleia Nacional Constituinte, 1988.

BRASIL. *Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003*. Dispõe sobre o Estatu-

to do Idoso. Brasília: Diário Oficial da União, 2003.

BRASIL. *Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Diário Oficial da União, 2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial n. 1.395.768/MG*. Rel. Min. Nancy Andrighi. Brasília: STJ, 2014.

IBGE. *Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024.

LÔBO, Paulo. *Direito Civil: Parte Geral*. 12. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2023.

REALE, Miguel. Visão Geral do Projeto de Código Civil. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 752, p. 22-30, 1998.

ROSENVALD, Nelson; FARIAS, Cristiano Chaves de. *Curso de Direito Civil: Parte Geral e LINDB*. 20. ed. Salvador: JusPodivm, 2022.

TARTUCE, Flávio. *Direito Civil: Lei de Introdução e Parte Geral*. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

TEPEDINO, Gustavo; BARBOZA, Heloisa Helena; MORAES, Maria Celina Bodin de. *Código Civil Interpretado conforme a Constituição da República*. Rio de Janeiro: Renovar, 2021.

TALDO, Sérgio. Sêniors 50+ e NOLTs na Arena Política e Econômica Brasileira: A Oportunidade Estratégica de 2026. Petrópolis: Instituto Ctrl+Café, 2026. Publicado no *Jornal da República On-line* e no *Jornal Última Hora On-line*.

TALDO, Sérgio. Unir Neurociência e NetWeaving para Projetos de Sêniors 50+/60+. Petrópolis: Instituto Ctrl+Café, 2026. Publicado no *Jornal da República On-line*.

[1] Fundador e Diretor do Instituto Ctrl+Café - Engenharia de Redes Humanas e NetWeaving Intergeracional. Escritor, colunista e pesquisador das temáticas Sênior 50+, NOLT - New Older Living Trend, Economia da Longevidade e Empreendedorismo Sênior. Colaborador da Revista Reação, Agenda News Petrópolis, Jornal da República On-line e Jornal Última Hora On-line. Petrópolis - Cidade Imperial, Rio de Janeiro, Brasil. Web: https://www.ctrlmaiscafe.com.br. E-mail: sergiotaldo@ctrlmaiscafe.com.br

Capítulo 31

OUTPUTS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA COMO BENS DIGITAIS: NATUREZA JURÍDICA E CRITÉRIOS DE TITULARIDADE NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO

Nathaly Silva Carvalho[1]
Anamaria Sousa Silva[2]
Ana Maria de Melo e Alvim Aguiar[3]

1 Introdução

Este estudo situa-se no espaço aberto pelo Projeto de Lei nº 4/2025 (Brasil, 2025a), oriundo do anteprojeto elaborado pela Comissão de Juristas presidida pelo Ministro Luis Felipe Salomão e atualmente em tramitação na Comissão Temporária do Senado Federal (Brasil, 2025a). A proposta contempla, de forma inédita, a inserção de um Livro autônomo de Direito Civil Digital no Código Civil de 2002, no qual os bens digitais passam a ser expressamente reconhecidos como possíveis integrantes do patrimônio de seu titular. Por se tratar de projeto de lei ainda em tramitação, suas disposições não constituem direito vigente, mas oferecem importante referência prospectiva para a reconstrução dogmática das categorias civilistas diante dos ativos digitais. Pensada originalmente para o contexto da herança digital, essa inovação amplia o próprio conceito de bem jurídico e projeta, sem resolvê-la, uma pergunta hoje incontornável: qual o tratamento jurídico-civil devido aos bens produzidos por sistemas de inteligência artificial (IA) generativa?

1 Graduanda em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Estagiária da Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Direito e Transdisciplinaridade (GDIT) da UFMA.

2 Doutorado em Direito - Cooperação Internacional/Universidade de Nagoya. Mestrado em Direito - Cooperação Internacional/Universidade de Nagoya. Graduação em Direito/UFMA. E-mail: silva.anamaria@ufma.br.

3 Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Maranhão. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Direito e Transdisciplinaridade (GDIT) da UFMA.

A propagação de modelos de linguagem e de modelos de difusão capazes de produzir texto, imagem, som e código a partir de comandos em linguagem natural (*prompts*) expôs, na prática, a insuficiência da premissa sobre a qual se estrutura o sistema brasileiro de direitos autorais: a de que autoria e criação intelectual pressupõem personalidade humana (art. 11 da Lei nº 9.610/1998, c/c art. 5º, incisos XXVII e XXVIII, da Constituição Federal de 1988). Diante de *outputs* sem autor humano identificável, ou cuja autoria humana é apenas mediada por um sistema técnico autônomo, o Direito Civil carece de critérios dogmáticos consolidados.

Devido à amplitude do tema, que tangencia, além da titularidade dos *outputs*, questões de dados de treinamento, responsabilidade civil e direito comparado, este trabalho tem uma delimitação proposital. Seu problema central não é o regime autoral da inteligência artificial generativa em toda a sua extensão, tampouco a responsabilização pelo uso de obras protegidas no treinamento dos modelos, mas especificamente a natureza jurídica e a titularidade dos *outputs* de IA generativa como bens digitais no Direito Civil brasileiro. A autoria e o direito autoral são abordados como fundamentos argumentativos que permitem delimitar, por contraste, a natureza jurídica dos *outputs* de IA, sem constituírem o objeto central da investigação. Por sua vez, as tensões entre dados de treinamento e direitos de personalidade, tratadas no projeto de lei original como hipótese autônoma, são apenas sinalizadas neste estudo, reservando-se o aprofundamento que a temática exige a trabalho posterior das autoras.

A investigação assume caráter predominantemente propositivo. Não se pretende afirmar que o ordenamento brasileiro vigente já reconheça aos outputs autônomos de IA um direito de propriedade ou de exploração exclusiva, mas examinar em que medida a categoria dos bens digitais pode oferecer fundamento para sua qualificação patrimonial e quais limites devem ser observados na eventual construção legislativa de um regime de titularidade.

2 Bens digitais e a ampliação do conceito de bem jurídico na atualização do Código Civil

Bem jurídico, na tradição civilista, é a coisa dotada de valor econômico ou moral apta a constituir objeto de relações jurídicas (Barbosa, 2013). Trata-se de categoria historicamente vinculada à materialidade e à escassez, cuja releitura contemporânea vem sendo imposta pela patrimonialização

de ativos intangíveis, tais como dados, criptoativos, perfis em redes sociais e arquivos armazenados em ambiente virtual, que não se deixam capturar pelas classificações tradicionais dos arts. 79 e seguintes do Código Civil de 2002 (Brasil, 2002). É esse mesmo movimento de releitura das categorias civilistas diante da inteligência artificial que a ampla revisão coordenada por Tepedino e Silva (2020) documenta em diferentes esferas do Direito Civil, da responsabilidade à titularidade de bens.

É nesse contexto que o PL nº 4/2025 propõe a criação de um Livro de Direito Civil Digital, reconhecendo os bens digitais como integrantes do patrimônio do titular (Brasil, 2025a). Importa, porém, precisar o alcance dessa previsão: o projeto define o patrimônio digital e assegura a bens dessa natureza, como herança digital, moedas eletrônicas, perfis em redes sociais, dados e arquivos armazenados em ambiente virtual, a condição de objeto de relações patrimoniais, mas não atribui, de forma automática, propriedade ou exclusividade sobre todo e qualquer bem que se enquadre nessa categoria.

Impõe-se, assim, distinguir duas noções que a doutrina não pode tratar como sinônimas: a de "ativo digital economicamente explorável", categoria ampla que descreve a aptidão de um bem para circular e gerar valor, e a de "direito exclusivo oponível a terceiros", categoria estrita que pressupõe um título jurídico específico apto a excluir terceiros do gozo e da disposição do bem. Ter valor econômico ou ser suscetível de constituir objeto de relação jurídica é condição necessária, mas não suficiente, para a atribuição de propriedade exclusiva: nem todo ativo digital é, por essa razão, objeto de um direito exclusivo.

É essa insuficiência que impõe, no que toca aos *outputs* de IA generativa, exame mais cuidadoso do fundamento, do conteúdo e dos limites do direito patrimonial que se pretende reconhecer. O fundamento não pode ser buscado na lógica de proteção da personalidade que informa o direito de autor, uma vez que, ausente autoria humana no sentido da Lei nº 9.610/1998, não há criação protegida, mas sim nas regras do Direito Civil geral sobre aquisição da propriedade e sobre a apropriação de bens produzidos por meio de processos técnicos. O conteúdo desse direito, por sua vez, não pode ser presumido equivalente ao conjunto de faculdades que compõe a propriedade plena (uso, gozo e disposição, com oponibilidade erga omnes); é preciso indagar se o que se reconhece ao usuário é propriedade sobre o *output*, mera posse ou controle de fato sobre o arquivo gerado, um crédito exigível perante o provedor da ferramenta,

ou apenas uma faculdade de exploração de origem contratual, delimitada pelos termos de uso da plataforma. E os limites desse direito devem ser igualmente enunciados. A apropriação, a individualização, a incorporação a um acervo e a exploração econômica podem contribuir para identificar o controle exercido sobre o arquivo e as relações patrimoniais que o envolvem. Esses fatos, contudo, não instituem, por si sós, exclusividade oponível a terceiros, cuja existência depende de fundamento normativo específico.

Essa distinção é especialmente importante porque o reconhecimento de determinado conteúdo como bem jurídico não implica, por si só, a criação de um novo direito real ou intelectual. A oponibilidade *erga omnes* exige fundamento normativo próprio, não podendo ser extraída exclusivamente do valor econômico, da apropriação fática ou do esforço empregado na obtenção do resultado.

Nesse sentido, a ampliação conceitual proposta pelo PL nº 4/2025, ao desvincular a noção de bem jurídico da exigência de autoria protegida, não implica atribuir automaticamente a todo *output* de IA generativa um regime de propriedade exclusiva. Abre, isto sim, caminho para que produtos técnicos, ainda que não qualificáveis como obra na acepção da Lei nº 9.610/1998, sejam tratados como bens digitais sui generis, categoria assim qualificada precisamente porque não se explica nem pela lógica proprietária clássica, que pressupõe corpus e escassez natural, nem pela lógica autoral, que pressupõe personalidade e originalidade, reclamando regime próprio a ser construído a partir das regras gerais de aquisição da propriedade. O conteúdo concreto desse regime, seja ele de propriedade, posse, controle, crédito ou mera faculdade contratual de exploração, dependerá das circunstâncias de geração, apropriação e exploração de cada *output*.

Wachowicz (2022) destaca que a inteligência artificial impõe à propriedade intelectual desafios que extrapolam a moldura tradicional da autoria, exigindo categorias novas ou, ao menos, a releitura crítica das existentes. É essa releitura que o presente trabalho propõe: não a subsunção forçada dos *outputs* de IA generativa ao regime autoral, tampouco a presunção apressada de um direito de propriedade exclusiva sobre todo produto técnico gerado por sistemas de IA, mas o exame do fundamento, do conteúdo e dos limites de um regime patrimonial sui generis, cuja titularidade, quando configurada, decorrerá de critérios próprios do Direito

Civil geral, notadamente das regras sobre aquisição da propriedade, e não da lógica de proteção da personalidade que informa o direito de autor.

À luz do exposto, convém situar com precisão as três teses que a doutrina e a experiência comparada sugerem para os *outputs* de IA generativa: a de que constituem bem digital sujeito a propriedade plena; a de que constituem ativo digital explorável, sem exclusividade oponível a terceiros; e a de que são objeto de mero controle fático ou de faculdade contratual. Como se demonstrará adiante, a contribuição humana original e identificável atrai o direito autoral sobre a parcela correspondente; a contribuição econômica relevante, sem originalidade, qualifica o *output* como bem ou ativo digital sob controle do usuário, com exploração disciplinada contratualmente; e o *output* autônomo, sem contribuição humana relevante, tem seu regime definido primordialmente pelo contrato e pelo controle fático, permanecendo a exclusividade *erga omnes* dependente de previsão legislativa específica.

3 Autoria e criação intelectual: pressupostos civilistas e o desafio da ia generativa

A Lei nº 9.610/1998 (LDA) estrutura o direito de autor em torno da pessoa natural criadora da obra, vinculando a proteção autoral aos direitos de personalidade (art. 24 da LDA) e pressupondo, como já frisado, a subjetividade humana como condição de possibilidade da criação intelectual tutelável. Essa vinculação não é incidental: Ascensão (2007) demonstra que a função social do direito de autor, equilibrar o interesse do criador com o interesse da coletividade no acesso aos bens culturais, só se sustenta porque há, na origem da obra, uma escolha pessoal, um ato de vontade imputável a um sujeito de direitos. Carboni (2008) reforça essa leitura ao situar a autoria como pressuposto, e não como consequência, da proteção autoral; e Schwartz e Souza (2020), ao investigarem diretamente a pergunta sobre quem seria o autor de obra gerada por máquina, concluem que o sistema brasileiro, tal como hoje estruturado, não comporta resposta afirmativa a essa indagação.

A experiência norte-americana oferece, nesse ponto, um parâmetro comparativo particularmente esclarecedor. Em Thaler v. Perlmutter, o requerente pleiteou o registro autoral de uma imagem gerada integralmente por sistema de IA, sem qualquer contribuição criativa humana. A Corte de Apelações do Circuito de Columbia, em decisão de 18 de março de 2025,

afirmou que a autoria humana constitui exigência "as a matter of statutory law" para a proteção autoral (Thaler v. Perlmutter, 2025), fundamentando-se em interpretação sistemática do *Copyright Act*, as regras de titularidade pressupõem personalidade jurídica; o prazo de proteção vincula-se à vida do autor; os direitos de sucessão pressupõem herdeiros, dos quais uma máquina não dispõe. A Suprema Corte dos Estados Unidos negou, em 2 de março de 2026, o *certiorari* requerido contra essa decisão, tornando-a definitiva no âmbito federal (Estados Unidos, 2026). O precedente confirma, por via judicial, o que o *United States Copyright Office* já vinha sustentando em seus relatórios sobre direitos autorais e inteligência artificial: obras geradas de forma inteiramente autônoma por sistemas de IA, sem contribuição humana criativa suficiente, não são *copyrightable*; já obras que incorporam material gerado por IA podem ser protegidas na medida da contribuição humana identificável (United States Copyright Office, 2025a).

Transpondo esse raciocínio para o ordenamento brasileiro, conclui-se que os sistemas de IA generativa, por não possuírem personalidade jurídica, não podem ser reconhecidos como autores em sentido próprio, embora os resultados de sua atuação técnica possam, sob determinadas condições, assumir relevância patrimonial. A impossibilidade de atribuir autoria à máquina não torna, portanto, o *output* juridicamente irrelevante, mas exige que sua tutela seja fundamentada em categoria civil distinta da autoria. É nesse contexto que se insere a proposta, desenvolvida na seção seguinte, de qualificar determinados *outputs* como bens digitais submetidos a critérios próprios de atribuição patrimonial.

4 A qualificação patrimonial dos outputs: entre autoria, controle fático e exploração contratual

Estabelecida a premissa de que a autoria, no sentido da Lei nº 9.610/1998, não pode ser atribuída à máquina, então, a quem pertence o *output*? A resposta exige, primordialmente, uma distinção operacional entre dois graus de intervenção humana no processo generativo.

Na primeira hipótese, a chamada obra assistida por IA, a contribuição humana é substancial e identificável. Cabe esclarecer, contudo, que a mera formulação de *prompts*, ainda que detalhada, normalmente não basta para atrair a tutela autoral; é necessário identificar o efetivo controle humano sobre os elementos expressivos, o que se verifica na seleção, organização ou modificação criativa do resultado produzido pelo sistema. Nessa hipótese,

o grau de ingerência criativa do usuário pode, a depender do caso concreto, satisfazer os requisitos de originalidade exigidos pela LDA, ensejando direitos autorais na pessoa do usuário sobre a parcela correspondente à sua intervenção. Essa é a diretriz adotada pelo próprio *United States Copyright Office* (2025a), que, embora admita a proteção da contribuição humana identificável e afaste qualquer vedação genérica a obras com elementos de IA, assevera expressamente que a simples apresentação de comandos (*prompts*) é insuficiente para configurar autoria.

Na segunda hipótese, quando o produto é gerado autonomamente por IA, a intervenção humana limita-se a comandos genéricos, insuficientes para configurar contribuição criativa relevante; o resultado tende, nesse caso, a não preencher os requisitos de originalidade da Lei nº 9.610/1998. É precisamente nessa segunda hipótese que se evidencia a insuficiência do arcabouço autoral e justifica o recurso à categoria dos bens digitais. Não conferir aos *outputs* o estatuto de obra protegida não equivale a negar-lhes relevância jurídico-patrimonial: dotados de valor econômico, negociados em mercados de conteúdo digital, incorporados a produtos comerciais, esses *outputs* preenchem os requisitos da noção civilista de bem jurídico (Barbosa, 2013) e encontram, na ampliação conceitual proposta pelo PL nº 4/2025, referência legislativa prospectiva para seu possível reconhecimento como bens digitais integrantes do patrimônio de seu titular.

A pergunta desloca-se, então, para o critério de atribuição dessa titularidade. Três situações concorrem na doutrina e na experiência comparada: a titularidade do desenvolvedor do modelo, a do usuário, *prompter,* ou um regime de domínio comum. O reconhecimento automático da titularidade do desenvolvedor desconsideraria, assim, o papel ativo do usuário na definição do resultado específico e poderia desestimular o uso qualificado desses sistemas. Por outro lado, a atribuição genérica do *output* ao domínio comum ignoraria situações, cada vez mais frequentes nos setores criativo, publicitário e editorial, em que a curadoria humana é determinante para a constituição do valor econômico do resultado.

Nesse contexto, o modelo britânico oferece contribuição relevante: a *Section 9(3)* do *Copyright, Designs and Patents Act* de 1988 atribui a autoria das obras geradas por computador à pessoa responsável pelos arranjos necessários à sua criação (Reino Unido, 1988). Embora não possa ser transposta de maneira automática para o ordenamento brasileiro, essa solução fornece importante referência estrutural para o critério de atribuição defendido neste capítulo.

Desse modo, defende-se que a medida mais consistente com o sistema do Direito Civil brasileiro não é a extensão analógica do regime autoral, que permaneceria estruturalmente incompatível com a ausência de personalidade do sistema gerador, como reafirma Thaler v. Perlmutter (2025), mas o recurso às regras gerais de aquisição da propriedade. Destaca-se, assim, que a lógica da especificação pode oferecer apenas um parâmetro valorativo para a construção de futuro regime jurídico dos outputs de IA, sobretudo por valorizar a contribuição humana dirigida à produção de nova utilidade econômica.

Não se trata, contudo, de aplicação direta ou analógica suficiente do art. 1.269 do Código Civil, pois o instituto pressupõe matéria-prima individualizável, transformação de coisa móvel e conflito entre sujeitos vinculados à matéria e à nova espécie, elementos que não se reproduzem integralmente no ambiente generativo. A especificação funciona, portanto, como referência dogmática para uma proposta legislativa, mas não como fundamento autônomo, no direito vigente, de exclusividade oponível a terceiros.

Contudo, é imperioso reconhecer os limites estruturais dessa analogia. O instituto da especificação, historicamente delineado para o mundo físico, pressupõe a existência de coisa móvel e de matéria-prima individualizável, operando sob as balizas da transformação material e da reversibilidade (ou irreversibilidade) da nova espécie ao seu estado anterior. No ambiente da IA generativa, essa transposição encontra obstáculos: a "matéria-prima" dilui-se em vastos repositórios de dados (*datasets*), e a intrínseca cooperação dos arquivos digitais, que permitem replicação infinita sem o esgotamento do recurso original, afasta a premissa de perda da matéria original inerente à lógica física. Logo, o recurso à especificação para a titularidade de bens digitais serve mais como um vetor axiológico, centrado na boa-fé do usuário e na valorização do esforço humano dirigido a criar nova utilidade, do que como uma subsunção técnica irrestrita.

Por outro lado, quando a intervenção humana for meramente genérica, insuficiente para configurar contribuição relevante, a titularidade e o direito de exploração do *output* tendem a ser objeto de definição contratual entre o desenvolvedor do sistema e o usuário, solução já adotada na prática pelos termos de uso das principais plataformas de IA. Faz-se, todavia, uma ressalva fundamental, posto que o contrato disciplina primordialmente a relação entre as partes. Ou seja, embora o ajuste contratual discipline validamente a relação interna entre a plataforma e

o usuário (autorizando-o a explorar comercialmente o resultado, por exemplo), ele não pode criar, por si só, um direito exclusivo oponível a terceiros sobre o conteúdo gerado, independentemente do controle que o usuário exerça sobre o arquivo.

Essa proposta não está imune a objeções, e é preciso reconhecê-las: a analogia com a especificação pressupõe uma "matéria-prima" que, no caso da IA generativa, é ela própria fruto de um processo de treinamento sobre dados de terceiros, tensão que não se ignora e que será melhor analisada na seção 6.

5 Parâmetros comparados: Estados Unidos, União Europeia e Reino Unido

O direito comparado é aqui utilizado com finalidade estritamente instrumental: fornecer, por aproximação e contraste, elementos para a construção de critérios adequados ao ordenamento brasileiro, sem implicar a incorporação acrítica de soluções estrangeiras. Essa cautela também é evidenciada, em perspectiva global, pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual ao mapear as tensões entre autoria, incentivo à inovação e proteção de dados de treinamento suscitadas pela IA (WIPO, 2020).

A experiência norte-americana, consolidada em *Thaler v. Perlmutter* (2025) e nos relatórios do *United States Copyright Office* (2025a, 2025b), reafirma a autoria humana como requisito da proteção autoral, mas não oferece resposta específica para a titularidade patrimonial dos *outputs* não protegidos pelo direito de autor. É essa lacuna que o capítulo procura enfrentar no contexto brasileiro, por meio da categoria dos bens digitais.

O Reino Unido, por sua vez, adota solução distinta na *Section 9(3) do Copyright, Designs and Patents Act* de 1988, ao atribuir a autoria da obra gerada por computador à pessoa responsável pelos arranjos necessários à sua criação (Reino Unido, 1988). Com as ressalvas anteriormente apresentadas, o modelo britânico fornece referência para o critério de atribuição fundado na relevância da contribuição humana defendido neste trabalho.

A União Europeia, por sua vez, não regula diretamente a titularidade de *outputs* de IA generativa. O Regulamento (UE) 2024/1689 (*AI Act*) estrutura-se como diploma de governança de risco, e não como estatuto autoral: suas vedações a práticas de IA consideradas inaceitáveis vigoram desde fevereiro de 2025, as obrigações de transparência e governança

aplicáveis aos modelos de propósito geral tornaram-se exigíveis em 2 de agosto de 2025, enquanto os deveres de identificação e transparência relativos aos conteúdos gerados por IA, relevantes por contribuírem indiretamente para a rastreabilidade de sua origem, passaram a vigorar em 2 de agosto de 2026 (Comissão Europeia, 2026). A Resolução do Parlamento Europeu de 20 de outubro de 2020 sobre direitos de propriedade intelectual para o desenvolvimento de tecnologias de IA já sinalizava, anos antes, a necessidade de distinguir entre criações assistidas por IA e criações autônomas para fins de titularidade (European Parliament, 2020), linha que o *AI Act*, focado em governança e segurança, não chegou a desenvolver no plano autoral ou proprietário.

Ao se comparar essas três experiências, chega-se a uma conclusão negativa relevante: nenhuma delas oferece, isoladamente, solução transponível para o problema da titularidade civil dos *outputs* de IA generativa no Brasil. A utilidade dessas experiências consiste em fornecer, por aproximação e contraste, elementos estruturais para análise: a exigência de autoria humana nos Estados Unidos, a atribuição fundada na contribuição organizadora no Reino Unido e a ausência de disciplina proprietária mesmo em diplomas abrangentes de governança da União Europeia. Esses elementos permitem situar com maior precisão a proposta para o Direito Civil brasileiro.

6 Dados de treinamento e direitos dos titulares originais: uma delimitação necessária

O problema da titularidade dos *outputs* não esgota as tensões civis suscitadas pela IA generativa. Anterior a ele, no próprio ciclo de desenvolvimento dos modelos, situa-se o uso de obras e dados protegidos no treinamento desses sistemas, que projeta possível violação a direitos autorais e de personalidade dos titulares originais. Impõe-se, desde logo, a ressalva de que a qualificação do *output* como bem digital não afasta eventuais direitos de terceiros sobre os materiais preexistentes empregados no treinamento.

A ausência de consentimento ou o não enquadramento em hipótese legal de uso legítimo não permite, por si só, concluir pela violação a direitos autorais. A resposta varia conforme a natureza do ato de reprodução envolvido no treinamento, a origem e a licitude dos dados utilizados, a finalidade do uso e o enquadramento, ou a ausência dele, nas limitações

e exceções dos arts. 46 a 48 da LDA. É nesse quadro de indeterminação que se posiciona Bonfioli (2026), ao afastar a aplicabilidade, no Brasil, de doutrinas de uso justo (*fair use*) estranhas ao sistema fechado de limitações da lei brasileira, argumento que reforça, sem resolver isoladamente, a tendência à ilicitude nas hipóteses de reprodução integral e apropriação comercial não autorizada, tendência também sinalizada pelo United States Copyright Office (2025b) quanto à cópia integral de acervos protegidos para curadoria de dados de treinamento.

Não por acaso, o Projeto de Lei nº 2.3 38/2023, já aprovado pelo Plenário do Senado Federal e remetido à Câmara dos Deputados, onde segue em tramitação perante Comissão Especial (BRASIL, 2025b), avança ao prever deveres de transparência, direito de oposição e remuneração compensatória para essa etapa do desenvolvimento da IA, ainda que em aberto os critérios de cálculo dessa compensação. A utilização de dados pessoais acrescenta complexidade própria, exigindo, nos termos da LGPD, base legal adequada e observância da finalidade e necessidade (Bioni, 2021), como ilustra a Nota Técnica nº 39/2024/FIS/ANPD, sobre o plano de conformidade da Meta Platforms Inc. (ANPD, 2024).

Consciente de que o tratamento simultâneo desses eixos comprometeria a profundidade da análise deste trabalho, opta-se por não desenvolver critérios próprios de responsabilização civil ou de licenciamento compulsório para essa etapa do ciclo de desenvolvimento da IA, tema que a doutrina brasileira já começa a sistematizar em sede de responsabilidade civil (Medon, 2022), mas que, por sua extensão e autonomia teórica, constitui agenda de pesquisa própria, a ser desenvolvida em trabalho posterior, articulando o diálogo entre a LDA e a LGPD.

7 Por uma proposta de segurança jurídica: critérios para a qualificação civil dos outputs de ia generativa

Da análise desenvolvida, extraem-se proposições articuladas, oferecidas não como solução definitiva, o que a incipiência da legislação e da jurisprudência brasileiras sobre a matéria desaconselha, mas como parâmetro propositivo e interpretativamente condicionado de segurança jurídica para a qualificação civil dos *outputs* de IA generativa. Ressalva-se, desde logo, que essas proposições não pretendem descrever consequência já consolidada no sistema jurídico brasileiro, mas oferecer critério de

orientação para casos futuros, sujeito à revisão à medida que a legislação e a jurisprudência nacionais amadureçam sobre o tema.

Primeiro, *outputs* puramente gerados por IA, sem contribuição humana criativa identificável, não constituem obra protegida pelo direito de autor brasileiro, dado que a personalidade humana permanece pressuposto constitucional e legal da criação intelectual tutelável (art. 11 da LDA c/c art. 5º, XXVII e XXVIII, CF/1988), conclusão que a experiência de Thaler v. Perlmutter (2025) apenas confirma por via comparada. Pontua-se, contudo, que essa conclusão vale para o *output* considerado em sua geração autônoma pelo sistema, e não afasta a possibilidade de que o resultado final incorpore elementos humanos previamente protegidos, como obras preexistentes utilizadas no *prompt* ou trechos de autoria humana inseridos na composição final, hipótese em que a tutela autoral incide sobre esses elementos identificáveis, independentemente da natureza do *output* tomado em seu conjunto.

Segundo, quando há contribuição humana identificável na formulação do *output*, essa contribuição não recebe tratamento uniforme, devendo-se distinguir três situações conforme sua natureza e intensidade.

Na primeira situação, correspondente à contribuição autoral, a intervenção humana reveste-se de criatividade e originalidade suficientes para caracterizar autoria nos termos da LDA, quando o resultado final incorporar elementos expressivos diretamente criados pelo usuário ou decorrer de seleção, organização ou modificação humana suficientemente criativa, não bastando, em regra, a mera elaboração de prompts, ainda que detalhados. Nessa hipótese, a proteção da contribuição criativa encontra fundamento no direito autoral, atribuindo-se a titularidade da obra ao humano responsável pela contribuição criativa, sem prejuízo da qualificação do resultado como bem digital.

Na segunda situação, correspondente à contribuição econômica sem originalidade, a intervenção humana é relevante e identificável, revelando esforço de curadoria, seleção ou organização do resultado, mas não alcança o patamar de originalidade exigido para a tutela autoral. Nessa hipótese, o *output* pode ser qualificado como ativo ou bem digital suscetível de exploração econômica pelo usuário, ou *prompter*, nos limites estabelecidos pela relação contratual e pelos atos concretos de apropriação e controle. A lógica da especificação, prevista no art. 1.269 do Código Civil, pode funcionar como referência valorativa para futura disciplina legislativa, ao prestigiar a contribuição humana dirigida à criação de nova

utilidade econômica, mas não constitui, no direito vigente, fundamento suficiente para instituir exclusividade oponível *erga omnes*.

Na terceira situação, correspondente ao comando genérico, a intervenção humana é meramente instrumental, insuficiente para configurar contribuição relevante seja de natureza autoral ou econômica. Nessa hipótese, a titularidade do bem digital resultante deve ser objeto de definição contratual entre desenvolvedor e usuário, à falta de critério legal supletivo que hoje ofereça solução unívoca.

Impõe-se, contudo, uma ressalva quanto aos elementos empregados nessa distinção, como a contribuição econômica relevante, a curadoria determinante, o esforço humano, a exploração econômica efetiva, a apropriação e o controle do *output*: tomados isoladamente, não instituem exclusividade oponível *erga omnes*. Sua função é outra, ao permitir identificar a pessoa legitimada perante a plataforma, resolver conflitos contratuais entre usuários, demonstrar precedência na exploração, fundamentar eventual responsabilidade por concorrência desleal, violação de segredo ou quebra contratual, e orientar futura regulamentação legislativa.

É imprescindível, ainda, enfrentar uma objeção relevante à segunda situação descrita: a aplicação analógica das regras de aquisição da propriedade aos bens digitais encontra limites no caráter excludente do uso dos bens materiais, cuja utilização por uma pessoa pode restringir ou impedir o uso simultâneo por outra. Essa característica não se verifica nos *outputs* digitais, que podem ser copiados e utilizados por um número indefinido de pessoas sem comprometer o uso pelo titular original.

A objeção é pertinente, pois o regime da propriedade sobre bens corpóreos não pode ser transposto para bens informacionais sem as necessárias adaptações. A experiência da propriedade intelectual evidencia que a possibilidade de uso simultâneo do bem por diferentes pessoas não impede a instituição de direitos exclusivos. Essa exclusividade, contudo, depende de previsão legislativa específica que estabeleça seu objeto, conteúdo, duração, limites e oponibilidade perante terceiros. Assim, embora os *outputs* de IA possam ter relevância patrimonial e ser qualificados como bens digitais, a atribuição de direitos exclusivos oponíveis *erga omnes* sobre resultados não protegidos pelo direito autoral exige disciplina legal própria.

A analogia proposta, portanto, não é com a propriedade sobre bens corpóreos em sua acepção mais estrita, mas com a categoria mais ampla dos bens incorpóreos e da lógica de exclusividade que já informa o próprio

direito autoral, o que, todavia, não dispensa desenvolvimento teórico mais aprofundado sobre o regime jurídico específico a ser eventualmente conferido a essa modalidade de exclusividade, cuja instituição, como visto, depende de disciplina legislativa própria e excede os limites deste capítulo.

Esses critérios não pretendem transpor para o Direito Civil brasileiro, sem mediação, os modelos estrangeiros examinados. Pretendem, isto sim, valer-se deles como parâmetro de contraste para uma proposta ajustada às categorias dogmáticas nacionais, notadamente à distinção entre bem jurídico e obra protegida, à distinção entre contribuição autoral e contribuição meramente econômica, e às regras gerais de aquisição da propriedade, sem prejuízo da lógica, própria e autônoma, da autoria protegida pela personalidade nas hipóteses em que essa se fizer presente. Logo, sua adoção teria implicações patrimoniais e sucessórias relevantes, na medida em que *outputs* qualificados como bens digitais, e mesmo aqueles qualificados como obra autoral, passariam a integrar o acervo patrimonial do titular para todos os efeitos civis, inclusive sucessórios, tal como já vem sendo cogitado, para hipótese próxima, no debate sobre herança digital (Engelmann; Dias, 2025).

Reconhece-se, por fim, o caráter ainda incipiente da legislação e da jurisprudência brasileiras sobre a matéria, o que impõe cautela na generalização das conclusões aqui alcançadas e reforça o caráter propositivo, interpretativamente condicionado, e não meramente descritivo, deste trabalho.

8 Considerações finais

Este estudo partiu da constatação de que a proposta de atualização do Código Civil brasileiro, ao introduzir, ainda que no contexto da herança digital, a categoria dos bens digitais, abre espaço dogmático inédito para o enfrentamento de um problema que a doutrina autoral brasileira, estruturada sobre a exigência de personalidade humana, não está apta a resolver por si só: a natureza jurídica e a titularidade dos *outputs* de inteligência artificial generativa.

Buscou-se demonstrar que a resposta a esse problema não está na extensão do regime autoral aos sistemas de IA, caminho que a experiência comparada, sobretudo na norte-americana, desaconselha com clareza, mas no recurso às categorias gerais do Direito Civil sobre bens e aquisição da propriedade, tomando a natureza e a intensidade da contribuição humana

como critérios de diferenciação entre tutela autoral, exploração contratual e eventual regime legislativo próprio para os *outputs* não autorais.

No direito vigente, a qualificação do *output* como bem digital pode justificar seu reconhecimento como objeto de relações patrimoniais, mas não produz automaticamente um direito exclusivo oponível a terceiros. A tutela autoral limita-se à contribuição humana original e identificável; fora dessa hipótese, a exploração do resultado depende principalmente do contrato, do controle fático e de outros institutos civis aplicáveis ao caso concreto, permanecendo a criação de exclusividade erga omnes dependente de intervenção legislativa.

Assim, a delimitação adotada deixou deliberadamente em aberto o tratamento aprofundado dos dados de treinamento e de eventual responsabilização civil dos desenvolvedores perante os titulares de obras e dados utilizados nesse processo. Essa delimitação não esvazia o problema, mas reconhece sua autonomia teórica e prática, reservando seu aprofundamento para pesquisa específica a ser desenvolvida posteriormente.

Também não se ignora que os critérios aqui propostos deverão ser revisitados à luz da evolução legislativa em curso, notadamente da tramitação do PL nº 4/2025 e do PL nº 2.3 38/2023, cujos textos finais poderão consolidar, ou afastar, o caminho dogmático aqui defendido. Nos limites deste estudo, buscou-se oferecer parâmetros interpretativos capazes de conferir maior segurança jurídica à qualificação civil dos bens digitais produzidos por sistemas de inteligência artificial generativa, contribuindo para a redução da atual lacuna regulatória existente no Direito brasileiro.

Referências

ANPD. Nota Técnica nº 39/2024/FIS/ANPD. Análise do Plano de Conformidade destinado a regularizar o tratamento de dados pessoais realizado para o treinamento de modelos de Inteligência Artificial Generativa na Meta Platforms Inc. Brasília: Autoridade Nacional de Proteção de Dados, 2024.

ASCENSÃO, José de Oliveira. Direito Autoral. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

BARBOSA, Denis Borges. Tratado da Propriedade Intelectual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

BIONI, Bruno Ricardo. Proteção de dados pessoais: a função e os limites

do consentimento. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

BONFIOLI, Marcos Vieira. Uso de obras protegidas no treinamento de sistemas de inteligência artificial generativa: violação de direitos autorais e perspectivas para o ordenamento jurídico brasileiro. Curitiba: GEDAI/UFPR, 2026. Disponível em: https://gedai.ufpr.br/uso-de-obras-protegidas-no-treinamento-de-sistemas-de-ia-generativa/. Acesso em: 16 ago. 2026.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais. Brasília, DF, 1998.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, DF, 2002.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD). Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei nº 4, de 2025. Reforma o Código Civil (Lei nº 10.406/2002). Autoria: Senador Rodrigo Pacheco. Brasília: Senado Federal, 2025a. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/166998. Acesso em: 16 ago. 2026.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 2.3 38, de 2023. Dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial. Brasília: Câmara dos Deputados, 2025b. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2487262. Acesso em: 1 set. 2026.

BRASIL. Senado Federal. Comissão de Juristas responsável pela revisão e atualização do Código Civil. Anteprojeto de reforma do Código Civil. Brasília: Senado Federal, 2024.

CARBONI, Guilherme. Função social do direito de autor. Curitiba: Juruá, 2008.

COMISSÃO EUROPEIA. Regulatory framework on AI. Bruxelas: European Commission, 2026. Disponível em: https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/policies/regulatory-framework-ai. Acesso em: 16 ago. 2026.

ENGELMANN, Wilson; DIAS, Camila Machado. Ensaio sobre bens digitais, inteligência artificial e a tutela sucessória. Revista JurisFIB, Bauru, v. 16, p. 265-282, jun. 2025.

ESTADOS UNIDOS. Supreme Court of the United States. Order List: 597 U.S. Thaler v. Perlmutter, No. 25-374. Washington, DC, 2 mar. 2026. Disponível em: https://www.supremecourt.gov/orders/courtorders/030226zor_2d8f.pdf. Acesso em: 16 ago. 2026.

EUROPEAN PARLIAMENT. Resolution of 20 October 2020 on intellectual property rights for the development of artificial intelligence technologies (2020/2015(INI)). Strasbourg: European Parliament, 2020.

MEDON, Filipe. Inteligência artificial e responsabilidade civil. 2. ed. Salvador: JusPodivm, 2022.

REINO UNIDO. Copyright, Designs and Patents Act 1988, section 9(3). Londres: HMSO, 1988.

SCHWARTZ, Fabio; SOUZA, Carlos Affonso Pereira de. Inteligência artificial e direito autoral: quem é o autor da obra gerada por máquina? Revista de Direito, Estado e Telecomunicações, v. 12, n. 1, 2020.

TEPEDINO, Gustavo; SILVA, Rodrigo da Guia (Coord.). O Direito Civil na Era da Inteligência Artificial. São Paulo: Thomson Reuters, 2020.

THALER V. PERLMUTTER, No. 23-5233 (D.C. Cir. 2025).

UNIÃO EUROPEIA. Regulamento (UE) 2024/1689 do Parlamento Europeu e do Conselho (AI Act). Bruxelas, 2024.

UNITED STATES COPYRIGHT OFFICE. Copyright and Artificial Intelligence, Part 2: Copyrightability. Washington, DC: Library of Congress, 2025a.

UNITED STATES COPYRIGHT OFFICE. Copyright and Artificial Intelligence, Part 3: Generative AI Training. Washington, DC: Library of Congress, 2025b. Pré-publicação.

WACHOWICZ, Marcos. Propriedade intelectual e inteligência artificial: desafios contemporâneos. Curitiba: GEDAI/UFPR, 2022.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION (WIPO). Revised Issues Paper on Intellectual Property Policy and Artificial Intelligence. Geneva: WIPO, 2020.

Capítulo 32

NAMORO QUALIFICADO NA CONTEMPORANEIDADE: OS LIMITES ENTRE AUTONOMIA AFETIVA E RECONHECIMENTO JURÍDICO DA UNIÃO ESTÁVEL

Juliana Campos de Faria[1]

1 Introdução

As transformações ocorridas nas relações afetivas nas últimas décadas têm provocado relevantes desafios ao Direito de Família, especialmente diante da crescente pluralidade dos modelos de relacionamento e da dificuldade de enquadrá-los em categorias jurídicas tradicionalmente delimitadas. Nesse contexto, ganha destaque o chamado namoro qualificado, expressão utilizada para designar relacionamentos que, embora apresentem elevado grau de estabilidade, publicidade, intimidade e, por vezes, projetos de vida compartilhados, não necessariamente configuram uma união estável nos termos do ordenamento jurídico brasileiro.

A distinção entre namoro qualificado e união estável assume especial importância na atualidade, uma vez que a caracterização desta última produz relevantes efeitos jurídicos, especialmente de natureza patrimonial e sucessória. Ao mesmo tempo, a evolução dos costumes e a crescente autonomia dos indivíduos na construção de seus projetos afetivos tornam insuficientes critérios meramente formais para determinar a natureza de uma relação. A convivência frequente, a existência de viagens e momentos compartilhados, a apresentação social como casal e até mesmo a manutenção de determinados projetos comuns podem estar presentes

1 Advogada tributarista e civilista, Procuradora do Estado de Minas Gerais e Economista.
Graduação em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1988) e graduação em Direito pela Faculdade de Direito da UFMG (2000), com especialização em Direito Penal Econômico Internacional pela Universidade de Coimbra Portugal (2007).
Atua como Consultora Técnica Especial da Presidência da Academia Latino-Americana do Agronegócio - ALAGRO - 2025-2026.

tanto em um namoro quanto em uma união estável, tornando tênues as fronteiras entre essas categorias.

Nesse cenário, surge uma questão central: em que medida a autonomia privada dos indivíduos deve prevalecer diante da necessidade de reconhecimento jurídico de uma entidade familiar? A resposta exige a análise conjunta dos elementos previstos no ordenamento jurídico, da interpretação conferida pelos tribunais e das mudanças sociais que vêm ressignificando as formas de constituição das relações afetivas.

O debate sobre o namoro qualificado, portanto, ultrapassa a simples classificação de um relacionamento. Trata-se de investigar os limites da intervenção do Direito nas relações privadas e de compreender como preservar a liberdade de escolha dos indivíduos sem permitir que a denominação atribuída ao vínculo seja utilizada para afastar, artificialmente, direitos e deveres decorrentes de uma efetiva união estável.

Assim, o presente artigo busca analisar o namoro qualificado sob a perspectiva jurídica e social contemporânea, examinando seus elementos caracterizadores, sua diferenciação em relação à união estável e os principais desafios decorrentes dessa distinção no âmbito do Direito de Família.

2 Fundamentos normativos

O denominado namoro qualificado não constitui categoria jurídica expressamente prevista pelo ordenamento brasileiro. Trata-se de construção doutrinária e jurisprudencial utilizada para designar relacionamentos afetivos sérios, públicos, contínuos e duradouros que, embora possam apresentar diversos elementos exteriores semelhantes aos da união estável, não possuem o requisito essencial desta última: o propósito atual e efetivo de constituir família. Assim, seu fundamento normativo é encontrado, sobretudo, pela via negativa, a partir da disciplina constitucional e legal da união estável. O art. 226, § 3º, da Constituição Federal reconhece a união estável como entidade familiar, enquanto o art. 1.723 do Código Civil estabelece como seus elementos caracterizadores a convivência pública, contínua e duradoura, estabelecida com o objetivo de constituição de família. Dessa forma, quando estão presentes os elementos de convivência, mas ausente a intenção presente de formação de uma entidade familiar, a relação pode ser juridicamente compreendida como namoro qualificado, e não como união estável.

O elemento decisivo, portanto, não é simplesmente a duração do relacionamento, a publicidade da relação, a fidelidade, a existência de relações sexuais, a frequência da convivência ou mesmo a coabitação. O ponto central reside na existência do denominado ***animus familiae***, isto é, na intenção de constituir família que deve estar presente durante a própria convivência. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidou a compreensão de que a mera expectativa de formação de uma família no futuro não se confunde com a constituição atual de uma entidade familiar. No julgamento do REsp 1.454.643/RJ, a Terceira Turma, sob relatoria do Ministro Marco Aurélio Bellizze, assentou que o propósito de constituir família exigido pelo art. 1.723 do Código Civil não pode ser reduzido a uma mera projeção futura, devendo existir efetivo compartilhamento de vidas, acompanhado de apoio moral e material entre os conviventes.

No precedente paradigmático, o STJ reconheceu a existência de namoro qualificado mesmo diante de circunstâncias que poderiam, em uma primeira análise, aproximar a relação da união estável. O casal havia passado a residir conjuntamente no exterior, em razão de circunstâncias relacionadas ao trabalho e aos estudos, posteriormente ficando noivo e se casando. A Corte entendeu que a coabitação, naquele contexto, não demonstrava, por si só, a constituição de uma família, pois não estava comprovada a presença da affectio maritalis. O julgamento estabeleceu, assim, importante premissa: a coabitação não é requisito indispensável da união estável, mas tampouco é suficiente para caracterizá-la. O que importa é verificar se, no período analisado, havia efetivo compartilhamento de vidas e constituição de núcleo familiar.

A jurisprudência posterior do STJ, contudo, demonstra que a análise não pode ser realizada de maneira automática ou mediante fórmulas abstratas. No REsp 1.935.910/SP, julgado em 7 de novembro de 2023, a Terceira Turma reconheceu a existência de união estável no período anterior ao casamento, afastando a classificação daquele relacionamento como namoro qualificado. Naquele caso, foram considerados elementos concretos reveladores de que a relação já apresentava natureza familiar, entre eles manifestações públicas de reconhecimento da companheira como "mulher", a emissão de passaporte diplomático na condição de dependente e declaração formal de existência de união estável. O STJ ressaltou que a qualificação jurídica da relação deve decorrer dos fatos efetivamente comprovados, e não da adoção de uma suposta sequência obrigatória de "namoro, noivado e casamento".

Esse precedente é especialmente relevante porque evidencia que o namoro qualificado não pode ser utilizado como categoria jurídica automática para afastar a união estável sempre que houver noivado ou casamento posterior. A própria Terceira Turma afirmou que a existência de uma suposta "lógica natural da vida" — segundo a qual toda relação necessariamente evoluiria do namoro para o noivado e, posteriormente, para o casamento — não constitui critério jurídico. O que deve ser investigado é se, durante o período controvertido, estavam presentes os requisitos do art. 1.723 do Código Civil. Em outras palavras, o fato de o casal ter posteriormente contraído casamento não impede que se reconheça a existência de união estável em período anterior, desde que demonstrada a constituição de uma entidade familiar naquele intervalo.

A jurisprudência mais recente também reforça a natureza eminentemente casuística e probatória da distinção entre namoro qualificado e união estável.

Em agosto de 2026, no julgamento do REsp 2.2 27.076, a Terceira Turma do STJ manteve, por maioria, a conclusão das instâncias ordinárias de que determinada relação configurava namoro qualificado, apesar da existência de filho em comum, noivado e outros elementos de proximidade entre os envolvidos.

Prevaleceu o voto do Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, acompanhado pelos Ministros Humberto Martins e Moura Ribeiro. Ficaram vencidas as Ministras Nancy Andrighi e Daniela Teixeira, que entenderam estar caracterizada a união estável. O fundamento central do voto vencedor foi justamente a distinção entre intenção futura de constituir família e constituição atual de uma família. Segundo a compreensão que prevaleceu, os elementos existentes no caso não demonstravam, de maneira suficiente, que o casal já tivesse estabelecido uma comunhão de vida própria de uma entidade familiar. O fato de existir filho em comum, por exemplo, não foi considerado suficiente, isoladamente, para demonstrar *affectio maritalis*. Da mesma maneira, o auxílio material e o noivado não foram considerados provas definitivas de união estável.

Dessa forma, pode-se afirmar que a distinção jurídica entre namoro qualificado e união estável está concentrada principalmente na presença ou ausência do projeto familiar atual. No namoro qualificado, embora exista relacionamento afetivo intenso, duradouro e socialmente reconhecido, a constituição da família permanece como possibilidade, expectativa ou projeto futuro, preservando-se, em maior ou menor medida, a autonomia

das vidas individuais. Na união estável, ao contrário, a família já se encontra constituída no presente, evidenciada pela integração das vidas, pela comunhão de esforços e pelo propósito efetivo de formação de um núcleo familiar. O STJ tem reiteradamente advertido, portanto, que duração da relação, publicidade, coabitação, viagens, aquisição de bens, auxílio financeiro ou mesmo noivado devem ser avaliados como elementos probatórios dentro do contexto global da relação, e não como requisitos isoladamente determinantes.

Sob a perspectiva dos efeitos jurídicos, a diferenciação é de grande relevância. A união estável constitui entidade familiar e produz consequências jurídicas próprias, inclusive patrimoniais, sucessórias e previdenciárias, enquanto o namoro qualificado, por não constituir entidade familiar, não produz, por si só, os efeitos jurídicos próprios da união estável. A análise judicial deve, contudo, evitar tanto a transformação de todo relacionamento duradouro em união estável quanto à utilização indiscriminada da expressão "namoro qualificado" para afastar direitos decorrentes de uma efetiva entidade familiar. O critério juridicamente adequado é, portanto, a investigação concreta da presença dos requisitos do art. 1.723 do Código Civil, especialmente da intenção presente de constituir família, à luz do conjunto de fatos e provas produzidos no caso concreto.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidou, ao longo dos últimos anos, uma distinção importante entre namoro qualificado e união estável. Embora as duas relações possam apresentar características semelhantes — como convivência prolongada, publicidade, viagens, frequência na residência do outro, auxílio material e até mesmo coabitação —, o elemento decisivo para o reconhecimento da união estável é a existência de uma entidade familiar efetivamente constituída, e não apenas um projeto de família para o futuro.

O ponto de partida normativo está no art. 1.723 do Código Civil, segundo o qual a união estável se caracteriza pela convivência pública, contínua e duradoura, estabelecida com o objetivo de constituição de família. A jurisprudência do STJ interpreta esse dispositivo no sentido de que o chamado *animus familiae — ou affectio maritalis* — deve ser atual, isto é, a família deve estar sendo efetivamente constituída durante o período da convivência. No namoro qualificado, ao contrário, pode existir um relacionamento intenso, duradouro e público, mas a constituição da família permanece como projeto futuro. Essa distinção foi expressamente

desenvolvida pela Terceira Turma no REsp 1.454.643/RJ, de relatoria do Ministro Marco Aurélio Bellizze.

3 A evolução da jurisprudência do STJ

Um dos precedentes mais importantes é justamente o REsp 1.454.643/RJ, julgado pela Terceira Turma. Naquele caso, o STJ afastou a existência de união estável e reconheceu a existência de namoro qualificado, apesar da intensidade do relacionamento. O Tribunal ressaltou que, na união estável, há uma efetiva comunhão de vidas, com compartilhamento de responsabilidades e apoio moral e material, enquanto no namoro qualificado existe, essencialmente, um projeto de constituição familiar para o futuro.

O STJ voltou a enfrentar a questão em outros julgamentos. No REsp 1.761.887/MS, por exemplo, a Corte reafirmou que o elemento subjetivo é fundamental para distinguir as duas situações. A existência de um relacionamento sério, público, contínuo e duradouro não é suficiente, por si só, para transformar o namoro em união estável. Também não se exige, para a união estável, necessariamente a coabitação, nem a existência de patrimônio comum. O que importa é verificar, no conjunto das circunstâncias, se o casal já vivia como uma família ou apenas mantinha um relacionamento com perspectiva de constituí-la posteriormente.

Esse entendimento também aparece em julgados nos quais o STJ afastou a união estável mesmo diante de períodos de coabitação. Em 2019, por exemplo, a Quarta Turma decidiu que um namoro de dois meses, com apenas duas semanas de coabitação, não era suficiente para demonstrar a estabilidade necessária à configuração da entidade familiar.

Recentemente houve uma decisão no STJ que teve grande repercussão sobre o namoro qualificado mesmo com filho e noivado constituído conforme mencionado no tópico anterior. A questão ganhou especial repercussão em 18 de agosto de 2026, quando a Terceira Turma do STJ, por maioria, decidiu afastar o reconhecimento de uma união estável *post mortem* e manter a conclusão de que o relacionamento configurava namoro qualificado. O caso é particularmente relevante porque estavam presentes circunstâncias que, à primeira vista, poderiam sugerir a existência de uma família: havia filho em comum, noivado, convivência, auxílio material e outros elementos de aproximação familiar.

A 3ª turma do STJ decidiu, por maioria, afastar reconhecimento de união estável post mortem e manter a conclusão das instâncias ordinárias de que o relacionamento configurou namoro qualificado. Para a maioria, embora o relacionamento apresentasse elementos comuns à união estável, como convivência duradoura, filho em comum, auxílio material e noivado, não ficou demonstrada a intenção atual de constituir família.

Prevaleceu o voto do ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, acompanhado pelos ministros Humberto Martins e Moura Ribeiro. A relatora, ministra Nancy Andrighi, ficou vencida, acompanhada pela ministra Daniela Teixeira.

Ministra Nancy Andrighi votou pelo reconhecimento da união estável. Para a ministra, não seria necessário reexaminar provas, mas apenas conferir nova qualificação jurídica aos fatos já reconhecidos pelas instâncias ordinárias. O voto destacou uma série de elementos que, em sua avaliação, demonstravam a existência de vida familiar: filho em comum; imóvel alugado pelo falecido para a moradia da mulher e da criança; indicação da recorrente como cônjuge ou companheira na declaração de Imposto de Renda; inclusão como beneficiária de seguro de vida; participação conjunta em festas e eventos familiares; e o noivado.

Ministro Cueva ressaltou que a diferença entre namoro qualificado e união estável está justamente na presença desse elemento subjetivo. Segundo o ministro, muitos namoros apresentam características objetivas semelhantes às da união estável, como convivência pública, contínua e duradoura. O que distingue uma relação da outra, afirmou, é a existência de uma família efetivamente constituída durante a convivência. No caso, as instâncias ordinárias entenderam que havia intenção futura de constituir família, mas não uma comunhão de vida já estabelecida. Entre os elementos considerados estavam o fato de o casal ter um filho, a existência de auxílio material prestado pelo falecido, o seguro de vida e o noivado. Segundo Cueva, contudo, esses fatos não bastavam, isoladamente, para caracterizar união estável.

O ministro destacou que o contrato de aluguel firmado pelo falecido em favor da mulher poderia representar auxílio material em razão do filho em comum. Ressaltou ainda que a existência de prole não significa, por si só, intenção marital.

Também observou que, no seguro de vida, a recorrente não teria sido indicada especificamente no campo destinado à companheira. Para a

maioria, o próprio noivado reforçaria a conclusão de que havia um projeto futuro de constituição de família.

Cueva também destacou que as instâncias de origem não afastaram a união estável apenas pela ausência de coabitação ou de patrimônio comum, elementos que não são requisitos indispensáveis para o reconhecimento da relação. Segundo o ministro, o conjunto probatório apontava também para ausência de publicidade da relação como se casados fossem e de intenção atual de constituir família.

Diante disso, entendeu que modificar a conclusão exigiria reexame de fatos e provas, vedado pela Súmula 7 do STJ. O caso evidencia que nenhum desses fatores, isoladamente considerado, é suficiente para transformar automaticamente o relacionamento em união estável; é necessário verificar, no conjunto probatório, se havia efetiva constituição de família e comunhão de vidas. A decisão também demonstra a importância da Súmula 7 do STJ, segundo a qual a pretensão de modificar a conclusão das instâncias ordinárias acerca do conjunto fático-probatório encontra, em regra, óbice no Recurso Especial.

A decisão é importante justamente porque demonstra que nenhum elemento isolado é necessariamente determinante. Nem o filho em comum, nem a coabitação, nem o noivado, nem a existência de auxílio financeiro transformam automaticamente um relacionamento em união estável. A análise deve ser feita a partir do conjunto probatório e, principalmente, da existência de uma família já constituída.

Seguem, abaixo, três importantes marcos jurisprudenciais sobre o tema.

1. REsp 1.454.643/RJ — Terceira Turma — Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze — julgado em 03/03/2015

Este é o precedente paradigmático sobre namoro qualificado. O STJ afastou a união estável e reconheceu a existência de namoro qualificado, embora o casal tivesse relacionamento duradouro, público, coabitasse e tivesse ficado noivo.

A Corte estabeleceu que o elemento determinante é o propósito atual de constituir família. No namoro qualificado, existe um projeto de constituição familiar para o futuro; na união estável, a família já está efetivamente constituída durante a convivência.

O STJ foi bastante claro ao afirmar que a coabitação, por si só, não caracteriza união estável e que o núcleo familiar deve decorrer do efetivo compartilhamento de vidas e do apoio moral e material recíproco.

A tese principal deste julgado versa sobre o fato de que a existência de relacionamento público, duradouro e até mesmo de coabitação não é suficiente para caracterizar união estável quando o propósito de constituição da família permanece projetado para o futuro.

2. REsp 1.841.128/MG — Terceira Turma — Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva — julgado em 23/11/2021

A segunda tese jurídica relevante diz respeito a efeitos patrimoniais do namoro. Fixa o entendimento de que inexistindo *affectio maritalis* e caracterizado o período como namoro, os bens adquiridos nessa fase não se submetem aos efeitos patrimoniais próprios da união estável. Esse precedente é muito relevante para demonstrar as consequências patrimoniais da distinção.

O STJ reconheceu que, inexistindo *affectio maritalis* durante o período de namoro, o bem adquirido por uma das partes antes do casamento não se comunica na posterior partilha decorrente do divórcio.

O Informativo 719 registra expressamente a inexistência de *affectio maritalis* e a incomunicabilidade do bem particular adquirido durante o namoro. Esse julgamento é importante porque demonstra que a classificação da relação não possui apenas relevância conceitual. Saber se determinado período correspondeu a namoro ou união estável pode alterar diretamente o regime patrimonial aplicável e, consequentemente, a titularidade dos bens.

3. Informativo 873 do STJ — Terceira Turma — julgado em 04/11/2025

O terceiro precedente importante na jurisprudência demonstra os requisitos atuais.

Este é um precedente mais recente e particularmente importante para a tendência atual da jurisprudência. Embora o caso trate de união estável homoafetiva, o STJ reafirmou expressamente que o elemento central da união estável é o intuito de constituir família. O Tribunal afirmou que a intenção de viver como se casados fossem é justamente o elemento que diferencia a união estável de relacionamentos como namoro e noivado. Também ressaltou que, ainda que exista relacionamento público, contínuo e duradouro, não haverá união estável se não estiver presente a intenção de

constituição de família, a comunhão plena de vida e o tratamento recíproco como de casados.

Esse precedente é particularmente útil para sua análise porque demonstra que a orientação do STJ não ficou restrita ao precedente de 2015. Ao contrário, a Corte continua utilizando o *animus familiae* como elemento nuclear para diferenciar a união estável do namoro qualificado.

A partir desses julgados, pode-se formular uma linha jurisprudencial bastante segura: o STJ não adota como critério decisivo a duração do relacionamento, a coabitação, o noivado ou mesmo a publicidade da relação. Esses elementos podem servir como indícios, mas o fator juridicamente determinante é verificar se já existia uma entidade familiar ou se havia apenas um relacionamento afetivo qualificado com projeto de constituição familiar futura.

4 Principais diferenças entre namoro qualificado e união estável

A diferença pode ser compreendida a partir de quatro aspectos fundamentais.

4.1 Intenção de constituir família esta é a principal distinção

Na união estável, existe intenção atual de constituir família. Os companheiros já se apresentam e se comportam como integrantes de uma entidade familiar, compartilhando a vida de maneira semelhante à de pessoas casadas. No namoro qualificado, também pode existir amor, compromisso, fidelidade, estabilidade e até mesmo a intenção de casar ou constituir família. A diferença é que essa família é projetada para o futuro. O casal pode dizer, por exemplo, "pretendemos nos casar", "vamos constituir uma família" ou "queremos ter filhos", sem que isso signifique que a entidade familiar já esteja juridicamente constituída. É justamente essa diferença temporal que a jurisprudência do STJ considera essencial: no namoro qualificado, a família é um projeto; na união estável, a família é uma realidade presente. O próprio STJ destaca que a intenção de viver como casados é o elemento que diferencia a união estável de relacionamentos como namoro e noivado.

4.2 Comunhão de vida

Na união estável, existe uma efetiva comunhão de vidas. Isso significa que os parceiros não apenas mantêm um relacionamento afetivo, mas organizam conjuntamente a própria existência, assumindo responsabilidades recíprocas e construindo uma vida familiar.

No namoro qualificado, embora possa haver intensa convivência, cada pessoa mantém maior autonomia sobre sua vida pessoal e patrimonial. O casal pode viajar junto, passar finais de semana na mesma residência, frequentar eventos familiares, compartilhar despesas e até morar eventualmente sob o mesmo teto sem que isso, isoladamente, caracterize união estável.

4.3 Publicidade, continuidade e duração

Esses elementos aparecem expressamente no art. 1.723 do Código Civil. A união estável deve ser pública, contínua e duradoura. Entretanto, eles não bastam isoladamente. Um namoro pode ser público, durar muitos anos e ser absolutamente contínuo. Pode ser conhecido pelas famílias, amigos e sociedade. Ainda assim, poderá continuar sendo namoro qualificado se não estiver presente o propósito atual de constituição da família. Essa é uma das grandes contribuições da jurisprudência do STJ: a duração do relacionamento não é suficiente para caracterizar união estável.

4.4 Consequências patrimoniais

A distinção possui enorme importância prática. O reconhecimento da união estável produz consequências jurídicas relevantes, especialmente no âmbito patrimonial e sucessório. Na ausência de contrato escrito estabelecendo regime diverso, aplica-se, em regra, o regime da comunhão parcial de bens, nos termos do art. 1.725 do Código Civil.

No namoro qualificado, por sua vez, não há, pelo simples fato do relacionamento existir, comunicação patrimonial decorrente da entidade familiar. Eventuais aquisições de bens, transferências patrimoniais ou obrigações entre os namorados deverão ser examinadas segundo as regras jurídicas próprias aplicáveis a cada situação.

A decisão mais recente do STJ representa esse pensamento.

Isso não significa que filho em comum, noivado ou coabitação sejam irrelevantes. Eles são elementos probatórios que podem contribuir para a caracterização da união estável. O que o julgamento demonstra

é que esses fatos não são automaticamente suficientes para transformar um relacionamento em união estável. Essa ressalva é importante porque a própria jurisprudência do STJ afirma que a coabitação não é requisito indispensável para a união estável. Portanto, não seria correto dizer que "se não moram juntos, é namoro", assim como também não seria correto afirmar que "se moram juntos, existe união estável". A análise é qualitativa e depende da forma como o casal efetivamente organiza sua vida.

Aliás, a jurisprudência mais recente demonstra que a matéria continua sendo extremamente dependente das circunstâncias concretas. Em maio de 2026, por exemplo, a Terceira Turma analisou outro caso em que se discutia justamente a qualificação jurídica dos fatos como namoro qualificado ou união estável, reforçando a importância da análise dos elementos concretos e da incidência das regras do art. 1.723 do Código Civil.

Podemos concluir sobre o tema, esquematizando a distinção da seguinte forma:

Namoro qualificado	União estável
Relacionamento afetivo sério e duradouro	Entidade familiar
Pode ser público, contínuo e duradouro	Deve ser pública, contínua e duradoura
Pode haver coabitação	A coabitação não é indispensável
Pode haver auxílio material	Há comunhão de vida e assistência familiar
Pode haver projeto de casamento	Há intenção atual de constituir família
Família projetada para o futuro	Família efetivamente constituída no presente
Não gera, por si só, efeitos patrimoniais de união estável	Produz efeitos pessoais, patrimoniais e sucessórios

Assim, o critério central não é a intensidade do amor, o tempo de relacionamento, a existência de filhos, a coabitação ou o noivado isoladamente considerados. A pergunta jurídica fundamental é outra: durante aquele período, o casal já constituía uma família ou estava apenas construindo um relacionamento com a perspectiva de constituí-la no futuro?

É justamente essa distinção que explica a recente decisão do STJ: mesmo diante de um relacionamento intenso, com filho e noivado, a maioria da Terceira Turma entendeu que não havia prova suficiente de

uma intenção atual de constituição de família, mantendo a qualificação jurídica de namoro qualificado, e não de união estável.

5 Conclusão

A tendência jurisprudencial que se delineia no Superior Tribunal de Justiça é de manutenção da distinção entre namoro qualificado e união estável a partir de um critério essencialmente fático e qualitativo: a existência, ou não, de uma família já constituída no presente. O art. 1.723 do Código Civil exige convivência pública, contínua e duradoura, mas a jurisprudência do STJ vem atribuindo especial relevância ao requisito do objetivo de constituição de família, entendido não como uma simples intenção futura, mas como efetiva affectio maritalis e comunhão de vida. Esse entendimento foi consolidado, entre outros, no REsp 1.454.643/RJ, no qual o Tribunal distinguiu expressamente o namoro qualificado da união estável.

Para os próximos julgamentos, portanto, é provável que o STJ continue afastando uma interpretação meramente objetiva da união estável. O simples fato de um casal manter relacionamento por muitos anos, morar eventualmente sob o mesmo teto, viajar junto, compartilhar despesas, possuir fotografias públicas, frequentar as respectivas famílias ou mesmo estar noivo não deverá, isoladamente, conduzir ao reconhecimento da entidade familiar. O próprio precedente do STJ demonstra que a coabitação pode existir sem que esteja configurada a affectio maritalis, especialmente quando a residência conjunta decorre de circunstâncias práticas ou transitórias.

A tendência, contudo, não é de tornar mais difícil, de maneira absoluta, o reconhecimento da união estável, mas de exigir uma demonstração mais consistente de que a relação afetiva ultrapassou o âmbito do namoro e passou a constituir verdadeira entidade familiar. O STJ, em precedente recente divulgado no Informativo 873, reafirmou que a intenção de viver como casados é justamente o elemento que diferencia a união estável do namoro e do noivado. A Corte também destacou que a união estável é um ato-fato jurídico e não depende de formalização contratual.

Nesse cenário, ganhará importância a análise do comportamento concreto do casal, e não apenas das declarações feitas pelas partes ou da nomenclatura atribuída ao relacionamento. A tendência é que os tribunais

procurem identificar elementos objetivos capazes de revelar a existência de uma verdadeira comunidade familiar: planejamento e execução conjunta da vida cotidiana, assunção recíproca de responsabilidades familiares, integração patrimonial quando existente, tomada conjunta de decisões relevantes, reconhecimento social efetivo da condição de companheiros, assistência material e moral e, sobretudo, a demonstração de que os projetos familiares já estavam sendo realizados, e não apenas planejados.

Isso significa que a expressão "namoro qualificado" tende a funcionar cada vez mais como uma categoria jurídica de fronteira. Trata-se de relacionamento que já ultrapassou o namoro simples em intensidade, estabilidade e compromisso, mas que ainda não atingiu o nível de constituição de uma entidade familiar. A fronteira entre os dois institutos, portanto, não será definida pelo tempo de duração ou por um requisito isolado, mas pela qualidade jurídica da convivência.

Outro aspecto que provavelmente ganhará relevância é a necessidade de diferenciar projeto de família de família efetivamente constituída. Esse foi o núcleo do entendimento firmado no REsp 1.454.643/RJ: no namoro qualificado, os parceiros podem possuir planos concretos de casamento, filhos, aquisição de imóvel ou mudança de cidade; na união estável, entretanto, o núcleo familiar já deve estar concretizado no período cuja existência se pretende reconhecer. O STJ chegou a afirmar que a formação do núcleo familiar, caracterizada pelo compartilhamento de vidas e pelo apoio moral e material, precisa estar efetivamente concretizada, e não apenas projetada para o futuro.

A recente jurisprudência também permite perceber que elementos tradicionalmente considerados fortes indícios de união estável não serão tratados como presunções absolutas. Filho em comum, noivado, coabitação, dependência econômica ou auxílio financeiro podem constituir importantes elementos probatórios, mas deverão ser interpretados dentro do contexto geral da relação. A tendência é, portanto, de valoração conjunta da prova, evitando tanto a transformação automática do namoro em união estável quanto a desconsideração de uma entidade familiar efetivamente constituída.

Há, ainda, uma tendência importante de flexibilização de determinados requisitos secundários, sem relativização do núcleo essencial da união estável. O Informativo 873 do STJ, por exemplo, reconheceu que o requisito da publicidade pode ser relativizado em determinadas uniões homoafetivas quando presentes os demais requisitos do art. 1.723 do

Código Civil. Isso revela uma orientação relevante: os tribunais tendem a interpretar os requisitos da união estável de maneira funcional e conforme as circunstâncias concretas, preservando como elemento central a efetiva constituição da família.

Dessa forma, pode-se afirmar que a tendência futura não é a ampliação indiscriminada do conceito de união estável, mas sua qualificação mais rigorosa a partir da existência de uma comunidade familiar efetivamente constituída. Ao mesmo tempo, o Judiciário deverá evitar que a ausência de casamento formal ou de contrato escrito seja utilizada para negar uma união que, na realidade dos fatos, já funciona como família. Em outras palavras, o critério continuará sendo predominantemente material e não formal.

Em perspectiva prospectiva, a jurisprudência deverá caminhar para uma análise cada vez mais casuística, probatória e funcional, na qual o magistrado deverá responder a uma pergunta central: os companheiros já viviam uma relação de família ou apenas mantinham um relacionamento afetivo intenso com intenção de constituí-la posteriormente?

A resposta não poderá decorrer de um único elemento. O tempo de relacionamento, a coabitação, o noivado, a existência de filhos, as viagens, a publicidade ou o compartilhamento de despesas serão considerados indícios, mas não necessariamente determinantes. O fator juridicamente decisivo continuará sendo a existência de animus familiae atual, acompanhado de efetiva comunhão de vida.

Assim, a tendência mais provável é de fortalecimento da distinção entre "projeto de família" e "família constituída". O namoro qualificado será reconhecido quando houver elevado grau de comprometimento afetivo e estabilidade, mas ainda faltar a intenção atual de viver como entidade familiar. A união estável, por sua vez, será reconhecida quando o conjunto probatório demonstrar que o casal já havia ultrapassado essa fase e efetivamente estruturado uma vida familiar comum.

Essa orientação produz importante consequência de segurança jurídica: nem todo relacionamento longo ou intenso gera automaticamente efeitos de união estável. Ao mesmo tempo, a ausência de casamento ou de documento formal não impede o reconhecimento da entidade familiar quando a realidade demonstrar sua existência. O desafio futuro do Judiciário será justamente preservar esse equilíbrio: não transformar todo namoro duradouro em união estável, mas também não permitir que

uma união estável efetivamente constituída seja artificialmente reduzida à condição de namoro.

Em síntese, a jurisprudência tende a consolidar um critério de realidade familiar: mais do que perguntar quanto tempo o casal esteve junto ou quais atividades realizou conjuntamente, será necessário verificar como os parceiros efetivamente se posicionavam e organizavam suas vidas perante a sociedade e entre si — como namorados que planejavam formar uma família ou como companheiros que já haviam constituído uma família.

O Direito, sendo uma ciência humana e em constantes transformações, nos propõe uma dinâmica instada para o futuro, de acordo com a evolução da sociedade e das relações que se interpõem no decorrer dos anos.

Qual será a tendência da transformação desse conceito frente à mudança de hábitos e costumes das famílias e da sociedade?

Não há como prever o futuro dos modelos de relacionamento, as transformações que advirão nos diversos tipos de designação dos relacionamentos afetivos, desde os tradicionais, sérios, públicos, contínuos e duradouros até uma convivência transitória como um namoro. Apenas o tempo dirá.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: Planalto – Constituição Federal. Acesso em: 30 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.278, de 10 de maio de 1996. Regula o § 3º do art. 226 da Constituição Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 maio 1996. Disponível em: Planalto – Lei nº 9.278/1996. Acesso em: 30 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: Planalto – Código Civil. Acesso em: 30 ago. 2026. O art. 1.723 do Código Civil é especialmente importante para o trabalho, pois estabelece os requisitos legais da união estável: convivência pública, contínua e duradoura, estabelecida com o objetivo de constituição de família.

DA REDAÇAO. Mesmo com filho e noivado, STJ nega união estável

e reconhece namoro qualificado: maioria entendeu que relação indicava intenção futura de constituir família, e não vida familiar já estabelecida. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/quentes/462635/mesmo-com-filho-e-noivado-stj-nega-uniao-estavel-e-reconhece-namoro. Acessoe m: 20 ago. 2026.

DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias. 15. ed. 2022.

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: direito de família. v. 5. 38. ed. 2024.

MADALENO, Rolf. Direito de família. 14. ed. 2024.

XAVIER, Marília Pedroso. Contrato de namoro: amor líquido e direito de família mínimo. 2. ed. 2020.

BARROS, Rafaela Rojas. Namoro e união estável: traços da realidade e seu enquadramento jurídico.

STJ. REsp 1.454.643/RJ.

STJ. REsp 1.761.887/MS.

STJ. REsp 1.935.910/SP.

STJ. REsp 1.257.819/SP.

Capítulo 33

RESPONSABILIDADE CIVIL CAUSADA POR SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: DA LACUNA LEGISLATIVA À JUSTIFICAÇÃO ARGUMENTATIVA DAS PREMISSAS DE IMPUTAÇÃO

Johnny Marcelo Hara[1]

1 Introdução

O avanço acelerado da Inteligência Artificial (IA), também refletido no cenário jurídico brasileiro não se limita, atualmente, a questões pontuais como a otimização de pesquisas e a triagem de documentos. Sistemas de aprendizado de máquina participam hoje, direta ou indiretamente, da tomada de decisões que produzem efeitos jurídicos concretos ao serem utilizados pelos operadores do Direito das mais diversas formas.

Dentre esssas formas detacam-se as recomendações de crédito, triagem de currículos, respostas automatizadas de atendimento ao consumidor, e mesmo sugestões decisórias no âmbito do próprio Poder Judiciário. Essa presença crescente inevitavelmente sujeita-se à producção de dano, e o dano produzido por um agente não humano coloca o operador do Direito diante de uma pergunta que o Código Civil de 2002 não consegue responder de forma direta: a quem, e sob qual regime, se imputa a responsabilidade?

Nesse sentido, o presente estudo dá continuidade à investigação iniciada em trabalho anterior deste autor sobre a racionalidade algorítmica e seus reflexos na argumentação jurídica (HARA; ALVIM, 2025), bem como à análise sobre a racionalidade argumentativa perelmaniana como instrumento de operacionalização de institutos jurídicos indeterminados (HARA, 2025). Se, naquelas ocasiões, o objeto de exame residia na

1 Mestre em Educação (ensino de Direito) pela UFJF, com especialização em mídias na Educação/UFJF, bacharel em Direito, professor de graduação, coordenador de curso de graduação, advogado.

argumentação processual e na aplicação de precedentes judiciais, propõe-se agora deslocar o mesmo instrumental teórico para o campo da responsabilidade civil, onde a lacuna legislativa é mais evidente e, por isso mesmo, mais reveladora do papel da argumentação como mecanismo de imputação.

Com efeito, o Projeto de Lei nº 2.3 38/2023, principal iniciativa legislativa destinada a regulamentar o uso da IA no Brasil, foi aprovado no Senado Federal em dezembro de 2024 e segue em tramitação na Câmara dos Deputados, sem, até o momento, integrar o ordenamento jurídico vigente. A ausência de regime legal específico não suspende, todavia, a ocorrência de danos nem afasta o dever do julgador de decidir. Resta, portanto, ao sistema geral de responsabilidade civil do Código Civil a tarefa de acomodar hipóteses para as quais não foi originalmente concebido.

Busca-se, assim, responder à seguinte questão: diante da ausência de regime legal específico, como o sistema geral de responsabilidade civil do Código Civil – em especial os artigos 186, 187 e 927, parágrafo único – comporta a imputação de dano causado por sistema de inteligência artificial, e que papel desempenha a racionalidade argumentativa perelmaniana nessa operação de enquadramento? A relevância prática do tema, para o operador do Direito que já lida hoje com clientes lesados por decisões automatizadas, reside precisamente em compreender que a lacuna legislativa não é um vazio de sentido, mas um espaço que já vem sendo preenchido, na prática decisória, por processos de justificação argumentativa que merecem exame crítico.

O presente texto aborda, inicialmente, o regime geral de responsabilidade civil e os limites da subsunção diante de danos causados por sistemas de IA. Em seguida, examina o Projeto de Lei nº 2.3 38/2023 como tentativa, ainda inconclusa, de fechamento dessa lacuna. Por fim, propõe-se a leitura da racionalidade argumentativa de Chaïm Perelman como instrumento explicativo do processo de imputação atualmente em curso nos tribunais brasileiros.

2 O regime geral de responsabilidade civil e os limites da subsunção

A responsabilidade civil subjetiva, consolidada pelo artigo 186 do Código Civil, segundo o qual comete ato ilícito aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar

dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, pressupõe um agente ao qual se possa atribuir conduta culposa. A imputação de culpa, no entanto, opera mal quando o autor imediato do dano não é uma pessoa, mas um sistema cujo funcionamento interno frequentemente escapa à compreensão humana – o problema da opacidade algorítmica, já tratado por este autor em investigação anterior sobre os riscos da chamada caixa-preta (black box) na argumentação jurídica (HARA; ALVIM, 2025).

O artigo 927, parágrafo único, do Código Civil oferece caminho alternativo ao dispor que haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem. Trata-se, contudo, de outra cláusula geral, tão indeterminada quanto a função social do contrato (artigo 421) ou a boa-fé objetiva (artigo 422), cuja aplicação exige do intérprete a mesma operação de concretização valorativa que a doutrina perelmaniana atribui aos lugares do preferível (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996).

Nesse ponto reside a insuficiência da subsunção. Determinar se a atividade de disponibilizar, operar ou treinar um sistema de IA constitui, por sua natureza, atividade de risco não é uma dedução lógica extraída da literalidade do dispositivo, mas uma escolha entre premissas concorrentes – a proteção da vítima e o fomento à inovação tecnológica, por exemplo – que somente se resolve mediante justificação perante um auditório específico: a doutrina, os tribunais superiores e, em última instância, a sociedade afetada pela decisão.

O artigo 187 do Código Civil, por sua vez, ao qualificar como ilícito o exercício de direito que exceda manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes, oferece via adicional de imputação ao desenvolvedor ou operador que utiliza sistema de IA para finalidade distinta daquela para a qual foi concebido, ou que ignora advertências reiteradas de mau funcionamento. Também aqui, contudo, a aplicação do dispositivo depende da construção argumentativa dos limites do fim econômico ou social da atividade – outro exercício de adesão a teses plausíveis, e não de constatação de fatos evidentes.

Ao lado do regime geral do Código Civil, cabe registrar que, nas hipóteses em que o dano decorre de relação de consumo, o Código de Defesa do Consumidor já oferece via de imputação mais consolidada e menos dependente de construção argumentativa extensiva. Os artigos 12 e 14 do CDC atribuem ao fornecedor responsabilidade objetiva pelo fato

do produto ou do serviço, independentemente de culpa, sempre que este se revele defeituoso, entendendo-se como defeito a falta de segurança que o consumidor pode legitimamente esperar. Um sistema de recomendação de crédito que discrimina indevidamente, ou um chatbot que fornece informação equivocada e vinculante ao consumidor, amoldam-se, em princípio, ao conceito de serviço defeituoso, sem que seja necessário aguardar a vigência do PL 2.3 38/2023 ou forçar a aplicação do artigo 927, parágrafo único, do Código Civil.

Essa constatação é relevante porque delimita o verdadeiro espaço da lacuna que este texto examina: ela não abrange a generalidade dos danos causados por sistemas de IA, mas especificamente aqueles que ocorrem fora de relação de consumo típica, ou entre partes em posição de paridade contratual, para os quais o CDC não oferece solução direta. É nesse espaço residual, mas crescente, que a operação argumentativa sobre os artigos 186, 187 e 927, parágrafo único, do Código Civil se torna indispensável, e é a ele que se dedica o restante deste texto.

A dificuldade aqui descrita não é exclusividade brasileira. Precedente estrangeiro frequentemente citado na literatura sobre o tema é o caso relativo à Air Canada, em que tribunal canadense responsabilizou a companhia aérea por informação incorreta fornecida por chatbot de atendimento ao consumidor, rejeitando o argumento de que o sistema de IA constituiria entidade autônoma pela qual a empresa não responderia. A solução, embora fundada em ordenamento distinto, ilustra bem a tese central deste texto: mesmo diante de lacuna regulatória específica sobre IA, o julgador recorre a categorias já existentes do regime geral de responsabilidade, e a decisão sobre qual categoria mobilizar, e com qual intensidade, é sempre um exercício de justificação argumentativa perante o auditório do caso concreto.

3 O Projeto de Lei nº 2.3 38/2023 e a tentativa de fechamento da lacuna

O PL 2.3 38/2023 consolida iniciativas legislativas anteriores e propõe regime estruturado em torno da classificação de sistemas de IA por nível de risco, com obrigações diferenciadas para desenvolvedores, operadores e distribuidores. No que se refere à responsabilidade civil, o projeto prevê que os danos causados por sistemas de IA no âmbito de

relações de consumo permanecem sujeitos às regras do Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo de disposições específicas do próprio projeto.

Um dos pontos que segue em aberto na tramitação legislativa é justamente a natureza da responsabilidade civil aplicável a determinadas categorias de agentes da cadeia de IA – se objetiva ou subjetiva –, o que revela algo relevante para o presente estudo: mesmo o legislador, ao dispor de tempo, expertise técnica e processo deliberativo amplo, não conseguiu ainda fechar por completo a mesma lacuna que se impõe hoje ao julgador em cada caso concreto. Se a inconclusão legislativa reflete a complexidade do tema, também confirma que a escolha entre regimes de imputação é, em qualquer instância, legislativa ou judicial, uma escolha de natureza argumentativa antes de ser uma dedução técnica.

Até que sobrevenha regime legal específico e vigente, portanto, a tarefa de imputação permanece com o Poder Judiciário, que deverá decidir os casos que já se apresentam, e que se apresentarão com frequência crescente, à luz do sistema geral de responsabilidade civil examinado na seção anterior, mediante o mesmo processo de justificação argumentativa que se examina a seguir.

4 Racionalidade argumentativa como instrumento de imputação

Perelman distingue a demonstração, própria da lógica formal, da argumentação, que opera no campo do verossímil e do razoável, buscando a adesão de um auditório a teses que não são verdades necessárias, mas escolhas justificáveis (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996). Nesse esquema, as premissas dividem-se entre as relativas ao real, fatos e presunções que aspiram à validade perante o auditório universal, e as relativas ao preferível, valores e hierarquias válidos primariamente perante auditórios particulares (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996).

A escolha entre o regime subjetivo do artigo 186 e o regime objetivo do artigo 927, parágrafo único, para a imputação de dano causado por sistema de IA, situa-se precisamente no campo do preferível. Não há fato ou presunção que determine, por si, qual regime se aplica: há uma hierarquia de valores – proteção da vítima, previsibilidade para o desenvolvedor, fomento à inovação, distribuição social do risco tecnológico – que o julgador precisa ordenar e justificar perante o auditório jurídico, nos mesmos termos em que, no sistema de precedentes do artigo 927 do

Código de Processo Civil, os princípios funcionam como premissas maiores que autorizam a transposição da ratio decidendi de um caso paradigma para um caso novo (HARA, 2025).

Sob essa perspectiva, o julgador que estende o regime objetivo do risco da atividade a um dano causado por sistema de IA não está aplicando mecanicamente a lei a um fato novo: está argumentando que os mesmos valores que justificam a responsabilidade objetiva em outras atividades de risco – a impossibilidade prática de a vítima provar a culpa de um processo tecnicamente inacessível, a capacidade do agente de diluir o custo do dano, a assimetria informacional entre operador e vítima – encontram-se igualmente presentes, e com igual ou maior intensidade, na operação de sistemas de IA. É a mesma lógica de justificação de premissas compartilhadas que Perelman descreve como fundamento da lógica jurídica: cabe à lógica jurídica mostrar a aceitabilidade das premissas (PERELMAN, 2004).

Vale registrar, por rigor, que essa leitura não é isenta de limitação. A racionalidade argumentativa explica como a imputação é construída e justificada; não elimina, por si só, a insegurança jurídica decorrente da ausência de lei específica, tampouco garante uniformidade entre tribunais diversos, que podem legitimamente aderir a hierarquias de valores distintas diante do mesmo problema. O próprio Perelman reconhece que o auditório universal é uma construção do orador, não uma instância empírica verificável (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996) – de modo que a racionalidade argumentativa oferece parâmetro de legitimação do processo decisório, não fórmula de previsibilidade de resultado.

Essa ressalva, contudo, não esvazia a utilidade do modelo: ao contrário, reforça a consequência prática que dele se extrai. Enquanto não sobrevier lei específica, a segurança jurídica em matéria de responsabilidade civil por danos algorítmicos dependerá menos da letra do artigo 927, parágrafo único, do que da qualidade e da consistência da argumentação com que os tribunais brasileiros vierem a justificar sua aplicação, ou sua recusa, a essa nova categoria de agente causador de dano. A estabilidade que o artigo 926 do Código de Processo Civil exige da jurisprudência somente se consolidará quando essa argumentação, hoje dispersa em decisões pontuais, adquirir coerência suficiente para constituir precedente vinculante nos termos do artigo 927 do mesmo diploma.

Vale, por fim, uma observação de direito comparado interno: o Direito brasileiro já enfrentou situação estruturalmente semelhante ao disciplinar a responsabilidade civil dos provedores de aplicações de

internet por conteúdo gerado por terceiros, tema regido pelo Marco Civil da Internet. Também ali o legislador precisou escolher, entre a responsabilização automática do provedor e a exigência de notificação judicial prévia, uma solução que equilibrasse valores concorrentes de liberdade de expressão, viabilidade econômica da atividade e proteção da vítima. A experiência sugere que, também no campo da IA, a jurisprudência tende a se consolidar de forma incremental, por meio de casos sucessivos que vão testando e refinando as premissas argumentativas aplicáveis, até que a matéria amadureça o suficiente para tratamento legislativo mais preciso, ou seja disciplinada em lei específica que hoje ainda não existe.

5 Considerações finais

O percurso deste texto buscou responder como o sistema geral de responsabilidade civil do Código Civil comporta a imputação de dano causado por sistema de inteligência artificial, na ausência de regime legal específico, e que papel a racionalidade argumentativa perelmaniana desempenha nessa operação. Verificou-se que os artigos 186, 187 e 927, parágrafo único, embora não tenham sido concebidos para agentes não humanos, oferecem premissas suficientes para a imputação, desde que essas premissas sejam justificadas argumentativamente, e não meramente subsumidas.

Constatou-se, ainda, que o Projeto de Lei nº 2.3 38/2023, principal tentativa legislativa de fechamento dessa lacuna, permanece em tramitação e não resolveu, até o momento, a própria questão que este texto examina, a natureza objetiva ou subjetiva da responsabilidade de certas categorias de agentes da cadeia de IA, o que reforça a tese de que a escolha entre regimes de imputação é, antes de tudo, uma escolha argumentativa.

Conclui-se que a racionalidade perelmaniana oferece instrumental teórico consistente para compreender, e também para exigir, que a imputação de responsabilidade por dano algorítmico seja construída sobre argumentos sólidos, capazes de obter a adesão de um auditório crítico, e não sobre a mera invocação de dispositivos que o legislador de 2002 não escreveu com essa hipótese em mente. Como sugestão para estudos futuros, propõe-se o acompanhamento da jurisprudência brasileira que venha a se formar sobre o tema, de modo a verificar empiricamente quais premissas valorativas os tribunais efetivamente mobilizam ao decidir os primeiros casos de dano causado por sistemas de IA.

Referências

ATIENZA, Manuel. As Razões do Direito: Teorias da Argumentação Jurídica. São Paulo: Landy, 2000.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm Acesso em 28/08/2026.

BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Código de Defesa do Consumidor. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm Acesso em 26/08/2026.

BRASIL. Projeto de Lei nº 2.3 38, de 2023. Senado Federal. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9347622&ts=1787597613445&disposition=inline. Encontra-se na Comissão Especial da Câmara dos Deputados. Acesso em 26/08/2026.

HARA, Johnny Marcelo; ALVIM, José Ricardo. Desafios e possibilidades da argumentação jurídica diante das inteligências artificiais. In: ELIEZER, Cristina Rezende et al. (org.). Processo civil [recurso eletrônico]: perspectivas e tendências após uma década do CPC/2015. Santo Ângelo: Ilustração, 2025. v. 2, p. 373-379. DOI: https://doi.org/10.46550/978-65-6135-209-3.HARA, Johnny Marcelo. A racionalidade argumentativa como instrumento de operacionalização dos precedentes judiciais no Direito brasileiro.

HARA, Johnny Marcelo. A racionalidade argumentativa como instrumento de operacionalização dos precedentes judiciais no Direito brasileiro. In: ELIEZER, Cristina Rezende et al. (org.). CPC/2015 [recurso eletrônico]: reflexões sobre a evolução legislativa e jurisprudencial em 10 anos. Santo Ângelo: Ilustração, 2025. v. 1, p. 307-314. DOI: https://doi.org/10.46550/978-65-6135-120-1.

PERELMAN, Chaïm. Ética e direito. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996. (Coleção Justiça e Direito).

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da Argumentação – A Nova Retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PERELMAN, Chaïm. Lógica Jurídica. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Capítulo 34

A VIRADA TECNOLÓGICA DO DIREITO PRIVADO BRASILEIRO: DOS PRINCÍPIOS DO DIREITO CIVIL DIGITAL, RESPONSABILIDADE CIVIL E IMPACTOS NOS CONTRATOS

Laura Pereira Ferreira Antunes[1]

1 Introdução

O desenvolvimento acelerado das tecnologias digitais e da inteligência artificial tem desafiado categorias tradicionais do Direito Privado, sobretudo aquelas relacionadas à formação dos contratos, à execução automatizada das obrigações e à reparação de danos. Elaborado em contexto anterior à expansão da economia de plataformas, dos contratos inteligentes e dos sistemas generativos, o Código Civil brasileiro passou a ser interpretado em diálogo com problemas que não estavam expressamente contemplados em sua estrutura original. Nesse cenário, o Projeto de Lei nº 4, de 2025, propõe a atualização do Código Civil e a criação de um Livro dedicado ao Direito Civil Digital (BRASIL, 2025a; BRASIL, 2025c).

A proposta legislativa procura conferir maior previsibilidade às relações privadas digitais ao disciplinar princípios como transparência, autodeterminação informativa, proteção de dados e segurança jurídica, além de reconhecer contratos inteligentes e outras formas de contratação desmaterializada. No campo da responsabilidade civil, o projeto reorganiza os nexos de imputação e atribui relevo ao risco da atividade, inclusive em ambientes digitais. Essa construção, entretanto, não autoriza concluir que todo dano relacionado à inteligência artificial produza automaticamente responsabilidade objetiva: a análise deve considerar o regime jurídico aplicável, a natureza do sistema, a participação causal dos agentes, o dano e o nexo de causalidade (BRASIL, 2025a; BRASIL, 2025b).

1 Bacharel em Direito pela PUC Minas; pós-graduada em Direito Processual e em Direito de Empresa pelo IEC PUC Minas. Advogada. E-mail: laura.pereira@lgoadv.com.br

Nesse sentido, o presente artigo examina de que modo a digitalização transforma a teoria geral dos contratos e a responsabilidade civil, com ênfase nos contratos inteligentes, na transparência algorítmica e nos danos decorrentes de falhas ou resultados inadequados de ferramentas automatizadas. Sustenta-se que a imputação deve ser orientada por critérios de risco, governança, supervisão, rastreabilidade e grau de ingerência tecnológica, evitando tanto a atribuição automática de responsabilidade ao usuário quanto a transferência integral dos riscos à vítima. Para tanto, o estudo percorre os princípios do Direito Civil Digital, as alterações contratuais propostas e os desafios jurisprudenciais relacionados ao uso de tecnologias emergentes.

2 O Direito Civil Digital: princípios e parâmetros contratuais

Uma grande inovação presente no Projeto de Lei nº 4 de 2025 é a criação do livro sobre Direito Civil Digital, contendo regras aplicáveis ao ecossistema do Direito Civil Digital.

Na Exposição de Motivos do projeto, justifica-se a criação desse microssistema para dar resposta à "virada tecnológica", trazendo substrato legal a práticas que antes dependiam de construções jurisprudenciais instáveis (BRASIL, 2025b, p. 269).

No que tange à disciplina dos contratos, a Justificação do projeto destaca experiência jurídica estrangeira, traduzida, entre outros elementos, em jurisprudência, Códigos Civis, instrumentos de soft law – como os Princípios UNIDROIT, o Draft Common Frame of Reference (DCFR) e as leis-modelo da UNCITRAL, e normas da União Europeia, com inclusão do Digital Services Act, que alterou a disciplina europeia sobre comércio eletrônico (Diretiva 2000/31/CE) (UNIDROIT, [s.d.]; VON BAR; CLIVE; SCHULTE-NÖLKE, 2009; UNIÃO EUROPEIA, 2022).

Além da perspectiva internacional, considerou-se a digitalização do quotidiano das pessoas, com o aumento exponencial da formalização dos contratos de modo remoto. Além das bases jurídicas lançadas no Livro de Direito Digital, o Livro de Contratos também respalda juridicamente essa tendência desmaterializada de contratar.

O Projeto de Lei, no que tange ao Direito Civil Digital, trouxe respaldo jurídico, aos smart contracts (contratos inteligentes), aos contratos de prestação de serviços e de acesso a conteúdos digitais, bem como aos

meios de interação digital (arts. 428, § 1º; 435-A; 609-A a 609-G; 744; 759; 785; e 817-A). (BRASIL, 2025b, p. 202-203).

Especificamente, o art. 2.027-AU do PL nº 4/2025 define os smart contracts (contratos inteligentes), conforme transcrição a seguir (BRASIL, 2025b, p. 216):

> São considerados contratos inteligentes (smart contracts) aqueles nos quais alguma ou todas as obrigações contratuais são definidas ou executadas automaticamente por meio de um programa de computador, por meio da utilização de sequência de registros eletrônicos de dados e garantindo-se a integridade e a precisão de sua ordenação cronológica (BRASIL, 2025b, p. 216).

A consolidação desses parâmetros práticos ocorre por meio de duas disposições fundamentais.

O art. 2.027-E, de natureza principiológica, positiva vetores essenciais como a autodeterminação informativa, a privacidade, a proteção de dados e a transparência algorítmica. Este último princípio impõe que os critérios automatizados que orientam decisões privadas não permaneçam em "caixas-pretas" inacessíveis ao titular dos dados. (BRASIL, 2025b, p. 202-203).

O art. 2.027-F, por sua vez, fornece diretrizes práticas para a interpretação de novos arranjos de mercado, estabelecendo parâmetros para a validação de assinaturas eletrônicas, o reconhecimento de contratos puramente digitais e a execução automatizada de obrigações por meio de contratos inteligentes (smart contracts) codificados em redes descentralizadas. (BRASIL, 2025b, p. 203).

Em conjunto, essas disposições harmonizam a autonomia privada com a segurança jurídica, garantindo que as transações comerciais online possuam o mesmo grau de executoriedade e previsibilidade dos negócios jurídicos tradicionais.

3 A nova estrutura da responsabilidade civil e o risco tecnológico

Como bem ressalta a Justificação do Projeto de Lei nº 4 de 2025, o Código Civil de 2002 é a fotografia de uma responsabilidade civil exclusivamente atrelada às patologias da propriedade e do inadimplemento contratual. Contudo, hoje ela não apenas abraça múltiplas e complexas situações patrimoniais, recebendo também influência das recentes pressões

oriundas das tecnologias digitais emergentes, cuja preocupação prioritária nos contextos europeu e norte-americano volta-se às consequências lesivas do emprego das referidas tecnologias, em todos os níveis. (BRASIL, 2025b).

Diante disso, o PL 4/2025 pretende a promoção de alterações profundas na dinâmica de reparação de danos, reconfigurando os nexos de imputação da responsabilidade civil (art. 927): ilícito, risco da atividade (art. 927-B) e responsabilidade pelo fato de terceiro ou da coisa (art. 932). (BRASIL, 2025b), Senão, veja-se:

> Art. 927. Aquele que causar dano a outrem fica obrigado a repará-lo.
>
> Parágrafo único: Haverá dever de reparar o dano daquele:
>
> I - cujo ato ilícito o tenha causado, nos termos do parágrafo único do art. 186 deste Código;
>
> II - que desenvolve atividade de risco especial;
>
> III - responsável indireto por ato de terceiro a ele vinculado, por fato de animal, coisa ou tecnologia a ele subordinado.

O PL 4/2025 suprimiu a palavra "ilícito" do *caput* do artigo 927, cujo texto estabelece uma premissa objetiva ampla de que quem causar dano a outrem fica obrigado a repará-lo.

A responsabilidade subjetiva (baseada na culpa) deixa de ser a regra matriz do sistema e passa a ser apenas uma das vias de imputação do dano.

Além disso, o projeto abarca o risco como cláusula geral de responsabilidade objetiva. Sob a nova redação, o dever de indenizar surge sempre que a atividade desenvolvida, por sua própria natureza, crie um "risco especial" aos direitos alheios, mesmo que a conduta seja inteiramente lícita, regular e livre de qualquer defeito.

A responsabilidade por ato alheio ou por bens sob a guarda do agente é estendida para abarcar a realidade tecnológica contemporânea, incluindo expressamente a responsabilidade por danos causados por sistemas autônomos e algoritmos subordinados ao agente.

Ainda, vislumbrou-se a responsabilidade passando pela prevenção e adoção de medidas de mitigação, à reparação como um sistema de gestão de riscos e de restauração de um equilíbrio injustamente rompido.

Nesse sentido, a tradicional cláusula geral de responsabilidade civil baseada no ato ilícito foi fragmentada para acomodar novos fatores de atribuição, como o potencial de causar dano e a responsabilidade pela

tecnologia subordinada ao responsável indireto, passando a abranger especificamente danos causados por algoritmos, sistemas autônomos e inteligência artificial, conforme a disciplina proposta no PL nº 4/2025 (BRASIL, 2025b).

Quando um dano é provocado por uma ferramenta automatizada lançada no mercado sem os devidos testes ou com falhas de programação (como "alucinações" que gerem prejuízos financeiros ou materiais), a responsabilidade passa a ser pautada pela teoria do risco tecnológico. Dispensa-se a comprovação de culpa do operador, imputando-se a obrigação de indenizar àquele que aufere lucros e detém a ingerência sobre a tecnologia aplicada.

4 Os desafios da jurisprudência brasileira

As propostas de redação do texto legal, conforme exposto, refletem e consolidam as tendências recentes dos Tribunais Superiores brasileiros, mas não de forma inequívoca. O Projeto de Lei vislumbrou uma sistematização da responsabilidade civil, tendo em vista o estágio atual da sociedade brasileira e aquilo que se pretende para os próximos anos, consolidando avanços jurisprudenciais e doutrinários do direito brasileiro e das melhores contribuições do direito comparado.

O maior marco dessa convergência é o julgamento do Tema 987 de Repercussão Geral do STF (leading case RE nº 1.037.396/SP), relatado pelo Ministro Dias Toffoli e concluído em 26 de junho de 2025. Na ocasião, o Tribunal declarou parcialmente inconstitucional o art. 19 do Marco Civil da Internet e fixou parâmetros diferenciados de responsabilização dos provedores, incluindo hipóteses de remoção após notificação extrajudicial, deveres de autorregulação, devido processo e canais de atendimento, conforme a natureza do conteúdo ilícito (BRASIL, 2025c).

Esse entendimento do STF estendeu o conceito de risco da atividade econômica e afetou diretamente a cadeia contratual comercial eletrônica e de marketplaces. Se o consumidor notificar a plataforma sobre fraude, link enganoso ou falsificação por vendedores terceiros hospedados e ela não agir de pronto, responderá civilmente de forma solidária pelos danos.

Entretanto, a 3ª Turma do STJ, por maioria, com voto vencedor do relator para acórdão, Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, ao julgar o Recurso Especial nº 2.1 23.587/SC, considerou que a plataforma pode suspender imediatamente a conta como medida temporária, desde

que assegure informação, contraditório e ampla defesa antes da exclusão definitiva (BRASIL, 2025d). Esse entendimento, aparentemente em tensão com o dever de devido processo reconhecido pelo STF no Tema 987, revela justamente a necessidade de parâmetros normativos mais claros, o que a positivação da transparência algorítmica pelo art. 2.027-E do PL nº 4/2025 busca oferecer.

Nesse julgamento, o conceito de desplataformização, a princípio mais alinhado ao entendimento do STF expresso no Tema 987, foi desenvolvido no voto vencido proferido pela Ministra Nancy Andrighi, conforme trecho abaixo reproduzido (BRASIL, 2025d):

> [...] A discussão em análise não demanda o reexame de fatos e provas ou de cláusulas contratuais, mas sim da violação a normas infraconstitucionais relacionadas à responsabilidade civil no âmbito consumerista e ao ônus da prova no processo civil. O voto vai no sentido de apontar a violação ao art. 6º, III e VIII do CDC, art. 187 do CC e art. 373 do CPC, pois era ônus da empresa administradora do jogo eletrônico comprovar a regularidade da desplataformização, o que, segundo o cenário fático exposto em sentença e em acórdão, não ocorreu. A linha de raciocínio adotada no voto desta Relatoria, analisando tese jurídica abstrata, aponta ser ônus probatório da plataforma comprovar (i) a ocorrência do ato; (ii) o cumprimento do devido processo informacional; e (iii) o respeito ao contraditório e à ampla defesa (BRASIL, 2025d, s. p.).

Seguindo o avanço da digitalização e das ferramentas de inteligência artificial, o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução CNJ nº 615/2025, que estabelece diretrizes, limites e regras de governança para o uso de inteligência artificial (IA), incluindo IA generativa, no âmbito do Poder Judiciário brasileiro. (BRASIL, 2025e).

No mesmo sentido, o Poder Judiciário vem consolidando punições severas, sob a égide da litigância de má-fé, para advogados que utilizam IAs generativas de forma negligente para fabricar jurisprudências e ementas falsas em peças processuais.

Como exemplo, a 9ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, na decisão do Agravo de Instrumento nº 0108267-74.2025.8.16.0000, reconheceu litigância de má-fé e aplicou multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, após identificar precedente inexistente do Superior Tribunal de Justiça em peça processual. A decisão também determinou o envio de ofício à OAB-PR para apuração de eventual infração disciplinar (JOTA, 2026).

O Tribunal determinou ainda o envio de ofício à Seccional Paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR) para apuração de eventual infração disciplinar. Da decisão, cabe recurso. (JOTA, 2026).

Esses precedentes demonstram que a jurisprudência já exigia as balizas de conformidade que o PL 4/2025 agora pretende codificar.

5 Considerações finais

A análise desenvolvida demonstra que a digitalização das relações privadas exige a atualização dos instrumentos tradicionais do Direito Civil, mas não autoriza a substituição da argumentação jurídica por presunções genéricas sobre a autonomia ou a periculosidade da inteligência artificial. O Projeto de Lei nº 4, de 2025, oferece uma proposta relevante ao sistematizar o Direito Civil Digital, reconhecer contratos inteligentes e organizar os fatores de imputação da responsabilidade civil, especialmente por meio da disciplina do risco da atividade em ambientes físicos e digitais (BRASIL, 2025a; BRASIL, 2025b).

No âmbito contratual, transparência, informação, segurança e previsibilidade constituem condições necessárias para a validade prática e a execução confiável de negócios celebrados ou cumpridos por meios automatizados. No âmbito extracontratual, danos causados por falhas de programação, ausência de supervisão ou resultados inadequados de sistemas de inteligência artificial devem ser examinados à luz do regime aplicável, da existência de defeito ou risco juridicamente relevante, da participação causal de fornecedor e operador e da prova do dano e do nexo causal. A responsabilidade objetiva somente incide quando houver fundamento legal ou quando a atividade desenvolvida implicar risco nos termos do ordenamento, não decorrendo automaticamente da simples utilização de uma ferramenta tecnológica.

A noção de ingerência tecnológica contribui, nesse contexto, para identificar quem efetivamente escolhe, parametriza, implementa, supervisiona ou se beneficia do sistema e, portanto, quem se encontra em melhores condições de prevenir o dano e produzir as informações necessárias à sua apuração. A solução juridicamente adequada não consiste em responsabilizar indistintamente todos os envolvidos, mas em distribuir os encargos conforme o grau de controle, os deveres de governança e a participação de cada agente na cadeia causal. Assim, a consolidação de um Direito Civil Digital deve combinar inovação e autonomia privada

com proteção da confiança, reparação integral e mecanismos efetivos de transparência, controle humano e rastreabilidade.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 615, de 11 de março de 2025. Estabelece diretrizes para o desenvolvimento, utilização e governança de soluções desenvolvidas com recursos de inteligência artificial no Poder Judiciário. Brasília, DF: CNJ, 2025. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/6001. Acesso em: 31 ago. 2026.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei nº 4, de 2025. Dispõe sobre a atualização da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e da legislação correlata. Brasília, DF: Senado Federal, 2025. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/166998. Acesso em: 31 ago. 2026.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei nº 4, de 2025: texto inicial, avulso e exposição de motivos. Brasília, DF: Senado Federal, 2025. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9889356&disposition=inline. Acesso em: 31 ago. 2026.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. STF define parâmetros para responsabilização de plataformas por conteúdos de terceiros. Brasília, DF, 26 jun. 2025. Disponível em: https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-define-parametros-para-responsabilizacao-de-plataformas-por-conteudos-de-terceiros/. Acesso em: 31 ago. 2026.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 2.1 23.587/SC (2024/0043134-8). Relatora: Min. Nancy Andrighi. Relator para acórdão: Min. Ricardo Villas Bôas Cueva. Terceira Turma. Julgado em: 4 fev. 2025. Publicado no DJEN/CNJ em: 19 fev. 2025. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=202400431348&dt_publicacao=19/02/2025. Acesso em: 31 ago. 2026.

JOTA. TJPR aplica multa milionária a advogado autor de ação por citar precedente inexistente com IA. JOTA, 26 jun. 2026. Disponível em: https://www.jota.info/justica/tjpr-aplica-multa-milionaria-a-advogado-autor-de-acao-por-citar-precedente-inexistente-com-ia. Acesso em: 31 ago. 2026.

UNIÃO EUROPEIA. Regulamento (UE) 2022/2065 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de outubro de 2022, relativo a um mer-

cado único para os serviços digitais e que altera a Diretiva 2000/31/CE (Regulamento dos Serviços Digitais). Jornal Oficial da União Europeia, L 277, 27 out. 2022, p. 1-102. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/eli/reg/2022/2065/oj/eng. Acesso em: 31 ago. 2026.

UNIDROIT. About UNIDROIT. Rome: UNIDROIT, [s. d.]. Disponível em: https://www.unidroit.org/about-unidroit/. Acesso em: 31 ago. 2026.

VON BAR, Christian; CLIVE, Eric; SCHULTE-NÖLKE, Hans (eds.). Principles, definitions and model rules of European private law: Draft Common Frame of Reference (DCFR): outline edition. Munich: Sellier, 2009. Disponível em: https://www.law.kuleuven.be/personal/mstorme/2009_02_DCFR_OutlineEdition.pdf. Acesso em: 31 ago. 2026.

Capítulo 35

ENTRE A ORIGEM GENÉTICA E A SEGURANÇA JURÍDICA: O DIREITO AO CONHECIMENTO DA IDENTIDADE DO DOADOR NA REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA

Ana Luiza de Castro Villela[1]
Andrei Rocha Valladão Silveira[2]
Marize de Fátima Alvarez Saraiva[3]
Raquel Alves Manso[4]

1 Introdução

A reprodução assistida heteróloga, caracterizada pela utilização de material genético proveniente de doador anônimo, alheio à relação paterna, tem adquirido cada vez mais relevância na sociedade, impulsionada pelos avanços científicos e tecnológicos.

Embora essa técnica possibilite que inúmeras famílias alcancem o sonho da gestação, sua utilização faz surgir um debate complexo, fundado

1 Advogada. Graduada em Direito pelas Faculdades Integradas Vianna Júnior. Pós-graduada em Direito Processual pela Pontifica Universidade Católica de Minas Gerais. Sócia do escritório Alvarez & Manso Advocacia. E-mail: analuiza@alvarezemanso.adv.br.

2 Advogado. Graduado em Direito pelas Faculdades Integradas Vianna Júnior. Pós-graduado em Compliance e Integridade Corporativa pela Pontifica Universidade Católica de Minas Gerais. Sócio do escritório Alvarez & Manso Advocacia. E-mail: andrei@alvarezemanso.adv.br.

3 Advogada. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Pós-graduada em Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Previdenciário pela Estácio de Sá. Pós-graduada em Direito e Processo Civil pela Estácio de Sá. MBA em Administração Acadêmica e Universitária pelas Faculdades Arnaldo-BH. Professora de Direito do Trabalho, Processo do Trabalho, Direito Civil e Previdenciário. Conselheira Seccional da OAB/MG. Membro da AMAT – Associação Mineira de Advogados Trabalhistas. Delegada da AMAT em Juiz de Fora-MG. Sócia do escritório Alvarez & Manso Advocacia. E-mail: marize@alvarezemanso.adv.br.

4 Advogada. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Graduada em Administração pela Fundação Educacional Machado Sobrinho. Pós-graduada em Finanças pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Pós-graduada em Direito Tributário pela Universidade Anhanguera. Pós-graduada em Direito Ambiental pela Universidade Gama Filho. Doutora em Ciências Jurídicas e Sociais pela UMSA – Universidad del Museo Social Argentino. Sócia do escritório Alvarez & Manso Advocacia. E-mail: raquel@alvarezemanso.adv.br.

na relação entre a origem genética, a identidade pessoal e a proteção à intimidade daqueles que participaram do procedimento.

Partindo da premissa de que, via de regra, o doador faz sua escolha pautada na preservação de identidade, até que ponto seria razoável permitir que o indivíduo fruto dessa inseminação possa ter acesso a informações relacionadas à sua origem genética, em contraponto com o direito à identidade da pessoa humana?

Com o propósito de responder a esse questionamento, foi utilizada como metodologia a pesquisa bibliográfica, legislativa e jurisprudencial, incluindo obras de autores consagrados, a fim de conhecer a literatura já apresentada para análise e desenvolvimento da temática, bem como da interpretação de dispositivos legais e do exame crítico de julgados relevantes.

Para uma melhor compreensão da temática, o presente artigo está estruturado em três partes. Inicialmente, será abordado o direito do indivíduo ao conhecimento de sua origem genética, com destaque para sua relação com os direitos da personalidade e a dignidade da pessoa humana. Em seguida, será analisado o direito ao anonimato do doador de material genético, considerando os fundamentos que justificam sua proteção. Por fim, será realizado um contraponto entre os dois lados apresentados, de modo que o leitor possa formar sua convicção sobre o tema.

2 O direito ao conhecimento da própria origem

O direito ao conhecimento da própria origem pode ser compreendido como verdadeiro corolário do princípio da dignidade da pessoa humana, na medida em que o conhecimento acerca da própria identidade e de sua origem genética constitui elemento essencial para a plena compreensão do indivíduo sobre si mesmo. Nesse ponto, mister digressionar sobre o princípio da dignidade humana.

São Tomás de Aquino (2004, p. 51) resumiu a impossibilidade de encontrar uma definição para o conceito de dignidade quando disse que "o termo dignidade é algo absoluto e pertence à essência".

Cumpre dizer, todavia, que dignidade vem do latim *digna*, significando o que é merecedor, digno, considerável, etc. Rizzato Nunes (2009, p. 49), assim conceitua:

> [...] dignidade é um conceito que foi sendo elaborado no decorrer da história e chega ao início do século XXI repleta de si mesma como um valor supremo, construído pela razão jurídica [...] a dignidade humana

> é um valor preenchido "apriori", isto é, todo ser humano tem dignidade só pelo fato de ser pessoa.

Assim, dignidade humana é um atributo da pessoa que resulta de sua mera existência. Sarlet (2011, p. 73) conceitua a dignidade da pessoa humana como:

> [...] a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que asseguram a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos.

O princípio da dignidade da pessoa humana foi formulado originalmente por Immanuel Kant (2004, p. 64-65), para quem as pessoas deveriam ser tratadas como um fim em si mesmas, e não como um meio (objetos):

> No reino dos fins, tudo tem ou um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem preço, pode ser substituída por algo equivalente; por outro lado, a coisa que se acha acima de todo preço, e por isso não admite qualquer equivalência, compreende uma dignidade.

Portanto, o princípio da dignidade da pessoa humana refere-se ao atributo inerente ao ser humano que o faz digno de respeito e consideração tanto por parte do Estado, quanto por parte da sociedade, assegurando a cada cidadão uma série de direitos e deveres contra atos degradantes e desumanos, garantindo condições mínimas para uma vida saudável.

Nesse sentido, o postulado da dignidade da pessoa humana constitui o princípio máximo do Estado Democrático de Direito, tendo sido consagrado por diversas Constituições. Na CF de 1988, encontra-se no inciso III do art. 1º:

> Artigo 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
>
> III – a dignidade da pessoa humana.

Ressalta-se que, a partir do momento em que os direitos humanos são inseridos em um texto constitucional, passam a ser considerados direitos fundamentais.

Do ponto de vista formal, direitos fundamentais são aqueles que a ordem constitucional qualifica expressamente como tais. Já do ponto de vista material, são direitos fundamentais aqueles direitos que ostentam maior importância, ou seja, os direitos que devem ser reconhecidos por qualquer Constituição legítima (PEREIRA, 2006, p. 77).

É nesse contexto que se analisa o direito à identidade (visto neste trabalho como direito ao conhecimento da origem genética) como direito fundamental por ser corolário do princípio da dignidade da pessoa humana.

Assim, reconhecido como um direito humano fundamental, o direito à identidade é inserido no âmbito dos direitos das pessoas a conhecerem suas origens, especialmente quem são seus pais biológicos, e obterem, quando for o caso, o registro da filiação.

As normas que asseguram o direito ao conhecimento das próprias origens têm sua matriz no Direito Internacional relativo a direitos humanos. A Convenção sobre os Direitos da Criança (Decreto nº. 99.710/1990), no art. 7º, primeira parte, diz:

> A criança será registrada imediatamente após seu nascimento e terá direito, desde o nascimento a um nome, a uma nacionalidade e, na medida do possível, a conhecer seus pais e a ser cuidada por eles.

E o art. 8º prevê:

> 1. Os Estados Partes comprometem-se a respeitar o direito da criança de preservar sua identidade, inclusive a nacionalidade, o nome e as relações familiares, em conformidade com a lei, sem interferências ilícitas.
>
> 2. Quando uma criança se vir privada ilegalmente de algum dos elementos da sua identidade ou de todos, os Estados Partes deverão fornecer assistência e proteção adequadas com vista a restabelecer rapidamente sua identidade.

Também foi reconhecido aos adotados o direito a conhecerem sua origem biológica, após completarem dezoito anos, porém sem desconstituir a verdadeira relação de filiação existente com relação aos adotantes. Ou seja, o conhecimento da identidade dos progenitores não implica o estabelecimento de qualquer vínculo jurídico com eles. Trata-se de mero conhecimento, como uma forma de buscar a própria história e de reafirmar a individualidade. A lei apenas reconhece a existência de um liame genético que não se extingue com a adoção. Nesse caso, distingue-se nitidamente a paternidade biológica da paternidade afetiva, prevalecendo essa última para fins registrais e até mesmo patrimoniais.

Nesse sentido, lúcida é a lição de Paulo Luiz Netto Lôbo (2004), que diferencia o direito ao estado de filiação do direito à origem genética: "o direito ao conhecimento da origem genética não significa necessariamente direito à filiação. Sua natureza é de direito da personalidade, de que é titular cada ser humano".

Para esse autor, o estado de filiação, consagrado no art. 27 do ECA, decorre dos laços afetivos construídos no cotidiano de pai e filho. Constitui, pois, fundamento essencial da atribuição de uma relação de paternidade e de maternidade que pode ou não se fundar em um vínculo biológico. Já o direito ao conhecimento da ascendência genética é um direito da personalidade, que tem por finalidade possibilitar ao indivíduo conhecer a própria origem.

Rafael Luís Vale Reis (2008, p. 52), também defende a autonomia do direito ao conhecimento das origens genéticas:

> Defendemos, por isso, uma construção dogmática do direito ao conhecimento das origens genéticas, no plano das bases constitucionais, a partir da consideração do indivíduo autônomo, e com plena capacidade de gozo e de exercício, desligando essa tarefa inicial de quaisquer considerações relativas ao interesse da criança. Só assim se compreenderá, por exemplo, que o direito ao conhecimento das origens genéticas envolve um simples direito ao conhecimento da identidade dos progenitores, independentemente do estabelecimento dos vínculos jurídicos correspondentes.

No mesmo sentido, têm-se farta doutrina e jurisprudência, entendendo que, nos casos de adoção, há que ser respeitado o direito ao conhecimento da origem genética, independentemente de qualquer reconhecimento de filiação.

Porém, no que concerne às técnicas de reprodução assistida, as leis, muitas vezes, silenciam sobre o direito de pessoas nascidas através de inseminação artificial heteróloga a conhecer sua origem biológica.

3 O direito ao anonimato dos doadores e receptores

O direito ao anonimato dos doadores de gametas é entendido como derivação do direito à privacidade. A proteção internacional do direito à privacidade surgiu em 1948, com a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, que menciona em seu art. 5º que "toda pessoa tem direito à proteção da lei contra os ataques abusivos a sua honra, a sua reputação e a sua vida privada e familiar".

Ainda no mesmo ano, foi aprovada, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a Declaração Universal de Direitos Humanos, a qual enuncia em seu art. 12 que "ninguém será objeto de ingerências arbitrárias em sua vida privada, sua família, seu domicílio ou sua correspondência, nem de ataques a sua honra ou a sua reputação. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais ingerências ou ataques" (ONU, 1948).

A Convenção Americana sobre Direitos Humanos, assinada em São José da Costa Rica, em 1969, trouxe em seu artigo 11 a proteção à vida privada:

> Art. 11 – Proteção da honra e da dignidade.
>
> §1º - Toda pessoa tem direito ao respeito de sua honra e ao reconhecimento de sua dignidade.
>
> §2º - Ninguém pode ser objeto de ingerências arbitrárias ou abusivas em sua vida privada, na de sua família, em seu domicílio ou em sua correspondência, nem de ofensas ilegais à sua honra ou reputação.

No ordenamento jurídico do Brasil, somente a partir da CF de 1988 passou a existir expressa referência à vida privada e à intimidade.

O direito à privacidade está declarado precisamente no artigo 5º, inciso X da Carta Magna de 1988 quando estabelece que: "São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação".

Segundo José Afonso da Silva (2007, p. 209), a privacidade, concebida em seu sentido lato, ainda pode ser entendida como:

> O conjunto de informação acerca do indivíduo que ele pode decidir manter sob seu exclusivo controle, ou comunicar, decidindo a quem, quando, onde e em que condições, sem a isso poder ser legalmente sujeito. Embarca todas as manifestações das esferas íntimas, privadas e da personalidade, que o texto constitucional consagrou. A esfera de inviolabilidade, assim, é ampla, abrange o modo de vida doméstico, nas relações familiares e afetivas em geral, fatos, hábitos, local, nome, imagem, pensamentos, segredos, e, bem assim, as origens e planos futuros do indivíduo.

Pelo exposto, depreende-se que, assim como há o direito fundamental à identidade, derivado do princípio da dignidade da pessoa humana, há também o direito igualmente fundamental à privacidade, devendo ser ambos sopesados no que concerne à inseminação artificial heteróloga.

Enfatiza-se que, no Brasil, não há lei específica sobre o assunto, mas o Conselho Federal de Medicina determina que seja assegurado o anonimato dos doadores de material genético para inseminação artificial heteróloga.

De acordo com o CFM, o sigilo sobre a identidade dos doadores seria imprescindível para assegurar a existência de doações, as quais provavelmente seriam desencorajadas com a possibilidade de se identificar as pessoas que se dispuseram a ceder seu próprio material genético para realizar o sonho de terceiros de serem pais.

Porém, como outrora ocorreu com relação à adoção, agora, na reprodução artificial heteróloga, os filhos assim concebidos pretendem a supressão do anonimato das doações de gametas, permitindo o acesso à identidade dos genitores.

Sobre a temática, Guilherme de Oliveira (2003) assevera que, na inseminação artificial heteróloga, ao contrário do que acontece com a adoção, o genitor não é alguém que abdicou da paternidade de seu filho. É, sim, alguém que se dispôs a auxiliar para que outras pessoas pudessem ter seus próprios filhos, suprindo a esterilidade das mesmas ou evitando o receio de transmissão de doenças hereditárias graves. Dessa forma, ele também merece ser protegido. Assim, apesar das semelhanças com a adoção, o segredo quanto à identidade do doador de gametas tem particularidades que o diferenciam do segredo quanto à identidade dos pais biológicos na adoção (OLIVEIRA, 2003, p. 500).

No que concerne ao direito à privacidade, este também pode ser analisado sob o prisma da intimidade dos pais afetivos, que teriam direito a não ver revelado o fato de terem utilizado técnicas de reprodução assistida para conseguirem gerar filhos.

Fato inegável é que o direito ao anonimato dos doadores de gametas, assim como o direito à privacidade dos pais afetivos, entra em confronto com o direito à identidade (também entendido como direito à verdade sobre si mesmo) daquele que foi gerado através de fecundação heteróloga.

Mas, diante da insuficiência de legislação sobre o tema no Brasil, mesmo que houvesse consenso sobre a identificação dos doadores de gametas, ainda subsistiriam polêmicas quanto aos direitos daí resultantes, neles compreendidos os direitos registrais, sucessórios e também a alimentos.

4 Ponderação entre o direito à origem genética e o anonimato do doador

Partindo da análise dos direitos constitucionais anteriormente apresentados, torna-se nítida a colisão entre os interesses juridicamente tutelados, estando de um lado o direito ao conhecimento de sua origem genética e, de outro, à privacidade e intimidade do doador.

A ausência de legislação específica que discipline, de forma detalhada, o acesso à identidade do doador contribui para a existência de insegurança jurídica sobre a matéria. Dessa forma, a questão exige a análise conjunta dos direitos envolvidos, de modo a evitar que a proteção de um deles implique a completa supressão do outro.

Neste contexto, no julgamento do Agravo de Instrumento de nº 70052132370, o Desembargador Luiz Felipe Brasil Santos, da 8ª Câmara Cível do TJRS, na análise de um processo que envolvia o reconhecimento da filiação de um casal homoafetivo, que utilizou a reprodução assistida para fecundação, decidiu pela desnecessidade de citação do laboratório e do próprio doador, pontuando que:

> "É evidente que o indivíduo que opta por doar anonimamente seus óvulos ou espermatozóides assim o faz porque não tem a mínima intenção pessoal de conceber a criança que eventualmente se gerará com seus gametas, tampouco lhe interessa saber quem é ou onde está esta criança, ou mesmo se ela existe. A doação anônima de gametas e embriões é um ato altruísta, de quem deseja ajudar pessoas inférteis, ou com impossibilidade de conceber naturalmente uma criança, a realizar o sonho de gerar um filho."

Sobre a temática, impende ressaltar que a proteção conferida ao doador não pode ser analisada de maneira isolada, haja vista que o indivíduo concebido por meio da reprodução assistida heteróloga não participou da decisão de manter o anonimato e, posteriormente, pode apresentar interesse legítimo em conhecer sua origem genética.

É justamente nesse ponto que se torna necessária a distinção entre o direito ao conhecimento da origem genética e o direito à filiação, uma vez que o acesso às informações genéticas do doador não significa, necessariamente, a constituição de vínculo de filiação. Ao contrário, o conhecimento da ancestralidade possui finalidade própria, relacionada à identidade e, inclusive, ao acesso a informações relevantes para a saúde do indivíduo gerado por fecundação artificial.

Em outro trecho o acórdão supramencionado, o próprio órgão julgador pontuou que eventual pretensão de conhecer a origem genética constitui interesse personalíssimo do concebido, não podendo ser confundida com uma pretensão de terceiros.

Dessa forma, embora o precedente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul reconheça a importância da preservação do anonimato do doador, sua análise também permite identificar que a questão não se resume à simples escolha entre a manutenção ou a quebra do sigilo.

Portanto, a ponderação entre os direitos envolvidos, através da análise de cada caso em apartado, apresenta-se como a alternativa mais adequada diante da ausência de regulamentação legislativa específica, buscando-se uma solução equilibrada que preserve a segurança jurídica da reprodução assistida sem desconsiderar a dignidade, a identidade e os direitos da personalidade da pessoa concebida por essa técnica.

5 Conclusão

O presente estudo teve como objetivo analisar, dentro reprodução assistida heteróloga, o conflito entre o direito do indivíduo concebido ao conhecimento de sua origem genética e o do doador à preservação de sua identidade e anonimato.

Inicialmente, foi analisado o princípio da dignidade da pessoa humana como fundamento para obtenção do fim pretendido, considerando sua relação com os direitos da personalidade e com a construção da identidade individual. Em seguida, examinou-se o direito à privacidade e ao anonimato do doador, especialmente diante das normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Medicina. Por fim, diante da ausência de legislação específica sobre a matéria, foram analisados os direitos em conflito à luz da ponderação e do entendimento jurisprudencial apresentado.

Conclui-se, dessa forma, que não é possível estabelecer, de maneira absoluta, a prevalência de um direito sobre o outro, sendo necessário realizar um juízo de valores, considerando as circunstâncias de cada caso, sem que o acesso à origem genética implique, necessariamente, o reconhecimento de vínculo jurídico de filiação ou a atribuição de responsabilidades parentais ao doador.

Referências

AQUINO, Tomás de. **Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, de 16 de julho de 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm Acesso em: 17 ago. 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 17 ago. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990.** Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm. Acesso em: 17 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 17 ago. 2026.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **Agravo de Instrumento nº 70052132370 RS**. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-rs/112732656/inteiro-teor-112732666?origin=serp. Acesso em: 17 ago. 2026.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos**. Tradução de Leopoldo Holzbach. São Paulo: Martin Claret, 2004.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. Direito ao estado de filiação e direito à origem genética: uma distinção necessária. **Revista CEJ,** Brasília, n. 27, p. 47-56, out./dez. 2004.

MANSO, Raquel Alves. **Direitos envolvidos nas distintas formas de paternidade no marco da legislação brasileira**. Tese (Doctorado en Ciencias Jurídicas y Sociales) – Universidad del Museo Social Argentino, Buenos Aires, 2015.

NUNES, Luiz Antônio Rizzato. **O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana: doutrina e jurisprudência**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2009.

OLIVEIRA, Guilherme de. **Critério jurídico da paternidade**. Coleção Teses. Coimbra: Almedina, 2003.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Ame-**

ricana sobre Direitos Humanos: Pacto de São José da Costa Rica, de 22 de novembro de 1969. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/conv_americana_dir_humanos.htm. Acesso em: 17 ago. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem**, de 30 de abril de 1948. Disponível em: http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos--e-politica-externa/DecAmeDirDevHom.html. Acesso em: 17 ago. 2026.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

REIS, Rafael Luis Vale. **O direito ao conhecimento das origens genéticas**. Coimbra: Coimbra Editora, 2008.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988.** 9. ed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

Capítulo 36

PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE DAS MARCAS DE MODA: SUCESSÃO EMPRESARIAL, GOVERNANÇA CRIATIVA E LIMITES REGULATÓRIOS

Felipe Augusto Reis Santos[1]
Ana Francisca Rosas Santos[2]
Anamaria Sousa Silva[3]

1 Introdução

O Fashion Law consolida-se, no Direito Civil e Empresarial contemporâneo, como campo interdisciplinar que articula propriedade intelectual, direito contratual, direito societário e, mais recentemente, normas de proteção cultural adotadas por Estados soberanos. Opta-se, neste trabalho, pela expressão em língua inglesa Fashion Law, e não por sua tradução literal Direito da Moda, por se tratar de designação já consolidada na literatura especializada nacional e internacional, o que favorece o diálogo com a produção doutrinária estrangeira sobre o tema, sem prejuízo do uso, ao longo do texto, da expressão em português quando referida especificamente à disciplina jurídica brasileira do setor. Na indústria da moda, o valor do estabelecimento empresarial não decorre apenas de bens materiais, mas também de ativos intangíveis, como a assinatura estética, a narrativa histórica e a reputação da marca, o que gera tensão entre a liberdade contratual das partes em operações de transição empresarial e a necessidade de preservação da identidade que sustenta o próprio valor do negócio (Arrosi; Souza, 2018).

1 Graduando em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail:felipe.ars@discente.ufma.br.

2 Graduanda em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: rosas.ana@discente.ufma.br

3 Doutora em Direito - Cooperação Internacional /Universidade de Nagoya (2000), Mestre em Direito - Cooperação Internacional/ Universidade de Nagoya (1997). Graduada em Direito/ UFMA (1993). Professora adjunto na Universidade Federal do Maranhão desde 2015. E-mail:silva.anamaria@ufma.br.

Essa tensão adquire relevância crescente diante da internacionalização de grifes brasileiras e da entrada de grupos estrangeiros no mercado nacional de moda, cenário em que se multiplicam operações de sucessão empresarial capazes de afetar a continuidade da identidade criativa das marcas, ainda que por vias jurídicas distintas: no trespasse, transfere-se o próprio estabelecimento, complexo de bens que inclui a marca e os demais elementos de sua identidade; na fusão, ocorre reorganização societária com sucessão universal, em que a nova sociedade sucede as fusionadas em todos os direitos e obrigações, absorvendo o estabelecimento nesse processo; e na aquisição de controle societário, muda apenas o titular das quotas ou ações que asseguram o comando da sociedade, permanecendo o estabelecimento sob a titularidade da mesma pessoa jurídica. É essa distinção jurídica que determina o grau de exposição da identidade criativa da marca em cada modalidade e que impõe, cada vez mais, a inserção de cláusulas contratuais específicas de proteção, ajustadas conforme o instituto efetivamente empregado. A compreensão dos limites jurídicos dessa estrutura contratual ultrapassa o plano teórico, constituindo instrumento de segurança jurídica para investidores, criadores e consumidores, ao preservar expectativas legítimas acerca da continuidade da identidade de marcas dotadas de relevante valor simbólico e econômico.

A preservação da identidade criativa das marcas de moda assume especial relevância em contextos de transição empresarial, sucessão na direção criativa e internacionalização, nos quais se torna necessário examinar o alcance dos mecanismos de governança privada diante das normas obrigatórias vigentes nos diferentes mercados de atuação.

Nessas circunstâncias, os regimes tradicionais de propriedade industrial e de transferência do estabelecimento mostram-se insuficientes para assegurar, isoladamente, a continuidade dos elementos que distinguem e individualizam a marca. Essa proteção demanda a articulação de instrumentos contratuais, societários e organizacionais específicos, cuja eficácia permanece subordinada às normas imperativas aplicáveis.

A análise concentra-se, portanto, nos mecanismos jurídicos empregados para preservar a identidade das marcas de moda durante transformações empresariais e criativas, considerando tanto a autonomia privada na estruturação da governança quanto os limites impostos pelos ordenamentos jurídicos dos mercados em que essas empresas atuam. Para tanto, examina-se a aquisição societária da Versace, as sucessões ocorridas na direção criativa da Chanel e os limites impostos por normas estrangeiras de

conteúdo local em publicidade, com destaque para a experiência nigeriana. Embora juridicamente distintos, esses casos apresentam um problema econômico e organizacional comum: a preservação do aviamento e da identidade estética da marca em contextos de mudança. A investigação culmina na sistematização de instrumentos preventivos compatíveis com o ordenamento jurídico brasileiro, construída a partir de uma abordagem qualitativa, descritiva, analítica e propositiva, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental, no exame de casos empresariais estrangeiros e na análise da legislação nacional e internacional.

2 Identidade da marca, transição empresarial e governança criativa

2.1 O estabelecimento empresarial e o trespasse no Código Civil

O art. 1.142 do Código Civil define o estabelecimento empresarial como o complexo de bens organizado para o exercício da empresa, universalidade de fato composta por elementos materiais e imateriais, entre eles a marca, o ponto e a clientela.

A doutrina reconhece que o valor do estabelecimento empresarial pode superar a soma dos bens que o integram. Esse valor adicional, denominado aviamento, decorre da organização e da articulação de seus elementos, bem como de sua capacidade de atrair e conservar a clientela (Coelho, 2016; Mamede, 2019). Trata-se de atributo que não se confunde com os bens que compõem o estabelecimento, mas resulta da organização que o empresário lhes confere e da aptidão dessa organização para gerar lucro.

Na indústria da moda, esse fenômeno é particularmente acentuado. Diferentemente de setores em que o aviamento decorre sobretudo de fatores como localização ou eficiência operacional, o valor de uma Casa de Moda está ligado, em grande medida, à sua identidade criativa e à trajetória que construiu ao longo do tempo. Neste trabalho, a expressão "Casa de Moda" refere-se à organização empresarial compreendida não apenas como uma marca ou um conjunto de produtos, mas como uma estrutura que reúne uma identidade criativa própria, uma tradição estética e elementos que compõem sua história. É justamente esse conjunto de escolhas estéticas, narrativas históricas e códigos visuais que a literatura de Fashion Law denomina DNA da marca. A marca deixa de ser mero

sinal distintivo, na acepção da Lei nº 9.279/1996, para se tornar o núcleo do negócio, em torno do qual se organizam o desenho de produtos, as estratégias de comunicação e as parcerias comerciais. Denis Borges Barbosa observa que, no ordenamento jurídico brasileiro, a proteção conferida à marca não se limita ao signo registrado, abrangendo também a repressão ao aproveitamento parasitário da reputação e do prestígio a ela associados (Barbosa, 2005), o que é especialmente relevante quando a percepção de autenticidade estética influencia diretamente o valor comercial dos produtos.

O chamado DNA da marca, compreendido como a síntese da sua identidade e do seu patrimônio criativo, não corresponde, por si só, a uma categoria jurídica autônoma. Trata-se de uma construção econômica e organizacional cujos elementos constitutivos demandam proteções distintas no âmbito do Direito da Moda (Mariot, 2016), tais como marca, desenho industrial, direito autoral, segredo de negócio, repressão à concorrência desleal e tutela do conjunto-imagem (*trade dress*).

O trespasse, disciplinado pelos arts. 1.142 a 1.149 do Código Civil, consiste na alienação onerosa do estabelecimento como universalidade, e não de seus elementos isoladamente considerados. O art. 1.146 prevê que o adquirente responde pelos débitos anteriores à transferência, regularmente contabilizados, permanecendo o alienante solidariamente obrigado por um ano, o que revela a preocupação legislativa em equilibrar a proteção de credores com a fluidez das operações empresariais. Já o art. 1.148 estabelece a sub-rogação automática do adquirente nos contratos de exploração do estabelecimento, ressalvados os de caráter pessoal (intuitu personae), cuja transferência depende da anuência do terceiro contratante, sob pena de se desnaturar a liberdade contratual (Requião, 2016; Martins, 2019).

A exceção no que concerne ao caráter pessoal é especialmente relevante na moda, pois contratos de licenciamento de design, colaboração criativa e representação de embaixadores (pessoas escolhidas para representar publicamente uma marca) costumam ser celebrados em razão de atributos pessoais de um estilista ou diretor criativo. A transferência do estabelecimento de uma Casa de Moda por trespasse, ou por operação societária equivalente, não implica, por si só, a continuidade automática desses vínculos personalíssimos, que podem se extinguir ou exigir negociação específica no momento da sucessão (Brasil, 2002; Requião, 2016). O risco de descontinuidade é um dos fatores que explica por que operações de aquisição de Casas de Moda costumam vir acompanhadas

de arranjos contratuais e societários sofisticados, destinados a assegurar a permanência, sob novo desenho jurídico, de figuras criativas centrais para a identidade da marca, o que se examina posteriormente.

Merece registro, ainda, o art. 1.147 do Código Civil, segundo o qual o alienante do estabelecimento não pode, salvo autorização expressa, fazer concorrência ao adquirente nos cinco anos subsequentes à transferência, dispositivo que consagra a chamada cláusula de não restabelecimento. Em operações de moda, essa vedação legal costuma ser complementada por cláusulas contratuais que vão além da mera abstenção de concorrência, alcançando também restrições ao uso do nome civil do estilista fundador em novos empreendimentos e à divulgação de técnicas ou métodos criativos característicos da marca alienada, na medida em que tais elementos, embora não sejam bens corpóreos, integram o aviamento transferido e sua utilização paralela pelo alienante poderia esvaziar o valor econômico do negócio.

2.2 Engenharia contratual global: os casos Versace e Chanel

Os casos a seguir examinados possuem naturezas jurídicas distintas, o que impõe uma advertência conceitual prévia. A aquisição societária consiste na compra de quotas ou ações que asseguram o controle de uma sociedade; nessa hipótese, a pessoa jurídica adquirida subsiste e permanece titular de seus bens, contratos, marcas e do próprio estabelecimento, mudando apenas o titular do poder de comando. Foi o que ocorreu com a Versace, sucessivamente adquirida pela Michael Kors Holdings, rebatizada Capri Holdings, e, mais tarde, pelo Prada Group. Já a sucessão criativa consiste na substituição do estilista ou diretor responsável pela orientação estética da marca, sem que disso decorra, necessariamente, qualquer alteração na titularidade do estabelecimento ou no controle societário. Foi o que ocorreu com a Chanel, na passagem da direção artística de Karl Lagerfeld a Virginie Viard e, posteriormente, a Matthieu Blazy. Os dois casos são examinados em conjunto não por corresponderem ao mesmo instituto jurídico, mas porque evidenciam, cada um a seu modo, o desafio comum de preservar a identidade estética e o aviamento de uma marca de moda em contextos de transição.

O caso Versace ilustra os mecanismos de preservação de identidade em sucessivas mudanças de controle. Em 2018, a Michael Kors Holdings adquiriu a Versace por cerca de US$ 2,12 bilhões, renomeando-se Capri

Holdings, com a família Versace recebendo parte do preço em ações da nova holding, permanecendo Donatella Versace como diretora criativa (FORBES, 2018). Sob a ótica do Direito Civil brasileiro, esse arranjo pode ser lido como uma separação convencional entre o controle societário sobre a titularidade do estabelecimento que, na aquisição de controle, permanece com a mesma pessoa jurídica, mudando apenas o titular das quotas ou ações que asseguram o comando, e o exercício de prerrogativas de natureza pessoal sobre a identidade criativa da marca, mantidas vinculadas à determinada pessoa física por cláusula contratual específica. Embora o art. 1.148 do Código Civil não incida diretamente sobre a aquisição de controle societário, pois a sociedade adquirida permanece titular do estabelecimento e dos contratos, sua ressalva aos vínculos de caráter pessoal oferece referência analógica para compreender a importância dos contratos celebrados em consideração às qualidades particulares do diretor criativo.

Essa configuração, contudo, não se mostrou definitiva, o que reforça a tese de que a blindagem estética de uma marca de moda não é assegurada por um instrumento contratual estático, mas depende de arranjos de governança revisitados a cada novo ciclo de controle societário. Em abril de 2025, Donatella deixou a direção criativa para assumir a função de embaixadora global da marca, voltada à representação institucional e a atividades associadas à grife, sendo sucedida na criação por Dario Vitale, anteriormente diretor de design e imagem da marca Miu Miu (TIPRANKS, 2025).

Em 2 de dezembro de 2025, o Prada Group anunciou a conclusão da aquisição da Versace junto à Capri Holdings, após a obtenção das autorizações regulatórias necessárias, encerrando o ciclo iniciado com a aquisição pela holding norte-americana em 2018 (PRADA GROUP, 2025). Em cada uma dessas transições, formalizou-se separadamente, em comunicados institucionais e desenhos de cargo específicos, quem exerce autoridade sobre a linguagem estética da marca, independentemente de quem detém o controle patrimonial do estabelecimento.

O caso Chanel, mantido sob controle da família Wertheimer, evidencia desafio distinto: a transmissão de conhecimento tácito na sucessão da direção criativa, sem alienação do estabelecimento. Diferentemente do caso Versace, não há aqui qualquer operação de aquisição societária ou transferência do estabelecimento: a Chanel permanece sob a mesma titularidade patrimonial ao longo de toda a sucessão examinada, e o que se transmite entre os sucessivos diretores criativos é exclusivamente a

autoridade sobre a linguagem estética da marca, ativo intangível que não circula por trespasse, por não integrar, em sentido próprio, o complexo de bens do estabelecimento, mas a esfera de atribuições pessoais do cargo de direção criativa. Karl Lagerfeld dirigiu a criação da maison por 36 anos; após sua morte, em 2019, Virginie Viard, sua colaboradora por décadas, assumiu a direção artística até 2024, quando foi sucedida por Matthieu Blazy, primeiro designer externo a ocupar o posto desde Lagerfeld (CNN, 2024; BUSINESS OF FASHION, 2024). A escolha de uma colaboradora próxima pode ser compreendida como estratégia de continuidade do código estético consolidado, em razão do conhecimento tácito acumulado durante décadas de convivência profissional. A posterior escolha de um designer externo, por sua vez, pode indicar maior abertura à renovação da linguagem visual, embora acompanhada do desafio de preservar os elementos identitários reconhecidos pelo público.

Do ponto de vista do Direito Empresarial, a sucessão na direção criativa não se confunde com o trespasse do estabelecimento, mas dele se aproxima ao envolver a tentativa de preservação de um ativo intangível que não pode ser formalmente transferido por contrato, por depender das habilidades e da sensibilidade do sucessor. O capital intelectual do diretor criativo integra o aviamento da marca, mas não é apropriável como os bens materiais ou os direitos de propriedade industrial registrados. Isso explica o investimento das Casas de Moda em comitês de estilo e arquivos históricos, estruturas organizacionais voltadas a documentar os códigos estéticos e facilitar sua transmissão aos novos diretores ao longo do tempo, independentemente de alterações na titularidade do estabelecimento.

Ao responderem ao desafio comum de preservar o aviamento e a identidade estética em momentos de transição, as experiências de Versace e Chanel revelam dois caminhos complementares: a separação contratual entre o controle patrimonial e a governança criativa, no primeiro caso, e a estruturação de mecanismos internos para a transmissão do conhecimento técnico e artístico, no segundo. Trata-se de arranjos operacionais voltados a conciliar a reorganização da empresa com a continuidade da marca."

Os casos analisados demonstram que a preservação da identidade da marca pode ser estruturada internamente por mecanismos contratuais, societários e organizacionais. Contudo, essa autonomia encontra limites externos quando a atuação da empresa alcança mercados submetidos a normas estatais imperativas, especialmente aquelas que exigem a adaptação local da comunicação publicitária, como se observa no caso nigeriano.

2.3 Limites regulatórios externos à identidade global da marca: o caso nigeriano

Além dos limites internos, a indústria da moda sujeita-se a limites externos impostos por normas imperativas de Estados soberanos. Na Nigéria, a Advertising Regulatory Council of Nigeria (ARCON), criada pela Lei nº 23/2022 em substituição ao antigo APCON, determinou, com vigência a partir de 1º de outubro de 2022, que toda peça publicitária veiculada no espaço publicitário nigeriano utilize exclusivamente modelos e locutores nigerianos, em política de fomento a talentos locais e de conservação de divisas (ARCON, 2022). Trata-se de política de conteúdo local, e não de proibição absoluta, já que a regulação prevê taxa específica para marcas que insistem no uso de talentos estrangeiros.

Considerando sua finalidade regulatória e sua incidência territorial sobre a publicidade veiculada no mercado nigeriano, essa política pode ser compreendida, no plano do Direito Internacional Privado, como norma de aplicação imediata. Nessa condição, tende a incidir independentemente da lei escolhida pelas partes para reger os contratos internacionais relacionados à campanha publicitária.

Para marcas globais que adotam identidade visual padronizada, a política impõe a adaptação local da comunicação, sob pena de incidência das consequências previstas pelo ordenamento nigeriano. Trata-se de um limite externo que não pode ser afastado por cláusula contratual destinada a assegurar a uniformidade global da identidade visual. Diante desse cenário, contratos internacionais de alienação de estabelecimento e licenciamento de marca na moda costumam prever arranjos de alinhamento cultural para lidar com essas exigências locais, tais como: a) mecanismos de due diligence regulatória prévia para mapear normas de conteúdo local; b) prerrogativas de veto conceitual reservadas à governança criativa para evitar adaptações que comprometam a coerência estética da marca; e c) procedimentos de compliance cultural para a revisão de peças publicitárias.

Essa política nigeriana insere-se em movimento mais amplo de regulação estatal do *trade dress* (conjunto-imagem) e da comunicação publicitária de marcas globais, fenômeno que, em maior ou menor medida, também se manifesta em outras jurisdições por meio de exigências de conteúdo local e restrições a determinadas representações estéticas consideradas incompatíveis com a ordem pública interna.

Em perspectiva comparada, as cláusulas de alinhamento cultural utilizadas no contexto nigeriano mostram-se, em princípio, compatíveis com o Direito Civil brasileiro, com as devidas adaptações. Sua incorporação encontra fundamento na autonomia privada consagrada nos arts. 421 e 421-A do Código Civil e não representa restrição à liberdade contratual, mas exercício qualificado dessa prerrogativa. Por meio delas, as partes podem antecipar os riscos culturais e regulatórios relacionados à internacionalização da marca e distribuir entre alienante e adquirente as responsabilidades por sua adaptação às particularidades de cada mercado, sem comprometer os elementos essenciais da identidade da grife.

2.4 Instrumentos jurídicos de prevenção e governança da identidade da marca

Se os tópicos precedentes identificaram a vulnerabilidade da marca diante de riscos internos ligados às mudanças de controle, à sucessão da direção criativa e de riscos externos decorrentes da incidência de normas estatais imperativas, cumpre agora sistematizar os instrumentos contratuais capazes de prevenir tais atritos. Para além da mera previsão genérica de alinhamento cultural, a preservação do aviamento e do patrimônio imaterial da moda exige uma estrutura jurídica precisa, cujos mecanismos operam no plano preventivo e encontram sustentação no ordenamento jurídico brasileiro, respeitados os limites da atividade empresarial.

A cláusula de governança criativa, cuja utilidade funcional resta ilustrada pela reestruturação observada no caso Versace, atua no isolamento do vetor estético em relação às oscilações do controle societário. Trata-se de atribuir a autoridade sobre a linguagem conceitual da marca a um órgão colegiado, como um conselho de identidade, ou a uma pessoa física determinada, por prazo certo e com atribuições delimitadas. Nas sociedades por ações, determinados aspectos da governança criativa podem ser disciplinados por acordo de acionistas quando estiverem relacionados ao exercício do voto ou do poder de controle. Conforme o art. 118 da Lei nº 6.404/1976, o acordo arquivado na sede deve ser observado pela companhia. Sua eficácia perante terceiros, contudo, depende da averbação nos livros de registro e nos certificados das ações, quando emitidos. Além disso, a vinculação dos órgãos da companhia deve respeitar as competências estabelecidas em lei e no estatuto social, não sendo possível atribuir

ao acordo de acionistas eficácia irrestrita sobre toda decisão criativa ou administrativa.

No âmbito do Direito Civil, esse instrumento prolonga a lógica da exceção aos contratos personalíssimos no trespasse prevista no art. 1.148 do Código Civil, encontrando respaldo extracontratual no direito moral do autor à integridade da obra, insculpido no art. 24, inciso IV, da Lei de Direitos Autorais.

A governança criativa também pode dialogar com o direito autoral quando os elementos integrantes de uma coleção ou apresentação preencherem os requisitos de originalidade e exteriorização exigidos pela Lei nº 9.610/1998. Nesses casos, os respectivos autores poderão invocar os direitos morais previstos no art. 24, inclusive o direito à integridade da obra. Essa proteção, entretanto, não pode ser atribuída automaticamente ao diretor criativo nem estendida indistintamente a toda coleção ou desfile, pois depende da identificação da obra, da autoria e dos requisitos próprios da tutela autoral.

Por sua vez, o veto conceitual deve ser modelado de forma estritamente delimitada, sob pena de degenerar em ingerência indevida na gestão e colidir com os deveres funcionais de diligência e lealdade impostos aos administradores nos arts. 153 a 156 da Lei nº 6.404 de 1976. Para assegurar sua validade, o objeto do veto deve restringir-se a elementos de imagem, campanhas publicitárias, embalagens e colaborações externas, preservando a competência exclusiva da administração sobre precificação, canais de distribuição e estratégia comercial. Essa delimitação encontra fundamento na boa-fé objetiva, na necessidade de determinação do objeto contratual e na preservação das competências legalmente atribuídas aos administradores. Um veto demasiadamente amplo poderá produzir insegurança decisória, interferir indevidamente na administração da sociedade e dificultar a responsabilização dos agentes encarregados da gestão.

No tocante aos riscos regulatórios externos, a exemplo das restrições de conteúdo local e proteção identitária analisadas no cenário internacional, a operacionalização contratual viabiliza-se pela *due diligence* regulatória. A due diligence deve abranger, conforme os mercados envolvidos, normas publicitárias, exigências de conteúdo local, proteção de dados, direitos de imagem, propriedade intelectual, práticas trabalhistas da cadeia produtiva e restrições relativas ao uso de expressões culturais. Na prática das operações de fusões e aquisições e de trespasse no setor,

essa ferramenta instrumentaliza-se por meio de declarações e garantias prestadas pelo alienante no próprio instrumento negocial, combinadas a mecanismos de indenização ou retenção de parcela do preço para cobrir eventuais desconformidades supervenientes. Trata-se de uma alocação contratual de riscos respaldada pela autonomia privada e pela liberdade de contratar. As declarações e garantias, contudo, não afastam a incidência das normas imperativas nem impedem a atuação das autoridades públicas; sua função consiste principalmente em distribuir, no plano interno da relação contratual, as consequências econômicas do risco identificado.

Por fim, os procedimentos de compliance cultural podem encontrar orientação interpretativa na Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da UNESCO, aprovada em 2005 e promulgada no Brasil pelo Decreto nº 6.177/2007. Embora a Convenção não imponha diretamente às empresas privadas a adoção de comitês de curadoria ou protocolos de consulta, seus princípios podem orientar práticas internas de respeito à diversidade cultural. Ainda que o diploma não imponha deveres diretos e coercitivos aos entes privados, fornece baliza hermenêutica essencial para a criação de comitês de curadoria e protocolos de consulta prévia. Essas instâncias ganham relevo sempre que a criação artística dialoga com elementos estéticos de culturas e comunidades tradicionais, reduzindo a exposição a controvérsias públicas e atritos jurídicos decorrentes da apropriação cultural. Conforme leciona Gilberto Mariot ao estabelecer a distinção entre a tutela dos bens imateriais voltados ao mercado, daqueles de matriz cultural, a proteção do patrimônio intangível da moda pressupõe reconhecer que a utilização de elementos culturais de comunidades não se reduz à mera apropriação de insumos industriais. Para o autor, tais criações constituem verdadeiras expressões de identidade, o que exige a incidência de regimes de proteção específicos que extrapolam os limites objetivos da propriedade industrial tradicional (Mariot, 2016). No âmbito da governança interna, esses comitês integram-se aos arquivos históricos e comitês de estilo, a exemplo da dinâmica institucionalizada no caso Chanel, documentando os códigos estéticos da casa e garantindo a continuidade da marca para além das pessoas físicas que transitam por sua direção. Tais salvaguardas estendem a proteção jurídica ao próprio processo de criação, e não apenas ao produto acabado ou à publicidade.

Em suma, a articulação entre governança criativa, veto conceitual, due diligence regulatória e compliance cultural não representa limitação desarrazoada à circulação da empresa, mas o exercício qualificado da autonomia privada em consonância com a função social do contrato.

Nessa lógica, a preservação do patrimônio imaterial da moda depende, sobretudo, da correta instrumentalização das relações negociais, cuja função é resguardar a reputação e a identidade das marcas sem impedir a inovação e a colaboração que movimentam esse mercado (Arrosi, 2018). A adoção preventiva desse repertório de mecanismos é, portanto, o que permite conciliar as mudanças de controle e a sucessão da direção criativa com a integridade do patrimônio imaterial da marca, premissa fundante que delimita as conclusões a seguir desenvolvidas.

3 Considerações finais

A preservação da identidade criativa das marcas de moda não é suficientemente assegurada apenas pelos regimes tradicionais de propriedade industrial e de transferência do estabelecimento. Em contextos de mudança de controle, sucessão na direção criativa e internacionalização, essa proteção exige a articulação entre mecanismos contratuais, societários e organizacionais, sem prejuízo da incidência das normas imperativas dos mercados de atuação.

No plano interno, a exceção pertinente aos contratos personalíssimos, consagrada no art. 1.148 do Código Civil brasileiro, encontra perfeita ressonância na prática negocial internacional. O caso Versace ilustra essa dinâmica ao demonstrar a possibilidade de separação convencional entre a transferência do controle societário e a manutenção da governança criativa sob cláusula específica, salvaguardando o vínculo personalíssimo que dá vida à identidade da marca diante de mutações no quadro de sócios. Diversamente, a experiência da *maison* Chanel, por não envolver a alienação do estabelecimento ou a alteração de seu controle, não se enquadra na hipótese do artigo 1.148 do Código Civil, mas revela, por vias institucionais próprias, o mesmo empenho de autolimitação da autonomia privada. Nesse cenário, o investimento contínuo em estruturas de preservação e transmissão do conhecimento tácito viabiliza a sucessão da direção criativa sem rupturas com o aviamento histórico da marca.

No plano externo, por sua vez, a análise da legislação nigeriana sobre conteúdo local evidencia que o império de normas de ordem pública nos territórios de atuação das empresas não cede diante da mera autonomia da vontade, exigindo a incorporação preventiva de mecanismos de alinhamento cultural nos contratos internacionais do setor.

Sob a perspectiva da atualidade legislativa, cumpre registrar que a proposta de reforma do Código Civil (Projeto de Lei nº 4 de 2025), traz importantes reflexões ao Direito de Empresa. Destaca-se, entre as inovações em debate na comissão do Senado Federal, a exigência trazida no artigo 1.134 de que sociedades estrangeiras constituam sede em solo nacional para operar no país, medida de forte impacto para marcas de moda internacionais que atuam no mercado brasileiro por meio de licenciamento ou representação. Embora as disposições relativas ao trespasse, constantes dos artigos 1.142 a 1.149 do Código Civil, não sofram alterações diretas no texto em tramitação, a permanente evolução normativa reforça a necessidade de acompanhamento contínuo por parte do *Fashion Law*, como garantia de previsibilidade às estruturas societárias do setor.

Do ponto de vista prático e propositivo, o estudo demonstra que os contratos de trespasse, aquisição societária, licenciamento, direção criativa e colaboração celebrados no setor da moda devem superar modelos genéricos. A integração de cláusulas de governança criativa, veto conceitual, due diligence regulatória e compliance cultural pode estabelecer ponto de equilíbrio entre a liberdade de reorganização do negócio e a preservação da identidade estética e do patrimônio reputacional da marca. Esses instrumentos reduzem a assimetria informativa e alinham as expectativas das partes diante de exigências regulatórias complexas, consolidando a segurança jurídica necessária ao desenvolvimento econômico da indústria.

Em última análise, proteger a identidade de uma marca de moda no âmbito do Direito Empresarial é reconhecer que o valor de uma *maison* não se esgota na soma de seus ativos tangíveis, estoques ou registros marcários. Trata-se da tutela de uma herança simbólica, de uma linguagem estética e de um ecossistema criativo que dialogam com a própria memória cultural da sociedade. Quando a dogmática jurídica e a autonomia privada se abrem para acolher essas peculiaridades através da governança e do *compliance*, o Direito deixa de ser um mero espectador das transações de mercado e passa a atuar como garantidor da continuidade da arte, do trabalho e da própria identidade que a moda imprime no tempo.

Referências

ADVERTISING REGULATORY COUNCIL OF NIGERIA (ARCON). Ban on the use of foreign models and voice-over artists. Abuja: ARCON, 2022.

ARROSI, Letícia Soster; SOUZA, Gabriel Silva de. Contratos e resolução de conflitos no âmbito do direito da moda. Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 991, p. 197-224, maio de 2018.

ARROSI, Letícia Soster. Um estudo dos contratos relativos à moda (fashion law): entre a propriedade intelectual e a economia. 2018. 121 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/274152. Acesso em: 1 set. 2026.

BARBOSA, Denis Borges. Uma Introdução à Propriedade Intelectual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

BRASIL. [Código Civil (2002)]. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2002.

BRASIL. [Lei das Sociedades por Ações (1976)]. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Brasília, DF: Presidência da República, 1976.

BRASIL. [Lei de Direitos Autorais (1998)]. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998.

BRASIL. [Lei de Propriedade Industrial (1996)]. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Projeto de Lei nº 4, de 2025. Dispõe sobre a atualização da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e da legislação correlata. Brasília, DF: Senado Federal, 2025.

BUSINESS OF FASHION. Why Chanel Chose Matthieu Blazy. [S. l.]: Business of Fashion, 2024. Disponível em: https://www.businessoffashion.com/articles/luxury/chanel-creative-director-matthieu-blazy/ Acesso em: 25 ago. 2026.

CNN. Chanel announces Matthieu Blazy as its new artistic director. [S. l.]: CNN, 2024. Disponível em: https://edition.cnn.com/2024/12/12/style/chanel-matthieu-blazy-new-artistic-director . Acesso em: 25 ago. 2026.

COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de Direito Comercial: direito de empresa. 28. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

FORBES. Michael Kors Holdings Finalizes Versace Acquisition, Changes Name to Capri Holdings. [S. l.]: Forbes, 2018. Disponível em: https://www.forbes.com/sites/declaneytan/2018/12/31/michael-kors-holdings-finalizes-versace-acquisition-changes-name-to-capri-holdings/ Acesso em: 25 ago. 2026.

MAMEDE, Gladston. Direito Empresarial Brasileiro. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2019. v. 1.

MARIOT, Gilberto. Fashion Law: a moda nos tribunais. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2016.

MARTINS, Fran. Curso de Direito Comercial. 42. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Paris: UNESCO, 2005. Promulgada no Brasil pelo Decreto nº 6.177, de 1º de agosto de 2007.

PRADA GROUP. Prada Group reaches an agreement with Capri Holdings for the acquisition of Versace. Milan: Prada Group, 10 Apr. 2025. Disponível em: https://www.pradagroup.com/en/news-media/news-section/25-04-10-pradagroup-versace.html Acesso em: 25 ago. 2026.

REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. v. 1.

TIPRANKS. Versace announces Donatella Versace to assume CBA role, Dario Vitale named CCO. [S. l.]: TipRanks, 2025. Disponível em:https://www.tipranks.com/news/the-fly/versace-announces-donatella-versace-to-assume-cba-role-dario-vitale-named-cco Acesso em: 25 ago. 2026.

Capítulo 37

O INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA EXECUÇÃO TRABALHISTA: DIVERGÊNCIAS ENTRE OS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO QUANTO À OBRIGATORIEDADE DO PROCEDIMENTO ANTES DO REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO AOS SÓCIOS

Jainieire Antunes Guimarães[1]

1 Introdução

O presente artigo tem por objeto demonstrar que, não obstante a expressa previsão legal do incidente de desconsideração da personalidade jurídica como técnica processual vocacionada a assegurar o contraditório prévio ao redirecionamento da execução aos sócios, a praxe forense trabalhista revela acentuada divergência entre os Tribunais Regionais do Trabalho quanto à sua real obrigatoriedade, sobretudo diante da ponderação entre postulados de celeridade, efetividade da execução e natureza alimentar do crédito trabalhista.

A efetividade da execução trabalhista sempre representou um dos maiores desafios práticos do processo do trabalho, especialmente em razão do elevado índice de inadimplemento das obrigações reconhecidas em sentença e da frequente insuficiência patrimonial das empresas executadas. Nesse contexto, a desconsideração da personalidade jurídica consolidou-se, ao longo das últimas décadas, como o principal instrumento processual apto a viabilizar a satisfação do crédito obreiro mediante a afetação do patrimônio pessoal dos sócios, quando frustrada a excussão dos bens da sociedade empresária.

1 Pós Graduada em Direito do Trabalho pela UIT. Advogada. Integrante da Leitte, Gonçalves & Oliveira Jr. Sociedade de Advogados (LGO Advogados), com atuação em direito do trabalho, compliance. E-mail: jainieire.antunes@lgoadv.com.br

Conforme adverte a doutrina de Mauro Schiavi, a desconsideração da personalidade jurídica no âmbito trabalhista não pode prescindir das balizas constitucionais do processo, sob pena de convolar-se em arbítrio expropriatório:

> A desconsideração da personalidade jurídica no processo do trabalho não pode constituir instrumento sumário e discricionário de invasão da esfera jurídica de terceiros. A busca pela efetividade do crédito de natureza alimentar deve ser compatibilizada de forma harmônica com as garantias fundamentais do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal substantivo. (SCHIAVI, Mauro. Manual de Direito Processual do Trabalho. 18. ed. São Paulo: LTr, 2023, p. 1120).

Com o advento do Código de Processo Civil de 2015, a desconsideração da personalidade jurídica, que antes era tratada, no âmbito trabalhista, como mero expediente informal e praticamente automático, passou a contar com procedimento próprio, disciplinado nos artigos 133 a 137 do Código de Processo Civil, exigindo requerimento formal da parte ou do Ministério Público, citação pessoal do sócio ou da pessoa jurídica, e efetiva oportunidade de manifestação e produção probatória antes da decisão. A Reforma Trabalhista (Lei n. 13.467/2017) incorporou expressamente esse regramento ao processo do trabalho por meio do artigo 855-A da Consolidação das Leis do Trabalho, dissipando dúvidas que ainda pairavam sobre a aplicabilidade do instituto processual comum à execução trabalhista.

Não obstante a clareza do texto legal, a prática forense revela um cenário de acentuada divergência entre os Tribunais Regionais do Trabalho quanto à real obrigatoriedade da instauração do incidente antes de qualquer redirecionamento da execução aos sócios. De um lado, parcela expressiva da jurisprudência trabalhista sustenta a imprescindibilidade do procedimento incidental como corolário intransponível do devido processo legal e do contraditório substantivo. De outro lado, julgados expressivos, invocando os princípios da celeridade, da efetividade da execução e da natureza alimentar do crédito trabalhista (artigo 100, § 1º, da Constituição Federal, e artigo 883 da CLT), dispensam ou mitigam o incidente, notadamente quando o sócio figurou no processo de conhecimento, integra grupo econômico, ou quando há indícios de encerramento irregular da sociedade.

O presente estudo tem por objetivo geral analisar essa divergência jurisprudencial, contextualizando-a à luz da disciplina legal do incidente e dos precedentes recentes dos tribunais de cúpula. Como objetivos específicos, busca-se examinar a estrutura normativa do incidente no

Código de Processo Civil e sua recepção pelo processo do trabalho; identificar as correntes divergentes nos Tribunais Regionais do Trabalho quanto à sua obrigatoriedade; e avaliar o impacto dos precedentes do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Superior do Trabalho sobre a controvérsia, destacando o Tema 1.232 do STF e o IRR 26 do TST.

Do ponto de vista metodológico, adota-se abordagem qualitativa, mediante pesquisa bibliográfica e documental, com exame da legislação processual civil e trabalhista, de doutrina especializada e de decisões paradigmáticas. Justifica-se a escolha do tema por sua inegável relevância prática, na medida em que a definição sobre a obrigatoriedade do incidente repercute diretamente na segurança jurídica das atividades empresariais e na efetividade da tutela jurisdicional trabalhista.

2 O incidente de desconsideração da personalidade jurídica no CPC/2015 e sua recepção pelo processo do trabalho

A desconsideração da personalidade jurídica constitui técnica de repressão ao abuso da autonomia patrimonial da pessoa jurídica, autorizando que os efeitos de determinadas obrigações sejam estendidos ao patrimônio particular dos sócios ou administradores, sem que isso implique a extinção ou anulação do ente moral. Trata-se de instituto de direito material, cujas hipóteses de cabimento decorrem de normas como o artigo 50 do Código Civil (teoria maior) e o artigo 28 do Código de Defesa do Consumidor (teoria menor), mas que, a partir do Código de Processo Civil de 2015, ganhou dimensão processual autônoma por meio de procedimento próprio para sua efetivação em juízo.

Sobre a natureza da técnica, leciona com precisão Fábio Ulhoa Coelho:

> A desconsideração da personalidade jurídica não visa à anulação ou desconstituição da pessoa jurídica, mas tão somente à ineficácia episódica de sua autonomia patrimonial para que determinadas obrigações alcancem os bens dos sócios ou administradores que dela se utilizaram de forma abusiva ou fraudulenta. (COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial: Direito de Empresa. 24. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2023, v. 2, p. 78).

Os artigos 133 a 137 do Código de Processo Civil disciplinam o incidente como modalidade típica de intervenção de terceiros, aplicável tanto na desconsideração direta (o sócio responde por dívida da sociedade)

quanto na desconsideração inversa (a sociedade responde por dívida do sócio). O artigo 133 estabelece que o incidente será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo. O artigo 134 admite o cabimento do incidente em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial, dispensando-se sua instauração apenas quando a desconsideração for requerida já na petição inicial, hipótese em que o sócio ou a pessoa jurídica serão diretamente citados.

Na lição de Fredie Didier Jr., a consagração procedimental do incidente visa a banir do ordenamento a figura da decisão surpresa contra terceiros:

> O incidente de desconsideração da personalidade jurídica veicula pretensão de extensão de responsabilidade executiva a terceiro originariamente estranho à lide. A exigência de contraditório prévio, com regular citação para defesa e dilação probatória no prazo de quinze dias, corporifica o direito fundamental à ampla defesa e impede que a constrição patrimonial ocorra inaudita altera parte sem base procedimental idônea. (DIDIER JR., Fredie. Curso de Direito Processual Civil: Introdução ao Direito Processual Civil, Parte Geral e Processo de Conhecimento. 25. ed. Salvador: Juspodivm, 2023, v. 1, p. 589).

Percebe-se que o legislador processual civil erigiu o contraditório prévio à condição de núcleo essencial do instituto, exigindo a citação do terceiro para que, antes de qualquer constrição patrimonial definitiva, possa apresentar resposta e produzir provas cabíveis no prazo legal de 15 dias (artigo 135 do CPC). Trata-se de opção legislativa alinhada ao modelo constitucional de processo, que veda decisões surpresa (artigo 10 do CPC) e prestigia a ampla defesa (artigo 5º, LV, da Constituição Federal).

No âmbito juslaboral, a Lei n. 13.467/2017 inseriu o artigo 855-A na Consolidação das Leis do Trabalho, determinando expressamente a aplicação do incidente previsto no Código de Processo Civil à jurisdição do trabalho, com as adaptações procedimentais cabíveis, admitindo, inclusive, a sua deflagração ex officio na fase de execução. O Tribunal Superior do Trabalho, mediante a Instrução Normativa n. 39/2016, já havia uniformizado administrativamente a aplicabilidade do incidente, ressalvando em seu artigo 6º a faculdade de atuação oficiosa do magistrado trabalhista na etapa executória.

Nesse cenário, verifica-se que, na dicção legal, a instauração do incidente processual configura a regra geral no redirecionamento da

execução trabalhista aos sócios, consubstanciando garantia de contraditório e ampla defesa. A controvérsia reside, por conseguinte, na sua aplicação prática pelos Tribunais Regionais do Trabalho, que muitas vezes flexibilizam essa exigência em favor da celeridade processual e da efetividade executiva.

3 Teoria Maior e Teoria Menor: fundamentos materiais da desconsideração no processo do trabalho

A par da dimensão estritamente procedimental do incidente, subsiste debate doutrinário e jurisprudencial acerca da teoria material aplicável à desconsideração da personalidade jurídica nas relações de trabalho. Pela teoria maior, positivada no artigo 50 do Código Civil, a desconsideração pressupõe a comprovação rigorosa do abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade (uso doloso para fraudar credores ou praticar atos ilícitos) ou pela confusão patrimonial (ausência de separação fática entre as esferas patrimoniais da empresa e dos sócios). Em contrapartida, pela teoria menor, albergada no artigo 28, § 5º, do Código de Defesa do Consumidor, basta a demonstração de que a personalidade jurídica representa mero obstáculo patrimonial ao ressarcimento de prejuízos causados aos credores, prescindindo-se da comprovação de fraude ou desvio de finalidade.

Ao analisar a distinção entre as teorias, assinala Carlos Roberto Gonçalves:

> A teoria maior da desconsideração não se contenta com a simples insolvência ou incapacidade financeira da pessoa jurídica para satisfazer suas obrigações, exigindo a prova inequívoca do desvio de finalidade ou da confusão patrimonial. Já a teoria menor adota postura ampliativa, bastando o mero estado de insolvência patrimonial do devedor principal para alcançar os bens particulares dos sócios. (GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: Parte Geral. 21. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023, v. 1, p. 274).

Historicamente, expressiva corrente da doutrina e da jurisprudência trabalhista inclinou-se pela incidência da teoria menor, sustentando que a natureza alimentar do crédito do empregado e a sua condição de hipossuficiência justificariam um padrão protetivo diferenciado, similar ao regime do direito das relações de consumo. Essa orientação tradicional, no entanto, vem sofrendo influxos restritivos diante dos pronunciamentos das Cortes Superiores, que apontam para a necessidade

de demonstração objetiva de abuso da personalidade jurídica para legitimar o redirecionamento executivo.

A relevância do debate material para a temática processual é direta: quanto menos rigoroso for o padrão fático-probatório exigido para desconsiderar a personalidade da pessoa jurídica, maior será a propensão dos órgãos judicantes a dispensar ou mitigar o procedimento formal do incidente, sob o pretexto de que a insolvência notória bastaria para atingir o patrimônio do sócio. Em sentido oposto, a valorização dos pressupostos materiais da teoria maior torna imperiosa a instauração do incidente como ambiente próprio de apuração e instrução probatória acerca do alegado abuso, reforçando o caráter cogente do rito estabelecido no artigo 855-A da CLT.

4 A divergência jurisprudencial entre os tribunais regionais do trabalho

A análise dos julgados regionais evidencia a existência de duas orientações interpretativas antagônicas no tocante à obrigatoriedade do incidente de desconsideração antes da constrição patrimonial dos sócios.

4.1 Corrente que exige a instauração obrigatória do incidente

A primeira vertente, alinhada à literalidade dos artigos 133 a 137 do Código de Processo Civil e do artigo 855-A da Consolidação das Leis do Trabalho, defende que a prévia instauração do incidente é condição de validade do redirecionamento executivo, impondo-se o reconhecimento de nulidade processual quando violados o contraditório e a ampla defesa. Sob essa premissa, decisões de diversos Tribunais Regionais do Trabalho têm desconstituído atos de constrição patrimonial efetivados contra sócios sem a regular citação pessoal para defesa prévia, exigindo o cumprimento estrito dos ditames do artigo 880, § 2º, da CLT, conjugado com o artigo 135 do CPC.

Sustenta-se, com respaldo nos princípios fundamentais do processo (artigos 7º, 9º e 10 do CPC), que o caráter alimentar do crédito exequendo não autoriza a supressão de garantias fundamentais do sócio, o qual permanece na condição de terceiro estranho à relação processual até que sobrevenha decisão que o integre legitimamente ao polo passivo. A responsabilidade patrimonial do sócio enseja expropriação de bens

particulares de quem não participou do processo cognitivo, circunstância que reclama observância rigorosa do devido processo legal substantivo.

4.2 Corrente que dispensa ou relativiza o incidente

Em posição antagônica, expressivo contingente de decisões regionais mitiga a exigência do incidente em situações específicas, tais como: quando o sócio tomou ciência material da execução ou participou da fase de conhecimento; quando despontam indícios veementes de grupo econômico, sucessão empresarial ou encerramento irregular da atividade produtiva; quando se trata de microempresas ou sociedades limitadas de pequeno porte, cuja confusão patrimonial seria faticamente presumida; ou quando o juízo adota o contraditório diferido, viabilizando a impugnação do sócio apenas após a realização de penhora patrimonial via embargos à execução.

A fundamentação dessa corrente apoia-se primordialmente no princípio da efetividade executória (artigo 4º do CPC e artigo 765 da CLT) e na proteção à subsistência do trabalhador, ponderando-se que o rigorismo formal do incidente propiciaria a ocultação de ativos financeiros e a blindagem ilícita de patrimônio societário. Sob essa ótica, argumenta-se que a garantia do contraditório restaria resguardada mediante impugnação diferida posterior à garantia do juízo.

A convivência dessas correntes díspares gera considerável insegurança jurídica, submetendo a esfera patrimonial dos sócios a critérios heterogêneos conforme a região ou a unidade jurisdicional competente. Essa disparidade procedimental perdurou por longo período no processo trabalhista, reclamando intervenção uniformizadora das Cortes de superposição.

5 Os precedentes recentes dos tribunais superiores e a tendência de uniformização

O panorama de fragmentação hermenêutica vem sendo substancialmente remodelado a partir de sucessivos pronunciamentos vinculantes proferidos pelo Supremo Tribunal Federal, pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Tribunal Superior do Trabalho entre o final de 2025 e meados de 2026.

No Supremo Tribunal Federal, o julgamento do Tema 1.232 de Repercussão Geral (RE 1.387.795, Rel. Min. Dias Toffoli) fixou diretriz segundo a qual a execução trabalhista não pode ser instaurada contra empresa pertencente a grupo econômico que não figurou na fase de conhecimento, sendo indispensável a instauração regular do incidente de desconsideração da personalidade jurídica (artigo 855-A da CLT c/c artigos 133 a 137 do CPC) com esteio nos pressupostos materiais da teoria maior (artigo 50 do Código Civil).

Na mesma linha de rigor formal e material, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, por ocasião do julgamento do Tema 1.210 dos Recursos Repetitivos (REsp 1.873.811/SP, Rel. Min. Raul Araújo), reafirmou a higidez da teoria maior nas relações empresariais e civis, assentando que o mero encerramento irregular da sociedade ou a inexistência de bens penhoráveis não consubstanciam, per se, hipóteses autorizadoras da desconsideração sem a demonstração de dolo no desvio de finalidade ou confusão patrimonial.

Coroando essa trajetória, o Tribunal Pleno do Tribunal Superior do Trabalho concluiu o julgamento do IRR 26 (Tema 26), fixando tese vinculante em que afirmou a competência da Justiça do Trabalho para o processamento do incidente em relação a sócios de sociedades em recuperação judicial (ressalvada ordem do juízo recuperacional), consignando que o deferimento da desconsideração depende da efetiva caracterização do abuso da personalidade jurídica nos moldes do artigo 50 do Código Civil, afastando a aplicação da teoria menor baseada no simples inadimplemento.

A convergência desses pronunciamentos traduz a prevalência da autonomia patrimonial como postulado estruturante do sistema societário brasileiro, impondo que a quebra da blindagem da pessoa jurídica seja precedida de contraditório regular e instrução fática idônea. Por conseguinte, esvazia-se o respaldo jurisprudencial para as decisões que dispensavam casuisticamente a instauração do incidente na execução trabalhista.

Cumpre registrar que, não obstante a tendência homogeneizadora, remanescem debates em temas correlatos, como as oscilações hermenêuticas verificadas na distribuição de competências materiais frente a juízos de recuperação judicial, exigindo permanente monitoramento doutrinário da evolução pretoriana.

6 Reflexos práticos da divergência e caminhos para a uniformização

Do prisma empírico, a dualidade de procedimentos enseja impactos sensíveis para todos os polos da relação processual. Sob a ótica do exequente, o rigor do incidente pode dilatar o tempo de tramitação processual, exigindo dilação instrutória complementar para viabilizar a solvência creditícia. Em contrapartida, para os sócios, a dispensa sumária do procedimento expõe o patrimônio particular a bloqueios coercitivos precoces mediante convênios eletrônicos de indisponibilidade bancária, frequentemente de difícil reversão.

Ressalte-se que muitos demandados atingidos pelo redirecionamento não ostentavam poderes de gestão executiva ou já haviam exercido sua retirada societária em momento anterior à constituição da obrigação, hipótese em que a ausência de defesa prévia fulmina a possibilidade de arguição tempestiva de excludentes de responsabilidade patrimonial. A incerteza quanto ao regramento fragiliza, outrossim, o planejamento econômico e a atratividade do ambiente negocial.

Nesse quadro, impõem-se como medidas para a consolidação da segurança jurídica: (i) a observância cogente pelos Tribunais Regionais do Trabalho da tese fixada no IRR 26 do TST, exigindo-se a fundamentação substancial do abuso societário nos termos da teoria maior; (ii) a afirmação do incidente como procedimento de rito obrigatório e inafastável, admitidas exceções apenas nas hipóteses de expresso pedido na exordial cognitiva (artigo 134, § 2º, do CPC) ou concessão motivada de tutela cautelar de arresto fundada no artigo 301 do CPC c/c artigo 855-A, § 2º, da CLT; e (iii) a intensificação da edição de verbetes sumulares pelo Tribunal Superior do Trabalho para expurgar a dispersão interpretativa regional.

7 Considerações finais

O percurso investigativo desenvolvido neste artigo evidenciou que, malgrado a disciplina expressa dos artigos 133 a 137 do Código de Processo Civil e do artigo 855-A da Consolidação das Leis do Trabalho, persistiam nos Tribunais Regionais do Trabalho controvérsias significativas sobre a exigibilidade da instauração do incidente antes do redirecionamento patrimonial aos sócios.

A jurisprudência dos tribunais superiores, expressa no julgamento do Tema 1.232 do Supremo Tribunal Federal, do Tema 1.210 do Superior Tribunal de Justiça e do Tema 26 (IRR 26) do Tribunal Superior do Trabalho, impõe uma inflexão segura nesse cenário, consagrando a indispensabilidade do contraditório prévio e a incidência dos critérios materiais da teoria maior para fins de afetação de patrimônio alheio à lide originária.

Conclui-se, portanto, que a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica consubstancia imperativo do devido processo legal e pressuposto formal indeclinável na execução trabalhista. O respeito ao procedimento legalmente estabelecido não fragiliza a efetividade da jurisdição laboral, mas a legitima perante a ordem constitucional, conferindo estabilidade às relações processuais e assegurando a incolumidade do patrimônio dos sócios contra constrições desprovidas de base fática e jurídica.

Referências

BRASIL. Lei nº. 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 mar. 2015.

BRASIL. Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. Consolidação das Leis do Trabalho. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 9 ago. 1943.

BRASIL. Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jul. 2017.

BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2002.

BRASIL. Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990. Código de Defesa do Consumidor. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 set. 1990.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Instrução Normativa n. 39, de 15 de março de 2016. Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Tema 1.232 de Repercussão Geral. RE 1.387.795. Rel. Min. Dias Toffoli. Julgamento em 10 out. 2025. DJe 10 dez. 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Segunda Seção. Tema 1.210. REsp

1.873.811/SP. Rel. Min. Raul Araújo. Julgamento em 7 maio 2026.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Tribunal Pleno. IRR 26 (Tema 26). Rel. Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior. Julgamento em 8 maio 2026. DJe 20 maio 2026.

COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de Direito Comercial: Direito de Empresa*. 24. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2023. v. 2.

DIDIER JR., Fredie. *Curso de Direito Processual Civil: Introdução ao Direito Processual Civil, Parte Geral e Processo de Conhecimento*. 25. ed. Salvador: Juspodivm, 2023. v. 1.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro: Parte Geral*. 21. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023. v. 1.

SCHIAVI, Mauro. *Manual de Direito Processual do Trabalho*. 18. ed. São Paulo: LTr, 2023.

Capítulo 38

DA DESJUDICIALIZAÇÃO DOS CONFLITOS IMOBILIÁRIOS: USUCAPIÃO E ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA EXTRAJUDICIAIS À LUZ DA LEI Nº 14.382/2022 E DOS PROVIMENTOS CNJ Nº 149/2023 E Nº 150/2023

Jusmério Carlos da Silva[1]

1 Introdução

O direito registral e notarial brasileiro atravessa, desde a última década, um processo consistente de desjudicialização de conflitos e de simplificação dos meios de aquisição e regularização da propriedade imobiliária. Esse movimento, iniciado com a introdução da usucapião extrajudicial pelo Código de Processo Civil de 2015, foi substancialmente ampliado pela Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022, que instituiu o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp) e inseriu na Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos - LRP), o art. 216-B, criando a figura da adjudicação compulsória extrajudicial.

O presente artigo tem por objetivo examinar, de forma conjunta e comparada, os dois institutos, usucapião extrajudicial (art. 216-A, LRP) e adjudicação compulsória extrajudicial (art. 216-B, LRP), com especial atenção à disciplina normativa mais recente da matéria, consolidada no Provimento CNJ nº 149/2023, que instituiu o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça - Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), e no Provimento CNJ nº 150/2023, que a esse Código acrescentou a disciplina específica da adjudicação compulsória extrajudicial. Busca-se demonstrar que, a despeito de suas diferenças estruturais, ambos os procedimentos compartilham a mesma lógica sistêmica: transferir ao

1 Advogado, OAB/MG nº 126.552. Leitte, Gonçalves & Oliveira Jr. Sociedade de Advogados (LGO Advogados), Itaúna/MG e Belo Horizonte/MG. E-mail: jusmerio@lgoadv.com.br.

registrador de imóveis, sob supervisão do Poder Judiciário, a qualificação de situações jurídicas antes reservadas exclusivamente à jurisdição contenciosa.

2 A desjudicialização como política normativa do sistema de registros públicos

A Lei nº 14.382/2022 é resultado da conversão da Medida Provisória nº 1.085/2021 e alterou substancialmente a Lei nº 6.015/1973, além das Leis nº 4.591/1964, 6.766/1979, 8.935/1994, 10.406/2002 (Código Civil), 11.977/2009, 13.097/2015 e 13.465/2017. Seu art. 1º define expressamente o objetivo da norma:

> Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp), de que trata o art. 37 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, bem como moderniza e simplifica os procedimentos relativos aos registros públicos de atos e negócios jurídicos, de que trata a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), e de incorporações imobiliárias, de que trata a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964. (BRASIL. Lei nº 14.382/2022, art. 1º)

É nesse contexto de modernização e simplificação que se insere o art. 11 da Lei nº 14.382/2022, responsável por promover alterações pontuais no art. 216-A da LRP (usucapião extrajudicial, já existente desde 2015) e por inserir o art. 216-B (adjudicação compulsória extrajudicial, instituto inteiramente novo). Cumpre registrar que a redação original do art. 216-B, aprovada pelo Congresso Nacional, foi objeto de veto presidencial parcial, notadamente quanto ao inciso III do § 1º, que exigia ata notarial para instrução do requerimento, e quanto ao § 2º, que dispensava o prévio registro dos instrumentos de promessa. Ambos os vetos foram derrubados pelo Congresso Nacional em sessão de 22 de dezembro de 2022, e o texto das partes vetadas foi promulgado pela Presidência da República em 5 de janeiro de 2023, de modo que a redação vigente do art. 216-B inclui tanto o caput originalmente sancionado quanto os dispositivos restaurados pela derrubada do veto.

3 Da usucapião extrajudicial (art. 216-a da Lei nº 6.015/1973)

A usucapião, na definição consagrada pela doutrina, constitui modo originário de aquisição da propriedade e de outros direitos reais, pela posse prolongada da coisa somada aos demais requisitos legais de tempo, *animus domini* e ausência de vícios objetivos na posse (FARIAS;

ROSENVALD, 2014). Essa natureza originária, sobre a qual se voltará adiante, notadamente quanto aos seus efeitos tributários é o que distingue estruturalmente a usucapião da adjudicação compulsória, esta última fundada em transmissão derivada de direito preexistente.

O art. 216-A da LRP, incluído pela Lei nº 13.105/2015 (art. 1.071) e posteriormente alterado pela Lei nº 13.465/2017 e pela Lei nº 14.382/2022, dispõe:

> Art. 216-A. Sem prejuízo da via jurisdicional, é admitido o pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião, que será processado diretamente perante o cartório do registro de imóveis da comarca em que estiver situado o imóvel usucapiendo, a requerimento do interessado, representado por advogado, instruído com:
>
> I - ata notarial lavrada pelo tabelião, atestando o tempo de posse do requerente e de seus antecessores, conforme o caso e suas circunstâncias [...]. (BRASIL. Lei nº 6.015/1973, art. 216-A)

O procedimento pressupõe, portanto: (i) ata notarial atestando a posse e suas circunstâncias; (ii) planta e memorial descritivo assinados por profissional habilitado, com prova de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART); (iii) certidões negativas dos distribuidores da comarca da situação do imóvel e do domicílio do requerente; e (iv) justo título ou quaisquer outros documentos que demonstrem a origem, a continuidade, a natureza e o tempo da posse. A instrução exige, ainda, a notificação dos titulares de direitos reais e de direitos registrados ou averbados na matrícula do imóvel usucapiendo e dos confinantes, cuja anuência expressa, ou, no mínimo, a ausência de impugnação fundamentada é pressuposto ao deferimento administrativo do pedido.

O § 10 do art. 216-A, na redação dada pela Lei nº 14.382/2022, disciplina o desfecho da impugnação:

> § 10. Em caso de impugnação justificada do pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião, o oficial de registro de imóveis remeterá os autos ao juízo competente da comarca da situação do imóvel, cabendo ao requerente emendar a petição inicial para adequá-la ao procedimento comum, porém, em caso de impugnação injustificada, esta não será admitida pelo registrador, cabendo ao interessado o manejo da suscitação de dúvida nos moldes do art. 198 desta Lei. (BRASIL. Lei nº 6.015/1973, art. 216-A, § 10)

A disciplina complementar da usucapião extrajudicial encontra-se hoje concentrada no Provimento CNJ nº 149/2023 (CNN/CN/CNJ-Extra), que absorveu e sistematizou as normas anteriormente esparsas

em provimentos individuais da Corregedoria Nacional de Justiça, disciplinando, entre outros pontos, o rol documental exigido, o prazo de validade das certidões apresentadas e a atuação do tabelião na lavratura da ata notarial.

Questão relevante, e que já gerou dissenso entre tribunais estaduais, é a de saber se o esgotamento da via extrajudicial constitui condição para o exercício do direito de ação judicial de usucapião. O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, com base no Enunciado nº 108 do Centro de Estudos e Debates (Cedes-RJ), chegou a exigir a demonstração de óbice na via administrativa como pressuposto de interesse processual para a propositura da ação judicial.

O Superior Tribunal de Justiça, todavia, pacificou entendimento em sentido diverso, ao julgar o Recurso Especial nº 1.824.133/RJ, relatado pelo Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, perante a Terceira Turma, em julgamento realizado em 24 de maio de 2022. Na ocasião, restou consignado:

> [...] Existência de interesse jurídico no ajuizamento direto de ação de usucapião, independentemente de prévio pedido na via extrajudicial [...] Determinação de retorno dos autos ao juízo de origem para que prossiga a ação de usucapião. Recurso especial provido. (STJ. REsp nº 1.824.133/RJ, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, 3ª Turma, j. 24 mai. 2022)

A ratio decidendi assentou-se na literalidade do caput do art. 216-A, cuja expressão "sem prejuízo da via jurisdicional" afasta qualquer relativização da inafastabilidade do controle jurisdicional (art. 5º, XXXV, da Constituição Federal), preservando o caráter facultativo e não subsidiário, da via extrajudicial. A tese foi posteriormente compilada no Informativo de Jurisprudência nº 665 do STJ.

4 Da adjudicação compulsória extrajudicial (art. 216-b da Lei nº 6.015/1973)

A adjudicação compulsória, no plano material, decorre do art. 1.418 do Código Civil, segundo o qual o promitente comprador, titular de direito real de aquisição, pode exigir do promitente vendedor a outorga da escritura definitiva de compra e venda, valendo-se, em caso de recusa, da via judicial. Até a edição da Lei nº 14.382/2022, tratava-se de pretensão exercitável exclusivamente perante o Poder Judiciário, por meio de ação de

adjudicação compulsória, cuja sentença produz efeitos equivalentes aos da escritura pública não outorgada.

A Súmula nº 239 do Superior Tribunal de Justiça, de aplicação consolidada e reiterada, dispõe: *O direito à adjudicação compulsória não se condiciona ao registro do compromisso de compra e venda no cartório de imóveis.*

Referido entendimento sumular permanece plenamente aplicável ao procedimento extrajudicial, por força do § 2º do art. 216-B, que dispensa expressamente o prévio registro dos instrumentos de promessa de compra e venda ou de cessão como condição ao deferimento administrativo da adjudicação.

O art. 216-B da LRP, incluído pela Lei nº 14.382/2022, com a redação consolidada após a promulgação das partes vetadas, dispõe:

> Art. 216-B. Sem prejuízo da via jurisdicional, a adjudicação compulsória de imóvel objeto de promessa de venda ou de cessão poderá ser efetivada extrajudicialmente no serviço de registro de imóveis da situação do imóvel, nos termos deste artigo.
>
> § 1º São legitimados a requerer a adjudicação o promitente comprador ou qualquer dos seus cessionários ou promitentes cessionários, ou seus sucessores, bem como o promitente vendedor, representados por advogado, e o pedido deverá ser instruído com os seguintes documentos:
>
> I - instrumento de promessa de compra e venda ou de cessão ou de sucessão, quando for o caso;
>
> II - prova do inadimplemento, caracterizado pela não celebração do título de transmissão da propriedade plena no prazo de 15 (quinze) dias, contado da entrega de notificação extrajudicial pelo oficial do registro de imóveis da situação do imóvel, que poderá delegar a diligência ao oficial do registro de títulos e documentos;
>
> III - ata notarial lavrada por tabelião de notas da qual constem a identificação do imóvel, o nome e a qualificação do promitente comprador ou de seus sucessores constantes do contrato de promessa, a prova do pagamento do respectivo preço e da caracterização do inadimplemento da obrigação de outorgar ou receber o título de propriedade;
>
> IV - certidões dos distribuidores forenses da comarca da situação do imóvel e do domicílio do requerente que demonstrem a inexistência de litígio envolvendo o contrato de promessa de compra e venda do imóvel objeto da adjudicação;

> V - comprovante de pagamento do respectivo Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI);
>
> VI - procuração com poderes específicos.
>
> § 2º O deferimento da adjudicação independe de prévio registro dos instrumentos de promessa de compra e venda ou de cessão e da comprovação da regularidade fiscal do promitente vendedor.
>
> § 3º À vista dos documentos a que se refere o § 1º deste artigo, o oficial do registro de imóveis da circunscrição onde se situa o imóvel procederá ao registro do domínio em nome do promitente comprador, servindo de título a respectiva promessa de compra e venda ou de cessão ou o instrumento que comprove a sucessão. (BRASIL. Lei nº 6.015/1973, art. 216-B)

O Provimento CNJ nº 150/2023, ao acrescentar o Capítulo V ao Título Único do Livro III da Parte Especial do CNN/CN/CNJ-Extra, esclareceu a dinâmica de exigibilidade do ITBI prevista no inciso V do § 1º, ao dispor que a comprovação do pagamento do imposto de transmissão cabe ao requerente, mas somente após a decisão do oficial de registro de imóveis, e não como requisito do requerimento inicial:

> Art. 440-AL. O pagamento do imposto de transmissão será comprovado pelo requerente antes da lavratura do registro, dentro de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação que para esse fim lhe enviar o oficial de registro de imóveis. (CNJ. Provimento nº 150/2023, art. 440-AL)

Em reforço à regra do § 2º do art. 216-B, o mesmo Provimento nº 150/2023 explicita que a situação fiscal do transmitente é irrelevante para o deferimento do pedido:

> Art. 440-AI. Não é condição para o deferimento e registro da adjudicação compulsória extrajudicial a comprovação da regularidade fiscal do transmitente, a qualquer título. (CNJ. Provimento nº 150/2023, art. 440-AI)

Verifica-se que o legislador ampliou a legitimidade ativa em relação ao regime judicial tradicional, permitindo que também o promitente vendedor requeira a adjudicação, hipótese em que o procedimento serve à sua própria liberação de responsabilidades pendentes sobre o bem. A exigência de notificação extrajudicial prévia, com prazo de 15 dias para a celebração do título definitivo, opera como pressuposto formal de caracterização da mora do notificado, elemento central para a demonstração do inadimplemento exigido pelo inciso II do § 1º.

Notório o diálogo estrutural entre os arts. 216-A e 216-B da LRP: ambos exigem ata notarial como instrumento de instrução do pedido,

ambos tramitam perante o registro de imóveis da situação do bem, ambos admitem a via extrajudicial sem prejuízo da via jurisdicional e ambos se submetem, em caso de impugnação fundamentada, à remessa ao juízo competente.

5 Os provimentos CNJ nº 149/2023 e nº 150/2023 como marco normativo

O Provimento CNJ nº 149, de 30 de agosto de 2023, instituiu o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça - Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), consolidando, em ato normativo único, a totalidade dos provimentos anteriormente editados pela Corregedoria Nacional de Justiça em matéria notarial e registral, com a finalidade expressa de eliminar a dispersão normativa e conferir maior segurança jurídica aos usuários do sistema. Conforme consta da própria Exposição de Motivos do ato, assinada pelo então Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Luis Felipe Salomão, tratou-se de "consolidação de todos os atos normativos do Corregedor Nacional de Justiça" em matéria notarial e registral, sem inovação normativa nesse primeiro momento.

É importante precisar, contudo, que o Provimento nº 149/2023 consolidou apenas normas preexistentes, o que naturalmente não alcançava a adjudicação compulsória extrajudicial, instituto inteiramente novo, criado pela Lei nº 14.382/2022, sem regulamentação infralegal própria até então. Essa lacuna foi suprida pelo Provimento CN-CNJ nº 150, de 11 de setembro de 2023, que alterou o CNN/CN/CNJ-Extra para nele inserir o Capítulo V (arts. 440-A a 440-AM), estabelecendo, pela primeira vez, regras detalhadas para o processamento da adjudicação compulsória pela via extrajudicial: legitimidade, requisitos da ata notarial, notificação do requerido, prazos de impugnação, qualificação registral e momento de comprovação do ITBI. Trata-se, portanto, de dois atos normativos distintos e complementares: o Provimento nº 149/2023 disciplina, entre outras matérias, a usucapião extrajudicial (arts. 398 a 423 do CNN), ao passo que o Provimento nº 150/2023 disciplina especificamente a adjudicação compulsória extrajudicial. Ajustes pontuais supervenientes, como os Provimentos CN nº 171/2024 e nº 173/2024, alteraram dispositivos específicos do Código sem afetar a disciplina de nenhum dos dois institutos ora examinados.

É nesse Código Nacional de Normas, assim consolidado, que se encontra hoje a disciplina complementar de ambos os institutos, notadamente quanto: (i) ao rol de certidões exigíveis e seu prazo de validade, usualmente fixado em 30 dias; (ii) aos requisitos formais da ata notarial, incluindo a advertência ao requerente e às testemunhas quanto às penas do crime de falsidade; e (iii) ao procedimento de notificação dos confrontantes, do requerido e de terceiros interessados. A observância escrupulosa desse regramento é determinante para o sucesso do requerimento administrativo, na medida em que exigências formuladas em desconformidade com o Código Nacional de Normas, ou fundadas em provimentos estaduais que o próprio CNN revogou expressa ou tacitamente, configuram vício sanável por meio de impugnação perante a própria serventia ou, subsidiariamente, por suscitação de dúvida ao juízo corregedor competente.

6 Convergências e desafios práticos comuns

A leitura conjunta dos arts. 216-A e 216-B da LRP revela que o legislador adotou, para hipóteses substancialmente distintas, a aquisição originária de propriedade pela prescrição aquisitiva, de um lado, e o cumprimento forçado de obrigação contratual de outorga de escritura, de outro, uma mesma arquitetura procedimental: instrução por ata notarial, tramitação perante o oficial de registro de imóveis da situação do bem, notificação dos interessados, possibilidade de impugnação e, em caso de impugnação fundamentada, remessa da questão ao Poder Judiciário. Essa convergência estrutural não é incidental: reflete a opção sistêmica da Lei nº 14.382/2022 por atribuir ao registrador de imóveis, sob controle judicial residual, um papel de qualificação jurídica que extrapola a mera conferência formal de documentos, aproximando-o de uma função quase jurisdicional em sede administrativa.

Entre os desafios práticos comuns a ambos os procedimentos, destacam-se: (i) o prazo de validade das certidões apresentadas, cuja defasagem temporal entre a expedição e a efetiva análise pelo oficial pode ensejar exigência de renovação, sobretudo em processos que tramitam por período prolongado; (ii) a exata delimitação do que constitui impugnação "justificada", apta a afastar o deferimento administrativo e a determinar a remessa ao juízo competente, em contraposição à impugnação "injustificada", que não obsta o prosseguimento do procedimento perante o próprio registrador; e (iii) a necessidade de rigor na qualificação da ata notarial, cuja eventual contradição interna quanto à modalidade jurídica

invocada, ou fundamentação em ato normativo já revogado, pode dar ensejo a nota devolutiva do oficial de registro.

7 Estudo de caso: a inviabilidade prática da adjudicação compulsória extrajudicial por ausência de recolhimento do itbi e o recurso à usucapião ordinária

A distinção teórica entre os dois institutos examinados ganha contornos práticos relevantes em situações nas quais a existência de justo título, pressuposto que, à primeira vista, indicaria a adjudicação compulsória extrajudicial como via adequada, não é suficiente para viabilizar o procedimento, em razão de óbice tributário insuperável relacionado à pessoa do transmitente.

Ilustra a hipótese caso concreto de imóvel localizado em cidade litorânea do estado do Rio de Janeiro, objeto de escritura pública de compra e venda lavrada em 2004, por meio da qual pessoa jurídica estrangeira, havida como titular registral do bem, figurou como vendedora. À primeira vista, a presença de escritura pública, instrumento originalmente hábil a comprovar o negócio jurídico de transmissão e, em tese, apto a instruir pedido de adjudicação compulsória extrajudicial nos moldes do art. 216-B, § 1º, I, da LRP, indicaria tratar-se de hipótese típica de adjudicação, uma vez que já celebrado o título aquisitivo e, portanto, dispensada a necessidade de reconhecimento de posse *ad usucapionem*.

Sucede que o inciso V do § 1º do art. 216-B condiciona expressamente o deferimento do pedido à apresentação de "comprovante de pagamento do respectivo Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)", exigível do requerente nos termos do art. 440-AL do CNN/CN/CNJ-Extra, antes referido. No caso examinado, a sociedade vendedora nunca obteve inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) no Brasil e, ao tempo da instrução do procedimento, já se encontrava formalmente dissolvida, conforme certidão de dissolução emitida pelo registro estrangeiro competente. A ausência de CNPJ e a extinção da pessoa jurídica transmitente inviabilizaram, na prática, a apuração e o recolhimento do ITBI pela via ordinária perante o Fisco municipal, uma vez que a base de cálculo e a qualificação fiscal do transmitente, pressupostos usuais do lançamento tributário municipal, ainda que o ônus do pagamento recaia sobre o requerente/adquirente, não puderam ser constituídas em relação a sociedade estrangeira sem registro fiscal ativo no país e já extinta.

Diante desse obstáculo, revelou-se inviável a instrução do requerimento de adjudicação compulsória extrajudicial, a despeito da inequívoca existência de justo título. A solução técnica adotada consistiu na condução do procedimento pela via da usucapião ordinária (art. 1.242 do Código Civil), fundada exatamente na mesma escritura pública de 2004, agora reaproveitada não como título transmissivo a ser adjudicado, mas como justo título apto a reduzir o prazo de posse exigido para a modalidade ordinária de dez anos, em comparação com o prazo de quinze anos da usucapião extraordinária (art. 1.238 do Código Civil), sem prejuízo da soma do tempo de posse do adquirente ao de seus antecessores (*accessio possessionis*), quando presentes os demais requisitos legais.

A opção pela usucapião ordinária, no caso, não decorreu de vício na origem do negócio jurídico, inexistente, dado que a compra e venda foi validamente celebrada por escritura pública, mas da impossibilidade prática de completar a cadeia de formalidades exigidas pelo procedimento de adjudicação compulsória, notadamente a comprovação fiscal do ITBI, tributo cujo lançamento pressupõe a identificação do transmitente. A usucapião, por se tratar de modo originário de aquisição da propriedade, e não de transmissão derivada, prescinde dessa exigência. Segundo a lição de Kiyoshi Harada, a transmissão pressupõe necessariamente um vínculo, decorrente da vontade ou da lei, entre o titular anterior e o novo titular do bem, vínculo que inexiste na usucapião, cujo adquirente não guarda qualquer relação jurídica com quem perdeu o direito de propriedade, o que afasta, por ausência de fato gerador, a exigibilidade do imposto (HARADA, 2016). O entendimento é acolhido de forma reiterada pelos tribunais estaduais, como ilustra julgado do Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

> Não incide o ITBI sobre a aquisição de imóvel por usucapião, uma vez que não se trata de transmissão da propriedade, mas de forma de aquisição originária. (TJMG. Remessa Necessária-Cv nº 1.0000.20.561897-8/001, Rel. Des. Washington Ferreira, Câmaras Cíveis / 1ª Câmara Cível, j. 26 jan. 2021, DJ 01 fev. 2021)

O próprio Provimento CNJ nº 149/2023 (CNN/CN/CNJ-Extra) consagra expressamente essa exclusão, ao dispor:

> Art. 421. O oficial do registro de imóveis não exigirá, para o ato de registro da usucapião, o pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), pois trata-se de aquisição originária de domínio. (CNJ. Provimento nº 149/2023, art. 421)

A regra, em coerência com a natureza originária do instituto, dispensa, portanto, qualquer exigência de comprovação fiscal do ITBI como condição ao registro da usucapião, extrajudicial ou judicial, distinguindo-se nesse ponto, de forma nítida, do regime da adjudicação compulsória extrajudicial, cujo art. 216-B, § 1º, V, da LRP condiciona expressamente o deferimento do pedido à apresentação do respectivo comprovante de pagamento.

O caso relatado demonstra, assim, de forma didática, que a escolha entre os dois procedimentos extrajudiciais não deve pautar-se apenas pela existência ou não de título transmissivo, mas também pela viabilidade prática de reunião da documentação fiscal exigida por cada via. Situações em que o transmitente é pessoa jurídica extinta, sem registro fiscal no país, ou de localização e regularização incertas, tendem a inviabilizar a adjudicação compulsória, dependente, por definição legal, da comprovação do pagamento do ITBI em decorrência de sua participação no negócio, e a recomendar, sempre que preenchidos os requisitos de posse, boa-fé e justo título, o recurso à via da usucapião, extrajudicial ou judicial, como alternativa juridicamente mais segura e operacionalmente viável.

8 Síntese comparativa dos dois institutos

A tabela a seguir reúne, de forma ilustrativa, os principais pontos de contraste entre a usucapião extrajudicial e a adjudicação compulsória extrajudicial examinados ao longo deste artigo. Não se trata de quadro exaustivo, os institutos comportam nuances, exceções e discussões doutrinárias e jurisprudenciais que escapam a uma síntese tabular, mas de recurso didático para consolidar, em um único ponto de referência, as distinções estruturais tratadas nas seções anteriores.

Quadro resumo

Critério	Usucapião extrajudicial (art. 216-A, LRP)	Adjudicação compulsória extrajudicial (art. 216-B, LRP)
Natureza da aquisição	Originária: não há vínculo jurídico entre o adquirente e o titular anterior	Derivada: pressupõe negócio jurídico preexistente (promessa de compra e venda ou de cessão)
Pressuposto material	Posse qualificada (mansa, pacífica, contínua e com animus domini) pelo prazo legal	Inadimplemento da obrigação de outorgar ou receber o título, após promessa quitada
Fundamento no Código Civil	Arts. 1.238 (extraordinária) e 1.242 (ordinária)	Art. 1.418
Documento notarial exigido	Ata notarial atestando tempo e circunstâncias da posse	Ata notarial atestando quitação e caracterização do inadimplemento
Legitimados	O possuidor (usucapiente) e seus antecessores	Promitente comprador, cessionários, sucessores, ou o promitente vendedor
Exigência de ITBI	Dispensada: não incide, por ausência de fato gerador (art. 421, CNN/CN/CNJ-Extra)	Exigida do requerente, comprovada após a decisão do oficial (art. 216-B, § 1º, V, LRP; art. 440-AL, CNN/CN/CNJ-Extra)
Regularidade fiscal do transmitente	Irrelevante para o deferimento	Também irrelevante (art. 216-B, § 2º, LRP; art. 440-AI, CNN/CN/CNJ-Extra)
Norma regulamentadora específica	Provimento CNJ nº 149/2023 (arts. 398 a 423, CNN)	Provimento CNJ nº 150/2023 (arts. 440-A a 440-AM, CNN)
Facultatividade da via extrajudicial	Sim, sem prejuízo da via jurisdicional (STJ, REsp nº 1.824.133/RJ)	Sim, sem prejuízo da via jurisdicional (art. 216-B, caput, LRP)

Fonte: Produção Própria.

9 Considerações finais

A usucapião extrajudicial e a adjudicação compulsória extrajudicial representam, cada qual a seu modo, estágios de um mesmo movimento normativo de desjudicialização da regularização imobiliária, iniciado em 2015 e substancialmente ampliado pela Lei nº 14.382/2022. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, seja pela via da Súmula nº 239, seja pelo precedente firmado no REsp nº 1.824.133/RJ, tem reiteradamente assegurado que a opção pela via extrajudicial constitui faculdade do interessado, jamais condição de procedibilidade da tutela jurisdicional, em estrita observância ao art. 5º, XXXV, da Constituição Federal. Por sua vez, os Provimentos CNJ nº 149/2023 e nº 150/2023 consolidaram, em atos normativos complementares, a disciplina procedimental de ambos os institutos, conferindo-lhes maior previsibilidade e uniformidade nacional, sem prejuízo de que ajustes pontuais continuem sendo editados pela Corregedoria Nacional de Justiça à medida que a prática registral revele novas questões a serem enfrentadas.

Para o operador do direito imobiliário, a familiaridade com ambos os procedimentos e, sobretudo, com as exigências documentais e formais impostas pelo Código Nacional de Normas, revela-se hoje indispensável, na medida em que a via extrajudicial, quando corretamente instruída, tende a proporcionar solução mais célere e menos onerosa do que a via judicial tradicional, sem que isso implique renúncia à garantia constitucional de acesso à jurisdição.

Referências

BRASIL. Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 dez. 1973.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2002.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 mar. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana [...] e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 jul. 2017.

BRASIL. Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022. Dispõe sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp) [...]. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 jun. 2022.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Súmula nº 239. O direito à adjudicação compulsória não se condiciona ao registro do compromisso de compra e venda no cartório de imóveis.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.824.133/RJ. Relator: Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 24 mai. 2022.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Informativo de Jurisprudência nº 665. Brasília: STJ, 2022.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Remessa Necessária-Cv nº 1.0000.20.561897-8/001. Relator: Des. Washington Ferreira, 1ª Câmara Cível, julgado em 26 jan. 2021, DJ 01 fev. 2021.

CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES (CEDES-RJ). Enunciado nº 108.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Provimento CNJ nº 149, de 30 de agosto de 2023. Institui o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça - Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra). Diário da Justiça Eletrônico do CNJ, Brasília, DF, 4 set. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Provimento CN-CNJ nº 150, de 11 de setembro de 2023. Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça - Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), para estabelecer regras para o processo de adjudicação compulsória pela via extrajudicial. Diário da Justiça Eletrônico do CNJ, ed. 218/2023, Brasília, DF, 15 set. 2023.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil: Direitos Reais. Salvador: JusPodivm, 2014.

HARADA, Kiyoshi. ITBI: doutrina e prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

Capítulo 39

PACTA SUNT SERVANDA APÓS A LEI DA LIBERDADE ECONÔMICA: A AUTONOMIA PRIVADA COMO REGRA, A REVISÃO JUDICIAL COMO EXCEÇÃO E O CRITÉRIO DE ELEIÇÃO DO REGIME LEGAL APLICÁVEL

Pedro Augusto Nunes Fonseca[1]
Maria Eduarda Oliveira de Almeida[2]

1 Introdução

Dois contratos. Duas cláusulas restritivas. Dois desfechos opostos.

No primeiro, uma fornecedora de gás natural comprimido e uma indústria consumidora ajustaram um volume mínimo mensal: consumido ou não, o preço seria devido. A consumidora reduziu o consumo, deixou de pagar e, acionada, sustentou que, se lhe cobravam por um gás que não recebera, teria direito a retirá-lo depois. Venceu em Minas Gerais nas duas instâncias e perdeu no Superior Tribunal de Justiça, que restabeleceu a cláusula em sua inteireza.

No segundo, uma microempresa com pouco mais de uma dezena de vidas pediu para deixar um plano de saúde coletivo empresarial. O contrato exigia aviso prévio de sessenta dias e, durante esse intervalo, proibia inclusões e exclusões de beneficiários: na prática, a empresa seguiria pagando por empregados já desligados e ficaria impossibilitada de incluir novos colaboradores. Cláusulas assim vêm sendo reiteradamente afastadas pelo Judiciário.

---

1 Advogado inscrito na OAB/MG sob o nº 192.840. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Newton Paiva e pós-graduado em Advocacia Cível pela Escola Superior de Advocacia da OAB/MG (ESA/OAB-MG). Onze anos de trajetória jurídica, com experiência em escritórios de advocacia e no departamento jurídico de multinacional.

2 Estudante de Direito no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), com atuação na área societária internacional, especialmente na estruturação e manutenção de sociedades, reorganizações societárias e estruturação de investimentos.

Em ambos há contrato escrito, cláusula clara, pessoa jurídica em cada polo e ausência de vício de consentimento; em ambos, quem pediu a intervenção judicial havia assinado exatamente aquilo de que depois se queixou. Ainda assim, os resultados divergiram por inteiro. A explicação corrente – "o primeiro é empresarial e o segundo é de consumo" – apenas desloca o problema, porque a pergunta que se coloca é justamente a de saber quando uma relação entre duas pessoas jurídicas deve ser tratada como relação de consumo. Responder "aplica-se o Código de Defesa do Consumidor" não é fundamentar; é anunciar o resultado.

Esse déficit de critério tornou-se mais visível depois da Lei nº 13.874/2019. Ao inserir o parágrafo único no art. 421 e o art. 421-A no Código Civil, o legislador fixou a intervenção mínima e a excepcionalidade da revisão como diretrizes das relações contratuais privadas, determinou que a alocação de riscos definida pelas partes seja respeitada e presumiu paritários e simétricos os contratos civis e empresariais, ressalvada a demonstração do contrário por elementos concretos. A simetria deixou de ser intuição do julgador e passou a ser presunção legal relativa, isto é, problema de prova.

A hipótese que orienta este trabalho é a de que a jurisprudência brasileira já opera, sem enunciá-lo, um exame de duas vertentes. A primeira é a da simetria negocial concreta: não o porte da parte, mas sua efetiva capacidade de compreender, negociar e precificar a cláusula quando a assinou. A segunda, menos explorada, é a da função econômica da cláusula impugnada: se ela integra o preço, alocando risco mediante contrapartida identificável, ou se apenas ergue barreira de saída sem correspondência no sinalagma. Sustenta-se que é a segunda vertente que explica a divergência de resultados e que explicitá-la permite decidir com previsibilidade casos hoje entregues à intuição sobre quem é o grande e quem é o pequeno.

O texto divide-se em duas partes: a primeira reconstrói o *pacta sunt servanda* e a autonomia da vontade, enfrentando em chave introdutória a relação entre aptidão técnica das partes e eleição do regime legal; a segunda desloca a análise para o momento patológico.

2 Autonomia das partes e prevenção pré-contratual

A contratação empresarial não começa com a assinatura do instrumento definitivo. Antes dela, as partes trocam informações, estimam custos, avaliam sinergias, testam premissas e decidem se existe convergência

suficiente para assumir obrigações. Essa etapa pode envolver propostas, cartas de intenção, memorandos de entendimento, auditorias, reuniões técnicas e minutas sucessivas. Embora muitas dessas manifestações não imponham o dever de concluir o negócio, elas produzem efeitos jurídicos porque são capazes de criar confiança, revelar informações sensíveis e induzir despesas.

Nesse cenário, autonomia e prevenção não são valores opostos. A autonomia privada permite decidir se, com quem e em quais condições contratar; o trabalho preventivo fornece informação e linguagem jurídica para que essa decisão seja realmente livre. Quanto mais complexo o negócio, maior a necessidade de verificar se as partes atribuem o mesmo sentido ao objeto, ao preço, ao cronograma, aos riscos e às hipóteses de saída. A ausência desse alinhamento transforma divergências previsíveis em litígios posteriores. Metodologicamente, adota-se abordagem dedutiva, apoiada em pesquisa bibliográfica e documental e no exame da legislação e de precedentes do STJ.

2.1 Autonomia privada, livre iniciativa e limites jurídicos

A Constituição Federal reconhece os valores sociais da livre iniciativa como fundamento da República e estrutura a ordem econômica sobre a livre iniciativa e a livre concorrência (arts. 1º, IV, e 170). No plano contratual, esse desenho se concretiza na autonomia privada: os agentes podem escolher o parceiro, o tipo de negócio e o conteúdo do ajuste. O Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1.409.849/PR, reconheceu que essa autonomia possui especial relevância no Direito Empresarial, razão pela qual as cláusulas livremente negociadas entre profissionais, sobretudo quando compatíveis com as práticas usuais do setor, devem, em regra, ser preservadas, admitindo-se intervenção judicial apenas em hipóteses excepcionais e juridicamente autorizadas. Essa concepção corresponde à autonomia privada como poder de autorregulamentação de interesses dentro dos limites do ordenamento (Rodrigues Junior, 2004, p. 113-130). Na mesma linha, a interpretação dos contratos empresariais deve considerar o mercado, a causa e a função econômica do negócio (Forgioni, 2020, p. 117).

A Lei nº 13.874/2019, conhecida como Lei da Liberdade Econômica, reforçou essa orientação ao alterar o Código Civil. O art. 421 passou a associar a liberdade contratual à função social do contrato

e a determinar intervenção mínima e revisão excepcional. O art. 421-A estabeleceu presunção de paridade e simetria nos contratos civis e empresariais, admitiu parâmetros objetivos de interpretação e assegurou respeito à alocação de riscos definida pelas partes.

Essa liberdade, contudo, não equivale a um direito de agir contraditoriamente. A função social, a boa-fé objetiva, a ordem pública, a proteção do consumidor, a tutela da concorrência e a vedação ao abuso de direito delimitam o espaço negocial. Por isso, a expressão "livre comércio" deve ser compreendida, juridicamente, como ambiente de livre iniciativa e concorrência responsável, e não como ausência de regulação.

2.2 O trabalho preventivo e a análise da convergência negocial

A advocacia preventiva deve iniciar pela construção de um mapa de convergência. Nele são identificados: o resultado econômico esperado por cada parte; os pontos já acordados; os temas ainda abertos; as condições sem as quais o negócio não será celebrado; os riscos toleráveis; e quem possui autoridade para negociar e aprovar. A convergência não exige igualdade de interesses. Comprador e vendedor, por exemplo, naturalmente perseguem objetivos distintos, mas precisam compartilhar uma compreensão operacional mínima sobre o objeto, a formação do preço, o momento de transferência dos riscos e os critérios de encerramento.

Em seguida, a diligência pré-contratual deve examinar capacidade e poderes de representação, situação societária, titularidade dos ativos, licenças, contingências, propriedade intelectual, proteção de dados, obrigações trabalhistas e tributárias, restrições concorrenciais e viabilidade regulatória. O escopo varia conforme a operação. O objetivo não é prometer risco zero, mas revelar fatos capazes de modificar preço, garantias, estrutura, prazo ou até a decisão de contratar.

A documentação das tratativas também precisa distinguir, com precisão, disposições vinculantes e não vinculantes. Uma carta de intenção pode declarar que preço e estrutura são apenas indicativos, enquanto confidencialidade, exclusividade, divisão de despesas, lei aplicável e solução de controvérsias já produzem efeitos. Devem ser definidos prazo de validade da proposta, marcos de aprovação, condições precedentes, governança da negociação e forma de retirada. Cláusulas genéricas de que "nada obriga" não neutralizam condutas contrárias à boa-fé, sobretudo quando uma

parte autoriza investimentos, utiliza conhecimento recebido ou prolonga negociações criando expectativa concreta de conclusão.

O registro de versões, atas e decisões reduz a assimetria informacional e facilita a prova do que efetivamente foi comunicado. Também é recomendável prever limites para uso de informações, devolução ou destruição de documentos, proibição de contato com empregados ou clientes sem autorização e destino dos estudos produzidos. Em operações internacionais, acrescentam-se idioma prevalecente, lei aplicável, jurisdição ou arbitragem, sanções econômicas, câmbio, tributos e validade das assinaturas. Esse conjunto organiza o processo decisório e permite que a autonomia seja exercida de forma informada.

2.3 Boa-fé e responsabilidade na fase pré-contratual: entendimentos judiciais

O art. 422 do Código Civil menciona probidade e boa-fé na conclusão e na execução do contrato, mas a jurisprudência consolidou sua incidência também antes e depois do vínculo. Na fase preliminar surgem deveres anexos de informar, cooperar, manter sigilo, evitar comportamento contraditório e não explorar indevidamente a vulnerabilidade situacional da contraparte. A violação pode configurar *culpa in contrahendo*, com fundamento complementar nos arts. 186, 187 e 927 do Código Civil. A boa-fé atua como cânone hermenêutico-integrativo e como fundamento da responsabilidade pré-negocial, ao passo que a ruptura abusiva das negociações decorre da violação dos deveres que antecedem a formação do contrato (Martins-Costa, 2018, p. 418-429 e 445-448; Azevedo, 1995, p. 121-132).

No REsp 1.051.065/AM, o Superior Tribunal de Justiça assentou que a responsabilidade pré-contratual não decorre do simples rompimento das tratativas ou da não celebração do contrato. Para sua configuração, é necessário demonstrar a existência de uma expectativa legítima de contratação, o prejuízo efetivamente sofrido, a ruptura contrária à boa-fé objetiva e o nexo causal entre a conduta e o dano. Já no REsp 1.367.955/SP, o Tribunal reconheceu a responsabilização em negociações avançadas para a realização de um evento, pois a conduta da empresa havia criado uma expectativa concreta de conclusão do negócio. Assim, a jurisprudência preserva o direito de desistir das negociações, mas considera ilícita a ruptura

abusiva quando uma das partes induz a outra a confiar na celebração do contrato e a realizar investimentos em razão dessa confiança.

Mais recentemente, no REsp 2.078.517/RJ, julgado em 2024, o STJ manteve o reconhecimento da responsabilidade civil pela violação da boa-fé objetiva durante as tratativas para a aquisição de um invento utilizado no futebol. Foram consideradas, entre outras circunstâncias, a promessa de aquisição e negociação da patente, a utilização do material ao longo de anos, a transferência de conhecimento e tecnologia, a ocultação da marca da empresa e a posição negocial vantajosa da FIFA. O precedente evidencia que a responsabilidade pré-contratual deve ser analisada a partir do conjunto das condutas das partes e das legítimas expectativas criadas, e não apenas da existência de um contrato formal.

Em regra, a reparação concentra-se nos prejuízos comprovadamente causados pela negociação desleal. Eventual pretensão de lucros cessantes exige demonstração específica do dano e do nexo causal, pois a conclusão do contrato frustrado não pode ser presumida (Azevedo, 1995, p. 121-132; REsp 1.051.065/AM). Para fins preventivos, importa reconhecer que o risco cresce quando há aprovação interna comunicada, exigência de investimentos específicos, compartilhamento de tecnologia, exclusividade prolongada ou silêncio sobre mudança relevante de posição.

2.4 Síntese: autonomia e prevenção pré-contratual

A autonomia das partes é elemento central da atividade empresarial, mas sua efetividade depende de informação, coerência e capacidade real de escolha. O trabalho preventivo pré-contratual converte interesses econômicos em premissas verificáveis, identifica divergências antes que se tornem obrigações e documenta quais compromissos já são vinculantes. Com isso, reduz custos, evita expectativas infundadas e aumenta a estabilidade do contrato definitivo.

A jurisprudência do STJ confirma essa síntese: contratos empresariais paritários merecem deferência, porém a liberdade de não contratar não protege a ruptura abusiva. Lei da Liberdade Econômica e boa-fé objetiva devem, portanto, ser lidas de forma complementar. A primeira resguarda a decisão negocial e a alocação de riscos; a segunda exige que essa liberdade seja exercida com lealdade. É nessa combinação que prevenção jurídica, livre iniciativa e segurança do comércio se fortalecem mutuamente.

2.5 Da regra à exceção: judicialização, relativização da autonomia e o critério funcional de intervenção

Há um equívoco recorrente na leitura da Lei nº 13.874/2019: supor que ela imunizou os contratos empresariais contra a revisão judicial. A própria redação do art. 421-A do Código Civil desmente a leitura maximalista, ao ressalvar "os regimes jurídicos previstos em leis especiais" e ao qualificar a paridade como presunção que cede "até a presença de elementos concretos que justifiquem o afastamento dessa presunção".

O que a lei alterou foi mais sutil e mais relevante: o ônus argumentativo. Antes, quem invocava a força obrigatória do pacto justificava por que a cláusula não era abusiva; agora, é quem pede a revisão que deve demonstrar, com elementos concretos, por que a presunção legal de simetria deve ceder. A discussão migrou do plano ontológico – *"este contrato é civil ou de consumo?"* – para o probatório – *"quem prova o quê, e com qual densidade?"*. A assimetria deixou de ser alegada e passou a ser demonstrável, o que impõe ao advogado uma disciplina de prova documental que a praxe forense ainda não incorporou.

A esse comando somam-se dois outros. O art. 421-A, II, determina que "a alocação de riscos definida pelas partes deve ser respeitada e observada"; o inciso III limita a revisão a hipóteses excepcionais. Lidos em conjunto, convertem a matriz de riscos em parâmetro normativo de julgamento, e não em mera peça de negociação comercial. Quem escreveu a matriz escreveu, em alguma medida, a sentença.

A prática jurídica costuma resolver a eleição do regime por comparação de portes: de um lado a grande operadora, de outro a microempresa; logo, Código de Defesa do Consumidor. O raciocínio é intuitivo e com frequência chega ao resultado correto, mas por razão errada, o que o torna inservível como critério. Uma sociedade com três sócios pode ser altamente refinada na exata operação que contrata, com assessoria especializada e capacidade de precificar o risco assumido; uma corporação de grande porte pode ser tecnicamente vulnerável em contratação atípica ao seu objeto social, celebrada por adesão a instrumento padronizado de mercado regulado. O porte é indício, não critério. Foi essa percepção que levou o Superior Tribunal de Justiça a acolher o finalismo aprofundado, admitindo a incidência do diploma consumerista a pessoas jurídicas quando demonstrada, no caso concreto, a vulnerabilidade.

O ponto é que a "vulnerabilidade demonstrada no caso concreto" só ganha materialidade quando traduzida em indicadores concretos. Propõem-se cinco, todos aferíveis por prova documental: Participação efetiva na formação da cláusula: há rastro de negociação (minutas revisadas, contrapropostas, correspondência)? A ausência total aproxima o instrumento do contrato de adesão; Assessoria técnica e jurídica disponível no momento da contratação: jurídico interno, escritório contratado, corretora ou consultoria especializada; Capacidade de precificar o risco transferido: a parte dispunha de dados e método para calcular o custo esperado da cláusula? Em fornecimento com volume mínimo, histórico de consumo e projeção de demanda; Alternativas reais de mercado: havia poder de saída e fornecedores substituíveis? Em mercados concentrados ou regulados, a liberdade de escolha pode ser apenas nominal; Recorrência e especialização: trata-se de contrato-tipo da atividade da parte ou de operação isolada e atípica?

Nenhum indicador é preponderante de forma unitária; em conjunto, substituem a impressão pelo dado, exigência que decorre do próprio art. 421-A, que fala em "elementos concretos", e não em avaliação abstrata de porte.

2.6 O segundo eixo: a função econômica da cláusula impugnada

O eixo da simetria, sozinho, não explica a divergência disciplinada na introdução: ele responde quem merece proteção, não o que pode ser revisado. Daí o segundo eixo, contribuição central deste trabalho.

Cláusulas restritivas não são todas da mesma espécie. Há as que alocam riscos mediante contrapartida identificável: quem as suporta recebeu em troca benefício economicamente mensurável, como preço unitário menor, garantia de suprimento, prazo ajustado ou investimento dedicado do fornecedor. Nessas, a cláusula é o preço, e suprimi-la judicialmente não reequilibra a relação, porque transfere a uma das partes um benefício já fruído sem recomposição da contrapartida que o justificou. Há, por outro lado, cláusulas-barreira, que impõem custo de saída ou de permanência sem correspondência equilibrada e razoável: nada foi barateado, garantido ou investido em razão delas. Sua única função é aumentar o preço e a liberdade da contraparte na relação contratual.

O que se propõe chamar de teste da contrapartida identificável traduz-se em três perguntas, formuladas nesta ordem: A cláusula tem

correspondência econômica identificável no contexto do contrato, documentável em preço, prazo, garantia ou investimento? Essa contrapartida foi efetivamente fruída pela parte que agora impugna a cláusula? A supressão judicial da cláusula restitui a contrapartida à outra parte ou apenas a converte em ganho unilateral de quem pediu a revisão?

Se as três respostas apontam para uma alocação de risco precificada e fruída, a anulação integral é inadequada, ainda que o postulante seja vulnerável; eventual intervenção deve limitar-se ao reequilíbrio proporcional, com recomposição da contrapartida. Ausente contrapartida identificável, a cláusula é barreira, e a anulação é a resposta adequada.

2.7 Eixo funcional em ação (I): o REsp 2.048.957/MG e a cláusula que é o preço

O REsp 2.048.957/MG, julgado pela Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça sob relatoria da Ministra Nancy Andrighi, é a melhor ilustração do primeiro tipo. Discutia-se cláusula de *take or pay* em compra e venda de gás natural comprimido. As instâncias mineiras condenaram a adquirente ao pagamento do mínimo, mas asseguraram-lhe o direito de receber depois o produto correspondente, sob o argumento de que a solução contrária geraria enriquecimento sem causa da fornecedora.

A Corte Superior afastou essa construção. A relatora assentou que a cláusula obriga o comprador a pagar pela quantidade mínima especificada ainda que o insumo não seja utilizado, e que a estipulação beneficia ambos os polos: confere ao fornecedor segurança para investir e atender à demanda, e ao adquirente, preço menor pelo produto. Por se tratar de contrato de trato sucessivo, o comprador não faz jus, no período subsequente, à diferença entre o volume mínimo pago e o efetivamente consumido – e a desconsideração do risco assumido acarretaria, nas palavras do acórdão, a ineficácia da própria cláusula.

Duas leituras merecem destaque. A primeira é dogmática: embora o acórdão não invoque expressamente o art. 421-A, II, do Código Civil, sua *ratio* corresponde à desse dispositivo, pois a alocação de risco não foi tratada como cláusula acessória sujeita a controle de conteúdo, mas como elemento fundamental da equação econômica do negócio. A segunda é classificatória e produz desdobramentos práticos relevantes: no REsp 1.984.655/SP, a Terceira Turma qualificou a cláusula *take or pay* como componente da obrigação principal, e não como cláusula penal, sujeitando-a ao regime

geral das obrigações (Mattos, 2025, p. 8-15). Se fosse cláusula penal, abrir-se-ia a possibilidade de redução equitativa prevista no art. 413 do Código Civil; sendo preço, essa possibilidade não se aplica.

Daí decorre uma inversão contraintuitiva, mas defensável: em contratos milionários, a magnitude do valor deve elevar, e não reduzir, o ônus de justificar a revisão. A intuição corrente caminha em sentido oposto: quanto maior o prejuízo, maior a tentação de socorrer o prejudicado. Ocorre que a magnitude é, ela própria, evidência de sofisticação, porque operações desse porte são precedidas de diligência, assessoradas e precificadas. O prejuízo elevado não indica surpresa; indica risco assumido que se materializou.

Isso não significa imunidade. A presunção do art. 421-A é relativa, e a revisão permanece possível em três situações: (a) evento superveniente extraordinário situado fora da matriz de riscos pactuada, na moldura dos arts. 317 e 478 do Código Civil; (b) exercício abusivo do direito, nos termos do art. 187; e (c) violação da própria matriz por quem a invoca. A chave está na primeira: a matriz delimita o que foi alocado, e o que não foi alocado nunca foi assumido. Contratos bem redigidos ganham aí uma virtude adicional, pois quanto mais explícita a matriz, menor a zona cinzenta em que o julgador precisa inferir a vontade das partes.

2.8 Eixo funcional em ação (II): faturamento de sessenta dias e trava de movimentação

Passe-se ao polo oposto. Nos contratos coletivos empresariais de assistência à saúde é comum a conjugação de duas previsões: aviso prévio de sessenta dias para a denúncia imotivada e vedação de inclusão ou exclusão de beneficiários durante esse intervalo. O efeito prático é o faturamento integral, por dois ciclos, de vidas que já não guardam vínculo com a contratante.

O primeiro cuidado analítico é não condenar o conjunto pelo que há de legítimo nele. O aviso prévio de sessenta dias não é, em si, abusivo: encontra amparo na regulação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (Resolução Normativa nº 557/2022), que condiciona a rescisão imotivada dos contratos coletivos ao decurso da vigência mínima de doze meses e à notificação com essa antecedência. E cumpre função identificável, qual seja, viabilizar a transição assistencial, permitir a portabilidade e

evitar a descontinuidade de tratamentos em curso. Há contrapartida, a continuidade do cuidado, e ela é fruída por quem suporta o custo.

A vedação de movimentação, porém, não passa em nenhuma das três perguntas. Não há correspondência no contexto do contrato: o preço não foi reduzido, nenhum investimento foi dedicado, nenhuma garantia assistencial adicional decorre dela. Não há fruição: excluir da apólice o empregado desligado não prejudica a assistência de ninguém, pois o vínculo que legitimava a cobertura deixou de existir, e a manutenção do ex-empregado é objeto de mecanismo autônomo, dos arts. 30 e 31 da Lei nº 9.656/1998. E sua supressão não retira benefício algum da operadora: apenas a impede de faturar sobre base contratual inexistente. Cláusula-barreira em estado puro.

O Código de Defesa do Consumidor oferece o caminho mais curto: o art. 51, IV, e o § 1º, III, alcançam a estipulação que onera excessivamente o consumidor em desequilíbrio com a boa-fé, e a Súmula 608 do Superior Tribunal de Justiça firma a incidência do diploma aos contratos de plano de saúde, ressalvadas as entidades de autogestão. Some-se o quadro de vulnerabilidade da microempresa submetida aos cinco indicadores da seção 2.2 .2: instrumento padronizado sem rastro de negociação, ausência de capacidade atuarial, inexistência de alternativa real de mercado para uma dezena de vidas e contratação atípica ao seu objeto social.

Aqui reside o achado mais relevante deste trabalho. A invalidade dessa cláusula não depende do Código de Defesa do Consumidor. Ainda que a relação fosse simétrica, regida pelo Código Civil, o resultado seria o mesmo por outra via: cobrar por beneficiários que já não integram a base contratual é exigir prestação desprovida de causa correspondente, e submeter a eficácia da exclusão ao exclusivo arbítrio da operadora aproxima a estipulação da condição puramente potestativa vedada pelo art. 122, além de configurar abuso do direito na moldura do art. 187. O regime consumerista acelera o desfecho, mas não é sua condição de possibilidade.

A consequência metodológica é considerável: se dois regimes distintos conduzem ao mesmo resultado, a escolha entre eles não deveria ocupar o centro da fundamentação, como hoje ocupa. Boa parte da litigiosidade sobre a qualificação da relação jurídica é, nesses casos, disputa sobre a rota, e não sobre o destino.

2.9 Uma matriz decisória em quatro degraus

A articulação dos dois eixos permite ordenar a decisão em degraus sucessivos, cada um deles com pergunta e prova próprias. Qualificação probatória da simetria: Aferir os cinco indicadores da seção 2.2 .2 a partir de prova documental, e não do porte declarado das partes. Ônus de quem pede a revisão, por força do art. 421-A do Código Civil. Qualificação funcional da cláusula: Aplicar o teste da contrapartida identificável e classificar a estipulação como cláusula de alocação de risco ou cláusula-barreira. Cruzamento dos eixos: O resultado combinado define o regime de intervenção, conforme o quadro abaixo.

Quadro 1 – Matriz de intervenção judicial por cruzamento dos eixos de simetria e função

	Cláusula com contrapartida identificável	**Cláusula-barreira (sem contrapartida)**
Relação simétrica	Intervenção vedada. Revisão apenas por evento fora da matriz de riscos (arts. 317 e 478 do CC). Hipótese do REsp 2.048.957/MG.	Intervenção pelo Código Civil: arts. 122, 187 e 422. Não se exige a incidência do CDC.
Relação assimétrica	Não anulação, mas reequilíbrio: redução proporcional com devolução da contrapartida (art. 51, § 2º, do CDC).	Nulidade da cláusula (art. 51, IV e § 1º, III, do CDC). Hipótese da trava de movimentação em plano coletivo.

Fonte: elaboração própria.

Escolha do remédio proporcional. Antes da nulidade total, esgotar a nulidade parcial e a conservação do negócio (art. 51, § 2º, do CDC; art. 184 do CC). Invalidar a trava de movimentação não exige invalidar o aviso prévio de sessenta dias, assim como reconhecer a exigibilidade do volume mínimo não exige negar à adquirente pretensão de reequilíbrio por evento externo à matriz de riscos.

O ganho da proposta é de previsibilidade: ela não amplia nem restringe, por si, o espaço de revisão, apenas o torna mensurável. E devolve à advocacia preventiva um papel que a discussão puramente judicializante oculta. Se a intervenção depende de simetria demonstrável e de contrapartida identificável, redigir bem significa documentar a negociação e explicitar, no próprio instrumento, o que cada restrição comprou.

3 Considerações finais

A Lei da Liberdade Econômica não tornou os contratos empresariais imunes à revisão judicial nem conferiu caráter absoluto ao *pacta sunt servanda*. Sua principal consequência foi estabelecer uma ordem de análise: a autonomia privada constitui a regra, enquanto a intervenção judicial depende da demonstração concreta das circunstâncias que justifiquem o afastamento da presunção de paridade e simetria. A revisão contratual, portanto, permanece possível, mas exige fundamentação probatória capaz de demonstrar vulnerabilidade, abuso, desequilíbrio relevante ou a ocorrência de evento extraordinário não abrangido pela matriz de riscos pactuada.

A aparente contradição entre a preservação da cláusula de *take or pay* no REsp 2.048.957/MG e o afastamento de cláusulas restritivas em contratos coletivos de plano de saúde pode ser compreendida mediante o exame conjunto de dois eixos. O primeiro corresponde à simetria negocial concreta, que não deve ser aferida exclusivamente pelo porte econômico ou pela natureza jurídica dos contratantes, mas pela efetiva participação na negociação, pela assessoria disponível, pela capacidade de precificação dos riscos, pela existência de alternativas reais de mercado e pela experiência das partes com aquele tipo de operação. O segundo eixo diz respeito à função econômica da cláusula impugnada, especialmente à existência ou não de uma contrapartida identificável.

No contrato de fornecimento de gás natural, a cláusula de *take or pay* integra a própria formação do preço e distribui riscos entre as partes, proporcionando segurança de demanda ao fornecedor e condições econômicas mais favoráveis ao adquirente. Sua supressão, sem recomposição da contrapartida, alteraria a equação econômica livremente construída. Em sentido diverso, a vedação de movimentação de beneficiários durante o aviso prévio, quando não acompanhada de benefício, investimento ou garantia correspondente, atua como mera barreira de saída. Nessa hipótese, a intervenção judicial não desconstitui uma legítima alocação de riscos, mas impede o exercício abusivo de uma posição contratual.

Conclui-se, assim, que a eleição entre o Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor não deve ser o ponto inicial e exclusivo da fundamentação. Antes de definir o regime aplicável, é necessário identificar a realidade negocial e a finalidade desempenhada pela cláusula. Além disso, determinadas estipulações podem ser afastadas mesmo em relações

simétricas, quando contrariarem a boa-fé objetiva, subordinarem a eficácia do negócio ao arbítrio exclusivo de uma das partes ou impuserem prestação sem causa econômica correspondente. O regime consumerista amplia e facilita a proteção do vulnerável, mas não representa a única via de controle dos abusos contratuais.

A análise também evidencia a importância da atuação preventiva. Documentar as negociações, explicitar a função econômica das cláusulas, registrar as contrapartidas concedidas e delimitar com precisão a matriz de riscos são providências que fortalecem a autonomia das partes e reduzem a margem para controvérsias posteriores. A prevenção pré-contratual não restringe a liberdade de contratar; ao contrário, assegura que ela seja exercida de maneira informada, coerente e compatível com a boa-fé.

Em síntese, o *pacta sunt servanda* permanece como fundamento indispensável da segurança jurídica e da previsibilidade das relações econômicas, mas não pode ser utilizado para legitimar cláusulas desprovidas de função econômica ou condutas incompatíveis com a confiança produzida. A revisão judicial deve ser excepcional, proporcional e orientada pela conservação do negócio, intervindo apenas na extensão necessária para corrigir o desequilíbrio demonstrado. É no equilíbrio entre força obrigatória, boa-fé objetiva e controle funcional das cláusulas que a Lei da Liberdade Econômica encontra sua aplicação mais adequada: preservar os riscos efetivamente assumidos e impedir que a autonomia privada seja convertida em instrumento de abuso.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. Resolução Normativa nº 557/2022.

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. Responsabilidade pré-contratual no Código de Defesa do Consumidor. Revista da Faculdade de Direito da USP, v. 90, p. 121-132, 1995.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

BRASIL. Lei nº 9.656/1998 (Lei dos Planos de Saúde).

BRASIL. Lei nº 10.406/2002 (Código Civil).

BRASIL. Lei nº 13.874/2019 (Lei da Liberdade Econômica).

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1.051.065/AM. Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, 3ª Turma, j. 21 fev. 2013.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1.367.955/SP. Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, 3ª Turma, j. 18 mar. 2014.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1.409.849/PR. Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, 3ª Turma, j. 26 abr. 2016.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1.984.655/SP. Rel. Min. Nancy Andrighi, 3ª Turma, j. 29 nov. 2022.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 2.048.957/MG. Rel. Min. Nancy Andrighi, 3ª Turma, j. 18 abr. 2023.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 2.078.517/RJ. Rel. Min. Humberto Martins, 3ª Turma, j. 14 maio 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Súmula 608, 2018.

FORGIONI, Paula A. Contratos empresariais: teoria geral e aplicação. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

MARTINS-COSTA, Judith. A boa-fé no direito privado: critérios para a sua aplicação. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

MATTOS, Alex Serpa Saba de. Cláusula de *take or pay*: função, natureza jurídica e efeitos. Civilistica.com, v. 14, n. 1, p. 1-18, 2025.

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz. Autonomia da vontade, autonomia privada e autodeterminação. Revista de Informação Legislativa, v. 41, n. 163, p. 113-130, 2004.

Capítulo 40

OS DIREITOS DA PERSONALIDADE NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: NOVOS DESAFIOS AO DIREITO CIVIL BRASILEIRO

Paola Gandine Costa[1]
Bárbara Ferreira Nunes[2]

1 Introdução: a dinâmica do direito civil e o impacto da inteligência artificial

O Direito Civil não se constitui como um sistema normativo estático, fechado ou imutável. Sua evolução histórica revela uma constante necessidade de adaptação e resposta às profundas transformações operadas na sociedade, na cultura, na economia e nos meios tecnológicos. Durante séculos, a matriz privatística ocidental assentou-se sobre bases marcadamente patrimonialistas, priorizando a regulação das relações de propriedade, a circulação de bens e a segurança dos negócios jurídicos interindividuais. A consolidação do Estado Democrático de Direito e a superveniência do princípio fundamental da dignidade da pessoa humana provocaram, contudo, uma indispensável virada axiológica, reposicionando o ser humano e sua dimensão existencial no ápice de todo o ordenamento jurídico civil.

Essa transição paradigmática encontrou nos direitos da personalidade a sua expressão mais emblemática e refinada. Trata-se de uma categoria jurídica autônoma, especialmente delineada para resguardar a pessoa em seus múltiplos atributos essenciais, abrangendo sua integridade física, integridade moral, identidade pessoal, honra, imagem, voz, intimidade, vida privada e dignidade existencial. Conforme observa Danilo Doneda, essa categoria jurídica é de construção relativamente recente e corporifica

1 Pós Graduada em Direito Civil pela UIT. Advogada. Integrante da Leitte, Gonçalves & Oliveira Jr. Sociedade de Advogados (LGO Advogados), com atuação em direito civil, contratual, consumidor. Lattes: http://lattes.cnpq.br/2992108349023271. E-mail: paola@lgoadv.com.br.

2 Estagiária de direito. Integrante da Leitte, Gonçalves & Oliveira Jr. Sociedade de Advogados (LGO Advogados), com atuação em direito civil, consumidor e cobranças extrajudiciais. E-mail:barbara@lgoadv.com.br

as transformações assumidas pelo Direito Civil a partir da valorização e da centralidade da pessoa humana em si mesma (Doneda, 2005, p. 71).

No cenário legislativo brasileiro, o Código Civil de 1916 não oferecia uma sistematização geral ou articulada voltada à proteção da esfera imaterial do indivíduo, reservando à tutela pessoal dispositivos pontuais e fragmentados. Foi o Código Civil de 2002 que inaugurou uma verdadeira mudança de perspectiva na cultura jurídica nacional: como destaca Danilo Doneda, o diploma codificado dedicou, pela primeira vez na história legislativa pátria, um capítulo específico e estruturado aos direitos da personalidade logo em sua Parte Geral (Doneda, 2005, p. 71). A promulgação dos artigos 11 a 21 representou, assim, a consagração expressa da tutela civil do corpo, do nome, da imagem, da palavra e da vida privada, conferindo substrato dogmático indispensável à defesa da pessoa perante as relações privadas cotidianas.

Essa trajetória evolutiva, contudo, não se deu por encerrada com o advento do Código Civil de 2002. Pelo contrário, as transformações sociais continuam a desafiar a solidez dos institutos civilistas em uma velocidade sem precedentes, impulsionadas pelo avanço da sociedade em rede e pela crescente digitalização das interações humanas. Entre os fenômenos tecnológicos mais disruptivos da contemporaneidade, destaca-se a consolidação dos sistemas de **inteligência artificial**, em especial a chamada **inteligência artificial generativa**, capaz de sintetizar, produzir e alterar imagens, vídeos, timbres vocais e comportamentos com nível de precisão e realismo jamais testemunhado.

O surgimento dessas tecnologias algorítmicas impõe uma indagação jurídica fulcral: de que maneira o Direito Civil brasileiro deve estruturar a proteção da pessoa humana quando a tecnologia se torna capaz de recriar integralmente sua imagem física, mimetizar com exatidão sua voz e forjar cenários factuais e discursos nos quais o indivíduo jamais esteve envolvido? A questão transcende a mera disciplina da reprodução indevida de dados verdadeiros, adentrando o campo da falsificação algorítmica da própria identidade existencial.

É a partir desse problema central que o presente capítulo se propõe a examinar os impactos e desafios colocados pela inteligência artificial generativa à tutela dos direitos da personalidade no Direito Civil brasileiro. O estudo parte da recuperação das bases históricas que conduziram à positivação da pessoa no ordenamento civil codificado de 2002, para, em seguida, analisar de forma aprofundada as novas modalidades de violação

que recaem sobre a imagem, a honra, a voz e a intimidade. Busca-se, em última instância, avaliar a operabilidade e a suficiência dos mecanismos tradicionais de tutela civil, preventiva e reparatória, perante um cenário de riscos que o legislador de 2002 não tinha como antever em sua inteireza.

2 A evolução da proteção da pessoa no direito civil brasileiro

A proteção da pessoa humana no Direito Civil resulta de um processo histórico de amadurecimento normativo e doutrinário. Seus primeiros vestígios remontam à Antiguidade clássica, especialmente aos ordenamentos grego e romano. No Direito Romano, instrumentos como a *actio iniuriarum e a lex aquilia* já ofereciam proteção à integridade física e moral, reconhecendo que ofensas à individualidade mereciam resposta jurídica (Zanini, 2011).

A consolidação dos direitos da personalidade como categoria autônoma ocorreu, sobretudo, no século XIX, com o desenvolvimento da doutrina e da jurisprudência europeias (Zanini, 2011). Entretanto, os grandes códigos do período mantiveram orientação patrimonialista, como o Código Civil Francês de 1804, que privilegiava a propriedade, a autonomia da vontade e a força dos contratos (Zanini, 2011).

Esse paradigma começou a ser superado no século XX, especialmente após as atrocidades da Segunda Guerra Mundial, quando a dignidade da pessoa humana passou a ocupar posição central no ordenamento jurídico. Consolidou-se, assim, o movimento de despatrimonialização ou repersonalização do Direito Civil, deslocando a pessoa para o centro ético do sistema (Zanini, 2011).

No Brasil, o Código Civil de 1916 refletia o modelo liberal e patrimonialista, sem disciplina sistemática dos direitos da personalidade. A proteção do nome, da honra e de outros atributos existenciais ocorria de forma fragmentária.

Essa lacuna foi superada pelo Código Civil de 2002, elaborado sob influência da Constituição Federal de 1988. Como observa Danilo Doneda, o diploma introduziu, pela primeira vez no direito positivo brasileiro, capítulo específico sobre os direitos da personalidade, nos arts. 11 a 21, reconhecendo sua centralidade no Direito Civil (Doneda, 2005, p. 71).

O artigo 11 consagra a intransmissibilidade e a irrenunciabilidade dos direitos da personalidade, enquanto o artigo 12 assegura tutela judicial

contra ameaça ou lesão, inclusive com reparação por perdas e danos. Os arts. 13 a 15 tratam dos atributos corporais; os arts. 16 a 19, do nome; o art. 20, da imagem e da palavra; e o art. 21, da vida privada.

A positivação desses direitos forneceu instrumentos relevantes para a proteção da pessoa na sociedade analógica e no início da era digital. Contudo, a inteligência artificial apresenta novos desafios, ao permitir que atributos da identidade sejam apropriados e recombinados para criar representações e narrativas artificiais. Impõe-se, assim, uma interpretação capaz de preservar a eficácia dos institutos civilistas diante da transformação tecnológica.

3 A inteligência artificial e as novas formas de violação dos direitos da personalidade: imagem, honra e voz humana

O advento da inteligência artificial generativa transformou a relação entre tecnologia e individualidade humana. Se, tradicionalmente, os conflitos civis envolviam a reprodução ou divulgação não autorizada de dados, imagens ou escritos autênticos, os modelos generativos passaram a permitir a criação de representações hiper-realistas de fatos jamais ocorridos. Destacam-se, nesse contexto, os *deepfakes,* conteúdos audiovisuais manipulados ou produzidos por sistemas computacionais que dificultam a distinção entre realidade e ficção (ANPD, 2026).

Essa tecnologia permite que fotografias disponíveis em redes sociais sejam utilizadas como insumo para a criação de vídeos sintéticos nos quais a pessoa retratada aparece praticando condutas que jamais realizou. O problema jurídico, portanto, ultrapassa a captação indevida da imagem e alcança a própria criação de uma realidade fictícia vinculada à identidade de pessoa existente.

Embora artificial, a falsificação produz efeitos concretos: o conteúdo pode ser tomado como verdadeiro, compartilhado massivamente e gerar reprovação social, atingindo diretamente a identidade, a honra e a reputação da vítima.

O artigo 20 do Código Civil assegura a tutela da imagem e da palavra, permitindo ao titular impedir sua divulgação, exposição ou utilização indevida quando atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou quando destinadas a fins econômicos não autorizados. A jurisprudência reconhece, ainda, que a utilização não autorizada da imagem pode ensejar

reparação independentemente da comprovação do prejuízo, conforme a Súmula 403 do Superior Tribunal de Justiça.

Quando manipulada por inteligência artificial, a violação assume maior gravidade, pois a imagem pode ser artificialmente associada à prática de crimes, declarações discriminatórias ou comportamentos desonrosos, atingindo simultaneamente a imagem, a honra objetiva e a reputação social.

Também incide o artigo 17 do Código Civil, que veda o emprego do nome ou da representação da pessoa em publicações que a exponham ao desprezo público, ainda que ausente intenção difamatória. A criação de representações sintéticas em contextos infamantes afronta diretamente essa proteção, comprometendo a identidade e a posição social da vítima.A necessidade de conferir ampla proteção aos direitos personalíssimos violados por apropriação indevida da imagem humana encontra sólido respaldo na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, consoante se depreende do seguinte precedente:

> EMENTA: RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. DIREITO À IMAGEM. ATLETA. UTILIZAÇÃO SEM AUTORIZAÇÃO PARA PROMOÇÃO DE EVENTO. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. NÃO CABIMENTO. AUSÊNCIA DE FINS LUCRATIVOS. IRRELEVÂNCIA. DANO MORAL. PROVA. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES. DOUTRINA. 1. Compete ao Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso especial, a análise da interpretação da legislação federal, motivo pelo qual se revela inviável invocar, nesta seara, a violação de dispositivos constitucionais, porquanto matéria afeta à competência do STF (art. 102, inciso III, da Carta Magna). 2. A obrigação da reparação pelo uso não autorizado de imagem decorre do próprio uso indevido do direito personalíssimo e não é afastada pelo caráter não lucrativo do evento ao qual a imagem é associada. 3. Para a configuração do dano moral pelo uso não autorizado de imagem não é necessária a demonstração de prejuízo, pois o dano se apresenta in re ipsa. 4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, parcialmente provido. (REsp n. 299.832/RJ, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 21/2/2013, DJe de 27/2/2013.)

O julgado acima reafirma que a obrigação de reparar a lesão aos direitos da personalidade decorre diretamente da infração ao direito personalíssimo em si mesmo considerado, dispensando a comprovação de fins econômicos diretos ou de prejuízos patrimoniais específicos. No contexto dos conteúdos gerados por inteligência artificial, essa

premissa ganha aplicabilidade reforçada: a produção e a disseminação de representações sintéticas desautorizadas constituem, por si sós, ato ilícito gerador de dano moral objetivo, cuja reparação se impõe como imperativo de justiça corretiva e proteção da dignidade existencial.

Paralelamente à imagem visual, a voz desponta como atributo autônomo, singular e essencial da personalidade humana. A tecnologia contemporânea viabilizou o aperfeiçoamento da clonagem vocal, processo no qual ferramentas computacionais analisam pequenas amostras de áudio para mapear o timbre, o tom, a cadência e a prosódia da fala de um indivíduo, sintetizando declarações inéditas que a pessoa jamais pronunciou. A Autoridade Nacional de Proteção de Dados inseriu a clonagem vocal e de identidade entre os riscos tecnológicos mais críticos associados aos *deepfakes*, ressaltando a sua utilização nefasta em golpes patrimoniais, extorsões e engenharia social contra terceiros (ANPD, 2026).

A tutela jurídica da voz humana encontra esteio normativo expresso no artigo 20 do Código Civil, ao resguardar a transmissão da palavra contra utilizações indevidas ou descontextualizadas. A proteção conferida pela norma deve ser interpretada de modo a abarcar os métodos modernos de síntese sonora. O fato de alguém ter autorizado a gravação de sua voz para uma finalidade específica, como a locução de um material educativo, jamais pode ser interpretado como autorização tácita para a geração ilimitada de novos discursos sintéticos, impondo ao intérprete civilista o dever de reconhecer a voz como bem existencial infenso à manipulação algorítmica desautorizada.

4 Intimidade, pornografia sintética não consensual, limites do consentimento e velocidade da disseminação

A inteligência artificial generativa potencializou graves violações à intimidade e à dignidade sexual. Fotografias comuns de rostos podem ser associadas a corpos desnudos ou conteúdos pornográficos, criando cenas inexistentes. A prática atinge especialmente mulheres e configura grave modalidade de violência digital de gênero (ANPD, 2026).

A ausência de consentimento constitui elemento central da ilicitude. A publicação voluntária de imagem em rede social não autoriza sua transformação em conteúdo pornográfico ou degradante. A vida privada é inviolável, cabendo ao Poder Judiciário, nos termos do artigo 21

do Código Civil, adotar as providências necessárias para impedir ou fazer cessar sua violação.

A resposta estatal já contempla medidas específicas. O Ministério da Justiça e Segurança Pública instaurou investigação contra plataformas especializadas na criação automatizada de imagens falsas de nudez (Brasil, 2026a). Nesse contexto, o Decreto federal nº 12.976, de 20 de maio de 2026, proibiu, em seu artigo 9º, a geração ou modificação de conteúdo íntimo de terceiros por inteligência artificial e estabeleceu, no artigo 7º, § 1º, a remoção de material íntimo não autorizado em até duas horas após a notificação da vítima (Brasil, 2026b).

O consentimento para utilização da imagem ou da voz deve ser interpretado restritivamente, limitado ao meio, à finalidade e ao período autorizados. Os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis (arts. 11 e 12 do Código Civil), não sendo possível presumir que a autorização para determinado uso permita o processamento da imagem ou da voz para treinamento de sistemas de inteligência artificial.

Sobre a matéria, o Superior Tribunal de Justiça firmou orientação:

> EMENTA: RECURSO ESPECIAL. DIREITO DE IMAGEM. POSSIBILIDADE DE CONSENTIMENTO TÁCITO, DESDE QUE INTERPRETADO DE FORMA RESTRITA E EXCEPCIONAL. USO INDEVIDO. INDENIZAÇÃO POR MATERIAIS CONFIGURADA. DANO MORAL. INOCORRÊNCIA NA ESPÉCIE. 1. A imagem é a exteriorização da personalidade inserida na cláusula geral de tutela da pessoa humana (art. 1°, III, da CF e En. 274 das Jornadas de Direito Civil), com raiz na Constituição Federal e em diversos outros normativos federais. É, pois, intransmissível e irrenunciável (CC, art. 11), não podendo sofrer limitação voluntária, permitindo-se uma disponibilidade relativa (limitada) de expressões do uso do direito da personalidade, desde que não seja de forma geral e nem permanente (En. 4 das Jornadas de Direito Civil). 2. Em regra, para maior segurança e proteção, é exigível o consentimento expresso para o uso da imagem. Contudo, a depender da situação em concreto, admite-se o consentimento presumível, desde que, pela sua própria natureza, seja interpretado com extrema cautela, de forma restrita e excepcional. 3. Nos termos da Súm 403 do STJ, "independe de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais". 4. No caso concreto, a recorrida publicou, em revista especializada e de grande circulação, fotografias dos recorrentes em matéria relacionada à gravidez, sem que houvesse a autorização expressa destes, não se sabendo ao certo quais foram os limites de eventual consentimento perfectibilizado, sendo devido o dano material, pela utilização indevida da imagem. 5. No

> entanto, não há falar em dano moral, pois os recorrentes acabaram concordardando, ainda que tacitamente, com a exposição de suas imagens na revista editada pela recorrida, pois foram eles próprios que forneceram as fotografias, com os respectivos negativos, para a escolha e divulgação pela revista, o que revela o interesse dos mesmos em se ver expostos na matéria de circulação nacional, além de que, a própria Corte local salientou que a matéria foi "respeitosa, inteligente, bem redigida e primorosamenle produzida". 6. Recurso especial parcialmente provido. (REsp n. 1.384.424/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 11/10/2016, DJe de 21/11/2016.)

A orientação do STJ confirma que a imagem não admite cessões tácitas amplas ou renúncias permanentes. No contexto da inteligência artificial, o consentimento deve permanecer limitado à finalidade efetivamente autorizada.

A velocidade de disseminação agrava a lesão: conteúdos sintéticos podem alcançar milhares de pessoas em minutos, tornando insuficiente a reparação exclusivamente pecuniária. A tutela dos direitos da personalidade exige, portanto, medidas imediatas de bloqueio, desindexação e exclusão.

A jurisprudência do STJ, portanto, reconhece a exposição pornográfica não consentida como grave lesão aos direitos da personalidade e legitima a adoção de medidas urgentes para interromper sua circulação. Diante da velocidade dos conteúdos gerados por inteligência artificial, a proteção efetiva da pessoa humana depende da conjugação entre tutela inibitória, remoção, bloqueio e desindexação.

5 Os limites da tutela civil diante da inteligência artificial: responsabilidade e primazia da proteção inibitória

A proliferação de conteúdos audiovisuais gerados ou manipulados por inteligência artificial suscita uma reflexão dogmática inadiável sobre a suficiência e a adaptabilidade dos instrumentos tradicionais do Direito Civil. Quando o Código Civil de 2002 foi concebido e promulgado, o legislador pátrio estruturou a proteção da pessoa humana tendo em vista, predominantemente, as violações verificáveis no meio analógico e nas etapas embrionárias da comunicação informatizada. Essa circunstância histórica, contudo, não significa que o ordenamento vigente seja desprovido de respostas normativas eficazes; o verdadeiro desafio reside na compreensão hermenêutica e na aplicação extensiva dos mecanismos já positivados diante das dinâmicas algorítmicas contemporâneas.

O microssistema delineado entre os artigos 11 e 21 do Código Civil institui uma rede articulada de salvaguardas existenciais, assegurando a intransmissibilidade e a irrenunciabilidade dos atributos da personalidade (art. 11), a exigibilidade de cessação imediata de qualquer ameaça ou lesão (art. 12), a proteção da imagem e da palavra contra usos não autorizados ou aviltantes (art. 20) e a inviolabilidade integral da vida privada (art. 21). No contexto da inteligência artificial generativa, a cláusula geral de tutela preventiva insculpida no artigo 12 do Código Civil ganha relevância capital: ela consagra expressamente que a atuação jurisdicional não necessita aguardar a consolidação fática do prejuízo para ser deflagrada, permitindo ao magistrado conceder medidas protetivas vocacionadas a coibir a ameaça antes mesmo de sua consumação danosa.

A despeito dessa matriz protetiva, a atribuição da responsabilidade civil nos danos perpetrados mediante inteligência artificial revela uma complexidade teórica sem precedentes. Diferentemente das ofensas convencionais, nas quais o causador direto do dano é facilmente individualizado, os atos ilícitos praticados no ecossistema de inteligência artificial envolvem uma multiplicidade difusa de sujeitos e agentes: a empresa desenvolvedora que treina e disponibiliza o modelo de fundação, o desenvolvedor da aplicação específica, o usuário que elabora os comandos de instrução para gerar o conteúdo ofensivo, a pessoa que compartilha e redistribui o material nas redes e a plataforma digital que hospeda o conteúdo e aufere rendimentos com o engajamento gerado.

A disciplina geral da responsabilidade civil encontra esteio nos artigos 186 e 927 do Código Civil, os quais estipulam o dever de reparar integralmente o dano oriundo de ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência. A aplicação desses preceitos ao ambiente da inteligência artificial exige, contudo, uma criteriosa ponderação sobre o grau de contribuição causal e a esfera de controle de cada interveniente. Não se afigura juridicamente razoável equiparar, de forma linear e indiferenciada, a conduta de quem desenvolve uma ferramenta computacional neutra de uso geral à conduta de quem utiliza dolosamente essa tecnologia para forjar um vídeo difamatório ou criar material sexualmente degradante de terceiro. A responsabilização deve ser modulada a partir da análise concreta do nexo causal, do grau de culpabilidade, dos deveres de segurança exigíveis e da efetiva capacidade técnica de prevenir a produção do resultado lesivo.

Paralelamente à discussão sobre a responsabilização pecuniária, impõe-se questionar a centralidade histórica conferida à tutela meramente

reparatória ou ressarcitória. O Direito Civil tradicional estruturou-se sob a premissa de que, uma vez consumada a ofensa, a reparação monetária em favor da vítima seria suficiente para reequilibrar o estado das coisas e propiciar compensação moral ao ofendido. No âmbito das infrações digitais potencializadas por inteligência artificial, essa premissa revela-se flagrantemente insuficiente e anacrônica.

A circulação viral de um conteúdo sintético ofensivo ou de uma imagem íntima forjada produz lesões que se perpetuam no tempo e no espaço. Uma vez replicado por milhares de usuários e indexado por mecanismos de busca, o material desonroso ingressa em um ciclo de replicação contínua, de modo que a posterior fixação de indenização em dinheiro, conquanto indispensável, jamais restabelece a integridade moral da vítima perante seu meio social e profissional. A intervenção jurídica que atua exclusivamente após a consumação do estrago mostra-se tardia e ineficaz para resguardar a substância dos direitos fundamentais da personalidade.

Por esse motivo, o eixo estruturante da tutela dos direitos da personalidade deve migrar definitivamente para a primazia da tutela inibitória, preventiva e de remoção célere do ilícito. O artigo 12 do Código Civil fornece a base substantiva dessa proteção inibitória, a qual é processualmente instrumentalizada e potencializada pelo artigo 497 do Código de Processo Civil. O comando processual assegura que, nas ações que tenham por objeto o cumprimento de obrigações de fazer ou de não fazer, o juiz concederá a tutela específica ou determinará providências práticas equivalentes para inibir a prática, a reiteração ou a continuação do ato ilícito, ou promover a sua imediata remoção.

O parágrafo único do artigo 497 do Código de Processo Civil consagra diretriz de fundamental importância para a defesa da pessoa humana na era digital: para a concessão da tutela inibitória ou de remoção do ilícito, é totalmente irrelevante a demonstração da ocorrência de dano ou a existência de culpa ou dolo na conduta do agente. Essa disciplina processual harmoniza-se perfeitamente com os institutos da tutela provisória de urgência, disciplinada pelo artigo 300 do diploma processual civil, tornando imperativa a atuação judicial célere e enérgica com vistas a determinar a desindexação de resultados e o bloqueio emergencial de ferramentas voltadas à lesão de direitos da personalidade.

6 O futuro do direito civil na era da inteligência artificial e considerações finais

A trajetória evolutiva do Direito Civil comprova a sua notável capacidade de resiliência e adaptação diante das transformações civilizatórias. Assim como o Direito Privado do passado precisou superar a hegemonia patrimonialista e individualista herdada das codificações oitocentistas para reconhecer a pessoa humana em sua dimensão existencial e axiológica, apresenta-se agora uma nova fronteira epistemológica: a salvaguarda da dignidade humana em um contexto no qual a própria representação fenomênica do indivíduo pode ser sintetizada, recombinada e explorada por sistemas computacionais autônomos.

O advento dessas inovações tecnológicas não impõe, necessariamente, a revogação do arcabouço normativo construído pelo legislador de 2002 nem a edição compulsória de legislações pontuais a cada novo software disponibilizado no mercado. O Código Civil brasileiro possui plasticidade axiológica e cláusulas gerais suficientes para albergar situações fáticas imprevistas à época de sua edição, desde que seus preceitos sejam submetidos a uma interpretação prospectiva, funcionalizada pelos valores constitucionais. O artigo 20 do Código Civil, ao tutelar a imagem e a palavra da pessoa humana, não pode ser reduzido a uma leitura estática ou analógica; ele deve ser compreendido como uma garantia viva contra qualquer modalidade de apropriação, desfiguração ou simulação desautorizada dos atributos identitários do ser humano.

Essa reformulação interpretativa exige também o redesenho dogmático da teoria do consentimento no ambiente digital. O consentimento prestado pelo titular de dados não pode ser admitido como uma autorização universal, perpétua ou irrestrita para qualquer modalidade de exploração biométrica ou síntese algorítmica. O ato de disposição existencial deve ser examinado à luz da boa-fé objetiva, da finalidade específica e dos limites materiais do negócio pactuado, sendo vedada a utilização de registros pessoais autênticos como matéria-prima invisível para treinar motores de inteligência artificial geradores de novas narrativas artificiais.

No tocante à responsabilidade civil, o futuro do Direito Civil exigirá critérios analíticos refinados para distribuir os deveres de reparação e prevenção entre os diversos partícipes da cadeia tecnológica, desde os arquitetos de modelos fundacionais até os distribuidores e usuários finais.

Essa responsabilização posterior, entretanto, deve assumir caráter subsidiário frente à incontornável primazia das tutelas preventivas e inibitórias. A velocidade exponencial de propagação dos conteúdos sintéticos demanda providências jurisdicionais imediatas de cessação de ilícitos, com esteio ampliado no artigo 12 do Código Civil, sob pena de a resposta jurídica converter-se em mero exercício retórico incapaz de estancar a violação à dignidade.

Não se defende, com isso, uma postura de hostilidade ou resistência retrógrada ao desenvolvimento tecnológico. A inteligência artificial encerra extraordinário potencial para impulsionar a ciência, a medicina, a educação e a eficiência das atividades humanas. O desafio basilar do Direito Civil contemporâneo reside justamente em equacionar a liberdade de inovação e a segurança jurídica com a inegociável proteção dos direitos fundamentais da pessoa humana, assegurando que o progresso científico avance sem transformar o indivíduo em mero insumo informacional desprovido de tutela existencial.

Em arremate, a reflexão desenvolvida ao longo deste capítulo demonstra que a tutela dos direitos da personalidade na era da inteligência artificial encontra sua mais expressiva tradução na passagem do velho ao novo Direito Civil, eixo temático condutor da presente coletânea. O futuro da disciplina civilista não repousa no abandono de sua herança dogmática, mas na renovação constante de seus instrumentos conceituais e operativos, assegurando que o Código Civil de 2002 permaneça como um instrumento vivo, humanizado e plenamente capaz de tutelar a pessoa humana contra as novas formas de opressão e despersonalização forjadas pela tecnologia.

Referências

ANPD. Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Radar Tecnológico nº 6: Deepfakes. Brasília, DF: ANPD, 2026.

BRASIL. Decreto nº 12.976, de 20 de maio de 2026. Estabelece diretrizes para a proteção de mulheres na internet e para o enfrentamento da violência contra mulheres em ambiente digital. Brasília, DF: Presidência da República, 2026b.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2002.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria de Direitos Digitais. Sedigi pede investigação de 32 sites de criação de imagens de nudez não consentida com uso de IA. Brasília, DF: MJSP, 15 jul. 2026a.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 299.832/RJ. Responsabilidade civil. Ação de indenização por danos morais e materiais. Direito à imagem. Utilização sem autorização. Dano moral in re ipsa. Relator: Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva. Terceira Turma. Julgado em: 21 fev. 2013. Publicado no DJe em: 27 fev. 2013.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.384.424/SP. Direito de imagem. Possibilidade de consentimento tácito, desde que interpretado de forma restrita e excepcional. Uso indevido. Indenização. Relator: Ministro Luis Felipe Salomão. Quarta Turma. Julgado em: 11 out. 2016. Publicado no DJe em: 21 nov. 2016.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Súmula nº 403. Independe de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais. Brasília, DF: STJ, 2009.

DONEDA, Danilo. Os direitos da personalidade no Código Civil. Revista da Faculdade de Direito de Campos, Campos dos Goytacazes, ano VI, n. 6, p. 71-99, jun. 2005.

ZANINI, Leonardo Estevam de Assis. Direitos da personalidade: aspectos essenciais. São Paulo: Saraiva, 2011.

Capítulo 41

A ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO BINÔMIO NECESSIDADE-POSSIBILIDADE NAS HIPÓTESES EM QUE AS POSSIBILIDADES DO ALIMENTANTE SUPERAM AS NECESSIDADES DO ALIMENTANDO

Diogo Bononi Freitas[1]

1 Introdução

A obrigação alimentícia decorrente das relações de parentesco, notadamente a paterno-filial, ostenta matiz constitucional e visa assegurar a subsistência, o desenvolvimento integral e a dignidade do ser humano em formação, nos moldes dos artigos 227 e 229 da Constituição Federal de 1988, combinados com o artigo 1.694 e seguintes do Código Civil brasileiro. Fundada nos princípios da solidariedade familiar e da dignidade da pessoa humana, a prestação alimentar constitui, na lição da doutrina especializada, expressão do dever de mútua assistência entre os membros do grupo parental.[2]

Para a perfeita quantificação dessa obrigação, o ordenamento jurídico pátrio consagrou o clássico vetor binomial composto pela necessidade do alimentando e pela possibilidade do alimentante — vetor este que, para parcela expressiva da doutrina contemporânea, expande-se ao conceito de trinômio "necessidade-possibilidade-proporcionalidade".[3]

Sucede que, na praxe forense vivenciada em varas de família, observa-se expressiva distorção na incidência pragmática do referido binômio quando confrontado com situações de acentuada assimetria

1 Juiz de Direito no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande Do Sul.

2 Sobre os fundamentos constitucionais da obrigação alimentar e os princípios da solidariedade familiar e da dignidade da pessoa humana que a sustentam, cf. CAHALI, Yussef Said. Dos Alimentos. São Paulo: Revista dos Tribunais; e MADALENO, Rolf. Direito de Família. Rio de Janeiro: Forense.

3 Sobre a superação do binômio pela ideia de trinômio necessidade-possibilidade-proporcionalidade, cf. TARTUCE, Flávio. Direito Civil: direito de família. v. 5. Rio de Janeiro: Forense; e DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. Salvador: JusPodivm.

econômica. Em especial, nas hipóteses em que as possibilidades financeiras do genitor alimentante situam-se em patamares extraordinariamente elevados, verifica-se uma tendência jurisdicional de convolar a elevada capacidade do pagador em vetor quase exclusivo de arbitramento, inflando os alimentos para patamares substancialmente dissociados das reais e efetivas necessidades de manutenção e criação do alimentando.

Essa prática, sob o pretexto de propiciar ao filho o mesmo padrão de vida do genitor abastado, acaba por transmudar a natureza jurídica da verba alimentar: de instituto voltado à tutela da subsistência e do desenvolvimento equilibrado, passa a atuar como instrumento de transferência patrimonial indireta, captação de renda suplementar para a família do guardião e nítido enriquecimento sem causa. O presente trabalho destina-se a analisar criticamente tal desvio dogmático, evidenciando as violações sistêmicas aos princípios da igualdade entre os filhos e da proporcionalidade da contribuição paterna e materna, cotejando o cenário nacional com institutos do Direito comparado e a jurisprudência pátria, propondo ao final uma abordagem instrutória rigorosa baseada na prova pericial multidisciplinar prévia.

2 A distorção prática do binômio necessidade-possibilidade e o enriquecimento sem causa

O artigo 1.694, § 1º, do Código Civil estabelece que os alimentos devem ser fixados "na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada". A conjunção coordenativa aditiva empregada pelo legislador exsurge com caráter cumulativo e simétrico: a mensuração da obrigação exige incontornavelmente a congruência entre os dois polos da relação jurídica.[1]

Todavia, nos casos que envolvem alimentantes de altíssimo poder aquisitivo, como empresários, atletas profissionais, artistas de grande projeção e investidores, dentre outros, a prática forense revela que o vetor "possibilidade" frequentemente se hipertrofia, suplantando a investigação quanto à "necessidade" concreta.

Juízes e Tribunais, por vezes seduzidos pela vultosa capacidade financeira do devedor, arbitram percentuais incidentes sobre rendimentos

1 A doutrina sublinha o caráter cumulativo dos polos do binômio, de modo que a elevada possibilidade do alimentante não dispensa a demonstração concreta da necessidade do alimentando. Cf. CAHALI, Yussef Said. Dos Alimentos. São Paulo: Revista dos Tribunais.

líquidos ou valores fixos em dezenas ou centenas de salários-mínimos, sem que haja correspondência lógica com despesas efetivas de moradia, educação, saúde, vestuário, lazer e transporte compatíveis com a infância ou a juventude.

Com efeito, a prestação alimentar não pode constituir fonte de enriquecimento ou de formação de capital para o alimentando ou para o genitor em cuja companhia reside, orientação reiteradamente perfilhada pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.[2]

O teto do arbitramento deve ser sempre real e congruente com a necessidade de manutenção do menor, sob pena de se desvirtuar a finalidade do instituto.

Quando a quantia fixada ultrapassa o indispensável e o razoável para a formação integral do filho, o excedente perde o caráter estritamente alimentar e passa a configurar verdadeira pensão para a administração familiar do genitor guardião, violando o princípio vertido no artigo 884 do Código Civil, que veda categoricamente o enriquecimento sem causa. Daí por que a doutrina adverte que a incidência da proporcionalidade na quantificação dos alimentos tem por escopo justamente obstar que a verba se converta em fonte de enriquecimento de quem a pleiteia.[3]

3 Ofensa aos princípios basilares do direito de família

A fixação desmedida da verba alimentar fundada unicamente no elevado patrimônio do prestador não representa mero excesso pecuniário: em verdade, atenta diretamente contra princípios que estruturam o Direito de Família, notadamente a igualdade entre filhos e a proporcionalidade.

A Carta Magna de 1988 erigiu como dogma inviolável a absoluta igualdade jurídica entre os filhos, independentemente de sua origem, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção (art. 227, § 6º). Esse mandamento, reconhecido pela doutrina como cláusula de isonomia

2 Nesse sentido, a orientação consolidada do Superior Tribunal de Justiça, para o qual a verba alimentar não pode converter-se em instrumento de enriquecimento sem causa do alimentando ou do genitor guardião. Ilustrativamente, STJ, REsp 2.030.252/MG, Rel. Min. Nancy Andrighi, 3ª Turma, DJe 30/11/2022, no qual se assentou que a fixação das necessidades do alimentando deve amparar-se no acervo fático-probatório dos autos.

3 É o magistério de TARTUCE, Flávio. Direito Civil: direito de família. v. 5. Rio de Janeiro: Forense, segundo o qual o princípio da proporcionalidade — ou da razoabilidade — deve incidir na fixação dos alimentos justamente para que a sua quantificação não gere o enriquecimento sem causa daquele que os pleiteia.

substancial entre a prole, impõe que o tratamento legal e material conferido aos filhos observe critérios de equidade.[1]

Quando o Poder Judiciário arbitra uma verba alimentar em valor exorbitantemente superior às reais necessidades de um filho – fruto, por exemplo, de um relacionamento efêmero ou extramatrimonial com um pai de altíssima renda –, e este filho passa a desfrutar de um aporte financeiro desproporcional em relação a outros filhos do mesmo alimentante, que residem com este e vivenciam a sobriedade da rotina familiar, cria-se uma profunda distorção socioafetiva e econômica. O alimentando contemplado com a prestação superestimada assume posição de injustificada primazia patrimonial sobre seus consanguíneos, convertendo-se em um "filho de classe superior" dentro da própria estirpe familiar. O superdimensionamento dos alimentos, assim, rompe a equidade que deve nortear os deveres paternais em relação a toda a sua prole.

Nos termos do artigo 1.703 do Código Civil, para a manutenção dos filhos, os pais contribuirão na proporção de seus recursos. A responsabilidade pelo sustento e criação da prole é incontestavelmente comum e concorrente, cabendo a ambos os genitores contribuir de forma equitativa, na exata medida de suas capacidades econômico-financeiras — dever de dupla titularidade que a doutrina qualifica como expressão do princípio da proporcionalidade na partilha do encargo alimentar.[2]

Ocorre que, ao fixar uma pensão alimentícia em montante que extrapola acentuadamente a totalidade dos custos materiais reais da criança ou do adolescente, o julgador acaba, por via oblíqua, isentando por completo o genitor guardião de qualquer participação financeira na criação do filho. Para além disso, o genitor guardião passa a gerir um excedente financeiro apto a custear não apenas as despesas da criança, mas o próprio padrão de vida do lar do guardião. Em situações como esta, o preceito legal do artigo 1.703 do Código Civil se esvazia por completo, pois a contribuição de um dos pais é anulada e sobrepujada pelo excesso imposto ao outro.

---

1 Sobre a igualdade substancial entre os filhos como diretriz estruturante do Direito de Família contemporâneo, cf. LÔBO, Paulo. Direito Civil: famílias. v. 5. São Paulo: Saraiva; e DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. Salvador: JusPodivm.

2 Sobre o dever concorrente e proporcional de sustento imposto a ambos os genitores, cf. FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil: famílias. v. 6. Salvador: JusPodivm; e MADALENO, Rolf. Direito de Família. Rio de Janeiro: Forense.

4 Análise comparada com o direito estrangeiro

A problemática do arbitramento de alimentos em situações de extrema abastança do alimentante e a busca pela delimitação das reais necessidades do alimentando encontram respaldo e contornos rigorosos em ordenamentos jurídicos estrangeiros.

No Direito de família norte-americano, o *child support* é, em regra, calculado com base em tabelas e diretrizes estaduais (*guidelines*). No entanto, para casos de alimentantes de elevadíssima renda (*high-income earners*), as cortes norte-americanas admitem o afastamento fundamentado do valor tabelado, valendo-se da denominada *good fortune rule*, sem que a boa sorte financeira do genitor se converta em fonte de desvios morais e patrimoniais.[3]

Precedente emblemático é o julgamento da Suprema Corte da Flórida no caso *Finley v. Scott*, envolvendo o jogador profissional da NBA Dennis Scott. Neste processo, a genitora da criança pleiteava alimentos em valor equivalente a US$ 10.000,00 mensais, com base preponderante nos ganhos milionários do atleta (*Supreme Court of Florida, Finley v. Scott, 707 So. 2d 1112, Fla. 1998, Case n. 90.071*). A Corte assentou que, embora a criança tenha o direito de compartilhar da boa sorte financeira dos pais em nível compatível com um padrão de vida adequado, o valor dos alimentos deve guardar correspondência com as reais necessidades do menor, não podendo ser utilizado como disfarce para transferência de renda ou alocação de fundos em favor da genitora guardiã.[4]

Em igual sentido, o ordenamento jurídico alemão adota como baliza nacional para o cálculo da obrigação alimentar a prestigiada Tabela de Düsseldorf (*Düsseldorfer Tabelle*), que estabelece faixas de renda líquida do alimentante e faixas etárias do alimentando, à luz do § 1610 do *Bürgerliches Gesetzbuch* (BGB).[5]

---

3 A denominada *good fortune rule* remonta a *Miller v. Schou*, 616 So. 2d 436 (Fla. 1993), precedente em que se firmou que o filho tem direito de compartilhar da boa sorte financeira do genitor em medida compatível com um padrão de vida adequado (*an appropriate lifestyle*), e não de forma ilimitada.

4 *Supreme Court of Florida*, *Finley v. Scott*, 707 So. 2d 1112 (Fla. 1998), Case n. 90.071. No caso, envolvendo o atleta da NBA Dennis Scott, cuja renda bruta mensal se aproximava de US$ 266.926,00, a Corte reputou que o pedido de cerca de US$ 10.000,00 mensais não guardava relevância econômica com as necessidades reais e concretas da criança, reconhecendo o caráter rebatível do valor apurado pelas *guidelines*. Disponível em: https://law.justia.com/cases/florida/supreme-court/1998/90071-0.html. Acesso em: 1 set. 2026.

5 § 1610 do *Bürgerliches Gesetzbuch* (BGB). Disponível em: https://www.gesetze-im-internet.de/bgb/. Acesso em: 1 set. 2026. Sobre a *Düsseldorfer Tabelle* e a orientação do *Bundesgerichtshof*

Para os casos em que a renda do prestador supera o teto máximo previsto na tabela, a jurisprudência consolidada do Tribunal Federal de Justiça alemão (*Bundesgerichtshof* — BGH) determina que o valor dos alimentos não aumenta de forma matemática ou automaticamente proporcional à renda. Cabe ao alimentando comprovar detalhada e concretamente suas necessidades elevadas de formação e educação, porquanto os alimentos servem ao desenvolvimento da criança, e não ao enriquecimento do menor ou do genitor guardião, vedada a transformação do dever de sustento em cota de participação na fortuna paterna.

Em Portugal, o artigo 2004.º do Código Civil Português prescreve que "os alimentos serão proporcionados aos meios daquele que houver de prestá-los e à necessidade daquele que houver de recebê-los"[1], diretriz que a jurisprudência lusitana tem aplicado para conter a fixação de prestações dissociadas das necessidades efetivas do alimentando.

5 Proposta de solução dogmática e processual: necessidade de estudo social e multidisciplinar minucioso previamente à fixação dos alimentos em sentença

Diante do exposto, impõe-se a adoção, na praxe forense, de uma nova postura metodológica na instrução das ações de alimentos e das revisionais que envolvam alimentantes de elevada capacidade financeira. A fixação dos alimentos não pode, sob hipótese alguma, fundamentar-se em presunções genéricas ou em meros percentuais incidentes sobre rendimentos brutos.

Defende-se, como imperativo ético e processual, que, previamente ao arbitramento definitivo do valor devido a título de alimentos, o magistrado determine a realização de minucioso estudo social multidisciplinar das partes envolvidas no litígio, conduzido por peritos oficiais vinculados ao Poder Judiciário, tais como assistentes sociais e psicólogos forenses, no exercício da atividade instrutória e da prova pericial.[2]

(BGH) no sentido da não majoração automática dos alimentos acima do teto tabelado, exigindo-se prova concreta das necessidades do alimentando.

1 Artigo 2004.º do Código Civil Português (Decreto-Lei n.º 47.344/66, de 25 de novembro). Disponível em: https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/1966-34509075. Acesso em: 1 set. 2026.

2 A prova pericial destinada a essa aferição encontra assento nos artigos 464 e seguintes do Código de Processo Civil (Lei n.º 13.105/2015), podendo o juízo valer-se, ainda, do auxílio de equipe interprofissional para o estudo social das partes.

O referido estudo multidisciplinar deverá ter como escopo essencial:

a) aferição detalhada das reais necessidades do alimentando, mediante mapeamento minucioso do custo de vida efetivo da criança ou do adolescente, abrangendo mensalidade escolar, plano de saúde, atividades extracurriculares, habitação, alimentação, vestuário e lazer, fixando-se planilha de despesas reais e adequadas ao seu desenvolvimento integral;

b) avaliação do contexto do guardião, com investigação idônea das despesas e do estilo de vida do genitor guardião, a fim de isolar rigorosamente quais custos pertencem de fato ao alimentando e quais representam despesas pessoais do próprio guardião, evitando a confusão patrimonial e a captação oblíqua de renda;

c) divisão proporcional e equitativa entre os genitores, com apuração da real capacidade econômica de ambos para a determinação do percentual exato de participação de cada qual nos custos totais apurados do menor, em estrita observância ao mandamento do artigo 1.703 do Código Civil.

Somente por meio dessa instrução probatória qualificada e científica será possível expurgar o subjetivismo judicial, garantindo que o valor fixado atenda plenamente às necessidades de uma criação digna e elevada do filho, sem violar a igualdade entre filhos e sem desonerar o outro genitor do encargo constitucional que lhe é imposto.

6 Conclusão

O percurso analítico até aqui desenvolvido autoriza afirmar que o binômio necessidade-possibilidade, erigido pelo Código Civil brasileiro como baliza fundamental da obrigação alimentar, não comporta leitura unilateral. Longe de operar como cláusula aberta a autorizar o arbitramento a partir exclusivamente da capacidade econômica do devedor, o vetor legal reclama aplicação harmônica, simultânea e cumulativa de ambos os seus polos, sob pena de subverter a própria teleologia do instituto. A cogitada evolução para o trinômio necessidade-possibilidade-proporcionalidade, longe de mitigar essa exigência, reforça-a, na medida em que agrega à equação o filtro da razoabilidade, cuja função precípua é impedir que a prestação alimentar se converta em veículo de acumulação patrimonial.

Demonstrou-se que, nas hipóteses de acentuada assimetria econômica, a praxe forense tende a hipertrofiar o vetor da possibilidade, convertendo a fortuna do alimentante em critério quase exclusivo de fixação. Semelhante proceder desnatura a verba alimentar que, de

instrumento de tutela da subsistência e do desenvolvimento integral do menor, degenera em mecanismo de transferência patrimonial indireta e de captação de renda em favor do núcleo familiar do guardião, com nítida ofensa à vedação do enriquecimento sem causa consagrada no artigo 884 do Código Civil.

Mais do que um excesso meramente pecuniário, tal distorção projeta-se sobre o próprio tecido principiológico do Direito de Família. De um lado, vulnera a igualdade substancial entre os filhos, prevista no artigo 227, § 6º, da Constituição, ao instituir, no interior da mesma estirpe, uma primazia patrimonial artificial em favor do alimentando contemplado com prestação superdimensionada. De outro, esvazia o comando do artigo 1.703 do Código Civil, que impõe a ambos os genitores o dever concorrente e proporcional de sustento, porquanto o excesso imposto a um dos pais termina por desonerar por completo o outro, subvertendo a lógica da responsabilidade compartilhada.

O cotejo com o Direito comparado confirma que a contenção desses excessos não constitui singularidade do pensamento nacional, mas tendência convergente dos ordenamentos mais maduros. A experiência norte-americana, sintetizada na *good fortune rule* e no *leading case Finley v. Scott*, subordina o direito do filho de compartilhar da boa sorte paterna à correspondência com as suas necessidades reais; a jurisprudência do *Bundesgerichtshof* alemão recusa a majoração automática e matemática dos alimentos acima do teto tabelado, exigindo prova concreta das necessidades; e o artigo 2004.º do Código Civil português reafirma a proporcionalidade entre os meios do prestador e a necessidade do beneficiário. Em todos esses sistemas, a necessidade do alimentando desponta como o verdadeiro teto, e não como mero piso, da obrigação.

À luz dessas premissas, a superação do subjetivismo judicial reclama instrumento processual idôneo. A proposta aqui defendida, consistente na realização de estudo social multidisciplinar minucioso e prévio ao arbitramento, conduzido por assistentes sociais e psicólogos forenses, oferece ao julgador base empírica objetiva para três operações imprescindíveis: dimensionar as reais necessidades do alimentando, isolar as despesas que efetivamente lhe pertencem daquelas atribuíveis ao guardião e apurar a capacidade contributiva concreta de cada genitor. Sem essa qualificação probatória, o arbitramento permanece refém de presunções genéricas e de percentuais mecânicos, incapazes de traduzir a singularidade de cada situação familiar.

Em síntese conclusiva, a obrigação alimentar encontra o seu limite intransponível no atendimento pleno, digno e mesmo elevado das necessidades de formação e subsistência do alimentando, jamais na formação de patrimônio ou na equiparação do filho à fortuna do genitor. Reconduzir a fixação dos alimentos a esse parâmetro não significa negar à criança o direito de partilhar da prosperidade paterna, mas assegurar que tal partilha se opere nos estritos lindes da dignidade e do desenvolvimento integral, sem instrumentalizar o filho como via de acesso indireto ao patrimônio alheio. Cabe ao Poder Judiciário, munido de instrução técnica rigorosa e comprometido com a proporcionalidade, restituir à verba alimentar a sua genuína vocação protetiva, prolatando provimentos simultaneamente justos, equitativos e fiéis ao desígnio constitucional de tutela integral da pessoa em desenvolvimento.

Referências

ALEMANHA. *Bürgerliches Gesetzbuch* (BGB): Código Civil alemão. Disponível em: https://www.gesetze-im-internet.de/bgb/. Acesso em: 1 set. 2026.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em: 1 set. 2026.

BRASIL. Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em: 1 set. 2026.

BRASIL. Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em: 1 set. 2026.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n.º 2.030.252/MG. Rel. Min. Nancy Andrighi, 3ª Turma, DJe 30/11/2022.

CAHALI, Yussef Said. *Dos Alimentos*. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. Salvador: JusPodivm.

ESTADOS UNIDOS. Supreme Court of Florida. *Finley v. Scott*, 707 So. 2d 1112 (Fla. 1998). Case n. 90.071. Disponível em: https://law.justia.com/cases/florida/supreme-court/1998/90071-0.html. Acesso em: 1 set.

2026.

ESTADOS UNIDOS. Supreme Court of Florida. *Miller v. Schou*, 616 So. 2d 436 (Fla. 1993).

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Curso de Direito Civil*: famílias. v. 6. Salvador: JusPodivm.

LÔBO, Paulo. *Direito Civil*: famílias. v. 5. São Paulo: Saraiva.

MADALENO, Rolf. *Direito de Família*. Rio de Janeiro: Forense.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil*: direito de família. v. V. Rio de Janeiro: Forense.

PORTUGAL. *Código Civil Português*. Decreto-Lei n.º 47.344/66, de 25 de novembro. Disponível em: https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/1966-34509075. Acesso em: 1 set. 2026.

TARTUCE, Flávio. *Direito Civil*: direito de família. v. 5. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025.

Capítulo 42

HERANÇA DIGITAL E SUCESSÃO EMPRESARIAL: OS LIMITES DO ACORDO DE SÓCIOS NA DESTINAÇÃO DE BENS DIGITAIS E A TUTELA DOS HERDEIROS NO PL 4/2025

Sofia Camargos Oliveira[1]

1 Introdução

O presente artigo acadêmico-jurídico tem como objetivo apresentar a inclusão de ativos digitais no rol de bens móveis reconhecidos pelo Código Civil Brasileiro e suscitar discussão que, adentrando as perspectivas sucessória, empresarial e societária, tem seu fim na análise da dicotomia entre categorização do bem como personalíssimo, integrando o patrimônio do sócio, ou patrimonial, julgado como ativo essencial da sociedade do qual este faz(ia) parte.

A incorporação dos conteúdos digitais dotados de valor econômico no rol de bens do Código Civil – Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - foi motivada pelo anteprojeto de reforma do dispositivo, coordenado pelo Ministro Luis Felipe Salomão entre 2023 e 2024, que serviu de base para a formalização do Projeto de Lei nº 4/2025 – PL 4/2025, apresentado pelo Senador Rodrigo Pacheco em janeiro de 2025.

Para classificação dos bens dessa natureza, a doutrina adota uma tripartição: patrimonial, existencial/personalíssimo e híbrido/patrimonial-existencial; existem variações terminológicas, mas todas convergem na composição da mesma estrutura tripartite.

A problemática em tela nasce nessa distinção, adentra aspectos sucessórios e, por fim, traça relação com o direito societário. Busca-se analisar, em primeiro lugar, os critérios que definirão o caráter de um bem dentro da tripartição mencionada e, posteriormente, explorar a tensão entre: a limitação dos poderes do Acordo de Quotistas/Acionistas para

1 Estagiária de direito. Integrante da Leitte, Gonçalves & Oliveira Jr. Sociedade de Advogados (LGO Advogados), com atuação em direito civil e internacional. E-mail:sofiacarmargos@lgoadv.com.br

dispor sobre a destinação dos bens – especialmente os digitais – do sócio; e a hipótese de que essa disposição cause agressão aos direitos dos herdeiros e sucessores do sócio.

Segundo pesquisa conduzida pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC –, ao lado da PwC Brasil, empresa privada, reconhecida por sua atuação no campo de auditoria e consultoria tributárias, societárias e comerciais, apenas 12% das empresas familiares chegam à terceira geração e 3% a quarta.

Evidencia-se, portanto, a pertinência do tema deste trabalho. Objetiva-se o direcionamento de esforços para que a insegurança jurídica que atinge essa matéria seja ativamente reprimida pela atividade acadêmica, jurisprudencial, legislativa e doutrinária, tornando, assim, o exercício empresarial no Brasil cada vez mais sólido e tenaz.

2 O vácuo normativo e a resposta parcial da reforma

O Código Civil de 2002, atualmente, não prevê, como categoria autônoma, o bem digital: o rol de bens listados nos artigos 79 a 103 do dispositivo foi concebido para coisas corpóreas e para alguns direitos incorpóreos clássicos, sem qualquer previsão para ativos como bancos de dados, perfis de redes sociais, criptoativos ou contas em nuvem. Diante dessa ausência, a jurisprudência continuamente supre a lacuna caso a caso, sem que haja um regime geral de bens aplicável à espécie ou posição consolidada quanto a seu tratamento.

Esse vácuo motivou a formação, em agosto de 2023, da comissão de juristas presidida pelo Ministro Luis Felipe Salomão, cujo trabalho, concluído em abril de 2024 sob relatoria de Rosa Maria de Andrade Nery e Flávio Tartuce, fundamentou o PL 4/2025, apresentado no Senado pelo Senador Rodrigo Pacheco em 31 de janeiro de 2025 (CONJUR, 2025). O art. 83, IV inclui expressamente os conteúdos digitais dotados de valor econômico no rol de bens móveis – dispositivo confirmado por leitura direta do avulso inicial da proposição, e que confere ao bem digital, pela primeira vez no direito brasileiro, base normativa para a aplicação do regime geral de bens: penhora, garantia, partilha e transmissão.

> Art. 83. [...]
>
> IV - os conteúdos digitais dotados de valor econômico, tornados disponíveis, independentemente do seu suporte material. (BRASIL, 2025, PL nº 4/2025).

A qualificação do bem digital como bem móvel não resolve, isoladamente, sua sucessão, porque nem todo bem digital possui a mesma natureza, e, consequentemente, comporta o mesmo tratamento. Coube à doutrina – e não ao texto do PL 4/2025 – elaborar o critério de distinção. Bruno Torquato Zampier Lacerda, citado pela doutrina ora como "Zampier", ora como "Lacerda", identifica no bem digital acumulado por uma pessoa no ambiente virtual três caracteres possíveis: o patrimonial, o existencial e o patrimonial-existencial, ilustrando a distinção com a hipótese da aquisição de uma casa para morar, em que o sujeito busca satisfazer:

> [...] tanto seu interesse econômico-patrimonial, vindo a negociá-lo pelo valor que melhor lhe convenha, quanto o lado pessoal-existencial, escolhendo o local que atenda suas expectativas para a construção de um lar [...] onde ele poderá desenvolver a plenitude de sua especial dignidade (LACERDA, 2021, p. 48 apud DINIZ; REIS; CAMPOS, 2023).

Honorato e Leal (2020) chegam a resultado equivalente por outro caminho, propondo o fracionamento do patrimônio digital para viabilizar a aplicação da regra geral sucessória aos bens de natureza patrimonial e um regime diferenciado aos bens existenciais e híbridos. Burille (2024) sustenta a mesma estrutura tripartite, sob a nomenclatura patrimoniais, existenciais e patrimoniais-existenciais. A variação terminológica entre os autores não compromete a sistemática adotada, ao fim, encontra-se a mesma convergência de fundo: o critério decisivo é a presença, ou não, de conteúdo economicamente apreciável e transferível, isolado ou combinado com atributos da personalidade do titular.

É patrimonial o bem cujo valor é predominante ou exclusivamente econômico – criptomoedas, milhas aéreas, contas de investimento digital, conversas com clientes que sejam exclusivamente pautadas em dados comerciais –, apto a integrar a herança pela via legítima. É existencial, ou personalíssimo, o bem que expressa atributos da personalidade sem conteúdo econômico apreciável, submetido ao regime de intransmissibilidade do art. 11 e seguintes do Código Civil de 2002. É híbrido, ou patrimonial-existencial, o bem em que a exploração de atributos da personalidade – imagem, voz, conteúdo intelectual – gera, simultaneamente, rendimento econômico, como nas contas monetizadas de redes sociais – categoria mais problemática, por exigir ponderação casuística entre a dimensão patrimonial, transmissível, e a existencial, em princípio intransmissível.

A tripartição descrita foi construída para o titular pessoa física isolado: nenhum dos autores consultados enfrenta a hipótese, frequente na prática empresarial brasileira, em que o titular formal do bem digital é, a um só tempo, pessoa física e sócio de pessoa jurídica cuja atividade se vale daquele bem – um perfil criado no nome civil do sócio fundador, mas usado para vender os produtos da sociedade; um domínio registrado no CPF do sócio, mas indexado ao site institucional da empresa. Em nenhum desses casos a tripartição oferece resposta pronta, porque o critério que adota – a natureza do interesse do titular pessoa física – não contempla a concorrência entre esse interesse individual e o da pessoa jurídica sobre o mesmo bem. É esse ponto cego, que a empresa familiar brasileira expõe com nitidez, que os capítulos seguintes buscam enfrentar.

Esse é o ponto central da problemática abordada: como será tratado o bem que pertence à pessoa física, mas configura ativo essencial para o funcionamento da empresa?

3 O bem digital do sócio no contexto da empresa familiar

O problema descrito não é hipótese de laboratório: o dado do IBGC em parceria com a PwC Brasil – 12% das empresas familiares brasileiras chegam à terceira geração, e apenas 3% à quarta (IBGC; PWC, 2019 apud MESTRINER, 2023) –, já referido na introdução, evidencia a fragilidade estrutural do planejamento sucessório nacional. Mestriner (2023) cataloga os instrumentos tradicionalmente empregados para mitigar esse risco – doação com reserva de usufruto, testamento, sociedade holding, acordo de sócios –, todos concebidos para o patrimônio tangível e para os intangíveis clássicos da empresa, sem que nenhum deles tenha sido originalmente pensado para o ativo digital, especialmente para os ativos que geram a confusão patrimonial que se discute neste documento.

Faz-se mister demonstrar que o vácuo aqui discutido não é generalizado: para os bens tradicionais, inclusive intangíveis/incorpóreos, a jurisprudência do STJ já definiu critério de valoração aplicável à saída do sócio. No REsp 1.877.331/SP, a Terceira Turma, relatora a Ministra Nancy Andrighi, com acórdão redigido pelo Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, consolidou o método do balanço de determinação, que avalia o patrimônio a valor apurado na data de saída, incorporando os intangíveis já materializados ao ativo – marca, carteira de clientes, know-how – e

excluindo a expectativa de lucros futuros (STJ, REsp 1.877.331/SP, 3ª T., j. 13 abr. 2021).

Esse precedente, todavia, não resolve o problema do ativo digital. Beirigo (2026), ao tratar do lugar dos intangíveis na apuração de haveres, reconstrói os limites do que hoje se admite incorporar ao balanço de determinação sem qualquer menção a perfis de redes sociais, domínios ou contas monetizadas. Dessa forma, constata-se que a valoração desses bens carece não apenas de critério legal, mas do amadurecimento jurisprudencial que os demais intangíveis já conquistaram desde 2021.

O instituto que oferece a chave de leitura mais adequada para esse impasse é a confusão patrimonial, desenvolvida por Scalzilli, como fundamento para a desconsideração da personalidade jurídica quando não há segregação real entre o patrimônio do sócio e o da sociedade. O art. 50 do Código Civil elenca a confusão patrimonial, ao lado do desvio de finalidade, como hipótese autônoma de desconsideração. O STJ já reconheceu, no REsp 1.584.404/SC, relator o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, a desconsideração inversa, quando comprovada a movimentação de recursos entre pessoa física e jurídica, para escapar de constrições patrimoniais (STJ, REsp 1.584.404/SC, 3ª T., j. 21 set. 2016) – precedente que, embora não envolva ativo digital, fixa a máxima de que a confusão se caracteriza pela ausência de segregação de fato, independentemente da natureza do bem.

A aplicação dessa premissa ao bem digital encontra respaldo doutrinário hodierno: Carvalho (2026) sustenta que, quando influenciadores criam empresas apenas para captar receitas sem estrutura operacional real, "a autonomia patrimonial pode ser superada" pela via do art. 50, em razão da "confusão entre despesas pessoais e empresariais, ausência de estrutura operacional própria e inexistência de segregação patrimonial substancial" (CARVALHO, 2026), ilustrando o argumento com precedente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina que autorizou a penhora de parcela da renda de influenciador digital, sob o fundamento de que os valores de monetização "têm natureza patrimonial e podem ser rastreados e penhorados" (TJSC, 2025).

Impõe-se, contudo, distinção metodológica relevante: Carvalho (2026) volta-se à execução de dívida contra o influenciador vivo, que se vale de pessoa jurídica de fachada para blindar receita de credores. Este artigo enfrenta a hipótese inversa: não a de um credor externo alcançando o patrimônio do sócio através da empresa, mas a de um acordo de sócios celebrado em vida para regular, entre os próprios sócios e seus sucessores, o

destino de um ativo digital, pertencente à pessoa física, que se consolidou organicamente como instrumento de trabalho da sociedade – cenário que a doutrina ainda não examinou, e que será explorado no capítulo seguinte.

4 Os limites do acordo de quotistas/acionistas para dispor sobre bens digitais do sócio

O ponto de partida é o regime residual do art. 1.028, I, do Código Civil: a morte do sócio resolve a sociedade em relação a ele, liquidando-se sua quota, salvo disposição contratual em contrário. A doutrina majoritária sustenta que essa disciplina contratual não se confunde com o pacto sucessório vedado pelo art. 426, porque a norma específica que regula o contrato de sociedade afasta a norma geral civilista: "a deliberação dos sócios quanto ao modo de transmissão dos direitos sucessórios não implica em disposição sobre a herança de pessoa viva" (Oliveira Filho, 2022). A cláusula que disciplina o destino da quota após a morte do sócio regula, portanto, efeito típico e interno do próprio vínculo societário, não se confundindo, em nenhuma hipótese, com a celebração de pacto sucessório.

A legitimidade da cláusula sucessória sobre quotas repousa em premissa que não se verifica automaticamente no bem digital: a quota é, desde a origem, bem social – nasce da relação societária, não preexiste a ela. O bem digital pessoal do sócio, por outro lado, nasce fora da sociedade, sob credenciais pessoais, e, apenas posteriormente, passa a ser explorado em proveito da atividade empresarial. Essa trajetória inversa não pode ser presumida equivalente à da quota apenas pela superveniência de destinação econômica.

O exposto acima implica no fato de que, uma cláusula de acordo de sócios que pretenda, sem mais, atribuir à sociedade a titularidade plena de um ativo digital registrado no CPF do sócio, não encontre no art. 1.028, I, fundamento automático de validade: o dispositivo autoriza disciplinar o destino de bem que já é, por natureza, social; não converter, por deliberação privada, bem originalmente pessoal em bem social. Para que essa conversão seja oponível aos herdeiros, é necessário fundamento próprio – cessão contratual em vida com contrapartida econômica adequada, contrato de exploração de imagem formalizado, ou, na ausência de ambos, o reconhecimento judicial, pelos critérios da confusão patrimonial, de que o bem deixou de fato de pertencer à esfera exclusivamente pessoal do sócio.

O risco aos herdeiros se intensifica quando o ativo é existencial ou híbrido. Uma cláusula que disponha, sem ressalvas, sobre a integralidade de uma conta de e-mail ou um WhatsApp do sócio, mas utilizada para estabelecer comunicação com clientes e tratar de questões negociais pode alcançar, a pretexto de disciplinar efeito societário, o núcleo existencial do sócio – mensagens privadas, imagem, honra –, atributos personalíssimos – como as características pessoais de comunicação, abordagem – que, por força do art. 11 e seguintes do Código Civil, são intransmissíveis. Nesse ponto, a cláusula deixa de operar no campo do direito de empresa e passa a dispor sobre parcela da legítima, reaproximando a hipótese da vedação do art. 426.

A solução não deve ser a invalidade automática, mas a interpretação restritiva: a disciplina contratual antecipada é válida na medida em que regula a destinação funcional do bem – uso, acesso, continuidade operacional –, mas não pode, por si só, extinguir o direito dos herdeiros à compensação econômica pelo valor do ativo, nem suprimir a tutela de sua parcela existencial. Essa leitura converge com a proposta do próprio Lacerda para os bens híbridos, no sentido de que cabe ao juízo, no caso concreto, manter a existência do bem, restringir o acesso e destinar os ganhos financeiros dele advindos aos herdeiros do de cujus (Lacerda, 2021 *apud* Diniz; Reis; Campos, 2023) – critério que este artigo propõe seja aplicado, por analogia, ao controle judicial das cláusulas de acordo de sócios sobre bens digitais híbridos.

5 Da confusão patrimonial à integralização de fato: critérios de valoração do bem digital com reserva do núcleo existencial

Propõe-se um critério de solução em dois passos, tomando por base a existência, ou não, de confusão patrimonial entre a esfera pessoal do sócio e a atividade da sociedade. Para o bem digital de caráter exclusivamente patrimonial – criptoativos, milhas aéreas, contas de investimento, ainda que registrados no CPF do sócio –, a cláusula do acordo de sócios que discipline sua destinação em favor da sociedade é válida nos mesmos termos em que o é a cláusula sobre a quota, desde que o juízo reconheça, pelos critérios já expostos no capítulo 3.3, a efetiva confusão patrimonial entre o bem e a atividade social – isto é, uso econômico predominante, exclusivo e consolidado antes da morte do sócio, sem segregação de fato entre as duas esferas.

Reconhecida essa confusão patrimonial, propõe-se que a consequência não se limite à desconsideração da personalidade jurídica em favor de terceiros credores, hipótese já consagrada pelo art. 50 do Código Civil, mas alcance também a requalificação do bem para fins internos de apuração de haveres. Se sócio e sociedade jamais formalizaram a integralização que a prática econômica já realizava de fato, cabe ao juízo suprir essa omissão, tratando o bem como se integralizado tivesse sido – uma integralização de fato, por analogia aos arts. 997, V, e 1.055 do Código Civil –, reconhecida retroativamente à data em que se consolidou o uso econômico predominante e valorada a valor de mercado na data do óbito, mediante perícia (art. 606 do CPC). Uma vez requalificado dessa forma, o bem passa a compor legitimamente o patrimônio submetido ao balanço de determinação já referido no capítulo 3.2, sem incorrer no erro de categoria de se presumir, sem mais, que um bem nunca formalmente aportado à sociedade já integra o seu patrimônio.

Registre-se, com a transparência que a matéria exige, que a proposta acima não corresponde, até o momento, a entendimento doutrinário ou jurisprudencial consolidado especificamente para a hipótese de ativos digitais não integralizados ao patrimônio social: trata-se de construção própria deste artigo, obtida por aplicação analógica de institutos correlatos, e não de posição pacificada pelos tribunais superiores. Não há, tampouco, critério firmado sobre o padrão de prova exigido para que o juízo reconheça a confusão patrimonial especificamente para esse fim de requalificação interna do bem, distinto da finalidade tradicional de proteção de credores prevista no art. 50 do Código Civil. Sugere-se, como critério provisório e à falta de melhor parâmetro, que o ônus da prova recaia sobre quem alega a confusão patrimonial – a sociedade ou os herdeiros, conforme o interesse em cada caso concreto –, na linha da regra geral de distribuição do encargo probatório do art. 373 do Código de Processo Civil, e por aproximação com o padrão de "efetiva comprovação de abuso da personalidade jurídica, caracterizado por desvio de finalidade ou por confusão patrimonial" fixado pelo Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso repetitivo, para a desconsideração da personalidade jurídica com base no art. 50 do Código Civil (Tema Repetitivo 1.210, REsp 1.873.187/SP, rel. Min. Raul Araújo, 2ª Seção) – precedente que trata de hipótese distinta da aqui discutida, mas cujos critérios de exigência de prova efetiva, e não presumida ou meramente indiciária, revela-se, por identidade de fundamento legal, transponível a este contexto.

Para o bem digital de caráter existencial ou híbrido, a cláusula pode validamente regular a continuidade operacional em proveito da sociedade, mas não pode extinguir o direito dos herdeiros à compensação pecuniária correspondente ao valor econômico do ativo – apurada, quando reconhecida a confusão patrimonial nos termos acima, pela mesma lógica de integralização de fato –, nem suprimir a tutela do seu núcleo existencial, cujo acesso pelos herdeiros permanece sujeito a controle judicial caso a caso. O acordo de sócios pode dispor sobre o uso do bem, mas não sobre a integralidade de titularidade de um bem que, em sua dimensão existencial, nunca deixou de pertencer, em caráter personalíssimo, ao próprio sócio.

6 Considerações finais

O PL 4/2025 representa avanço inegável ao incluir, pela primeira vez no direito brasileiro, os conteúdos digitais dotados de valor econômico no rol de bens móveis. Esse avanço, contudo, é parcial: o art. 83, IV qualifica o bem, mas não enfrenta – nem a lei, nem a doutrina que a interpreta – a hipótese, comum na empresa familiar brasileira, em que o titular formal do bem digital é sócio de pessoa jurídica que dele se vale economicamente. A tripartição doutrinária, embora consolidada o suficiente para orientar a sucessão do bem digital da pessoa física isolada, não foi construída para o concurso entre a esfera pessoal do sócio e o patrimônio da sociedade sobre o mesmo ativo – e é exatamente nesse concurso que a insegurança jurídica se instala com maior intensidade.

Demonstrou-se que a apuração de haveres, para os bens tradicionais, encontra-se pacificada pelo STJ desde 2021, sem que essa pacificação alcance o ativo digital; que a confusão patrimonial oferece a chave doutrinária mais adequada ao bem registrado no CPF do sócio que cumpre função econômica junto ao CNPJ da sociedade – chave já esboçada pela doutrina para a execução de dívida contra o influenciador, mas ainda não estendida à disciplina contratual antecipada por acordo de sócios; e que a analogia entre a cláusula sucessória sobre quotas e a cláusula sobre bens digitais pessoais é apenas parcial, valendo integralmente para o bem patrimonial, mas não podendo ser estendida, sem mais, ao bem existencial ou híbrido, sob pena de o acordo avançar sobre o núcleo personalíssimo e a legítima do sócio falecido.

Como perspectivas para pesquisas futuras, destacam-se o exame do usufruto de ativos digitais como instrumento de planejamento sucessório

intermediário, da holding patrimonial digital como estrutura societária dedicada, e o acompanhamento da tramitação do PL 4/2025 quanto à eventual inclusão, em substitutivo, de capítulo específico sobre patrimônio digital que venha a positivar, total ou parcialmente, os critérios ora propostos.

Referências

BEIRIGO, Giovani Riboli. Valuation na apuração de haveres e o lugar dos intangíveis. Migalhas, 19 jun. 2026. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/depeso/458275/valuation-na-apuracao-de-haveres-e-o-lugar-dos-intangiveis. Acesso em: 1 set. 2026.

BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2002.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Projeto de Lei n. 4, de 2025. Reforma o Código Civil. Apresentado pelo Senador Rodrigo Pacheco em 31 jan. 2025. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/166998. Acesso em: 1 set. 2026.

BURILLE, Cintia. Herança digital: limites e possibilidades da sucessão causa mortis dos bens digitais. Salvador: JusPodivm, 2024.

CARVALHO, Natália Vital de. Quando o algoritmo não protege o patrimônio: monetização digital e responsabilidade patrimonial. Conjur, 21 mar. 2026. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2026-mar-21/quando-o-algoritmo-nao-protege-o-patrimonio-monetizacao-digital-e-responsabilidade-patrimonial/. Acesso em: 1 set. 2026.

CONJUR. Após um ano e meio de debates, projeto da reforma do Código Civil é apresentado no Senado. Conjur, 3 fev. 2025. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2025-fev-03/projeto-de-lei-da-reforma-do-codigo-civil-e-apresentado-no-senado/. Acesso em: 1 set. 2026.

DINIZ, Laís Gabrielly Oliveira; REIS, Daniele Fernandes; CAMPOS, Orlando Narvaes de. Da (im)possibilidade da transmissão dos bens digitais patrimoniais-existenciais pela sucessão legítima após a morte do titular. In: REIS, Daniele Fernandes; PEREIRA, Bruno Gomes (org.). Direito e sociedade: pesquisas no âmbito jurídico. Londrina: Editora Científica, 2023. p. 5-33.

HONORATO, Gabriel; LEAL, Livia Teixeira. Propostas para a regulação da herança digital no direito brasileiro. In: EHRHARDT JÚNIOR,

Marcos; CATALAN, Marcos; MALHEIROS, Pablo (coord.). Direito civil e tecnologia. Belo Horizonte: Fórum, 2020. p. 379-395.

LACERDA, Bruno Torquato Zampier. Bens digitais: cibercultura, redes sociais, e-mail, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais. 2. ed. Indaiatuba: Foco, 2021.

MESTRINER, Maria Eduarda Castilho. Planejamento sucessório e patrimonial nas empresas familiares de natureza limitada. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Direito) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2023.

OLIVEIRA FILHO, Ivanildo de Figueiredo Andrade de. Cláusulas sucessórias nos contratos de sociedade. Migalhas, 9 maio 2022. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/coluna/migalhas-contratuais/365523/clausulas-sucessorias-nos-contratos-de-sociedade. Acesso em: 1 set. 2026.

SCALZILLI, João Pedro. Confusão patrimonial no direito societário. São Paulo: Quartier Latin, 2015.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ). Recurso Especial n. 1.584.404/SC. Relator: Min. Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 21 set. 2016.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ). Recurso Especial n. 1.873.187/SP e Recurso Especial n. 1.873.811/SP (Tema Repetitivo 1.210). Relator: Min. Raul Araújo, Segunda Seção, afetação em 15 ago. 2023, com tese fixada em 2026.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ). Recurso Especial n. 1.877.331/SP. Relatora: Min. Nancy Andrighi, Redator para acórdão: Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 13 abr. 2021.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA (TJSC). Justiça autoriza penhora de ganhos de influenciador em redes sociais para pagar dívida. Comarca de Blumenau, 4ª Vara Cível, decisão de 13 ago. 2025. Disponível em: https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/justica-autoriza-penhora-de-ganhos-de-influenciador-em-redes-sociais-para-pagar-divida. Acesso em: 1 set. 2026.

Capítulo 43

O PRINCÍPIO DA CONCENTRAÇÃO DOS ATOS NA MATRÍCULA E A EFICÁCIA DAS CONSTRIÇÕES EXTRARREGISTRAIS: SEGURANÇA JURÍDICA ESTÁTICA E DINÂMICA NA TUTELA DA PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA

Benício Rinco Leite[1]
Jusmério Carlos da Silva[2]

1 Introdução

A segurança jurídica é uma das finalidades centrais do sistema de Registro de Imóveis. Mais do que repositório documental, o registro imobiliário exerce função de publicidade e estabilização das situações jurídicas que recaem sobre o imóvel, permitindo que titulares, adquirentes e credores conheçam, com razoável grau de confiança, a situação jurídica do bem.

A disciplina civil da propriedade confirma essa centralidade. Nos termos do art. 1.245 do Código Civil[3]:

> "Transfere-se entre vivos a propriedade mediante o registro do título translativo no Registro de Imóveis. § 1º Enquanto não se registrar o título translativo, o alienante continua a ser havido como dono do imóvel. § 2º Enquanto não se promover, por meio de ação própria, a decretação de invalidade do registro, e o respectivo cancelamento, o adquirente continua a ser havido como dono do imóvel."

1 Estagiário de Direito na Leitte, Gonçalves & Oliveira Jr. Sociedade de Advogados (LGO Advogados). Acadêmico de Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Itaúna (UIT), cursando o segundo período. E-mail: benicio@lgoadv.com.br.

2 Advogado. OAB/MG nº 126.552. Integrante da Leitte, Gonçalves & Oliveira Jr. Sociedade de Advogados (LGO Advogados), com atuação em direito imobiliário e registral. E-mail: jusmerio.silva@lgoadv.com.br.

3 BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), art. 1.245, caput e §§ 1º e 2º.

O mesmo sistema, contudo, reconhece que o registro pode não corresponder à realidade jurídica. Dispõe o art. 1.247 do Código Civil[1]: "Se o teor do registro não exprimir a verdade, poderá o interessado reclamar que se retifique ou anule. Parágrafo único. Cancelado o registro, poderá o proprietário reivindicar o imóvel, independentemente da boa-fé ou do título do terceiro adquirente."

Essa convivência entre a força legitimadora da publicidade registral e a possibilidade de sua desconstituição revela uma tensão fundamental do direito registral imobiliário: deve o sistema privilegiar o verdadeiro titular do direito, ainda que sua situação não esteja integralmente refletida na matrícula, ou aquele que, de boa-fé, confiou na informação publicizada pelo Registro de Imóveis?

A doutrina registral identifica nesse conflito duas dimensões da segurança jurídica: a estática, voltada à proteção do titular do direito já constituído, e a dinâmica, voltada à proteção do terceiro que confia na aparência publicizada pelo registro para ingressar no tráfico jurídico. Ricardo Dip resume o necessário equilíbrio entre ambas ao advertir que "nenhuma segurança dinâmica se alcançará, quando se suponha adquirida à custa do maltrato da segurança estática"[2], ou seja, a proteção do adquirente não pode ser construída sobre a supressão arbitrária do direito de quem já era titular.

A tensão entre essas duas vertentes intensifica-se diante das chamadas constrições extrarregistrais: penhoras, indisponibilidades e ações judiciais existentes fora da matrícula, mas potencialmente capazes de atingir o imóvel. Durante longo período, sua solução exigia do adquirente investigação que extrapolava o exame do fólio real, com obtenção de certidões judiciais, fiscais e pessoais do alienante em múltiplas comarcas.

O art. 54 da Lei nº 13.097/2015[3] alterou essa lógica ao consolidar o princípio da concentração dos atos na matrícula, segundo o qual determinadas situações jurídicas capazes de comprometer o imóvel devem ser registradas ou averbadas para que possam ser opostas ao terceiro adquirente de boa-fé. Seu § 1º estabelece:

> "Não poderão ser opostas situações jurídicas não constantes da matrícula no registro de imóveis, inclusive para fins de evicção, ao

1 BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), art. 1.247 e parágrafo único.

2 DIP, Ricardo. O Registro de Imóveis e o Processo Constituinte de 1988. São Paulo: Instituto de Registro Imobiliário do Brasil – IRIB. Sobre a segurança estática e dinâmica como finalidades da publicidade registral.

3 BRASIL. Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, art. 54, caput e § 1º.

> terceiro de boa-fé que adquirir ou receber em garantia direitos reais sobre o imóvel [...]."

A concentração não converte, porém, a matrícula em verdade jurídica absoluta. A permanência do art. 1.247 do Código Civil, os regimes especiais de fraude à execução e as hipóteses de má-fé comprovada demonstram que a tutela da confiança registral convive com limites relevantes. É nessa zona de tensão que se situa o problema deste capítulo: qual eficácia deve ser reconhecida a uma constrição não publicizada no Registro de Imóveis quando o bem já foi adquirido por terceiro de boa-fé, e quais são os limites dessa proteção?

2 Segurança jurídica estática e dinâmica no sistema registral

O Registro de Imóveis cumpre simultaneamente funções conservativas e circulatórias: de um lado, preserva os direitos já existentes; de outro, permite que os direitos imobiliários circulem com segurança. A segurança estática protege o titular do direito, impedindo que seja privado dele sem fundamento legítimo. A segurança dinâmica protege quem ingressa posteriormente na relação jurídica, confiando na informação oferecida pelo Estado por meio do registro.

Imagine-se que determinado imóvel conste na matrícula em nome de "A", sem qualquer penhora ou indisponibilidade averbada, e que "B" adquira o bem de boa-fé, desconhecendo a existência de ação judicial contra "A". Se essa ação já existia, mas não foi publicizada no registro, a leitura estritamente estática privilegiaria a responsabilidade patrimonial do devedor; a leitura dinâmica questiona até que ponto é legítimo exigir de "B" o conhecimento de fato que o próprio sistema estatal, criado para informar a situação jurídica do imóvel, deixou de tornar público.

É essa segunda preocupação que explica a valorização progressiva da matrícula como fonte de confiança, culminando na concentração dos atos instituída pela Lei nº 13.097/2015. A lógica da concentração não nega a existência material de direitos ou constrições extrarregistrais, uma dívida não deixa de existir porque não foi averbada, mas modifica sua oponibilidade ao terceiro de boa-fé: se o ordenamento disponibiliza ao credor instrumento para publicizar a constrição e essa providência não é adotada, o risco da omissão passa a recair sobre o credor, e não sobre quem confiou no registro.

3 A construção normativa do princípio da concentração

Embora a Lei nº 13.097/2015 tenha positivado de forma expressiva o princípio da concentração, sua formação é anterior. A Lei de Registros Públicos já estabelecia mecanismos de concentração de informações na matrícula: o art. 167 disciplina os atos sujeitos a registro, incluindo "das penhoras, arrestos e sequestros de imóveis"; e o art. 246, em sua redação atual, determina que, "além dos casos expressamente indicados no inciso II do caput do art. 167 desta Lei, serão averbadas na matrícula as sub-rogações e outras ocorrências que, por qualquer modo, alterem o registro ou repercutam nos direitos relativos ao imóvel"[1].

A inovação do art. 54 da Lei nº 13.097/2015 está na consequência atribuída à ausência dessa publicidade: os negócios jurídicos constitutivos, transferidores ou modificadores de direitos reais imobiliários tornam-se eficazes em relação a atos jurídicos precedentes quando determinadas informações não constam da matrícula, entre elas a citação em ações reais ou pessoais reipersecutórias, a admissão de execução ou cumprimento de sentença, restrições administrativas ou convencionais e indisponibilidades e, desde a Lei nº 14.825/2024[2], qualquer constrição judicial incidente sobre o imóvel ou sobre o patrimônio de seu titular, inclusive proveniente de ação de improbidade administrativa ou hipoteca judiciária.

A Lei nº 14.382/2022 deu nova redação ao § 2º do art. 54, segundo o qual, para a validade do negócio e para a caracterização da boa-fé do terceiro, "não serão exigidos [...] a obtenção prévia de quaisquer documentos ou certidões além daqueles requeridos [...], nem a apresentação de certidões forenses"[3]. A alteração interfere diretamente na antiga lógica da due diligence imobiliária: a boa-fé não pode mais ser afastada apenas porque o comprador deixou de pesquisar todos os processos judiciais eventualmente existentes em nome do vendedor.

O modelo guarda estreita relação com o Código de Processo Civil. O art. 792, IV, considera fraude à execução a alienação realizada quando, ao tempo do negócio, "tramitava contra o devedor ação capaz de reduzi-lo à

1 BRASIL. Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), arts. 167, I, item relativo a penhoras, arrestos e sequestros de imóveis, e 246, caput, com redação dada pela Lei nº 14.382/2022.

2 BRASIL. Lei nº 14.825, de 20 de março de 2024, que acrescenta o inciso V ao art. 54 da Lei nº 13.097/2015.

3 BRASIL. Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, art. 54, § 2º, com redação dada pela Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022.

insolvência", hipótese que, à primeira vista, prescinde de prévia averbação, devendo por isso ser interpretada em harmonia com a concentração, sob pena de esvaziar a proteção conferida ao terceiro. Já o art. 828 permite ao exequente obter certidão da admissão da execução para averbação no registro do imóvel[4]:

> "Presume-se em fraude à execução a alienação ou a oneração de bens efetuada após a averbação" (art. 828, § 4º, do CPC).

O sistema, portanto, oferece ao credor instrumento específico para publicizar a execução, circunstância central para a distribuição dos riscos entre credor e adquirente, retomada na seção 5.

4 A construção jurisprudencial da boa-fé e os limites da concentração

4.1 Súmula 375 e o Tema Repetitivo 243

A proteção do terceiro adquirente não nasceu com o art. 54. Já em 2009, o STJ aprovou a Súmula 375[5], segundo a qual "o reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente", fixando dois caminhos para a fraude: um objetivo (publicidade da penhora) e outro subjetivo (prova de má-fé).

Essa orientação foi aprofundada pela Corte Especial no julgamento do REsp nº 956.943/PR, sob o rito dos recursos repetitivos (Tema 243)[6], relatora originária a Ministra Nancy Andrighi e relator para o acórdão o Ministro João Otávio de Noronha, julgado em 20/08/2014 e publicado em 01/12/2014. A Corte fixou que, inexistindo registro da penhora, compete ao credor demonstrar que o adquirente tinha conhecimento da demanda capaz de levar o alienante à insolvência, e que a boa-fé se presume, cabendo a prova da má-fé a quem a alega. A orientação foi reafirmada no AgInt no REsp nº 1.577.144/SP, relator o Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado por unanimidade em 02/10/2023 e publicado em 05/10/2023,

---

4 BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), art. 792, IV, e art. 828, caput e § 4º.

5 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Súmula 375. Corte Especial, julgado em 18 mar. 2009, DJe 30 mar. 2009.

6 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REsp nº 956.943/PR. Rel. originária Min. Nancy Andrighi, Rel. p/ acórdão Min. João Otávio de Noronha, Corte Especial, julgado em 20 ago. 2014, DJe 1º dez. 2014. Tema Repetitivo 243.

cuja nota oficial de julgamento resume a tese na "ineficácia dos atos expropriatórios não levados a registro"[1].

4.2 Os limites da concentração: REsp 2.1 15.178/SP

A proteção conferida pela concentração não é absoluta. No julgamento do REsp nº 2.1 15.178/SP, relatora a Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, com decisão noticiada pelo STJ em 13/09/2024[2], a cadeia dominial havia sido contaminada por escritura pública inexistente, e o adquirente posterior invocou a proteção do art. 54 da Lei nº 13.097/2015. O Tribunal decidiu em favor do proprietário original:

> "Cancelado o registro, poderá o proprietário reivindicar o imóvel, independentemente da boa-fé" do terceiro adquirente, nos termos do art. 1.247, parágrafo único, do Código Civil.

A finalidade do art. 54 é retirar do adquirente o ônus de investigar direitos que poderiam ter sido registrados e não o foram; a hipótese de escritura falsa, contudo, não envolve direito anterior simplesmente omitido da matrícula, mas vício no próprio fundamento da titularidade registral. O precedente demonstra que a segurança dinâmica foi significativamente fortalecida pelo direito brasileiro, mas não eliminou a segurança estática: a matrícula é fonte privilegiada de confiança, sem possuir força saneadora irrestrita sobre vício antecedente ao próprio título.

4.3 A dimensão temporal da concentração: REsp 1.937.548

A concentração também não autoriza reduzir toda a análise da fraude à execução à ordem cronológica dos registros. No julgamento do REsp nº 1.937.548, relator o Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 22/10/2021[3], o STJ afastou o reconhecimento de fraude à execução em dação em pagamento de imóvel celebrada antes da citação do devedor, ainda que o registro do ato tenha ocorrido depois. Conforme a nota oficial do Tribunal:

---

1 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AgInt no REsp nº 1.577.144/SP. Rel. Min. Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 2 out. 2023, DJe 5 out. 2023.

2 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REsp nº 2.1 15.178/SP. Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma. Decisão noticiada pela Assessoria de Comunicação Social do STJ em 13 set. 2024, disponível no sítio eletrônico do Tribunal.

3 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REsp nº 1.937.548. Rel. Min. Moura Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 22 out. 2021. Decisão noticiada pela Assessoria de Comunicação Social do STJ em 25 out. 2021, disponível no sítio eletrônico do Tribunal.

> "A jurisprudência do STJ considera que o compromisso de compra e venda de imóvel anterior à citação – ainda que sem o registro – é suficiente para impedir a caracterização da fraude à execução", pois "o posterior registro dessa dação em pagamento não modifica a data em que o bem foi alienado". "Para aferir a existência de fraude à execução, importa a data de alienação do bem, e não o seu registro."

O precedente é relevante porque demonstra que a concentração dos atos na matrícula não inverte a lógica temporal do negócio jurídico: ela regula a oponibilidade de constrições não publicizadas ao terceiro que adquire de boa-fé, mas não transforma a data do registro em critério exclusivo para aferir se, no momento em que o negócio foi efetivamente celebrado, já existia risco de insolvência do alienante. Concentração e cronologia do negócio jurídico operam, portanto, em planos distintos, e sua eventual sobreposição deve ser resolvida caso a caso, à luz da prova produzida.

No mesmo sentido, a Quarta Turma decidiu o REsp nº 2.2 55.055/RS[4], relator o Ministro João Otávio de Noronha, julgado em Sessão Virtual de 14 a 22/04/2026, envolvendo penhora sobre quotas de incorporadora e averbação premonitória anteriores ao registro de unidades já vendidas a terceiros. O Tribunal de origem havia fixado, como premissa fática, que a comercialização das unidades aos adquirentes ocorrera muito antes da averbação premonitória e da penhora, ainda que o registro das alienações fosse posterior; e o STJ, aplicando a Súmula 7 para vedar o reexame dessa premissa, manteve o acórdão recorrido. Nas razões de decidir, a Turma consignou:

> "O art. 54 da Lei n. 13.097/2015 pressupõe negócio jurídico celebrado após as restrições registradas na matrícula, não alcançando o registro tardio de alienação anteriormente celebrada. Assentado pelas instâncias ordinárias que os negócios se deram muito antes da averbação premonitória e da penhora, a modificação dessa conclusão demandaria reexame fático-probatório, vedado em sede de recurso especial pela Súmula n. 7 do STJ."

O precedente não tem caráter repetitivo nem efeito vinculante, é decisão de Turma, ainda recente, sobre caso concreto, e sua *ratio decidendi* central é o óbice processual da Súmula 7, não uma tese abstrata sobre o alcance do art. 54. Ainda assim, é ilustrativo por reafirmar, na mesma linha do REsp nº 1.937.548, que a concentração dos atos na matrícula

4 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REsp nº 2.2 55.055/RS (Registro nº 2026/0019452-2). Rel. Min. João Otávio de Noronha, Quarta Turma, julgado por unanimidade em Sessão Virtual de 14 a 22 abr. 2026, DJEN 27 abr. 2026.

pressupõe negócio jurídico celebrado após a restrição registrada, e que o registro tardio de alienação já consumada economicamente não converte, por si só, o adquirente em sujeito de fraude à execução.

4.4 Má-fé comprovada como limite imanente

A centralidade da matrícula também não pode converter-se em instrumento de blindagem de atos fraudulentos. O art. 54 protege expressamente o terceiro de boa-fé, e a própria Súmula 375 admite a fraude quando comprovada a má-fé do adquirente, ainda que ausente o registro da penhora. Não é suficiente alegar que o adquirente "deveria ter pesquisado" outras fontes; após o fortalecimento promovido pelo § 2º do art. 54, essa conclusão é ainda menos sustentável. É necessário demonstrar circunstâncias concretas incompatíveis com a boa-fé, vínculos pessoais ou societários relevantes, simulação, preço manifestamente anormal ou conhecimento efetivo da constrição. O STJ aplicou essa lógica no REsp nº 1.863.999/SP, relatora a Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 05/11/2021[1]: ausente a averbação da execução no registro do imóvel, "caberá ao credor comprovar a má-fé do terceiro, vale dizer, que o adquirente tinha conhecimento acerca da pendência do processo", não se estendendo automaticamente ao adquirente subsequente a fraude reconhecida em alienação anterior da cadeia dominial.

4.5 A execução fiscal como regime especial

A concentração convive, ainda, com regimes legais especiais. Na execução fiscal, o art. 185 do Código Tributário Nacional, com a redação dada pela Lei Complementar nº 118/2005, estabelece[2]:

> "Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa", ressalvada a hipótese de o devedor ter reservado "bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita".

---

1 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REsp nº 1.863.999/SP. Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 5 nov. 2021. Decisão noticiada pela Assessoria de Comunicação Social do STJ, disponível no sítio eletrônico do Tribunal.

2 BRASIL. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), art. 185, com redação dada pela Lei Complementar nº 118, de 9 de fevereiro de 2005.

O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento repetitivo do REsp nº 1.141.990/PR (Tema 290)[3], relator o Ministro Luiz Fux, consolidou que a alienação realizada após a inscrição do crédito tributário em dívida ativa, sem reserva patrimonial suficiente, é fraudulenta independentemente da boa-fé do terceiro adquirente, não se lhe aplicando a Súmula 375 nos mesmos moldes das execuções civis. A orientação foi reafirmada no REsp nº 2.1 73.311/PE, relatora a Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Segunda Turma, julgado em 12/05/2026[4], no qual o Tribunal manteve a presunção legal de fraude na alienação de imóvel posterior à inscrição em dívida ativa, mesmo quando o CPF do alienante somente foi incluído na certidão de dívida ativa em momento posterior à venda. O princípio da concentração, nesse campo, cede à disciplina legal específica, o que reforça que sua interpretação não deve ser absoluta nem estendida a hipóteses que o legislador optou por regular de modo diverso.

5 A concentração e a redistribuição dos ônus de informação

Uma das consequências mais relevantes dessa evolução normativa é a redistribuição dos ônus relacionados à informação. Tradicionalmente, grande parte do risco recaía sobre o adquirente, a quem cabia investigar a vida jurídica do alienante em busca de circunstâncias não refletidas na matrícula. A concentração inverte parcialmente essa lógica: quando a lei disponibiliza ao titular de determinada pretensão um mecanismo de averbação, existe forte razão para que seja ele o responsável por publicizar o risco. O credor dispõe, por exemplo, da averbação prevista no art. 828 do CPC; uma vez realizada, qualquer adquirente posterior encontra na própria matrícula informação suficiente sobre a execução, e o § 4º do mesmo artigo presume em fraude a alienação posterior à averbação.

Isso não torna a diligência do adquirente inútil. A Lei nº 14.382/2022 não proíbe a obtenção de certidões; apenas afasta sua exigência como condição de validade do negócio ou de caracterização da boa-fé. Em operações de maior complexidade, aquisições empresariais, imóveis rurais não georreferenciados, sociedades em dificuldade financeira, a pesquisa documental adicional continua recomendável como gestão voluntária do risco, não mais como pressuposto geral da boa-fé.

---

3 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REsp nº 1.141.990/PR. Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Seção, julgado sob o rito dos recursos repetitivos. Tema Repetitivo 290.

4 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REsp nº 2.1 73.311/PE. Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Segunda Turma, julgado em 12 maio 2026.

6 Segurança estática e dinâmica: uma proposta de conciliação

A análise legislativa e jurisprudencial demonstra que o direito brasileiro não optou exclusivamente por uma das dimensões da segurança jurídica. Quando o conflito decorre de constrição que poderia e deveria ter recebido publicidade registral, prevalece a segurança dinâmica, é o campo da Súmula 375, do Tema 243 e do art. 54. Quando o próprio suporte da titularidade registral é inválido, como no REsp nº 2.1 15.178/SP, pode prevalecer a segurança estática, por força do art. 1.247 do Código Civil. Quando há má-fé comprovada, desaparece a razão de proteção da confiança. Quando incide regime especial, como na execução fiscal, aplicam-se suas regras próprias. E, como demonstra o REsp nº 1.937.548, a ordem cronológica das inscrições deve ser compreendida à luz do momento em que os negócios foram efetivamente celebrados.

A concentração deve ser entendida, portanto, como regra de oponibilidade e de distribuição de riscos, não como ficção destinada a apagar toda a realidade extrarregistral. Se sua aplicação for excessivamente mitigada pela exigência sistemática de investigações externas, a matrícula perde a capacidade de gerar confiança; se for transformada em presunção absoluta capaz de convalidar falsidades e simulações, deixa de promover segurança e passa a criar nova forma de insegurança para o verdadeiro titular. O equilíbrio está entre esses extremos: a matrícula deve produzir confiança juridicamente relevante, sobretudo quando a lei determina que determinada informação nela seja inserida, mas a proteção dessa confiança pressupõe boa-fé e respeita as exceções previstas pelo próprio ordenamento.

7 Considerações finais

O princípio da concentração dos atos na matrícula manifesta a transformação do papel do Registro de Imóveis no direito brasileiro, que deixa progressivamente de ser compreendido apenas como repositório de atos constitutivos de direitos reais para assumir a posição de centro de informação jurídica sobre o imóvel. A Lei nº 13.097/2015 foi decisiva nesse processo, e as alterações posteriores aprofundaram a opção legislativa: a Lei nº 14.382/2022 afastou a exigência generalizada de certidões judiciais como condição de boa-fé, e a Lei nº 14.825/2024 ampliou o universo das constrições sujeitas à averbação.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça confirma essa evolução, sem transformá-la em regra absoluta. A Súmula 375 e o Tema 243 afastam a presunção automática de fraude quando a penhora não está registrada, atribuindo ao credor o ônus de demonstrar a má-fé do adquirente, orientação reafirmada no AgInt no REsp nº 1.577.144/SP. Mas os precedentes também revelam limites: no REsp nº 2.1 15.178/SP, prevaleceu o verdadeiro proprietário diante de escritura inexistente; no REsp nº 1.937.548, a Corte reconheceu que a concentração não converte a data do registro em critério exclusivo para aferir a fraude, quando o negócio jurídico foi celebrado em momento anterior; e o Tema 290, reafirmado no REsp nº 2.1 73.311/PE, evidencia que regimes legais especiais podem excepcionar a disciplina geral das execuções civis.

A segurança jurídica estática e a dinâmica não devem ser vistas como princípios antagônicos, mas como dimensões complementares de uma mesma finalidade: a estática impede que a publicidade registral seja utilizada para legitimar a privação arbitrária de direitos; a dinâmica impede que direitos e restrições ocultos destruam a confiança necessária à circulação da propriedade. A concentração dos atos na matrícula, nesse sentido, é menos uma ficção de verdade absoluta do que uma opção de política jurídica: aquele que dispõe de instrumento para publicizar uma situação capaz de atingir o imóvel deve, como regra, suportar as consequências de sua omissão perante o terceiro que legitimamente confiou no registro.

Referências

BRASIL. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Código Tributário Nacional. Especialmente art. 185.

BRASIL. Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Lei de Registros Públicos. Especialmente arts. 167 e 246.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil. Especialmente arts. 1.245 e 1.247.

BRASIL. Lei Complementar nº 118, de 9 de fevereiro de 2005.

BRASIL. Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015. Especialmente art. 54.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Especialmente arts. 792 e 828.

BRASIL. Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022.

BRASIL. Lei nº 14.825, de 20 de março de 2024.

DIP, Ricardo. O Registro de Imóveis e o Processo Constituinte de 1988. São Paulo: Instituto de Registro Imobiliário do Brasil – IRIB.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Súmula 375. Corte Especial, julgado em 18 mar. 2009, DJe 30 mar. 2009.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REsp nº 956.943/PR. Rel. originária Min. Nancy Andrighi, Rel. p/ acórdão Min. João Otávio de Noronha, Corte Especial, julgado em 20 ago. 2014, DJe 1º dez. 2014. Tema Repetitivo 243.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AgInt no REsp nº 1.577.144/SP. Rel. Min. Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 2 out. 2023, DJe 5 out. 2023.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REsp nº 2.1 15.178/SP. Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma. Decisão noticiada em 13 set. 2024.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REsp nº 1.937.548. Rel. Min. Moura Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 22 out. 2021. Decisão noticiada em 25 out. 2021.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REsp nº 2.2 55.055/RS (Registro nº 2026/0019452-2). Rel. Min. João Otávio de Noronha, Quarta Turma, julgado em Sessão Virtual de 14 a 22 abr. 2026, DJEN 27 abr. 2026.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REsp nº 1.863.999/SP. Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 5 nov. 2021.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REsp nº 1.141.990/PR. Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Seção. Tema Repetitivo 290.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REsp nº 2.1 73.311/PE. Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Segunda Turma, julgado em 12 maio 2026.

Capítulo 44

O *PORTFOLIO INTEREST* NA FIGURA DO MÚTUO INTERNACIONAL: ASPECTOS CONTRATUAIS, TRIBUTÁRIOS E DE SEGURANÇA JURÍDICA

Fillipe de Sousa Leite[1]

1 Introdução

A intensificação das relações econômicas internacionais ampliou de modo expressivo a utilização de instrumentos jurídicos voltados à circulação transfronteiriça de capitais. Nesse cenário, o contrato de mútuo – instituto de raiz civilista, disciplinado no Código Civil brasileiro – assume função central, pois é por seu intermédio que uma pessoa física ou jurídica disponibiliza recursos a devedor situado em outro país, mediante a obrigação de restituição do principal e, quando convencionado, o pagamento de juros.

O presente estudo situa-se, portanto, no âmbito do direito civil, tomando o mútuo (arts. 586 a 592 do Código Civil) como matriz contratual de operações que ganham contornos internacionais e repercussões tributárias. A perspectiva mostra-se especialmente oportuna no momento em que o próprio regime civil dos juros e da atualização monetária passa por reconfiguração, à luz das alterações promovidas pela Lei nº 14.905/2024, o que reforça a atualidade do debate acerca da segurança jurídica das relações creditícias.

No contexto das operações que envolvem os Estados Unidos, o mútuo internacional pode ser estruturado sob a forma de *portfolio debt*, de modo que os juros pagos a determinados investidores estrangeiros venham a ser qualificados como *portfolio interest*. No direito tributário norte-

1 Advogado, palestrante, empresário, CEO e CLO em empresas no Brasil e nos Estados Unidos, além de Conselheiro de Fundos de Investimento Imobiliário Fechados no Brasil. Possui atuação consolidada em internacionalização de empresas, investimentos transnacionais, *wealth planning*, estruturação societária e M&A. Coautor dos guias internacionais *How to Establish a Company in the USA, How to Plan Your Corporate Structure in Brazil e How to Deal with Taxes in the US*, publicados em parceria com a AMCHAM Brasil.

americano, essa qualificação pode afastar a incidência do imposto federal retido na fonte sobre juros qualificados, desde que atendidos requisitos legais específicos, notadamente quanto à natureza do título, à identificação do beneficiário efetivo e à inexistência de participação societária relevante do credor (United States, [s.d.], § 881).

A relevância do tema decorre da necessidade de compreender o *portfolio interest* não como figura contratual autônoma, mas como qualificação jurídico-tributária atribuída aos juros derivados de uma obrigação de dívida juridicamente válida. Em outras palavras, o *portfolio interest* não substitui o contrato de mútuo: pressupõe-no. Depende da existência de uma relação de crédito dotada de substância econômica, na qual a forma adotada corresponda ao conteúdo efetivo do negócio.

No Brasil, o mútuo encontra disciplina no Código Civil (Lei nº 10.406/2002), que o define como o empréstimo de coisas fungíveis e impõe ao mutuário a restituição, ao mutuante, do que dele recebeu em coisa do mesmo gênero, qualidade e quantidade (Brasil, 2002). Nas operações com finalidade econômica, presumem-se devidos os juros, observada a legislação aplicável. A Lei nº 14.905/2024, por sua vez, alterou dispositivos do Código Civil relativos à atualização monetária e aos juros, atualizando os parâmetros de remuneração e correção das obrigações civis (Brasil, 2024).

O problema de pesquisa consiste em verificar de que modo o *portfolio interest* pode ser compreendido e estruturado juridicamente a partir da figura do mútuo internacional, considerando, simultaneamente, a disciplina contratual brasileira, os requisitos tributários norte-americanos e os reflexos fiscais para investidores residentes no Brasil.

O objetivo geral é analisar a utilização do mútuo internacional como instrumento de *portfolio debt*, identificando seus fundamentos jurídicos, requisitos de qualificação, obrigações documentais e principais riscos. Para tanto, adota-se abordagem qualitativa, exploratória e bibliográfica, mediante análise da legislação civil brasileira, da legislação tributária norte-americana e de documentos oficiais das respectivas autoridades fiscais.

2 O mútuo internacional como instrumento contratual

O mútuo é o contrato pelo qual uma parte, denominada mutuante, entrega à outra, denominada mutuário, coisa fungível, obrigando-se esta a restituir coisa do mesmo gênero, qualidade e quantidade (art. 586

do Código Civil). Embora a disciplina civilista tradicional empregue a expressão *"coisa fungível"*, a aplicação econômica mais frequente do instituto ocorre por meio do empréstimo de dinheiro, hipótese em que a fungibilidade se manifesta com particular nitidez.

Traço fundamental do mútuo é a transferência da propriedade dos bens entregues ao mutuário: por força do art. 587 do Código Civil, o empréstimo transfere o domínio da coisa mutuada ao mutuário, por cuja conta correm os riscos desde a tradição. No empréstimo de dinheiro, isso significa que o mutuário adquire plena disponibilidade sobre os valores recebidos, obrigando-se a restituir o equivalente no momento convencionado. É precisamente essa nota que o distingue dos contratos de guarda, depósito ou administração de recursos, nos quais não há transferência de domínio.

O mútuo pode ser gratuito ou oneroso. No mútuo gratuito, inexiste remuneração pelo uso do capital, embora persista a obrigação de restituição do principal. No mútuo oneroso – ou feneratício –, o mutuário deve pagar juros ou outra forma de remuneração, além de restituir o valor principal; nas operações destinadas a fins econômicos, tais juros presumem-se devidos, nos termos do art. 591 do Código Civil.

Em operações internacionais, o contrato de mútuo apresenta elemento de conexão com mais de uma ordem jurídica. Esse elemento pode decorrer da residência das partes, do local de pagamento, da moeda utilizada, do país em que os recursos são disponibilizados ou da localização dos ativos oferecidos em garantia. Por essa razão, recomenda-se que o contrato defina expressamente a lei aplicável, o foro ou o mecanismo de solução de controvérsias e as regras de pagamento.

A internacionalidade do contrato não afasta a incidência do direito civil brasileiro quando a relação estiver submetida à legislação nacional ou quando a operação produzir efeitos relevantes no Brasil. Do mesmo modo, a eleição de lei estrangeira não neutraliza automaticamente normas imperativas, regras de ordem pública ou obrigações fiscais incidentes sobre residentes brasileiros.

O contrato de mútuo internacional deve exteriorizar, com clareza, os elementos que caracterizam uma genuína relação de crédito. Entre eles figuram a identificação completa do mutuante e do mutuário; o valor principal do empréstimo; a moeda de denominação e a moeda de pagamento; a data e a forma de liberação dos recursos; a taxa de juros e o respectivo critério de cálculo; o prazo de vencimento; o cronograma de

amortização; as hipóteses de vencimento antecipado; as consequências do inadimplemento; as garantias eventualmente constituídas; a lei aplicável e o foro ou mecanismo arbitral; e, ainda, as regras de retenção e de documentação fiscal.

A delimitação precisa desses elementos favorece a segurança jurídica e concorre para a adequada caracterização econômica da operação. Instrumentos excessivamente genéricos – desprovidos de prazo definido ou de obrigação concreta de restituição – podem suscitar dúvidas quanto à própria existência do mútuo.

A documentação deve, além disso, guardar compatibilidade com a efetiva movimentação financeira. O valor consignado no contrato há de corresponder aos comprovantes de transferência, aos registros bancários e à escrituração contábil das partes. Eventuais alterações posteriores devem ser formalizadas por aditivos, evitando-se que a realidade econômica se distancie da documentação contratual.

Nas operações estruturadas como *portfolio debt*, a obrigação deve ostentar características ordinárias de dívida. A remuneração pode ser fixa ou determinável, mas não deve depender, de modo predominante, dos lucros, das vendas, das receitas ou do desempenho econômico do mutuário. A existência de remuneração contingente pode, em determinadas hipóteses, afastar o enquadramento tributário dos juros como *portfolio interest* (United States, [s.d.], § 871).

3 O portfolio interest no direito norte-americano

O *portfolio interest* constitui exceção prevista na legislação tributária federal dos Estados Unidos para determinados juros de fonte norte-americana recebidos por pessoas estrangeiras. Como regra geral, o *Internal Revenue Code* submete certos rendimentos de fonte norte-americana auferidos por pessoas estrangeiras à tributação de 30%, salvo quando incidente exceção ou redução aplicável.

A seção 881(c) do *Internal Revenue Code* estabelece que, tratando-se de *portfolio interest* recebido por corporação estrangeira, não incide o imposto previsto para certos rendimentos de fonte norte-americana. A definição legal exige, entre outros aspectos, que os juros sejam pagos sobre obrigação registrada e que o agente responsável pela retenção receba declaração de que o beneficiário efetivo não é pessoa norte-americana (United States, [s.d.], § 881). A seção 871(h) contém regra correspondente

para pessoas físicas não residentes (United States, [s.d.], § 871). Não se trata, portanto, de isenção geral aplicável a quaisquer juros pagos a estrangeiros, mas de hipótese legal condicionada à observância de requisitos materiais e formais.

A finalidade econômica do regime é reduzir o custo de captação de recursos estrangeiros no mercado norte-americano. Ao afastar a retenção sobre juros qualificados, a legislação busca tornar os instrumentos de dívida norte-americanos mais atrativos para investidores estrangeiros, ampliando a liquidez disponível para empresas e projetos situados nos Estados Unidos.

Impõe-se diferenciar o contrato de mútuo da qualificação tributária dos juros. O contrato é a fonte da obrigação civil de pagar o principal e a remuneração; o *portfolio interest*, a seu turno, é classificação tributária que depende da observância das regras norte-americanas. Daí que a simples denominação do instrumento como *"mútuo internacional", "note" ou "portfolio debt"* não assegure, por si só, a fruição do benefício fiscal. A autoridade fiscal pode examinar o conteúdo do contrato, a relação entre as partes, a forma de remuneração, os direitos do credor e a existência de expectativa real de pagamento.

Nesse exame prevalece a lógica da preponderância da substância sobre a forma: a qualificação exige coerência entre a forma jurídica do instrumento, a substância econômica da operação, a documentação fiscal, a posição jurídica do investidor e a conduta efetivamente adotada pelas partes. Se o investidor atuar, na prática, como sócio ou controlador, os juros poderão não se qualificar como *portfolio interest*, ainda que o documento se apresente formalmente como contrato de mútuo.

Entre os requisitos centrais do regime situam-se a existência de uma obrigação de dívida e a comprovação de que o beneficiário efetivo dos juros não é pessoa norte-americana. A legislação prevê, ainda, exclusões para determinadas situações – como os juros recebidos por banco no curso ordinário de suas atividades, os juros pagos a acionista titular de 10% e os juros recebidos por certas entidades controladas estrangeiras a partir de pessoa relacionada (United States, [s.d.], § 881).

O título ou obrigação deve encontrar-se em forma registrada, conforme as exigências aplicáveis, e o agente responsável pelo pagamento precisa receber a declaração fiscal adequada do beneficiário estrangeiro. Na prática, essa comprovação pode envolver formulários da série W-8, conforme a natureza do beneficiário (Internal Revenue Service, [s.d.]). A documentação deve estar válida, corretamente preenchida e compatível

com a realidade da operação, sob pena de aplicação da retenção prevista na regra geral em caso de ausência ou inconsistência de informações.

Requisito igualmente relevante é a ausência de participação societária incompatível. O investidor estrangeiro não deve figurar como acionista de 10% do devedor nas hipóteses em que a legislação obste a qualificação. A regra visa a evitar que dividendos ou distribuições de lucros sejam artificialmente apresentados como juros, com o propósito de obter tratamento fiscal mais favorável.

4 A estruturação do mútuo internacional como portfolio debt

A estrutura de *portfolio debt* pressupõe que o investidor seja credor do mutuário, e não participante direto do capital social. O credor deve titularizar direito contratual à restituição do principal e ao recebimento dos juros pactuados, sem que sua remuneração dependa, essencialmente, da existência de lucros ou da valorização da empresa.

A posição de credor não significa ausência absoluta de riscos. O investidor permanece exposto ao risco de crédito, ao risco cambial, ao risco regulatório e ao risco de execução transnacional. Tais riscos, contudo, são juridicamente distintos do risco residual suportado pelo sócio. No *equity*, o investidor participa do resultado residual do negócio e, em regra, recebe dividendos somente após o adimplemento das obrigações da sociedade; no *debt*, o pagamento decorre de obrigação contratual, independentemente da distribuição de lucros, ainda que sujeito à capacidade financeira do devedor.

A distinção entre dívida e capital deve ser preservada não apenas no plano formal, mas também na prática negocial. Se o credor deixar de exigir o pagamento, aceitar sucessivos adiamentos sem justificativa, assumir direitos políticos ou receber remuneração vinculada aos lucros, a operação poderá aproximar-se, economicamente, de uma participação societária.

A adequada elaboração do contrato é essencial à preservação da natureza de mútuo. Entre as cláusulas recomendáveis, destacam-se:

> a) valor e liberação, com indicação do montante, da moeda, da conta de origem e da conta de destino;
>
> b) remuneração, mediante taxa fixa ou critério objetivo de cálculo, com indicação das datas de pagamento;
>
> c) amortização, definindo-se o pagamento único no vencimento ou em parcelas periódicas;

d) inadimplemento, com previsão de juros moratórios, multa, vencimento antecipado e despesas de cobrança, observados os limites legais aplicáveis;

e) garantias, que podem compreender penhor, cessão fiduciária, hipoteca, garantia corporativa ou outras modalidades admitidas pela lei aplicável;

f) *covenants*, que podem estabelecer obrigações de informação, manutenção de seguros, limites de endividamento e preservação de ativos;

g) lei aplicável, com a indicação do ordenamento jurídico eleito pelas partes;

h) solução de controvérsias, definindo-se o foro judicial ou a arbitragem, inclusive as regras de reconhecimento e execução da decisão;

i) tributação, com a distribuição das responsabilidades por retenção, fornecimento de documentos e cumprimento das obrigações acessórias.

Tais cláusulas não devem, todavia, prestar-se à produção de uma aparência artificial de dívida. A autonomia privada autoriza as partes a distribuir riscos e a definir obrigações, mas não elimina a possibilidade de exame da substância econômica do negócio.

A escolha da moeda é aspecto central do mútuo internacional. O contrato pode prever principal e juros em dólares, em reais ou em outra moeda, mas deve disciplinar a conversão, a data de referência e a responsabilidade pelos custos bancários.

O risco cambial pode afetar tanto o mutuante quanto o mutuário. Para o investidor residente no Brasil, a variação cambial pode impactar o valor econômico do crédito quando convertido para reais, o que torna imprescindível a análise do momento de reconhecimento dos rendimentos para fins fiscais.

A Lei nº 14.754/2023 incluiu expressamente, entre as aplicações financeiras no exterior, as operações de crédito – inclusive o mútuo de recursos financeiros – nas quais o devedor seja residente ou domiciliado no exterior; e estabeleceu que os juros e demais remunerações são considerados no período em que efetivamente percebidos pela pessoa física residente no Brasil (Brasil, 2023).

Essa disciplina reforça a necessidade de manter registros precisos dos pagamentos, da conversão cambial e do saldo do principal. A documentação bancária deve permitir a identificação do valor efetivamente recebido e da parcela correspondente a juros, amortização ou eventual ganho cambial.

5 Reflexos tributários e obrigações de compliance

O *portfolio interest* pode afastar o imposto federal norte-americano sobre juros qualificados recebidos por estrangeiros; o benefício, contudo, condiciona-se ao cumprimento dos requisitos legais. A seção 881(c) menciona expressamente a necessidade de declaração do beneficiário efetivo estrangeiro e exclui determinadas categorias de investidores e rendimentos (United States, [s.d.], § 881).

Compete ao agente pagador verificar a documentação fornecida e cumprir as obrigações de retenção e reporte. O pagamento sem retenção não deve ser tratado como simples escolha comercial, mas como consequência de uma análise documental e jurídica. Não comprovados os requisitos, o pagador poderá ser obrigado a realizar a retenção aplicável, e a falha na retenção ou no reporte pode gerar responsabilidade para o agente, além de juros, multas e necessidade de retificação de informações.

A obtenção do formulário fiscal adequado deve ocorrer antes ou no momento da realização do pagamento. Recomenda-se, ademais, que o pagador conserve cópia da documentação, dos contratos, dos comprovantes de transferência e das análises que fundamentaram a aplicação do tratamento tributário.

Para a pessoa física residente no Brasil, a Lei nº 14.754/2023 determina que os rendimentos de capital aplicado no exterior – nas modalidades de aplicações financeiras e de lucros e dividendos de entidades controladas – sejam declarados separadamente dos demais rendimentos e ganhos de capital, prevendo alíquota de 15% sobre a parcela anual dos rendimentos, nos termos de seu art. 2º (Brasil, 2023).

A mesma lei classifica como aplicações financeiras no exterior as operações de crédito, inclusive o mútuo de recursos financeiros, quando o devedor é residente ou domiciliado no exterior. Os juros são considerados no momento em que efetivamente percebidos – como no recebimento da remuneração –, ao passo que determinados ganhos são reconhecidos em eventos como resgate, amortização, alienação, vencimento ou liquidação (Brasil, 2023).

Depreende-se, por conseguinte, que a eventual não retenção nos Estados Unidos não significa ausência de tributação no Brasil. O investidor deve analisar o rendimento à luz da legislação brasileira, declarar o crédito e os valores recebidos e observar as regras de conversão para a moeda nacional.

A possibilidade de compensação de imposto pago no exterior depende das condições estabelecidas na legislação brasileira, entre as quais a existência de tratado, acordo internacional ou reciprocidade de tratamento. No caso do *portfolio interest* – em que a retenção norte-americana pode ser afastada –, a questão da compensação perde relevância quanto ao imposto não pago, mas permanece importante caso outro tributo seja efetivamente recolhido no exterior (Brasil, 2023).

A segurança da operação depende de uma cadeia documental coerente. Devem ser preservados, entre outros, o contrato de mútuo e eventuais aditivos, os comprovantes de remessa e recebimento, os extratos bancários, o cálculo dos juros, os comprovantes de pagamento, os formulários fiscais, os documentos de identificação e de residência fiscal, os registros societários, as declarações fiscais brasileiras, os documentos relativos às garantias e as comunicações concernentes a vencimento e inadimplemento.

A existência de documentação não substitui a substância econômica, mas sua ausência dificulta a demonstração da legitimidade da operação. Em negócios internacionais, a documentação auxilia, ainda, na prevenção à lavagem de dinheiro, na identificação do beneficiário efetivo e na comprovação da origem dos recursos.

A estrutura deve mostrar-se compatível com as normas de transparência e de intercâmbio de informações. Entidades intermediárias desprovidas de função econômica clara podem ensejar questionamentos, sobretudo quando o único objetivo aparente seja deslocar o rendimento para jurisdição com tratamento fiscal mais favorável.

6 Riscos de descaracterização e requalificação

O principal risco jurídico-tributário consiste na requalificação do mútuo como participação societária, possibilidade que se afigura quando os termos do instrumento revelam que o investidor não ocupa posição típica de credor.

Podem sinalizar essa descaracterização a remuneração condicionada aos lucros; a ausência de prazo realista de vencimento; a subordinação equivalente à dos sócios; a inexistência de expectativa efetiva de pagamento do principal; a participação do credor na administração; a titularidade de direitos de voto ou veto próprios de sócio; a remuneração excessiva ou incompatível com o mercado; os sucessivos perdões ou capitalizações

desprovidos de justificativa; e a assunção de riscos empresariais inerentes ao acionista.

A classificação formal, isoladamente considerada, não basta. A análise deve ponderar o conjunto da operação e o comportamento das partes ao longo do tempo.

Ainda que o instrumento permaneça válido como mútuo, o benefício do *portfolio interest* pode ser afastado caso algum requisito específico não seja cumprido. Entre as hipóteses de risco encontram-se a ausência de declaração do beneficiário estrangeiro; o formulário fiscal incorreto ou vencido; o beneficiário efetivo considerado pessoa norte-americana; a participação societária incompatível; a existência de juros contingentes em relação à receita ou ao lucro do devedor; o recebimento por instituição ou entidade excluída; e a obrigação não estruturada na forma exigida pela lei norte-americana.

A consequência pode ser a aplicação da retenção prevista para juros de fonte norte-americana, bem como a necessidade de corrigir declarações e recolher valores que deixaram de ser retidos. Por isso, a aplicação do regime deve ser reavaliada sempre que houver alteração societária, renegociação do contrato, transferência do crédito, mudança do beneficiário efetivo ou modificação legislativa.

O inadimplemento do mutuário constitui risco autônomo em relação à questão tributária. A operação internacional pode dificultar a cobrança, seja pela distância entre as partes, seja pela necessidade de reconhecimento de decisões estrangeiras, seja, ainda, pela existência de ativos em diferentes jurisdições.

O contrato deve, por isso, estabelecer mecanismo adequado de solução de controvérsias. A arbitragem internacional pode oferecer vantagens em determinados casos, sobretudo quando as partes desejam decisão passível de execução em mais de um país; a escolha, todavia, deve sopesar custos, sede arbitral, idioma, regras aplicáveis e localização dos bens.

As garantias, por sua vez, devem ser avaliadas segundo a lei do local em que se encontram os ativos, pois uma garantia válida no país de origem pode não ser automaticamente executável no país em que o bem esteja situado.

7 Exemplo de estruturação

Considere-se, a título ilustrativo, pessoa física residente no Brasil que concede mútuo de USD 1.000.000,00 a sociedade residente nos Estados Unidos. O contrato prevê principal de USD 1.000.000,00; prazo de cinco anos; juros anuais fixos de 8%; pagamento semestral dos juros; amortização integral no vencimento; ausência de participação societária do mutuante; declaração fiscal do beneficiário estrangeiro; e obrigação registrada, com a documentação bancária correspondente.

Nesse cenário hipotético, os juros anuais corresponderiam a USD 80.000,00. A aplicação do tratamento de *portfolio interest* dependeria da confirmação de todos os requisitos legais, inclusive da natureza do instrumento, da documentação do beneficiário, das regras sobre participação societária e das exclusões legais.

No Brasil, os juros recebidos pelo investidor pessoa física deverão ser examinados conforme a Lei nº 14.754/2023, que inclui as operações de mútuo com devedor no exterior entre as aplicações financeiras no exterior e prevê a tributação dos rendimentos efetivamente percebidos (Brasil, 2023).

O exemplo não autoriza a conclusão automática de que a operação será isenta nos Estados Unidos ou de que produzirá determinado retorno líquido. A análise depende dos documentos efetivamente utilizados, da residência fiscal das partes, da natureza do devedor, da forma de emissão e das circunstâncias concretas da operação.

8 Considerações finais

O *portfolio interest* não constitui modalidade contratual autônoma, mas qualificação jurídico-tributária que pode incidir sobre juros provenientes de obrigação de dívida qualificada. No contexto brasileiro, o instrumento contratual subjacente pode ser o mútuo internacional – instituto de matriz civilista –, desde que configurada verdadeira relação de crédito, com obrigação de restituição do principal e remuneração juridicamente determinada ou determinável.

A validade civil do mútuo e a aplicação do tratamento tributário norte-americano são questões relacionadas, porém não idênticas. O contrato deve atender aos requisitos do direito aplicável, ao passo que o benefício do *portfolio interest* depende da legislação fiscal dos Estados Unidos

e do cumprimento de requisitos próprios, tais como a documentação do beneficiário estrangeiro, a forma registrada da obrigação e a inexistência de situações legalmente excluídas.

No Brasil, os reflexos tributários devem ser analisados conforme a legislação vigente. A Lei nº 14.754/2023 contempla expressamente as operações de crédito e o mútuo com devedor no exterior no conceito de aplicações financeiras no exterior e disciplina o momento de reconhecimento dos rendimentos (Brasil, 2023).

Conclui-se que o mútuo internacional estruturado como *portfolio debt* pode oferecer previsibilidade contratual e eficiência tributária, mas não deve ser utilizado com apoio exclusivo na economia fiscal pretendida. A estrutura exige substância econômica, documentação consistente, coerência entre contrato e execução, análise dos riscos cambiais e acompanhamento permanente das obrigações brasileiras e norte-americanas.

Desse modo, o *portfolio interest* somente se revela juridicamente sustentável quando integrado a operação legítima de financiamento, dotada de finalidade econômica verificável e de compatibilidade entre a forma contratual, a posição efetiva das partes e o tratamento fiscal adotado. Reafirma-se, ao fim, o papel do direito civil – e, em particular, da disciplina do mútuo – como alicerce da segurança jurídica das operações transfronteiriças de crédito.

Referências

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 26 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.754, de 12 de dezembro de 2023. Dispõe sobre a tributação de aplicações em fundos de investimento no País e da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14754.htm. Acesso em: 26 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.905, de 28 de junho de 2024. Altera o Código Civil para dispor sobre atualização monetária e juros. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14905.htm. Acesso em: 26 ago. 2026.

INTERNAL REVENUE SERVICE. *Portfolio interest exemption*. Washington, D.C.: IRS, [s.d.]. Disponível em: https://www.irs.gov/individuals/international-taxpayers/nontaxable-types-of-interest-income-for-nonresident-aliens. Acesso em: 26 ago. 2026.

UNITED STATES. 26 U.S. Code § 871 – Tax on nonresident alien individuals. [s.d.]. Disponível em: https://www.law.cornell.edu/uscode/text/26/871. Acesso em: 26 ago. 2026.

UNITED STATES. 26 U.S. Code § 881 – Tax on income of foreign corporations not connected with United States business. [s.d.]. Disponível em: https://www.law.cornell.edu/uscode/text/26/881. Acesso em: 26 ago. 2026.

Capítulo 45

A IMPORTÂNCIA DO DIREITO EM CONSTANTE EVOLUÇÃO: O PROJETO DE REFORMA DO CÓDIGO CIVIL

Henrique Avelino Lana[1]

1 Introdução

O constante aperfeiçoamento do Direito decorre de sua própria função de ordenar a vida em sociedade e conferir proteção jurídica às relações humanas. A Constituição da República, ao consagrar a dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado Democrático de Direito, nos termos do art. 1º, inciso III, e ao estabelecer, no art. 3º, objetivos como a construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a redução das desigualdades, fornece parâmetros que exigem permanente reflexão sobre a adequação das normas às transformações sociais, econômicas, culturais e tecnológicas.

O ordenamento jurídico deve, portanto, conservar a capacidade de responder às novas situações sem se afastar dos valores constitucionais que orientam sua interpretação.

Essa necessidade de atualização encontra fundamento também no art. 5º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, segundo o qual, na aplicação da lei, devem ser considerados os fins sociais a que ela se dirige e as exigências do bem comum. A disposição demonstra que a norma jurídica não pode ser interpretada de maneira isolada da realidade sobre a qual incide. À medida que a sociedade modifica suas formas de convivência, contratação, circulação de riquezas, formação familiar e utilização da tecnologia, torna-se necessário avaliar se os instrumentos jurídicos existentes continuam aptos a disciplinar adequadamente essas relações.

O aperfeiçoamento do Direito, contudo, não deve ser confundido com instabilidade normativa ou ruptura indiscriminada com institutos

1 Advogado. Mestre e Doutor em Direito pela PUC / MG. Pós – Doutorado em Direito Empresarial. Professor do Centro Universitário Faminas / BH e PUC / MG.

consolidados. A proteção ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada, prevista no art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição, assim como as exigências de segurança jurídica contempladas nos arts. 20 a 24 da LINDB, impõe que toda mudança seja acompanhada da consideração de suas consequências práticas e das situações constituídas sob a legislação anterior.

A evolução jurídica deve, assim, procurar conciliar renovação e continuidade, permitindo que o ordenamento acompanhe seu tempo sem comprometer a previsibilidade, a coerência e a confiança legitimamente depositada nas normas vigentes.

O Direito acompanha a organização da vida social e, por isso, é continuamente chamado a dialogar com mudanças de comportamento, novas formas de produção, diferentes arranjos familiares e avanços tecnológicos. Partindo dessa premissa, o artigo apresenta uma visão inicial do Projeto de Lei nº 4/2025, destinado à atualização do Código Civil brasileiro. Não se pretende avaliar o mérito das alterações, defender soluções ou antecipar o resultado do processo legislativo. O objetivo consiste apenas em indicar os principais conjuntos temáticos submetidos à discussão e demonstrar a amplitude da proposta. São mencionadas as questões relativas às pessoas e aos fatos jurídicos, às obrigações e aos contratos, à responsabilidade civil, à empresa, aos bens, às famílias, às sucessões e ao Direito Civil Digital. O panorama permite perceber que a evolução legislativa pode representar uma oportunidade de reflexão e, simultaneamente, um desafio de coerência, estabilidade e integração entre normas gerais e especiais.

O Direito é formado por normas, instituições, princípios e práticas que procuram organizar a convivência humana. Embora necessite de estabilidade, não pode ser compreendido como realidade completamente imóvel. A sociedade altera seus modos de comunicação, de trabalho, de contratação, de formação das famílias e de administração do patrimônio. Essas transformações apresentam novas perguntas e, em alguns casos, conferem novos contornos a problemas conhecidos.

A constante evolução jurídica não exige o abandono automático do que já existe. Muitas categorias atravessam gerações porque continuam oferecendo linguagem e estrutura para as relações privadas. O aperfeiçoamento pode significar conservar aquilo que permanece adequado, esclarecer pontos de dúvida, coordenar leis produzidas em

momentos diferentes e examinar situações que não estavam presentes quando determinado diploma foi elaborado.

Nesse sentido, atualizar a legislação é atividade que demanda equilíbrio. A mudança excessivamente rápida pode afetar expectativas formadas sob regras anteriores, enquanto a ausência de revisão pode ampliar a distância entre o texto e as relações concretas. Entre esses extremos encontra-se o debate legislativo, espaço no qual experiências práticas, estudos acadêmicos, decisões judiciais e diferentes interesses sociais podem ser reunidos.

O Projeto de Lei nº 4/2025 insere-se nesse cenário. A proposta, apresentada ao Senado Federal a partir de anteprojeto elaborado por comissão de juristas, sugere ampla atualização da Lei nº 10.406/2002. Como permanece em tramitação, seu conteúdo deve ser lido como proposta sujeita a emendas e deliberações. O presente estudo não analisa a correção das escolhas formuladas. Limita-se a mostrar quais áreas foram incluídas e por que a dimensão do trabalho pode ser interessante e desafiadora.

2 Uma análise inicial

A denominação "reforma" é importante para compreender a natureza da iniciativa. O texto legislativo não apresenta a substituição integral do Código Civil por um sistema sem vínculo com o diploma vigente. A justificação do projeto parte da experiência acumulada desde 2002 e propõe preservar disposições consideradas funcionais, ao mesmo tempo em que sugere mudanças e novos dispositivos.

Essa opção coloca em evidência a relação entre continuidade e inovação. Um código desempenha função organizadora e oferece vocabulário comum a diferentes setores do Direito Privado. Por outro lado, o passar do tempo pode revelar lacunas, ambiguidades, transformações jurisprudenciais e o aparecimento de relações que não receberam tratamento expresso. A reforma procura reunir essas questões dentro da estrutura codificada.

A comissão temporária instalada no Senado promoveu audiências sobre as diversas partes do projeto, e foram apresentadas numerosas emendas. Isso demonstra que a redação originária não encerra a discussão. O processo legislativo poderá manter, alterar ou excluir soluções, além de incorporar outras propostas. Assim, qualquer descrição deve indicar que

o objeto observado é móvel e ainda não corresponde ao Direito positivo futuro.

A abrangência também produz uma exigência metodológica: temas diferentes não podem ser examinados como ilhas. Conceitos da Parte Geral repercutem em todo o Código; regras familiares alcançam as sucessões; contratos se conectam à responsabilidade civil e à empresa; bens digitais atravessam personalidade, patrimônio e herança. O projeto convida a uma leitura simultaneamente temática e sistêmica.

3 As novas percepções

O primeiro grande conjunto de temas diz respeito à pessoa e aos instrumentos gerais da vida civil. A proposta contempla personalidade, capacidade, ausência, direitos da personalidade, pessoas jurídicas, bens, negócios jurídicos, prova, prescrição e decadência. Esses institutos funcionam como fundamentos para todas as demais relações disciplinadas pelo Código.

As transformações sociais e tecnológicas aparecem nesse núcleo por diferentes caminhos. Imagem, voz, identidade, privacidade e manifestações pessoais circulam em ambientes físicos e digitais. Documentos e declarações de vontade são produzidos por meios eletrônicos. Pessoas naturais e jurídicas interagem à distância, e registros assumem novas formas. O projeto submete ao debate como categorias gerais podem acolher essas experiências.

Também são consideradas questões associadas à vulnerabilidade e à proteção de diferentes pessoas. A capacidade civil, a autonomia e os mecanismos de apoio precisam dialogar com a Constituição, com tratados e com estatutos especiais. Sem avaliar as redações escolhidas, é possível perceber que qualquer alteração na Parte Geral pode produzir reflexos amplos, inclusive em contratos, família, empresa e sucessões.

Prescrição, decadência e prova completam esse quadro introdutório. Prazos e meios de demonstração dos fatos influenciam o exercício de direitos e a solução dos conflitos. A atualização desses temas pode ser interessante para o contencioso e para a teoria civilista, mas exige atenção às consequências que uma regra geral projeta sobre relações muito diversas.

Outro eixo da proposta reúne matérias relacionadas à circulação de riquezas e à organização da atividade econômica. No Direito das Obrigações, o PL alcança cumprimento e descumprimento, mora, juros,

correção, perdas e danos, cessões e outras figuras que servem de base a inúmeras relações privadas. São institutos presentes tanto em situações cotidianas quanto em operações econômicas complexas.

A disciplina contratual inclui princípios, interpretação, formação, revisão, extinção e contratos em espécie. A proposta também considera negócios empresariais e eletrônicos, além de figuras que se desenvolveram depois da elaboração do Código vigente. Liberdade contratual, boa-fé, função social, equilíbrio e distribuição de riscos aparecem como Referências do debate, sem que este panorama pretenda hierarquizá-las ou definir seu alcance.

No Direito de Empresa, são objeto de atenção o empresário, o estabelecimento, as sociedades, a administração, a posição dos sócios, a dissolução e a liquidação de participações. O texto ainda aproxima a disciplina societária das repercussões causadas por morte, casamento, união estável e partilha, mostrando a comunicação entre empresa, família e sucessões.

A atualização simultânea de obrigações, contratos e empresa pode ser considerada desafiadora porque esses campos se relacionam com leis especiais, regulação econômica e práticas de mercado em constante transformação. O Código precisa conservar caráter geral e, ao mesmo tempo, dialogar com a variedade de negócios, empresas e formas de contratação existentes no país.

A responsabilidade civil ocupa espaço relevante na proposta. O projeto pretende reorganizar temas como ato ilícito, risco, nexo causal, espécies de danos, dever de indenizar e critérios de reparação. Também menciona funções relacionadas à prevenção e ao tratamento das consequências de comportamentos lesivos, além de hipóteses especiais vinculadas a pessoas, coisas e atividades.

Grande parte dessa matéria foi intensamente desenvolvida pela doutrina e pela jurisprudência depois de 2002. Danos patrimoniais e extrapatrimoniais, riscos tecnológicos, lesões coletivas e deveres de prevenção aparecem com frequência nos tribunais. A reforma coloca em discussão se, e em que medida, essas construções podem ser organizadas no texto do Código.

O tema se conecta a contratos, consumo, trabalho, proteção de dados, meio ambiente, atividade empresarial e relações digitais. Uma regra geral de responsabilidade pode dialogar com vários microssistemas, cada qual com fundamentos e finalidades próprios. Por isso, o desafio não está

apenas em redigir dispositivos isolados, mas em compreender sua posição dentro do ordenamento.

Sem afirmar que uma solução seja preferível a outra, pode-se reconhecer que a responsabilidade civil evidencia a tensão própria da evolução jurídica: oferecer parâmetros suficientemente claros e, ao mesmo tempo, permitir respostas a situações que mudam com rapidez e nem sempre podem ser previstas em detalhes.

A proposta também alcança o campo dos direitos reais. Posse, propriedade, condomínio, vizinhança, superfície, garantias e formas de aproveitamento dos bens integram o conjunto de assuntos em revisão. Esses institutos mantêm relação próxima com registros públicos, financiamento, moradia e segurança das transações.

A disciplina dos bens convive hoje com novas formas de compartilhamento, uso econômico e organização coletiva. Ao lado dos bens materiais, crescem ativos intangíveis e digitais. Ainda que nem todos recebam o mesmo regime, sua presença convida à reflexão sobre a abrangência das categorias patrimoniais e sobre os instrumentos utilizados para constituir, transmitir e proteger direitos.

Direitos reais produzem efeitos perante terceiros e, por isso, tradicionalmente dependem de publicidade e precisão. Mudanças nessa área exigem coordenação com normas registrais, urbanísticas, ambientais e processuais. Também repercutem em contratos e na constituição de garantias utilizadas por pessoas e empresas.

Esse núcleo mostra que a evolução não ocorre apenas em assuntos inteiramente novos. Institutos antigos podem ser revisitados diante de práticas recentes, sem que sua história deixe de ser relevante. O desafio está em atualizar a disciplina sem comprometer a previsibilidade que caracteriza as relações sobre bens.

O Direito de Família e o Direito das Sucessões compõem áreas de especial sensibilidade no projeto. A proposta aborda entidades familiares, casamento, união estável, parentalidade, filiação, alimentos, regimes de bens, dissolução de vínculos e proteção de pessoas vulneráveis. Também trata de sucessão legítima e testamentária, posição de cônjuges e conviventes, habitação, inventário e partilha.

As relações familiares modificaram-se ao longo das últimas décadas, e os tribunais passaram a enfrentar situações que não estavam expressamente detalhadas na redação original do Código. O PL procura levar parte desses temas ao debate legislativo. A exposição de seus assuntos não significa

concordância ou discordância, mas apenas reconhecimento de que família, autonomia, cuidado, solidariedade e patrimônio se encontram no centro da discussão.

Família e sucessões mantêm conexão direta. Regimes de bens e formas de convivência influenciam meação e herança; filiação interfere na vocação hereditária; empresas familiares podem ser afetadas pela morte e pela partilha. As escolhas legislativas precisam ser observadas em conjunto e em diálogo com a Constituição e com a legislação de proteção de crianças, idosos e pessoas com deficiência.

Também aparece a herança digital, envolvendo ativos virtuais, contas, arquivos, credenciais e conteúdos ligados à personalidade. O tema aproxima sucessões do Direito Civil Digital e levanta questões sobre transmissibilidade, vontade do titular, privacidade e direitos de terceiros. Sua inclusão ilustra como uma matéria tradicional pode adquirir novas dimensões.

A criação de um Livro de Direito Civil Digital constitui uma das partes mais identificáveis do PL nº 4/2025. A proposta reúne princípios e regras voltados às relações civis mediadas por tecnologia e trata de direitos das pessoas no ambiente digital, dados, patrimônio virtual, contratos eletrônicos, plataformas, inteligência artificial e atos eletrônicos.

A opção por um livro autônomo sugere a tentativa de conferir unidade a fenômenos que hoje aparecem distribuídos entre leis, contratos, decisões e práticas tecnológicas. Ao mesmo tempo, o Direito Civil Digital não pode ser separado das categorias tradicionais. Personalidade, obrigação, propriedade, dano, empresa e sucessão continuam presentes, ainda que manifestadas em ambientes diferentes.

A coordenação com a Lei Geral de Proteção de Dados, o Marco Civil da Internet, o Código de Defesa do Consumidor e outras normas será parte importante do debate. Também se coloca a questão da duração: tecnologias podem mudar em período muito menor do que aquele normalmente esperado para um código. Isso torna relevante discutir o nível de detalhe e a abertura das normas.

O ambiente digital demonstra, de forma particularmente clara, a necessidade de constante aperfeiçoamento jurídico. Ele apresenta situações novas, mas também reformula problemas antigos. A proposta pode ser estudada como tentativa de aproximar a codificação dessas mudanças, sem que isso permita antecipar se os dispositivos serão mantidos ou qual será sua redação final.

A evolução do Direito não depende apenas da inclusão de novos temas. Ela exige coerência entre conceitos, clareza de linguagem, compatibilidade com a Constituição e coordenação com as leis especiais. Uma reforma extensa amplia a oportunidade de sistematização, mas também aumenta a quantidade de relações que precisam ser verificadas.

Outro desafio envolve a transição. Contratos, sociedades, famílias e patrimônios foram constituídos sob regras vigentes e continuarão produzindo efeitos. Eventual alteração legislativa poderá demandar critérios temporais capazes de distinguir situações anteriores, relações em curso e fatos posteriores à entrada em vigor.

A implementação prática também merece consideração. Mudanças podem repercutir em registros, cartórios, plataformas, empresas, advocacia, magistratura e ensino jurídico. A compreensão do novo texto, a adaptação de procedimentos e a construção de interpretações não ocorrem de forma instantânea. O processo de evolução legislativa prossegue depois da aprovação, por meio de aplicação, estudo e debate.

A reforma do Código Civil pode ser vista, portanto, como parte de um movimento contínuo. Ela não oferece um ponto final para a evolução do Direito. Mesmo que aprovada, será interpretada à luz de novos fatos e poderá conviver com futuras leis e transformações. Essa constatação não diminui a importância do projeto; apenas recomenda prudência diante de uma matéria ainda em formação.

4 Conclusão

A segurança jurídica, a proteção da confiança e a preservação do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada, asseguradas pelo art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição e reforçadas pelos arts. 23 e 24 da LINDB, exigem mudanças coerentes, previsíveis e acompanhadas de adequado regime de transição.

O verdadeiro aperfeiçoamento do Direito encontra-se, assim, no equilíbrio entre estabilidade e renovação, tradição e contemporaneidade, permitindo que o ordenamento acompanhe seu tempo sem perder a unidade e a segurança indispensáveis à vida em sociedade.

A necessidade de estabilidade e a abertura à transformação acompanham permanentemente o Direito. Normas civis organizam relações duradouras, mas precisam dialogar com mudanças sociais, econômicas e tecnológicas. O aperfeiçoamento jurídico pode ocorrer pela

interpretação, pela jurisprudência, por leis especiais e por revisões mais amplas da codificação.

O PL nº 4/2025 reúne diversos temas nesse esforço de atualização. Pessoas, negócios jurídicos, obrigações, contratos, danos, empresas, bens, famílias, sucessões e ambiente digital aparecem na proposta. A variedade demonstra que a reforma não se limita a uma matéria e que suas partes apresentam numerosas conexões.

A identificação desses assuntos permite compreender por que o projeto pode despertar interesse acadêmico e profissional. Ao mesmo tempo, a extensão, a relação com outros diplomas, as regras de transição e a rapidez das transformações tornam o processo desafiador. Tais constatações não constituem juízo favorável ou contrário às redações sugeridas.

Como o texto permanece em tramitação, seu acompanhamento deve considerar as emendas, as audiências e as futuras deliberações. Um estudo inicial pode mapear o debate e formular perguntas, reservando a análise de mérito para etapas posteriores. Dessa forma, a proposta serve também como oportunidade para refletir sobre a própria natureza do Direito: uma construção que busca estabilidade, mas que nunca deixa de dialogar com o tempo.

O permanente aperfeiçoamento do Direito constitui condição para que o ordenamento continue cumprindo sua função de organizar a convivência social e proteger a pessoa humana diante de novas realidades. Essa evolução deve permanecer orientada pelos fundamentos e objetivos previstos nos arts. 1º e 3º da Constituição da República, especialmente pela dignidade da pessoa humana, pela construção de uma sociedade livre, justa e solidária e pela promoção do bem de todos. A atualização legislativa representa, nesse sentido, parte de um processo contínuo de aproximação entre a norma jurídica e as necessidades concretas da sociedade.

A própria Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro reconhece que a aplicação do Direito não pode permanecer indiferente às transformações sociais. Seu art. 5º determina que sejam considerados os fins sociais da norma e as exigências do bem comum, enquanto os arts. 20 e 21 impõem atenção às consequências práticas das decisões e às condições necessárias para sua concretização. O aprimoramento jurídico deve resultar, portanto, de reflexão responsável, capaz de considerar não apenas a formulação abstrata das normas, mas também seus possíveis efeitos sobre as pessoas, as relações privadas e as instituições.

Por fim, evoluir não significa romper continuamente com o passado ou substituir institutos apenas por serem antigos.

Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2002.

BRASIL. *Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014*. Marco Civil da Internet. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

BRASIL. *Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018*. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF: Presidência da República, 2018.

BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei nº 4, de 2025*. Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Brasília, DF: Senado Federal, 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3ª Turma). *Recurso Especial nº 2.1 24.424/SP*. Relatora: Ministra Nancy Andrighi. Brasília, DF: STJ, 2025.

ITÁLIA. *Decreto Legislativo 30 giugno 2003, n. 196* (Codice in materia di protezione dei dati personali), com as alterações do Decreto Legislativo 10 agosto 2018, n. 101. Roma: Gazzetta Ufficiale, 2018.

LANA, H. A. R. P.; FERREIRA, C. F. . A transferência dos bens digitais após a morte. 1. ed. Belo Horizonte: Editora PUC MINAS, 2023. v. 1. 199 p .

LANA, H. A. R. P.; FERREIRA, C. F. . O direito Patrimonial após o falecimento e os bens digitais. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Expert, 2023. v. 1. 192p .

LANA, H. A. R. P.; SILVA, L. L. . O direito no contexto tecnológico: inteligência artificial e a importância da salvaguarda dos bens digitais. In: Henrique Avelino Lana. (Org.). Inovação jurídica: desafios da atualidade. 1ed.Belo Horizonte: Editora PUC MINAS, 2023, v. 1, p. 90-127.

LANA, H. A. R. P.; SILVA, L. L. . O direito na atualidade: inteligência artificial e a necessária proteção de bens digitais. In: Henrique Avelino Lana. (Org.). Pensamentos Atuais E Práticos Sobre O Direito No Mundo Contemporâneo. 1ed.Minas Gerais - Belo Horizonte: Editora, 2023, v. 1, p. 171-218.

LANA, H. A. R. P.; FERREIRA, C. F. . Desafios e apontamentos jurídicos sobre a herança dos bens digitais. In: LAMOUNIER, Gabriela Maciel; BASTOS, Luciana de Castro; ABRÃO, Renata Lourenço Pereira. (Org.). Desafios do Direito na contemporaneidade. 1ed.Belo Horizonte: Editora Expert, 2023, v. 5, p. 25-52.

LANA, H. A. R. P.; FERREIRA, C. F. . Cogitações jurídicas oportunas acerca da herança digital perante o ordenamento jurídico brasileiro. In: Lucélina de Sena Alves; Cassio Augusto Cássio Brant. (Org.). Bens Digitais: Implicações Jurídicas Contemporâneas. 01ed.Belo Horizonte: Editora Arraes, 2023, v. 1, p. 201-222.
LANA, H. A. R. P.. A empresa e o empresário. 1. ed. Belo Horizonte: Editora PUC MINAS, 2022. v. 1. 184p .

LANA, H. A. R. P.. Dissolução parcial nas sociedades limitadas: análise econômica sobre a inclusão do aviamento na apuração de haveres. 1. ed. Belo Horizonrte: Editora Arraes, 2012. v. 1. 201p .

LANA, H. A. R. P.. Falência e recuperação de empresas e falência: análise econômica do direito. 1. ed. Belo Horizonte: Editora D' Plácido, 2017. v. 1. 325p .

TARTUCE, Flávio. *Direito civil*: direito das sucessões. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. v. 6.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; LEAL, Livia Teixeira (coord.). *Herança digital*: controvérsias e alternativas. 2. ed. Indaiatuba: Editora Foco, 2022.

TEPEDINO, Gustavo; NEVARES, Ana Luiza Maia; MEIRELES, Rose Melo Venceslau. *Fundamentos do direito civil*: direito das sucessões. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. v. 7.

ZAMPIER, Bruno. *Bens digitais*: cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais. 2. ed. Indaiatuba: Editora Foco, 2021.

POSFÁCIO

Um posfácio chega tarde por definição. Quando o leitor alcança estas páginas, já percorreu os capítulos e formou os seus juízos, de modo que repetir-lhe o que acabou de ler seria, além de inútil, indelicado. Resta ao gênero uma única justificativa honesta: dizer o que os textos se tornam quando lidos em sequência, coisa que nenhum deles poderia dizer sozinho e que talvez nem os seus autores tenham pretendido. Escritos com autonomia por quem não leu os demais, os capítulos aqui reunidos acabam convergindo sobre as mesmas preocupações, e é essa convergência não combinada, que a reunião destes trabalhos torna visível, o que neles há de mais revelador. Ela permite flagrar, naquilo que cada autor escolheu livremente investigar, o que inquieta uma comunidade jurídica inteira em determinado momento. É esse achado involuntário que me interessa aqui.

E ele começa por uma constatação de estado. Este é um livro escrito no gerúndio. Quase todos os seus capítulos trabalham com direito que está em vias de ser: projetos em tramitação, emendas recém-regulamentadas, leis ainda em *vacatio*, decisões que mudam de rumo entre a redação e a revisão do texto. Habituamo-nos, por formação, a pensar a codificação como ponto de repouso, o lugar onde a inquietação legislativa finalmente se sedimenta e a partir do qual a dogmática pode trabalhar com alguma tranquilidade. O que estas páginas documentam é o fim provisório desse repouso. Não se trata de mais uma reforma, e sim de uma condição, condição que já dura tempo bastante para deixar de ser transitória.

Dela decorre um deslocamento silencioso da virtude do jurista. Enquanto o direito civil se apresentava como sistema fechado, sabê-lo significava, em boa medida, conhecer o Código e a elaboração doutrinária construída sobre ele. Num ordenamento permanentemente em obras, conhecer não basta, porque aquilo que se conhece envelhece antes de ser aplicado. Torna-se decisiva outra habilidade, menos vistosa e muito mais difícil, a de construir critérios. Lidos em conjunto, os capítulos deste volume são uma longa demonstração dessa tese, e o bem escasso que todos perseguem, cada um em seu terreno, tem sempre o mesmo nome.

A escassez aparece primeiro no plano dos institutos. A pergunta que Pietro Perlingieri (2019) deslocou daquilo que a coisa é para aquilo a que

ela serve tornou-se, entre nós, quase um reflexo. Vários capítulos a repetem sem terem combinado repeti-la: a propriedade que cede à disponibilização econômica quando projetada sobre a nova materialidade tributária; o contrato cuja validade se torna indiferente diante da operação efetivamente realizada; a altura do espaço aéreo medida pela utilidade do exercício, e não por uma metafísica herdada; o penhor que só sobrevive como direito real porque uma ficção registral ocupou o lugar que a tradição da coisa não podia ocupar. A funcionalização é irreversível e, quase sempre, correta. Mas é operação de risco e o risco tem nome: se o instituto vale pelo fim e o fim lhe é sempre externo, nada impede que o intérprete substitua a categoria pelo resultado que dela deseja extrair. Função sem critério não é evolução dogmática; é decisionismo com vocabulário civilista.

Contra esse risco a obra oferece, com constância que só a leitura em sequência revela, sempre o mesmo antídoto: separar planos que a prática confundiu. Distinguir a vigência do título da validade do ato que o concedeu, e ambas do interesse em discuti-las. Distinguir o efeito extrapenal da condenação da destituição decretada em procedimento próprio, sob pena de converter a criança em instrumento de agravamento da pena do adulto. Distinguir o conhecimento da origem genética do estado de filiação. Distinguir a família projetada da família constituída. Pontes de Miranda, ainda matricialmente, em 1954, separou existência, validade e eficácia justamente para que não se confundisse o que o tempo extingue com o que o vício corroeu desde a origem, e é desconcertante que, passados oitenta anos, tanta energia doutrinária ainda precise ser gasta em refazer distinções que se supunham adquiridas. Talvez seja essa a lição menos confortável do livro: conquistas dogmáticas não são cumulativas e cada geração precisa reconquistá-las no vocabulário do seu tempo.

A escassez reaparece no plano do objeto e aqui se registra uma mudança de fundo que merece ser dita em alto e bom tom: o direito civil das codificações oitocentistas foi construído sobre coisas e vontades, e a escassez que administrava era escassez de bens. Boa parte dos capítulos reunidos neste volume administra outra coisa: assimetria de conhecimento. Quem sabe o quê, quem deve dizer o quê a quem, quem pode deduzir o que não lhe foi dito. A diferença não é de grau. Escassez enfrenta-se com distribuição; assimetria, não. Assimetria só se enfrenta tornando cognoscível, por quem suporta o risco, aquilo que está sob o controle

exclusivo de outrem, e é essa a função que o direito privado confiou, há séculos, às suas técnicas de publicidade, do registro público ao edital.

Daí uma simetria que a leitura sequencial revela e que isoladamente passaria despercebida. O arquivamento do gravame na junta comercial, o edital que convoca interessados certos num procedimento demarcatório, o rótulo do produto, a certidão que documenta a entrega de uma citação e a documentação técnica de um modelo de aprendizado de máquina respondem exatamente à mesma pergunta. A técnica registral é a resposta mais antiga do direito privado à opacidade; o dever de informar densificado é a mais recente. Entre uma e outra não há ruptura de natureza, apenas variação de objeto. Compreendê-lo poupa ao civilista dois erros simétricos e igualmente estéreis: o deslumbramento diante de cada tecnologia nova e a tentação de tratá-la como acidente exterior ao sistema.

Há, contudo, um resíduo melancólico nessa constatação, e a obra não o esconde. A boa-fé objetiva, tantas vezes invocada nestes capítulos, não é princípio de generosidade contratual: é fonte de deveres laterais cujo conteúdo precisa ser determinado e cuja determinação é ônus de quem os invoca. Exigir genericamente mais transparência é o modo mais elegante de não exigir nada. Pior ainda: quando o poder econômico deixa de residir no dado que a pessoa entrega e passa a residir na inferência que dele se extrai, proteger significa proteger alguém contra o conhecimento que outros produzem a seu respeito, sem que ele o tenha fornecido nem possa contestá-lo. É tarefa para a qual o instrumental clássico, desenhado para vontades declaradas, foi apenas parcialmente concebido.

Um segundo resíduo, mais grave, diz respeito à vontade. O Código pressupõe um sujeito que declara o que quer depois de compreender aquilo que lhe é oferecido, e vários capítulos deste volume descrevem ambientes em que essa pressuposição já não se sustenta. Quando o consentimento se reduz a um clique, quando a arquitetura da escolha é desenhada por quem tem interesse no resultado, quando a probabilidade de obter aquilo que se compra é conhecida apenas por quem vende, a liberdade formal permanece intacta e a autonomia material se esvazia.

O direito privado tem instrumentos para enfrentar isso, e eles não são novos: o controle das cláusulas abusivas, os deveres de informação, a vedação do abuso. Nova é a escala e, sobretudo, a personalização, pois nunca antes o fornecedor pôde calibrar a oferta para a fraqueza específica

daquele consumidor determinado. Ao mesmo tempo, essas mesmas plataformas passaram a exercer poder sancionatório privado, impondo por decisão automatizada a mais grave das penas contratuais digitais, que é a exclusão do ambiente em que se trabalha, se estuda ou se convive. A construção que alguns capítulos ensaiam, a de submeter esse poder a informação, contraditório e possibilidade de defesa, parece-me das mais promissoras do livro e nada mais é do que a velha intuição de que todo poder, público ou privado, precisa justificar-se perante quem o suporta.

A escassez de critérios manifesta-se, enfim, no plano institucional, e é aí que o volume toca no seu ponto mais sensível. Quando a lei se abre em cláusulas gerais, alguém precisa fechá-las, e a pergunta sobre quem exerce esse fechamento deixou de ser acadêmica. Positivar uma função que já circulava dissolvida na prática, como sucede com a dimensão punitivo-pedagógica da indenização, produz ganho de transparência e risco de deslocamento, pois a insegurança antes escondida no valor global pode simplesmente migrar para o cálculo do acréscimo. Reorganizar o acesso às cortes superiores, sem tocar em uma linha do Código, pode alterar profundamente a vida civil que ele disciplina, faltando unidade onde os casos se repetem e sobrando abstração onde eles diferem. Claus-Wilhelm Canaris (2002) tematizou a tensão entre a pretensão de unidade do sistema e a sua permanente abertura; o que se vê hoje é essa tensão adquirindo forma institucional. A cláusula geral é uma promessa de justiça do caso concreto, e o critério é a moeda com que essa promessa se paga. Um sistema aberto sem critérios de controle não é um sistema aberto: é um sistema sem porta.

Atravessa tudo isso uma pergunta que não é técnica e que alguns capítulos formulam sem rodeios: quem é a pessoa que essas categorias protegem e a que preço. Os exemplos oferecidos são incômodos. Uma regra concebida para preservar a convivência familiar pode, aplicada onde há violência, converter-se em canal de contato forçado e em revitimização institucional. Uma presunção protetiva fundada apenas na idade pode subtrair da pessoa idosa exatamente a autonomia que diz preservar. A inclusão de novos sujeitos em instituição previamente normalizada amplia direitos e, no mesmo gesto, redesenha a fronteira entre o reconhecido e o desviante. A advertência é metodológica e retroage sobre o livro inteiro: toda categoria protetiva é também categoria classificatória, e a vulnerabilidade que interessa ao direito civil não é atributo da pessoa, é característica da

situação. Confundir uma coisa com a outra é o mecanismo mais antigo pelo qual o paternalismo se disfarça de cuidado.

Resta o que talvez seja o mérito menos programado da obra. Entre capítulos povoados de algoritmos, plataformas e contratos inteligentes, sobrevivem páginas sobre sesmarias, grilagem, enfiteuse e cobrança de laudêmio, e essa vizinhança improvável diz mais sobre o país do que qualquer diagnóstico deliberado. O Brasil não passou do arado ao algoritmo: acumulou-os. Convivem, no mesmo ordenamento e por vezes no mesmo processo, a exigência de explicabilidade de um modelo estatístico e a prova da posse mansa e pacífica.

Quem lida com terra sabe que ali o problema nunca foi de escassez normativa. A Constituição de 1988 disse o que precisava dizer sobre função social da propriedade; o que falta é a distância entre a norma e a sua realização, aquilo que Pierre Bourdieu (2001) descreveu como a capacidade desigual dos agentes de mobilizar o campo jurídico em seu favor e que já em 1958 Faoro encontrara na origem, ao observar que a sesmaria se pedia com prestígio antes de se pedir com trabalho. Entre a decisão de lutar pela terra e a imissão de posse costuma estar o palco da tragédia. Não conheço formulação jurídica que traduza melhor o homem do campo de Kafka, envelhecendo diante de uma porta que sempre esteve aberta e que era, desde o princípio, a sua.

Talvez esteja aí a razão de ser deste posfácio. Um livro sobre um direito em tramitação corre o risco de se deixar seduzir pela novidade daquilo que examina, e o antídoto está nele mesmo, disperso entre capítulos que não se leram uns aos outros: contra a indeterminação da cláusula geral, o critério de concretização; contra a opacidade, o registro e a documentação proporcional; contra a sanção aplicada por máquina, o devido processo; contra o paternalismo, a presunção de capacidade. Hans-Georg Gadamer (1997) ensinou que compreender é sempre aplicar e que não há interpretação que não seja, já, decisão sobre o caso. Se assim é, das três diretrizes que Miguel Reale imprimiu ao Código de 2002, a que este volume mais reivindica é a operabilidade, nome técnico da distância entre uma promessa e o seu cumprimento.

Um novo direito civil à altura deste país não será o que melhor descreva o algoritmo nem o que melhor conserve o arado: será o que consiga oferecer critério para ambos e que não confunda a elegância de

suas categorias com a distância que ainda separa a norma escrita do homem que espera, do lado de fora da cerca, a chegada do Estado. Tramitar não é chegar. O mérito destes capítulos está menos em anunciar o que virá do que em construir, um a um, os critérios sem os quais a chegada seria indiferente.

Belém, setembro de 2026.

Daniel Araujo de Assis[1]

1 Chefe de Divisão e Ouvidor Agrário no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Advogado. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Especialista em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Especialista em Direito Civil e Processual pela Escola Superior do Ministério Público (FMP). MBA em Gestão e Inovação pela Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil (ESA/OAB). E-mail: daniel@aasp.org.br

SOBRE OS ORGANIZADORES



Cristina Rezende Eliezer: Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas (BOLSISTA CAPES). Mestra em Educação pela Universidade Federal de Lavras - UFLA/MG. Pós-Graduada *Lato Sensu* em Ciências Criminais pela Universidade Cândido Mendes- UCAM/RJ. Pós-Graduada Lato Sensu em Gestão de Projetos pelo Centro Universitário de Formiga - UNIFOR/MG. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas. Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Newton Paiva. Graduanda em Letras pelo Centro Universitário Newton Paiva. Foi professora de Direito no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG (2010 a 2013). Atua desde 2017 como Membro e Professora da Comissão OAB Vai à Escola, da Seção Minas Gerais. Foi Professora Assistente no curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas Arcos (2020 a 2022). É Advogada - OAB/MG 126.942 e Pedagoga. Coordenadora-geral da Rede de Egressos do PPGE - UFLA. Coordenadora do Projeto PUC'blica - PUC Minas. Pesquisadora no Grupo de Pesquisa Currículo Crítico, Educação Transformadora: políticas e práticas (CNPq) - PUC Minas. Membro da Associação Brasileira de Currículo - ABDC. Membro do Conselho Editorial da Editora Dialética. Membro do Conselho Editorial da Editora Metrics. Membro da Comissão de Educação Jurídica da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Minas Gerais – OAB/MG (2025-2027). Membro do Banco de Avaliadores do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI). Parecerista na Revista Arquivo Brasileiro de Educação - Pós-graduação em Educação (PUC Minas). Acadêmica Efetiva na Academia Formiguense de Letras (AFL). Diretora editorial da Academia Formiguense de Letras. E-mail: cristinaeliezer@yahoo.com.br



Cássius Guimarães Chai: Professor Titular da Universidade Federal do Maranhão (PROFIAP e PPGAERO). Professor Permanente da Faculdade de Direito de Vitória (PPGD/FDV). Pesquisador G20 Research Center on International Cooperation Beijing College of Criminal Law, the Normal University of Political Science and Law of Beijing

Ibero-american Observatory of Health and Citizenship. Membro da International Association of Political Science, International Association of Constitutional Law, International Law Association, Law and Society Association, Association Française de Sciences Politiques, Ratio Legis UAL, European Society of International Law, International Association of Prosecutors, International Association of Penal Law, International Society of Criminology, ABEC, Academia Brasileira de Direito Internacional, IBCCrim. Promotor de Justiça do Estado do Maranhão. Escola Nacional do Ministério Público. Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão. Red de Derechos Humanos / USAL. E-mail: cassiuschai@gmail.com

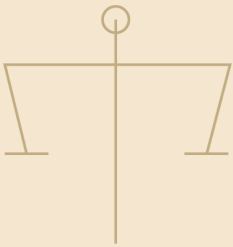


Ana Cristina Brandão Santiago Nascimento: Advogada. Professora. Pós-Graduada em Direito Civil pela Universidade Estácio de Sá. Pós-Graduada em Direito Processual Civil pela Universidade Estácio de Sá. Pós-Graduada em Relações Jurídicas de Consumo pela Escola Mineira de Direito. Conselheira Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Minas Gerais. Membro do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor Brasilcon. Membro da Comissão Especial de Defesa do Consumidor do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Membro da Comissão de Defesa do Consumidor da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Minas Gerais. Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Minas Gerais Subseção Juiz de Fora 2013/2018. Membro da Comissão de Educação Jurídica da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Minas Gerais. Avaliadora de Instituições de Ensino Superior da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Minas Gerais. Organizadora e coautora de diversas obras jurídicas. E-mail: anacristinabrandaoadv@hotmail.com



Alexandre Gonçalves Ribeiro: Mestre em Direito Internacional pela Universidade de Itaúna/MG. Pós-Graduado Lato Sensu em Direito Público pela Associação Nacional dos Magistrados Estaduais - ANAMAGES/Newton Paiva. Professor da Pós-Graduação Lato Sensu da Faculdade de Pará de Minas/MG, nas matérias Governança Corporativa, Consultoria Jurídica e Compliance (2022/2023). Curso de "International Law" pela Université Catholique de Louvain através da EDx; Curso de "Comparative Judicial Systems" pela "Università degli

Studi di Napoli Federico II" através da EDx; Curso de "Contract Law: From Trust to Promise to Contract" pela Harvard University através da EDx; Curso de "American Government: Constitucional Foundations" pela Harvard University através da EDx. Inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Minas Gerais (OAB/MG) sob o nº 104.888. Palestrante. Parecerista. Aprovado no Exame de Ordem Unificado da Ordem dos Advogados do Brasil. Formando em Direito pela Universidade de Itaúna. Sócio Proprietário do Escritório de Advocacia Leitte, Gonçalves & Oliveira Jr Sociedade de Advogados, com escritórios no Brasil e nos Estados Unidos. Autor/Coautor de vários livros, publicações e dos guias internacionais sobre direito empresarial americano como o How to establish a company in USA (Brasil, 2017/2018, 2019/2020, 2020/2021) em parceria com a AMCHAM-Brasil (American Chamber of Comerce). E-mail: alexandre@lgoadv.com.br



Um livro disruptivo e audacioso para os temas que permeiam as rodas jurídicas atuais. O Direito Civil contemporâneo enfrenta um de seus momentos mais desafiadores e instigantes de transição paradigmática, impulsionado pela necessidade de responder de forma ágil e coerente às rápidas mudanças sociais, econômicas e tecnológicas. Diante do risco de obsolescência legislativa, a abertura estrutural do sistema jurídico — por meio de cláusulas gerais, conceitos indeterminados e do dinâmico diálogo das fontes — revela-se como uma exigência funcional indispensável para preservar a segurança jurídica e a dignidade humana. A presente coletânea reúne artigos científicos que investigam a reconstrução hermenêutica e funcional de institutos tradicionais do Direito Privado face aos dilemas práticos do século XXI. Os trabalhos aqui apresentados estão estruturados em eixos teóricos interdependentes que guiam o leitor através de debates urgentes, eis alguns destaques: Tecnologia, Inovação e Direito Digital: Uma imersão profunda nos limites do direito privado frente ao avanço tecnológico; Ética Profissional, Vulnerabilidade e Autonomia: Uma abordagem que prioriza o caráter personalista e fiduciário das relações privadas; Território, Propriedade e Relações Econômicas: Um exame atento às dinâmicas patrimoniais e territoriais, revelando o papel instrumental dos conceitos civis. Essencial para pesquisadores, advogados, magistrados e estudantes do direito privado, esta obra funciona como uma gramática jurídica moderna, indispensável para compreender e pacificar as relações de um mundo em constante e veloz transformação.

Ludmilla das Neves Oliveira

ISBN 978-656135317-5

EDITORA ILUSTRAÇÃO

CAPES